

REVISTA

DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

UF *m* G

#31

ISSN 2316-770X

Rev. UFMG	Belo Horizonte	v. 31	p. 1-621	FLUX CON.	2024

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais é uma publicação quadrimestral e tem o objetivo principal de abordar temáticas específicas, numa perspectiva interdisciplinar, podendo divulgar também resultados de pesquisas e de produções teóricas e artísticas diversas.

GESTÃO 2022-2026

Sandra Regina Goulart Almeida
REITORA

Alessandro Fernandes Moreira
VICE-REITOR

Rui Rothe-Neves
CHEFE DE GABINETE

Ivan José da Silva Lopes
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Claudia Andréa Mayorga Borges
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Bruno Otávio Soares Teixeira
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Fernando Marcos dos Reis
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Maurício Freire Garcia
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO

Isabela Almeida Pordeus
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Maria Márcia Magela Machado
PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS

Tarcísio Mauro Vago
PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Patrícia Maria Kauark Leite
DIRETOR DO IEAT - UFMG

Revista da UFMG

EDITORA-CHEFE
Ana Maria Rabelo Gomes

EDITORES CONVIDADOS PARA ESTA EDIÇÃO

Daisy Moreira Cunha
Andrea Maria Silveira

CURADORIA ARTÍSTICA
Isabela Sales Prado

EDITOR EXECUTIVO
Lorena Tavares de Paula

SECRETARIA EXECUTIVA
Tatiana Pereira Queiroz

SECRETARIA EDITORIAL
Daniele Catizane

PORTAL DE PERIÓDICOS UFMG
Carla Oliveira

FICHA CATALOGráfICA

R 454 Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. –
vol.15, 1965- – Belo Horizonte : UFMG, 1965- v. : il.
Quadrimestral, 2021-.
Anual de 1965-1969.
A partir do v. 27, n. 1, 2021, passa a ser quadrimestral.
A partir do v. 19, n. 1/2, 2012 passa a ser semestral.
Título anterior: Revista da Universidade de Minas Gerais, 1929-
1964.
ISSN 2316-770X.
Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revista-daufmg/index>>.
Quadrimestral
Inclui bibliografia.
I. Ensino superior- Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais.
CDD: 378.405 CDU: 378

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação
Biblioteca Universitária da UFMG.
Bibliotecário Rafael Gonçalves Dias. CRB: MG-003277/O.

PROJETO GRÁFICO

Leo Ruas

PRODUÇÃO GRÁFICA

Warren Marilac, Editora da UFMG

DIAGRAMAÇÃO

Lucas Matoso, Estagiário do IEAT

REVISÃO

Agência Rivera de Consultoria em Comunicação

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG

Conselho editorial

Alfredo González-Ruibal •
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO PATRIMÔNIO, ESPANHA

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado •
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE, BRASIL.

Edésio Fernandes •
UNIVERSITY COLLEGE LONDON, REINO UNIDO, BRASIL.

Emerson Dionísio Gomes de Oliveira •
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB, BRASIL.

Estevam Barbosa de Las Casas •
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Guilherme Ary Plonski •
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa •
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira •
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Joachim Michael •
UNIVERSIDADE DE BIELEFELD, ALEMANHA.

João Antônio de Paula •
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

José Antônio Rocha Gontijo •

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP, BRASIL.

Leila Christina Dias •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, UFSC - BRASIL

Luiz Bevilacqua •

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, UFRJ - BRASIL.

Luiz Carlos Dias •

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP, BRASIL.

Luiz Oosterbeek •

INTERNATIONAL COUNCIL OF PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES, UNESCO.

Maria do Carmo de Freitas Veneroso •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, UFMG, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro •

INSTITUTO MARIA HELENA ANDRÉS, BRASIL.

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, UFMG, BRASIL.

Roberto Vecchi •

UNIVERSIDADE DE BOLONHA, ITÁLIA.

Sérgio Schneider •

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, BRASIL

Comissão Editorial

Ana Maria Rabelo Gomes •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Estevam Barbosa de Las Casas •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Heloísa Soares de Moura Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Isabela Sales Prado •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro •

INSTITUTO MARIA HELENA ANDRÉS, BRASIL.

Rogério Palhares Zschaber de Araújo •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Pareceristas dessa edição

ALEXANDRE MIRANDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ALLAN CLAUDIUS BARBOSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ANA PAULA BALTAZAR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ÂNGELA PETRUS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CARLINDO RODRIGUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CRISTIANO HAMANN
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

DANIELA MURADAS ANTUNES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

DANIELA MURADAS ANTUNES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

DAVIDSON MENDES
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO DE JANEIRO (CEFET – MG)

EUCÍDIO PIMENTA ARRUDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

EUGÊNIO PACELI HATEM DINIZ
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANÇA E MEDICINA DO
TRABALHO

FATIMA MARTINS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FERNANDO DONATO VASCONCELOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

GERALDO MARCIO A. SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

HÉLDER PAULA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

HELENA MARA DIAS PEDRO
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

JOAO CESAR DE FREITAS FONSECA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC-MINAS)

JORGE ALEXANDRE B. NEVES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

JOSÉ EUSTÁQUIO BRITO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

JOSÉ GERALDO PEDROSA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET - MG)

JOSÉ NEWTON GARCIA DE ARAÚJO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

JOSÉ NEWTON GARCIA DE ARAÚJO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

LAURO MATTEI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

MARIA ELIZABETH ANTUNES LIMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MARIA ELIZABETH ANTUNES LIMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MARIA STELLA BRANDÃO GOULART
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MARLUCY ALVES PARAÍSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MARYANA JACOME
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MATHILDE-MARIE AGERO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REY

RITA DE CÁSSIA FERNANDES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SABINA MAURA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET - MG)

SOLANGE GODOY
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Revista da Universidade Federal de Minas
Gerais Universidade Federal de Minas
Gerais Av. Presidente Antônio Carlos,
nº 6.627, Campus Pampulha - Unidade
Administrativa III, Sala 151 - Pampulha -
Belo Horizonte - MG | CEP 31270-901 | +55
(31) 3409-4123 | 3409-5509

SUMÁRIO

01 Editorial

02 Sobre o artista e suas imagens ISABELA PRADO

03 Para além do aplicativo CIBELLE RODRIGUES, JULLYA DE FARIA PEREIRA E DIMITRI TOLEDO

04 Evidências de uma reestruturação produtiva pós-neoliberal FÁBIO CROCCO

05 Plataformização, financeirização e melhorias habitacionais THAIS MORENO

06 Juventude trabalhadora JAQUELINE SILVÉRIO ALVES E INAJARA DE SALLES VIANA NEVES

07 Ofícios e saberes profissionais LUCIANO COSTA, MARIA RITA APRILE E ROSA ELISA MIRRA BARONE

08 Relações de trabalho no futebol de mulheres MARIANA ZUANETI MARTINS, GABRIELA BOREL DELARMELINA E LETÍCIA CARVALHO DE SOUZA

09 Os impactos da pandemia da COVID-19 na qualificação do programa jovem aprendiz da rede cidade FERNANDA SANSÃO HALLACK E ALEXANDRA CLEOPATRE TSALLIS

10 Individualização e construção de desigualdades nas experiências de trabalho ANDREA PUJOL

11 O teletrabalho da(o) psicóloga(o) de Minas Gerais e suas relações com os processos saúde/doença RAFAEL SOARES MARIANO COSTA, JOSÉ NEWTON GARCIA DE ARAÚJO, LEONARDO SILVA MIRANDA E RODRIGO PADRINI MONTEIRO

12

Autocomposição e trabalho na era digital

PEDRO HENRIQUE FELICIANO, RAFAEL MOURA,
VITÓRIA DREIDE XAVIER ARAÚJO SILVA E
ABRAHÃO CURY

13

Fluxos e Tensões

RODRIGO DE ABREU RIBEIRO
E REGINA DE PAULA MEDEIROS

14

O uso estratégico do território

JOÃO MARCOS TEIXEIRA, LEANDRO CARDOSO,
FÁBIO TOZI, CARLOS FERNANDO FERREIRA
LOBO E JOÃO CARLOS CARVALHAES DOS SANTOS
MONTEIRO

15

A gente junta os cacos e vai embora

ANA LAÍS KISSMANN SPERAFICO,
CARMEM REGINA GIONGO E KARINE
VANESSA PEREZ

16

Resistência e conflito

ALCEBÍADES COSTA FILHO E
AMARA PRYSCILIANA BRANDÃO DA SILVA FERREIRA

17

Luiz Ruffato e o épico do proletariado brasileiro

MARIA ISABEL BORDINI

18

Construção e validação de um protocolo para assistência de enfermagem perioperatória no paciente LATEX FREE

MARCELA KLYVIANN BEZERRA DE VASCONCELOS,
MARILIA PERRELLI VALENÇA, JABIAEL CARNEIRO DA
SILVA FILHO E GISELDA BEZERRA CORREIA NEVES

19

Percepções sobre os ritos institucionais

FABIO SOARES DE MELO E
GENIVAL FERNANDES DE FREITAS

20

Cultivar a terra

CARLOS EDUARDO CARRUSCA VIEIRA, LEONARDO DE
MIRANDA E SILVA, ANA CAROLINA FERNANDES PEREIRA
E SHIRLEY RABELO

21

Percepção dos usuários do Centro de Convivência São Paulo/BH/MG sobre a inserção no trabalho formal

MARIA ELISA MENDES, SIMONE COSTA DE ALMEIDA,
LUCIANA ASSIS COSTA
E ADRIANA DE FRANÇA DRUMMOND

22

Do intercessor figura-palhaça

CAROLINA DE SOUZA
E DIOGO INACIO DIAS

23

Doenças psicossomáticas e teletrabalho

AMANDA MARIA DE SOBRAL GOMES

24

As leis da natureza e o modelo de desenvolvimento (in)sustentável

FRANCISCO CÉSAR DE SÁ BARRETO

25

Cenários sobre o futuro do trabalho desenhado pelo capitalismo

VANDER CASAQUI

26

Esperando o novo normal

PAULA LEMOS VILAÇA FARIA

27

Contrato administrativo como instrumento de inclusão social



TRABALHO

A Revista da UFMG nos convidou a refletir sobre os atravessamentos das crises contemporâneas nas experiências do trabalho. Entre julho e outubro de 2024, foram 76 submissões, 27 textos selecionados por avaliação cega de pareceristas de vários campos de especialidades temáticas e disciplinas vinculados a várias instituições acadêmicas brasileiras. É a primeira vez que a Revista UFMG publica um Dossiê especificamente sobre o trabalho e nosso objetivo foi então de alcançar uma abordagem epistêmica plural, assumindo nossa vocação societária em termos dos valores emancipatórios e de bem comum.

Em razão do formato de fluxo contínuo adotado pela Revista UFMG desde 2023, os artigos foram sendo publicados na medida em que foram sendo aprovados, eles podem ser abordados segundo interesses específicos dos leitores, e respondem, dentro das características das pesquisas que lhes deram origem, às problemáticas levantadas na chamada inicial, organizadas em quatro eixos analíticos a seguir explicitados.

Num primeiro eixo, intitulado **Neoliberalismo, Globalização e Era Digital**, buscamos compreender, perspectiva de uma plataforma aberta, como as crises contemporâneas estão imbricadas nas transformações do trabalho como experiência na contemporaneidade, compreendendo ainda que as reconfigurações que o trabalho vem assumindo se interligam por raízes profundas desde o Brasil Colônia.

Constatamos crescente **financeirização** de todos os setores da vida social pelos fluxos de capitais que estão intimamente relacionados ao fluxo de pessoas, de mercadorias e de informações nas trocas internacionais entre bens materiais e imateriais, potencializados pela emergência das novas tecnologias, novos materiais, novos modos de comunicar e ordenar serviços, como veremos em vários textos neste dossiê.

O trabalho é observado com uma lupa em diversos artigos aqui publicados, respondendo ao segundo eixo de nossa chamada inicial: **Fim do trabalho? Invisibilidades (re)**

produzindo desigualdades nas intersecções sócio-culturais. Em processos sócio-territoriais e culturais importantes, se invisibiliza, torna-se ‘transparente’, desforma pela informalização de seus limites jurídicos, administrativos, de suas regras contratuais e de execução, esconde-se... mas se evidencia pelas metas, pelos objetivos a cumprir, via subordinação às relações e dinâmicas comerciais. O trabalho parece desmaterializar à mercê dos interesses das organizações pelo efeito dos processos de **terceirização** das atividades fins e atividades-meio, pejetização, plataformização, sazonalidade, intermitência em setores importantes da economia no campo e na cidade, em todo tipo de trabalho no setor público e privado.

Nota-se o aprofundamento da (des)industrialização e crescente **terciarização** da economia, desmaterializando em níveis diversificados os processos produtivos, exigindo novas competências e habilidades em todos os postos de trabalho, que ocorre, se não para a execução do trabalho real, em momentos de processo seletivo, o que gera mais exclusão. Mas tudo isso não é homogêneo, pois ao lado dessa tendência, permanecem formas arcaicas, artesanais e tradicionais de trabalho, mesmo que, na maioria das vezes, capturadas em processos de valorização excludentes.

O trabalho não acaba nunca e vai se obscurecendo em suas regras, mas deixa **lastros na saúde** dos trabalhadores/trabalhadoras. Podemos não ver, mas há um risco de adoecimento no trabalho em jovens pobres e da periferia. Empregados precários, intermitentes, sazonais, experimentando os riscos da mobilidade urbana comandados pelo *just-in-time* das plataformas de alimentação e outros produtos de consumo recebidos em casa por quem pode pagar. Esses são os que comprometem sua formação, que adoecem seus corpos pelo sol escaldante e por não se hidratarem em jornadas extenuantes, marcadas por riscos de violência e acidentes com mortes e mutilações em um ambiente de trabalho estruturado pelos problemas de mobilidade urbana no coração das grandes cidades.

Permanências, por exemplo, do trabalho análogo ao trabalho escravo que continua no trabalho doméstico, e tece raízes com a questão do trabalho infantil não erradicado. Ou novas associações entre as formas de atentado à vida articulando risco ao ambiente de trabalho e os espaços de vida, como nos trabalhos de desmatamento ambiental. Ou ainda, as mutações advindas das crescentes formas de “uberização” pela transformação de vários setores de atividade, com um modelo econômico de negócio organizado

por plataformas numéricas com consequências tais como externalização, automação e digitalização, desenvolvimento de alternativas do assalariado (autoempresendedor, freelancer, start-ups), ou plataformização de todo tipo de empresas, colocando diretamente em relação ofertantes e demandantes de serviço, até então assegurados por profissionais regulamentados ou regulados por vias de aplicativos, em modelos de negócios (Starbucks/Amazon), e seus respectivos modelos de emprego.

Queríamos também conhecer as transformações de setores em crescente migração para trabalho a domicílio, os nômades digitais de toda ordem, onde as tarefas da produção se mesclam à esfera da produção da vida, em que podemos encontrar novas formas de organização do trabalho que representam extensão da vigilância e do controle da produtividade dos trabalhadores e da vida pessoal.

Já podemos vislumbrar os crescentes usos de Inteligência Artificial na gestão por algoritmos para recrutar, gerir, avaliar e sancionar os trabalhadores e que volatizam parte de suas funções ao incorporar modos de cálculo de ajustamento processual, integrando aspectos de tomada de decisão no curso da ação de cada tarefa. O trabalho humano é então reestruturado no lastro do avanço tecnológico como se, apêndice da máquina ou do algoritmo, pudesse ser dispensado em ecossistemas tecnológicos, de onde se reconfiguram também as relações de trabalho, suas relações contratuais e as condições nas quais ele se realiza. E o que dizer sobre como regular a intensidade face às modernizações tecnológicas e organizacionais, ou mesmo no bojo de trabalhos em ofícios do campo criativo em que as temporalidades e intermitências constroem os ritmos? Esses novos e velhos modos de trabalhar podem se associar a modos de viver e adoecer nos diversos setores econômicos, principalmente nos serviços e prestações em novos formatos; cresce a intensificação e precarização do trabalho, e sabemos que a atividade real se tece dialeticamente, e dramaticamente, às formas do emprego do trabalho humano.

Essa **evolução** é, entretanto, **desigual** em termos de suas implicações segundo as clivagens identitárias, culturais e sócio-históricas em múltiplas recombinações global-locais. Trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo... que associam um misto de problemas relativos aos Direitos Humanos; trazendo invisibilidades novas e reolocando velhas formas de dominação, inclusão-exclusão e crescentes polarizações e desigualdades, em miríades de interseccionalidades e desigualdades sociais de classe, geração (juventudes), gênero (divisão sexual do trabalho) e étnico-raciais.

Mas, simultaneamente, também podemos observar uma reemergência do trabalho associativo, comunitário em relação a outros modos de gerir a vida em comum. São frestas de resistência, engendradas pela reemergência de valores locais de produção e reprodução da vida.

Desde os anos 90, fala-se muito em vários campos do conhecimento sobre o fim do trabalho, seja do ponto de vista da formação social, da formação econômica e do valor, mas também como elemento estruturante da sociabilidade, por seu papel identitário, sociocultural e político. Deixamos de ser uma sociedade do trabalho? Se o trabalho não é, como afirmam muitos autores, a categoria central para pensar a vida social, afirmamos que seria arriscar demais deixar nas margens de nossa reflexão contemporânea, a experiência humana - de vida e saúde - nos territórios de suas reconfigurações. Essa experiência, que não apenas vai se tornando “transparente”, perdendo visibilidade sócio-cultural e como objeto de investigação, também vai, pelo avesso, reafirmando sua centralidade na vida social e refazendo a dialética entre visível e invisível nos processos de trabalho. Experiência que muitas vezes reafirma sua presença pela ausência, pelo absurdo do desemprego em massa, estrutural. Pensamos que a ausência de vínculo com uma atividade produtiva, e também essas novas configurações do trabalho, podem ser uma chave analítica epistêmica e política para compreender tendências sócio econômicas, políticas e culturais de um futuro próximo. A **Revista UFMG** recebeu contribuições que revelaram essas novas **cartografias** ao indexar mutações do trabalho que representam permanências, interfaces, intersecções, invisíveis e silenciosas, que produzem segregação e desigualdades de todos os tipos, ou, em um sentido emancipador, que construam novos horizontes para uma vida boa. Nesses tempos históricos, sabemos que o trabalho não está no seu fim, território de disputas e re (existências), a atividade laboral, mais uma vez, reconfigura-se em todos os espaços da vida social.

Essa diversidade de reconfigurações traz questões teóricas e problematiza muitas de nossas categorias de análise a partir de uma *rede nocional* onde o trabalho figura como uma atividade abstrata, mas não dispensa o concreto do investimento de cada um no cotidiano. O trabalho figura como simples, mas marcado por vivências complexas. Se desmaterializa em várias de suas dimensões, mas exige novas materialidades e capacidades instaladas, reconfigurando em permanência suas dimensões indissociáveis ‘manuais’ e ‘intelectuais’, em que pese todas as técnicas e tecnologias que o

antecedem como trabalho morto e nunca prescinde da intervenção humana no aqui e no agora. Reordena valores e saberes em termos do que seja produtivo e improdutivo, mas perde todos os sentidos e significações, e nos exaure, rouba nosso tempo livre.

A Revista UFMG desejou conhecer quais significados socioculturais e econômicos dessas mudanças nas formas e conteúdos do trabalho e os sentidos da experiência dessas transformações para aqueles que as vivenciam. O trabalho possui um sentido? Faz sentido trabalhar hoje? É uma experiência que pode emancipar ou marginalizar? É uma experiência que comporta em si, medo, insegurança, ansiedade? É uma experiência que produz saúde ou degrada a saúde? Por essa experiência circulam valores de autonomia, solidariedade interclasses, intergeracional ou internacional, ou outras formas cooperativas de fortalecimento social face aos permanentes riscos profissionais, aos acidentes de trabalho associados ou não às questões ambientais? Que sentidos habitam o trabalhar nesses tempos? Que afetos, saberes e valores se mobilizam no trabalho contemporâneo? E que questões essas experiências nos convocam a repensar os modos de viver e trabalhar? E como nascem todos os dias novos modos de (re)existências diversas em formas rizomáticas, lutas, resistências profissionais individuais, ações coletivas (greves ou outras formas de lutas coletivas), sindicais e políticas nessas novas configurações? Várias contribuições neste dossiê podem ser agrupadas no terceiro eixo **Fronteiras, interfaces, circulação de sentidos e significados em temporalidades e geometrias variáveis**.

O trabalho é esse velho que permanece - fator de produção, forma de emprego, base de organização política e identidade coletiva, eixo de concentração, homogeneização, padronização nas grandes corporações e vetor de distribuição de riquezas e desigualdades, de diversificação sócio-cultural e participação na vida social. Mas é esse novo que se apresenta desfigurado no centro das nossas crises do contemporâneo, e que se volatiliza enquanto categoria analítica e agrava nossos **desafios teórico-metodológicos, epistemológicos, éticos e políticos**, quarto e último eixo de nossa chamada inicial. Há uma miríade de situações que podem ser observadas com novos atores, novas organizações, novas regulações, normas, saberes e valores, mas há algo que não muda, que não desconecta essa experiência de seus rincões mais profundos. Como caracterizar tais transformações? O que muda de modo estrutural? O que é recorrente? O que se mostra permanente? Esse velho e novo tem vetores contemporâneos em sua rees-

truturação, como a pandemia, cujos efeitos sobre o trabalho e o mercado de trabalho ainda ressoarão por muito tempo, associado ao aprofundamento tecnológico no espaço socioeconômico e cultural. Ou ainda as crises ambientais, com grandes catástrofes nos avisando sobre as ameaças a todos os lugares de vida.

A Revista UFMG pretendeu provocar reflexões sobre o trabalho, como um termo polissêmico – visto como formas de ocupação, em diversos estatutos de emprego, seja como experiência, seja como atividade – que vai perdendo espaço como objeto de estudo e investigação. Essa invisibilidade crescente da experiência do emprego de si despolitiza exponencialmente nossa existência sociocultural. O conceito de trabalho, polissêmico, em suas diversas filiações teóricas, sempre deixou margens e interfaces difíceis de tratar. Essas margens ficam mais difusas ou evidentes agora com a emergência dessas configurações das atividades laborais e que produzem riqueza social na forma de bens e serviços, envolvendo trocas monetárias ou bens simbólicos e afetivos. Essas reconfigurações em curso recompõem e evidenciam dimensões que antes vinham de um adjetivo, tais como: trabalho informal, doméstico, voluntário, político, ativismo social, assalariado, trabalho real, trabalho prescrito, trabalho imaterial, trabalho material, trabalho decente, trabalho... Os artigos deste dossiê evidenciaram essas reconfigurações, e nos permitiram entrever dimensões e associações jamais vistas nesse campo do conhecimento, trazendo aportes para compreendermos a permanência do velho, mas as emergências no que poderíamos qualificar de transdisciplinaridade, termo tão caro para o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinar da UFMG que abriga a Revista UFMG.

As contribuições publicadas neste dossiê problematizaram os contornos das crises contemporâneas buscando pensar o trabalho como experiência que constitui a condição humana em todos os sentidos: como atividade que funda nossa sociabilidade, como relação social, por suas qualidades emancipatórias e geradoras de saúde. Isso posto, sabemos que todas as epistemicidades são convocadas. Nenhuma hegemonia epistêmica ou política pode se haver com as múltiplas dimensões e alcance civilizacional dessas transformações em curso nas reconfigurações do trabalho. Estão convocadas também todas as experiências humanas no centro dessas mudanças, em todos os rincões onde se produz um *umwelt* sócio-cultural, bem como estão também em nossos horizontes todas as experiências em outros modos de vida.

Estariamos vivendo também no trabalho uma ruptura total, entre o mundo da vida dos comuns e o mundo das decisões políticas em sistemas autonomizados? São tendências essas que deixam mais fortes os questionamentos quanto ao valor do trabalho enquanto experiência que merece atenção redobrada das pesquisas nas mais diversas áreas, pesquisas de cunho interdisciplinar, transdisciplinar, com potencial para produzir valores do bem comum. Essa experiência - trabalhar - não implicaria em um sujeito ético, podendo acarretar uma abertura com efeitos democráticos na política? Não há como avançar em propostas teóricas e metodológicas sem equilibrar o jogo em processos de reflexão, que visem justiça epistêmica para aumentar nosso poder de agir, num equilíbrio frágil de busca pelo bem comum.

Por fim, gostaríamos de agradecer de modo especial a todos os autores que submeteram artigos para este número. Recebemos trabalhos de muito boa qualidade, mas a revista tem um limite de artigos a serem publicados por número, o que tornou a tarefa de escolha muito difícil. Agradecemos também aos pareceristas pelo trabalho solidário e criterioso com este dossiê, entre eles: Adriana Orsini; Alexandre Borges Miranda; Allan Barbosa; Ana Paula Balthazar; Angela Petrus; Carlindo Rodrigues; Christiano Hamann, Daniela Muradas Antunes; Daniel Costa Calvo; Davidson Mendes; Eugênio Pacelli Diniz; Fátima Martins; Fernando Dias; Fernando Vasconcelos; Geraldo Márcio dos Santos; Hélder Paula; Helena Dias Pedro; João César Fonseca; Jorge Alexandre; José Eustáquio Brito; José Geraldo Pedrosa; José Newton Araújo; Lauro Matei; Livia Borges; Livia Miraglia; Maria Elizabeth Antunes Lima; Maria Stella Brandão Goulart; Mariana Jacome; Marlucy Alves Paraíso; Mathilde Agero; Pietro Borsari; Sabina Moura; Solange Godoy. Agradecemos também à Equipe da Revista UFMG, nas pessoas das Editoras Ana Gomes (FAE) e Lorena Tavares de Paula (ECI), pela atenção redobrada com o andamento do dossiê desde a formulação da chamada até sua publicação final. Agradecemos ainda ao incansável trabalho de todas as bolsistas envolvidas nesta edição. Um último agradecimento à Jonathas de Andrade que espanta nossa sensibilidade com imagens de suas obras na composição final do dossiê.

Desejamos a todos ótima leitura,

Daisy Moreira Cunha e Andrea Maria Silveira.

Editoras convidada da Revista da UFMG.



Jonathas de Andrade, Suar a camisa (Working up a sweat), 2014, 120 camisas de trabalho, 120 suportes de madeira desmontáveis. Tamanhos variáveis. Vista da exposição One to One, MCA Chicago, 2019. Photo: Nathan Keay, © MCA Chicago

WORK

The Revista da UFMG invited us to reflect on the impact of contemporary crises on labour experiences. Between July and October 2024, there were 76 submissions, 27 texts selected by blind reviewers from various fields of thematic specialities and disciplines linked to various Brazilian academic institutions. This is the first time that Revista UFMG has published a Dossier specifically on labour and our aim was to achieve a plural epistemic approach, assuming our societal vocation in terms of emancipatory values and the common good.

Due to the continuous flow format adopted by Revista UFMG since 2023, articles have been published as they have been approved, they can be approached according to specific interests of readers, and respond within of the characteristics of the research that gave rise to them, to the problems raised in the initial call, organised into four analytical axes explained below.

In the first axis, entitled **Neoliberalism, Globalisation and the Digital Age**, we seek to understand, from the perspective of an open platform, how contemporary crises are imbricated in the transformations of work as an experience in contemporary times, also understanding that the reconfigurations that work has taken on are interconnected by deep roots dating back to colonial Brazil.

We are seeing a growing **financialisation** of all sectors of social life by capital flows that are closely related to the flow of people, goods and information in international exchanges between material and immaterial goods, boosted by the emergence of new technologies, new materials, new ways of communicating and ordering services, as we will see in various texts in this dossier.

Labour is observed with a magnifying glass in various articles published here, responding to the second axis of our initial call: The **end of labour? Invisibilities (re)producing inequalities at socio-cultural intersections**. In important socio-territorial

and cultural processes, it becomes invisible, ‘transparent’, unformed by the informalisation of its legal and administrative limits, its contractual and execution rules, it is hidden... but it is made evident by the goals, the objectives to be met, via subordination to commercial relations and dynamics. Work seems to be dematerialised at the mercy of the interests of organisations due to the effect of the processes of **outsourcing** of end and middle activities, pejetisation, platformisation, seasonality, intermittency in important sectors of the economy in the countryside and in the city, in all types of work in the public and private sectors.

There is a deepening of (de)industrialisation and growing **tertiarisation** of the economy, dematerialising production processes to varying degrees, demanding new skills and abilities in all jobs, which occurs, if not for the execution of the actual work, then at times during the selection process, which generates more exclusion. But all of this is not homogeneous, because alongside this trend, archaic, artisanal and traditional forms of labour remain, even if they are most often captured in exclusionary valorisation processes.

Work never ends and its rules become obscured, but it leaves its **mark** on workers’ **health**. We may not see it, but there is a risk of young poor people and those from the periphery becoming ill at work. Precarious, intermittent, seasonal employees, experiencing the risks of urban mobility commanded by the *just-in-time* of food platforms and other consumer products received at home by those who can afford it. These are the people who jeopardise their education, who make their bodies ill by the scorching sun and by not hydrating themselves during gruelling working hours, marked by risks of violence and accidents with deaths and mutilations in a working environment structured by the problems of urban mobility in the heart of big cities.

There are still cases, for example, of work analogous to slave labour that continues in domestic work, and weaves its roots with the issue of child labour that has not been eradicated. Or new associations between forms of attacks on life, linking risks to the work environment and living spaces, as in environmental deforestation work. Or even the mutations arising from the growing forms of “uberisation” through the transformation of various sectors of activity, with an economic business model organised by numerical platforms with consequences such as outsourcing, automation and digitalisation, the development of alternatives for employees (self-employed, freelancers,

), or the platformisation of all kinds of companies, placing service providers and service seekers directly in relation, until then ensured by regulated professionals or regulated through apps, in business models (Starbucks/Amazon), and their respective employment models.

We also wanted to find out about the transformations in sectors that are increasingly migrating to work from home, digital nomads of all kinds, where production tasks merge with the sphere of life production, where we can find new forms of work organisation that represent an extension of surveillance and control over workers' productivity and personal lives.

We can already glimpse the growing use of Artificial Intelligence in management by algorithms to recruit, manage, evaluate and sanction workers and which volatilise part of its functions by incorporating ways of calculating procedural adjustment, integrating aspects of decision-making into the course of action of each task. Human labour is then restructured in the wake of technological advances as if, as an appendage of the machine or algorithm, it could be dispensed with in technological ecosystems, from which labour relations, contractual relations and the conditions in which it is carried out are also reconfigured. And what can be said about how to regulate intensity in the face of technological and organisational modernisations, or even when working in creative trades where temporalities and intermittencies constrain rhythms? These new and old ways of working can be associated with ways of living and becoming ill in the various economic sectors, especially in services and services in new formats; the intensification and precariousness of work is growing, and we know that real activity is dialectically and dramatically woven into the ways in which human labour is employed.

This **evolution** is, however, **uneven** in terms of its implications according to identity, cultural and socio-historical cleavages in multiple global-local recombinations. Productive, unproductive and reproductive work... which associate a mixture of problems relating to human rights; bringing new invisibilities and re-establishing old forms of domination, inclusion-exclusion and growing polarisations and inequalities, in myriad intersectionalities and social inequalities of class, generation (youth), gender (sexual division of labour) and ethnic-racial.

But at the same time, we can also see a re-emergence of associative and community work in relation to other ways of managing life. These are cracks in the resistance engendered by the re-emergence of local values for the production and reproduction of life.

Since the 1990s, there has been a lot of talk various fields of knowledge about the end of labour, both from the point of view of social formation, economic formation and value, but also as a structuring element of sociability, due to its identity, socio-cultural and political role. Are we no longer a labour society? If labour not, as many authors claim, the central category for thinking about social life, we say that it would be too risky to leave the experience of labour on the margins of our contemporary reflection.

of life and health - in the territories of its reconfigurations. This experience, which is not only becoming “transparent”, losing socio-cultural visibility and becoming an object of investigation, is also, on the contrary, reaffirming its centrality in social life and remaking the dialectic between the visible and the invisible in labour processes. An experience that often reaffirms its presence through absence, through the absurdity of mass, structural unemployment. We think that the absence of a link to a productive activity, and also these new configurations of work, can be an epistemic and political analytical key to understanding socio-economic, political and cultural trends in the near future. **Revista UFMG** received contributions that revealed these new **cartographies** by indexing mutations in work that represent permanences, interfaces, intersections, invisible and silent, that produce segregation and inequalities of all kinds, or, in an emancipatory sense, that build new horizons for a good life. In these historical times, we know that work is not at its end, a territory of disputes and re(existences), labour activity once again reconfigures itself in all spaces of social life.

This diversity of reconfigurations raises theoretical questions and problematises many of our categories of analysis based on a *notional network* in which work appears as an abstract activity, but does not dispense with the concrete of each person’s investment in everyday life. Work appears simple, but marked by complex experiences. It is dematerialised in many of its dimensions, but requires new materialities and installed capacities, permanently reconfiguring its inseparable ‘manual’ and ‘intellectual’ dimensions, despite all the techniques and technologies that precede it as dead work and never dispense with human intervention in the here and now. It reorders values and knowledge in terms of what is productive and unproductive, but it loses all meaning and significance and exhausts us, stealing our free time.

Revista UFMG wanted to find out the socio-cultural and economic meanings of these changes in the forms and content of work and the meanings of these transformations for those who them. Does work have a meaning? Does it make sense to work today? Is it an experience that can emancipate or marginalise? Is it a an experience that involves fear, insecurity and anxiety? Is it an experience that produces health or degrades health? Do values of autonomy, interclass, intergenerational or international solidarity, or other cooperative forms of social empowerment circulate through this experience in the face of permanent occupational risks, accidents at work associated or not with environmental issues? What meanings inhabit working in these times? What affections, knowledge and values are mobilised in contemporary work? And what questions do these experiences ask us to rethink our ways of living and working? And how are new modes of diverse (re)existences born every day in rhizomatic forms, struggles, individual professional resistance, collective actions (strikes or other forms of collective struggles), trade unions and politics in these new configurations? Several contributions in this dossier can be grouped under the third axis **Borders, interfaces, circulation of senses and meanings in variable temporalities and geometries.**

Work is that old thing that remains - a factor of production, a form of employment, the basis of political organisation and collective identity, the axis of concentration, homogenisation and standardisation in large corporations, and the vector for the distribution of wealth and inequalities, socio-cultural diversification and participation in social life. But it is this new that appears disfigured at the centre of our contemporary crises, and which volatile as an analytical category and aggravates our **theoretical- methodological, epistemological, ethical and political challenges,** the fourth and final axis of our initial call. There are a myriad of situations that can be observed with new actors, new organisations, new regulations, norms, knowledge and values, but there is something that doesn't change, that doesn't disconnect this experience from its deepest corners. How can these transformations be characterised? What changes structurally? What is recurrent? What is permanent? This old and new has contemporary vectors in its restructuring, such as the pandemic, whose effects on work and the labour market will continue to resonate for a long time to come, coupled with the technological deepening of the socio-economic and cultural space. Or the environmental crises, with major catastrophes warning us of threats to all places of life.

The Revista UFMG set out to provoke reflections on labour as a polysemic term - seen as forms of occupation, in various employment statuses, either as an experience or as an activity - which losing ground as an object of study and investigation. This growing invisibility of the experience of self-employment exponentially depoliticises our socio-cultural existence. The concept of labour, polysemic in its various theoretical affiliations, has always left margins and interfaces that are difficult to deal with. These margins are more diffuse or evident now with the emergence of these configurations of labour activities that produce social wealth in the form of goods and services, involving monetary exchanges or symbolic and affective goods. These ongoing reconfigurations recompose and highlight dimensions that previously came from an adjective, such as: informal work, domestic work, voluntary work, political work, social activism, salaried, real, prescribed work, immaterial work, material work, decent work, labour... The articles in this dossier have highlighted these reconfigurations, and have allowed us to glimpse dimensions and associations never before seen in this field of knowledge, bringing contributions to understanding the permanence of the old, but the emergences in what we could describe as transdisciplinarity, a term so dear to UFMG's Institute for Advanced Transdisciplinary Studies, which houses the UFMG Journal.

The contributions published in this dossier problematise the contours of contemporary crises, seeking to think of work as an experience that constitutes the human condition in every sense: as an activity that founds our sociability, as a social relationship, for its emancipatory and health-generating qualities. That said, we know that all epistemicities are called upon. No epistemic or political hegemony can deal with the multiple dimensions and civilisational scope of these ongoing transformations in the reconfigurations of work. All the human experiences at the heart of these changes are also called upon, in all the corners where a socio-cultural *umwelt* is produced, and all the experiences in other ways of life are also on our horizons.

Are we also experiencing a total rupture at work, between the world of ordinary people's lives and the world of political decisions in autonomised systems? These are tendencies

These questions make it all the stronger to question the value of work as an experience that deserves extra attention from research in the most diverse areas, research

that is interdisciplinary, transdisciplinary, with the potential to produce values for the common good. Wouldn't this experience - working - imply an ethical subject and could lead to an opening with democratic effects in politics? There is no way to advance in theoretical and methodological proposals without balancing the game in processes of reflection, aimed at epistemic justice to increase our power to act, in a fragile balance of searching for the common good.

Finally, we would like to say a special thank you to all the authors who submitted articles for this issue. We received some very good work, but the journal has a limit on the number of articles to be published per issue, which made the task of choosing very difficult. We would also like to thank the referees for their sympathetic and careful work on this dossier: Adriana Orsini; Alexandre Borges Miranda; Allan Barbosa; Ana Paula Balthazar; Angela Petrus; Carlindo Rodrigues; Christiano Hamann, Daniela Muradas Antunes; Daniel Costa Calvo; Davidson Mendes; Eugênio Pacelli Diniz; Fátima Martins; Fernando Dias; Fernando Vasconcelos; Geraldo Márcio dos Santos; Hélder Paula; Helena Dias Pedro; João César Fonseca; Jorge Alexandre; José Eustáquio Brito; José Geraldo Pedrosa; José Newton Araújo; Lauro Matei; Livia Borges; Livia Miraglia; Maria Elizabeth Antunes Lima; Maria Stella Brandão Goulart; Mariana Jacome; Marlucy Alves Paraíso; Mathilde Agero; Pietro Borsari; Sabina Maura; Solange Godoy. We would also like to thank the team at Revista UFMG, in the person of Editors Ana Gomes (FAE) and Lorena Tavares de Paula (ECI), for their extra attention to the progress of the dossier, from the formulation of the call to its final publication. We would also like to thank the tireless work of all the fellows involved in this edition. A final thank you to Jonathas de Andrade, who amazed our sensibilities with images of his works in the final composition of the dossier.

We wish you all a great read,

Daisy Moreira Cunha and Andrea Maria Silveira Guest editors of Revista da UFMG.



museu do homem do nordeste

FORÇA-MOTRIZ / FORÇA-MATRIZ

SOBRE O ARTISTA E SUAS IMAGENS

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, de geração de riqueza, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética.

O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

Para compor o ensaio visual deste número da revista, foi selecionado um conjunto de obras que refletem sobre o trabalho em diferentes contextos. Apresentamos aqui breves considerações sobre algumas dessas obras, com o intuito de contribuir para essa reflexão proposta por Jonathas de Andrade, em diálogo com a temática da revista.

“4o nego bom é um real” apresenta a fabricação do “nego bom”, doce feito com bananas cozidas e muito popular no Nordeste do Brasil. O título se apropria de uma expressão tipicamente usada para venda do doce nos mercados locais e o trabalho se

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG

divide em duas partes. Na primeira, Jonathas de Andrade traz imagens e a receita da fabricação do “nego bom”, considerando todas as etapas de produção – colheita e preparo das bananas, cozimento com açúcar, corte e embalagem dos doces – em uma fábrica fictícia com quarenta trabalhadores. A segunda parte, por sua vez, apresenta informações sobre as funções desempenhadas e os salários recebidos pelos trabalhadores dessa fábrica. No entanto, essas informações vão além de funções e custos, e incluem histórias sobre aspectos pessoais dos trabalhadores e sobre a relação com o dono da fábrica – baseadas em casos reais, a partir de testemunhos colhidos pelo artista para esse projeto. Com isso, Jonathas de Andrade dilui as fronteiras entre patrões e empregados, entre profissional e pessoal, trazendo à luz as relações de trabalho no contexto brasileiro.

Outra obra que compõe essa edição é **“ABC da Cana”**, ensaio fotográfico no qual trabalhadores de uma refinaria de açúcar em Pernambuco são convidados a montar coletivamente as letras do alfabeto utilizando cana de açúcar. Aqui, Jonathas de Andrade lida com uma atividade marcante na história do Brasil e promove mais uma vez uma reflexão sobre as condições dos trabalhadores – muitas vezes analfabetos ou semianalfabetos – a partir das relações pessoais e do próprio material do trabalho nos canaviais.

“O Levante” é um projeto associado à realização de uma corrida de carroças no centro da cidade de Recife. Como o trânsito de animais é proibido na cidade, foi necessário tratar a corrida como cena para um filme, para que sua realização fosse autorizada pela prefeitura. Nesta obra, Jonathas de Andrade aborda a condição dos carroceiros, cujo trabalho é invisibilizado aos olhos do poder público, dada a proibição legal de sua circulação na cidade. Assim, lança luz sobre uma categoria de trabalhadores que simboliza um paradigma civilizatório não-hegemônico, de base rural, que coexiste em boa parte das cidades brasileiras, Recife incluída.

O tema trabalho também se faz presente na obra **“Cartazes para o Museu do Homem do Nordeste”**, museu ficcional proposto pelo artista. Aqui, Jonathas de Andrade recruta – por meio de anúncios nos classificados de um jornal popular do Recife – trabalhadores para posar para fotos que comporiam cartazes para o Museu do Homem do Nordeste. As fotografias para os cartazes foram feitas em situações casuais de trabalho dos homens selecionados, e – ao mesmo tempo que refletem sobre questões de masculinidade – reafirmam o lugar do trabalho como elemento central da condição do “homem do Nordeste”.

“**Suar a camisa**”, por sua vez, é uma coleção de 120 camisas – uniformes de trabalho formal ou informal – que Jonathas de Andrade obteve por meio de trocas, compras ou doações diretamente com os trabalhadores que as usavam antes, durante ou depois do trabalho. Tendo sido usadas, as camisas são impregnadas pelos resquícios do trabalho daqueles que as vestiam, trazendo uma reflexão sobre as condições de trabalho e sobre o cotidiano dos trabalhadores. As camisas são expostas em uma grande fila, como em uma fila de emprego, ou aglomeradas, como em uma manifestação.

“**Café e burocracia**” integra também a seleção de obras para este número da Revista. Trata-se de um conjunto de fotografias que retratam espaços e objetos de trabalho burocrático – como mesas, arquivos, pastas, teclados, cadeiras de escritório – lado a lado com imagens em close de pessoas tomando café nesses ambientes. Diferentemente das obras descritas anteriormente, em que o trabalho braçal ou “não-qualificado” era o foco, aqui Jonathas de Andrade lança luz sobre o trabalho de colarinho branco em espaços institucionais ou corporativos, representado pela cultura do cafezinho.

Trabalho é um tema amplo e multifacetado, que reflete a história do país, a estrutura social, e as relações pessoais. É força-motriz e força-matriz. Jonathas de Andrade, artista brasileiro e com rica investigação sobre o homem do nordeste, traz em suas obras várias reflexões sobre a economia e a sociedade brasileiras. Deste modo, contribui de forma potente e sensível para o debate que este número da Revista da UFMG estabelece sobre os múltiplos aspectos em torno do tema Trabalho.



PARA ALÉM DO APLICATIVO

análise de "Sorry We Missed You" e a uberização do trabalho

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54293>

CIBELLE RODRIGUES*

JULLYA DE FARIA PEREIRA **

DIMITRI TOLEDO***

RESUMO: Ao analisar as condições de trabalho dos motoristas de aplicativo, tornam-se evidentes os desafios impostos pela uberização, que representa uma abordagem específica de explorar e gerenciar os trabalhadores por meio dos avanços tecnológicos. A partir do filme "Sorry We Missed You" (2019), este artigo realiza uma reflexão acerca desse fenômeno. Metodologicamente, utilizou-se a análise fílmica, que permite estabelecer conexões entre bibliografia e filme. Objetiva-se não apenas evidenciar, mas compreender os impactos sociais, econômicos e psicológicos da uberização, contribuindo para uma reflexão abrangente sobre as dinâmicas do capitalismo atual. Os resultados apresentaram que a uberização do trabalho vai além da utilização das novas tecnologias, transformando a vida social dos indivíduos, contribuindo para o desequilíbrio psíquico dos trabalhadores, maximizando a exploração ao impor jornadas extensas e impactando a dinâmica familiar ao reduzir o tempo disponível, além de ganhar força com a pétrea ilusão da busca por autonomia e do empreendedorismo de si.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; uberização; precarização; análise fílmica.

Beyond the app: analysis of "Sorry We Missed You" and the uberization of work

ABSTRACT: When analyzing the working conditions of app drivers, the challenges imposed by uberization, which represents a specific approach to exploiting and managing workers through technological advances, become evident. Based on the movie "Sorry We Missed You" (2019), this article reflects on this phenomenon. Methodologically, we used film analysis, which allows us to establish connections between bibliography and film. The aim is not only to highlight but also to understand the social, economic and psychological impacts of uberization, contributing to a comprehensive reflection on the dynamics of current capitalism. The results show that the uberization of work goes beyond the use of new technologies, transforming the social life of individuals, contributing to the psychological imbalance of workers, maximizing exploitation by imposing long working hours and impacting on family dynamics by reducing the time available, as well as gaining strength with the stony illusion of the search for autonomy and self-entrepreneurship.

KEYWORDS: : work; uberization; precariousness; film analysis

* Universidade Federal de Alfenas

** Universidade Federal de Alfenas

*** Universidade Federal de Alfenas

Introdução

O trabalho aqui é percebido como categoria ontológica e por isso se torna um elemento importante de constituição social dos indivíduos. Além de fornecer significado à vida e contribuir para a construção da identidade, desempenha um papel crucial no equilíbrio psíquico, servindo como uma maneira pela qual os seres humanos se envolvem com o mundo ao seu redor (Marx; Engels, 1946).

A noção de trabalho e sua divisão, anteriormente, era fundamentada na importância do valor de uso e das necessidades humanas como reguladoras da vida. Todavia, o capital inverteu essa lógica e estabeleceu uma nova hierarquia da divisão social do trabalho, centrada na busca incessante pelo lucro. Isso resultou na integração de elementos como alienação, a separação entre o trabalhador e o seu trabalho e a imposição de condições objetivas sobre o trabalhador, exercidas como um poder separado, que aos poucos se torna invisível, que os domina, personificado pelo capital como um valor egoísta (Antunes, 2009; Franco; Ferraz, 2019).

Essa transformação nas relações de trabalho impactou diretamente a composição da classe trabalhadora. E o entendimento de tal classe foi se ampliando à medida que as relações de trabalho dentro do novo sistema se estabeleceram. A classe trabalhadora, conforme Antunes (2009), passou então a incluir todos que vendem sua força de trabalho em troca de salário, abrangendo também os trabalhadores improdutivos, os trabalhadores precarizados, os subproletariados, terceirizados, informais e desempregados.

Fenômenos como a globalização e o crescimento do neoliberalismo desencadearam uma reestruturação financeira que também impactou profundamente o mundo do trabalho (Lagoa, 2019). Com isso, vieram à tona diferentes formas de organização do trabalho, tais como subcontratações, salários flexíveis, trabalho parcial, entre outras. Essas mudanças têm conduzido a uma maior precarização do trabalho, alimentando o crescimento da informalidade e da terceirização (Alves, 2009). Dentro desse contexto de precarização e informalidade, emerge o fenômeno da uberização do trabalho, que não só reconfigura a concepção da jornada de trabalho, como também maximiza a flexibilização e a competitividade, impactando tanto a saúde física quanto a mental da classe trabalhadora, entre outros aspectos importantes (Rosa *et al.*, 2021).

Este artigo propõe uma análise do fenômeno da uberização, explorando seus impactos sociais, econômicos e psicológicos, por meio de uma análise do filme *"Sorry We Missed You"*, dirigido por Ken Loach em 2019. Loach é reconhecido por seu enfoque cinematográfico nos trabalhadores britânicos, centrado na descrição das condições de vida da classe operária em um estilo naturalista.

Em uma matéria do The New York Times, Catsoulis (2024, n.p) destaca que, desde as peças de televisão do diretor nos anos 1960, ele já demonstrava um olhar atento para as classes marginalizadas, o que ela chama de "defesa obstinada dos lutadores e retardatários da sociedade". Segundo Catsoulis, Loach respondeu à crise na Grã-Bretanha do pós-guerra "com um foco implacável na solidariedade da classe trabalhadora". Ele abordou a questão dos direitos trabalhistas em *"Riff-Raff"* (1991) e o desemprego em *"Raining Stones"* (1993).

Já o longa *"Sorry We Missed You"* trata da exploração dos trabalhadores e narra a história de uma família afetada pela crise financeira de 2008, enfrentando dívidas significativas. O pai assume um trabalho como motorista de entregas autônomo, enquanto a mãe trabalha como cuidadora, ambos submetidos a jornadas extenuantes de trabalho. O filme examina as ramificações das novas formas de trabalho no contexto familiar, justificando assim sua escolha como objeto de estudo.

Nesse caso, o presente artigo pretende debucar, antes de tudo, sobre as concepções do conceito de trabalho, seguido de uma discussão sobre as transformações contemporâneas, especificando o fenômeno da uberização do trabalho. Por último, será feita uma análise minuciosa do filme, desmembrando-o em cenas essenciais para examiná-las à luz do arcabouço teórico previamente estabelecido.

Concepções sobre o trabalho

Enquanto elemento de natureza ontológica (Alves, 2007; Lukács, 2013), o trabalho contribui para a formação do indivíduo como ser social e para a estruturação da sociedade (Marx; Engels, 1946). O trabalho, na concepção marxista, não só distingue os seres humanos dos demais animais, mas também permite que o indivíduo se expresse, reproduza e interaja com a natureza (Franco; Ferraz, 2019).

Nessa mesma perspectiva, Lukács (2013) argumenta que o trabalho representa uma inter-relação entre o ser humano (sociedade) e a natureza, evidenciando a transição do indivíduo de um mero ser biológico para um ser social. Para ele, o trabalho marca essa transformação fundamental no homem que atua. Dessa forma, o trabalho pode ser caracterizado como uma atividade que transforma tanto a natureza quanto o ser humano. Lima *et al.*, (2012, p. 327) complementa afirmando que todo “trabalho requer, em maior ou menor grau, dependendo da natureza do trabalho, a mobilização dos saberes do trabalhador, sendo impossível dissociar o trabalho da subjetividade do trabalhador.”

Sendo este, um processo interativo essencial para atender às necessidades humanas e para o desenvolvimento do indivíduo, conforme apresentado por Marx (2013) e Lukács (2013). Logo, o trabalho exerce um papel de centralidade na vida humana, influenciando tanto a dimensão econômica, como também os aspectos sociais e psicológicos dos indivíduos (Antunes, 2009).

Contudo, em decorrência das transformações ocorridas no mundo do trabalho no modelo econômico atual, o sentido do trabalho passou por alterações significativas. De acordo com Antunes (2009), no capitalismo, o trabalho altera sua essência original, tornando-se uma atividade intermediária que tem como objetivo primordial gerar valor para aqueles que detêm o capital.

Portanto, o trabalho modifica seu significado intrínseco, tornando-se meramente um meio para geração de mais-valia, caracterizada pela disparidade entre o salário pago e o valor efetivamente produzido pelo trabalho, de forma absoluta ou relativa (Marx, 2012).

Mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes do tempo de trabalho (Marx, 2012, p. 366).

Assim, o trabalho, em sua essência, surge como a necessidade de mediar a natureza para produzir em função da sobrevivência, das necessidades dos indivíduos, “orientado a um fim” (Marx, 2012). Na obra de Marglin (1980), também é possível observar esse preceito, quando relembra o trabalho dos artesãos. Esses trabalhadores iniciais,

antes de serem transportados para o ambiente fabril e serem regidos pela figura dos “patrões”, também trabalhavam em suas casas como meio de sobrevivência.

Mais do que isso, pode-se constatar que antes do capitalismo, o trabalhador manual, artesão, além de trabalhar com uma finalidade, detinha todo o controle do processo de trabalho, do controle do tempo e matéria-prima ao próprio entendimento sobre o objeto. No entanto, o processo de trabalho passa a adquirir novas características e ganha outro sentido dentro de um novo sistema econômico.

Marglin (1980), Marx (2012), Franco e Ferraz (2019) e Zamora, Augustin e Souza (2021), demonstram que, por mais que o trabalho, tivesse, no passado, a função de produzir aquilo que era essencial ao trabalhador, ressaltando apenas a utilidade do mesmo e representando a sobrevivência do indivíduo, a partir dos preceitos capitalistas, o trabalho é visto principalmente como um meio para a acumulação de capital. A reflexão sobre o trabalho alienante é importante nesse contexto. Na medida em que o trabalhador se transforma em um mero vendedor de sua força de trabalho, a natureza repetitiva e fragmentada de suas atividades, faz com que ele perca a compreensão do contexto mais amplo de seu trabalho. Nesse cenário, as ações tornam-se monótonas e o trabalho deixa de ser uma atividade que contribui para um fim e passa a ser uma tarefa isolada, desprovida de sentido.

Assim, Antunes (2009) argumenta que a reestruturação produtiva pela qual a sociedade contemporânea passou, agiu como uma resposta ao sistema econômico em vigor naquela época. Essa reestruturação continua a influenciar a sociedade, refletindo as atuais mudanças econômicas, e é baseada na flexibilização, que requer ajustes nos processos e mercados de trabalho, nos produtos e nos modelos de consumo, a fim de atender às demandas do mercado em constante mudança, e na desregulamentação, que envolve a redução de restrições e regulamentações relacionadas ao trabalho e às atividades econômicas. Frente a isso, torna-se fundamental compreender como tais transformações têm operado.

Transformações contemporâneas no mundo do trabalho

A globalização, aliada à crise econômica mundial e ao neoliberalismo, tem transformado o cenário laboral, reconfigurando as relações de trabalho e os métodos de contratação e controle. As repercussões dessas mudanças são intensamente sentidas e fomentadas nas sociedades capitalistas, sendo que uma das tendências mais evidentes é a crescente precarização do trabalho.

Antes de tudo, a globalização é entendida como um fenômeno complexo e multifacetado que tem sido predominantemente moldado pelo modelo capitalista nas últimas décadas e impulsionado por uma série de eventos e tendências, como a crise do petróleo em 1973, a queda do Muro de Berlim em 1989, o avanço das formas de informação e comunicação, as políticas neoliberais, a atuação da Organização Mundial do Comércio e a formação do G8, entre outros (Castro; Rodrigo; Pineda, 2016).

A globalização, conforme descrita por Andonegui (2000), é frequentemente reduzida à sua dimensão econômica pelo modelo capitalista. No entanto, o discurso econômico globalizador também impõe uma visão homogênea que silencia alternativas e anula outras perspectivas que possam ser contrárias aos interesses do capital internacional. Assim, é caracterizada não apenas por ser uma interconexão econômica global, mas também por se constituir como um conjunto de relações de poder e dominação que surgem desse processo, onde as instituições transnacionais desempenham um papel significativo na promoção de uma narrativa globalizadora (Andonegui, 2000).

Conforme Hirata (2011, p. 15), a crise econômica mundial, outro germe da precarização do trabalho contemporâneo, tem afetado “desigualmente, desde o fim de 2008, os diferentes países que constituem o sistema econômico mundial”. Esta crise se desdobra em quatro dimensões: a crise dos mercados financeiros, a crise bancária, a crise econômica e a crise social. A crise econômica tem exacerbado o problema do desemprego e a crise social é particularmente relevante no contexto da precarização do trabalho, isto porque, “aprofundou as consequências negativas de uma série de fenômenos de cunho neoliberal” (Hirata, 2011, p. 15).

Quanto a isso, o surgimento do neoliberalismo, nos anos de 1990, representou uma resposta imediata às falhas e contradições internas do modelo econômico fordis-

ta. Este último, que já na segunda metade do século XX, revelou-se incapaz de resolver suas próprias inconsistências, desencadeando uma crise nos sistemas estatais de regulação do capitalismo, que até então se apoiavam no Estado de Bem-Estar social e nas políticas keynesianas. Assim, era necessário aumentar a flexibilidade do mercado, o que por sua vez implicava em tornar a classe trabalhadora também mais flexível.

Nesse sentido, entre 1970 e 1980, estabeleceu-se um período de “reestruturação econômica e de ‘(re)ajustes’ sociais e políticos, no intuito de manter a ordem capitalista por meio do estabelecimento de uma nova forma de regulamentação” que estivesse de acordo com as necessidades que agora estavam postas pelo sistema capitalista (Lagoa, 2019, p. 4). É dentro desse contexto que o neoliberalismo surge, oferecendo um arcabouço teórico e político capaz de legitimar essa nova era e passa então “a orientar as decisões governamentais em grande parte do mundo capitalista, ao mesmo tempo em que inúmeros governos neoliberais são eleitos pelo voto”, sob um discurso que “atrela a necessidade irrefutável das reformas neoliberais com a garantia de estabilidade monetária, política e democrática” (Lagoa, 2019, p. 5).

No Brasil, as reformas neoliberais começaram a ser consolidadas com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e continuaram com os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Medidas como a “intensificação da circulação financeira, a desobstrução ao mercado internacional, uma marcante desvalorização cambial, intensivo processo de privatização e medidas voltadas à estabilização monetária (tendo expressão no Plano Real)” foram implementadas visando “à inserção econômica do país no contexto da nova ordem: a mundialização do capital financeiro” (Ferrer, 2006, p. 213). Esse cenário macroeconômico marcado por “recessão ou baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial” (Alves, 2009, p. 190), criou um ambiente de declínio do mercado de trabalho, com altas taxas de desemprego nas áreas metropolitanas e enfraquecimento dos acordos salariais.

Nesse contexto, observa-se que com a reestruturação produtiva do capital, e da ampliação dessa perspectiva neoliberal, surgem outras formas de organização do trabalho: subcontratações, salários flexíveis, trabalho parcial, entre outros. Mudanças que, nesse caso, acabam resultando na ampliação da precarização do trabalho, contribuindo assim, para o aumento da informalidade e da terceirização (Alves, 2009; Hirata, 2011; Zamora; Augustin; Souza, 2021).

Em virtude dessa crescente mundialização do capital, Antunes (2009) aponta para uma de suas principais consequências, a divisão sexual do trabalho. Sobre isso, Hirata (2011) disserta sobre como as mudanças advindas da globalização e do neoliberalismo no mundo do trabalho, alteraram a forma como as mulheres integram o setor produtivo. O trabalho feminino sempre foi fundamental para a manutenção do sistema capitalista através do trabalho doméstico invisível. Contudo, a partir dos anos 90 há um aumento do emprego de mulheres que é acompanhado simultaneamente “do emprego vulnerável e precário” (Hirata, 2011, p. 17). Essa precariedade, marcada pela vulnerabilidade e pela fragilidade dos empregos disponíveis para as mulheres, através da economia informal que inclui empregos parciais, mal remunerados e regulamentados, reflete essa dinâmica do gênero na globalização.

A crescente precarização redefiniu também a própria jornada de trabalho, tornando aceitável e até desejável estendê-la além do horário regular. A insegurança vivida pelos trabalhadores, inclusive aqueles com aparente estabilidade, se reflete em horas extras, trabalho realizado fora do ambiente profissional, em casa, ou no tempo de deslocamento. Assim, o tempo de trabalho e a vida privada estão cada vez mais interligados (Hirata, 2011).

Além da necessidade de complementação de renda, tem-se observado como a cultura do management fortalece essas tendências no mercado de trabalho atual, baseando-se em três principais pilares, o “gerencialismo, a cultura do empreendedorismo e o culto da performance” (Ituassu; Tonelli, 2014, p. 88). Nessa cultura, o indivíduo se vê como parte da organização, em uma busca incessante pela autonomia e reconhecimento, além de enxergar a figura do empreendedor como heróica, tornando-se um objetivo a ser alcançado (Borges; Cappelle; Campos, 2019).

Em âmbitos mais específicos, a cultura do management se constrói através de um discurso não trivial, que inclui uma forte crença no livre mercado, no autoempreendedorismo, no esforço e excelência como forma de ascender profissionalmente, como também no uso de “palavras de efeito” (Borges; Cappelle; Campos, 2019).

Com a emergência do maquinário informacional digital, busca-se agora uma “inovação para a extração de maior excedente de trabalho” (Rosa et al., 2021b, p. 339). Para Antunes (2018, p. 43) existe uma “nova morfologia da classe trabalhadora; dela sobressai o papel crescente do novo proletariado de serviços da era digital”. Isso se manifesta na expansão dos trabalhos vistos como imateriais, do chamado “trabalho morto

consubstanciado no maquinário digital (vide a internet e os aplicativos) e pela intensificação e variação da força de trabalho superexplorada” (Rosa et al., 2021b, p. 340).

A venda do trabalho através das plataformas digitais e aplicativos surgiu nesse contexto e deu início à “uberização”, onde trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício, arcam com custos e riscos próprios. Essa nova realidade revela incertezas contínuas para os trabalhadores, enquanto as plataformas prosperam. Diante disso, torna-se essencial aprofundar o entendimento sobre a uberização como uma nova e tácita forma de exploração do trabalho.

Uberização do trabalho: uma nova forma de exploração

Segundo Silva *et al.* (2022), o avanço tecnológico e sua implementação nas práticas laborais deveriam ser encarados como um potencial aliado, promovendo melhorias em prol da qualidade de vida dos trabalhadores. No entanto, a inserção da tecnologia nesse contexto acabou por intensificar o processo de exploração e precarização do trabalho. Assim, pode-se dizer que as recentes relações de trabalho passaram a ser caracterizadas por “um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador” (Franco; Ferraz, 2019, p.1).

Essa evolução, por sua vez, tem impulsionado o surgimento e o crescimento de fenômenos como a “uberização” que impõe algumas mudanças importantes para os trabalhadores, organizações e métodos de gestão. O termo, cabe dizer, faz referência ao pioneirismo da empresa Uber por seu modelo de organização do trabalho que implica em um controle diferente sobre os trabalhadores, exercido sob o ideal de autonomia e liberdade. Esse fenômeno aumenta a lucratividade das empresas de aplicativos e plataformas digitais devido à ausência de responsabilidade legal trabalhista e à redução de custos com ferramentas de trabalho, que são de propriedade dos prestadores de serviço (Abílio, 2020; Franco; Ferraz, 2019; Greggo *et al.*, 2022; Rosa *et al.*, 2021).

Assim, “[...] o trabalhador uberizado inicia sua jornada sem ter qualquer garantia sobre qual será sua carga de trabalho, sua remuneração e o tempo de trabalho necessário para obtê-la” (Abílio, 2020, p. 116). Muitas vezes, esses trabalhadores são mal remunerados, o que intensifica sua jornada de trabalho, já que, desprotegidos pelas

leis trabalhistas, não estão sujeitos à máxima de 44 horas semanais estabelecida pela Constituição Federal.

Tudo isso é legitimado pela ilusão do empreendedorismo, que acaba criando uma falsa ideia de “empreendedores” por parte dos trabalhadores (Greggo *et al.*, 2022). Onde, passam a atrair novos trabalhadores por meio de discursos que “reforçam valores sociais voltados às características usualmente atribuídas a empreendedores, como ausência de chefe, liberdade de horário, ganhos progressivos [...]” (Franco; Ferraz, 2019, p. 852).

Compreende-se, portanto, que os trabalhadores no fenômeno da uberização:

Além de não possuírem qualquer suporte ou vínculo que garanta acesso a direitos trabalhistas, trabalhadores e trabalhadoras ‘uberizados’ assumem todos os riscos e custos de sua atividade profissional e acabam reféns de uma remuneração variável por demanda. Horas de espera por uma corrida não são pagas e, dessa forma, os motoristas se tornam trabalhadores “*just-in-time*” (Greggo *et al.*, p. 94, 2022).

Nessa panorama, a transição para a uberização representa uma mudança fundamental na estrutura do trabalho, onde o tradicional “salário por peça” dá lugar ao “salário por corrida” (Marx, 2012). Os motoristas de aplicativo não recebem mais compensação com base na produção de peças, como comum em algumas indústrias, mas são remunerados por cada serviço prestado, seja uma viagem de carro, uma entrega ou outra solicitação feita pelos usuários da plataforma. Essa mudança reflete não apenas uma evolução nas práticas de remuneração, mas também a adaptação às novas dinâmicas de economia digital e sob demanda.

Diante disso, Rosa *et al.* (2021) demonstra em sua pesquisa que as empresas de aplicativos também exercem um controle significativo sobre as atividades dos motoristas, monitorando seu desempenho por meio de métricas como taxas de avaliação e aceitação de corridas, o que gera uma sensação de constante vigilância. Nesta realidade, a vigilância do trabalho ocorre por meio de programações algorítmicas. Essa vigilância algorítmica visa maximizar lucros à custa do bem-estar dos trabalhadores, evidenciando a precariedade das condições de trabalho desse modelo.

Além disso, Antunes (2018) aponta que o controle sobre os trabalhadores vai além da extração de mais-valia, intensificando a dominação e tornando-os incapazes de recu-

sar entregas por medo de represálias e desligamento da plataforma. Para manter uma nota mínima, o trabalhador é constantemente avaliado pelo aplicativo, destacando a gestão gerencialista, onde a avaliação serve principalmente ao controle da empresa, não dos clientes (Franco; Ferraz, 2019; Carelli, 2017).

Para Franco e Ferraz (2019), na uberização do trabalho, um elemento crucial é a partilha dos meios de produção entre o capitalista e o trabalhador. O capitalista investe em meios de produção digitais, incluindo capital fixo (máquinas e equipamentos duráveis) e capital circulante (matérias-primas não duráveis, que requerem reposição).

Em contrapartida, o trabalhador deve ingressar na relação laboral já munido dos meios de produção necessários para desempenhar suas atividades fora do ambiente digital. Dessa forma, a mudança reside na eliminação da obrigação de investir antecipadamente capital monetário para estabelecer o processo produtivo. Isso implica que o capitalista não apenas obtém o novo capital monetário proveniente da venda da mercadoria e da extração da mais-valia, mas também o capital inicial, resultando em um efetivo movimento de acumulação capitalista.

Mediante tais considerações, observa-se que as condições de trabalho na uberização se consubstancia precariamente, e nesse caso, aponta-se para as possíveis consequências físicas e mentais, na medida em que a pressão por produtividade acaba por ser constante, além da instabilidade financeira intrínseca a esse modo de trabalho. Os fatores psicossociais, além disso, como intensificação do trabalho, controle, autonomia, relações interpessoais, apoio social, carga emocional e insegurança no emprego, também afetam significativamente esses trabalhadores (Oliveira; Monteiro, 2021).

Além disso, ao examinar o impacto da uberização, a compreensão será aprofundada por meio de uma análise fílmica. Será explorado como o filme aborda os desafios da uberização, oferecendo uma perspectiva visual e narrativa que complementam a presente discussão.

Análise fílmica

Nos seus escritos, Canudo (1995) argumenta que o cinema é uma linguagem universal que pode retratar tanto o mundo exterior quanto o mundo interior e por isso tem uma capacidade grande de emocionar (Penafria, 2009). Para Morin (1956) o cinema

proporciona uma representação visual da realidade que muitas vezes é experimentada como mais vívida do que a própria realidade “graças à técnica fotográfica da reprodução do movimento”. É, “portanto, o lugar ideal de confusão e de apreensão do real e do imaginário” (Aumont; Marie, 2003, p. 19). Ao criar essa representação visual intensa da realidade, o cinema é capaz de retratar certas complexidades e contradições da vida social de maneira mais vívida e por isso pode servir como uma lente para enxergar aspectos importantes da própria realidade social.

A análise de filmes, como método, implica, geralmente, em duas principais etapas: a decomposição do filme e a interpretação dessas partes. A análise de um filme pode começar com uma definição mais ou menos clara de seus objetivos, pois isso irá influenciar diretamente a abordagem adotada. Ora, a análise requer uma observação meticulosa, dedicando atenção aos detalhes que abrangem os cenários, os diálogos, os gestos dos atores e outros elementos cinematográficos relevantes. Para aprofundá-la, no entanto, é importante concentrar-se em planos específicos do filme. Nesse caso, o foco será direcionado às cenas-chave, interessantes para compreender a singularidade, especificidade e a relação com os conceitos discutidos anteriormente (Aumont, 1999; Penafria, 2009).

Conforme Aumont e Marie (2003), por uma extensão de sentido, a palavra “cena” passou a ter um novo significado ao designar um segmento de ação dramática, ou seja, uma parte coesa da narrativa. Consideremos aqui a cena como o ponto crucial do filme, em que a continuidade dramática acontece, e que permite uma melhor representação da realidade. Assim, decompomos o filme em onze cenas-chave que destacam momentos importantes para a compreensão geral do filme e a discussão dos temas.

Quadro 1

Cenas-chave analisadas do filme "Sorry We Missed You"

Cena-chave	Minutagem	Descrição
Cena 1	0:40 a 2:55	Rick, em uma conversa com seu "empregador", enfatiza que está cansado de ter sempre alguém enchendo seus sacos e por isso prefere ser seu próprio chefe. Além disso, é questionado se recebeu seguro-desemprego em outras funções, mas afirma que felizmente não e prefere passar fome a não ferir o seu orgulho, o que agrada o recrutador. Em seguida, são feitas afirmações para Rick, onde ele: "não é contratado, mas vem a bordo"; "não trabalha para nós, trabalha conosco"; "não dirige para nós, realiza serviços". Assim, não existe contrato de emprego, metas de desempenho e nem salários, mas honorários, sem bater ponto, mas ficando disponível, tornando-se um motorista franqueado.
Cena 2	5:1 a 7:05	Abbie e Rick discutem sobre a compra da van. Abbie sugere que Rick use uma van da empresa para evitar riscos, mas ele argumenta que comprando a própria van pode ganhar mais. Ela questiona o tempo de trabalho necessário, 14 horas por dia, 6 dias por semana. Eles consideram vender o carro para comprar a van, mas Abbie resiste, pois precisa do carro para visitar seus clientes. Rick acha que ela poderia pegar o ônibus e ainda fazer o almoço e cuidar das crianças.
Cena 3	8:30 a 12:51	O aparelho de monitoramento das rotas passa a ser responsabilidade de Rick. É realizada a explicação de como devem funcionar as entregas que são rastreadas e que devem ser entregues no horário estipulado. O aparelho gerencia cada movimento fora das rotas e os horários estipulados de até 1h para cada entrega. Retrata o início do trabalho, com a realidade se mostrando mais complexa do que na teoria.
Cena 4	25:20 a 28:28	Surge um confronto entre um dos entregadores e o superior. O entregador comunica um contratempo envolvendo o veículo de entregas e solicita um intervalo de 2 horas para realizar os reparos necessários. O chefe recusa e exige que ele encontre um substituto. A frustração do entregador aumenta, resultando em um confronto. Enquanto isso, Rick é pressionado a substituir o entregador, enfrentando uma rota mais desafiadora.

Fonte: elaboração própria, 2024.

A partir da cena 1, é possível observar os princípios do fenômeno da uberização. A ênfase de Rick em querer ser seu próprio chefe e evitar a constante supervisão de um empregador reflete a busca por maior autonomia e flexibilidade, que são características fundamentais da uberização apoiadas na cultura do management (Abílio, 2020; Rosa et al., 2021). Assim, ao preferir ser um prestador de serviços independente, ele busca ter controle sobre seus horários e suas condições de trabalho.

Outro aspecto que chama a atenção, trata-se da recusa de Rick em aceitar receber o seguro-desemprego em funções anteriores, mesmo que isso signifique passar por dificuldades financeiras, evidenciando assim, uma desvalorização do trabalho assalariado tradicional, uma vez que, ele prefere priorizar o seu orgulho. Esse comportamento está alinhado com discursos liberais que valorizam o livre mercado e evitam a intervenção estatal. (Bresser-Pereira, 2020). Logo, nesse viés, necessitar do seguro-desemprego pode ser uma forma de desencorajar o indivíduo a procurar uma nova ocupação, bem como aumentar custos aos empregadores.

Em consonância, são fortemente evidenciados os discursos “empreendedores” por trás dessa nova modalidade de trabalho, onde o trabalhador é chamado de “colaborador” ou, como explicitamente mostrado no filme, é dito “não trabalha para nós, trabalhe conosco”. A cultura do *management*, então, é manifestada por um discurso que exalta valores como o autoempreendedorismo e o esforço individual. Esse discurso também destaca a estratégia empreendedora da uberização, que, segundo Franco e Ferraz (2019), visa modificar a relação entre empregador e empregado, promovendo uma dinâmica aparentemente mais horizontal que se torna mais atrativa para os trabalhadores. Logo, são incentivados a verem-se como empreendedores individuais que investem em seus próprios meios de produção (como seus veículos) e assumem riscos financeiros em troca de uma parcela dos lucros gerados, conforme apontado na segunda cena-chave.

Na cena 2, Rick e Abbie discutem justamente acerca da necessidade que a uberização impõe sob os trabalhadores de arcarem com os próprios meios de trabalho, onde “assumem todos os riscos e custos de sua atividade” (Greggo et al., 2022, p.22). Essa cena também reforça a mentalidade empreendedora incentivada pela economia de plataforma, na qual os trabalhadores optam por assumir riscos em busca de melhores recompensas financeiras (Franco; Ferraz, 2019), bem como despreza qualquer possibilidade de escolha por uma opção mais estável, como pegar a van concedida pela

empresa. Além disso, destaca-se também a carga horária extensa que seria necessária para que Rick alcançasse bom desempenho, o que causa preocupação em sua esposa, destacando a falta de equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal do indivíduo, colocando-as como secundárias, o que, novamente, reafirma o culto empreendedor que contribui para o sequestro de sua subjetividade (Borges; Cappelle; Campos, 2019).

Em paralelo, a ausência de condições adequadas de trabalho pode desencadear transtornos psíquicos, que afetam a saúde física e mental dos trabalhadores, sendo a sobrecarga de trabalho e intensa jornada um dos principais fatores de adoecimento (Pereira; Scatolin, 2020), sendo essas condições claramente expostas nas cenas decorrentes do filme.

Conforme evidenciado no terceiro tópico do presente trabalho, o processo de reestruturação produtiva ocasionou a divisão sexual do trabalho que é evidenciada no artigo de Hirato (2011), onde apresenta que, apesar do mercado de trabalho ter dado mais abertura para as mulheres, ainda assim não são elas que ocupam os melhores cargos e têm os melhores salários. Embora o número de mulheres empregadas tenha aumentado, isso tem ocorrido, principalmente, em espaços precarizados, como é revelado na mesma discussão entre as personagens na cena 2.

Além disso, Hirato (2011) retrata que as mulheres enfrentam ainda duplas jornadas de trabalho, realizando tanto o trabalho doméstico, reprodutivo, não remunerado quanto o trabalho produtivo no espaço público. Tal aspecto é representado pela forma como Abbie retrata sua realidade, pois ela não quer vender o carro para comprar a van porque necessita dele tanto para suas atividades profissionais, como para facilitar a rotina doméstica. Todavia, Rick parece não reconhecer o valor do trabalho não remunerado de sua esposa, sugerindo que ela poderia facilmente se adaptar sem o carro, assim é evidenciado a desvalorização do trabalho doméstico.

Na sequência, a cena seguinte (cena 3) faz referência ao monitoramento constante da uberização. Segundo Scapini (2020), a figura do chefe era tida como forma de exercer o controle aos trabalhadores, entretanto, com o advento da tecnologia da informação, essa função passou a ser exercida pelo algoritmo. Assim, o fato de Rick assumir a responsabilidade pelo aparelho de monitoramento das rotas ilustra como os trabalhadores são constantemente vigiados, sendo obrigados a se submeterem a pressão pela eficiência e maximização do tempo, visto que possuem horários crono-

metrados para realizar as entregas. Isso também se relaciona com a cena 6 onde Liza, filha do casal, questiona quem estaria por trás dos algoritmos.

Mediante tal questionamento, no contexto da obra de Kalil (2019), os algoritmos assumem o papel de instrumentos fundamentais das plataformas digitais, as quais, por sua vez, se constituem como a base do capitalismo contemporâneo. Assim, os que detêm tais plataformas, influenciam no controle dos setores econômicos. Logo, pode-se dizer que o controle das plataformas digitais reside na classe capitalista, detentora dos meios de produção e dos mecanismos de exploração do trabalho hodiernamente.

Ainda sobre isso, o gerenciamento por meio dos algoritmos são capazes de determinar o ranqueamento dos motoristas através das taxas de avaliação (Rosa el al 2021; Scapini, 2020), o que faz com que os trabalhadores sejam totalmente reféns de indicadores. Semelhantemente, Rick menciona (cena 3) que com o dispositivo de monitoramento, o cliente sempre sabe onde ele está e o aparelho sinaliza quando ele está fora do veículo de trabalho. Essa forma de controle faz com que o trabalhador se sinta sempre vigiado, estimulando uma padronização em seus comportamentos.

Assim, para Franco e Ferraz (2019, p. 854):

A subsunção virtual do trabalho ao capital indica que o trabalhador está subordinado na relação de trabalho sob os moldes da uberização, ainda que a aparência imediata seja de autonomia e liberdade sobre a forma produtiva. A determinação sobre como executar o trabalho, sobre os padrões e as metas produtivas se centra na empresa detentora da plataforma de intermediação, enquanto o trabalhador, em vez de submetido diretamente a um contrato de trabalho formal, submete-se às imposições estabelecidas sob o risco de desligamento da ocupação.

Portanto, a empresa é quem detém total controle sobre como o trabalho deve ser realizado. Ela define as regras (cena 3, cena 8), os padrões de qualidade e as metas de produtividade que os trabalhadores devem seguir (cena 3). Assim, na prática, os mesmos não possuem autonomia, diferentemente do discurso enraizado. Ademais, conforme apontado, as metas definidas pela empresa podem ser extremamente altas, o que necessita de maior esforço dos trabalhadores (Franco; Ferraz, 2019).

Diante disso, a cena 4 expressa um cenário que confirma tais indicadores. Uma vez que, o entregador enfrenta um problema com seu veículo de entrega. No entanto, nenhum suporte é oferecido pela empresa, o que deposita toda a responsabilidade sob

o trabalhador e reforça o processo de individualização. Ora, mais uma vez, se demonstram preocupados não com a segurança dos indivíduos, mas com a produtividade e lucratividade.

As cenas-chave até agora analisadas, bem como as seguintes, retratam fielmente o contexto no qual o fenômeno da uberização se insere: de informalidade e de precarização. De acordo com Alves (2009), o movimento da precarização do trabalho nada mais é do que colocar o trabalhador em uma posição onde ele enfrenta insegurança de direitos, de representação, de contrato e, o mais temido, de emprego. Sendo essa última insegurança, um forte motor que impulsiona a precarização, pois o indivíduo muitas vezes, por conta desse medo do desemprego, acaba se submetendo a condições precarizadas de trabalho, bem como ao trabalho informal, assim como relatado por Abbie, na cena 5.

Diante disso, é possível observar que o endividamento familiar foi um dos principais fatores motivantes para que Rick se sujeitasse a empregos instáveis, pois a falta de emprego não era viável. No âmbito da precarização do trabalho, que se manifesta fortemente na informalidade, os trabalhadores se veem forçados a sempre recomeçar e recomeçar, muitas vezes encontrando espaços apenas em trabalhos marginalizados e informais como alternativa. No mais, dentro do que Alves (2009) descreve como metabolismo social da precarização do trabalho, a figura do trabalhador estável e seguro torna-se rara. Em virtude disso, é ressaltado o trabalho precário de Abbie, que, ao ser questionada sobre as tradicionais 8h de trabalho, revela estar submetida a uma jornada exaustiva das 7h30 às 21h, provocando um cansaço não apenas físico mas também mental (cena 5).

Em um contexto de crescente concorrência e precarização do trabalho, os trabalhadores, nesse caso os uberizados, se veem forçados a aceitar condições de trabalho exaustivas para garantir sua sobrevivência (Abilio, 2019). Na cena 7, é delineado um retrato inicial do sofrimento psicológico desse processo. Isto é, das “consequências da intensificação do trabalho, do trabalho precário induzido pela subcontratação e pelas formas ditas ‘atípicas’ de trabalho (tempo parcial, trabalho temporário, etc.)” que “pode ser verificada nos últimos anos” (Hirata, 2011, p. 18). Mesmo para Abbie, que parece encontrar satisfação em sua ocupação, encontramos a evidência desse sofrimento psíquico, resultado da interminável jornada de trabalho à qual se submete.

Ainda na cena 7, vemos como essas questões na medida em que afetam os indivi-

duos isoladamente, permeiam também as relações interpessoais. Isto porque, “a precarização do trabalho e precarização familiar são indissociáveis” tal como é destacado no filme (Hirata, 2011, p. 16). Na cena, Abbie e Rick estão deitados em sua cama, compartilhando suas angústias sobre a rotina exaustiva que enfrentam. Eles conversam sobre a falta de controle sobre seu próprio tempo de vida e o quão desafiador tem sido se dedicar a algo além do trabalho.

Isso porque, esses indivíduos são atraídos por uma narrativa de empreendedorismo que está vinculada às dificuldades impostas pelo capitalismo. Enxergam na uberização uma chance de alcançar realização profissional por meio da promessa de autogestão no trabalho. No entanto, essa realidade se mostra muito mais difícil e distante da utopia inicialmente concebida. Tal contraste também é evidenciado na cena 8, quando o superior de Rick o repreende por ter levado sua filha consigo em um dia de trabalho, mesmo que a van fosse de sua propriedade, o seguro estivesse em seu nome e teoricamente ele fosse o dono do próprio negócio.

No limite, o capitalismo contemporâneo reflete a mesma percepção de conflitos demonstrada na cena 9. Max Weber, observa isso como uma das consequências de uma sociedade cada vez mais burocratizada e dominada pela impessoalidade, fatores que, hoje em dia, são impulsionados pelo discurso neoliberal. Essa percepção dos conflitos passa pela valorização de símbolos de prestígio, pela redução dos conflitos ao nível individual, ou seja, transferindo o coletivo para o indivíduo, pela psicologização deles e pela convicção de que cada indivíduo é intrinsecamente capaz de se adaptar às condições impostas pela realidade (Tragtenberg, 2006).

Na cena, fica claro um aspecto da individualização, que incentiva os trabalhadores a adotarem uma mentalidade menos coletiva, onde cada indivíduo se sente compelido a lutar por si mesmo em um ambiente de competição, resultando na perda gradual do senso de coletividade. Esse fenômeno também se evidencia na ascensão da uberização, que alguns associam à economia compartilhada, embora seja considerada aqui como algo distinto. A uberização não se trata apenas de compartilhar objetos, espaços ou serviços, mas sim da venda direta da força de trabalho, mesmo que essa relação econômica não seja imediatamente explícita (Franco; Ferraz, 2019 p. 849).

Como mencionado, a promessa subjacente à uberização é a autonomia e a liberdade. Porém, na prática, esses ideais se mostram inatingíveis. A uberização introduz,

na verdade, novas formas de controle sobre os trabalhadores, porém, sem abandonar as antigas relações de poder, conforme o filme. Na cena 10, por exemplo, quando Rick precisa abandonar o trabalho para resolver um problema urgente com seu filho, seu superior reage com indignação, enfatizando os custos dessas interrupções e tentando impedi-lo de sair. Assim, a tão prometida autonomia é questionada mais uma vez.

Não somente esse novo fenômeno, mas o novo sistema de metabolismo societal moldado pelo capital, acarreta certa desumanização dos indivíduos. Mesmo diante de questões familiares delicadas e desafios de saúde física e mental, os trabalhadores são submetidos a uma pressão incessante para continuar desempenhando suas atividades laborais. Essa realidade é reproduzida, marcadamente, na cena 11 do filme, onde Rick é vítima de um assalto e agressão e mesmo diante de circunstâncias tão críticas, ele é obrigado a retornar ao trabalho, embora machucado. Dessa vez, não apenas para garantir sua própria subsistência, mas também para cobrir as multas, substituir os itens roubados que não estão segurados e ainda pagar pelos danos causados ao seu próprio equipamento de trabalho que também é sua propriedade, apenas na teoria.

A análise das cenas-chave do filme revela os complexos dilemas enfrentados pelos trabalhadores na era da uberização. Embora a quimera de autonomia e liberdade seja frequentemente destacada, a realidade é muito mais sombria, com os trabalhadores sujeitos a um controle rigoroso para produzir resultados, ao mesmo tempo que enfrentam a desumanização das suas próprias vidas. A precariedade, a intensificação da jornada, a desvalorização do trabalho assalariado tradicional e a flexibilização das leis trabalhistas surgem como temas centrais, evidenciando os desafios enfrentados por quem se encontra preso neste ciclo de exploração e incerteza.

Considerações finais

A partir dessas contribuições, é possível observar as nuances da análise do filme sob a perspectiva da uberização, podendo concluir que o retrato apresentado reflete as complexidades e desafios enfrentados pelos trabalhadores nesse novo modelo de economia de plataforma. A análise do filme *"Sorry We Missed You"*, permitiu evidenciar as interconexões entre flexibilização, precarização e uberização. A partir do qual, em con-

formidade com o referencial teórico, foi possível observar que a uberização do trabalho afeta não somente as condições econômicas dos trabalhadores, mas passa também a ter repercussões sociais e psicológicas.

Como discutido, o trabalho que inicialmente servia para garantir a sobrevivência do trabalhador, no capitalismo transforma-se em um meio de acumulação de capital. Assim, o trabalhador passa a vender sua força de trabalho, muitas vezes sem uma compreensão mais ampla de sua função, o que leva à perda do sentido de sua atividade laboral.

Nesse contexto, tornou-se essencial examinar o papel da globalização, que além de ser um fenômeno econômico, também manifesta-se como um discurso. Em conjunto com a crise econômica mundial e os preceitos do neoliberalismo, impulsionou uma tendência fortemente mundializada de crescente precarização do trabalho, marcada pela ampliação de subcontratações, flexibilização salarial, aumento do trabalho parcial, e, conseqüentemente, o crescimento da informalidade e da terceirização, os quais são devidamente demonstrados fazendo o uso da experiência de Rick e Abbie.

Esse cenário, que merece destaque, também tem redefinido a concepção de jornada de trabalho, trazendo à tona uma nova perspectiva sobre o tempo que se deve dedicar ao labor. A pressão para expandir as horas trabalhadas como meio de subsistência, a crescente influência do discurso empreendedor, e o tempo involuntário gasto no deslocamento até o trabalho, que muitas vezes invade o espaço doméstico, são fatores que, têm progressivamente diluído as fronteiras entre o tempo de trabalho e a vida privada. Essa fusão, como vimos, é ainda mais intensificada pela disseminação do discurso do management.

O exame das cenas-chave enuncia como a uberização do trabalho tem representado um novo meio de gestão e controle, sustentado pelo discurso do “empreendedor de si”. No caso de Rick, a busca por autonomia, apresentada como um benefício da uberização, revela-se como uma ilusão, uma vez que os trabalhadores são submetidos a uma série de exigências e controle por parte das empresas. A necessidade dos trabalhadores de arcarem com os próprios meios de trabalho, além dos riscos financeiros, revela a transferência de responsabilidades por parte das empresas, que buscam maximizar seus lucros enquanto minimizam seus custos.

O filme revela como a precarização do trabalho priva os trabalhadores uberizados de seu tempo pessoal e social, submetendo-os ao discurso empreendedor, aos algorit-

mos e a condições degradantes. Para Foucault (1996), o discurso é uma ferramenta que articula lutas sociais, políticas e ideológicas, refletindo e traduzindo conflitos e sistemas de dominação. O controle do discurso define a realidade, molda opiniões e influencia ações. Neste caso, mediante o filme analisado, têm-se como resultado, que esses trabalhadores podem acabar por sofrer um sequestro de sua própria subjetividade através do discurso reproduzido.

Assim, o longa retrata impactantemente a precarização do trabalho, a sobrecarga de horas e a constante vigilância, mostrando como os trabalhadores se tornam reféns de indicadores de desempenho e metas das empresas. Mais do que isso, o filme evidencia a fragilidade social que o fenômeno da uberização reflete na vida particular de cada indivíduo. Rick e Abbie enfrentam jornadas intensas, endividamento, exaustão e falta de tempo com a família, e seus filhos sofrem com a ausência dos pais.

Nesse diapasão é possível observar que a uberização, também relaciona-se com a mecanização do trabalho, por meio das rotinas repetitivas estabelecidas, com o tempo e horários monitorados, atividades pré-determinadas, ações padronizadas, dentre outros. Sendo assim, leva-se ao funcionamento mecânico dos trabalhadores, como mera peças de um maquinário. Diante disso, Rick, bem como os demais entregadores, são vistos apenas como “peças”, sendo limitados com a falta de comunicação e integração, boas condições de trabalho, alto nível de estresse, desgaste físico, e outras. Logo, tais trabalhadores são submetidos ao processo de alienação, tornando-se apenas força de trabalho, e assim, é reforçado a desumanização dos mesmos.

Portanto, a uberização do trabalho exprime o ápice da exploração, transcendendo a mera realização de tarefas através de aplicativos, precarizando a vida pessoal, profissional e social dos indivíduos. Torna-se crucial, então, refletir sobre a romantização subjacente ao discurso empreendedor, que promete autonomia ao trabalhador, enquanto, na realidade, o cerca em condições degradantes. Por fim, este fenômeno é uma das formas primárias de acumulação de capital, pois não apenas explora a força de trabalho do trabalhador, mas também o encarrega dos meios de produção, colocando toda a responsabilidade do processo produtivo em seus ombros.

Referências

ABÍLIO, L. *Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado*. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

ABÍLIO, L. *Uberização: a era do trabalhador just-in-time?* *Estudos avançados*, v. 34, n.98, p. 111-126, 2020.

ALVES, G. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, G. *Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial*. *Revista Katálysis*, v. 12, p. 188-197, 2009.

ANDONEGUI, M. *La globalización como discurso y realidad*. *Aldea Mundo*, v. 5, n. 9, p. 20-27, 2000.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

AUMONT, J.; MARIE, M. *L'analyse des films*. Paris: Nathan. Edited by Michel Marie (1988).

AVEDAÑO C.; WILLIAM R.; RAMÓN P. *Educação e globalização: uma visão crítica*. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas* 16.30 (2016): 191-206.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Phases of capitalist development*. Chapter 1 of the book to be completed and published, *Historical Forms of Capitalism*, 2020.

CANUDO, R. *Usine aux images (I)*. França: Séguier, 10 outubro 1995

CATSOULIS, J. *Ken Loach: Championing the Strugglers and Stragglers, A retrospective of the director's work at Film Forum shows how his movies have kept a focus on working-class solidarity*. *The New York Times*, Seção C, 20 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2024/04/19/movies/ken-loach-movies.html>>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

FERRER, W. *O Brasil na década de 90: o início do processo de inserção no mercado mundial*. *Revista Estudos*, v. 10, n. 10, p. 207-232, 2006.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Edições Loyola, 1996.

FRANCO, D.; FERRAZ, D. *Uberização do trabalho e acumulação capitalista*. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 17, n. SPE, p. 844-856, 2019.

GREGGO, J. et al. *Percepção de motoristas de Uber sobre condições de trabalho e saúde no contexto da Covid-19*. *Saúde em Debate* [online]. v. 46, n. 132 pp. 93-106, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104202213206>>. Acesso em: 19 de abril de 2024.

HIRATA, H. *Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão*. *Caderno crh*, v. 24, p. 15-22, 2011.

KALIL, R. *Capitalismo de plataforma e direito do trabalho: crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos*. São Paulo: USP, 2019. (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LAGOA, M. I. *A ofensiva neoliberal e o pensamento reacionário-conservador na política educacional brasileira*. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 19, 2019.

LIMA, N. V. et al. *A produção de saberes no trabalho: qual o valor dos saberes investidos*. *Revista Pedagógica*, n. 31, 2013.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013

MARGLIN, Stephan. *Origem e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os patrões?)*. In: GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. Lisboa: Editorial "Avante", 1946.

MARX, K. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2013

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Livro I — O processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

OLIVEIRA, G.; MONTEIRO, T. *Uberização do trabalho e os efeitos na saúde mental do trabalhador*. In: CAOS - Congresso Acadêmico de Saberes em Psicologia, v. 6, 2021.

PENAFRIA, M. *Análise de Filmes-conceitos e metodologia (s)*. VI Congresso Sopcom. Vol. 6, 2009.

PEREIRA, L. SCATOLIN, H. *Saúde Mental e Trabalho: Do sofrimento ao adoecimento psíquico nas organizações frente às tecnologias e formas de gestão*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 09, p. 139-152, 2020.

ROSA, K. L. et al. *Nova pandemia, antiga tragédia: um olhar para a exploração dos entregadores uberizados*. Princípios, v. 40, n. 162, p. 329 - 354, 2 set. 2021.

ROSA, K. L. et al. *"Quem trabalha tem que ganhar mais, não é quem fica sentado. O dono do aplicativo fica sentado, ganha mais, e não tem gasto com nada": um olhar à dinâmica da uberização no modo de produção capitalista*. In: XLV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD 2021), v. 45, 2021b.

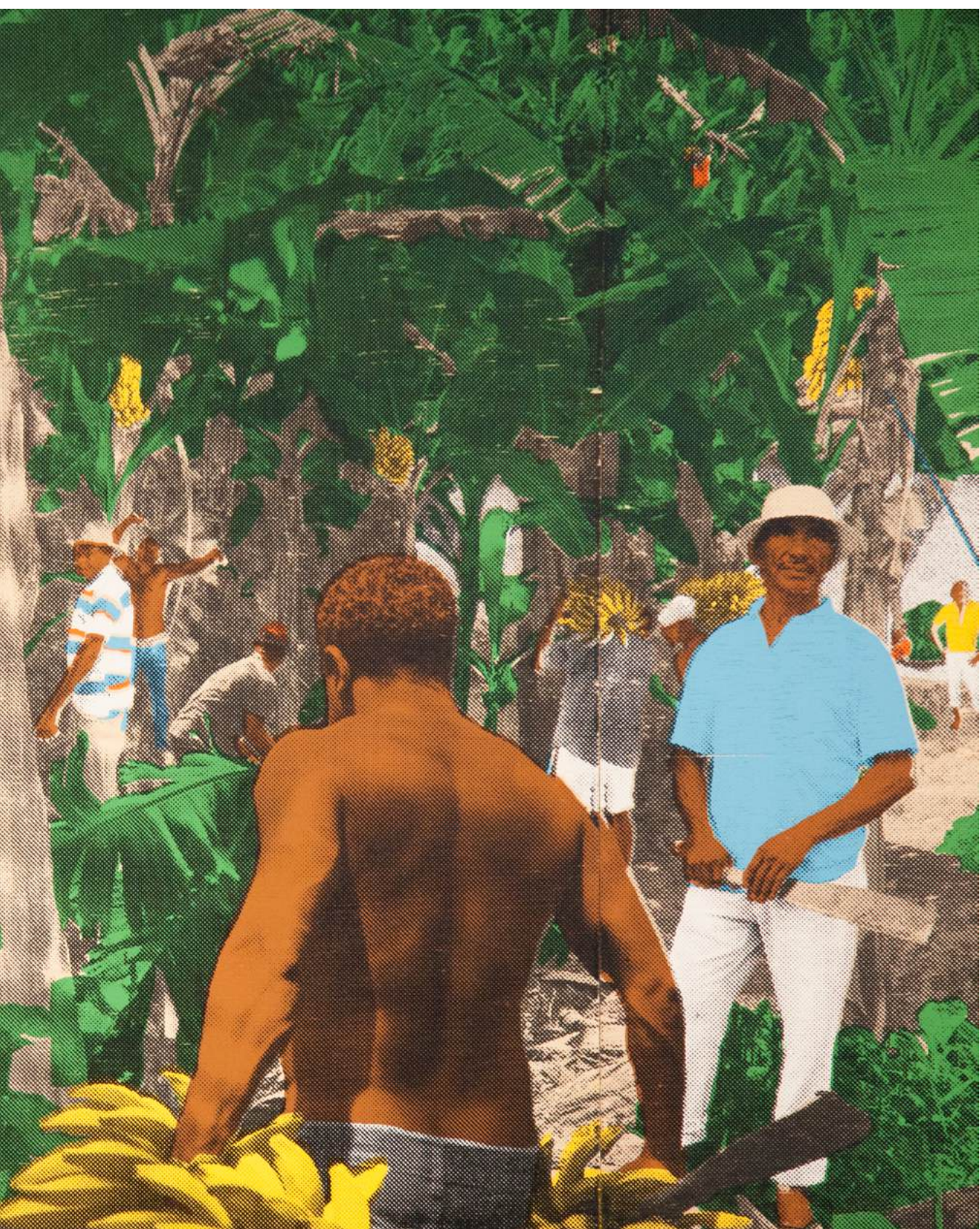
SCAPINI, E. *Uberização: uma nova forma de controle e de subordinação*. Revista Contraponto, [S. l.], v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/108812>. Acesso em: 27 de abril de 2024.

SILVA, J. et al. *Administração e relações de trabalho na contemporaneidade: uma tendência denominada uberização*. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, ano XIX, vol. 19, n. 33, p. 26-42, 2022.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia*. Editora Unesp, 2006.

ZAMORA, M. A. M.; AUGUSTIN, A. C.; SOUZA, A. S. B. A Uberização do Trabalho como Nova Articulação entre o Arcaico e o Moderno no Capitalismo Brasileiro. *Rev. Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 8, n. 1, p. 55- 86, 2021. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/388/pdf_1>. Acesso em: 11 de agosto de 2024.









Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética.

O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG

E CARAMELIZADAS PARA UM ESTÁGIO
AÇUCARADO. PROVE AGORA.
CHEGAR NA COR PERFEITA E SENTIR NA
TA O APURO DO SABOR. MAS CUIDADO!
ESTE MOMENTO ESCAPAR.



7. LET IT STAND.
8. POUR IT WHEN STILL HOT INTO
A PLAIN MOLD COVERED WITH
SUGAR.
9. WHEN IT BEGINS TO GROW
HARD, CUT IT INTO PIECES.
10. THEN, COVER THE PIECES
WITH SUGAR AND WRAP THEM
IN TRANSPARENT PAPER.
11. SERVE AND TASTE HOW
DELIGHTFUL THEY ARE!



7. DEIXE DESCANSAR. 8. DESPEJE AINDA QUENTE EM
LISO, FORRADO DE AÇÚCAR. 9. QUANDO MAIS CONSISTE
E REPARTA EM PEDACINHOS. 10. BANHE-OS NO AÇÚCAR
EMBALE EM PAPEL TRANSPARENTE.
11. SIRVA E DELICIE-SE!

EVIDÊNCIAS DE UMA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PÓS-NEOLIBERAL:

Estado, racionalização tecno-organizacional e trabalho

FÁBIO LUIZ TEZINI CROCCO *

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.549>

RESUMO: As transformações do capitalismo, a partir da segunda década do século XXI, expõem indícios de que estamos imersos num processo de reestruturação produtiva e organizacional com sérias implicações para o mundo do trabalho. Denominamos esse processo vigente de reestruturação produtiva pós-neoliberal. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar evidências e refletir a respeito das características e métodos dessa nova fase do sistema do capital. As evidências são abordadas a partir (i) do processo de transição intensificado no pós-crise de 2008, (ii) do processo de mudança do papel do Estado, (iii) da manufatura avançada enquanto baluarte da racionalização tecnológica e organizacional e, por fim, (iv) das novas formas de racionalização e controle do trabalho. Assim, esperamos contribuir para a sistematização de dados e análises a respeito das crises e transformações atuais do capitalismo e seus entrelaçamentos com as reconfigurações do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo; reestruturação; pós-neoliberal; trabalho; racionalização.

Evidence of post-neoliberal productive restructuring: the state, techno-organisational rationalisation and work

ABSTRACT: The transformations in capitalism since the second decade of the 21st century show that we are immersed in a process of productive and organisational restructuring with serious implications for the world of work. We call this current process Post-Neoliberal Productive Restructuring. The aim of this article is to present evidence and reflect on the characteristics and methods of this new phase of the capital system. The evidence is approached from (i) the process of transition intensified in the aftermath of the 2008 crisis, (ii) the process of changing the role of the state, (iii) advanced manufacturing as a bastion of technological and organisational rationalisation and, finally, (iv) the new forms of rationalisation and control of work. In this way, we hope to contribute to the systematisation of data and analyses on the current crises and transformations of capitalism and their intertwining with the reconfigurations of work. **KEYWORDS:** capitalism; restructuring; post-neoliberal; work; rationalisation.

* Instituto Tecnológico de Aeronáutica

Introdução

Mais alguns anos e essas cidades serão transformadas e não mais se verão a não ser nesta iconografia literária (Balzac, 1959, p.166).

[O] verdadeiro conhecimento das forças motrizes do processo social e o reflexo exato, profundo e sem preconceitos da ação deste processo sobre a vida humana assumem a forma de um movimento: um movimento que esclarece a unidade orgânica que liga a normalidade à exceção (Lukács, 1968, p. 62).

Como ponto de partida é importante destacar que a investigação da reestruturação produtiva não envolve meramente fatores tecnológicos e inovações organizacionais nas empresas e nos processos de trabalho. No campo do conhecimento sociológico e numa perspectiva de totalidade, a análise da reestruturação produtiva, a partir da dimensão político-econômica e de sua mediação com outras dimensões sociais, possibilita a compreensão do movimento incessante, contraditório e complexo da sociedade capitalista (Alves, 2007).

Esse movimento, gerado pelas forças motrizes do processo social, é a própria história do capitalismo em constante e permanente reestruturação produtiva (Mello, 2008). Cooperação simples, *putting-out*, manufatura, grande indústria, produção em massa e produção flexível são exemplos desse processo que liga a normalidade à exceção (Lukács, 1968, p. 62) e a continuidade à descontinuidade (Antunes, 1999, p. 54) enquanto modo de produção e reprodução social fundamentado economicamente na acumulação e culturalmente no frenesi da concorrência (Marx, 1986, p. 366).

Dito isso, o que se almeja neste artigo é apresentar evidências e refletir sobre o fato de estarmos vivenciando o despontar de uma reestruturação produtiva de natureza distinta a da era neoliberal no pós-crise de 2008.

Apesar da dificuldade de a investigação sociológica captar com precisão os fenômenos sócio-históricos no momento presente em que eles ocorrem, essa hipótese será examinada a partir de fatores político-econômicos e sociais já observados na atualidade e analisados em pesquisas e publicações de distintas áreas das Ciências Sociais. Com essa finalidade, além de Introdução e Considerações Finais, o artigo está estruturado da seguinte forma: (1) debate com base em revisão bibliográfica sobre evidências de uma reestruturação produtiva pós-neoliberal, (2) discussão sobre o papel do Estado pós-neoliberal, (3) reflexões sobre a manufatura avançada e a racionalização tecnológica e organizacional e (4) análises sobre as novas formas de racionalização e controle do trabalho.

Os dados, análises e reflexões apresentados aqui são frutos de pesquisa iniciada em 2019 e de inúmeras reflexões teóricas sobre as transformações sociais da atualidade que demonstram estarmos presenciando uma reestruturação sociopolítica e econômica com efeitos profundos e diversos no papel do Estado, nos meios de produção, na natureza do trabalho, nas relações laborais e na sociabilidade.

Assim, pretendemos colaborar com a compreensão das crises e transformações atuais do capitalismo e suas imbricações nas experiências do trabalho, pois qualquer projeto crítico e alternativo que venha a se desenhar em nosso horizonte dependerá do entendimento dos movimentos do presente. Consideramos essa ação urgente, pois dada a natureza veloz da reestruturação atual, parafraseando Honoré de Balzac (1959, p.166), “mais alguns anos e essas cidades serão transformadas e não mais se verão a não ser nesta iconografia literária”.

Evidências de uma reestruturação produtiva pós-neoliberal

Escritos sobre evidências de uma nova reestruturação produtiva em andamento estão sendo publicados nos últimos anos (Amorim; Moda, 2020; Antunes, 2018; 2020; Arbix et. al. 2017; 2018; Crocco, 2021; 2022; Slee, 2017; Tonelo, 2020) e de formas distintas e complementares começam a delinear seus fundamentos e os desafios socioeconômicos, políticos e laborais relacionados a ela.

Uma consideração inicial importante sobre essa reestruturação produtiva, comum a outras anteriores e apresentada nas publicações recentes, é seu caráter de processo sem rupturas político-econômicas estruturais no sistema capitalista. As evidências da nova reestruturação são analisadas enquanto processo de racionalização pró-sistêmico e global compatibilizado com as mudanças institucionais e organizacionais no modo e nas relações de produção e trabalho, bem como nos papéis dos Estados-nação e das instituições sociais com o objetivo de garantir a lucratividade do capital.

Portanto, o que mais importa para a compreensão da reestruturação produtiva atual é evidenciar o que é conservado e o que se modifica nesse processo contínuo de transformações, mas sem rupturas estruturais. Diante disso, é preciso resgatar o movimento anterior para entendermos o que denominamos agora, de forma preliminar, de reestruturação produtiva pós-neoliberal (RPPN).

Estudos sobre o tema convergem em afirmar que a partir da década de 1970 a superação da rigidez do fordismo e da crise de acumulação pelo surgimento da acumulação flexível (Harvey, 1992, p. 140) marcam a reestruturação produtiva neoliberal.

A flexibilidade (do trabalho, do mercado e do consumo) e a desigualdade dos padrões de desenvolvimento distribuídos globalmente são características importantes que alicerçam e estimulam uma série de inovações tecnológicas e organizacionais – distintas da automação metal-mecânica e do padrão de gestão taylorista/fordista – fundamentadas na automação microeletrônica e na computação próprias da fase informacional, o que implica, conseqüentemente, em novas formas de gestão, de envolvimento e de exploração da força de trabalho (Antunes, 1999, p.54).

Enfatizando o caráter totalizante da reestruturação produtiva neoliberal que definiu uma nova forma de reprodução social e de sociabilidade no sistema do capital, Alves (2012) enfatiza a mudança política que redefiniu o papel do Estado em direção à ortodoxia liberal – em oposição ao *Estado de bem-estar social* (*Welfare State*) – e no campo cultural e ideológico destaca o “espírito do toyotismo” como o novo ethos manipulatório e de controle para a efetivação do envolvimento proativo do operário e da captura da subjetividade da classe trabalhadora.

A reestruturação produtiva da década de 1970, que denominamos aqui de neoliberal, foi abordada pela teoria sociológica de diferentes formas – *neofordismo*, *pós-fordismo*, *acumulação flexível*, *toyotismo*, *globalização* –, mas, de modo geral, caracteriza

uma nova fase do desenvolvimento e reprodução da economia-política do capitalismo. Porém, é importante considerar que apesar do caráter paradigmático e totalizante desse processo, as formas e os tempos não são iguais nos diferentes países e regiões do mundo, resultando em experiências e trajetórias singulares como foram, por exemplo, os modelos japonês, sueco e italiano. E, além disso, resultou na manutenção da lógica de dominação e dependência entre as nações e a reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) (Pochmann, 2007).

De acordo com Ianni (1998), essa nova fase do capitalismo compreende a liberalização crescente das atividades econômicas, concernentes à produção, distribuição, troca e consumo, e constitui uma sociabilidade pautada no modelo da liberdade econômica e da livre iniciativa que extrapola a empresa privada capitalista em suas diferentes formas e contamina todas as instituições sociais. O neoliberalismo se generaliza mundialmente e alcança tanto países que experimentavam regimes socialistas quanto aqueles já organizados nos moldes capitalistas e neles disseminam uma nova racionalidade política e uma nova cultura de internacionalização, financeirização, desregulamentação e privatização econômica.

A denominação “Estado mínimo”, que caracteriza o papel do Estado no período neoliberal, não representa, necessariamente, enfraquecimento ou perda de importância do Estado-nação, pois ele continuou sendo forte e fundamental para a manutenção da propriedade privada e das relações capitalistas, inclusive promovendo intervenções diversas (políticas, econômicas e militares) quando do interesse do capital. O que ocorreu foi a redefinição do pacto político-social alicerçado no Estado como mediador dos interesses de classe e apaziguador dos conflitos entre capital e trabalho. A crise do modelo de acumulação taylorista/fordista é também a crise da concertação social instituída no *pacto fordista* até então encampado pelo Estado de bem-estar social, principalmente nos países do capitalismo central. O neoliberalismo promoveu o rompimento dessa aliança com a classe trabalhadora e estabeleceu uma nova composição de forças pró-sistêmicas a partir do capital financeiro, o que passou a determinar o domínio do capital sobre os Estados-nação.

A globalização econômica foi impulsionada pela queda na taxa de lucros dos investimentos produtivos e o capital financeiro ganhou destaque como campo prioritário para investimentos diversos (Antunes, 1999), inclusive operacionalizando a produção

material a partir da lógica rentista especulativa. O processo integrado de financeirização, flexibilização e desregulamentação do capital permitiu que ele pudesse vagar com maior liberdade e buscar melhores oportunidades de rendimento pelo mundo. Além disso, conduziu a própria flexibilização do câmbio enquanto bem fiduciário e resultou numa nova lógica de criação exponencial de ativos e derivativos (Harvey, 2011).

A reestruturação produtiva neoliberal conduziu à lógica da acumulação flexível, promoveu a hipertrofia do capital financeiro (Harvey 2011; Antunes 1999) e, consequentemente, uma série de crises socioeconômicas relacionadas a essa nova dinâmica do capitalismo. Seguindo essas reflexões, Crocco (2021) analisa as metamorfoses da globalização desde a ascensão do neoliberalismo na década de 1970 e destaca que a crise financeira de 2008 teve como base as “transformações endógenas promovidas pela dinâmica capitalista que levou à exasperação os desequilíbrios financeiros, produtivos e na distribuição de renda e riqueza entre países, empresas e famílias” (Belluzzo; Galípolo, 2017, p. 12). Além disso, conforme destaca Harvey (2011, p. 13), essa crise representou o “auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última grande crise do capitalismo nos anos 1970 e início dos anos 1980”.

Diante da grave crise financeira de 2008, o Estado atuou rapidamente para salvar os bancos, os capitais, as empresas e a propriedade privada, inclusive porque seus interesses e recursos estavam imbricados à lógica econômica em questão. Mesmo com todo esforço político e com a queima de recursos públicos para conter a crise, a partir da injeção de liquidez (*quantitative easing*), houve cautela nos investimentos e a retomada do crescimento econômico não ocorreu de forma satisfatória.

Soma-se a esse fato o protagonismo industrial e econômico do oriente – com destaque para a ascensão do poder chinês –, a tensão geopolítica e o acirramento da concorrência que se instaura a partir da segunda década deste século. Relacionado ao panorama macropolítico e econômico apresentado, Chesnais (2018, p. 29-30) evidencia as políticas de austeridade implementadas pelos Estados no pós-crise, o aumento das desigualdades, o declínio na renda de grande parte da população, a elevação do desemprego, subemprego e da precariedade laboral, o aumento da vulnerabilidade social e a deterioração das condições de vida.

Após a crise de 2008, o capital entrou em um impasse: a bancarrota do modelo de acumulação neoliberal sem a perspectiva de uma nova resolução de acumulação internacional. O resultado para o mundo do trabalho também não poderia ser outro. Não se tratou de negar os métodos do período neoliberal – já que não se encontra outro padrão de acumulação capaz de levar a uma metamorfose completa e mais abrupta –, mas sim de buscar aprofundá-los dentro das novas condições econômicas, o que só poderia levar a formas de decomposição do trabalho e da estrutura produtiva de muitos países, em nome de engordar as massas de lucro de um conjunto de monopólios (Tonelo, 2020, p. 141-142).

A partir desse contexto apresentado como “impasse” e “bancarrota do modelo de acumulação neoliberal”, Tonelo (2020) aponta não haver uma ruptura com os métodos do período neoliberal, mas apresenta evidências de uma nova reestruturação produtiva em processo no período pós-crise econômica de 2008. Apesar de o autor indagar que esse novo momento representa um “agravamento” da reestruturação neoliberal, ele aponta que há um “grande indício de que estamos vivenciando uma nova reestruturação produtiva, um salto de qualidade em comparação às formas de exploração do período neoliberal” (2020, p. 148). Para o autor, esse indício estaria relacionado a três evidências principais: (1) mudanças substanciais nas legislações trabalhistas, (2) incorporação massiva da mão de obra imigrante e (3) introdução de novas tecnologias (indústria 4.0, economias de plataforma e uberização do trabalho).

Seguindo o entendimento de mudanças profundas no capitalismo, Crocco (2021) afirma que o contexto pós-2008 evidenciou o agravamento da crise estrutural do capital, uma nova configuração geopolítica e transformações significativas na dinâmica global do capital. Como consequência, teríamos o acirramento da concorrência econômica internacional e metamorfoses no processo de globalização articuladas ao incremento das bases técnicas e organizacionais. Como forma de diferenciar esse novo momento em relação ao período anterior – reestruturação produtiva neoliberal – o autor afirma estarmos iniciando uma nova fase de desenvolvimento das forças produtivas e de reconfiguração das relações de produção, que intitula de *Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada* (RPMA). Esse novo momento seria um movimento de intensificação de processos prévios iniciados, fundamentalmente, com o modelo de acumulação flexível, relacionados à avanços tecnocientíficos e organizacionais aplicados à lógica da produção capitalista e à nova configuração da imbricação entre trabalho material e imaterial que transfere as *expertises* dos trabalhadores à maquinaria tecnológica (Crocco, 2018) e tende a reduzir o dispêndio de energia física e majorar

a utilização da energia mental, intelectual e psíquica do labor (Lojkine, 1995, p. 107). Além disso, Crocco (2021, p. 360) destaca que não se trata simplesmente de “uma ruptura tecnológica, mas de um processo de continuidade e descontinuidade na lógica política e econômica do capitalismo, ou seja, de manutenção do sociometabolismo do capital a partir do aprimoramento e da introdução de novos métodos e instrumentos”, conforme abordaremos na sequência.

Algumas interpretações nos levam a considerar que vivenciamos na atualidade uma intensificação do processo de flexibilização e um agravamento do modelo de acumulação típico do neoliberalismo e, portanto, seria demasiado precipitado anunciar que estamos inseridos numa nova reestruturação produtiva. Mas, mesmo sem uma definição clara desse fenômeno que analisamos em processo, a partir da segunda década do século XXI passamos a notar evidências significativas na mudança do papel do Estado em relação às intervenções político-econômicas e jurídicas, nos incrementos tecnológicos e organizacionais digitalizados, integrados e intensos em automação e nas formas de racionalização e controle do trabalho, conforme abordaremos a seguir.

2.1 O papel do estado pós-neoliberal

A anunciação do advento do Estado pós-neoliberal pode causar desconfiança naqueles que analisam a atualidade mais como um processo de continuidade e acirramento do neoliberalismo do que de exceção e mudança. De certa forma, não discordamos de que há significativos elementos de conservação, pois como foi destacado anteriormente, não há ruptura no processo de desenvolvimento do capitalismo e muito menos em suas bases estruturais.

O que defendemos neste artigo é que a partir da crise de 2008 – com maior ênfase na segunda década dos anos 2000 e agravado no pós-pandemia de Covid-19 e na ascendente disputa entre ocidente e oriente – intensifica-se a reformulação do papel do Estado-nação e de sua soberania. Contudo, é importante destacar que a crise financeira global não é um mero corte temporal entre o período neoliberal e o pós-neoliberal, mas um fenômeno político-econômico crítico numa conjuntura histórica associada à crise estrutural do capital, ao agravamento concorrencial entre nações, empresas e tra-

balhadores e a outros fenômenos geopolíticos relacionados à crise do neoliberalismo, conforme discutiremos a seguir.

Diferente do modelo clássico neoliberal de Estado dito “mínimo”, a nova conjuntura global tem sido marcada por um desempenho mais ativo dos Estados do oriente e ocidente – com maior proeminência das nações mais desenvolvidas e que disputam hegemonia – na construção de estratégias políticas, econômicas e sociais de desenvolvimento com consequências na redefinição das dinâmicas produtivas e laborais locais e internacionais.

Diante desse panorama global, Gerbaudo (2023) denomina esse novo normal político de *neoestatismo*, caracterizado como uma redefinição da globalização indiscriminada rumo a um novo modelo de integração seletiva e controlada e um novo consenso sobre a necessidade de um Estado mais intervencionista. O sociólogo italiano explica que o neoestatismo ainda não é uma doutrina organizada e coerente, mas uma forma teórica de capturar “certo horizonte ideológico, um senso comum compartilhado, que modula forças políticas distintas”. Segundo ele, “esse horizonte está centrado em diversas demandas sociais fundamentalmente ligadas a proteção, controle, soberania e garantias” (Gerbaudo, 2022).

Esse horizonte passou a influenciar mudanças no pensamento econômico relacionadas, por exemplo, à volta do keynesianismo e ao acirramento da crítica às orientações monetaristas da inflação. Pesquisadores como Mariana Mazzucato e Daron Acemoglu quando destacam, respectivamente, a importância do Estado na constituição de sistemas nacionais de inovação e o neoinstitucionalismo são exemplos dessa influência. Além disso, nota-se que seus efeitos envolvem orientações políticas e ações práticas de espectros distintos da direita à esquerda política, de grupos conservadores à progressistas (Gerbaudo, 2022).

Importante considerar que a crise do neoliberalismo, entretanto, não alterou todos os seus métodos – muitos deles, em localidades específicas, principalmente em nações semiperiféricas e periféricas, estão se intensificando dada a ânsia de exploração crescente do capital desterritorializado e financeirizado. A lógica da austeridade, das privatizações, da desregulamentação laboral e da decadência da seguridade tem se aprofundado em muitos desses países, que continuam dependentes das nações do capitalismo central e reféns da especialização econômica determinada externamente com base em alianças internas minoritárias e poderosas. Porém, o novo panorama

político do neoestatismo e a consequente mudança no papel do Estado, tem acirrado a disputa geopolítica por zonas de influência e por benefícios econômicos em determinadas regiões do mundo. Essas disputas podem nos conduzir a oportunidades de autonomia ou a reconfiguração da lógica de dependência, perceptíveis a partir da Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

No campo estritamente econômico, a crise do neoliberalismo pode ser analisada a partir da perda da centralidade e da redefinição da lógica financeirizada da globalização pautada nos arranjos das cadeias globais de produção/valor consolidados a partir dos conglomerados político-econômicos hegemônicos do século passado (e.g. OMC, FMI, Banco Mundial e EU). A ascensão político-econômica da China, (como uma economia planificada e com forte atuação do Estado, como a maior potência industrial do mundo, como a maior força de trabalho alocada nacionalmente, como uma das nações que mais avançam em desenvolvimento científico e tecnológico e como a nação que vem redefinindo rotas e formas do comércio exterior), tem provocado uma inflexão no capitalismo. Soma-se à essa ascensão chinesa uma série de eventos atuais que tensionam e redefinem a correlação de interesses/forças e os caminhos geopolíticos da nova configuração global pós-neoliberal: o conflito entre EUA e China; a pandemia de Covid-19; a ascensão de blocos emergentes, como o BRICS; a guerra na Ucrânia que tensiona o conflito entre OTAN e Rússia; o alinhamento de forças no oriente e no Sul Global que gravitam a relação China-Rússia; a escalada dos conflitos no Oriente Médio a partir da Guerra Israel-Hamas.

Em muitos países, esse papel mais ativo do Estado caminha lado a lado com políticas de austeridade e de contenção de gastos públicos (e sociais) como resposta ao baixo crescimento econômico e às resultantes crises fiscais. Mas, de forma geral e contrariando a lógica liberal ortodoxa que demanda ao capital privado as respostas às necessidades sociais, o Estado-nação é recolocado no centro desse processo e dele se espera a condução político-econômica e a segurança nacional. Assim, notamos que o papel intervencionista do Estado – ora como empreendedor (como ator gerador de condições favoráveis ao capital nacional inserido numa lógica financeira internacional¹), ora como defensor dos interesses de soberania nacional (político-econômicos e militares) – está sendo revalorizado, como, por exemplo, na construção de políticas nacionais industrializantes, diante da complexidade e dos altos custos e riscos relacionados ao avanço da inovação tecnocientífica e organizacional, e na dinâmica econômica e mili-

¹ Essa perspectiva é aprofundada na pesquisa de Musacchio e Lazzarini (2015) sobre a reinvenção do capitalismo de Estado. Para tratar o tema os autores denominam de capitalismo de Estado “a influência difusa do governo na economia, seja mediante participação acionária minoritária ou majoritária nas empresas, seja por meio do fornecimento de crédito subsidiado e/ou de outros privilégios a negócios privados” (2015, p.10).

tar, diante de um mercado global concorrencialmente acirrado e de um capitalismo em meio à conflitos de interesse e guerras.

Portanto, diante das reduzidas taxas de crescimento econômico e do acirramento da concorrência global, evidenciou-se, a partir da segunda década do nosso século, o florescimento de políticas nacionais de desenvolvimento científico, tecnológico e organizacional. Focadas nos setores produtivos e nos serviços, essas políticas estão redefinindo as bases da produtividade, da lucratividade e da exploração do trabalho. Apesar de o Estado-nação nunca ter deixado de ser central para a realização do sistema do capital, a crise do neoliberalismo impulsionou o Estado como peça fundamental na condução de projetos de desenvolvimento político-econômicos e tecnológicos de grande monta, (de importância nacional, custosos e arriscados), com foco em fatores de competitividade e soberania.

Evidencia-se de forma conjuntural esse novo protagonismo do Estado a partir da condução desses grandes planos de desenvolvimento de médio e longo prazo que envolvem a coordenação estatal, a alocação de recursos públicos e a articulação de interesses multisetoriais e de distintos atores sociais públicos e privados, conforme analisado por Arbix et al (2017; 2018) e Crocco (2021; 2022). Com essas características, temos, por exemplo, nos EUA em 2011 a Advanced Manufacturing Partnership, na Alemanha em 2013 a Industrie 4.0, na França em 2016 a Alliance Industrie du Futur e na China em 2016 o Made in China 2025 (com novas fases previstas para 2035 e 2049)².

A pandemia de Covid-19 também evidenciou o protagonismo do Estado na condução de uma situação de extrema calamidade pública e a importância da aquisição de *know-how*, da manutenção da capacidade produtiva e do controle de certos setores industriais estratégicos. Além disso, correlacionados a esses fatores e à reconfiguração das cadeias globais de produção e valor, nota-se o estímulo ao *reshoring*, ao *nearshoring* e a outras medidas de estímulo à soberania político-econômica.

2 Apesar de o Brasil ter promovido discussões sobre o assunto desde 2015 (Crocco, 2022), uma política de desenvolvimento robusta desta natureza somente foi construída em 2023 pelo CNDI e lançada em janeiro de 2024 pelo Governo Federal: Plano Nova Indústria Brasil (NIB).

2.2 *Manufatura avançada e a racionalização tecnológica e organizacional*

“Não há repouso no capitalismo” enfatiza Belluzzo (2013, p. 132) ao refletir sobre a crise de 2008 e sobre os países que perderam posição na disputa competitiva da manufatura, com destaque para os Estados Unidos. Essa constatação nos alerta que no capitalismo os incrementos políticos, econômicos, tecnológicos e organizacionais são contínuos em busca de melhores condições de acumulação. Porém, sustentado nos posicionamentos do economista-chefe da General Electric, Marco Annunziata e do economista americano Keneth Rogoff, logo após a crise do subprime, Beluzzo (2013, p. 133) aponta que desde aquele momento já se preconizava um intenso movimento de automação baseado na utilização de redes de “máquinas inteligentes”. Nanotecnologia, neurociência, biotecnologia, novas formas de energia e novos materiais formam o bloco de inovações com enorme potencial de revolucionar outra vez as bases técnicas do capitalismo.

Articulados a esse contexto histórico e aos planos de desenvolvimento estatais apontados acima, evidenciam-se novos conceitos que modelam políticas e estratégias públicas e privadas de inovação para o incremento produtivo. *Manufatura Avançada* (Holdren, 2012), *Indústria 4.0* (Schuh, 2017) e *Quarta Revolução Industrial* (Schwab, 2016) são denominações comuns desse processo que enfatizam prioritariamente questões técnicas com foco na digitalização, integração, automatização e controle dos processos produtivos e gerenciais. Comumente confundidos com as tecnologias em si, esses conceitos são bravatas publicitárias que representam plataformas de desenvolvimento com base em tecnologias específicas que prometem redefinir os padrões produtivos, aumentar a eficiência e a produtividade das empresas e, consequentemente, ampliar sua capacidade de competir economicamente.

Sabemos que as inovações tecnológicas não são os únicos meios de aquisição de competitividade, mas, correlacionadas aos fatores políticos, legais, laborais e organizacionais, tais inovações passaram a ser intensivamente estimuladas como alternativa para ampliar as taxas de lucro do capital. De acordo com a análise de Mandel (1982, p. 157) referente ao contexto da Terceira Revolução Industrial, o objetivo desse processo em curso é obter superlucros a partir da geração de “rendas tecnológicas”, fundamentadas no incentivo à pesquisa científica e às inovações tecnológicas.

O conceito de manufatura avançada (MA), amplamente utilizado na atualidade como sinônimo do que há de mais inovador no campo da ciência aplicada e da tecnologia produtiva, soa estranho quando analisado a partir da teoria marxiana, que aborda a manufatura num contexto pregresso de produção pautada no trabalho vivo e na destreza técnica e manual do trabalhador (Marx, 1986). MA é um termo técnico comum nas pesquisas tecnológicas e nas políticas contemporâneas de inovação, enquadradas no que Schwab (2016) denominou de Quarta Revolução Industrial. Ele é utilizado politicamente por várias nações em seus planos estratégicos e tecnicamente por pesquisadores e tecnólogos para tratar de forma genérica de todos os avanços tecnológicos que envolvem processos digitais integrados e automatizados relacionados à produção e à circulação de bens e serviços neste início de século XXI.

Nessa direção, Arbix et. al. (2017) apontam que vivenciamos uma expansão acelerada de tecnologias disruptivas em países desenvolvidos que estão questionando os modelos de produção e serviços constituídos no século XX e promovendo uma mudança no consumo com profundas implicações econômicas e sociais. Buscando definir as principais inovações da racionalização técnica e organizacional desse processo, os autores apresentam uma definição ampliada do que denominam de “nova onda de manufatura avançada”, enquanto “novos processos digitais, altamente integrados e intensivos em automação” que estruturam diferentes tecnologias com origens e funções distintas (*e.g design* de produto, manufatura e gestão) (Arbix et. al., 2017, p. 33).

Porém, em seu conceito de RPMA, Crocco (2021) se apropria do termo como forma de questionar a perspectiva tecnicista da reestruturação e de refletir sobre as contradições desse processo relacionadas aos processos econômicos, políticos, históricos e sociais, assim como suas consequências para o mundo do trabalho.

O elemento central desse questionamento, contrariando a manufatura abordada por Marx (1986), fundamenta-se no fato de que o incremento atual visa justamente eliminar a atividade manual e a destreza técnica do trabalhador a partir da expansão do capital fixo e da acelerada introdução dos métodos e tecnologias poupadoras de mão de obra em todos os setores econômicos. Ou seja, a racionalidade tecnológica e organizacional da MA promove um salto qualitativo no controle e na desantropomorfização do trabalho, na redução do *trabalho vivo* e no aumento do *trabalho morto* corporificado na *maquinaria tecnocientífica-informacional* (Alves, 2011; Antunes, 1999; Lojkine, 1995).

Esse salto qualitativo de matriz microeletrônica e informacional, como destacou Alves (2011), possibilitou o avanço da comunicação telemática digital e a articulação em rede de capitais, empresas e máquinas produtivas combinadas.

Esses novos meios tecno-organizacionais objetivam estabelecer cadeias globais de valor e incorporar suas máquinas, instalações de produção, sistemas de armazenagem e logística em *sistemas algorítmicos e ciber-físicos (Cyber-Physical Systems - CPS)*, capazes de trocar informações de forma autônoma entre seus componentes e desencadear ações estratégicas e automatizadas no sistema de produção e circulação de bens e serviços. Assim, esses novos instrumentos comunicacionais constituem novos sistemas e serviços produtivos que potencializam o controle em tempo real do processo de automação e da transferência de responsabilidades produtivas entre empresas matrizes, fornecedoras, trabalhadores terceirizados e prestadores de serviços. E, além disso, permitem aproximar os campos da produção e do consumo vigiando e gerenciando de forma integrada e automatizada as demandas dos consumidores.

Com a finalidade de demonstrar a lógica ultraflexível da racionalidade produtiva e organizacional da RPMA, Crocco (2021) afirma que o *Kanban*, ferramenta fundamental da gestão da informação no sistema *Just in Time*, sofre alterações e é aprimorado a partir das novas tecnologias digitais com a finalidade de coordenar a produção e adequar-se às necessidades do mercado em tempo real. Segundo o autor, na atualidade temos um *Kanban digital-informacional* que coleta dados das mais variadas fontes (da produção à circulação), que alimentam sistemas de *Big-Data* e *Analytics*, para gerar análises preditivas e guiar a tomada de decisões das empresas.

A introdução da *inteligência artificial* (IA) com base em *machine learning* (ML) permite um tipo de automatização na geração, na coleta e no processamento de dados sem precedentes, capaz de controlar o processo de produção e de fornecer sugestões diversas às necessidades empresariais. Tais capacidades criam negócios, novas soluções econômicas e novos rendimentos ao capital relacionados ao aprendizado de máquina estatístico. A criação dessas aplicações práticas de IA exige o investimento de volumosos recursos financeiros e está sendo desenvolvida majoritariamente em centros de pesquisa financiados por grandes empresas e em centros acadêmicos a partir de parcerias público-privadas.

A partir da segunda década dos anos 2000, as aplicações das ferramentas algorítmicas e das IAs passam a ser introduzidas no mercado como serviços industriais e

ferramentas de gestão que permitem, por exemplo: (i) a estruturação das *plataformas algorítmicas* – base das chamadas *gig economy*, *economia de plataforma* e *uberização* –; (ii) a construção de ferramentas capazes de gerar decisões automáticas em setores de logística, de diagnósticos e de localização de problemas na produção industrial e nos serviços; (iv) e mais recentemente, serviços de IA baseados em *Large Language Model* (LLM) que são treinados a partir de grandes conjuntos de dados e que utilizam técnicas de *aprendizagem profunda* (ML). Este método cria outro nível de robotização, pois permite ao sistema compreender e gerar linguagem natural³, assim como executar grande variedade de tarefas similares à inteligência e à criatividade humana (e.g. analisar dados e gerar conteúdos como textos, imagens, sons e vídeos).

A MA e a racionalidade tecnológica e organizacional que direcionam os movimentos da reestruturação atual sustentam-se no mesmo *ethos* do sistema do capital. Porém, sua capacidade tecnocientífica transformada em ferramentas, serviços e mercadorias possibilitam novos meios de geração de valor e um nível superior de envolvimento, manipulação e controle social. No contexto atual, amplia-se a importância do empreendimento cognitivo e do trabalho intelectualizado, sustentado na imbricação de trabalho material e imaterial (Crocco, 2018), e configura-se novos contornos a partir da captura da subjetividade e da coleta de dados de trabalhadores e consumidores para a constituição de uma nova lógica de acumulação (Alves, 2011; Zuboff, 2018).

Mudanças significativas no capitalismo foram analisadas por Zuboff (2018, p. 17-18) a partir de reflexões sobre o chamado *big data*. Contrariando as falas governamentais e empresariais, a autora defende que o aparato informacional-digital não é “um objeto, um efeito ou uma capacidade tecnológica”, ou ainda, “uma tecnologia ou um efeito inevitável”. Zuboff enfatiza que “o *big data* tem origem no social” e representa “o componente fundamental de uma nova lógica de acumulação”, que ela denomina de *capitalismo de vigilância* (CV).

Apesar de questionável a denominação desse processo (CV) como uma nova lógica de acumulação do capitalismo, ele representa uma mutação fundamentada na transformação digital e na manipulação de dados da produção e da circulação, com destaque para os dados fornecidos pelos próprios trabalhadores e consumidores às empresas de tecnologias, que os transformam em matéria-prima para a construção de produtos e serviços altamente lucrativos impulsionadores da acumulação e da con-

3 Prolifera-se na atualidade a oferta de serviços de comunicação em linguagem natural (chatbots), com alto potencial de eliminar trabalhos administrativos e de suporte ao cliente.

centração de capitais. As empresas extraem, refinam e analisam os dados de predição de comportamentos dos usuários de seus serviços e, a partir deles, são capazes de definir perfis e realizar previsões comportamentais individuais e coletivas. Essa capacidade de previsão a partir de dados é um serviço valioso para que as empresas atuem no mercado e influenciem os comportamentos humanos. Nessa direção, Koerner, (2021, p.1) destaca que “as *Big Techs* – seguidas por outras firmas, laboratórios e governos – usam tecnologias da informação e comunicação (TIC) para expropriar a experiência humana, que se torna matéria-prima processada e mercantilizada como dados comportamentais”. E, enfatizando o caráter manipulatório desse processo, Lucas (2021) aponta o “avanço do capitalismo de vigilância no ‘mundo real’, à medida em que seu modelo de negócios focado em previsões deixa de seguir comportamentos para, em vez disso, modelá-los e intervir neles”.

No entanto, é importante destacar que essa forma de capitalismo dito de informação não está dissociada da materialidade e, portanto, do capital financeiro e produtivo. Diante de um novo processo de reestruturação produtiva, a delimitação da nova forma de acumulação estaria, justamente, na associação desses capitais e nas funcionalidades desse rearranjo para a expansão da exploração do trabalho e da lucratividade empresarial. Assim, conforme reforça Koerner, (2021, p. 4) “só há um regime, o capitalismo, e a disputa não seria prioritariamente por dados, mas por poder de mercado, lógica de expansão de toda firma”.

Essa nova lógica de acumulação, ainda em processo de consolidação, evidencia as aplicações tecnológicas e organizacionais já presentes em nosso cotidiano e as vantagens econômicas possibilitadas por elas ao capital. O controle, a automatização, a previsibilidade, a redução de tempo/custos e a capacidade manipulatória que esses meios permitem são estardalosos e com sérias implicações políticas, culturais e de sociabilidade. E, além disso, seu poder está concentrado em poucas nações desenvolvidas e num oligopólio de grandes empresas de tecnologia que operam em associação com seus respectivos Estados de forma globalizada a partir da defesa de seus interesses pelo *lobismo*, pela influência política e pela força.

Tais evidências demonstram indicativos importantes de delineação da RPPN fundamentados na forma com que a racionalidade tecnológica e organizacional desenvolve e emprega novos meios tecnológicos, econômicos e políticos para a manutenção das taxas de acumulação e a revitalização do sistema do capital.

2.3 Novas formas de racionalização e controle do trabalho

Ao discutir o conceito de *intelecto geral* nos *Grundrisse*, Marx (1986) explica que os conhecimentos científicos e tecnológicos estimulados socialmente se acumulam e tornam-se capital, cujo objetivo é o aumento da produtividade do trabalho e a conversão do conhecimento e do trabalho humano em *capital fixo* na maquinaria. Como resultado, ciência e tecnologia tornam-se forças produtivas diretas e as capacidades e potencialidades produtivas humanas são convertidas em alienação no sistema capitalista. Privado de autonomia e envolvido de forma psicofísica no processo produtivo, o trabalhador torna-se um *apêndice da máquina* (Marx, 2010).

Resgatamos essas passagens para refletir sobre as potencialidades de todo avanço intelectual e produtivo aplicado na maquinaria digital-informacional da dita MA, conforme destacado no item anterior, mas como, no sistema do capital, elas são incrementadas e mobilizadas para finalidades específicas de racionalização produtiva e exploração laboral. Apesar de os escritos de Marx estarem contextualizados no capitalismo industrial do século XIX é espantosa a atualidade deles para discutirmos as características da RPPN, pois esta implica numa apropriação *sui generis* do intelecto geral e em novas formas de racionalização e controle do trabalho para a efetivação do processo produtivo global e de novas formas de acumulação.

Assim, com o objetivo de aprofundar a análise das evidências da nova reestruturação produtiva em curso, apresentaremos sinteticamente na sequência reflexões sobre as novas formas de racionalização e controle do trabalho. Destacaremos os seguintes pontos: 1. O aumento do trabalho morto e a desantromorfização do trabalho; 2. O desenvolvimento de novos meios tecnocientíficos a partir da transferência da dimensão intelectual e subjetiva humana; 3. A mudança qualitativa da natureza do trabalho a partir da nova face da relação humano-máquina; 4. O novo perfil do trabalhador; 5. A plataformização e a uberização do trabalho como nova modalidade de trabalho ultraflexível; 6. O controle algorítmico do trabalho; 7. Reformulação das formas de luta, resistência e solidariedade da classe trabalhadora.

A introdução de novas tecnologias digitais e intensivas em automatização no processo industrial, na gestão e nos serviços resultam em aumento do trabalho morto e intensificam a já corrente desantropomorfização do trabalho. De natureza técnica distinta da microeletrônica aplicada na fase da acumulação flexível, as tecnologias al-

gorítmicas e de inteligência artificial estruturam ferramentas que majoram o trabalho morto no processo de trabalho e eliminam empregos historicamente sem precedentes. A dissolução das fronteiras dos setores econômicos marca os tempos atuais e fundamenta o conceito de *hiperindustrialização*, que representa a “rápida introdução dos métodos e tecnologias poupadoras de mão de obra na manufatura, na agricultura e nos serviços” (Belluzzo; Galípolo, 2017a, p. 2). Isso significa que essa reestruturação avança enquanto reformulação de meios e métodos não apenas nos processos produtivos industriais de manufatura, mas também nos setores primário e terciário.

Nessa direção, ao discutir o conceito de Indústria 4.0, Antunes (2020, p. 13-14) explica que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) articuladas aos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo financeiro se tornaram na atualidade um elemento central do capitalismo e destaca a ampliação do trabalho morto como a principal consequência desses meios tecnopolíticos para o mundo do trabalho.

Nesse sentido, conforme apontado por Crocco (2021, p. 381), o impacto de eliminação de empregos desta reestruturação tende a ser muito maior que as anteriores. No final do século passado, percebemos o acirramento da eliminação de empregos na indústria resultante do avanço da automação e dos métodos de gestão flexível e o, conseqüente, deslocamento dos desempregados industriais para o setor de serviços. Agora, os novos métodos técnico-científicos e organizacionais estão robotizando e automatizando todos os setores econômicos, inclusive os serviços, onde encontram-se a maior parte da população economicamente ativa dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O desenvolvimento desses novos meios tecnocientíficos é fruto da transferência da dimensão intelectual e subjetiva humana à maquinaria. À captura histórica da subjetividade do trabalho (Alves, 2011), enquanto conhecimentos, habilidades e sentidos, soma-se à extração de dados de consumidores e usuários dos meios digitais (Zuboff, 2018). Esses processos de expropriação, convertidos em informações e linguagens computacionais, fundamentam, por exemplo, modelos de negócio, estratégias empresariais, modelos de gestão, controles do trabalho, *design* de produtos e campanhas de *marketing*.

A dependência dos novos meios tecnocientíficos para a realização da atividade humana – tanto no tempo de trabalho quanto no tempo livre – promove a mudança qualitativa da natureza do trabalho e da sociabilidade a partir da nova face da relação

humano-máquina pela objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria digital e automatizada. Essa relação ganha nova configuração, pois a maquinaria atual é programada para tomar decisões de base algorítmica e orientar as pessoas em seus processos de vida e trabalho. Assim, a maquinaria programada por trabalhadores qualificados, segundo interesses específicos, passa a desempenhar atividades próprias da IA (Antunes, 2008, p. 26) e a reconfigurar o trabalhador como apêndice da máquina.

Desse modo, vivenciamos na atualidade a promessa ideológica de que o trabalho mediado por essas ferramentas digitais ditas inteligentes resultarão em maior precisão, controle e autonomia. Mas no capitalismo essa promessa oculta uma forma mais acentuada de dependência tecnológica, um nível de aprisionamento do mundo do trabalho pelas condições impostas pelos meios que nós mesmos, enquanto intelecto geral, criamos e programamos. Ou seja, criamos e programamos sistemas informacionais super avançados, projetamos nossos conhecimentos e nossa humanidade neles, delegamos a eles nossas escolhas e decisões e nos alienamos.

Além disso, essa promessa, que seduz os gestores e se transforma pouco a pouco em imposição de aplicação e mediação desses novos meios técnicos nos processos de trabalho, molda o novo perfil do trabalhador. Diante da dependência da tecnologia (principalmente dos *smartphones*), à multifuncionalidade, à polivalência e à qualificação soma-se a capacidade digital, a “autonomia” e o envolvimento total dos trabalhadores, enquanto habilidades de se adaptarem às novas tecnologias em constante transformação e a gerirem por conta própria as necessidades do mercado, as metas de produtividade e as demandas do trabalho intermediado por plataformas⁴.

O véu ideológico que sustenta esse novo perfil do trabalhador caminha de mãos dadas com a ampliação da informalidade, da *pejotização*, do trabalho dito “autônomo” e do *empreendedorismo* como mecanismos de ocultação do assalariamento, de transferência de responsabilidades ao trabalhador e de obliteração da percepção de “um mundo incapaz de oferecer vida digna para a humanidade” (Antunes, 2020, p. 16). Exige-se dos trabalhadores formais que sejam *empreendedores em sua função*, ou seja, que atuem com envolvimento total, com postura engajada, com proatividade e que majorem a produtividade. E espera-se dos trabalhadores informais e por conta própria que sejam *empreendedores de si mesmo*. Porém, conforme destaca Antunes (2020, p. 16) “ao tentar sobreviver, o ‘empreendedor’ se imagina como proprietário de si mesmo,

4 E.g. “crowdwork” – “trabalho em multidão” – e “work on-demand via apps” – “trabalho sob demanda via aplicativos” (De Stefano, 2016, p. 1-2).

um quase-burguês, mas frequentemente se converte em um proletário de si próprio, que autoexplora seu trabalho”.

A mediação do trabalho pela tecnologia ganha nova configuração a partir da chamada *gig economy* (Slee, 2017), que sustenta a criação das empresas de plataforma e o processo denominado de *plataformização do trabalho* (Grohemann, 2020). Essas empresas-aplicativo, que se colocam como mediadoras de prestadores de serviços e consumidores, instituem uma nova modalidade de *emprego sob demanda* em que os trabalhadores ficam à disposição (à espera de uma chamada) em uma plataforma e são pagos somente pelo tempo trabalhado ou pelo serviço executado. Essa modalidade é comumente identificada como *uberização* e sua natureza ultraflexível está se generalizando no mundo do trabalho. Segundo Abílio (2020, p. 111), elas efetivam “uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, que está amplamente relacionada ao trabalho mediado por plataformas digitais mas não se restringe a ele” e, conseqüentemente, representam um novo estágio dos processos globais de produção a partir de novas formas de dispersar o trabalho (*atomizado*) sem perder o controle sobre ele.

Resultado de um longo processo histórico de políticas de desregulamentação e de flexibilização dos contratos de trabalho, a plataformização representa nova forma de instabilidade social do trabalho, pois representa a “eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador” (Abílio, 2020, p. 112). Diferente do que é defendido pelas empresas-aplicativos para ocultar o estabelecimento de vínculo empregatício, elas não atuam simplesmente como empresas de tecnologia mediadoras dos tomadores e prestadores de serviços autônomos, mas, atuam, sim, como empregadoras, pois negam, essencialmente, essa autonomia. Assim, tais empresas reconhecem os trabalhadores como independentes, mas impõe a eles as fronteiras dessa autonomia, pois definem quando e onde devem atuar, penalizam a recusa de tarefas e delimitam padrões de qualidade.

Esse processo de introdução de novas tecnologias, como a *Indústria 4.0*, a *economia de plataforma* e a *uberização do trabalho*, é apontado por Tonelo (2020, p. 148) como evidência de que vivenciamos uma nova reestruturação produtiva, cujos efeitos no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na sociedade como um todo são amplos e preocupantes. Pois estamos testemunhando a formalização da precariedade a partir da

regularização do trabalho intermitente, da “pejotização” do trabalho e, em forma mais acabada, evidenciamos “a implosão da jornada e de todos os direitos trabalhistas com a uberização, tais como férias, décimo terceiro, seguro-desemprego, vales (transporte, alimentação, refeição) licença-maternidade etc.” (Tonelo, 2020, p. 148).

A vigilância algorítmica é mecanismo – tecnológico, administrativo e político – que controla esse novo sistema (Newlands, 2020, p. 723-724). Basicamente, esse processo reorganiza as atividades do trabalho permitindo a captura de dados e o acompanhamento dos computadores interconectados em tempo real. A captura de dados digitais já acontece há tempos, desde o sistema de controle de informações sobre a produção no toyotismo, até a instalação de localizadores *GPS* em caminhões e em pulseiras eletrônicas de lotes e produtos, mas assume outro nível de controle quando passam a vigiar os múltiplos dados dos trabalhadores individuais a partir de sistemas globais de navegação por satélite – pelo *GPS* dos *smartphones* pessoais – e pelos dados capturados nas plataformas virtuais. Essa vigilância requer grandes quantidades de dados contínuos relacionados com a atividade do trabalhador e a partir deles os algoritmos de *software* assumem funções de gestão. Assim, a vigilância algorítmica pode ser concebida como um conjunto de processos computacionais, que extraem e analisam dados automaticamente, avaliam o comportamento dos trabalhadores e atribuem atividades específicas a eles⁵.

5 Abílio (2020, p. 119) explica detalhadamente fenômeno como gerenciamento algorítmico.

Conforme demonstrado, os efeitos sociais dessa nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, que estão na base da RPPN, estão agravando as condições já precárias do mundo do trabalho e tensionando as contradições e os limites do capitalismo. Porém, como destaca Antunes (2020, p. 22), “uma nova morfologia do trabalho possibilita também o florescimento de uma nova morfologia das lutas sociais, de auto-organização e de novas formas de representação”. As formas de resistência da classe trabalhadora e as lutas sociais por melhores condições de vida no trabalho e fora dele, embora enfraquecidas a partir do período neoliberal, dão sinais de reconfiguração a partir do advento de um novo proletariado de serviços (Antunes, 2020) e do protagonismo de setores precários da classe trabalhadora (Braga, 2017). Novas formas de representação autônomas dos trabalhadores dos serviços e uberizados surgem e se mobilizam na tentativa de recriar formas de solidariedade e de luta e multiplicam-se ações de resistência às políticas de espoliação por movimentos insurgentes após 2008,

6 E.g. San Precário, Clash City Workers, Confederazione Unitaria di Base (CUB), SI-Cobas, Nuove Identità de Lavoro na Itália. Precari@s Inflexíveis em Portugal. Infoproletários e Breque dos Apps no Brasil (Antunes, 2020).

principalmente no Sul global (Braga, 2017, p. 223)⁶. Somando-se a essas novas formas de lutas, proliferam-se em diversos Estados-nação resistências e ações jurídicas contrárias aos novos modelos de negócio plataformizados e uberizados. E, mais recentemente, movimentos sociais, jurídicos e legislativos focados na construção de alternativas, como, por exemplo, *cooperativismo de plataforma*, *governança de dados*, *regulamentação da IA e soberania digital*.

Considerações finais

As evidências abordadas e analisadas sinteticamente neste artigo demonstram e refletem sobre o processo de edificação de uma nova reestruturação produtiva no capitalismo, que denominamos de *reestruturação produtiva pós-neoliberal* (RPPN). A argumentação é sustentada em discussões com base em revisão bibliográfica sobre o tema e em três fenômenos principais articulados, que se intensificam a partir da segunda década dos anos 2000: (1) a mudança do papel do Estado, (2) a ascensão da chamada manufatura avançada (MA) e de novas formas de racionalização tecnológica e organizacional e (3) o surgimento de novas formas de racionalização e controle do trabalho.

As reflexões apresentadas enfatizam novas características e métodos aplicados ao sistema capitalista em comparação com o período anterior, marcado pelo neoliberalismo predominante nas últimas décadas do século XX. O processo de transição, que é contínuo no capitalismo, intensifica-se no período pós-crise de 2008 como resposta do capital para a manutenção das taxas de crescimento econômico e do controle social. Tais respostas exigem do Estado um papel mais ativo e intervencionista na economia, questionando a concepção neoliberal clássica. A racionalização tecnológica e organizacional se reconfigura diante do incremento de novas bases técnicas digitais e informacionais sob o baluarte da MA, que impulsiona a mediação de digitalização, integração e automação a partir das novas tecnologias algorítmicas e de IA. E esse processo de racionalização tecnológica, gerencial e política, orientado pelos interesses de acumulação e expansão do capital, implica em novas formas de exploração e controle laboral e, além disso, em novas condições sociopolíticas e econômicos para o mundo do trabalho.

Conforme analisamos, a RPPN impõe grandes desafios à vida no trabalho e fora dele diante dos métodos de controle e de vigilância que se expandem socialmente e se tornam presentes no trabalho, no consumo e nas relações sociais como um todo. O desenvolvimento de novos meios tecnocientíficos promove o aumento do trabalho morto e intensifica a desantromorfização do trabalho, com sérias implicações sociais diante da eliminação do trabalho vivo e de empregos sem estratégias sociopolíticas significativas de seguridade e de requalificação dos trabalhadores em muitos países. A nova imbricação de trabalho material e imaterial junto à maquinaria tecnológica envolve maior dispêndio de energia mental, intelectual e psíquica do que física, embora isso não ocorra de forma homogênea entre as distintas categorias profissionais. A economia de plataforma e a uberização do trabalho, que fundamentam uma nova modalidade de trabalho ultraflexível, resultam em mudanças qualitativas na natureza do trabalho e no perfil do trabalhador, a partir da nova face da relação humano-máquina. Além disso, promovem o acirramento da precarização diante da formalização e generalização do trabalho informal-intermitente sob demanda e sem seguridade social.

Por fim, diante das análises apresentadas, notamos que o Estado pós-neoliberal se torna mais ativo e intervencionista em empreendimentos econômicos, políticos e militares, porém, principalmente na semiperiferia e periferia do capitalismo, isso não resulta, necessariamente, num Estado protetor do trabalho. Assim, a nova reestruturação em sua imbricação com o mundo do trabalho origina novos dilemas relacionados às novas formas de precarização, controle e gerenciamento mediadas por tecnologias algorítmicas e de IA, mas, que também, possibilita o florescimento de novas formas de solidariedade, resistência e luta da classe trabalhadora.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111–126, jan. 2020.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva*. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Giovanni. *A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica*. Blog da Boitempo. São Paulo, 21 set. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capi->

tal-e-sua-fenomenologia-historica/. Acesso em: 31 Ago. 2024.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe Bruner. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas de Uber. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 22, n.1, p. 59-71, jan/abr. 2020. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.06/60747739>>. Acesso em: 31 Ago. 2024.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 83, p. 19-34, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200004&script=sci_arttext> Acesso em: Dez. 2017.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. 328 p.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. 333 p.

ARBIX, Glauco et al. *Made in China 2025 e Indústria 4.0: a difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação*. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 143-170, set. 2018.

ARBIX, Glauco et al. *O Brasil e a nova onda de manufatura avançada: o que aprender com Alemanha, China e Estados Unidos*. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 29-49, set/nov. 2017.

BALZAC, Honoré de. *A comédia humana*. Porto Alegre: Globo, 1959. 560 p.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O Capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Unesp, 2013.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. *Globalização desigual e combinada*. *Texto para Discussão Unicamp*, Campinas, n. 310, jul. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3539/TD310.pdf>. Acesso em: 31 Ago. 2024.

BRAGA, Ruy. *Rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017. 269 p.

DE STEFANO, Valerio. *The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”*. *Comparative Labor Law & Policy Journal*, v. 37, n. 3, p. 461-471, jan. 2016.

CHESNAIS, François. *A crise econômica mundial sem fim, interpretação e consequências*. *Revista Fitos*, Rio de Janeiro, p. 29-46, 2018. Edição Especial. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/669/html>. Acesso em: 28 set. 2020.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini. *Trabalho material e imaterial e transferência de expertises do trabalhador à maquinaria tecnológica*. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 14, n. 32, p. 21-37, 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7876/5073>. Acesso em: 07 set. 2020.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini. *Metamorfoses da globalização e a reestruturação produtiva da manufatura avançada*. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, [S. l.], v. 46, n. 253, p. 359-387, dez. 2021. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/972>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini. O Brasil na Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada: Políticas, Ações e Desafios. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, [S. l.], v. 47, n. 257, p. 576–600, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n257.p576-600>. Acesso em: 12 Jun. 2024.

GERBAUDO, Paolo. O grande recuo: a política pós-populismo e pós-pandemia. Tradução de Érico Assis. São Paulo: Todavia, 2023. 400 p.

GERBAUDO, Paolo. O grande recuo: uma análise sociopolítica do mundo pós-covid. *Nexo*. 2022. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/estante-trechos/2022/12/23/o-grande-recuo-uma-analise-sociopolitica-do-mundo-pos-covid>. Acesso em: 31 Ago. 2024.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, São Cristovão, v. 22, n. 1, p. 106–122, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188>. Acesso em: 30 Ago. 2024.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLDREN, John Paul et al. A National strategic plan for advanced manufacturing. U.S. National Science and Technology Council. Washington, DC, 2012. Disponível em: <http://www.docin.com/p-391856652.html>. Acesso em: 28 Set. 2020.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 12, n. 2, p. 27–44, 1998.

KOERNER, A.. Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, p. 1–5, 2021.

LOJKINE, Jean. A Revolução Informacional. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCAS, Rob. Origem e limites do Capitalismo de Vigilância. *Outras Palavras*. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/origem-limites-do-capitalismo-de-vigilancia/>. Acesso em: 31 Ago. 2024.

LUKÁCS, Georg. Ensaio sobre literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Mato, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 417 p.

MARX, Karl. O capital, livro I. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para la critica de la Economia Politica (Grundrisse) 1857-1858. 14. ed. México: Siglo Veintiuno, 1986.

MELLO, Alex Fiúza de. Crise mundial e reestruturação produtiva: algumas questões de ordem teórica. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 7, n. 1, dez., p. 5–30, 2008. Disponível em: [doi:http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v7i1.34](http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v7i1.34). Acesso em: 31 Ago. 2024.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

MUSACCHIO, Aldo; LAZZARINI, Sergio G. *Reinventando o capitalismo de estado. O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

NEWLANDS, Gemma. Algorithmic Surveillance in the Gig Economy: The Organization of Work through Lefebvrian Conceived Space. *Organization Studies*, 42(5), p. 719-737, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840620937900>. Acesso em: 31 Ago. 2024.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. 3^{ff} ed., São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHUH, Günther et al. *Industrie 4.0 maturity index: managing the digital transformation of companies*. Acatech Study, Munich, 2017. Disponível em: <https://en.acatech.de/publication/industrie-4-0-maturity-index-managing-the-digital-transformation-of-companies/>. Acesso em: 17 Out. 2020.

SCHWAB, Klaus. *A Quarta Revolução Industrial*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016. 160 p.

SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

TONELO, Iuri. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo. 2020.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs). *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.





6. ATENÇÃO COM O PONTO!

AS BANANAS VÃO PASSAR DE CAMELIZADAS PARA UM ESTÁGIO DENSO, ESCURO E BASTANTE AÇUCARADO. PROVE AGORA. E VÁ PROVANDO. É PRECISO CHEGAR NA COR PERFEITA E SENTIR NA MÃO A TEXTURA QUE RESSALTA O APURO DO SABOR. MAS CUIDADO! O SEGREDO É NÃO DEIXAR ESTE MOMENTO ESCAPAR.



6. PAY ATTENTION TO THE POINT AT WHICH THEY ARE READY. BANANAS WILL GO FROM BEING CAMELIZED TO A DENSE, DARK AND VERY SUGARY STAGE. TASTE THEM NOW AND KEEP ON TASTING THEM. YOU NEED TO GET THE PERFECT COLOR AND USE YOUR HANDS TO FEEL THE TEXTURE WITH. BRINGS OUT THE FULL FLAVOR BUT BEWARE! THE SECRET IS NOT TO LET THIS MOMENT SLIP AWAY.



7. LET IT STAND. 8. POUR IT WHEN STILL HOT INTO A PLAIN MOLD COVERED WITH SUGAR. 9. WHEN IT BEGINS TO LEAVE HAND, CUT IT INTO PIECES. 10. THEY COVER THE PIECES WITH SUGAR AND WRAP THEM IN TRANSPARENT TAPE. 11. SERVE AND TASTE NOW BEAUTIFUL THEY ARE!



7. DEIXE DESCANSAR. 8. DESPEJE AÍ LISO, FORRADO DE AÇÚCAR. 9. QUANDO E REPARTA EM PEDACINHOS. 10. BANDEJE EM PAPEL TRANSPARENTE. 11. SIRVA E DELICIE-SE!



ANDA QUENTE EM RECIPIENTE
DO MAIS CONSISTENTE, CORTE
HE-OS NO AÇÚCAR. DEPOIS







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG

INGREDIENTES:

1 PORÇÃO DE BANANAS

1/4 DE ÁGUA

3/4 DE AÇÚCAR

UMA PITADA DE SAL



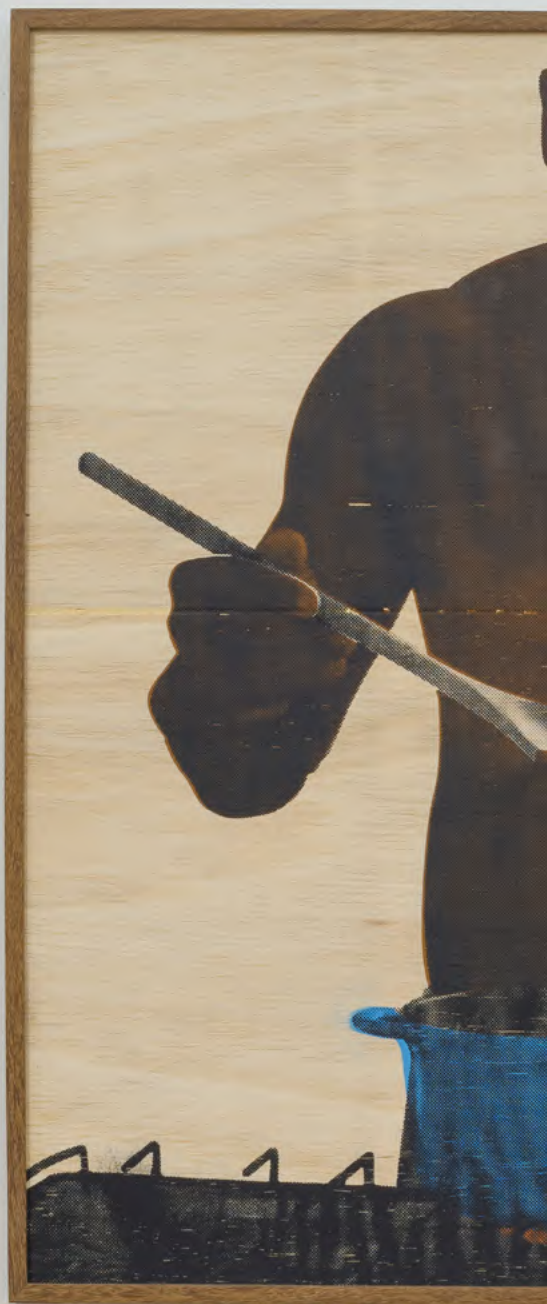
INGREDIENTS:

1 PORTION OF BANANAS

1/4 WATER

3/4 SUGAR

A PINCH OF SALT



PLATAFORMIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E MELHORIAS HABITACIONAIS

a análise da empresa Vivenda

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54288>

THAÍS MORENO*

RESUMO: O artigo explora a relação da plataformação com o setor de reformas e melhorias habitacionais, focando em duas plataformas: Vivenda e Contrate Quem Luta (CQL). A Vivenda, principal objeto de análise, atua como uma plataforma de financiamento de reformas domésticas para famílias de baixa renda, vinculando-as a escritórios de arquitetura. Trata-se de um modelo de atuação que estreita a relação entre o mercado financeiro e as periferias, transformando territórios vulneráveis em novas oportunidades de capital, sem abordar questões estruturais. Ao final, analiso a plataforma Contrate Quem Luta (CQL), desenvolvida pelo MTST, que conecta trabalhadores a clientes, priorizando o processo de autonomia dos trabalhadores. O artigo destaca as contradições desses modelos e a necessidade de refletir sobre as implicações econômicas e sociais dessas novas formas de trabalho, posicionando a CQL como uma possível brecha emancipatória no contexto atual do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: negócio de impacto social; plataformação; melhorias habitacionais; financeirização; dívida.

Platformization, Financialization, and Housing Improvements: An Analysis of the Vivenda Company Case

ABSTRACT: The article explores the relationship between platformization and the home renovation and improvement sector, focusing on two platforms: Vivenda and Contract Who Fights (CQL). Vivenda, the main object of analysis, acts as a platform for financing home renovations for low-income families, linking them to architectural firms. It is an operating model that strengthens the relationship between the financial market and the peripheries, transforming vulnerable territories into new opportunities for capital, without addressing structural issues. Finally, I analyze the platform Contrate Quem Luta (CQL), developed by the MTST, which connects workers to clients, prioritizing the process of worker autonomy. The article highlights the contradictions of these models and the need to reflect on the economic and social implications of these new forms of work, positioning CQL as a possible emancipatory gap in the current context of capitalism.

KEYWORDS: social impact business; platformization; housing improvements; financialization; debt.

*Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

¹ Aqui aderimos ao uso do termo “futebol de mulheres” em vez de futebol feminino. Trata-se de uma escolha política e teórica, que visa a explicitar que o futebol praticado por mulheres abrande plurais representações de feminilidades e masculinidades e também desafiar uma hierarquia dos sexos e, portanto, de suas posições sociais, culturalmente construídas, que estaria estabelecida com a ideia de que existe o futebol (praticado pelos homens e sem necessidade de adjetivação) e um futebol «outro», o feminino, adjetivado, menor (Kessler, 2015).

Uma das coisas mais corriqueiras da atualidade é solicitar o serviço de plataformas, seja para pedir alimentos, como o Ifood, ou para realizar viagens, como a Uber. É certo que a dinâmica da chamada uberização ou plataformação tem se expandido e se generalizado em boa parte do mundo nos últimos anos, constituindo-se como um “novo modelo de gestão do trabalho”. Acompanhado desse fenômeno — e como parte integrante dele — tem se formado um contexto de intensificação da perda de direitos e da criação de novos arranjos trabalhistas, nos quais os riscos e custos são transferidos para os trabalhadores (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021). Trata-se de um processo profundamente articulado ao desenvolvimento do neoliberalismo e da financeirização (Grohmann, 2020).

O tema tem ganhado destaque e visibilidade devido ao crescente número de pessoas controladas por empresas que operam por meio de plataformas digitais (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021). Em geral, o funcionamento é o mesmo da Uber: um usuário precisa de um serviço específico. Então, ele faz uma solicitação na plataforma, e essa necessidade é atendida por um indivíduo que, após se cadastrar como parceiro da empresa, executa o trabalho solicitado. Embora a dinâmica da plataformação ou uberização seja mais comum no setor de serviços de transporte e alimentação, essa dinâmica vem se expandindo para uma variedade de formatos e áreas de atuação. Muitas dessas plataformas compartilham características comuns, mas também preservam suas especificidades (ibid.), como é o caso das que serão discutidas neste artigo. O foco da análise é a investigação de duas plataformas que estão relacionadas ao setor de reformas ou melhorias habitacionais: a plataforma Vivenda e a plataforma Contrate Quem Luta (CQL).

A plataforma Vivenda será o foco principal desta análise. Ela foi objeto de estudo da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, realizada entre os anos de 2020 e 2022. Trata-se da primeira plataforma de melhorias habitacionais e do primeiro ‘negócio de impacto social’ do Brasil a captar recursos do mercado financeiro para atuar financiando reformas na periferia. Seu objetivo tem sido o de ‘plugar’ escri-

tórios de arquitetura espalhados pelo Brasil em sua plataforma para que eles utilizem sua linha de financiamento. Na pesquisa, realizei uma série de entrevistas com arquitetas da plataforma e com mulheres de baixa renda que adquiriram serviços oferecidos pela empresa. Além das entrevistas, recorri a fontes bibliográficas, lives, sites, matérias de jornais e redes sociais que abordavam temas relacionados à empresa. Ao analisar a Vivenda, exploro as suas relações com as transformações do mundo do trabalho, os conflitos e contradições nos territórios em que atua.

A Contrate Quem Luta (CQL), apresentada ao final, foi desenvolvida pelos trabalhadores do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Ela surge com o objetivo de conectar, via WhatsApp, os trabalhadores do movimento a pessoas que precisam de alguma prestação de serviços (Aguiar, 2023). A maioria dos serviços prestados são de construção (reformas e pequenos reparos) e de limpeza, mas existem setenta tipos de trabalhos diferentes. Ao analisar a CQL, abordo o seu surgimento, o seu funcionamento e a sua perspectiva crítica e política de atuação. Para a coleta de dados sobre a plataforma, entrevistei dois militantes do MTST e também recorri a fontes bibliográficas, lives, sites, matérias de jornais que abordavam temas relacionados à plataforma.

A última parte do artigo visa destacar criticamente aspectos chave dos processos analisados. É importante destacar a impossibilidade de uma comparação simétrica entre as duas plataformas, pois isso seria inviável devido aos diferentes pressupostos que cada uma adota. O objetivo é explorar as duas atuações, focando principalmente na Vivenda, e oferecer reflexões críticas sobre suas estruturas no contexto atual do capitalismo. A expectativa é a de que a discussão aqui exposta seja capaz de promover ganhos de consciência crítica sobre processos semelhantes, especialmente em discussões entre membros de movimentos sociais, grupos sócio-espaciais e assessores técnicos das áreas de arquitetura e construção civil que desejam agir politicamente diante do cenário de extrema desigualdade e precariedade em que vivemos. Este artigo é direcionado a esses grupos e indivíduos.

É importante destacar que nomear esses processos como “plataformização” e “uberrização” é um desafio significativo nesse momento histórico. Estudiosos alertam para a necessidade de evitar o fetichismo em torno desses termos, bem como análises limitadas ao aspecto tecnológico que obscureçam os processos sociais em jogo (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021). Isso se deve à complexidade e à constante transformação

das relações sociais envolvidas, que afetam o reconhecimento dos conflitos de classe e das formas de organização e resistência política (Ibid., 2021). Neste artigo importa demonstrar o entrelaçamento dessa nova dinâmica à vida cotidiana periférica, marcada por processos de precarização e endividamento, ou seja, por uma crise profunda na sua reprodução social (Gago, 2019; Fraser, 2020).

Desenvolvimento

2.1 A plataforma nova vivenda

Como a Vivenda se define como um negócio de impacto social, é importante começar explicando o que isso significa. O surgimento do negócio de impacto social deriva da articulação do setor empresarial com o ‘social’ — um movimento que começa nos anos 1990, mas ganha força no início dos anos 2000 (Barki, 2020). A definição mais amplamente aceita para negócios de impacto social é a busca simultânea de retorno financeiro e geração de impacto social ou ambiental. Os criadores desses empreendimentos afirmam que se trata de “organizações que visam resolver problemas sociais utilizando mecanismos de mercado” (Comini et. al., 2020, p. 62); Para eles, “os dois objetivos, anteriormente considerados incompatíveis — rentabilidade financeira e criação de valor social — tornaram-se inseparáveis e essenciais” (ibid.). No entanto, é importante analisar como esses negócios operam na prática, para verificar se realmente conseguem gerar lucro e resolver problemas sociais, ou se isso é apenas à nível de discurso.

A Vivenda surgiu em 2014, oferecendo a moradores da periferia de São Paulo pacotes de serviços de reformas domésticas, acompanhados de linhas de crédito. Os idealizadores tiveram a percepção de que o Estado iria, no máximo, atuar concedendo habitações completas para os pobres (via PMCMV), mas acreditavam que os “problemas internos” das casas nas periferias nunca seriam resolvidos (Assad, 2012). Começaram vendendo quatro kits de reforma (kit banheiro, kit revestimento, kit ventilação e kit antiumidade), oferecendo uma “solução integrada”, que envolvia serviço técnico na elaboração do projeto, crédito e mão de obra.

Nesse período inicial de estruturação do negócio, a responsável pela aceleração da Vivenda foi a Artemísia. Em dezembro de 2014, firmou-se também um convênio com o Banco Pérola, e o Programa Vivenda fechou o seu primeiro contrato de microcrédito. O valor máximo da reforma era fixado em 4 mil reais, podendo ser parceladas em 12 vezes. Na época, os sócios do Programa Vivenda afirmaram estarem de olho em um público calculado em cerca de quarenta milhões de pessoas, todas vivendo em condições precárias de moradia. No entanto, os primeiros recursos não foram suficientes para a expansão desejada. Segundo Assad, “o negócio social costuma ter uma margem muito pequena de lucro para que tenha um preço que a pessoa possa pagar. Ou você opera em escala ou morre, especialmente quando você vende para o cliente final, que é nosso caso” (Hypeness, 2015).

Em março de 2018, com o objetivo de expandir a sua atuação para outros locais do Brasil, a empresa realizou um feito inédito e emitiu a primeira debênture de impacto social do Brasil no valor de cinco milhões de reais. A coordenação do processo de emissão do título aconteceu, principalmente, por intermédio do Grupo Gaia, uma securitizadora, com apoio da Din4mo, uma empresa de desenvolvimento e gestão de start-ups. Securitizadora é uma empresa, caracterizada como Sociedade Anônima, responsável por transformar ativos financeiros de uma empresa em títulos possíveis de serem negociados em mercado de ações (Neves, 2021; Bartaburu, 2018). Em resumo, o Grupo Gaia e a Din4mo criaram um título (debênture) para a Vivenda conseguir captar recursos no mercado financeiro.

Debêntures são títulos de crédito que empresas privadas emitem para captar recursos de investidores a juros fixos e por prazos relativamente longos. Explicando de forma simples: uma empresa que necessita de dinheiro para expandir seu negócio, em vez de procurar um empréstimo no banco (que costuma ter juros mais altos), lança uma debênture no mercado financeiro; os investidores, interessados no retorno financeiro e na quantificação do impacto social que a empresa promete, compram esses títulos e, em contrapartida, recebem os juros sobre o dinheiro que investiram.

A debênture da Vivenda é um investimento de renda fixa (juros fixos). Após seis anos de carência, a empresa tem o prazo de dez anos para pagar os investidores, a uma taxa de juros de sete por cento ao ano. Os cinco milhões só cobrem o valor de mil reformas, mas, dada a carência, a ideia da empresa é reinvestir esse valor nesses

primeiros anos. A meta divulgada pela empresa foi a de realizar, ao todo, cerca de oito mil reformas nos próximos cinco anos, atingindo o valor de 40 milhões de reais (Datt, 2018; Saraiva, 2018; Pamplona, Brant, 2019).

Em abril de 2021, houve então uma mudança fundamental. A Vivenda deixou de executar obras e se autointitulou uma holding. Apesar de ela não esclarecer publicamente o que isso significa, a empresa se apresenta como agente articulador entre todos os setores relacionados a reformas domiciliares populares. A palavra holding é derivada do verbo, em inglês, to hold, manter, segurar, conter, abraçar. Trata-se de um tipo de organização cujo objetivo não é a produção de um bem ou serviço, mas a participação em — e orquestração de — outras organizações. Assim, a Vivenda passou a abranger três iniciativas, que formam o que chama de “ecossistema de soluções”: um instituto, uma plataforma e uma aceleradora. O discurso e a propaganda da empresa são de articular o setor da construção civil para ampliar o acesso das famílias de baixa renda a melhorias habitacionais com o objetivo de resolver o problema do déficit habitacional qualitativo “em vida, ainda nesta geração”.¹ Algumas empresas parceiras são: Vedacit, Gerdau, Tigre, Votorantim Cimentos e Leroy Merlin.

Com esse “ecossistema de soluções”, a Vivenda tem mapeado escritórios de reformas populares por todo o Brasil, com o objetivo de que lhe encaminhem o financiamento das obras. Em troca, a empresa oferece um treinamento de empreendedorismo a esses escritórios e os torna “agentes/negócios da causa”. O que se percebe é o movimento da holding para cada vez centralizar mais a sua ação, dispersando a execução do trabalho mediante escritórios ‘plugados’ na plataforma, espalhados pelo país. Em 2020, a empresa mapeou 90 escritórios de reformas populares no Brasil.²

Então, como a empresa, sendo uma holding e não mais realizando reformas, auferir lucros? A captação de recursos mediante as debêntures possibilitou à empresa — por meio dos escritórios plugados na plataforma — atuar vendendo reformas de baixa complexidade. Elas são executadas em, no máximo, duas semanas, ao preço de cinco a doze mil reais, quitados em até trinta parcelas (de 100 a 600 reais), a uma taxa de juros mensal de 2,2 por cento. Esses juros constituem uma drenagem de dinheiro de circuitos econômicos populares para os mercados financeiros. Com isso, pode-se concluir que a Vivenda se tornou uma operadora de crédito para pequenas reformas, que depende do trabalho (precarizado) de pequenos escritórios de arquitetura, assim como a Uber depende dos trabalhos dos seus motoristas.

1 Fala de Fernando Assad no evento de lançamento do Instituto Vivenda, via YouTube, em 1/7/2021, sob o título Evento de lançamento - Instituto Vivenda.

2 Informações obtidas na Live da empresa Vivenda, sob o título Negócio social também é negócio, via Youtube, em 2021.

O senso comum tende a não perceber a extração de valor que esse tipo de ‘tecnologia social’ efetivamente realiza. Os juros de 2,2 por cento ao mês parecem baixos, quase irrelevantes, (são realmente mais baixos do que os juros de empréstimos pessoais dos bancos), mas, na realidade, correspondem a uma taxa de juros simples de 26,43 por cento ao ano (ou a juros compostos de 29,84 por cento ao ano) — e isso num momento histórico do Brasil em que as condições de vida da maioria estão cada vez mais precárias e o salário mínimo, mesmo muito defasado, se tornou uma ‘raridade’.

Simulando um exemplo do quanto esse juros pode significar: suponhamos uma reforma custou o total de 12 mil reais. A entrada foi de 1.500 reais. O valor do financiamento é de 10.500 reais. A Tabela 01, a seguir, apresenta três possibilidades de simulação:

Tabela 01 - Três opções de simulações de um financiamento de melhorias habitacionais

Simulações do financiamento de uma melhoria habitacional						
Entrada	Opções	Parcelamento	Valor da parcela	Total	Total + entrada	Valor total do juros a pagar
1.500	1	20x	654,61	13.092,20	14.592,20	2.592,20
	2	24x	567,8	13.627,20	15.127,20	3.127,20
	3	30x	481,82	14.454,60	15.954,60	3.954,60

Fonte: elaborado pela autora.

Com essas simulações fica mais evidente quais seriam as possibilidades de parcelamento e quais os valores dos juros que uma pessoa de baixa renda pagaria em uma reforma de 12 mil reais. Esses movimentos financeiros todos ilustram um ponto fundamental: para que certa quantia de dinheiro funcione como capital, ela precisa estar em constante movimento, buscando lugares em que lhe seja acrescido valor. Como Verónica Gago argumenta em seu livro, *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*, os territórios periféricos, antes ‘somente’ marginalizados, converteram-se em territórios atrativos para o capital expandir suas fronteiras de valorização (Gago, 2018).

Na prática, quais são as consequências desse processo? As dinâmicas acima delineadas não são somente financeiras, mas são também “formas de captação de trabalho que produzem espaços e políticas concretas” (Ibid., p. 261). As pessoas atingidas por esse processo já se endividam para sobreviver, tendo em vista o cenário de crise do acirramento da precarização das condições de vida periféricas. Provavelmente, para pagar as parcelas das reformas financiadas pela Vivenda, se submetem a trabalhos ainda mais precários. O endividamento é uma forma de aprisioná-las na pobreza (Harvey, 2019). É uma captura do seu trabalho futuro e “uma ‘economia da obediência’ que serve aos setores mais concentrados do capital” (Gago, 2018, p. 261). As autoras Verónica Gago, Luci Cavallero e Silvia Federici, consideram a dívida cotidiana não como algo isolado, e sim como um fenômeno diretamente conectado com os cortes de políticas públicas, com a diminuição do poder de compra do salário mínimo, com a precarização do trabalho e, sobretudo, com a intensificação da superexploração do trabalho reprodutivo (Gago, 2019; Federici, 2019). Trata-se de compreender como a dívida está relacionada à reprodução da vida periférica como um todo. Como se verá adiante, as estratégias de gestão cotidiana das mulheres para o pagamento da dívida contraída após as reformas deixam evidente essa questão.

Há quem possa se questionar argumentando: “Ah, mas não há políticas públicas para isso. Pelo menos eles estão fazendo alguma coisa” ou “Ah, mas essas pessoas já se endividam em suas reformas convencionais.” Transformar a falta de políticas públicas em novas mercadorias deve ser considerada uma solução? Ou é somente uma forma de lucrar com a “gestão da precariedade”? Retomando o que mencionei no início: será que faz sentido buscar resolver problemas sociais e, ao mesmo tempo, obter lucro? A empresa diz ser possível resolver o déficit habitacional ainda nessa geração com o seu modelo de negócio. Mas a partir do que foi exposto, isso é mesmo possível? O que apresento a seguir, ao abordar tanto o papel dos escritórios de arquitetura nesse contexto quanto as experiências das mulheres que participaram desse pacote de reformas, responder a essas questões (Moreno, 2022).

2.1.1 Modelo de atuação dos escritórios associados à plataforma

Em 2022, entrevistei quatorze arquitetas de escritórios plugados na plataforma Nova Vivenda, de várias cidades e estados do Brasil. Aqui devo ressaltar que se trata

de uma análise impessoal. Não me cabe nenhum juízo de valor sobre as atuações das arquitetas entrevistadas nem tenho o objetivo de personalizar nenhuma crítica. Na verdade, meu sentimento é de gratidão às minhas colegas de profissão pelas entrevistas concedidas de forma tão generosa. Eu me identifiquei com muitos de seus relatos sobre as tantas dificuldades da vida profissional. No final, ficou evidente que a maioria é movida pela intenção de melhorar as condições de outras pessoas e, claro, enfrenta o dilema de não saber como financiar isso. É importante ressaltar que meu objetivo, ao analisar as entrevistas, não foi generalizar as atuações e experiências das arquitetas entrevistadas, tratando-as de forma homogênea (Moreno, 2022).

A maioria dos escritórios chegou à Vivenda por ser uma das poucas iniciativas do tipo no país, de realizar reformas nas periferias. Como já mencionei, a empresa começou testando a venda de kits de reformas nas periferias, que incluíam: projeto, mão de obra, material e crédito. Alguns escritórios que já estavam tentando trabalhar com arquitetura na periferia, mesmo antes de conhecerem a “solução integrada” da Vivenda, perceberam que “o projeto é uma coisa difícil de vender na periferia”. Segundo eles, vender somente o projeto “não dava em nada”, porque as pessoas, na periferia, estão cercadas de várias dificuldades que inviabilizam as realizações das obras. Essas dificuldades, segundo suas conclusões, além de financeiras, estão relacionadas, principalmente, ao gerenciamento e ao acompanhamento das obras.

Como esse encontro aconteceu? Após criar a debênture e captar os recursos do mercado financeiro, a Vivenda entrou em contato com potenciais escritórios de reformas que pudessem fazer parte de sua plataforma. Na metade de 2020, criou um grupo piloto com os sete primeiros escritórios. Nesse início de parceria, percebeu que não poderia trabalhar somente fornecendo crédito aos escritórios, mas que deveria auxiliá-los também nas etapas de estruturação dos negócios, compartilhando a experiência prática que já tinha adquirido. Até 2022, existiam 24 escritórios chamados “negócios da causa” efetivamente plugados na plataforma e mais 15 negócios menores sendo treinados pelo Vivenda Play.

O que se percebe, com essa dinâmica, é a estruturação de uma relação de interdependência entre esses dois atores. A Vivenda precisa emprestar o dinheiro para lucrar e pagar os investidores, e o escritório precisa do financiamento (e de capacitações e mentorias de empreendedorismo) para conseguir vender as reformas. A tecnologia da

plataforma é toda da empresa: o sistema de vendas e o de acompanhamento de obras, os escritórios somente operam tais sistemas. Assim, os “negócios da causa”, como são chamados os escritórios, são agentes intermediários entre a Vivenda e os territórios. Inclusive, muitos escritórios se formaram apenas depois que seus integrantes tomaram conhecimento de que poderiam atuar com o público de baixa renda graças a essa nova forma de financiamento da empresa. Não existiriam sem a Vivenda e a rede que se articulou a partir dela. Nessa rede, os escritórios mais experientes auxiliam os que estão começando a consolidar seus negócios.

Os atendimentos funcionam, geralmente, da seguinte maneira: o consumidor que pretende reformar sua casa entra em contato com o escritório via WhatsApp, Instagram ou Facebook. O escritório faz o cadastro do cliente e agenda uma visita domiciliar, na qual verifica se é um serviço que realiza, pois a maioria dos escritórios não trabalha com construções do zero, telhados ou questões estruturais, somente com obras de baixa complexidade. Se a obra for pertinente, é feito o levantamento arquitetônico do ambiente e, em seguida, os dados do cliente são enviados à Vivenda para a análise de crédito. Com o algoritmo que desenvolveu, a empresa elabora algumas possibilidades de como o custo da obra pode ser parcelado e qual será o valor da entrada. Quanto maior a nota (score) da cliente, menor o valor da entrada, que também pode ser parcelado. Existe ainda a possibilidade de incluir a renda de mais de uma pessoa da família na análise de crédito, de forma que as parcelas geradas serão proporcionais à renda total. Até esse momento do atendimento, o processo todo é gratuito.

Em seguida, o escritório apresenta o orçamento à família e, às vezes, um projeto. Como as reformas são quase sempre apenas de revestimentos, costuma não haver projeto — aliás, é esse, basicamente, o significado da expressão ‘de baixa complexidade’. Faz-se então o acerto de contas, de quanto e como a cliente pode pagar (conforme as condições descritas na seção anterior deste capítulo). Isso acordado, passa-se para a etapa de assinatura dos contratos e para o início do pagamento da entrada. Existem dois contratos: um financeiro, da Vivenda diretamente com as famílias; e outro de responsabilidade técnica pelo serviço prestado, do escritório com as famílias. Se houver qualquer imprevisto na obra, quem arca com o custo é o próprio escritório. Todos os escritórios entrevistados realizavam acompanhamento e fiscalização das obras.

A obra é iniciada no mês seguinte, após o pagamento da entrada. Por serem reformas de baixa complexidade, são de execução rápida — cerca de duas semanas. Com a

obra finalizada, o escritório presta contas à Vivenda, e ela faz o repasse do valor total do financiamento. Cada escritório faz um cálculo próprio do valor da mão de obra. No final das contas, a Vivenda adianta o dinheiro de pagamento da mão de obra e do material aos escritórios, mas quem efetivamente paga esses serviços são as clientes por meio das parcelas. O lucro da empresa se dá mediante os juros.

Um ponto a ser destacado é que as reformas são realizadas por cômodos, por meio dos kits (banheiro, cozinha, sala de estar, área de serviço), isto é, trata-se de um formato já fechado e prescritivo. Se a família já estiver reformando um cômodo e quiser reformar outro, é necessário terminar de pagar pelo menos 60 por cento da primeira reforma. Caso isso ainda não tenha acontecido, podem fazer o novo financiamento em nome de outra pessoa da família. No entanto, isso significa que uma mãe solo que quiser reformar quatro cômodos levará, na melhor das hipóteses, seis anos pagando mensalidades e, na pior, doze anos. As famílias podem ficar dependentes dos serviços desses escritórios por muito tempo.

A Vivenda permite que os escritórios afiliados estabeleçam suas próprias metas, identidade visual e estratégias de venda, sem impor diretrizes rígidas. No entanto, para acessar o financiamento oferecido pela empresa, os escritórios precisam seguir um modelo específico de reforma, que deve ser de baixa complexidade, feita por cômodos e com um custo máximo de doze mil reais. Apesar dessas semelhanças no processo, cada escritório mantém sua dinâmica interna, com diferentes abordagens entre os profissionais, alguns mais focados no impacto social e outros com um perfil mais empreendedor.

Em síntese, é possível perceber que a maioria dos arquitetos e arquitetas entrevistados tende a focar na realização de um maior número de reformas de baixa complexidade (a maioria apenas de revestimento), visando impactar mais pessoas e atender às necessidades operacionais de seus negócios, ao invés de se aprofundar nas complexidades das demandas reais do público. Reformas de revestimento estão longe de resolver o problema do déficit de inadequação edilícia. Elas sequer tocam nos principais problemas estruturais que as habitações enfrentam nos processos de autoprodução³. Trata-se de um modelo feito para ser vendido e não pensando nas complexidades de moradias tidas como precárias. Isso levanta questionamentos sobre os rumos da arquitetura e uma possível crise dentro da profissão. Uma arquiteta destacou a dificuldade

de manter o negócio, mencionando que o lucro vem do volume de reformas rápidas, mas o desafio está em comunicar a existência do serviço e convencer as pessoas de que podem pagar por ele.

A Vivenda é uma plataforma de financiamento que atua centralizando o capital, dispersando o trabalho sem vínculo empregatício em escala nacional, por meio dos escritórios plugados na plataforma. Escritórios estes que têm a ‘liberdade’ de estipular suas próprias metas e são os responsáveis técnicos pela execução das reformas. Estudiosos vêm caracterizando como autogerenciamento subordinado o processo de trabalhadores de plataforma que arcam com todos os riscos e custos dos seus trabalhos, mas que tem a suposta ‘liberdade’ de estipular suas metas diárias (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021). É um auto-gerenciamento subordinado à empresa que detém a tecnologia e o capital.

Nas entrevistas, não foi mencionado nada relacionado a algum tipo de politização, mobilização ou conscientização crítica ou coletiva sobre os lugares (físicos ou sociais) que as pessoas atendidas estão ocupando. Elas são meras consumidoras passivas no processo. Trata-se somente da promoção do consumo de mais mercadorias e, conseqüentemente, da criação de mais dependência entre os ‘atendidos’ e os ‘técnicos’.

No entanto, apesar dessas prévias conclusões, é preciso entender essa questão olhando mais concretamente para as experiências das mulheres com a compra da mercadoria reforma, buscando entender sobretudo a relação do capitalismo financeirizado com as suas vidas cotidianas.

2.1.2 A experiência das mulheres com a compra da reforma

Após discutir os aspectos econômicos da empresa e as práticas dos escritórios, esta seção analisa as experiências de duas mulheres que adquiriram pacotes de reforma. O objetivo é entender como as dinâmicas financeiras afetam as suas vidas cotidianas. Ao todo, foram entrevistadas oito mulheres, cada uma duas vezes durante o ano de 2022, no início e no meio. A ideia foi tentar entender melhor as experiências das mulheres alguns meses depois das reformas, quando o entusiasmo inicial da já havia dado lugar a uma avaliação do empreendimento mais baseada no cotidiano. Esse método foi fundamental principalmente para ver como estavam lidando com as prestações das

3 Entende-se, neste trabalho, o termo auto-produção como o processo de construção em que os próprios moradores decidem e gerem a produção do espaço, podendo ser eles os construtores (autoconstrução) ou não. Esse conceito não exclui a autoconstrução e é capaz de caracterizar melhor a abrangência e as variedades desse processo na atualidade (KAPP, NOGUEIRA e BALTAZAR, 2009).

reformas. Como os escritórios estão espalhados pelo país, entrevistei as mulheres por telefone (Moreno, 2022).

É importante destacar que, ao apresentar esses casos, não se busca generalizar a experiência de todas as mulheres do Brasil que adquiriram esse pacote de reformas. O objetivo principal é evidenciar como o contexto de transformações no mundo do trabalho, financeirização, precarização e endividamento está interligado ao a autoprodução de moradias e, consequentemente, ao funcionamento desta plataforma, intensificando a crise da reprodução social já em curso (Fraser, 2020).

A primeira experiência que vou relatar é a da Tânia.³ Ela tem 50 anos, é uma mulher negra, solteira, que mora com a filha e com os dois netos. Trabalhou a vida inteira como diarista. Na pandemia, foi demitida e, atualmente, tem sentido dificuldade para encontrar trabalho por conta de sua idade. Ela cobra 180 reais a diária e diz que, na época em que realizou a reforma, estava ganhando cerca de 700 reais por mês. Sua filha recebe o auxílio Brasil e trabalha com eventos, ganhando 100 reais por dia de trabalho, mas só recebe quando trabalha.

Tânia mora na mesma casa há vinte e três anos. Ela autoproduziu sua casa inteira sozinha. Foi sempre ela que fez os empréstimos em vários bancos e contratou os pedreiros. Na primeira conversa, Tânia disse ter gostado muito da reforma. Sua primeira experiência com a Vivenda foi quando ganhou duas reformas subsidiadas, convertidas nas pinturas, trocas de revestimento do piso e instalação de forro dos quartos da filha e da neta. Depois delas, Tânia decidiu financiar uma reforma para seu quarto. Ela comprou o kit quarto, que inclui revestimentos de piso, parede e teto. Pagou uma entrada de 10 parcelas de 400 reais e financiou o restante em 30 parcelas de 350 reais. Assim, o custo total da reforma será de 14.500 reais, dos quais 2.872,59 reais correspondem apenas aos juros.

Nessa primeira entrevista, Tânia relatou ter gostado muito da reforma. Disse que esse tipo de reforma era boa porque era rápida, já vinha com tudo incluso e, no final, “você só paga e esquece”. Dado às tantas dificuldades cotidianas, qualquer coisa que você “pague e esqueça” é realmente um privilégio.

Tânia fez empréstimo a vida inteira para construir e reformar sua casa. Mas não tem mais conseguido fazer isso porque está trabalhando como diarista e não com carteira assinada. Foi por isso que viu vantagem em contratar o serviço de reforma da Vivenda.

4 Com o intuito de preservar as identidades das mulheres entrevistadas, substitui seus nomes reais por nomes fictícios.

Eu já fiz muito [empréstimo], minha filha, para fazer reforma na minha casa, porque eu era sozinha... Eu sempre fui sozinha, nunca tive marido para me ajudar em nada. Então, eu costumava fazer na Caixa Econômica. Eu fiz para reformar aqui quando minha neta nasceu, há nove anos. Já fiz para comprar móveis. A minha filha tinha o auxílio morte, do pai dela que é falecido, mas só eram quatrocentos e poucos reais, que não dava para nada. Então, eu fiz um empréstimo para comprar o berço da minha neta, para comprar tudo, porque o pai dela também não ajudou em nada! Fiz isso para poder ajudar minha filha. Eu só tenho ela de filha, né? [...] Mas já fiz [empréstimos] mais vezes. Sempre para arrumar a casa. Sempre. Já fiz cartão para comprar o material [de construção] para levantar em cima da minha casa (Tânia).

Vê-se, nesses relatos, a dinâmica do endividamento associado às tarefas de reprodução social (Gago, 2019). Diante de tantos empréstimos, perguntei se ela tinha conseguido pagar todos eles.

É, eu tenho o nome sujo por causa do cartão de crédito que eu não paguei [...] Olha, olha: eu já fiz empréstimo na Caixa Econômica, na BV, no Santander. O do Santander eu consegui pagar, porque eu trabalhava no hospital [com carteira assinada]. Eu sempre consegui levantar aqui [a casa] com empréstimos. Só que agora não dá, né? Porque estou sem trabalhar registrado, como é que eu vou pegar empréstimo para terminar? E aí eu consegui com a Vivenda (Tânia).

Nos relatos de Tânia fica evidente que as estratégias de gestão cotidianas para reproduzir a vida são sempre mediadas por empréstimos associados à produção de moradia: uma mercadoria cara que não está incluída no valor do salário mínimo (que, atualmente, mal cobre a alimentação). Talvez se possa pensar que, se ela sempre se endividou para autoproduzir a casa, não haveria nada de errado em contrair uma dívida com a Vivenda, que pelo menos oferece serviços técnicos qualificados. Sobre isso, como se verá adiante, Tânia mesma elaborou o que seria melhor para ela.

Mas Tânia também me confessou, ainda na nossa primeira conversa, que estava preocupada com um problema estrutural de sua casa, pois as paredes estão rachando. O escritório da Vivenda não trabalha com questões estruturais. A estrutura de sua

casa está comprometida, mas ela está pagando caro por uma reforma do revestimento de um cômodo. Teve ‘suporte técnico’ para revestir seu quarto, mas para o que é realmente difícil de resolver, terá que se virar sozinha. Na primeira entrevista, quando perguntei como as parcelas da reforma da Vivenda à afetavam, Tânia disse que, com muito esforço, estava conseguindo manter o pagamento em dia.

Estou conseguindo pagar direitinho sim! Sempre que eu ganho o dinheiro da semana, eu guardo, sabe? Como eu ganho 180 reais por semana, eu já reservo esse dinheiro e só coloco mais 20 reais. A minha filha também faz bico e ajuda. Às vezes, ela paga para mim e eu faço as compras de casa... E, assim, nós vamos fazendo o rolo [risos]. [...] Eu nunca fui muito de... É que nem eu falo para você... nunca fui muito de roupa e sapato, sabe? Ainda mais com essa pandemia, a gente aprende muito, né? A gente aprendeu muito a economizar, aprendeu a ver que não precisa tanto de roupa e sapato, né? Eu prefiro minha casa limpa e ter comida na geladeira [risos]. Eu prefiro isso, o resto a gente compra depois. Se puder comprar calcinha, se puder comprar uma blusa, eu compro. Agora, a minha filha já tem que comprar as coisas para os meus netos (Tânia).

Cinco meses depois de nossa primeira entrevista, entrei em contato com Tânia novamente, para saber se estava conseguindo pagar regularmente as parcelas e se tinha resolvido a questão da caixa d’água. Ela disse que suas condições de vida pioraram muito. Está com mais dificuldade de encontrar trabalho como diarista, e tem somente um cliente fixo na semana. “Foi que nem eu te falei. A minha idade é cruel. Parece que, só porque tenho 50 anos, as pessoas pensam que não como mais.” Além disso, a sua filha, que faz bicos em eventos, quase não está sendo chamada para esses trabalhos. “Ela recebe Bolsa Família, mas é 430 reais... é muito pouco, não dá para pagar as contas com esse dinheiro”. Tânia me contou que tiveram a sorte de receber algumas cestas básicas recentemente, depois de quatro meses à míngua.

Estou tentando colocar as coisas em ordem. Só vou conseguir negociar a Vivenda em agosto. Qualquer coisa, eu negocio as parcelas que estão atrasadas e pago uma atrasada e uma atual, uma a atrasada e uma atual, entendeu? Eu vou ver também se eu consigo diminuir o valor da prestação, porque se eu renegociar tudo, vou pagar muito juros em cima, entendeu? Então, eu tenho que fazer isso com calma. Eu tenho

que ver o que eu faço para não pagar tanto juros. Mas está difícil, viu? As coisas estão muito difíceis... (...) Assim, a gente precisa comer. (...) É complicado, mas eu tenho fé em Deus que eu vou conseguir colocar as parcelas em ordem, minha filha (Tânia).

Tânia demonstra um impasse claro entre comprar comida, pagar a dívida da reforma de sua casa e cuidar da saúde do neto. Ela comentou que as rachaduras nas paredes aumentaram muito, estão “de canto a canto” das paredes do quarto da filha, do neto e, inclusive, do próprio quarto dela (o que ela ainda está pagando a reforma de revestimento).

Na segunda entrevista, embora Tânia continuasse dizendo que amou os serviços feitos pela Vivenda, não parecia mais tão empolgada recorrer a eles novamente. Vem pensando em fazer futuras reformas aos poucos, como sempre fez nesses vinte anos da construção de sua casa: conseguindo “um dinheirinho aqui e ali” e arrumando uma coisa de cada vez. A suposta facilidade de pagar uma quantia mensal, isto é, de “pagar e esquecer”, como ela mesma disse meses atrás, não se concretizou. Na verdade, a obrigação mensal se tornou uma preocupação a mais em sua vida, acirrada pelo fato de ela e a filha ganharem por dia de trabalho.

Talvez chamar uma pessoa para rebocar; depois chamar uma pessoa para colocar uma janela(...) porque eu acho que, sei lá, esse negócio de prestação a gente fica meio doido, sabia? Eu estou trabalhando de diarista. Não vou trabalhar registrada mais — isso está fora de cogitação — porque, diarista, você já pega o dinheiro na hora, compra o que está precisando para dentro de casa, repõe a comida da semana e assim vai (Tânia).

Tânia e a filha ganham apenas o suficiente para sobreviver um dia depois do outro, o que dificulta planejar em longo prazo. Ela nem cogita mais a possibilidade de um trabalho com carteira assinada, porque, segundo ela, além de pagar pouco, só paga no fim do mês. No entanto, também se queixa das impossibilidades de conseguir um empréstimo sem um trabalho com carteira assinada. Afinal, nesses vinte anos, ela só conseguiu empréstimos para construir sua casa porque trabalhava ‘formalmente’. Sobre isso, Verónica Gago (2019) diz haver uma diferença crucial entre contrair uma dívida quando você sabe que trabalho fará para quitá-la, e contrair uma dívida quando

você não tem nenhuma garantia de trabalho futuro, como no caso de Tânia. Isso só prova como, na atualidade, mesmo sem a garantia do salário, a dívida tem um papel protagonista na reprodução social. “O endividamento dos não assalariados é um prisma que permite ver o modo de funcionamento em geral da dívida como dispositivo privilegiado de extração de valor no capitalismo contemporâneo” (Gago, 2019, P. 171). O economista Fernando Teixeira aponta como um “potencial risco sistêmico” a “oferta de crédito em larga escala para uma população sem emprego formal, eventualmente sem renda e que tende a se refinanceir constantemente para sobreviver” (Teixeira, 2020, p. 11). Evidentemente, essas pessoas precisam de mais do que crédito para reproduzir as suas vidas, a começar pelo acesso público e gratuito a bens e serviços essenciais.

A segunda experiência relatada aqui será a de Fabiana.⁵ Ela tem 51 anos, é casada e não tem filhos. Ela e o marido trabalham como faxineiros em uma empresa, ganhando, cada um, um salário mínimo. Moram na mesma casa há trinta anos. A casa faz parte de um conjunto habitacional construído pela COHAB do seu estado. Passados esses trinta anos, as necessidades de reformá-la não param de crescer. Quando Fabiana viu o escritório atuando na comunidade, decidiu contratá-lo e reformar o telhado, aumentando sua inclinação e trocando as telhas. Para isso, precisou alugar outro lugar por três meses, pagando o aluguel mensal de 500 reais. Ela diz ter adorado sua reforma. Mas, em determinado momento da entrevista, também confessou que achou que o telhado poderia ter ficado mais alto, mas comentou que não se meteu muito na obra porque foi seu esposo que ficou à frente. É comum as mulheres se sentirem intimidadas a darem opinião sobre as obras em suas próprias casas.

Na primeira entrevista, Fabiana me contou que precisou parar de trabalhar porque sofreu um acidente doméstico em 2021 e quebrou o fêmur das duas pernas e o punho. Ela fez uma cirurgia grande e, no pós-operatório, mudou-se para a casa das cunhadas para ser cuidada por elas.

Em razão desse acidente, Fabiana teve gastos adicionais com remédios, médicos, fisioterapia e transporte, além de outros gastos extras que surgiram em sua casa. Só o plano de saúde consome mais de um terço do salário-mínimo que ela ganha. Por isso, ainda nem começou a pagar as parcelas da reforma da Vivenda.

Para ser bem sincera com você, porque eu não gosto de mentira, eu nem comecei a pagar ainda, você acredita? Eu estou em débito com eles, mas eu avisei que vou pagar. Eu me sinto muito envergonhada, não vou mentir... eu me sinto. Por que? Porque a gente, que é

5 Com o intuito de preservar as identidades das mulheres entrevistadas, substitui seus nomes reais por nomes fictícios.

crente, tem que ter uma palavra só. Eu queria muito já ter começado [a pagar], mas infelizmente aconteceram outras coisas que eu não esperava... e, então, eu não pude pagar. Estou em débito com eles até agora.

Eu fiz um planejamento dos meus débitos para me organizar, mas, infelizmente, aconteceram outras pendências. Mas eu vou pagar, em nome de Jesus, não vai ficar nada fora do lugar. Eu fico com vergonha, porque, assim, a pessoa quando manda fazer uma coisa, faz porque pode pagar, né? Eu acredito nisso. Então, se eu me responsabilizei de pagar e agora eu não estou pagando... Olha, você não tem noção do que eu choro, não. Eu choro, peço ao senhor que me ajude e peço muito a Deus que ajude eles [escritório] também, né? Porque eles têm essa boa vontade (Fabiana).

Para Fabiana, trata-se de uma culpa individual. Mas há todo um contexto à sua volta que lhe impossibilita sobreviver com o salário que ganha. Seu relato apresenta, concretamente, como a ‘moral devedora’ e a culpabilização individual são formas eficazes de ‘docilização’ e de gerência da paciência das camadas populares (Gago, 2018). Como Verónica Gago pontua, a expansão da financeirização das economias populares faz com que os setores mais pobres se endividem para pagar serviços básicos. O que confirma essa perspectiva é a resposta de Fabiana, quando perguntei se ela está acostumada a fazer empréstimos com frequência.

Eu não consigo fazer não, porque, assim... eu sou suja, sabe? Suja, que eu digo, é assim, o cartão que já era para eu ter pago. Desde que eu caí, estava pagando as coisas direitinho, mas, por conta disso, coisou todo meu dinheiro que era para eu pagar [...] É remédio, é não sei o que, é um monte de coisa... Você sabe como é médico particular, né? Os remédios de médico particular não é coisa do governo, que a gente pega de graça não. É uma coisa cara, né? Tudo é caro, entendeu? (Fabiana).

Fabiana disse: “Eu sou suja” e logo depois corrigiu: “suja, que eu digo, é assim, o cartão que já era para eu ter pago”. Mais uma vez suas palavras demonstram como a dívida a atinge subjetivamente. O mecanismo da dívida é uma forma sutil e eficaz de manter as pessoas na miséria e, mais do que isso, de fazer elas acreditarem que estão nesse lugar porque merecem. Sobre isso, as feministas argentinas vêm discutindo o quanto é necessário “tirar a dívida do armário”, isto é, desindividualizá-la, desprivatizá-la, dar-lhe corpo e voz, demonstrando o quanto ela é um problema comum — e estrutural — presente na vida da maioria da população (Gago & Cavallero, 2019).

Na nossa segunda conversa, em julho de 2022, Fabiana já tinha voltado a trabalhar, mas ainda não tinha previsão de quando conseguiria pagar as parcelas da reforma, porque surgem sempre despesas urgentes no seu dia a dia. Em nenhum momento ela culpou o escritório por nada. Pelo contrário, continua muito grata ao serviço prestado. Como já disse, ela sente que somente ela é culpada.

Tu acredita que eu nem abro a carta de cobrança? Porque me dá uma tristeza na alma. É muito ruim você fazer um planejamento que não deu certo. Eu fico muito triste, não sei... só Deus sabe. Eu sou crente, minha filha. É feio você comprar um negócio e não pagar. Alguém pode até dizer: Ah, [não está pagando] mas está comprando outra coisa... mas não! A gente não está comprando nada, a gente está mais pagando as coisas... e quando compra, é coisa boba, porque tem que se alimentar. “Quando compra, é coisa boba, porque tem que se alimentar”! (Fabiana).

O salário de Fabiana é quase todo comprometido com o seu plano de saúde, com remédios, com a compra de comida e com outras despesas urgentes que surgem no dia a dia. Em junho de 2021, as coisas apertaram tanto financeiramente que duas amigas de Fabiana se juntaram para pagar a mensalidade do seu plano de saúde sem ela pedir, porque sabiam da importância dele para a sua reabilitação. Eis uma experiência concreta de intensificação da crise da reprodução social.

Por fim, a casa de Fabiana ainda precisa de várias reformas. Mas, nesse momento, são questões distantes: “são prioridades para o futuro. [...] Eu fico triste até de pensar, mas como eu sou crente, graças a Deus, acredito que tem um Deus grande, fiel. Se eu cheguei até aqui, Deus me vai ajudar a continuar”(Fabiana). Ao final, nas considerações finais, retomo a discussão sobre a empresa.

2.2 A plataforma contrate quem luta (cql)

A plataforma Contrate Quem Luta (CQL) foi desenvolvida pelo núcleo de tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em 2021. Seu objetivo é conectar, via WhatsApp, os trabalhadores do movimento com pessoas que precisam de serviços, aumentando as oportunidades de trabalho para os membros das ocupações. A maioria dos serviços oferecidos envolve construção (reformas e pequenos reparos) e limpeza, mas há mais de setenta outros tipos de trabalho disponíveis, sendo o público-

6 Palestra de Gabriel Simeone no seminário Melhorias Habitacionais – da Saúde do Habitat à Economia Popular - IPEA, via Youtube, em 27/11/2023.

-alvo composto principalmente por pessoas da classe média. O seu surgimento já deixa evidente que o seu pressuposto é o oposto da Vivenda, por isso não cabe compará-las simetricamente. Felipe Bonel, um dos idealizadores, explica que a criação da plataforma se baseava na seguinte lógica: “Como utilizar tecnologias geralmente voltadas para lucro e exploração em benefício da classe trabalhadora?” (Aguiar, 2023).

Para os idealizadores do CQL, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do movimento era justamente a construção de suas próprias carteiras de clientes. Tomando como exemplo um trabalhador da construção civil, como um pedreiro, ele geralmente tem duas opções de trabalho: ou trabalha para uma empreiteira ou atua de forma autônoma. Mas como são distribuídas as oportunidades? As grandes obras estão concentradas nas empreiteiras, onde a remuneração mensal de um pedreiro é de um salário mínimo e meio. Já o trabalho autônomo pode proporcionar uma remuneração mais alta, mas isso depende da criação de uma boa rede de contatos. A plataforma foi criada para isso: ajudar esses trabalhadores a construir sua própria carteira de clientes. Atualmente, ela é composta por cerca de duzentos e sessenta trabalhadores na região metropolitana de São Paulo.⁶

Para explicar o funcionamento da plataforma, é interessante compará-la às plataformas convencionais. Em plataformas como a Uber, o usuário solicita um carro pelo aplicativo e paga à plataforma, que retém parte do valor e remunera o motorista após o serviço. A plataforma controla todo o processo, deixando o trabalhador sem clareza sobre o quanto deveria ganhar, exceto pelo que ouve de outros colegas na mesma situação. Além disso, ele também corre o risco de ser banido da plataforma sem saber a razão para isso (Aguiar, 2023).

Já a plataforma CQL opera de forma diferente: o usuário solicita uma reforma via WhatsApp, e o pedido é enviado a um coletivo do movimento, que indica um prestador de serviço próximo. O trabalhador negocia diretamente com o cliente, sem que a plataforma retenha qualquer parte do pagamento. Não há um algoritmo que determine essas decisões. Isso permite uma relação direta entre trabalhadores e clientes, proporcionando maior autonomia nas negociações. Ela não cria uma dependência, porque não existe nenhuma pretensão de acumulação financeira. Para eles, “o objetivo é enfocar as grandes empreiteiras que monopolizam as oportunidades”.⁶ Alguns estudiosos têm atribuído o termo “cooperativismo de plataforma” a esse tipo de organização (Grohmann, 2021).

A CQL não usa a tecnologia como um fim, mas sim como um meio. Os trabalhadores podem fazer a própria carta de clientes e sair da plataforma quando achar conveniente. Além disso, um ponto a ser destacado é que os trabalhadores dos serviços de construção civil têm reuniões mensais de avaliação e discussão das obras e dos processos de trabalhos, possibilitando a troca de conhecimento entre pedreiros mais e menos experientes. Nessas reuniões, além de discutirem a precificação dos serviços, também tratam de alguns problemas. Por exemplo, se algum cliente reclamar de uma obra realizada por algum dos trabalhadores, todos se reúnem para entender o que deu errado, identificar as causas do problema, discutir alternativas e estabelecer estratégias para sua resolução.⁷

7 Palestra de Gabriel Simeone no seminário Melhorias Habitacionais – da Saúde do Habitat à Economia Popular - IPEA, via YouTube, em 27/11/2023.

8 Ibid

A criação da CQL surge como uma solução prática para aumentar as chances dos membros do movimento encontrarem trabalho, proporcionando-lhes uma fonte de renda. A decisão de criar a plataforma provavelmente reflete a grave precariedade enfrentada por esses trabalhadores, à medida que o trabalho periférico está cada vez mais se degradando. Isso levanta questões mais amplas e complexas sobre a generalização da plataformização e transformações no mundo do trabalho. Apesar de oferecer brechas de autonomia, que continuam valiosas, tanto a plataforma quanto os trabalhadores estão inseridos nas contradições do capitalismo, enfrentando uma profunda crise de reprodução social.

Durante a entrevista com um dos integrantes do MTST, ele destacou as contradições do capitalismo, mencionando que o movimento tem muita dificuldade em estabelecer uma relação de ganho da luta para manutenção das pessoas mobilizadas, com uma mudança significativa nos modos de produção. Por exemplo, em muitos casos, as pessoas do movimento estão mais interessadas em obter uma casa, independentemente de como ela seja produzida, ou em trabalhar para pagar as contas, mediante a necessidade de sobreviver. Ao mesmo tempo que o movimento vislumbra uma atuação mais radical via experimentação de outras formas de produção, ele também trabalha na perspectiva da resolução das necessidades imediatas dos trabalhadores. Essas dificuldades são contradições inerentes à própria luta.

Considerações finais

Neste contexto, foram apresentadas duas plataformas relacionadas ao setor de melhorias habitacionais. As duas possuem pressupostos bastante distintos. Me dediquei mais à análise da primeira, a Vivenda. A análise do modelo de negócio revela que, em vez de resolver problemas sociais (como defende), o foco está na criação de um mercado de reformas, articulado ao setor financeiro e desvinculado do Estado e das políticas públicas. Isso demonstra a aproximação da financeirização com as periferias, tratando esses territórios como uma nova oportunidade de valorização do capital. Em termos gerais, o funcionamento da empresa se trata de transformar as supostas precariedades ou necessidades das pessoas em mercadorias. O modelo de atuação da empresa não solucionará o problema do déficit habitacional, uma vez que as obras de revestimento não abordam as questões mais graves enfrentadas por esses moradores, como problemas estruturais e infiltrações. Nesse formato de negócio, para que alguém obtenha lucro, pressupõe-se que essas pessoas permaneçam dependentes e na informalidade. Onde a generalização de processos como este podem nos levar? Quais os rumos da arquitetura nesse contexto?

Um ponto fundamental que ainda quero ressaltar é que dinâmicas como essa, por apresentarem resultados rápidos e por terem abrangência nacional, são mais festejadas pelo *mainstream*. Trata-se de um novo mercado de reformas que pode acabar ‘ofuscando’ ou desmobilizando pequenas iniciativas de assessoria técnica mais focadas em processos de ganhos de autonomia e de consciência crítica sócio-espaciais do que em produtos acabados. São iniciativas que tem suas contradições e ambiguidades; que não dão respostas imediatas aos problemas sociais (porque isso não existe); que não conseguem materializar seus processos em fotos de ‘antes e depois’; e que acontecem em menor escala, mas que buscam abrir pequenas brechas nesse modo de produção capitalista cruel e desigual em que vivemos.

Em seguida, apresentei a plataforma Contrate Quem Luta (CQL) como uma brecha emancipatória frente ao atual cenário de crise. Como já mencionei, ela parte de um pressuposto oposto ao da Vivenda. Nela, o foco é conectar os trabalhadores do movimento com pessoas que precisam de serviços, aumentando as oportunidades de

trabalho para os membros das ocupações e fortalecendo ganhos de consciência crítica dos trabalhadores. Portanto, trata-se de uma plataforma inserida nas mesmas condições do capitalismo em que a Vivenda está, mas sua atuação é focada no processo do ponto de vista do trabalhador, buscando promover a conscientização política e garantir oportunidades de trabalho aos envolvidos no movimento.

Um ponto interessante ao analisar as duas plataformas é o que elas revelam em seu funcionamento. O trabalho do pedreiro, considerado mais precarizado pela sociedade, é, na verdade, mais valorizado na plataforma Contrate Quem Luta. Por outro lado, o trabalho geralmente reconhecido como valorizado na sociedade, que é o do arquiteto, é mais precarizado na plataforma da Vivenda.

Por fim, é importante reconhecer que, na plataforma Contrate Quem Luta, há, pelo menos, uma atuação crítica de autorregulação dos trabalhadores, considerando que essa prática não gera dependência e promove o aprendizado coletivo e a troca de conhecimentos entre pedreiros com diferentes níveis de experiência. Mesmo considerando suas limitações e contradições, ainda pode servir como um exemplo a ser adotado, aprimorado e transformado por outros movimentos e grupos sócio-espaciais.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. *Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas*. *Sociologias*, v. 23, p. 26-56, 2021.

AGUIAR, Carolina. *Contrate quem luta: Iniciativa do MTST gera emprego para militantes que prestam serviços*. 2023. Acesso em: 01 ago. 2024.

ASSAD, Fernando Arruda. *Negócios sociais no Brasil: oportunidades e desafios para o setor habitacional*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.

BARKI, Edgar; RODRIGUES, Juliana; COMINI, Graziella Maria. *Negócios de impacto: um conceito em construção*. *Revista de empreendedorismo e gestão de pequenas empresas*, v. 9, n. 4, 2020, pp. 477-504.

FRASER, Nancy. *Contradições entre capital e cuidado*. Trad. José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. *Princípios: Revista de Filosofia*, v. 27, n. 53, 2020, pp. 261-288.

GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. Trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.

GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. *Uma Leitura feminista da dívida*. São Paulo: Criação Humana, 2019.

GROHMANN, Rafael. *Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal*. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Trad. Coletivo Sycorax: Solo comum. São Paulo: Elefante, [2019] 2022.

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. "Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema". In: *Projetar*, 2009, São Paulo. *Projeto como investigação: Antologia*. São Paulo: Altermarket, 2009.



INGREDIENTES:

1 PORÇÃO DE BANANAS

1/4 DE ÁGUA

3/4 DE AÇÚCAR

UMA PITADA DE SAL

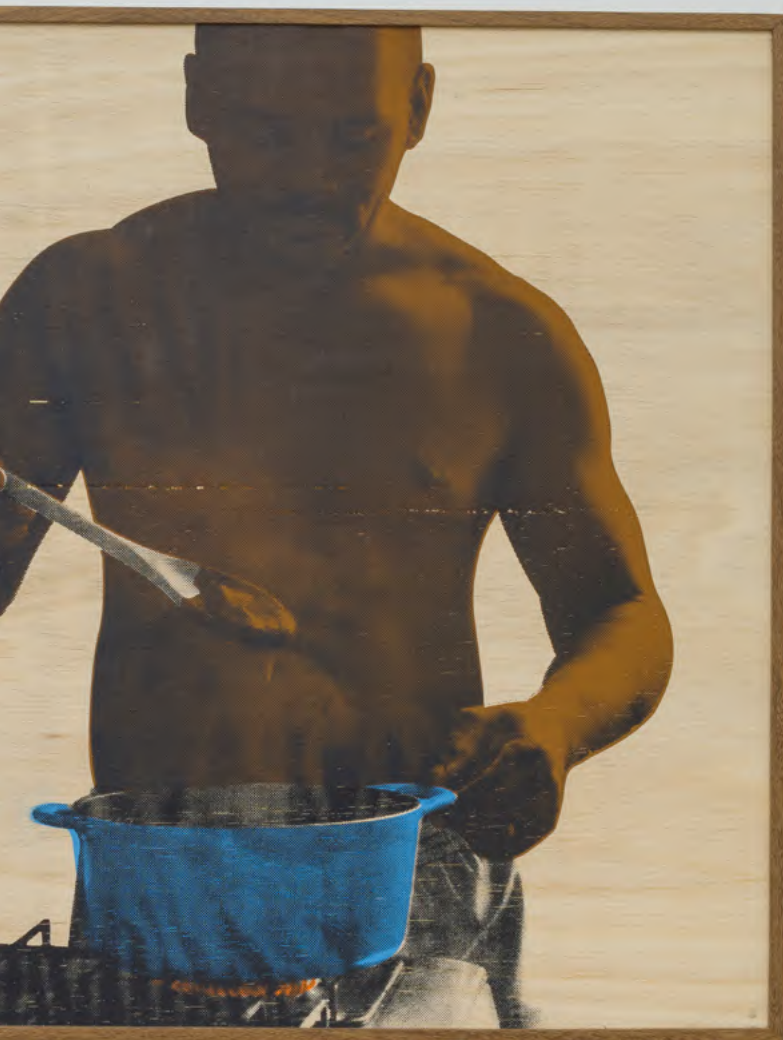


2. LOOK OUT FOR WHEN THE SKIN OF THE BANANAS BEGINS TO SHOW SIGNS OF DARKENING. PEEL IMMEDIATELY — OVER-RIPE BANANAS DO NOT WORK.
3. MASH THE TOTAL NUMBER OF BANANAS WHICH YOU WILL PREPARE.



INGREDIENTS:
1 PORTION OF BANANAS
1/4 WATER
3/4 SUGAR
A PINCH OF SALT



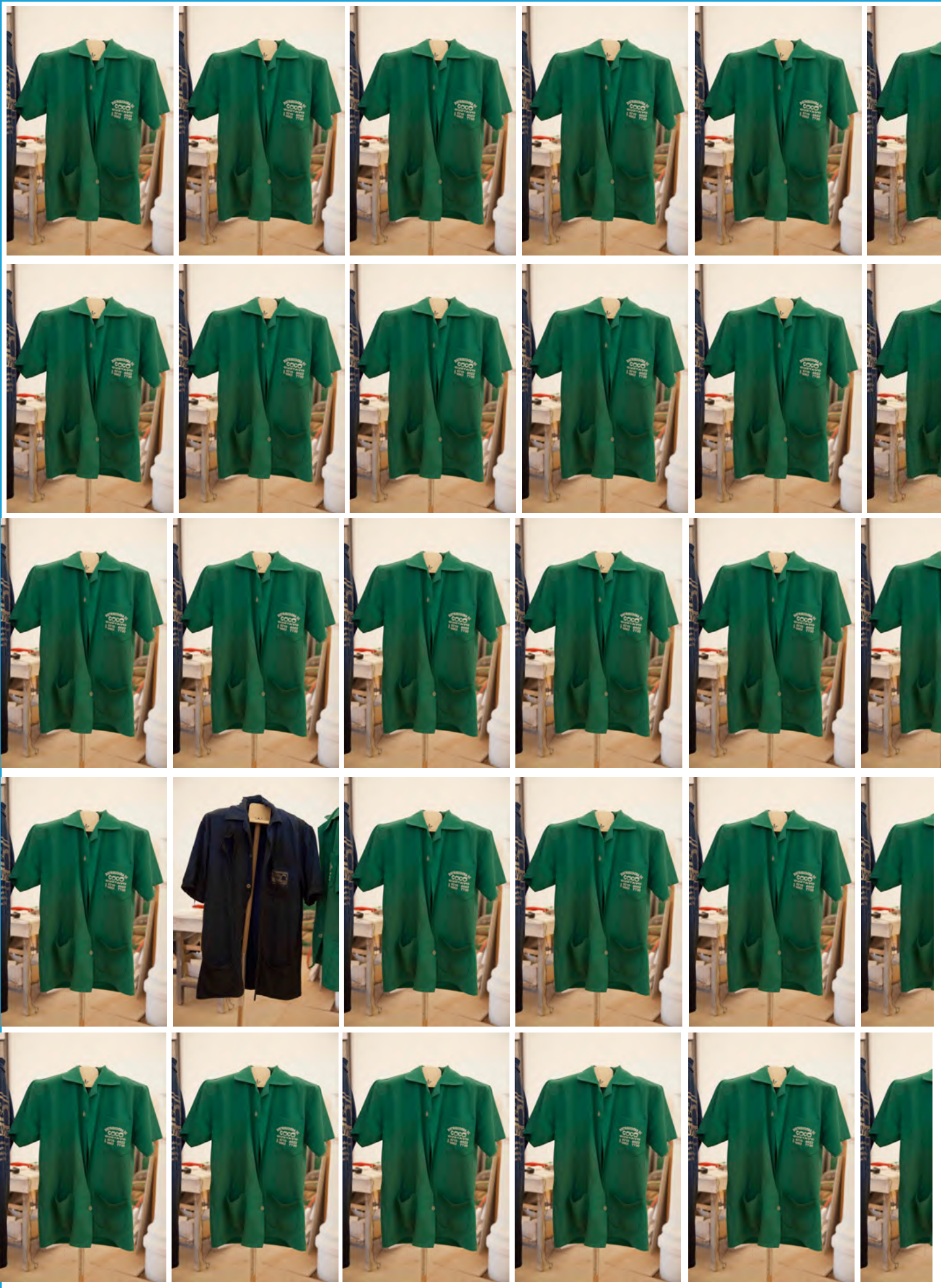


4. COLOQUE NO TACHO AS
BANANAS MACHUCADAS
COM A ÁGUA COZINHANDO
EM FOGO BAIXO ATÉ FORMAR
UMA MASSA HOMOGÊNEA.

5. DESPEJE TODO O ACUCAR
E MEXA INSISTENTEMENTE
POR CERCA DE 2 HORAS.

4. PUT THE MASHED BANANAS
ONTO THE POT WITH THE
WATER AND SIMMER ON
A LOW SETTING UNTIL A
HOMOGENEOUS MASS IS
FORMED.

5. POUR IN ALL THE SUGAR AND
STIR INSISTENTLY FOR ABOUT
2 HOURS.





Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética.

O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



1. COLHA AS BANANAS
AINDA VERDES DO PÉ.
PENDURE PELO UMBIGO DO
CACHO E ABAFE EM LOCAL
SECO PARA AMADURECER
MAIS RÁPIDO.

1. PICK THE STILL GREEN
BANANAS FROM THE TREE,
HANG BY THE UMBILICAL STEM
OF THE BUNCH AND COVER
UP IN A DRY PLACE TO RIPEN
THEM MORE QUICKLY.



2. OBSERVE QUANDO A CASCA DAS BANANAS COMEÇA A MOSTRAR
SINAIS DE ESCURECIMENTO, DESCASQUE IMEDIATAMENTE -
BANANAS MADURAS DEMAIS NÃO RENDEM. 3. AMASSE TODA A
QUANTIDADE DE BANANAS QUE IRÁ PREPARAR.

2. LOOK OUT FOR WHEN THE
SKIN OF THE BANANAS
BEGINS TO SHOW SIGNS OF
DARKENING,
PEEL IMMEDIATELY -
OVER-RIPED BANANAS DO NOT
WORK.
3. MASH THE TOTAL NUMBER OF
BANANAS WHICH YOU WILL
PREPARE.



JUVENTUDE TRABALHADORA:

as repercussões do trabalho na trajetória de vida de jovens egressos

JAQUELINE SILVÉRIO ALVES*

INAJARA DE SALLES VIANA NEVES**

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.53331>

RESUMO: O artigo discute alguns dos resultados da pesquisa sobre as repercussões do trabalho na trajetória de vida de jovens egressos da Cruz Vermelha Brasileira, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, realizada por meio da metodologia de pesquisa com narrativas. A partir do diálogo com autores(as) do campo da Sociologia da juventude, do Trabalho e Educação, no caminho teórico-metodológico foi destacado as experiências singulares e como o indivíduo atribui sentido ao seu percurso de vida. A pesquisa com narrativas também apresentou-se como um pilar representativo, sobretudo, por valorizar o relato como um meio de investigação e como forma de produção de conhecimento. Evidenciamos que a categoria “Juventudes” é diversa, bem como os sujeitos que a compõem. Traz elementos que nos permitiram refletir sobre o lugar que o trabalho ocupa na formação dos jovens pobres e das possibilidades de enriquecimento da experiência e da elaboração da condição juvenil.

PALAVRAS-CHAVE: jovem trabalhador; pesquisa com narrativas; trabalho e educação.

Working youth: the repercussions of work on the life trajectories of young graduates

ABSTRACT: The article discusses some of the results of the research on the repercussions of work on the life trajectories of young people who graduated from the Brazilian Red Cross, in partnership with the Federal University of Minas Gerais, carried out using narrative research methodology. Based on dialogue with authors from the field of Sociology of Youth, Work and Education, the theoretical-methodological path highlighted unique experiences and how individuals attribute meaning to their life path. Research with narratives also presented itself as a representative pillar, above all, by valuing the report as a means of investigation and as a form of knowledge production. We highlight that the “Youth” category is diverse, as are the subjects that compose it. It brings elements that allowed us to reflect on the place that work occupies in the formation of poor young people and the possibilities of enriching the experience and developing the youth condition.

KEYWORDS: young worker; narrative research; work and education.

* Universidade Federal de Minas Gerais

** Universidade Federal de Ouro Preto

Introdução

Este artigo apresenta os resultados da investigação intitulada “Jovens trabalhadores: Estudo sobre as repercussões do trabalho na trajetória de vida de jovens egressos da Cruz Vermelha Brasileira (CVB-MG)¹ em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)” (Alves, 2023). A pesquisa foi desenvolvida em 2022 e 2023, por meio da metodologia de pesquisa com narrativas e teve como objetivo compreender os impactos do trabalho no percurso de vida de alguns jovens, que já haviam se desligado dessa experiência de trabalho. Buscou-se entender como esses jovens percebiam e atribuíam sentido a sua trajetória, tendo o foco revertido para as questões laborais e educacionais.

Para isso foi relevante uma maior compreensão sobre a juventude, ou melhor dizendo juventudes, em especial os jovens das camadas populares da sociedade brasileira, já que normalmente são eles quem participam de projetos sociais de contratação de jovens para o mercado de trabalho. Considerando ainda qual o papel do trabalho (ou não trabalho) no processo de formação do indivíduo. Então, esta pesquisa empenhou-se em revelar processos de aprendizagens, saberes e formação humana. Porém, se faz importante aclarar que o conceito de educação proposto abarca a educação escolar e não-escolar, ou seja, visou investigar o processo de aquisição do conhecimento no sentido mais amplo, integrando o jovem em todas as faculdades, contemplando assim a formação integral, conforme idealizado por Gramsci (Rummert, 2007).

Verificou-se também uma escassez de estudos envolvendo egressos de programas de formação para o mercado de trabalho (Máximo, 2012). Além disso, conforme nos afirma Dayrell; Carrano (2003) ainda é pequeno o número de investigações que se dedicam a perceber como os jovens vivem e elaboram suas situações de vida. Carece de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens sobre suas experiências. Logo, o pressuposto teórico e metodológico da pesquisa com narrativas² contribuiu para o entendimento dessa relação, bem como a decisão de adotar a entrevista narrativa como ferramenta/método de produção de dados.

As entrevistas narrativas encaminharam-se a partir de uma pergunta geral norteadora e registradas no gravador digital de áudio. Posteriormente foram transcritas de forma literal e analisadas, direcionando às reflexões sobre as informações produ-

¹ CVB-MG é uma organização não governamental internacional que estabelece parceria com diferentes instituições. Através do programa Ação Jovem a CVB-MG seleciona jovens, de ambos os sexos, residentes em Belo Horizonte (BH) ou na Região Metropolitana de BH/MG, para iniciação ao primeiro emprego. O jovem faz a sua inscrição virtualmente no site da CVB-MG, na data previamente divulgada. É realizada uma seleção das inscrições com base nos critérios econômicos e sociais. Os jovens pré-selecionados participam de uma triagem psicológica e passam por uma entrevista no possível posto de trabalho. (CVB-MG, 2023).

² A proposta da pesquisa com narrativas ou abordagens biográficas se emoldura na metodologia qualitativa e é discutida por diferentes autores (as): Bertaux (2010; 2021); Delory-Monberger (2012); Passeggi; Souza (2014; 2017); Schütze (2013).

zidas no campo, em diálogo com o referencial teórico. Para tanto consideramos que a entrevista narrativa, termo empregado por Schutze (2013), ou relato de vida, termo adotado por Bertaux (2010) possibilitou a abertura para que os jovens entrevistados assumissem o papel de interlocutores e participassem ativamente da pesquisa, em todas as fases. Superando o tipo de entrevista baseado em pergunta-resposta (Schutze *apud* Bauer; Jovchelovitch, 2008).

Foram entrevistados 6 jovens que tinham mais de 5 anos de desligado da CVB-MG/UFGM, das duas modalidades de contrato estabelecida pela UFGM – Jovem trabalhador (Contratado a partir dos 16 anos e que poderiam permanecer no Programa até completar 18 anos) e Jovem aprendiz (Destinado a jovens com idade a partir de 15 anos e 3 meses e que permitia a permanência do jovem atuando junto à Instituição por 16 meses). Além disso, era necessário que no momento da pesquisa fossem classificados como jovens, conforme faixa etária definida nos marcos legais do Brasil – de 15 a 29 anos. (Freitas; Abramo; Lén, 2005).

Procuramos observar em que medida essa experiência de trabalho foi significativa ao ponto de produzir sentido no jovem e afetar a trajetória de vida do mesmo. Com isso, organizamos as interpretações narrativas em categorias que emergiram dos próprios relatos e se configuraram como espécie de agrupamento temático, gerando uma nova narrativa, a partir da ótica da pesquisadora. (Delory-Monberger, 2012).

Então neste artigo, vamos privilegiar a análise da relação entre juventude, trabalho e educação. Pensando ainda nos possíveis sentidos do trabalho dentro de uma universidade. Introduzimos expressões retiradas das narrativas de cada jovem, no sentido de ilustrar o discurso, mas vale ressaltar que foi aplicado outro nome, a fim de preservar a identidade, tanto dos jovens entrevistados quanto das pessoas referenciadas na entrevista. Iniciaremos então com uma breve discussão acerca do perfil socioeconômico dos jovens ex-trabalhadores da CVB-MG/UFGM. Em seguida discutiremos sobre a referida experiência de trabalho, principalmente em relação à centralidade do trabalho e do espaço. Ao final, refletiremos sobre a tríade juventude pobre trabalhadora, apontando as possibilidades e limites dessa vivência. Nas considerações finais, retomaremos alguns pontos abordados buscando ampliar as possibilidades de análises e reflexões.

Desenvolvimento

2.1 Perfil sociodemográfico dos jovens

Na análise da trajetória profissional dos seis jovens entrevistados observamos que quatro deles já tinham atuado em atividades informais, antes da experiência de trabalho na CVB-MG/UFGM. O que reforça a tendência de trabalho precoce devido à necessidade de contribuição financeira no contexto familiar. (Ciavatta, 2009).

[...]. É vamos lá. É jovem um, de, de periferia assim, a gente sempre está precisando de trabalhar. Não tem como fugir disso. É meu pai ele, na época, meu pai e minha mãe e meus irmãos, a gente trabalhava, Precisava né. A renda era pouca, meu pai sempre trabalhou na construção civil. Então a gente precisa trabalhar mesmo, não não tinha como fugir disso. (Jovem Guilherme)

Já na conjuntura de trabalho na CVB-MG/UFGM, a maioria dos jovens entrevistados afirmaram que não tinham total responsabilidade com as despesas financeiras da família, aplicando o dinheiro no lar, mas só como uma parcela de ajuda. O maior número desses jovens disseram que no período em que trabalharam na CVB-MG/UFGM até pouparam o salário, exemplificando em que investiram. Avistamos que isso demonstra uma das repercussões do trabalho, já que o jovem da periferia é atravessado pela questão do trabalho (Rosa; Coutinho, 2019), consequentemente pela necessidade do dinheiro. Então esse contexto de vida, em que os jovens relatam administrar o valor adquirido no trabalho, não aplicando só a curto prazo ou em necessidades básicas, representa uma ressonância na trajetória de vida dos mesmos.

A atuação na CVB-MG/UFGM em tempo integral era uma forma de receber um salário melhor e auxiliar nas despesas familiares, mas, também revelava a possibilidade de adquirir bens pessoais, ter acesso ao lazer, cultura – Benefícios esses comumente escassos na realidade de vida dos jovens pobres. No entanto, todos os jovens entrevistados, exceto o que trabalhava 4 horas, se queixaram do cansaço diante da jornada de trabalho, uma vez que tinham pouco tempo para o descanso, lazer e estudo.

Esse cenário revela um impasse habitual na vida do jovem pobre brasileiro, pois o dinheiro representa uma solução para algumas agruras, porém, introduz outros impasses, como o cansaço, dificuldade de harmonizar trabalho e estudo, falta de disposição para participação social, cultural e lazer.

Isso também aponta para uma discussão importante e polêmica, pois muitas das vezes a experiência de trabalho para a juventude pobre não se apresenta como uma escolha, mas sim como uma imposição. (Frigotto, 2008b). E, se a situação se torna crítica, desgastante e precisam escolher entre trabalho e escola, tendem a optar pelo trabalho.

O que que acontece, assim que eu saí da Cruz Vermelha eu estava com dezoito anos. Com dezoito anos, eu não conseguia eu não estava querendo estudar. Eu até tinha noção que, que eu ia fazer, que queria fazer uma faculdade. Mas eu não queria fazer uma faculdade naquele momento, porque eu estava vindo de trabalho e estudo ininterruptamente, desde que eu tinha 16 anos de idade, ou antes disso, já estava vindo de trabalho e estudo, ininterruptamente. Então falei vou dar um tempo para mim mesmo e vou vou só trabalhar, porque não posso parar de trabalhar. Então parei um tempo. (Jovem Guilherme)

Quando o jovem consegue um trabalho, necessário para enfrentar a desigualdade social, tende a sair da escola, porque não consegue conciliar os compromissos da escola e do trabalho. (Faleiros, 2008; Silva, 2013; Franzoi, 2011). Provocando um círculo vicioso entre a demanda por escolaridade e a exigência de se ter um trabalho mais cedo, e com isso, conduzindo uma significativa quantidade de jovens à margem dos direitos elementares à vida. (Frigotto, 2011).

Todavia o jovem não pode ser culpabilizado por esse cenário (Barbosa; Paiva; Helal, 2020), nem tão pouco pode ser tratado de forma análoga com outros jovens, porque o contexto da vida de um jovem é atravessado por diferentes fatores, com itinerários diversos e trajetórias despadronizadas. (Dayrell, 2001; 2016; Dayrell; Carrano, 2003; Dayrell; Carrano; Maia, 2014; Freitas; Abramo; León, 2005). Frigotto (2008a; 2011) inclusive nos chama a atenção para as contradições do capitalismo, ao apontar que há uma impossibilidade do sistema capitalista cumprir sua promessa para os jovens projetarem seu futuro e organizarem sua vida. Uma vez que as promessas da burguesia se tratam de um projeto que se contrapõe a uma sociedade de classe.

O que a ideologia do capital humano e seu rejuvenescimento pelas noções inclusão, competência, empregabilidade, capital social, etc, escondem é desigualdade e pobreza que se ampliam pela concentração de capital e de monopólio da ciência e tecnologia como forças para ampliar o capital contra trabalhadores e que impedem, cada vez mais, que milhões de jovens filhos de trabalhadores possam programar seu futuro e milhões de adultos percam seu emprego ou sejam precarizados. (FRIGOTTO, 2011, p. 117).

Dado isso, constitui-se uma situação contraditória: de um lado está o jovem em busca do primeiro emprego e, de outro, um protótipo econômico rigoroso e excludente. Portanto, as taxas de desemprego não podem ser justificadas devido à escassez de mão de obra qualificada, nem muito menos se deve culpar o sujeito. Até porque “Sabe-se que, se o sucesso e a consequente ascensão social fossem vistos apenas como resultado dos esforços e motivação das pessoas, todos teriam iguais condições de sucesso e mobilidade social.” (Behar apud Barbosa, Paiva, Hehal, 2020, p. 2).

2.2 Sobre a experiência de trabalho na cvb-mg/ufmg - “um pontapé inicial”

Foi uma experiência bem válida. É, é um trabalho, tranquilo. Um trabalho que ajuda muito o jovem que está precisando ingressar, porque querendo ou não sobrava muito de oportunidade para quem é jovem sem experiência, muitas vezes sem instrução, na nossa região aqui, é mais serviço braçal. Isso acaba dando uma abertura para você ingressar num, num serviço de escritório, puxar para um lado administrativo. Acaba que não é uma grande base, principalmente porque, quando você depende desse tipo de programa, geralmente você já tem uma baixa renda, já vem de um local mais, mais difícil de você ter uma estrutura melhor, um estudo, um cursinho, alguma coisa assim. Mas dá para ser um pontapé inicial. (Jovem Guilherme)

A crítica e conteúdo apresentado pelo jovem, citado acima, ilustra o quanto o aparato do trabalho de inserção de jovens, por meio da Cruz Vermelha em parceria com a UFMG, não é o suficiente para garantir os direitos basilares dessa categoria. Não obstante, é entendido como uma iniciativa importante, porque sem essa experiência o cenário de vida do jovem da periferia se torna ainda mais crítico e limitado.

Refletimos que a expressão “Pontapé inicial” pode ser analisada de múltiplos ângulos. Tendo em vista que reproduz um discurso ou um valor social do trabalho, entendido como necessário, quase que vinculado a uma ética protestante do trabalho, mas, pode ser também compreendida como uma visão alienante e opressora do sujeito sobre o trabalho. Sendo que essa leitura social tende a prejudicar a autonomia do jovem trabalhador, o seu desenvolvimento e a formação integral do mesmo, ferindo o princípio educativo do trabalho. (Ciavatta, 2009).

Eu acho que esse tempo de ele, de pensar esse estranhamento que eu tinha, pela particularidade do meu setor, de eu ter esse tempo de conseguir ter esse tempo para pesquisa, para pensar, eu acho que é foi, foi uma das coisas mais significativas. Porque como meu meu setor não tinha um volume muito grande de trabalho, eu conseguia ter esses espaços de tempo ali, pra fazer coisas relacionadas a minha trajetória individual, foi o que eu mais gostava de fazer. Tipo assim, eu ficava pesquisando música, eu ficava lendo revista, ficava lendo matéria, ficava lendo livro. Então isso meio que ajudava a significar minha trajetória, dentro aqui do espaço, dentro do trabalho. Então eu lembro que era o o momento mais agradável ali, fazer assim, ah não, estou com um tempinho livre aqui vou ali pesquisar tal, uma coisa de tal cantor, vou pesquisar, vou ler uma matéria ali, vou ler um livro. Então esses momentos. Então, conseguia me pensar, num momento de trabalho ou pensar minha vida ali, tempo para refletir mesmo, era o que era mais significativo ali. (Jovem Lorenzo)

O jovem Lorenzo qualifica como importante o tempo livre que tinha no trabalho. E entendemos que “ter tempo para ter tempo” também é uma condição necessária para o desenvolvimento do jovem. Aproximamos pois, essa noção de tempo com a teoria de Erikson (1998), quando diz que certo nível de isolamento é essencial para o jovem, ou seja, não revela malefícios para a constituição do indivíduo. Assim, tanto o isolamento quanto o tempo para reflexão é necessário para a formação do jovem.

As narrativas são úteis para nos fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais (Becker, 1994). E a análise dos dados empíricos indicaram aspectos positivos (prazer) e negativos (sofrimento) dessa experiência de trabalho (Franzoi, 2011; Santos; Ferreira, 1996; Zanelli; Borges-Andrade; Bastos, 2014), à saber:

Era até muito bom, era muito tranquilo, o pessoal no geral era bem compreensivo, com quem era menor aprendiz, mas tem uma vibe meio diferente da, de outros empregos, sabe. (Jovem Guilherme)

Até com o Gilberto sempre foi muito tranquilo, muito tranquilo mesmo, ele igual eu no começo eu ficava lá, lá na frente, naquela salinha do lado da portaria. Aí daí um tempo passou pra cá. Daí nunca esquentou a cabeça, quando tinha serviço ia lá fazia, quando não tinha ficava mexendo no computador e nunca foi de impor nada, entendeu. (Jovem Heitor)

Agora eu tive muita festa com os servidores sabe, mas aí era questão mais particular. Almoço que a gente fazia, era muito legal, porque levava a gente para comer no restaurante muito chique, que a gente não sabia nem pegar os talheres. E aí sabe, dava essa noção. A

gente não pagava, quem pagava era eles. Eles faziam festas pra gente, no aniversário. Acho que os servidores tem muito sabe, essa questão de, de tratar bem esses, esses jovens que chegam. (Jovem João)

Então acho que teve determinadas pessoas que conseguiram construir diferentes tipos de vínculos ali. E eu lembro que eu tinha uma trajetória mais sozinha ali mesmo, nesse sentido, eu conversava com o pessoal do meu setor praticamente é, qual, até essa amizade com os próprios trabalhadores da Cruz Vermelha foi uma coisa muito em função do projeto especificamente. Ah, e um pouco antes, tinha esse movimento da gente almoçar no Bandeirão. Aí a gente se via por causa do uniforme. Aí tipo assim eu fui fazer uma amizade mais no meio pro fina em diante, com Luan, especificamente.

Aí através da amizade com ele foi ampliando o ciclo entre meninos da Cruz Vermelha, mas é, eu lembro que na, no primeiro contato assim, eu lembro que eu fiquei um tempo aí, praticamente, que eu não tinha contato, nem com um outro jovem aprendiz. Foi muito nessa dinâmica do almoço da gente se vê, porque no meu setor não tinha outros jovens aprendiz, era só eu na FACE. (Jovem Lorenzo)

E enfim um pouco antes de sair a conversa que eu tive com ele, é que era pra eu ser demitido antes do prazo. Só que como estava ocorrendo esse lance de ter problema em algum outro setor eles iam fazer uma troca né. Me faltava menos de 6 meses, se não me engano, pra terminar, aí a pessoa desse setor eu até fiz amizade com ele, chama Mateus o menino, a gente é amigo até hoje. O Mateus ia sair da Música que ele trabalhava numa biblioteca e eu ia pro lugar dele e terminar meu contrato lá e ele viria pro meu lugar na FALE. (Jovem Luan)

Nossa eu fiquei assim que responsabilidade, eu não vou saber o que fazer lá. Eu pensei que seria tipo, eu falei vou chegar lá vai ser um tanto palavra difícil, não sei, não vou saber entender, eu não sei significado, vou ficar perdida. Na entrevista eu achei que eu não iria passar, aí, nó, foi uma confusão, mas só que depois passei, aí trabalhei um pouco, aí falei ó é mais tranquilo. (Jovem Rafaela)

Na análise dos dados produzidos nesta pesquisa apreendemos que, a formação integral não se dava só nos espaços de trabalho e que a experiência de trabalho foi experimentada e narrada por cada jovem de uma forma, até porque como nos afirma Dayrell; Carrano (2003), são muito variadas as formas como cada grupo, marcado pela classe social, cultura, gênero, região geográfica, dentre outros fatores, vai lidar com

esse momento. Ademais, como nos aponta a abordagem ergológica (Schwartz, 2010), às relações de trabalho vão transpondo as fronteiras, transgredindo as regras, para além da normalização.

Assim, as falas apresentadas neste artigo têm a intenção de contribuir para uma reflexão da experiência da juventude trabalhadora e enveredar práticas institucionais, juntamente com os jovens, na sua completude. Sendo necessário introduzir outros mecanismos, como aparato para a formação integral desse jovem trabalhador, sobretudo, para que as experiências vividas no campus da UFMG, possam ser pensadas como um receptáculo de intensos e profundos aprendizados.

2.3 Sobre a centralidade do trabalho - “visão de que o trabalho edifica”

Obter uma renda ou aprender uma profissão é para muitos desses jovens uma necessidade, entretanto, o primeiro emprego simboliza a chance de socialização e integração entre os jovens, a família e o mundo do trabalho. (Ciavatta, 2009).

É motivo de orgulho para eles entendeu, porque a galera sempre tem aquela técnica de agora ele está trabalhando, para ele, ele consegue ter o dinheiro dele, para fazer as coisas dele, entendeu. Então é muito essa visão de que o trabalho edifica. (Jovem Luan)

É como se o ser humano não pudesse ficar sem a referência de um trabalho, visto que ele nos completa e nos totaliza. Também porque, o trabalho existe desde o início da humanidade. (Ciavatta, 2009).

Embora seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo. O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. (ANTUNES, 1999, p. 136).

Inclusive os escritos de Marx (1996; 2013) refletem sobre questões dessa ordem, pois diz que por meio do trabalho se consolida o valor de uso – produzir aquilo que é útil, característica geral/universal do processo de trabalho, relação direta do homem com a natureza, para satisfação das necessidades humanas. Conduzindo a criação, realização, convergência. Uma vez que,

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no

que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. [...]. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada. (MARX, 1996, p. 297).

Porém, a partir da sociedade moderna e contemporânea, as pessoas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho, como proletários. (Marx, 1996). E esse trabalho, reduzido a sua dimensão de força, reduz também o seu valor, produzindo a desefetivação dos trabalhadores. Em outras palavras, exclui os trabalhadores, porque “[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio.” (MARX, 2010, p. 81). Por isso, o trabalho também é concebido pelo âmbito negativo e reflete na relação trabalho-educação, principalmente porque a estrutura deixa de ser fundamentada em laços naturais e passa a ser pautada em laços sociais.

Observamos pois no discurso dos jovens entrevistados, por vezes hegemônico, uma dimensão social do trabalho. Mas vale salientar que às vezes essa expressão tende a conduzir para uma forma de alienação, sobretudo, do jovem pobre.

Aí daí, minha prima pegou e falou, não vamos ver um serviço de menor aprendiz, para ele pegar e e vê se pega e cresce, que ele está parado em casa, está só estudando e tal. Aí daí nós começamos a procurar. Aí fez a inscrição no Assprom, mas no Assprom não consegui porque minha irmã na época ainda era da Assprom. (Jovem Heitor)

Quando o jovem Heitor afirma, no trecho acima, que a sua prima entendia que a oportunidade de trabalho na Cruz Vermelha era interessante para ele “crescer”, já que estava “parado” em casa, ficando “velho”, “sem conhecimento”, “só estudando”, ilustramos o tipo de discurso preeminente e lançamos outros questionamentos, pois como assim um jovem não pode só estudar? E estudar não é também uma forma de adquirir conhecimento? De onde vem a concepção de que um jovem pobre que esteja só estudando é como se tivesse parado, ficando velho?

Essas classificações nos apontam vestígios de que o imaginário social tende a definir que para o jovem da periferia só estudar não é suficiente, nem propício para essa categoria

social. Principalmente porque há uma construção social que se projeta na fala dos jovens e daqueles que estão à sua volta. E como afirma Rizzo; Clamon (2010/2011) “O trabalho aparece como forma de fugir da condição social, como se trabalhar impedisse que ele se envolvesse com coisas erradas, por não ter tempo ocioso, mas principalmente por estar com a mente ocupada.” (RIZZO; CLAMON, 2010/2011, p. 415).

Minha mãe particularmente porque eu acho que ela que eu mais escuto, que mora comigo, ela tem muito a visão do trabalho só como remunerador entendeu, como remunerado. Ela não vê o trabalho como trabalho formativo. (Jovem Luan)

Nesse sentido, a visão da mãe do jovem Luan está em confluência com as ideologias sociais que se têm sobre o conceito de trabalho, vinculado à classe social baixa. (Silva; Barros; Nogueira; Barros, 2007). Além disso, ela enxerga o trabalho somente como um meio de subsistência, desvinculado dos demais dispositivos sociais ou relacionado ao imediatismo do mercado de trabalho. (Frigotto, 2008b). Em outras palavras, o trabalho é concebido de forma arraigada, e não como construtor de um ser criativo, conforme os preceitos do trabalho como princípio educativo do trabalho.

Vê-se então nas falas dos jovens os significados atribuídos ao trabalho - como um antídoto aos riscos da juventude (Rizzo; Clamon, 2010/2011) e/ou como um meio definido socialmente para se ter responsabilidade (Faleiros, 2008). Mas é importante atentar para o risco de se perpetuar ideologias/convicções preconceituosas e estigmatizantes. Enfim, precisamos entender as circunstâncias que fazem com que se materialize esse tipo de discurso, mas, também temos que tentar romper com essas discriminações sociais, que aprisionam os jovens e limitam o seu futuro.

2.4 Sobre a centralidade do espaço - “colocar um jovem no ambiente certo”

Os jovens entrevistados trouxeram a questão do espaço do *campus* Pampulha da UFMG como central e marcador na vivência que tiveram. E consideraram que isso impactou no processo de apropriação (Paula, 2011) e nas determinações futuras.

Sem dúvida, sem dúvida, é aquela questão, é colocar um jovem no ambiente certo. É talvez o melhor ambiente que tenha, um ambiente de pluralidade de ideias, um ambiente que seja enriquecedor, tanto culturalmente. Porque, porque igual eu te falei, pô, conversava com diversas pessoas, pessoas incríveis. (Jovem Guilherme)

[...]. Eu digo que isso é relevante porque eu tenho certeza que se não tivesse vindo para, para a Cruz Vermelha, com esse contato com a universidade eu não estaria hoje como aluno aqui. Então é porque você é de Neves também e a galera de onde eu venho ainda por cima do bairro Paraisópolis, que é um bairro periférico, muitos nem conhecem que a universidade é esse lugar do curso de graduação e de ensino superior. Muitos nem tem a dimensão de que, de qual espaço é esse aqui e de qual formação esse espaço oferece. (Jovem João)

Demarcamos o fato de três jovens terem relatado que não tinham entrado no campus Pampulha antes da experiência de trabalho na CVB-MG/UFMG. O que se apreende como o estabelecimento de fronteiras invisíveis para quem não vivencia determinado porção espacial (Paula, 2011), tendência da juventude periférica não conhecer e explorar os espaços públicos, como a Universidade Federal de Minas Gerais e o quanto esse projeto de contratação de jovens possibilitou o ingresso em outro universo, ou seja, a ampliação dos horizontes.

Destacamos ainda a fala do jovem João quando afirma que tem certeza de que se não tivesse vindo trabalhar na UFMG, no Programa da CVB-MG não estaria atualmente ocupando-a como aluno. Isso nos leva a pensar nos possíveis sentidos do trabalho dentro de uma universidade, já que houve um encontro entre uma estrutura de significados do sujeito e o horizonte material (Paula, 2011). Além de entender o quanto esse espaço possibilitou vivências que impactaram no processo de pertencimento desse jovem.

Mas enquanto o jovem João relatou que quando estava no espaço do campus UFMG se sentia acolhido pelas pessoas do setor que trabalhava, permitindo tornar-se parte desse lugar, outro jovem disse o contrário.

Então era um choque para mim andar por aqui pelo *campus*, não ver ninguém igual eu entendeu. Eu acho que era muito marcante a camisa da Cruz Vermelha, porque a gente era aquilo ali entendeu. A gente era a camisa só. Eu acho que o Luan, o indivíduo não existia naquele momento sabe.

É, eu não me imaginava trabalhando dentro da universidade e não me imaginava aluno da universidade, por essa questão de pertencimento que a gente já falou sabe. Por não ver ninguém parecido comigo ali. Não tinham uma pessoa, um perfil parecido com o meu sabe.

Então eu falo pelo uniforme, pelo trabalho que eu exercia aqui um pouco pela minha cor também, é um pouco por não conhecer UFMG também. Uma vez por não ter tido acesso ao *campus* e tal é sei lá, já tem costume de vir aqui desde sempre, desde pequeno estuda aqui no centro pedagógico, eu tive contato com UFMG mesmo diário foi quando eu comecei a trabalhar aqui. Eu moro próximo do *campus*. Então foi meio que essa relação. (Jovem Luan)

Diante dessas incongruências de vivências e percepções interpretamos o fato de que, assim como ocorre com o tempo e o espaço (Cunha, 2013; Freitas; Abramo; Lén, 2005) também se transforma o trabalho, e conseqüentemente a relação com as pessoas e com os recursos. Pois, a organização espacial tem um propósito que nos atinge e o espaço social não é neutro.

Consideramos que assim como acontece com os outros programas de contratação de jovens, o Programa da CVB- MG/UFMG é atravessado pelo regime capitalista, em que há uma apropriação da força de trabalho, transformando-a em mercadoria, conduzindo para a divisão do trabalho e conseqüentemente a exploração da mão de obra. (Marx, 1996; 2013; Rizzo; Clamon, 2010/2011; Saviani, 2007; Trinquet, 2010). Então, o fato do jovem ter tido a primeira experiência de trabalho dentro de uma universidade, por si só não garante a sua inclusão.

Considerações finais

As reflexões dos seis jovens sobre a experiência de trabalho na Cruz Vermelha Brasileira em parceria com a UFMG manifestaram à diversidade da categoria “Juventudes”, sem ocultar as tensões existentes em seu contexto. Então, nesse artigo tentamos apresentar alguns dos resultados da pesquisa desenvolvida no mestrado, dialogando o referencial teórico com os dados empíricos, tentando ressaltar as elaborações dos próprios jovens/ sujeitos que fizeram parte dessa experiência laboral.

Esse estudo trouxe elementos que nos permitiu refletir sobre o lugar que o trabalho ocupa na formação dos jovens pobres. É crível afirmar que, a partir das relações que os jovens estabeleciam na experiência de trabalho, tinham acesso a diferentes referências e uma gama de informações que possibilitaram construir múltiplas formas de ver e viver o cotidiano. Podendo ser entendido como um processo de formação para

além dos centros de educação, todavia, no ambiente de trabalho, a possibilidade de enriquecimento das experiências e a elaboração da condição juvenil, não era apresentada plenamente à todos.

Os resultados da pesquisa apontaram que a CBV-MG e a UFMG não atuavam com a juventude trabalhadora na sua completude. Entretanto, independente de onde e com quem cada jovem se filiava, havia sempre uma estratégia para lidar com as situações, o que pode ter repercutido na trajetória de vida desses jovens, pois, as experiências de formação dos sujeitos não ocorrem no isolamento ou fora das influências regulatórias de uma sociedade, como os atravessamentos de credo, de classe, de raça, de gerações e de gênero.

Constatamos ainda que mesmo que as motivações e objetivos declarados por alguns dos jovens, ao optarem pelo trabalho, se devessem mais a necessidades ou déficits econômicos e financeiros, à experiência de trabalho na Cruz Vermelha Brasileira e a Universidade Federal de Minas Gerais foi além dessa questão, promovendo impactos de diversas ordens. Assim, os sentidos que os jovens construíram sobre suas trajetórias expressaram a multiplicidade e pluralidade da vivência da condição juvenil e do trabalho. E são o entrelaçamento das escolhas biográficas e das estruturas de oportunidades disponíveis.

Aprendemos que no processo de construção do conhecimento é preciso observar o discurso reproduzido socialmente e promover reflexões críticas, exercitando com isso a sociologia reflexiva. Estando ciente de que cabe novos questionamentos e para tanto, novas pesquisas. Sugestionamos então que sejam desenvolvidos novos estudos, buscando aprofundar em como se dá às relações dos jovens no posto de trabalho, compreendendo a tendência do trabalho flexível, os atravessamentos na vida do jovem e a influência de diferentes marcadores interseccionais.

A investigação nos mostrou a importância de reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e em suas pluralidades. Isso implica construir um programa de formação para o trabalho, bem como estruturar práticas laborais articuladas com as demandas e os desafios vivenciados pelas juventudes. Contribuindo assim para que o jovem trabalhador deixe de ser um mero executor, invisível no seu fazer, e seja tratado na sua integridade.

Referências

ALVES, Jaqueline Silvério. *Jovens trabalhadores: Estudo sobre as repercussões do trabalho na trajetória de vida de jovens egressos da Cruz Vermelha Brasileira em parceria com a UFMG*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2023.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo / Coleção Mundo do Trabalho, 3^{ff} ed, 1999.

BARBOSA, Jane Kelly Dantas; PAIVA, Kelly Cesar Martins de; HELAL, Diogo Henrique. *O Que Você Vai Ser Quando Crescer? Transição Para a Vida Adulta e Trajetória Profissional de Jovens Trabalhadores Brasileiros*. XLIV ENCONTRO DA ANPAD - EnANPAD 2020. Evento on-line - 14 a 16 de outubro de 2020 - 2177-2576 versão online.

BAUER, Martin W.; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Entrevista Narrativa. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal, UFRN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BERTAUX, Daniel. A utilização das narrativas de vida numa perspectiva sócio-etnográfica. *SOCIOLOGIA ON LINE*, n.o 27, dezembro 2021, pp. 11-30 | 10.30553/sociologiaonline.2021.27.1.

CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, I; LIMA, J. *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, p. 408-415, 2009. <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-profissional-em-saude-segunda-edicao-revista-e-ampliada>.

CUNHA, Charles Moreira. Saberes no trabalho entre experiências e memórias: reflexões iniciais. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v.22, n.3, p.209-222, set./dez.2013. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9233>.

CVB-MG, CRUZ VERMELHA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS. *Filial do Estado de Minas Gerais. Programa Ação Jovem*. 2023. <https://www.cruzvermelhamg.org.br/index.php/assistencia-social#1>.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. Faculdade de Educação/USP. Tese de doutorado, 2001.

DAYRELL, Juarez (Org.). *Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do observatório da juventude da UFMG*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César R. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Observatório jovem. 2003. http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf.

DELORY-MONBERGER, Christine. *Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica*. Tradução de Anne-Marie Milon Oliveira. *Revista Brasileira de Educação*. v. 17 n. 51 set.-dez. 2012. <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5JPSdp5W75LB3cZW9C3Bk9c/?format=pdf&lang=pt>.

ERIKSON, Erik Homburger. *O ciclo de vida completo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Juventude: Trabalho, escola e desigualdade*. *Educação e Realidade*. 33(2): 63-82, jul/dez. 2008.

FRANZOI, Naira Lisboa. *Juventude, trabalho e educação: crônica de uma relação infeliz em quatro atos*. In: DAYRELL, Juares; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. (Org.). *Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (4.: 2010.: Belo Horizonte, MG). Ed. PUC Minas, 2011.

FREITAS, Maria V. de (Org.); ABRAMO, Helena W.; LEON, Oscar D. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa: Programa de Juventude, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados*. *Trab. Educ. Saúde*, v. 5, n. 3, p. 521-536, nov.2007/ fev. 2008a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio*. Centro de Educação Tecnológico do Estado da Bahia. CETEB, 2008b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados ou em suspenso*. In: CIAVATTA, M.; TIRIBA, L. (Org.). *Trabalho e educação de jovens e adultos*. Brasília, DF: Liber Livro; Editora UFF, 2011, p. 99-133.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução Rubens Enderle. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÁXIMO, Thaís A. C. de O. *Significado da formação e inserção profissional para gerentes e aprendizes egressos do programa jovem aprendiz*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Pierre Bordieu: Da “ilusão” à “conversão autobiográfica”. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 23, n. 41, p. 223-235, jan./jun. 2014. 10.21879/faeaba2358-0194.v23.n41.838. Acesso em 15.dez.2022.

PASSEGGI, M. C; SOUZA, E. C. (2017). *O Movimento (Auto)Biográfico no Brasil: Esboço de suas Configurações no Campo Educacional*. *Investigación Cualitativa*, 2(1) pp. 6-26. <http://dx.doi.org/10.23935/2016/01032>.

PAULA, Fernanda Cristina de. (2011). *Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia*. *GeoTextos*, 7(1). <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v7i1.5271>.

RIZZO, Catarina Barbosa da Silva; CLAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. *O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador*. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, p. 407-417, nov.2010/fev.2011.

ROSA, Debora Diana da; COUTINHO, Maria Chalfin. *Juventudes e trabalho: trajetórias de egressos do programa jovem aprendiz*. *Interfaces Científicas Humanas e Sociais*, Aracaju, V.8, N.2, p. 99 – 112, Agosto/Setembro/Outubro – 2019.

RUMMERT, Sonia Maria. *Gramsci. Trabalho e Educação*. *Jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual*. Caderno Sísifo n.4, Educa/ Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2007.

SANTOS, Eloísa Helena; FERREIRA, Tânia. *Trabalho porquê? Sistematização da experiência do programa Geração de Trabalho*. Belo Horizonte: AMAS, 1996.

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. <https://www.scielo.br/rbdu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmX-drkWP/?lang=pt&format=pdf>.

SCHÜTZE, Fritz. *Pesquisa biográfica e entrevista narrativa*. In: WELLER, W. e PFAFF, N. *Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SCHWARTZ, Yves. *A experiência é formadora? Educação e realidade*. Porto Alegre, jan/abr, 2010, 35-48.

SILVA, Olímpia de Souza Chaves Santos. *Atuação da Cruz Vermelha Brasileira e da UFMG na promoção social de jovens e adolescentes*. Fundação Pedro Leopoldo. Dissertação de mestrado, 2013.

SILVA, A. P., BARROS, C. R., NOGUEIRA, M. L. M., & BARROS, V. A. (2007). "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: Estudos Em Psicologia*, 1(1). <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>.

TRINQUET, Pierre. *Trabalho e educação: o método ergológico*. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 93-113, ago 2010. <https://doi.org/10.20396/rho.v1oi38e.8639753>

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.



BANANA DA TERRA, NÂNICA, MAÇÃ E OURO. SÃO MUITOS OS TIPOS DE BANANA QUE DÃO SABORES ESPECIAIS AO NEGO BOM. MAS SEM DÚVIDA PELO RENDIMENTO, TEXTURA E AROMA. A BANANA PRATA É A RESPONSÁVEL PELO SABOR MAIS TRADICIONAL PARA O PREPARO DESTE DOCE TÃO POPULAR.

BANANA PLANTATION, 2015
 ACRYLIC ON CANVAS, 100x150 CM
 MANY TYPES OF BANANA ARE
 USED IN THE PREPARATION OF
 THE DOCE. THE PRATA BANANA
 IS RESPONSIBLE FOR THE
 MOST TRADITIONAL FLAVOR
 FOR THE PREPARATION OF
 THIS POPULAR DOCE.



1. COLHA AS BANANAS
AINDA VERDES DO PE.
PENDURE PELO UMBIGO DO
CACHO E ABAFE EM LOCAL
SECO PARA AMADURECER
MAIS RÁPIDO.

4. HOW THE TOTAL NUMBER
OF BANANAS WHICH THEY WILL
PREPARE.



2. OBSERVE QUANDO A CASCA DAS BANANAS COMEÇA A MOSTRAR
SINAIS DE ESCURECIMENTO, DESCASQUE IMEDIATAMENTE -
BANANAS MADURAS DEMAIS NÃO RENDEM. 3. AMASSE TODA A
QUANTIDADE DE BANANAS QUE IRÁ PREPARAR.



5. HOW THE TOTAL NUMBER
OF BANANAS WHICH THEY WILL
PREPARE.





Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



OFÍCIOS E SABERES PROFISSIONAIS:

a especificidade da construção civil habitacional

LUCIANO COSTA*, MARIA RITA APRILE**, ROSA ELISA MIRRA BARONE***

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.5307>

RESUMO: Este artigo tem como eixo temático os ofícios enquanto repositórios de saberes histórico e socialmente construídos, que na atual configuração do mundo do trabalho constituem espaços de resistência de trabalhadores. Mesmo com a utilização de novas ferramentas e tecnologias, sobrevivem e revalorizam-se os saberes e fazeres, possibilitando a criação de novos e qualificados postos de trabalho. O estudo tece considerações entre os saberes considerados dominantes e, os saberes de ofícios, destacando a tensão — nem sempre tão explícita — entre ambos e, ao mesmo tempo, apresenta algumas tendências referentes aos processos de aprendizagem. Por fim, destaca aspectos do contexto da construção civil como campo para o estudo dos ofícios e saberes profissionais, organizando em especializações estruturadas em torno de ofícios que constituem a base do processo produtivo e considerando-se duas pesquisas realizadas em tempos e espaços diferentes.

PALAVRAS-CHAVE: ofícios; saberes profissionais; aprendizagem; construção civil habitacional.

Professional trades and knowledge: the specificity of housing construction

ABSTRACT: The article aims to discuss trades and professional knowledge that are socially constituted in the workplace. From a reflection on the social constitution of professional knowledge, it analyzes the knowledge considered dominant and that of trades, prescribed work and real work, extending the discussion to the processes of learning this knowledge in the housing construction sector. The analysis is based on two field studies, using qualitative techniques, carried out in different contexts and at different times in history, both focusing on the professional learning process. From the research, we highlight the centrality of memory, creativity and knowledge developed on the spot in everyday work. We highlight the configuration and permanence of knowledge and the potential that emerges from the articulation between the processes of work-based learning that can be developed in different training environments.

KEYWORDS: trades; professional knowledge; apprenticeship; housing construction.

* Universidade Federal de Viçosa

** Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

*** Professora aposentada do Ensino Superior

Este artigo tem como eixo temático os ofícios enquanto repositórios de saberes histórico e socialmente construídos, que na atual configuração do mundo do trabalho constituem espaços de resistência de trabalhadores. Mesmo com a utilização de novas ferramentas e tecnologias, sobrevivem e revalorizam-se os saberes e fazeres, possibilitando a criação de novos e qualificados postos de trabalho. O estudo tece considerações entre os saberes considerados dominantes e, os saberes de ofícios, destacando a tensão — nem sempre tão explícita — entre ambos e, ao mesmo tempo, apresenta algumas tendências referentes aos processos de aprendizagem. Por fim, destaca aspectos do contexto da construção civil como campo para o estudo dos ofícios e saberes profissionais, organizando em especializações estruturadas em torno de ofícios que constituem a base do processo produtivo e considerando-se duas pesquisas realizadas em tempos e espaços diferentes.

O destaque à construção civil se justifica a partir de características de seus subsetores em que há uma clara separação entre concepção e execução, o que torna o trabalho parcelado. Os trabalhadores executam projetos pautados por conhecimentos técnicos e científicos, traduzidos no canteiro, pelo engenheiro, pelo mestre ou pelo encarregado. Tanto nos canteiros artesanais, quanto nas grandes construções, ainda se mantêm aspectos contingentes, o que torna o setor dependente do conhecimento prático e dos saberes empíricos, atribuindo-se às habilidades dos trabalhadores a base da atividade produtiva. Ademais, o setor sempre dependeu da qualificação dos trabalhadores de ofício para o desenvolvimento de sua produção, a eles cabe, cotidianamente, a definição de como executar os trabalhos. Sob a liderança do Mestre de Obras, as equipes são constituídas, e são estabelecidos: os ritmos de execução, as alocações de tempo e o controle do processo produtivo. Apesar da formalização do conhecimento das atividades, sobretudo em relação à concepção do projeto arquitetônico e outros complementares, como fundações e instalações implantadas pela engenharia, o setor sempre dependeu da razão prática dos trabalhadores para a tradução e adaptação dos projetos à realidade do canteiro, por meio dos conhecimentos tradicionais incorporados aos ofícios. A apropriação do *saber-fazer* e a racionalização da atividade sob a forma de prescrições, como ocorre em outros setores industriais *taylorizados*, sempre foram incipientes na construção civil habitacional.

As considerações finais resgatam elementos que configuram a abrangência e a complexidade da temática central, indicando algumas “pistas” para futuros estudos e investigações e, para a continuidade e resistência dos ofícios e seus saberes no mundo do trabalho.

Ofícios e saberes

O debate sobre as questões relacionadas aos ofícios e seus saberes possibilita diferentes abordagens, sobretudo quando se considera, entre outros fatores, as transformações em curso no mundo do trabalho, influenciado por novas tecnologias, novos padrões de gestão, novas possibilidades de utilização de matéria-prima e novos modos de vida.

Independente da abordagem utilizada, a posição dos autores é quase unânime ao considerarem o ofício uma categoria estruturante da organização produtiva e *locus* de construção de conhecimentos, tendo seu *saber-fazer* decorrente de atividades oriundas do trabalho entendido, muitas vezes, como prática ou habilidade artesanal, expressão não raramente associada a um estilo de vida desaparecido com o advento da sociedade industrial. Segundo Sennet (2013, p.19), trata-se de uma associação enganosa posto que a habilidade manual corresponde a “impulso humano, básico e permanente” presente em um amplo espectro de atividades, tais como, as desenvolvidas por médicos, artistas, programadores de computador, entre outros.

Outra análise destaca que a noção de ofício está permeada por certa ambiguidade, pois contém dois sentidos distintos: de um lado o seu conteúdo individual, por exemplo, o trabalho do marceneiro, de outro, a atividade coletiva em uma marcenaria. Segundo Vatin (2002), a noção de ofício foi reintroduzida nos debates dos anos de 1970 para se referir às formas de organização ‘pré-taylorianas’ em que o “taylorismo ao parcelar as tarefas, teria atacado o ‘sistema dos ofícios’, cuja organização do trabalho contava com operários de ofício ou profissionais, que detinham grande autonomia na preparação e execução de seu trabalho” (Vatin, 2002, p. 212-214). O autor explicita que a

noção de ofício exprime uma forma de organização social da produção, historicamente datada em oposição à organização industrial moderna.

Vatin (2002) reforça que nas representações sociais sobre a noção de ofício, tanto o mercado de trabalho, quanto os produtos do trabalho se confundem e reiteram o duplo sentido da noção de ofício, configurando “duas faces da mesma moeda”. Segundo ele, a utilização do termo ofício “para designar simplesmente a autonomia profissional do operário pré-tayloriano é uma edulcoração do sentido”. Assim, a autonomia profissional seria “o pálido reflexo da verdadeira autonomia que a doutrina liberal idealiza: a liberdade econômica do artesão” e a permanência da noção de ‘ofício’ no vocabulário profissional teria uma função principalmente ideológica. (Vatin, 2002, p. 215 - 216)

Para efeito deste estudo, a noção de ofício está ancorada nos pressupostos que o identificam como uma atividade dotada de autonomia em relação ao planejamento e execução do trabalho, solidariedade entre os parceiros e compromisso com o trabalho bem feito. Constitui, pois, “o encontro de habilidades técnicas, intelectuais e manuais associadas a uma experiência”. Portanto, os ofícios configuram o “reconhecimento social da posse de um saber, de um *saber-fazer* e de uma identidade, construídos a partir desta tripla habilidade”. (Tomasi; Mendes Silva, 2019, p. 21)

Outro eixo de discussão refere-se à potencialidade e à sobrevivência de atividades laborais fundadas em ofícios e seus saberes, a partir de diferentes processos de aprendizagem. A esses aspectos se juntam a articulação entre os ofícios, seu lugar e/ou território de origem, seu papel na constituição de identidades locais, e na importância da memória — em suas diferentes manifestações — para a preservação de patrimônios: históricos, econômicos e afetivos de diferentes regiões.

Grande parte dos estudos destaca a relevância dos saberes que emergem da prática cotidiana e dos desafios decorrentes da vulnerabilidade dessas atividades no enfrentamento de demandas do mercado de trabalho, não raras, e, impulsionadas por padrões de competitividade, alicerçados em: novas técnicas, novas tecnologias, equipamentos de última geração e em procedimentos que descaracterizam os padrões originais dos ofícios e saberes.

Ao mesmo tempo, as análises indicam a emergência de atitudes de resistência e de resiliência de trabalhadores de ofícios, sobretudo, quando os saberes intrínsecos à sua base são questionados e/ou ameaçados de extinção ou de modificação qualitativa. Conforme Zarifian (2001), o ofício, ainda que aberto à inovação, resiste às mudanças

que confrontam as regras estabelecidas e, ao mesmo tempo, recorre à tradição ao buscar o tempo histórico e preservar os processos ancestrais. Trata-se de um cenário que sugere a existência de um movimento fundado no acesso aos novos conhecimentos que, mesmo incorporados aos ofícios, contribuem, para a permanência e revalorização dos *saberes* pela presença, ainda que tênue, de diferentes processos de formação.

Mesmo que mudanças de ordem diversa possam ter desdobramentos e tentem suplantar a tradição, observa-se a alternância entre a convivência e a persistência dos ofícios em um contexto cujas atividades laborais se renovam, pelo uso de novas técnicas e tecnologias no enfrentamento de novas demandas. Ao mesmo tempo, a manutenção dos saberes, que lhes são pertinentes, tem proporcionado uma revalorização de atividades realizadas em diferentes nichos de trabalho. Ao se reinventarem, suas práticas laborais resistem em um mundo do trabalho marcado pela crescente competitividade, volatilidade e mudanças contínuas. Para além de diferentes abordagens, o espaço vivido, único, singular e carregado de significações é evidenciado, tanto em núcleos marcados por tradições e modos de vida únicos, quanto em ações voltadas à conservação da singularidade sociocultural, ambiental e identitária de seus moradores. Às novas configurações do mundo globalizado se junta a ideia de lugar e do patrimônio cultural enquanto elementos da história local, dos vínculos afetivos e da relação de pertencimento ao espaço vivido, produto das relações sociais. (Staniski; Kundlatsch; Pirehowsk, 2022)

A concepção de lugar como espaço único se associa aos atributos de afeto e da percepção que remete ao local de moradia, à rua que relembra a infância (Holzer, 2022), ou ao local e região de origem dos trabalhadores. Ao congregar *saberes* e *fazer*es diferentes, presentes no cotidiano de atividades laborais, a aprendizagem dos ofícios difere de outros processos produtivos. Sua potencialidade emerge da articulação entre os processos de aprendizagem laboral, que ocorrem ou podem ocorrer em diferentes ambientes formativos: núcleos familiares, oficinas, instituições educacionais, associações, sindicatos, organizações não governamentais, entre outros. No centro do processo de ensinar e de aprender um ofício, está a criatividade que confere a cada produto um caráter único.

Saberes dominantes e saberes de ofícios

Os ofícios se expressam em práticas sociais múltiplas e heterogêneas, não circunscritas a um único tempo e a uma única forma de expressão. Têm eles identidade própria, manifestada na diversidade e amplitude de práticas aprendidas no cotidiano, incorporadas, criadas, inventadas e reinventadas com o passar do tempo. Trata-se, sobretudo, de um modo específico de trabalhar, revelado pela apreensão, transmissão, perpetuação e, por vezes, transformação de saberes, compartilhados em atitudes de solidariedade entre trabalhadores, familiares e/ou pares.

Por outro lado, os saberes qualificados de científicos, na sociedade contemporânea, constituem um elemento de diferenciação social, apresentados sob o formato de uma suposta universalidade e neutralidade. (Chauí, 1990) Sua base se apoia no paradigma positivista e, no sistema STEM, sigla inglesa que indica ciência, tecnologia, engenharia e matemática, áreas que — na perspectiva do discurso hegemônico — levariam ao progresso e ao desenvolvimento econômico. (Mejía, 2014)

Em oposição aos trabalhadores de indústrias, do comércio e de outras instituições cujas funções, baseadas em conhecimentos sistematizados e organizados, estão sujeitos a rígidas jornadas de trabalho, a padrões pré-determinados de comportamento, às relações hierárquicas, a não propriedade de instrumentos, ferramentas e maquinários, à execução parcial de um produto, que não os estimula à criatividade. Os trabalhadores de ofícios são detentores do acervo cultural de seu trabalho, dominam: saberes e regras para a confecção e garantia da qualidade, cuidados com os materiais e instrumentos utilizados, possuem autonomia e independência para o desenvolvimento de sua produção, em alguns casos, sem limitação de tempo. Inclusive, em alguns ofícios, são os responsáveis por reparar seus utensílios e equipamentos.

No contexto neoliberal, o antagonismo entre o trabalho voltado à produtividade econômica e, às atividades laborais relacionadas à preservação e resistência dos ofícios pode provocar pontos de tensão, ainda que não sejam totalmente explícitos, especialmente quando se trata da apropriação de saberes de ofício pelo capital. Esse tensionamento se acentua com a maior presença de indústrias dotadas de tecnologias de ponta, de maquinários e instrumentos de última geração, muitas vezes, colocando em

risco a preservação de recursos ambientais, acarretando mudanças nos padrões culturais locais e regionais e, principalmente, na sobrevivência dos ofícios e seus saberes. Iniciativas têm sido empreendidas como recursos de sobrevivência por alguns grupos de trabalhadores, no novo cenário produtivo. Entre elas, a organização de cooperativas que, além do trabalho solidário, lhes garante a participação no processo decisório, oportunidades de créditos e de participação em processos de capacitação, especialmente, quanto à utilização de novos recursos tecnológicos e gestão de trabalho. Embora, muitas vezes, os ofícios incorporem o estigma de “incultura”, qualificação utilizada para justificar a pseudonecessidade de dominação e de intolerância por parte dos detentores de saberes: científicos e/ou racionais, os trabalhadores de ofícios resistem à cultura dominante, manifestada de forma opressora e alienante em relação aos saberes oriundos de uma cultura popular (Chauí, 1990). Trata-se de uma forma de enfrentamento expressa pela apreensão de saberes específicos de um ofício ou atividade em que o trabalhador se dedica ao seu “fazer” em um processo de interação que — para além do produto final — tem-se um resultado único, quase ou até mesmo uma obra de arte. Como lembra Paulo Freire: “a mão é tremendamente cultural. Ela é fazedora, ela é sensibilidade, ela é visibilidade; a mão faz proposta, a mão idealiza, a mão pensa e ajeita” (Freire, Paulo 1976, p. 34).

Processos de aprendizagem

Na aprendizagem dos saberes de ofício, é possível identificar algumas tendências ainda que os seus limites, muitas vezes, sejam tênues. Uma dessas tendências se refere à incorporação de saberes tácitos no processo de aprendizagem. Jones & Wood (1984) atribuem um caráter inalienável aos saberes e às qualificações tácitas enquanto resultantes de um conjunto de tentativas, experimentos e da própria intuição dos trabalhadores no exercício de suas atividades. Trata-se de “conhecimentos implícitos, informais, de difícil — quando não impossível — definição ou formalização em linguagem codificada.” (Bianchetti, 2001, p. 176-177). Nessa perspectiva, é constituído um conjunto de saberes que dificilmente são generalizados, posto serem assumidos após longa permanência do trabalhador em uma mesma ocupação, e/ou em um mesmo

posto de trabalho. Com o decorrer do tempo, a repetição de saberes tácitos é incorporada aos trabalhos de ofícios, adquirindo o status de saberes formalizados.

A antiguidade num cargo-função constitui um componente-chave para a construção de ‘manhas do ofício’, de ‘macetes’/saberes e para o desenvolvimento de estratégias singulares, visando responder às situações que extrapolam os procedimentos prescritos pelas empresas para a execução de determinados trabalhos. (Bianchetti, 2001, p. 177).

Contudo, vale ressaltar que o saber tácito não é uma questão priorizada na educação do trabalhador. Segundo Bianchetti (2001, p. 173-174), é possível que a explicação esteja no predomínio da educação escolar, ou seja, “na medida em que o saber tácito não é uma questão priorizada na educação, institucionalizada”, o espaço de tempo em que trabalhador ‘é educado’ pelos saberes tácitos “não recebeu a atenção que poderia colocá-lo no centro das discussões”.

Outra abordagem destaca a centralidade da oficina como *locus* da aprendizagem e reforça o papel da prática em uma análise que discute a relação hierárquica e, por vezes, dicotômica entre teoria e prática, apontando um “quase” descolamento desta relação em espaços de aprendizagem identificados como “comunidades de prática”. Nesse cenário, destacam-se os estudos de Jarbas N. Barato (2021) que reconhecem a importância dos saberes tácitos, atribuindo à ação, à atividade e ao fazer um “*status* epistemológico próprio”. Na aprendizagem dos ofícios, o autor reitera os estudos de Ryle (1984) que focalizam a separação entre teoria e prática, ou seja, no *saber-fazer*, os conhecimentos não dependem de bases teóricas. O autor lembra que a didática tradicional impõe papéis diferentes aos saberes adquiridos em salas de aula convencionais, em que a teoria constitui o fundamento da prática e vice-versa e a aquisição de conhecimentos é compartilhada de maneira discursiva, privilegiando a oralidade e a escrita. As oficinas, por sua vez, são consideradas espaços em que as ações, as atividades e os fazeres são conhecimentos que não decorrem da teoria, mas têm *status* epistemológico próprio, sugerindo a presença de dinâmicas diferentes das ocorridas em ambientes escolares institucionalizados.

De acordo com Barato (2021, p. 13), “ambientes, equipamentos, normas de trabalho, valores das comunidades de prática (prática social) são elementos mediadores

do conhecimento, tendo o horizonte na produção de obras. Em oficinas, a meta não é produzir explicações, mas produzir obras”, ou seja, trata-se “*aprender fazendo no e pelo trabalho*” (BARATO, 2021, p.5). A mediação do conhecimento é feita instalações, pelos ambientes e equipamentos disponíveis nas oficinas, organizadas e modeladas por conveniência do ofício a ser executado, incorporando as normas de trabalho e os valores sociais das “comunidades de prática”. O material didático corresponde ao conjunto de materiais de consulta expressos por desenhos, croquis e outras referências. A aprendizagem se concentra na atuação do mestre, respeitada e valorizada pelos aprendizes, que veem nele um modelo de competência profissional devido ao domínio que detém dos processos de trabalho, que podem incorporar saberes tácitos.

Assim, a cooperação e o compartilhamento de saberes integram os ambientes das oficinas, constituindo-se em elementos da cultura do trabalho: os estudantes são levados a compartilhar os saberes adquiridos, construindo de forma cooperativa o que vão assimilando e aprendendo. O fazer dos mestres não se reduz aos bons resultados da aplicação de técnicas, mas pode ser visto como uma arte, que pode incluir inúmeras repetições até a obtenção de um nível de excelência de desempenho. A avaliação da aprendizagem não se baseia em critérios quantitativos, mas na qualidade do produto final. (Barato, 2021, p.15)

O processo de aprendizagem do trabalho no setor da construção civil

o setor da construção civil habitacional guarda os principais aspectos dos ofícios e da apropriação de seus saberes. São pedreiros, pintores, armadores, gesseiros e outros que, mesmo com a presença de novos processos produtivos e uso de novas tecnologias, preservam elementos do saber de ofício, sobretudo, no que diz respeito aos processos de aprendizagem.

A forma tradicional de aprendizagem, na construção civil, consiste em “aprender fazendo”. É no canteiro de obras que se conhecem os saberes do ofício. A aprendizagem se constitui em um processo cumulativo, realizando-se ao longo da trajetória

¹ O estudo foi objeto de tese de doutorado em Educação (PUC-SP) e, posteriormente, publicado em livro: BARONE, Rosa Elisa Mirra. Canteiro-Escola: trabalho e educação na construção civil. São Paulo, EDUC – FAPESP, 1999.

do profissional no mercado de trabalho e através das experiências que o indivíduo adquire nas empresas pelas quais passa. Mesmo que os cursos de formação profissional tenham surgido com intensidade nos últimos anos, é no cotidiano da obra que os aspirantes a uma classificação de oficial adquirem as habilidades necessárias. Os profissionais, envolvidos nestes cursos, reconhecem a prática adquirida no trabalho como o fator mais importante no processo de aprendizagem. O setor quase sempre dependeu da transmissão de saberes dos trabalhadores mais experientes para formar seu contingente de operários, devido — essencialmente — às características específicas do trabalho nos canteiros, acompanhadas de conhecimentos tácitos e de saberes empíricos incorporados à experiência e, associados às circunstâncias típicas deste ambiente. Assim, o reconhecimento desses saberes também é feito no canteiro por oficiais mais experientes.

Para explicitar tais considerações, como já dito, destacam-se duas pesquisas realizadas com trabalhadores da construção civil em momentos e espaços diferentes. Os depoimentos e relatos de diferentes profissionais desse campo, tanto aqueles inseridos na produção — propriamente dita — nos canteiros de obras, como de gestores que acompanham o cotidiano da obra, além de destacarem a relevância dos saberes escolares, reiteram a centralidade de processos de aprendizagem in loco

A pesquisa 1, realizada na cidade de São Paulo¹, no final dos anos de 1990, visou conhecer e analisar a emergência dos programas de escolarização voltados ao trabalhador da indústria da construção civil, a partir da proposição de empresários do setor. As análises mostraram que as ações estratégicas voltadas aos objetivos definidos, sofrem uma gama diferenciada de interferências resultantes da especificidade e singularidade dos processos de produção e de trabalho, da constante e intensa rotação dos trabalhadores, intra e inter empresas e/ou setores, bem como da heterogeneidade dos trabalhadores que buscam a escola.

As informações foram coletadas por meio de um *survey* realizado em 22 empresas da construção civil e, também, de quatro estudos de caso visando aprofundar o reconhecimento do cotidiano de trabalho no canteiro de obras e, sobretudo, as articulações com a implementação de salas de aula para a ampliação da educação escolar dos trabalhadores. Nos estudos de caso, foram privilegiadas empresas que contavam com salas de aula denominadas “canteiro-escola”. Foram realizadas visitas a canteiros de

obras, e entrevistas com profissionais dessas as empresas — diretores, gerentes, engenheiros, técnicos de edificação, mestres de obras, pedreiros, carpinteiros, armadores, serventes, coordenadores do programa de escolarização e professoras.

A pesquisa 2 foi realizada durante doze meses entre os anos de 2008 e 2009, em dois canteiros de obras na Região Metropolitana de Belo Horizonte² — (RMBH), com duração de seis meses em cada um, a partir da presença diária durante toda a jornada de trabalho. Um dos objetivos da pesquisa era conhecer o processo de aprendizagem dos ofícios por parte dos profissionais, argumento pelo qual o pesquisador justificou sua presença diária naquele ambiente de trabalho. Em ambos os canteiros, além da presença diária e das anotações feitas longe da curiosidade dos trabalhadores, foram realizadas ao todo vinte e oito entrevistas semiestruturadas com: pedreiros de acabamento; pedreiros de alvenaria; ajudantes; serventes; eletricitas; encanadores; mestres de obras; técnicos em edificações; engenheiros; proprietário de empresa e encarregados. Não menos importantes foram as conversas informais ocorridas fora do espaço de trabalho. As análises dos dados foram realizadas a partir das narrativas dos entrevistados, gravadas, transcritas e codificadas a partir das categorias teóricas selecionadas para a interpretação do fenômeno do mercado de trabalho no setor. A análise do material coletado nas observações, anotadas no diário de campo, foram contrapostas às entrevistas para melhor decodificação das narrativas em situações específicas.

2 O estudo, inicialmente, tese de doutorado em Ciências Sociais na Unicamp e, posteriormente, publicado em livro: COSTA, Luciano Rodrigues. *Trabalhadores em construção: mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na construção civil*. Editora CRV, Curitiba, 2013.

A pesquisa 1

O processo de aprendizagem do trabalho da construção civil ocorre prioritariamente no cotidiano do canteiro, espaço em que se dá a transmissão direta do saber e dos conhecimentos empíricos acumulados durante o trabalho, contando com relações diretas, de trabalhador para trabalhador. Inicialmente, os trabalhadores entrevistados destacaram aspectos relacionados ao precário nível de escolarização:

Eu não tinha estudo, e também prá ficar sem emprego não é fácil. Quando cheguei aqui eu não conseguia preencher uma ficha, a 4ª série de lá [seu local de origem] é muito fraca. Eu entrei na construção civil, e aqui [na empresa] tive muito apoio, estudei uns dois anos na [empresa]. (Pedreiro)

O estudo que eu tinha era pouco, quase não tinha estudado, aí foi o primeiro emprego que eu achei. A primeira vez eu trabalhei de vigia, na outra firma, aí eu saí, aí procurei e não achei mais serviço, aí entrei na construção. (Carpinteiro).

Ao mesmo tempo, havia consenso de que é no cotidiano do trabalho, espaço em que as relações ocorrem de forma “quase” natural, as tarefas, os “serviços” são aprendidos e “olhar” a execução do trabalho no canteiro de obras tem peso significativo:

É no dia a dia, no campo, onde um encarregado, um mestre, um engenheiro, conhece mais do que ele [o trabalhador], que ele, mesmo que não sabe ler, ele mesmo vai colocando na cabeça, ‘devagarinho’ aí já vai prá aquela obra, já vai prá outra [...] ele vai aprendendo até que ele chega numa posição. (Carpinteiro)

Eu entrei na [empresa] como ajudante, comecei com os <cachimbeiros>, aí o eletricista me chamou prá ajudar ele, trabalhar de ajudante prá ele, eu fui desenvolvendo, vendo como é que trabalhava, olhando os outros trabalhar, observando as coisas. Aí quando chegou mais quatro meses me deram uma força. O engenheiro me deu uma força, ele e o eletricista, eu passei para oficial de eletricista. Aí comecei trabalhar, nesse intervalo veio a <escolinha>. (Eletricista)

Eu vou falar uma coisa, eu estou com dois anos aqui na [empresa], e assim que eu passei para trabalhar de eletricista eu nunca cheguei a dizer <eu não sei fazer aquele serviço>, é porque eu tenho prática nisso. A prática eu acho que é assim, uma coisa que acho que não sei se é de Deus. (Eletricista)

Os mestres de obras valorizam o processo de aprendizagem do trabalho realizado no canteiro, espaço em que também ocorreu sua “formação”. O fato de o mestre de obras, teoricamente, ter domínio sobre as diferentes etapas do processo da construção, orientando o pessoal da alvenaria e do acabamento, é resultado, em geral, de um longo período de atuação no setor. Ao mesmo tempo, destaca-se a posição dos mestres com origem na carpintaria, segmento considerado chave em determinados processos construtivos.

Eu trabalhava à noite em restaurante e vi que na construção era mais «vantagioso», porque a gente descansava um pouco a mais no final de semana. Acabei entrando na construção e até hoje tô no trabalho da construção. Eu entrei de ajudante. Três meses depois eu passei a meio oficial de carpinteiro. Seis meses depois eu passei a oficial, já era um carpinteiro. Comecei com aquelas intimidades, pegando amizade com o encarregado. Eles me ensinavam uma coisa, eu pegava na hora, e fui aprendendo. Aí pediram prá mim tomar conta de um pessoal num setor de serviço e, no período de quatro, cinco meses eu passei a encarregado de carpinteiro, depois mestre. Estudo mesmo foi pouco. E tô continuando até hoje. (Mestre de obras).

A valorização da aprendizagem *in loco* também ocorre entre gerentes e técnicos entrevistados. De um lado, há um endosso, quase acrítico, da informalidade que permeia tal processo. Segundo um dos engenheiros entrevistados, o processo de aprendizagem do trabalho seria consequência do nível de envolvimento demonstrado pelos trabalhadores na obra e pela “disposição pessoal” dos encarregados para acompanhar a aprendizagem. Quando, “de fato”, o envolvimento e acompanhamento ocorrem

[] é possível perceber a capacidade de muitos serventes. Muitos acabam aprendendo a mexer com armação, por exemplo, porque eles pegam um servente, põem o cara trabalhando para ele começar a pegar noção. Não são todos que fazem isso, que põem o trabalhador para «cachimbar». (Engenheiro).

Ao “cachimbar”, mesmo sem registro na nova ocupação, o trabalhador “aprenderia” o conteúdo do novo trabalho, além de, supostamente, apresentar uma nova postura. Para mostrar sua produção, o trabalhador “sai na frente de todos, como um leão”, enfatiza o engenheiro, avaliando positivamente esta estratégia. Sem demonstrar qualquer questionamento sobre o uso abusivo da força de trabalho, esse mecanismo é considerado rotineiro também pelos trabalhadores que desejam continuar na construção e ascender na estrutura ocupacional.

No entanto, ainda que o aprendizado do trabalho no canteiro de obras seja considerado fundamental, segundo outros entrevistados, esta prática está impregnada de vícios e, no contexto atual, apresenta limites, conforme depoimento de um dos gerentes:

3 Ver dentre outros: Costa Lima, (1987); Farah, (1992, 1996); Vargas, (1992); Arruda, (1993).

4 Vale destacar que o estudo foi realizado na 2ª metade dos anos de 1990, período em que as novas tecnologias ainda não faziam parte do processo produtivo.

Primeira coisa: o cara não sabe fazer nada, é servente. Aí ele começa a trabalhar, a se interessar, por conta própria, em fazer alguma atividade específica de pedreiro, carpinteiro. Ele começa a utilizar as ferramentinhas, começa a fazer uns servicinhos ali... O pessoal que está acima, o mestre, começa a dar uma <chancezinha> prá aquele cara ir trabalhar como ajudante de pedreiro. Se alguém vê, tudo bem. (Gerente)

A situação descrita só é possível dentro de uma determinada obra. Quando o trabalhador é deslocado para outra obra ou vai para outra empresa, o percurso precisa ser reconstruído. Ele precisa “provar o que sabe” e ter uma boa relação com as chefias. O depoimento que segue explicita uma crítica à informalidade que permeia o processo de aprendizagem, cujo “tempo” e as relações pessoais são determinantes para o seu aprendizado.

O que está acontecendo? Hoje, está cada vez pior a mão de obra. Agora, se pegássemos um cara ou um grupo, de repente, fizéssemos uma avaliação mais profissional, será que não conseguiríamos desenvolver algumas pessoas? Com certeza conseguiríamos. (Gerente)

Essa avaliação vai ao encontro de um dos problemas abordados em outros estudos³ sobre o setor, que identificam a existência de um processo de expropriação do saber dos trabalhadores. Tal processo decorre, de um lado, da obsolescência de parte do “saber de ofício”: novos conhecimentos não foram proporcionados aos trabalhadores além de o processo de aprendizagem no canteiro de obra estar se tornando uma prática cada vez mais difícil frente ao padrão de absorção de mão de obra que permanece no setor. Por outro lado, o capital, que é dependente da qualificação e do saber do trabalhador, de sua habilidade para viabilizar o produto a ser construído, não conseguiu incorporar esse “saber-fazer”. Associa-se a esses aspectos a pequena incorporação de tecnologias avançadas ao processo produtivo⁴, reafirmando a centralidade do “fazer” do trabalhador, o que significa dizer que continua ele no centro do processo produtivo, no eixo do processo de trabalho.

Entre aqueles que passaram por um processo de aprendizado formal, há um contraponto à aprendizagem do trabalho, tal como ocorre na construção civil:

O pedreiro no Brasil não pode mais ser simplesmente aquele indivíduo que foi um dia um servente que abria valetas e depois aprendeu como se coloca uns tijolinhos e de repente virou pedreiro. A profissão de pedreiro tem um leque muito grande de atividades, daí a necessidade do «treinamento» tanto para o profissional que está no nível de servente até ao nível mais graduado, o engenheiro de obra. (Técnico de edificações)

Segundo o depoimento anterior, embora a aprendizagem do trabalho no próprio canteiro de obras seja importante, as empresas da construção civil deveriam se empenhar mais para proporcionar aos trabalhadores processos de qualificação formais, condição que contribuiria para sanar muitos problemas que ocorrem no cotidiano das obras frente à introdução de processos construtivos mais modernos, como as montagens com pré-moldados, garantindo “qualidade” ao produto final. A precária formalização do processo de aprendizagem do trabalho também é ressaltada no depoimento de um dos mestres de obras, ao considerar a necessidade de um conhecimento maior e mais aprimorado, para além do aprendizado no trabalho, frente às novas exigências impostas ao e pelo setor da construção. Na base de suas observações está a “perda” de qualidade entre os trabalhadores do setor:

A construção exige perfeição, cada dia que passa exige mais perfeição e mais simplicidade pra trabalhar, pra sair um serviço melhor e mais rápido. Agora, falta conseguir uma escola pra ensinar nossa área. Às vezes tem, mas é muito pouco, não é suficiente, acho que tinha que ter um mercado mais amplo, uma escola profissionalizante nesse setor, só de construção civil, e não tem. Tem pra siderúrgicas [...] até mestre de obras eu acho que alguma coisa aprende, o resto tem que ser na prática do dia a dia. (Mestre de obras)

A fragilidade do processo de aprendizagem profissional resulta de uma base empírica, situação reconhecida pelos entrevistados. Os depoimentos indicam a formalização da aprendizagem como condição essencial para definir padrões e disseminar a evolução das técnicas. Nesse sentido, destaca-se a diferenciação existente entre as características do processo de aprendizagem dos mestres de obras e a formação do técnico de edificações, profissionais que interagem durante o processo construtivo.

Por outro lado, ainda na percepção do técnico de edificações, para os engenheiros recém-formados define-se um cenário diferente: se a formação profissional é importante para que o trabalhador tenha melhor compreensão do trabalho que realiza, di-

ferindo o papel da aprendizagem do canteiro, quando o foco está sobre os engenheiros recém-formados, ocorre a valorização do processo de aprendizagem *on the job*, uma vez que este é o espaço onde esses profissionais “de fato” aprendem.

Os aspectos destacados mostram a importância da complementaridade entre aprendizagem do trabalho, tal como ocorre no dia a dia do canteiro de obras, e a necessária formalização do processo. Nesse sentido, a formação profissional dos trabalhadores deve ser vista como a união das habilidades próprias e desenvolvidas no desempenho de atividades específicas e a capacidade de entender e refletir sobre a prática executada.

5 Aspecto também constatado por Brochier, (2004), nos canteiros cariocas, em um texto que se tornou referência em relação à observação dos processos de aprendizagem nos canteiros de obras.

A pesquisa 2

Quando se pergunta a algum trabalhador o que é necessário para se tornar um profissional de ofício, as respostas são sempre imprecisas: “é preciso ter força de vontade”, “a gente fica observando os trabalhos”, “tem que ter persistência”, entre outras⁵. Todas essas respostas, apesar de nos apresentarem algumas pistas de pesquisas, remetem-nos a uma falsa ideia de que a obtenção das habilidades ocorre progressivamente, ao se combinar a observação dos trabalhos, realizados por profissionais mais experientes, ao empenho pessoal de cada um. No entanto, no dia a dia do canteiro, as relações envolvidas no processo de aprendizagem são diversas e não dependem apenas das iniciativas ou, como os próprios trabalhadores preferem: da “força de vontade”. O que se torna importante compreender, na realidade, diz respeito aos mecanismos concretos e às situações em que ocorre esta aprendizagem.

A principal forma de produção de conhecimento do setor ocorre através de um sistema não organizado de transmissão de saberes no canteiro. O processo de aprendizagem constitui-se de maneira informal, pautado por contingências e discontinuidades. A tudo isso se soma a exigência dos prazos, cada vez mais curtos, para o término das obras, o que também se traduz em maior cobrança de rapidez em relação aos trabalhos e em alta rotatividade no Setor, fatores que dificultam o processo de aprendizagem.

Para as empresas, a aprendizagem dos ofícios é um problema exclusivo dos trabalhadores, tanto que elas deixam que os funcionários se articulem, atribuindo ao empenho pessoal de cada um, a aquisição dos saberes de ofício. Os ajudantes são os

aspirantes diretos ao processo de aprendizagem. Pela legislação brasileira, não existe a classificação de ajudante, mesmo que este termo seja muito utilizado, nos canteiros, para designar os que auxiliam diretamente os oficiais. Pela Convenção Coletiva do Setor, as classificações são três: oficial, meio oficial e servente. Tal estrutura hierárquica é comum a outros setores brasileiros, e não somente à Indústria da Construção Civil, uma vez que também se encontra presente nas usinas de açúcar, como demonstra Leite Lopes (1976), e nas indústrias navais e têxteis, como revela Pessanha (1986).

A carteira de trabalho demonstra a clara divisão entre os profissionais de ofício e os serventes, tanto que os últimos possuem somente a capacidade de auxiliar os pedreiros, os eletricitistas, o bombeiro etc. Para o servente ser classificado como oficial significa, além de aumentar o ganho e de escapar das tarefas mais duras do canteiro, também ampliar as perspectivas no mercado de trabalho, seja no informal, através dos chamados “bicos”, seja ao conseguir certa estabilidade em uma empresa para, assim, defender-se da alta rotatividade dos canteiros. À racionalidade prática soma-se o aspecto simbólico da classificação, ou seja, ter um ofício significa ser reconhecido como útil no processo de trabalho, o que traz orgulho ao trabalhador. Classificado, ele compra suas ferramentas, fator importante na construção de sua identidade como trabalhador de ofício, o que lhe garante uma distinção no canteiro. Muitas vezes, os ajudantes e os serventes compram suas ferramentas aos poucos, preparando-se, simbolicamente, para se tornarem um oficial.

As tarefas de servente de pedreiro são as mais duras e insalubres do canteiro: serviços de limpeza, de carregar e de descarregar os caminhões, preparo de massa, transportar entulho etc. Por isso, tornar-se ajudante de um oficial é sempre muito desejado. Não que o serviço passe a ser mais leve, pois auxiliar um trabalhador de ofício, que muitas vezes, ganha por produtividade, exige até mais, posto que o trabalho do ajudante depende de parte dos rendimentos dos oficiais. No entanto, como ajudante, a possibilidade de acompanhar de perto um trabalhador mais experiente pode ser a única chance de aprendizagem, ou seja, tornar-se um ajudante de um oficial constitui-se no primeiro passo para que um servente entre no processo de aprendizagem.

Para os trabalhadores que desejam, realmente, aprender um ofício, o caminho é longo e incerto. Como ajudantes de um oficial, podem concentrar sua observação e até praticar, em determinados momentos, um ofício, mas as discontinuidades

1. <https://drrisworld.wordpress.com/2020/02/23/four-divine-abodes-brahma-viharas-in-theravada-buddhism/>
2. <http://lattes.cnpq.br/9138368383924203>

6 Apesar de, nos dois canteiros brasileiros, os “gerentes” da obra não se denominarem mestres de obras, optamos por usar este termo para generalizar a ação deste tradicional profissional da Construção Civil.

7 Esta situação também parece uma característica dos processos de aprendizagem. A comparação com os estudantes de Medicina, Becker (1961), mostra que os aspirantes a um ofício também procuram trabalhar com um profissional que possa lhes ensinar.

e a heterogeneidade do processo de trabalho na construção não lhes permitem acompanhar somente um oficial. O fato é que, inúmeras vezes, eles são obrigados a atender a vários oficiais, o que faz, por um lado, com que se insiram em muitas frentes de trabalho, que ampliam o seu conhecimento geral sobre os variados ofícios, por outro lado, levam-no a ter um aprendizado apenas superficial. Conseguir se tornar um ajudante de oficial não é simples. Muitas vezes, além de questões técnicas, o aprendiz depende das relações pessoais com o mestre, com os encarregados e com os próprios oficiais. Mesmo sem um aumento formal de salário, os rendimentos dos ajudantes são acrescidos do chamado “pagamento por fora”, ou seja, de uma pequena contribuição que serve para motivá-los durante os intensos ritmos do trabalho por produtividade. Muitas vezes, é o servente quem alerta o mestre de obras⁶ de que um determinado oficial está precisando de um ajudante, o que fortalece o seu interesse pelo posto⁷. Como afirma um pedreiro de uma das empresas pesquisadas quando perguntado sobre o que foi mais importante no seu processo de aprendizagem:

Na verdade, começou essa oportunidade com o pedreiro, porque se o pedreiro não tivesse me dado essa oportunidade para pegar na colher e para ajudar ele nas tarefas, o mestre-de-obras não ia ver fazer aquilo ali, ele ia ver eu parado. Aí começa com a oportunidade que o pedreiro me deu, ele é muito amigo da gente, aí deixou a gente mesmo fazer... também o mestre-de-obras gostava muito da gente, é uma pessoa muito bacana, né, aí eu tive mesmo aquela chance através do pedreiro, daí pra cá o mestre-de-obras já deu essa força também, o engenheiro também é uma pessoa que aparentemente... eu não conhecia ele muito, mas ajudou também [...].

Percebe-se, na fala acima, que o trabalhador compreende a aprendizagem como uma ajuda, um favor: seja do pedreiro que o escolheu para ser ajudante e, assim, poder praticar, seja do mestre de obras que autorizou a sua classificação, ou do engenheiro, o qual deu a permissão para a classificação. A aprendizagem não é vista como um direito mas, um favor concedido, “uma força”. Devido à ausência de um processo institucionalizado de aprendizagem, os acordos pessoais com os oficiais são as únicas possibilidades de se aprender um ofício. Torna-se relativamente comum constatar, nos canteiros, ajudantes que pertencem à mesma família dos oficiais, ou seja, o pai é oficial e o filho, ajudante. A aprendizagem, quase sempre, não ocorre de forma explícita, mas através de uma relação de submissão velada, na qual os insultos dos oficiais,

direcionados aos ajudantes, são sempre seguidos de instruções de como fazer melhor determinado serviço.

Constata-se, nas falas de alguns dirigentes e de profissionais, que a resistência dos oficiais em ensinar aos ajudantes existe em função de uma reserva de mercado, ou seja, os oficiais, pensando em evitar concorrências futuras, mostram-se resistentes em contribuir para o processo de aprendizagem dos aspirantes a uma profissão. Como afirma o engenheiro e proprietário de uma das empresas:

O peão é muito complicado. A falta de cultura é uma coisa que complica, então, o cara tem medo de ensinar. Se a pessoa for um amigo dele, um parente, ele vai ensinar, mas se não for, ele não ensina. Ele tem realmente medo de que aquela pessoa possa vir a tomar o mercado dele. Isso, hoje, pode até tá mudando, mas isso é uma coisa que vem de muito tempo. Então, se é família, se é um amigo próximo ou um parente, ele vai ensinar. E outra coisa, se o cara, principalmente se o cara não tiver uma amizade maior, começa um a olhar o serviço do outro e falar mal, isso é o que mais tem aqui dentro, peão é “foda”!

8 Assumir a responsabilidade pela execução parece ser uma característica geral dos processos de aprendizagens, como mostra o caso dos estudantes de medicina descrito por Becker (1961).

Quando analisadas as atividades dos serventes, aspirantes à classificação, percebe-se que a aprendizagem do ofício não ocorre unicamente pela observação, apesar de ser esta a primeira forma de se obter compreensão teórica do processo construtivo. As explicações orais são raras e somente observar não é suficiente para apreender as especificidades técnicas de cada gesto e de cada movimento a ser realizado. Assim, a repetição das atividades é fundamental, pois faz com que o trabalhador adquira os “macetes”, a maneira de fazer correta e as habilidades necessárias. É fundamental para o ajudante obter do oficial a permissão para praticar, ou, como os trabalhadores mesmo esclarecem: “pegar na colher”⁸. Tal permissão, muitas vezes, não é explícita e ocorre em momentos específicos, como no fim do expediente. Nestes momentos, construídos a partir de seu relacionamento com os oficiais, os aspirantes negociam suas possibilidades de praticar as tarefas, sempre envolvidos por permissões tácitas, que dependem de um determinado grau de astúcia em meio às situações ambíguas enfrentadas pelos aspirantes. Tais conhecimentos astuciosos, envolvidos no processo de aprendizagem, demandam saberes ligados ao indivíduo e à percepção da situação real, aproximando-se do conceito de *métis*. (DÉTIENNE e VERNANT, 2008).

O fato é que, devido aos contratos de produtividade, como verificado em uma das

empresas pesquisadas, obter tal permissão torna-se ainda mais difícil, pois o trabalho feito lentamente por um neófito pode significar perda de ganho para o oficial, o que diminui ainda mais as possibilidades de treinamento do ajudante e aumenta a sua carga de trabalho ao servir um oficial em uma cadência acelerada.

Parte da aprendizagem dos aspirantes a um ofício é adquirida em contextos extra-empresa, nos chamados “bicos” de final de semana. Através de sua rede de contatos, muitas vezes por indicações de colegas, tais aspirantes executam trabalhos de reparação em residências, ou mesmo em pequenas construções, em canteiros artesanais. Nestes momentos, fora da estrutura hierárquica da empresa, os operários possuem maior liberdade de praticar e de se arriscar a executar tarefas, observadas na empresa ou mesmo que ajudaram um oficial a concluir. Assim, o trabalhador pode fazer um “pouco de tudo” e adquirir um conhecimento geral dos ofícios, mesmo que de forma fragmentada, o que, mais tarde, leva os oficiais, com orgulho, a dizer que, na construção, fazem “qualquer coisa”. Esta forma “desorganizada” de aprendizagem, muitas vezes, acaba criticada pelos encarregados, que identificam vícios a serem eliminados segundo os “procedimentos” dos modelos de qualidade. Afirmam eles que a melhor forma de um trabalhador aprender é praticar dentro dos “procedimentos” estabelecidos pela construtora, como observado em outra empresa pesquisada.

Alguns ajudantes, de ambas as empresas brasileiras pesquisadas, afirmam ser necessário ter iniciativa para se obter uma chance. Por exemplo: comprar ferramentas, mostrar-se interessados em resolver problemas no cotidiano do canteiro e aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela empresa, tal como o curso de qualificação. Também ressaltam a importância com relação à segurança, ao fazerem parte de comitês responsáveis por alertar a respeito dos aspectos gerais sobre a prevenção de acidentes. Assim, os serventes, muitas vezes, esperam alcançar brevemente o posto de oficial ou entrar em uma classificação intermediária, os chamados “meios oficiais”.

É perceptível, ao se observar os ajudantes no dia-a-dia dos canteiros, que eles não perdem a oportunidade de utilizar as ferramentas dos oficiais em momentos de pausa. Nos minutos anteriores ao recomeço dos trabalhos, depois do almoço ou mesmo no fim da jornada de trabalho — quando há sobra de material — os ajudantes se apressam em desempenhar, por alguns instantes, o papel de oficiais, algumas vezes recebendo pequenas orientações, na maioria das vezes cercadas por muito desprezo e ironia em forma de brincadeiras.

Os ajudantes, mesmo que possuam habilidades técnicas e experiência, adquiridas em outras situações de trabalho fora do canteiro, dificilmente encontram oportunidades de demonstrar a sua prática. Em uma das empresas, um fato se destacou: a maioria dos trabalhadores de ofício possuía contratos informais e a base dos rendimentos era a produção, o chamado trabalho “a metro”. Neste caso, a responsabilidade pela produção é do oficial e a empresa não lhe oferece ajudantes. Assim, os ajudantes que, por iniciativa individual, em momentos de pausa em seus trabalhos, prestam alguma ajuda, são veementemente repreendidos pela chefia, uma vez que estariam deixando de realizar as suas atribuições para se dedicarem a um profissional que, em tese, é um autônomo no canteiro.

Nota-se que as dificuldades encontradas pelos ajudantes em praticar são quase sempre impostas pelo engenheiro — proprietário de uma das empresas, receoso dos possíveis erros cometidos por eles. Assim, seja pelo receio da incapacidade, seja por não vincular ajudantes aos trabalhadores por produção, as dificuldades dos iniciantes em praticar ou mesmo em demonstrar suas habilidades se ampliam. A fala do engenheiro proprietário da empresa é bem ilustrativa:

O cara, se ele quiser aprender, ele vai aprender, põe o material pro cara trabalhar e ali ele fica prestando atenção, ele tem que fazer pergunta, por que alinha desse jeito, por que é o prumo, por que tem que ser assim, mas a maioria deles não pergunta não. Então aí o cara tem oportunidade sim, depende é dele. Mas eu não posso deixar um ajudante fazer um serviço de pedreiro, porque aí ele pode me complicar, pode fazer mal feito e pode demorar muito a executar, a obra tem que andar rápido, eu não posso permitir isso, o canteiro não é uma escola, não dá pra deixar todo mundo ficar aprendendo e o serviço parar.

A fala desse engenheiro deixa claro que os ajudantes são os únicos responsáveis pela sua formação. Os serventes são considerados, no canteiro, o “pau para toda obra”, ou seja, encontram-se claramente em uma posição subordinada, inclusive a chefia explica de forma bem explícita, que foram contratados para todos os tipos de serviços e, não estão ali para aprender um ofício. Aprender no canteiro significa se submeter à relação paternalista dos mestres e de alguns oficiais, que estabelecem uma cumplicidade sobre os anseios dos serventes em aprender uma profissão. A expressão “oportunidade” ou “chance” resume bem a relação personalizada estabelecida entre eles, na qual se transferem aos aspirantes as responsabilidades de sua promoção.

A construção civil ainda possui aspectos do trabalho artesanal tradicional, baseados exclusivamente na relação entre mestre e aprendiz. Ocorre, muitas vezes, que os oficiais trabalham em locais isolados do edifício em construção, tendo somente contato com um ajudante para as conversas e brincadeiras e, nesta relação, longe dos olhos da chefia, possibilita-se uma oportunidade única para a aprendizagem. As observações, feitas durante a pesquisa em uma das empresas, demonstraram uma cumplicidade entre oficiais e ajudantes nos trabalhos de alvenaria, já que foi permitido, aos ajudantes, o auxílio aos trabalhadores por produtividade.

A aprendizagem, realizada no próprio canteiro — *on the job* — na qual a experiência prática e possibilita a familiaridade com os métodos e as técnicas, também se processa em relação ao engenheiro, conforme observado, sobretudo, na empresa 1. Neste sentido, parece haver uma integração, muito mais do que uma apropriação do saber, por parte da engenharia, como uma estrutura de comando da obra, em que o controle do trabalho ainda permanece com os trabalhadores.

No entanto, nas duas pesquisas, percebe-se claramente as dificuldades de as empresas cumprirem seu projeto de racionalização, sobretudo devido aos saberes de ofícios, ou seja, ao conteúdo das tarefas tipicamente *não rotinizáveis*, tal como discutido por Perrow (1972). O processo de racionalização, através da implementação dos modelos de qualidade, associa-se diretamente às estratégias de redução de custos por parte das empresas. As subcontratações — prática recorrente no setor — continuam a viabilizar a redução de custo através da transferência de ilegalidades nos contratos para as pequenas empreiteiras, uma vez que estas, por praticarem formas não institucionalizadas de contrato de trabalho, conseguem minimizar os custos com mão de obra. A preocupação em utilizar empreiteiras legalizadas parece estar diretamente relacionada à maior possibilidade de fiscalização.

Considerações finais

Os estudos que focalizam os ofícios e seus saberes reiteram a centralidade do lugar e da memória na configuração e permanência dos saberes, destacando a potencialidade que emerge da articulação entre os processos de aprendizagem laboral, que ocorrem e/ou podem ocorrer em diferentes ambientes formativos. Vale reiterar que cada um dos ofícios resulta de diferentes *saberes e fazeres* decorrentes do cotidiano das atividades laborais, diferindo, portanto, de outros processos produtivos. Vale dizer que no centro do processo de ensinar e de aprender um ofício está a criatividade que confere caráter único a cada produto.

O resgate de ações e práticas voltadas à aprendizagem laboral poderá dar pistas para a proposição de novas diretrizes no campo das políticas públicas de formação e, contribuir para a formulação de novas e possíveis estratégias para permanência e/ou criação de novos postos de trabalho que, por sua vez, considerem os ofícios que resistem no mundo contemporâneo. As propostas precisam ter clareza sobre as particularidades de cada lugar e dos elementos integrantes das memórias históricas e afetivas.

Para isso, algumas perguntas podem orientar o resgate proposto: Quais são as relações entre as atividades laborais identificadas e as características locais ou “vocação”, em momentos diversos de sua história? Em que medida o resgate do saber de ofício, expresso em antigas atividades artesanais e tradições populares, contribui para identidade de um determinado lugar? De que forma esse resgate concorre para a constituição de novas oportunidades de trabalho, principalmente para os jovens, por meio do (re)conhecimento e do aprendizado de habilidades e competências exigidas por tais ofícios?

As respostas a essas perguntas talvez possibilitem não apenas restaurar o valor do trabalho manual e das antigas atividades artesanais em processo de desaparecimento, mas também, cultivar e aprofundar a memória histórica, suas raízes regionais e locais. As respostas poderão, ainda, fornecer pistas para o desenho de espaços de formação que tenham como eixo o conhecimento e a aprendizagem de antigos ofícios, estratégia que poderá promover novas e qualificadas ações laborais. Um espaço em que as técnicas tradicionais e as tradições populares do lugar coexistam com novas tecnologias digitais e multimídias e, ações que possibilitem a promoção e atualização de diferentes

tradições e ocupações e transmitam o patrimônio de conhecimentos e culturas que representam as raízes de identidades locais, identificando nesse processo uma força motriz capaz de promover e agregar novas e seguras oportunidades de emprego.

Percebe-se, atualmente, nas empresas de grande porte, uma tentativa de industrialização viabilizada a partir da utilização de técnicas de gestão, já aplicadas na indústria convencional através da chamada *Reestruturação Produtiva*. Não se trata de uma tendência para o setor, pois se encontra restrita às grandes empresas do subsetor Edificações. No entanto, é curioso o fato de que as tentativas de industrialização dessas empresas misturem métodos tayloristas clássicos, como as prescrições das tarefas em relação aos aspectos da *Reestruturação Produtiva*, como o círculo de controle de qualidade, modelo ISO 9001 etc.

No caso específico da construção civil, podemos afirmar que os diferentes ofícios da construção civil demandam o domínio de um *saber-fazer* sobre o processo de trabalho, que diz respeito às habilidades requeridas para o exercício das atividades. Permanece no setor uma organização do trabalho baseada em uma estrutura de ofícios que, por sua vez, se apoia na qualificação dos trabalhadores. Por outro lado, começa a emergir, ainda que de modo pontual ou a nível discursivo, um modelo de gestão da força de trabalho pautado em de uma possível convivência entre as inovações tecnológicas e organizacionais e as características que historicamente permeiam o setor. É preciso que as empresas se deem conta que formação e qualificação não devem ser entendidas como questões individuais num setor, onde a habilidade de atuar em equipe talvez seja o elemento mais importante para o sucesso. Dedicar-se à formalização de uma aprendizagem coletiva pode se constituir no maior trunfo para as empresas da construção. (ILO, 1992)

Mesmo que o atual desenvolvimento do setor tenha ampliado os esforços na criação de cursos de qualificação, estes estão ainda concentrados nas grandes empresas e nas grandes cidades, ou seja, sendo a formação, na prática, ainda se revela a maneira mais importante de aprendizagem. Como o processo de formação dos trabalhadores encontra-se, essencialmente, desenvolvido dentro dos canteiros de obras, os empregados enfrentam, dentro do contexto de produção, enormes dificuldades para entrarem no processo de aprendizagem e para, posteriormente, obterem o reconhecimento de suas habilidades. A formação e a qualificação profissional dentro dos canteiros de

obras são percebidas pelos trabalhadores como um “favor da empresa” “uma oportunidade” viabilizada pelos encarregados, mestres de obras, técnicos ou engenheiros e nunca como um direito. Persiste, ainda, a ideia de que a aprendizagem dos saberes de ofícios é um problema exclusivamente dos trabalhadores. Assim, as queixas dos empresários em relação à ausência de mão-de-obra qualificada se contrapõem às formas tradicionalmente precárias de formação profissional, realizadas no próprio canteiro e, comprometidas pela elevada rotatividade que caracteriza o mercado de trabalho, bem como pelas práticas paternalistas que envolvem as relações sociais entre trabalhadores e patrões.

Referências

BARATO, Jarbas N. *Oficinas e conhecimento: um desafio para a capacitação de docentes em educação profissional e tecnológica*. Brasília: UNESCO Brasil, 2021.

BARONE, Rosa Elisa M. *Canteiro-Escola – trabalho e educação na construção civil*. São Paulo: Educ, Fapesp, 1999.

BECKER, Howard. *Boys in white*. University of Chicago press, Chicago, 1961.

BIANCHETTI, Lucídio. *Da chave de fenda ao Lap Top. Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação*. Petrópolis, Editora Vozes, Florianópolis, Editora da UFSC, Unitrabalho. 2001.

BROCHIER, Christophe. *Aprendizagem “in loco” nos canteiros de obras brasileiros*. In: CHAUI, M. *Cultura e democracia*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 220p.

COSTA, Luciano R. *Trabalhadores em Construção: mercado de trabalho, redes sociais e qualificação na Construção Civil*. Curitiba: CRV, 2013.

COSTA, Luciano R. e BARONE, Rosa Elisa M. *Qualificação profissional em construção: formação e aprendizagem na construção civil*. CRV, Curitiba. 2014.

DÉTIENNE, Marcel. VERNANT, Jean-Pierre. *Métis: as astúcias da inteligência*. Odysseus, São Paulo 2008.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 149p.

HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano IV, n.7. p. 67-78, 1999. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/o7_6_holzer.pdf. Acesso em 07 Fev. 2022.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION BUILDING - ILO. *Civil Engineering and Public Works Committee. Skill requirements, training and retraining in the Building, Civil Engineering and Public Works Industries*. ILO, Switzerland, April, 1992.

JONES, B. e WOOD, S. *Qualifications tacites, divisiona Du travail et nouvelles technologies*. *Rev. Sociologie du travail*. Paris, n. 4, p. 407-421, 1984.

LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

MEJÍA, M. *Urgencias de la educación latinoamericana*. *Revista Internacional sobre Investigación en Educación Global y para el Desarrollo*, 2014, p. 86-116. Disponível em <http://educacionglobalresearch.net/wp-content/uploads/02-EGR-5-Mejia-Castellano.pdf>

PESSANHA, E. *Processo de trabalho e resistência fabril e participação política na construção naval*. Anpocs, Campos do Jordão, 1986.

PERROW. Charles. *Análise organizacional: um enfoque sociológico*. Atlas, São Paulo, 1976.

RYLE, G. *The concept of mind*. Chicago: Chicago University Press, 1984.

SENNETT, Richard. *O artifice*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

STANISKI, A. KUNDLATSCH, C. A., PIREHOWSKI, D. *O conceito de lugar e suas diferentes abordagens*. *Revista Perspectiva Geográfica*. Cascavel, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. V.9, N.11 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/11154>. Acesso em 07 fev. 2022.

TOMASI, A.; MENDES SILVA, I. M. *Ofícios de ontem e ofícios de hoje: Ruptura ou continuidade*. In: BARONE, R. E. M.; APRILE, M. R. *Ofícios e Saberes. Permanências, mudanças e rupturas no mundo do trabalho*. Curitiba: Appris, 2019. p. 19-27.

VATIN, François. *Epistemologia e sociologia do trabalho*. Instituto Piaget. Lisboa, 2002.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência*, São Paulo, Ed. Atlas, 2001.





Trabalho

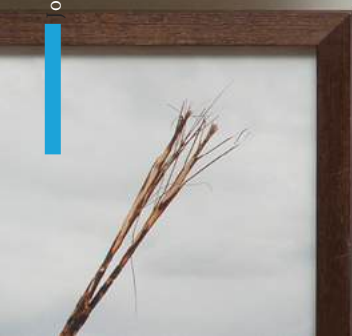
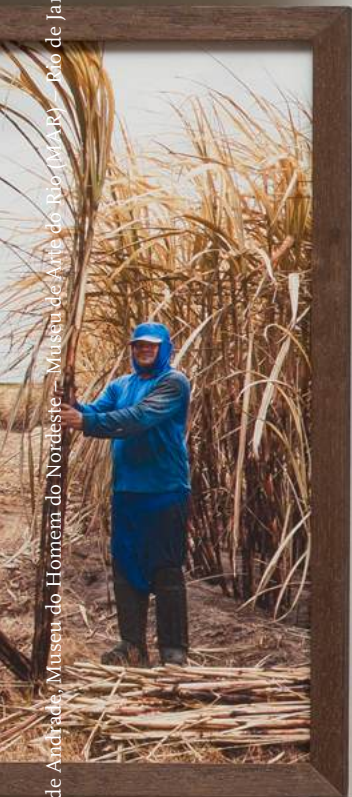
ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



RELAÇÕES DE TRABALHO NO FUTEBOL DE MULHERES:

modernização e desafios

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54309>

MARIANA ZUANETI MARTINS*, GABRIELA BOREL DELARMELINA**, LETÍCIA CARVALHO DE SOUZA***

RESUMO: Este artigo explora a modernização das relações de trabalho no futebol de mulheres no Brasil, destacando a emergência dos empresários como agentes centrais na formalização dos contratos e na gestão das carreiras das jogadoras, sob a ótica das relações de gênero e da interseccionalidade. Foram entrevistadas 20 atletas da Série A1 dos anos de 2020 e 2021, com critérios de inclusão baseados em experiência e tempo de carreira. Os resultados revelam que a profissionalização trouxe avanços como maior estruturação e visibilidade, mas também novas formas de dependência e vulnerabilidade, com os empresários centralizando o poder. As desigualdades regionais e econômicas acentuam a fragmentação das práticas contratuais, afetando especialmente as jogadoras fora dos grandes centros. A discrepância entre a promessa de profissionalização e a realidade enfrentada revela a necessidade de regulamentação mais eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: profissionalização; sociologia do esporte; gênero; interseccionalidade.

Work relations in women's football in Brazil: Modernization and precarity

ABSTRACT: In this study, we explore the modernization of work relations in women's football in Brazil, emphasizing the emergence of agents as central figures in the formalization of contracts and career management of female players, from the perspective of gender relations and intersectionality. Twenty athletes from Serie A1 of the years 2020 and 2021 were interviewed, with inclusion criteria based on experience and career length. The findings reveal that professionalization has brought advances such as increased structure and visibility, but also new forms of dependency and vulnerability, with agents centralizing power. Regional and economic inequalities exacerbate the fragmentation of contractual practices, particularly affecting players outside the major centers. The discrepancy between the promise of professionalization and the reality faced underscores the need for more effective regulation.

KEYWORDS: professionalization; sociology of sport; gender; intersectionality.

* Universidade Federal do Espírito Santo ** Universidade Federal do Espírito Santo *** Universidade Federal do Espírito Santo

Introdução

¹ Aqui aderimos ao uso do termo “futebol de mulheres” em vez de futebol feminino. Trata-se de uma escolha política e teórica, que visa a explicitar que o futebol praticado por mulheres abraça pluralidades representações de feminilidades e masculinidades e também desafiar uma hierarquia dos sexos e, portanto, de suas posições sociais, culturalmente construídas, que estaria estabelecida com a ideia de que existe o futebol (praticado pelos homens e sem necessidade de adjetivação) e um futebol «outro», o feminino, adjetivado, menor (Kessler, 2015).

Este artigo examina o desenvolvimento do futebol profissional como trabalho para mulheres no Brasil. O futebol de mulheres¹ tem crescido vertiginosamente desde 2019 no país. Embora o Campeonato Brasileiro, organizado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) exista desde 2013, foi a partir da terceira década dos anos 2000 que ele ganhou maior visibilidade e começou a movimentar mais recursos financeiros. Isso foi causado pela regulamentação de licenciamento de clubes da Conmebol anunciando que, a partir de 2019, todas as equipes que disputassem campeonatos sul-americanos deveriam ter ou estar associado a um time feminino adulto e desenvolver categoria de base (Barreira; Galatti, 2023).

Como consequência, é possível observar a entrada dos clubes tradicionais do futebol de homens no campeonato brasileiro de futebol, especialmente às vésperas da obrigatoriedade da regra de licenciamento (Martins, Delarmelina, Souza, 2023). No entanto, a despeito da ampla literatura sobre trabalho no futebol praticado por homens, existe pouco conhecimento sobre como esse processo se deu para as jogadoras, em particular, explorando as transformações nas relações e nas condições de trabalho. Consequentemente, este artigo indaga sobre como as relações de trabalho são percebidas pelas jogadoras de futebol profissional no Brasil, em particular no que se refere aos processos de profissionalização entre elas e os clubes. Como consequência, pretendemos contribuir com o conhecimento desse cenário e como as relações de poder e de gênero afetam o trabalho no futebol de forma particular, a partir das lentes da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2020).

As pesquisas sobre as relações e condições de estabelecimento de uma carreira esportiva no futebol de mulheres no Brasil descrevem os cenários da segunda década do século XXI. Souza Junior e Reis (2023) descrevem que, no início da década, o futebol não era profissionalizado, embora as atletas se dedicassem como tais e desejassem alcançar esse status. Os vínculos eram constituídos por bolsas ou auxílios, na maioria dos casos, e a busca por profissionalismo, legitimidade e visibilidade era o que norteava o discurso das atletas (Almeida, 2019). Kessler (2015) caracteriza que esses discursos amparam-se na constante comparação com o futebol espetacularizado

dos homens, como referência a ser alcançada. Segundo a autora, isso caracterizaria o futebol de mulheres pelo signo das suas *ausências*, ou seja, encontram-se no cerne das discussões as carências e as precariedades estruturais, de investimentos e de performance que acometem o futebol delas, perpetuando um ciclo vicioso.

Esse ciclo, além de não indicar possíveis soluções para que o futebol de mulheres conquiste novos espaços, não problematiza o próprio futebol de homens e impede a diversidade de possibilidades de desenvolvimento que a modalidade pode adquirir. Como resultado, ratifica uma visão normativa sobre a profissionalização do futebol de mulheres como se esta fosse intrinsecamente positiva, o que contrasta com a relativa ausência de pesquisas empíricas que existem sobre o tema (Culvin, 2021). Pesquisas recentes, além do levantamento da FIFPro (Sindicato Mundial dos/as Jogadores/as de Futebol), destacam as condições precárias de trabalho, a ausência de garantias legais sólidas, como o direito à maternidade e à não discriminação salarial no local de trabalho (Culvin *et al.*, 2022; Culvin, 2021; Culvin; Bowes, 2021; FIFPro, 2020)

Quando observamos a realidade do futebol de homens, notamos um cenário de precarização das condições e relações de trabalho, marcado por contratos sazonais, salários baixos para a grande maioria da categoria e atrasos salariais (Damo, 2007; Martins, 2017; Martins; Reis, 2018; Roderick, 2006; Rodrigues, 2007; Sloane, 1969). Esse cenário caracteriza o futebol como uma profissão insegura e de curto prazo para homens, mas que é alimentada pelo desejo de mobilidade social e pela densidade de representações de masculinidades associadas (Damo, 2007; Ejekwumadu, 2023). Observando esse cenário, nosso artigo desafia essa noção de que a profissionalização é um processo linear e benéfico para o futebol de mulheres, discutindo como as relações de trabalho têm sido percebidas pelas atletas no país.

No entanto, não devemos afirmar que o cenário de precariedade no futebol é o mesmo para homens e para mulheres. Isso porque as relações de gênero, em consonância com outros divisores sociais, como economia, nação e raça, forjam desvantagens acumuladas para as jogadoras. O futebol é um dos esportes mais populares no mundo e se apresenta como espaço de sociabilidade privilegiada para circulação de masculinidades agressivas e viris, de homofobia e de estabelecimento de relações de poder hierárquicas entre gêneros (Bandeira; Seffner, 2013; Dunning, 1986; Messner, 1990). Nesse contexto, a integração das mulheres ao futebol tem sido parcial ao longo

do século XX, autorizada culturalmente desde que não atravesse os discursos culturais de gênero ou que ameace a hegemonia masculina no esporte (Williams, 2006).

Por gênero, compreendemos a forma como socialmente são percebidas as diferenças entre homens e mulheres, forjando mecanismos que simultaneamente produzem masculinidades e feminilidades culturalmente ratificadas e atravessadas por relações hierárquicas de poder (Scott, 1995). As relações de gênero também se combinam a outras formas de divisão social e de domínios de poder, de modo a produzir desvantagens acumuladas e privilégios a grupos sociais de forma diferenciada, a depender da combinação desses divisores (Choo; Ferree, 2010). Para observar esse processo, a interseccionalidade se coloca como uma ferramenta analítica que permite vislumbrar como gênero se sobrepõe a questões econômicas, geopolíticas e étnicas em diferentes domínios de poder no futebol de mulheres (Collins; Bilge, 2020).

Considerando esse cenário, o objetivo desse artigo foi analisar como as jogadoras de futebol percebem a profissionalização em curso no futebol de mulheres brasileiro, discutindo seus efeitos nas relações de trabalho nesse mercado. Para tanto, entrevistamos 20 jogadoras da elite do futebol brasileiro, de distintas regiões do país, conduzindo uma análise temática reflexiva sobre elas. Esse estudo, para além de compreender o caso específico do futebol de mulheres, contribui para a literatura sobre a precariedade do trabalho e as relações de poder em ocupações de alta visibilidade, atravessadas por relações de gênero, sob as lentes da interseccionalidade.

Como resultado, este artigo contesta, ao mesmo tempo, a percepção de otimismo em relação à profissionalização e a metáfora de similaridade atrasada com o futebol de homens de três maneiras significativas. Nosso argumento sobre os (des)caminhos que a profissionalização do futebol de mulheres tem tomado no país problematiza a ideia normativa que está relacionada a ela, bem como a forma como a individualização e atomização nas relações de trabalho têm contribuído para perpetuar um cenário de precariedade e insegurança na profissão para mulheres.

1.1 As relações de trabalho no futebol (praticado por homens) no Brasil

A profissionalização do futebol no Brasil ocorreu na década de 1930, como resposta a um processo de migração dos maiores jogadores brasileiros ao exterior, em busca de melhor remuneração para se dedicar ao esporte, já que o status amador no país

não permitia isso. Foi marcado por controvérsias entre os clubes das elites paulista e carioca, que temiam perder o controle sobre a gestão do esporte e que seu poder fosse ameaçado pelo vedetismo criado em torno dos atletas, que em sua maioria eram provenientes da classe trabalhadora, apesar do status de amador do esporte. Para manter esse poder, foi criada a figura do «cartola», um dirigente que detinha os direitos federativos dos jogadores, conhecidos como «passe» (Damo, 2007). Assim, os jogadores profissionais só podiam mudar de clube com a autorização do «cartola», o que garantia que os clubes mantivessem o controle sobre os atletas e pudessem lucrar com as transferências deles. Dessa forma, o jogador de futebol passou a ser visto como patrimônio do clube.

Embora a profissão de jogador de futebol tenha sido reconhecida na década de 1930, a regulamentação legal só veio em 1976 com a Lei nº 6.354, conhecida como Lei do Passe. Essa lei definia que o jogador deveria atuar sob subordinação ao empregador, recebendo remuneração e estabelecia um prazo de dez anos para o passe livre, além de exigir a concordância do atleta para transferências (Boudens, 2002). No entanto, o clube continuava a ser a autoridade final nas negociações, perpetuando uma relação de trabalho marcada pelo controle dos clubes sobre os jogadores. Essa configuração só começou a mudar com a promulgação da Lei nº 9.615, de 1998, conhecida como Lei Pelé, que aboliu o passe e permitiu aos atletas negociar suas transferências livremente após o término de seus contratos. Essa mudança alterou significativamente as relações de trabalho no futebol, promovendo maior autonomia para os jogadores e introduzindo a figura do empresário (ou agente) como intermediador das negociações (Rodrigues, 2007).

Pesquisas sobre os impactos da extinção do «passe» entre clubes europeus previam um aumento no poder de negociação dos atletas, uma diminuição na competitividade entre as ligas e a inviabilidade da sobrevivência de pequenos clubes (Proni, 2000; Sloane, 1969; Szymanski, 2010). No Brasil, a Lei Pelé resultou em mudanças como contratos mais longos para jogadores de clubes maiores, redução nas transferências de jogadores entre clubes, aumento nos salários dos atletas mais talentosos e ampliação das disparidades salariais (Rodrigues, 2007). Na leitura de Rodrigues (2007), a Lei Pelé modernizou as relações de trabalho no futebol brasileiro, promovendo um sistema flexível e contratual, substituindo o paternalismo de relações servis e rígidas que era

instituído pelo “passe”.

A figura do agente tornou-se central nas transferências e negociações contratuais dos jogadores. Em transações internacionais, o agente licenciado pela FIFA é obrigatório, o que assegura o controle da entidade sobre a movimentação dos atletas (Rodrigues, 2007). Recentemente, a FIFA revisou as regras para agentes, proibindo-os de possuir direitos econômicos dos atletas, fortalecendo ainda mais os clubes, especialmente os grandes clubes europeus. Essa dependência dos agentes também reflete o fato de que o salário dos jogadores não se correlaciona diretamente com seu desempenho individual, mas sim com o desempenho da equipe (Szymanski, 2010). Portanto, a valorização do jogador depende não apenas de suas habilidades, mas também de seu contexto de atuação, clubes e ligas que lhes garantam visibilidade, e da capacidade de negociação de seu agente (Rial, 2008).

Além disso, o status dos jogadores também afeta as relações de trabalho no futebol. A categoria dos jogadores é ampla e inclui muitos trabalhadores em condições precárias espalhados pelo país, não apenas os atletas das principais divisões. Segundo o relatório da CBF de 2015, 82,04% dos jogadores de todas as divisões no Brasil recebem salários de até R\$1.000,00 (Martins, 2017). A maioria dos contratos é de curta duração, de até 3 meses, e atrasos salariais são comuns, refletindo a instabilidade e a precariedade da profissão (Martins, 2017). Ou seja, essa fração da categoria possui ainda menor capacidade de barganha nas relações de trabalho.

Apesar dessas condições, o futebol continua sendo uma das profissões mais aspiradas entre os jovens, devido ao prestígio associado ao vedetismo da carreira e às densas representações de masculinidade (Damo, 2007). No entanto, essas aspirações frequentemente obliteram a realidade das relações de trabalho no futebol, caracterizadas por contratos atomizados e voláteis, negociações individualizadas, baixos salários e um balanço de poder muito favorável ao clube e a uma forte dependência dos empresários para mobilidade e estabelecimento profissional.

1.2 O descompasso nas relações de trabalho no futebol praticado por mulheres: um olhar interseccional

Embora a Lei Pelé descreva que o futebol é um esporte obrigatoriamente profissional no país, seu cumprimento ainda apresenta limitações em termos de igualdade de gênero. Mesmo que o texto não discrimine diretamente o gênero, na prática, a maioria

dos clubes não reconhece legalmente as jogadoras nem as remunera como profissionais, em particular nas primeiras duas décadas do século XXI (Souza Junior; Reis, 2023). A situação se tornou ainda mais complexa com a sobreposição da Lei Geral do Esporte², que permite vínculos profissionais sem a assinatura da carteira de trabalho, criando um cenário de ambiguidades legais e econômicas que afetam particularmente o futebol feminino. Esse contexto evidencia como a regulamentação formal não é suficiente para garantir a igualdade de condições de trabalho, pois as práticas institucionais e econômicas prevalecem sobre a legislação.

O descompasso com o futebol praticado por homens se deve a um histórico de interdições culturais e de proibição³ que historicamente excluíram as mulheres do esporte (Goellner, 2005). Durante quatro décadas, as mulheres enfrentaram barreiras significativas, incluindo a proibição formal de jogar futebol até 1979, apoiada por discursos culturais que associavam o futebol a ideais de masculinidade. A proibição legal para o futebol de mulheres no país foi revogada apenas em 1979, diante de movimentos na Europa de fomentar essa modalidade (Williams, 2006). No entanto, a despeito da existência de campeonatos desde 1983, eles foram realizados de forma intermitente e os clubes de futebol feminino eram, em sua maioria, constituídos de projetos sociais e de equipes de prefeituras, demonstrando uma instabilidade e um cenário de pouca institucionalização da modalidade no país (Kessler, 2015).

Na última década, houve mudanças importantes no cenário do futebol de mulheres, como a regra de licenciamento da Conmebol (2019). Essas mudanças representam um avanço no reconhecimento do futebol praticado por mulheres, mas também expõe novas formas de desigualdade e desafios nas relações de trabalho. Embora seja possível observar um aumento na criação de times de mulheres, muitos clubes brasileiros ainda negligenciam essa modalidade, oferecendo condições de trabalho precárias e salários inferiores (Almeida, 2019).

A falta de investimento estrutural perpetua a desigualdade de recursos entre homens e mulheres, reforçando a marginalização das jogadoras, o que no caso brasileiro, se acentua nos estados onde o futebol é economicamente menos desenvolvido. Essa situação revela como as estruturas econômicas e institucionais, que constituem o domínio estrutural do poder, continuam a determinar o acesso a recursos e oportunidades de maneira desigual (Collins; Bilge, 2020). A análise dessas condições evidencia

2 A Lei Geral do Esporte, Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023, estabelece no artigo 72, que “considera-se atleta profissional o praticante de esporte de alto nível que se dedica à atividade esportiva de forma remunerada e permanente e que tem nessa atividade sua principal fonte de renda por meio do trabalho, independentemente da forma como recebe sua remuneração”.

3 Não obstante, as mulheres, no Brasil, foram proibidas pelo Decreto-Lei n. 3.199 de 14 de abril de 1941, do Conselho Nacional de Desportos, de praticar diversas modalidades esportivas, incluindo o futebol.

que, mesmo com novas políticas, as práticas de desigualdade se perpetuam por meio da resistência econômica dos clubes e da falta de incentivo real ao desenvolvimento do futebol de mulheres.

Olhamos para as relações de poder que atravessam o futebol de mulheres por meio das lentes da interseccionalidade para compreender essas novas relações de trabalho no futebol de mulheres. Ela nos permite explorar como diferentes relações de poder — gênero, classe, raça, nação e sexualidade — se entrecruzam para moldar as experiências das jogadoras (Collins; Bilge, 2020). No domínio estrutural do poder, por exemplo, as oportunidades e os recursos disponíveis para as jogadoras variam drasticamente em comparação aos oferecidos aos homens, sendo ainda mais limitados em regiões onde o futebol é economicamente menos desenvolvido (Barreira; Galatti, 2023). Isso perpetua a marginalização das jogadoras e reforça as desigualdades já existentes. Dessa forma, a interseccionalidade ajuda a entender como a desigualdade de recursos e o acesso limitado a oportunidades são amplificados por fatores como localização geográfica e situação econômica.

Além disso, o domínio cultural envolve normas e discursos que reforçam estigmas sobre a capacidade e legitimidade das mulheres no futebol. A ideia de que o futebol é um espaço masculino ainda é prevalente em muitas culturas, afetando negativamente a percepção e o apoio ao futebol feminino (Dunning, 1986). As jogadoras são frequentemente vistas como menos competentes ou menos merecedoras de reconhecimento, o que limita suas oportunidades de patrocínio e visibilidade na mídia (Collins; Bilge, 2020). Quando interseccionamos questões de raça, essa marginalização é ainda mais evidente, com atletas negras enfrentando maiores preconceitos e menos oportunidades de patrocínio e visibilidade (Pisani, 2018). Isso demonstra como o domínio cultural impacta diretamente as relações de trabalho ao influenciar a aceitação social e o suporte financeiro às jogadoras, reforçando desigualdades estruturais e limitando o crescimento da modalidade.

Outro domínio de poder que atravessa o futebol de mulheres é o disciplinar, que se refere às práticas e normas que regulam o comportamento e controlam os corpos das jogadoras, muitas vezes desvalorizando seu desempenho e limitando sua participação no esporte. A falta de acesso a treinamentos de alta qualidade, menos oportunidades para competir em ligas profissionais e a ausência de apoio médico e técnico adequado são exemplos de como essas barreiras disciplinares variam conforme o tamanho eco-

nômico do clube e a região onde se encontram (Delarmelina, 2023). Essas restrições institucionais afetam diretamente o crescimento e desenvolvimento das carreiras das jogadoras e que podem levar ao abandono do esporte. A análise dessas práticas disciplinares mostra como a desigualdade se manifesta no cotidiano das atletas, criando barreiras adicionais que limitam suas oportunidades de trabalho e desenvolvimento profissional.

Por fim, o domínio interpessoal aborda as interações sociais, onde o gênero frequentemente desempenha um papel central na discriminação e preconceito enfrentados pelas jogadoras. Comentários depreciativos, atitudes de desconfiança em relação às suas capacidades e resistência à presença das mulheres em posições de liderança são manifestações comuns dessas interações interpessoais (Passero *et al.*, 2020). Esses exemplos ilustram como as identidades interseccionais moldam as experiências das mulheres no futebol, ampliando as desigualdades de gênero no esporte. Essa análise revela como as relações de gênero afetam as relações de trabalho e podem perpetuar a marginalização das jogadoras, afetando sua confiança e capacidade de progredir em suas carreiras.

Esses domínios de poder interagem para criar um contexto de desigualdade persistente no futebol de mulheres, que afetam as relações de trabalho de forma diversa do masculino, mesmo após as mudanças impostas pela Conmebol. Nesse sentido, podemos afirmar que as consequências do período de proibição e a marginalização histórica não apenas afetaram o desenvolvimento do futebol de mulheres, mas também as possibilidades de investimento em uma carreira esportiva, com implicações que perduram até hoje na profissionalização da modalidade e nas relações de trabalho nesse esporte (Culvin, 2021; Williams, 2006). A dedicação a uma carreira profissional no futebol feminino é um fenômeno recente e contemporâneo, pois as medidas organizacionais e o interesse comercial no esporte são novos (Barreira; Galatti, 2023). Ao mesmo tempo, essa nova fase ressignifica e reproduz estigmas sociais já existentes, gerando desafios particulares e desconhecidos para as jogadoras. A interseccionalidade, como ferramenta analítica, nos ajuda a entender essas novas relações de trabalho.



Jonathas de Andrade, Museu do Homem do Nordeste – Museu de Arte do Rio (MAR) – Rio de Janeiro – Brasil – 2014
Photos: Eduardo Ortega



Desenvolvimento

Para analisar a percepção das atletas que vivenciam o processo de profissionalização e compreender a maneira como são percebidos os efeitos sobre as relações de trabalho, foram entrevistadas 20 atletas da série A1 do campeonato Brasileiro de futebol feminino, nos anos de 2020 e 2021, dos clubes das cinco regiões. Para composição das participantes da pesquisa, estabelecemos critérios de inclusão que envolvem: (i) atuação nos clubes de elite que participam do atual Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino série A1 em 2021 e 2022 ; (ii) experiência de pelo menos três anos na competição, o que indica uma vivência relevante na atividade; (iii) estar em processo de desenvolvimento de carreira esportiva no futebol por pelo menos cinco anos, possibilitando a análise de diferentes estágios de carreira; e (iv) ter idade entre 18 e 40 anos⁴.

Se tratando de uma pesquisa de elites, o acesso às participantes é limitado e difícil. Por isso, como critério de exclusão, foi considerado o desinteresse de participação após três contatos realizados. É importante destacar que trata-se de uma pesquisa realizada nacionalmente, contemplando todas as regiões do país e, por essa razão, a rede de contatos das pesquisadoras contribuiu para iniciar o trabalho de campo, assim como utilizamos a estratégia bola de neve para compor o restante da amostra. Sendo assim, o Quadro 1 apresenta as participantes, destacando a idade, os anos em dedicação a categoria adulta — dado que revela há quantos anos a atleta vive o contexto de profissionalização do futebol de mulheres — e a região do clube no ano de realização das entrevistas (2022).

⁴ Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob CAAE: 34357120.1.0000.5542.

⁵ Os nomes das participantes da pesquisa foram modificados com o intuito de preservar a confidencialidade de suas identidades, assim como qualquer menção ao clube ou patrocinadores e gestores foram colocadas de forma anônima ao longo do texto.

Quadro 1 - Participantes da pesquisa.

região Id Atleta ⁵ /Sigla	Região	Anos como profissional no futebol (2022)	Idade no ano da realização da entrevista (2022)
Neia, N	Norte	9 anos	29
Maria, N	Norte	8 anos	28
Rose, CO	Centro-oeste	4 anos	24
Geovana, CO	Centro-oeste	11 anos	29
Marina, CO	Centro-oeste	12 anos	27
Rita, CO	Centro-oeste	12 anos	29
Leandra, CO	Centro-oeste	11 anos	24
Madalena, S	Sul	14 anos	31
Ilda, S	Sul	7 anos	23
Antonia, S	Sul	6 anos	23
Tereza, S	Sul	6 anos	26
Kerzia, SE	Sudeste	4 anos	23
Samara, SE	Sudeste	8 anos	27
Fabiana, SE	Sudeste	6 anos	22
Vera, SE	Sudeste	6 anos	27
Bruna, SE	Sudeste	7 anos	28
Lívia, SE	Sudeste	5 anos	21
Luiza, SE	Sudeste	2 anos	19
Iara, SE	Sudeste	11 anos	27
Duda, NE	Nordeste	4 anos	27

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos dados foi realizada a partir de análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2019). Para tanto, realizamos uma primeira etapa indutiva de familiarização e codificação das entrevistas. Em seguida, procedemos à criação de temas — orientadas pela interseccionalidade como ferramenta analítica — nas falas cujos códigos se remetiam às relações de trabalho no futebol de mulheres. Com base na revisão de literatura, revisamos os temas, identificando dois temas principais para esse estudo, nomeados como: i) a emergência dos empresários como símbolo da profissionalização, e ii) desigualdades regionais e econômicas nas relações de trabalho no futebol de mulheres.

2.1 A emergência dos empresários como símbolo da profissionalização

Pesquisas anteriores destacam como os vínculos entre atletas e clubes no futebol de mulheres era diverso e pouco formalizado (Almeida, 2019; Kessler, 2015; Souza Junior; Reis, 2023). O processo de profissionalização recente trouxe uma estrutura mais formalizada para os contratos no futebol de mulheres com predominância de contratos escritos, embora ainda sem carteira de trabalho assinada (Martins; Delarmelina; de Souza, 2023). A formalização dos contratos envolveu garantia de salários, mas por outro lado, impediu a livre circulação das atletas pelos clubes, estabelecendo cláusulas indenizatórias, assemelhando-se ao processo de modernização que os homens passaram, embora sem a garantia trabalhista prevista pela Lei Pelé.

Ainda que o mercado de transferências no futebol de mulheres seja incipiente emergiu, nesse processo, a figura dos empresários como agente central para a gestão de carreiras. Esta figura atua negociando contratos, transferências e patrocínios, conectando as jogadoras às oportunidades mais lucrativas, tanto nacional quanto internacionalmente. Todas as atletas destacam a importância atual do empresário, como símbolo do estabelecimento de um mercado mais moderno das pés-de-obra:

Você acha importante ter empresário no futebol feminino? G: Hoje sim. Por quê? G: eles que dão meio que visibilidade. Tipo, a gente faz o nosso trabalho em campo e eles que trabalham pra dar visibilidade pra colocar a gente, integrar a gente, falar da gente em outro lugar, em outro clube “essa atleta aqui é interessante” (Duda, NO).

Em relação aos vínculos trabalhistas, os empresários são os principais facilitadores do acesso das jogadoras a contratos que ofereçam condições minimamente justas e

favoráveis. A estrutura do futebol de mulheres, muitas vezes menos organizada e menos financiada do que a dos homens, coloca essas atletas em uma posição de vulnerabilidade, onde o apoio de um empresário é frequentemente a única forma de assegurar que elas tenham visibilidade e proteção no mercado.

Então, depois que eu comecei a assinar contrato, sabe, eu percebi que ia ter que brigar por salário e essas coisas. E aí, entendi o quê? Que a gente, tipo eu e meu pai, por exemplo, somos meio leigos nesse assunto, né? Se tiver qualquer coisa escrita no contrato que a gente não souber interpretar ou não souber como lidar, fica complicado. Então, eu acho que eu precisava de alguém pra intermediar, especialmente essa parte de contrato e de renovação, sabe? Também pensei muito nisso, com o futebol feminino crescendo. Pensei em patrocínio, por exemplo. Eu, como goleira, preciso de luvas, chuteiras, essas coisas. Precisava de alguém pra correr atrás disso pra mim e resolver essas coisas extracampo, sabe? Eu acho que é importante ter alguém porque eles têm uns contatos, né? A gente, infelizmente, não conhece muita gente (Fabi, SE).

Assim, essa percepção sobre o papel dos empresários permite vislumbrar que eles são a chave de acesso ao mercado de pés-de-obra moderno, que antes não existia. Por isso, é possível afirmar que a atuação dos mesmos provoca alterações principalmente nas oportunidades e circulação das atletas. Nesse sentido, é uma modernização que se difere daquela que ocorreu na Lei Pelé para os homens, uma vez que, naquele momento, as relações modernas permitiram a circulação que antes controlada unilateralmente pelo clube por meio do mecanismo servil do passe (Rodrigues, 2007). No caso do futebol de mulheres, a modernização foi o próprio estabelecimento de um mercado que até então não existia (Almeida, 2019; Kessler, 2015).

Esse papel, embora essencial para abrir portas e facilitar negociações, também implica uma influência considerável sobre as decisões das jogadoras. O que também fica evidente é que, de alguma forma, há uma relação de dependência das jogadoras em relação aos empresários. Essa dependência é permeada pelas relações de poder que repete situações como do futebol de homens, mas, apresenta suas particularidades de atravessamentos de gênero (Kelly; Chatziefstathiou, 2018). Nesse caso, para além de centralizar mais poder no empresário, quanto mais vulnerável a atleta está no mercado das pés-de-obra, ainda o domínio de poder interpessoal a coloca numa situação de menor agência de negociação, já que

está tentando barganhar em redes de poder masculinas (Collins; Bilge, 2020; Passero et al., 2020). As atletas veem como positiva a atuação do empresário, já que, além de modernizar as relações, ao se afastar do tradicional paternalismo patriarcal, ainda possibilita desviar desse balanço assimétrico de poder advindo das relações de gênero (Scott, 1995).

Eu acho importante, muito importante, não só pra dar um suporte caso a gente precise de alguma coisa na hora de negociar com os clubes, os dirigentes, os treinadores. Eles usam muito o lado emocional, às vezes jogam com a nossa identificação com o clube. Eu acho que é importante todo mundo ter alguém pra dar esse suporte. É diferente quando a gente negocia sozinha do que quando é uma pessoa profissional, que é paga pra isso e que tem esse contato, né? Com os clubes (Iara, SE).

Falo que se você hoje não tem um empresário os clubes montam muito em você. Porque o atleta é bobão assim. O feminino ainda não tem essa malícia de não eu não vou aceitar receber isso. Sim. E o empresário ele ajuda muito nessa parte. Hoje eu tenho empresário que cuida da minha carreira, que cuida do Carol apareceu isso e isso e isso eu acho que seria bom pra você ó acho que esse daqui não é bom pra você e a gente vai criando esse esses essa segurança essa confiança também (Vera, SE).

Para além das relações tradicionais patriarcais que vigoravam no futebol de mulheres, a ausência de uma cultura de negociação e de formalização de contratos, demonstra um domínio de poder estrutural que desfavorece que as atletas conheçam seus direitos para reivindicá-los (Collins; Bilge, 2020). Agrava essa percepção positiva dos empresários como intermediadores desses domínios de poder o fato de que há clubes que optam por negociar diretamente com as atletas:

Em outros clubes também preferem falar diretamente com o atleta. Mas tem aquela politicagem toda em questão de contrato, carteira assinada hoje em dia. Então o empresário vê tudo que a atleta às vezes deixa passar batido, então pra gente é bom. Nos clubes eu acho que eles preferem ainda conversar um pouco mais com as atletas do que com empresários (Rose, CO).

Negociar diretamente com as jogadoras, sem a intermediação de empresários, pode permitir que os clubes exerçam maior controle e evitem as responsabilidades associadas a contratos mais justos e benefícios adequados. Essa dinâmica evidencia a complexidade das relações de poder no futebol de mulheres e a importância de uma

regulamentação mais nítida e explícita, além de uma maior transparência nas negociações contratuais para proteger os direitos das atletas e garantir condições mais equitativas de trabalho (Parrish, 2007).

Precisa melhorar os empresários. Tem muito empresário pilantra ainda. Então os caras botam qualquer menina em qualquer tipo de quinhentos reais quer dez por cento das meninas. Entendeu? mas eu acho que é importante sim porque tem muita menina que não sabe de nada também e tem alguém pra mediar essa situação assim é eu acho que é importante (Marina, CO).

Porque eu também já tive um empresário que foi muito, muito mal comigo de querer só ganhar dinheiro nas minhas custas e isso daí a gente vai perdendo a confiança, né? (Vera, SE).

Podemos observar que a modernização das relações no futebol feminino, marcada pelo surgimento de empresários como agentes centrais, substituiu as antigas dinâmicas patriarcais por novas formas de dependência. Embora essa modernização tenha trazido avanços — como a formalização dos contratos e a criação de um mercado de trabalho mais estruturado —, ela também introduziu novas vulnerabilidades, com as jogadoras frequentemente dependentes desses empresários para acessar oportunidades e garantir condições mínimas de trabalho. A transição de uma dependência do clube para uma dependência do empresário evidencia que a modernização não elimina as assimetrias de poder, mas as reorganiza em novas formas. Por isso, é importante que o mercado seja regulamentado a fim de garantir que a modernização das relações de trabalho no futebol de mulheres não se limite à emergência de novos agentes, mas também promova uma proteção efetiva contra possíveis abusos contratuais, assegurando assim que as jogadoras possam negociar em condições mais justas e igualitárias.

2.2 Desigualdades regionais e econômicas e contratos mal formalizados: a precariedade em questão

O Brasil apresenta como característica (PNUD, 2010) regiões com níveis de desenvolvimento maiores, como Sul e Sudeste, e outras com índices de desenvolvimento menores, como é o caso das regiões Norte e Nordeste, sendo possível observar desigualdades sociais e econômicas ao longo de todo território nacional que podem representar níveis de desenvolvimento diferentes no futebol. Essas diferenças econômicas

podem ser refletidas nos investimentos regionais e estaduais para o esporte. Logo, é possível pensar também que as relações de trabalho são diferentes e variam de acordo com as regiões do Brasil quando falamos do futebol de mulheres.

A despeito da modernização das relações de trabalho e criação de um mercado das pés-de-obra, simbolizadas pela negociação de contratos intermediados por empresários, ainda é presente no futebol de mulheres maneiras bastante diversas de formalização dos contratos, incluindo práticas de não formalização. No futebol de mulheres, observa-se uma grande variação nas formas de contratação, que vão desde acordos verbais e contratos informais até a ausência completa de formalização legal.

É aquele negócio que eu te falo, algumas sim. Ganham muito bem. E outras não. Entendeu? Porque eu tenho amigas em clubes grandes. Tipo São Paulo, Santos, Corinthians. Palmeiras, entendeu? E tem muitos que ganham muito bem lá dentro. Principalmente esses quatro grandes de São Paulo (Antonia, S).

Notoriamente no país há uma predominância de clubes das regiões Sul e Sudeste nas principais competições nacionais e Sul-Americanas de futebol praticado por homens. Logo, esse processo não é somente prejudicial aos clubes, as jogadoras que estão em carreira nesses clubes também são impactadas, uma vez que observa-se um aumento da instabilidade das relações de trabalho na modalidade. No caso do futebol de mulheres brasileiro, é necessário destacar como os clubes atuam diretamente nas carreiras. Como principais empregadores, são eles que oferecem as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento profissional das atletas. A entrada dos “clubes de camisa” no futebol de mulheres trouxe mais visibilidade e recursos, mas também consolidou o controle dessas instituições sobre as carreiras das jogadoras e sob as circunstâncias nas quais desempenham seu trabalho.

Porque tipo não adianta, ainda hoje o futebol feminino depende muito do masculino, então tipo, se o futebol masculino não está dando resultado sempre se passa uma situação muito difícil, né? [...] É ruim pra gente, porque a gente depende muito deles [...] (Livia, SE).

Em primeiro lugar, podemos destacar a formalização via assinatura da carteira de trabalho, que varia não apenas de um clube para o outro mas como dentro do próprio clube:

Então, quando eu estava no CLUBE Z, eu tinha carteira assinada, mas como cheguei já no meio do ano, não compensava assinar a carteira, né? Porque no outro ano a gente nem sa-

bia o que ia ser do time e tal. Aí, em 2018, quando eu fui pro CLUBE X, entrou a FULANA, ela começou aos poucos a levar o time feminino pra dentro da CLUBE X mesmo. Antes, o time carregava o nome do CLUBE X, mas não tinha os benefícios do clube. Aí, ela foi levando o time pra dentro do clube e foi quando conseguiu as primeiras carteiras assinadas. Acho que foram oito na época, mas não lembro exatamente (Vera, SE).

Como observado, a resistência em assinar a carteira de trabalho não vem apenas do clube, mas também das próprias atletas que percebem um efeito negativo de ficar presa a um contrato que não lhes é interessante. Isso acomete sobretudo as atletas de equipes que não são projetos consolidados no futebol de mulheres, como a fala abaixo destaca:

A: E aí, no segundo ano, eles queriam assinar carteira e tal, mas eu não quis. E: Por quê?
A: Porque lá na CLUBE, a gente não ganhava tanto assim pra poder assinar carteira. E quando você assina a carteira, você fica presa ali, sabe? E no segundo ano, no CLUBE, eu já tinha me lesionado por várias coisas que aconteceram lá, que não foram legais, e eu já não queria mais ficar, sabe? Só que, como eu estava machucada, eu tinha que ficar. Não tinha jeito. Aí eles queriam fazer a renovação automática sem assinar contrato nenhum, esperando pra ver, quando eu tivesse alta. (Antonia, S)

Carteira assinada foi, eu fui tendo na no meu segundo terceiro ano. E daí começou a crescer o futebol realmente. Aí eles começaram a assinar a carteira. Entendi. E aí neste então neste primeiro momento era só o acordo mesmo ali, a palavra. Era só um acordo e bora jogar. Desce e sai. Se eu quiser sair qualquer momento poderia sair, não tinha contrato (Tereza, S).

Entre os contratos assinados sem carteira de trabalho também persiste uma diversidade de formas de vinculação, com contrato não profissional, de gaveta e até pagamento via pessoa jurídica:

Olha aconteceu um fato que, por conta do brasileiro, entrou o patrocínio do EMPRESA X e era pra eles assinar a carteira, né? Porque tem que dar prestação de contas. Aí eu não sei o que que aconteceu [...]. Depois deram pra trás. Aí mantiveram o contrato. E teve um ano, acho que foi ano passado, que todo mês a gente tinha que autenticar no cartório o recibo pra prestar conta pra eles. Então [...] acho que era uma carteira assinada, [...] Mas eles não pediram nem nada. Até então. Depois disso, também não falaram mais nada, tanto que, hoje, esse ano, eu estou recebendo através de uma conta PJ (Leandra, CO).

Ainda persistem também ocasiões de contratos não formalizados, que podem ser rompidos a qualquer momento, afetando particularmente as equipes que foram montadas às pressas para seguir a determinação da Conmebol

E: Hoje você tem contrato e carteira assinada no CLUBE 1? A: Carteira assinada, não. Na verdade, o CLUBE 1 é um projeto novo, né? Por mais que o CLUBE 2 esteja junto, o CLUBE 1 começou agora, né? Então, vou te falar, é um time que foi montado às pressas. Eu costumo dizer que a nossa treinadora também nunca mais vai montar um time que dê tão certo como esse deu agora. Acho que nenhum time vai ser mais montado em duas semanas e dar tão certo, sabe? Então, eles ainda não assinam carteira, sabe? E a gente também não tem um contrato formal firmado, entende? A gente recebe certinho, tem uma estrutura, mas é muito complicado também porque é uma instabilidade. Na hora que você assinou o contrato, acabou. É uma loucura, sabe? (Antonia, S).

Não, porque quando eu fui pro CLUBE, eu não fiz nenhum contrato. No começo, eu tinha dado minha palavra que jogaria a Copa do Brasil e, depois, se surgisse algo, talvez continuasse ou sairia. Aí, fiquei lá dois meses, dois meses e meio, recebi por esses dois meses, mas também não tinha contrato lá, entende? Mas fui paga direitinho pelos meses que fiquei, não teve problema, fizeram tudo certinho (Iara, SE).

Essa heterogeneidade nas formas de contrato tem efeitos nas relações de trabalho. A falta de contratos formais ou a presença de acordos informais deixam as jogadoras em uma posição de insegurança jurídica, sem garantias básicas de direitos trabalhistas, como proteção contra demissões arbitrárias, acesso a benefícios como seguro-desemprego, licença-maternidade e compensações por lesões. Além disso, a ausência de uma regulamentação clara e de padronização permite que clubes explorem as jogadoras, aproveitando-se da falta de conhecimento ou de recursos legais das atletas para impor condições de trabalho desfavoráveis.

Por outro lado, o crescimento do futebol feminino e a introdução de empresários no gerenciamento de carreiras indicam uma tentativa de profissionalização do esporte. No entanto, essa profissionalização ainda é desigual e fragmentada, dependente do acesso a representantes que possam mediar negociações e assegurar melhores condições contratuais. A presença de empresários se torna crucial para as jogadoras menos conhecidas ou recém-chegadas ao esporte, pois eles têm o conhecimento e os contatos necessários para abrir portas e negociar melhores condições de trabalho.

Cara, eu acho que hoje, pra acreditar no futebol feminino, que tá crescendo a cada dia, a maioria dos clubes prefere tratar só com o empresário. Eles não gostam mais de falar direto com a atleta. Preferem tratar direto com o empresário porque fica mais fácil, né? Tipo, o empresário tem duas, três atletas, o clube já sabe como ele trabalha, já sabe como funciona. Se o clube precisa de uma lateral esquerda, por exemplo, eles falam com o empresário, gostam da jogadora, acham que ela vai encaixar no time, e pronto, fecham a conversa com o empresário. Eu acho que tá nesse nível hoje. Os empresários têm um alcance muito maior, têm contato com todos os clubes. Eu, como atleta, não conseguia ter contato com todos os clubes do Brasil. Por isso, eu acho que, nesse momento em que o futebol feminino tá crescendo, o ideal é trabalhar com empresário. Até porque, nos anos anteriores, eu nunca tinha fechado com nenhum empresário porque eu não via necessidade. Mas acho que a partir deste ano, eu fechei com eles, né? (Maria, N).

Hoje em dia, muitos clubes procuram por empresários porque o empresário vai ter todo o currículo da atleta, com vídeos, tudo completo, né? Claro, se a jogadora é bem conhecida e bem-sucedida no futebol, ela arruma time fácil. Mas, se a pessoa é nova e ainda jogou pouco, o empresário abre portas pra você porque ele tá sempre procurando o melhor. Ele não para de divulgar, não para de te ajudar, entendeu? Então, com o empresário, você tem mais chance de abrir portas, porque ele vai atrás, vai em busca (Rose, CO).

Essa diversidade não só ilustra a falta de uniformidade nas práticas contratuais, mas também aponta para a vulnerabilidade e a instabilidade que caracterizam as condições de trabalho das jogadoras. A presença dos empresários serviria ainda para contribuir quando contratos ou direitos fossem rompidos:

Ah, cara, eu acho que é, né? Porque lidar diretamente com o clube é meio complicado. Quando dá algum problema, você tem que tirar da sua própria boca, sabe? É mais fácil quando tem alguém que cuida dessas coisas. E também, ter alguém pra te defender quando algo dá errado é importante, né? Antigamente, quando eu assinava contrato com o clube, não era nada profissional, era só na palavra. Mas agora, com os empresários, isso tá mudando. Eu nem sabia que isso estava ficando tão forte. Agora estou vendo várias assessorias e conversando com as meninas, elas estão falando sobre isso. É meio absurdo, né? Eu fico triste porque vejo a molecada da base masculina, com doze anos, ganhando cinquenta mil por mês, sem saber se o moleque vai se lesionar e nunca mais jogar. Isso é complicado, cara. Enquanto isso, no feminino, a gente ganha, sei lá, dois e quinhentos, três mil. É difícil (Kerzia, SE).

No entanto, essa dependência dos empresários também cria novas dinâmicas de poder, onde as jogadoras podem se ver subordinadas às decisões desses agentes, muitas vezes sem o conhecimento necessário para avaliar plenamente as implicações de suas escolhas contratuais. Assim, embora os empresários possam facilitar o acesso a melhores oportunidades, eles também podem reforçar a precariedade e a vulnerabilidade das jogadoras, que se tornam dependentes de intermediários para navegar um campo de trabalho complexo e frequentemente opaco. Como resultado, a presença de empresários por si não é acompanhada da garantia de direitos trabalhistas mínimos.

Eu passei por uma situação uma vez de de eles esquecerem de pagar e eu vou ficar até com vergonha de de ir lá cobrar esqueceram. Esqueceram de pagar e tipo todo mundo recebeu mais e tipo esqueceram de me pagar. Cara eu fiquei quase vinte dias. Tipo a gente sempre recebia no dia dez. Então eu fiquei quase vinte dias sem receber (Leandra, CO).

A rede de poder, é um dos fatores centrais na análise das desigualdades regionais e de gênero no futebol de mulheres, e sua compreensão é essencial para entender como as relações de trabalho das jogadoras são moldadas no contexto atual. Nesse sentido, é importante destacar que a rede de poder não é uniforme e que varia significativamente entre diferentes regiões. Especialmente fora dos grandes centros, as atletas enfrentam barreiras maiores para acessar melhores condições de trabalho quando dedicadas à carreira esportiva no futebol. Assim, faz sentido que elas busquem migrar para regiões onde há um maior desenvolvimento do futebol de mulheres e, aquelas que já estão nestes locais, busquem por melhores condições contratuais e empregatícias nos clubes. Jogadoras dessas áreas têm acesso facilitado a empresários e oportunidades de carreira, enquanto aquelas de outras regiões enfrentam desafios.

Essas dinâmicas mostram como o capital molda não só onde as jogadoras podem ter sucesso, mas também como suas trajetórias profissionais se desenvolvem. Em muitas regiões, as formas como as condições de trabalho são desenvolvidas podem afetar a capacidade das atletas em ver o futebol como um projeto de vida, bem como a falta de estabilidade e de oportunidades a longo prazo. Nesse sentido, a regulação desse sistema se mostra essencial, promovendo um sistema mais justo e equilibrado garantindo assim oportunidades para todas as jogadoras, independentemente de sua localização geográfica ou representação. O processo de regulamentação deve abordar a

centralização do poder nas mãos dos empresários visando assim garantir condições de trabalho justas para todas as jogadoras.

Considerações finais

Este artigo explorou a forma como as atletas perceberam a profissionalização recente do futebol de mulheres no país e seus efeitos sobre as relações de trabalho no futebol. Apesar de a profissionalização evidenciar a modernização das relações de trabalho no futebol de mulheres, ao formalizar contratos e um mercado de trabalho, foi marcada pela emergência dos empresários como agentes centrais, apresentando novas formas de dependência e vulnerabilidade. Deste modo, essa modernização reorganizou as assimetrias de poder e a precariedade no interior da profissão em novas formas de contrato, mediados agora pela figura dos empresários. Além disso, as desigualdades regionais e econômicas no Brasil acentuam a fragmentação e a falta de uniformidade nas práticas contratuais, contribuindo para a vulnerabilidade das atletas, especialmente aquelas fora dos grandes centros de desenvolvimento do futebol.

Nesse sentido, nossos resultados contrariam as expectativas normativas que tratam a profissionalização como intrinsecamente positiva ao futebol de mulheres. As percepções das jogadoras de futebol profissional no Brasil sobre a profissionalização do esporte revelam uma complexa interação entre expectativas e realidades nas relações de trabalho com os clubes. Um ponto central é a discrepância entre as promessas de profissionalização e a realidade enfrentada pelas jogadoras. Portanto, a regulamentação desse mercado é crucial para garantir que a modernização das relações de trabalho no futebol de mulheres vá além da simples introdução de novos agentes, como os empresários, e assegure a proteção efetiva das jogadoras contra abusos contratuais e a exploração. Além disso, a organização coletiva das atletas a fim de reivindicar pelo cumprimento de seus direitos trabalhistas e por acordos coletivos de trabalho poderia contribuir para mitigar a assimetria das relações de poder, diminuir a dependência dos empresários nas negociações e forjar práticas contratuais mais uniformes e justas. Futuras pesquisas poderiam ampliar o escopo investigativo, incluindo entrevistas e análises com representantes de clubes, empresários e federações, a fim de obter uma visão mais holística e multifacetada das relações de trabalho no futebol feminino.

Referências

ALMEIDA, Caroline Soares. *Do sonho ao possível: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras*. 2019. 254 f. Tese (Doutorado) - Programa de PósGraduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BANDEIRA, Gustavo Andrada; SEFFNER, Fernando. Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo. *Espaço Plural*, [s. l.], v. 14, n. 29, p. 246–270, 2013.

BARREIRA, Júlia; GALATTI, Larissa. *As organizações esportivas e o desenvolvimento internacional do futebol de mulheres: da proibição à obrigação*. Brasília/Fortaleza: Ministério do Esporte/ IFCE, 2023.

BOUDENS, E. *Relações de trabalho no futebol brasileiro: Lei do Passe, a tentativa de sua extinção (PL no 1.159/95) e a proposta de regulamentação do INDESP*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 589–597, 2019.

CHOO, Hae Yeon; FERREE, Myra Marx. Practicing Intersectionality in Sociological Research: A Critical Analysis of Inclusions, Interactions, and Institutions in the Study of Inequalities. *Sociological Theory*, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 129–149, 2010.

COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Simone. *Interseccionalidade*. tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CULVIN, Alex. *Football as work: the lived realities of professional women footballers in England*. MANAGING SPORT AND LEISURE, [s. l.], 2021.

CULVIN, A. et al. The price of success: Equal Pay and the US Women's National Soccer Team. *Soccer & Society*, [s. l.], v. 23, n. 8, p. 920–931, 2022.

CULVIN, Alex; BOWES, Ali. The Incompatibility of Motherhood and Professional Women's Football in England. *FRONTIERS IN SPORTS AND ACTIVE LIVING*, [s. l.], v. 3, 2021.

DAMO, Arlei S. *Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França*. [S. l.]: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

DUNNING, Eric. Sport as a male preserve: Notes on the social sources of masculine identity and its transformations. *Theory, Culture & Society*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 79–90, 1986.

EJEKWUMADU, Ikechukwu. *Social structure and the imagined mobility of youth football athletes in Dakar*. *European Journal for Sport and Society*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 19–37, 2023.

FIFPRO, World Players' Union. *Raising Our Game: 2020 Women's Football Report*. Hoofddorp: FIFPro, 2020. Disponível em: <https://fifpro.org/en/reports/raising-our-game>.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades*. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 143–151, 2005.

KELLY, Seamus; CHATZIEFSTATHIOU, Dikaia. 'Trust me I am a Football Agent'. *The discursive practices of the players' agents in (un)professional football*. *Sport in Society*, [s. l.], v. 21, n. 5, p. 800–814, 2018.

KESSLER, Claudia Samuel. *Mais que barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos*. 2015. Tese de Doutorado. PPG Antropologia social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MARTINS, Mariana Zuaneti. *A mercadoria do futebol*. Paulínia: Autoresporte, 2017.

MARTINS, Mariana Zuaneti; DELARMELINA, Gabriela Borel; DE SOUZA, Letícia Carvalho. *Profissionalize-se como uma garota?: efeitos das políticas de desenvolvimento do futebol de mulheres nas oportunidades da carreira esportiva no Brasil*. *FuLiA/UFMG [revista sobre Futebol, Linguagem, Artes e outros Esportes]*, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 59–81, 2023.

MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. "Dying with the union": conflicts and emergence of a football players' strike in Spain (2011). *Movimento*, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 471–482, 2018.

MESSNER, Michael A. *When bodies are weapons: Masculinity and violence in sport*. *International review for the sociology of sport*, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 203–220, 1990.

PARRISH, Richard. *Regulating players' agents: a global perspective*. *The International Sports Law Journal*, [s. l.], n. 1–2, p. 38–44, 2007.

PASSERO, Julia Gravena et al. *Futebol de mulheres liderado por homens: uma análise longitudinal dos cargos de comissão técnica e arbitragem*. *Movimento*, [s. l.], p. e26060–e26060, 2020.

PISANI, Mariane da Silva. "Sou feita de chuva, sol e barro": o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. Tese de Doutorado. PPG Antropologia social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do futebol*. [S. l.]: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2000.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos; LOPES, Felipe Tavares Paes; MARTINS, Mariana Zuaneti. Políticas públicas voltadas para atletas e torcedores de futebol: argumentos para dissidentes. *Motrivivência*, [s. l.], v. 26, n. 42, p. 115-130, 2014.

RIAL, Carmen. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. *Horizontes Antropológicos*, [s. l.], v. 14, p. 21-65, 2008.

RODERICK, Martin. A very precarious profession: Uncertainty in the working lives of professional footballers. *Work, employment and society*, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 245-265, 2006.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. *O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2006)*. [s. l.], 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, [s. l.], v. 20, n. 2, 1995.

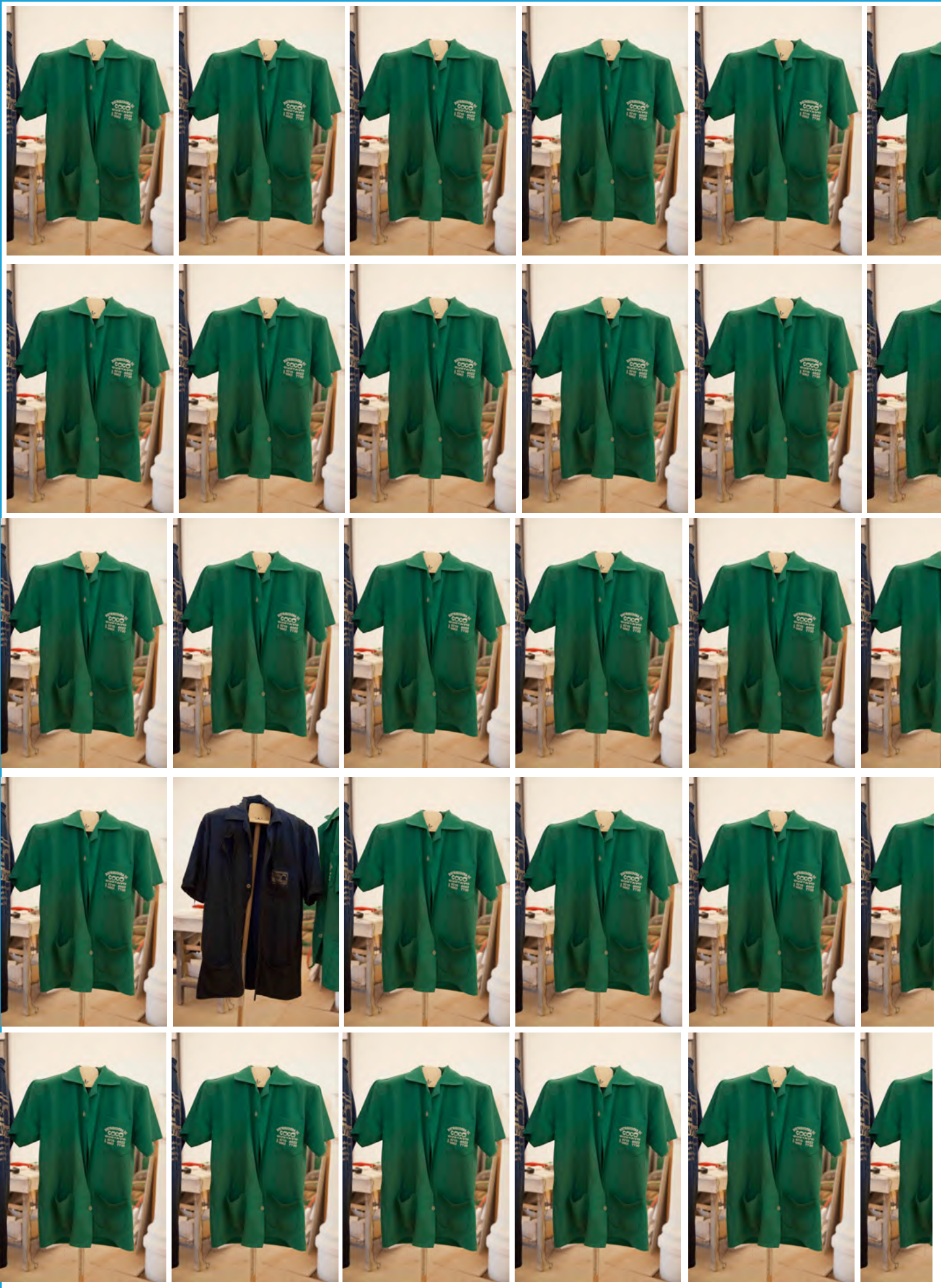
SLOANE, Peter J. The Labour Market in Professional Football*. *British Journal of Industrial Relations*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 181-199, 1969.

SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira; REIS, Heloisa Helena. *Futebol de mulheres: a batalha de todos os campos*. Paulínia: Autoresporte, 2023.

SZYMANSKI, Stefan. *Football economics and policy*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

WILLIAMS, J. An equality too far? Historical and contemporary perspectives of gender inequality in British and international football. *HISTORICAL SOCIAL RESEARCH-HISTORISCHE SOZIALFORSCHUNG*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 151-169, 2006.







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética.

O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19

na qualificação do programa jovem aprendiz da rede cidadã

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54282>

FERNANDA SANSÃO HALLACK*

ALEXANDRA CLEOPATRE TSALLIS**

RESUMO: Este estudo busca identificar as intercorrências e alternativas utilizadas na aplicação da Lei da Aprendizagem profissional ou Programa Jovem Aprendiz pela organização social Rede Cidadã ao longo da pandemia da covid-19 (que vigorou como emergência global de 2020 a 2023). Considerou-se, além da sua própria dramaticidade, que o período abarcado foi de severa turbulência política no Brasil e de ofensivas para o desmonte de conquistas sociais, que impactaram a política da Aprendizagem. Como metodologia, foi utilizado delineamento descritivo conforme a abordagem da Teoria Ator-Rede, abarcando imersão com aprendizes, educadoras sociais e no material pedagógico da instituição. Os achados demonstram a defesa pela sociedade da política pública, bem como problemas de adesão, alcance e pactuação entre os entes sociais nela envolvidos. Nesse cenário, concluiu-se que os desafios colocados pelo recrudescimento das perdas trabalhistas, das interações remotas e do crescente uso de tecnologias digitais configuram fator de atenção.

PALAVRAS-CHAVE: lei da aprendizagem; programa jovem aprendiz; pandemia; covid-19; rede cidadã.

The impacts of the covid-19 pandemic on the young apprentice program at rede cidadã

ABSTRACT: This study seeks to identify the complications and alternatives used in the application of the Professional Learning Law or Young Apprentice Program by the social organization Rede Cidadã throughout the covid-19 pandemic (which was in force as a global emergency from 2020 to 2023). It was considered that the period covered was one of severe political turmoil in Brazil and offensives to dismantle social achievements, which impacted the Learning policy. As a methodology, a descriptive approach was used according to the Actor-Network Theory conception, encompassing immersion with apprentices, social educators and the institution's pedagogical material. The findings demonstrate society's defense of public policy, as well as problems of adherence, scope and agreement between the social entities involved in it. In this scenario, it was concluded that the challenges posed by the increase in labor losses, remote interactions and the increasing use of digital technologies constitute a factor for attention.

KEYWORDS: learning law; young apprentice program; pandemic; covid-19; rede cidadã.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

Este trabalho buscou identificar as alternativas utilizadas e os desafios enfrentados por uma organização da sociedade civil (OSC), a Rede Cidadã, na aplicação da Lei da Aprendizagem durante o período de distanciamento social nos anos de 2021 e 2022 — e as intercorrências no seu programa de qualificação de jovens. Considerando que a crise sanitária global gerou efeitos sem precedentes e de forma imprevista, procurou-se aprofundar as novas formas de vinculação e de renovação dos atores sociais em rede.

Sua contribuição ocorre para o aprofundamento da conjuntura do pós-pandemia da covid-19 na seara das políticas para a empregabilidade e proteção dos jovens. Sua perspectiva inovadora situa-se na sua abordagem direta com as educadoras sociais da instituição pesquisada, assumindo um viés exploratório deste grupo profissional que não foi detectado na pesquisa bibliográfica secundária; e no fato de se tratar de uma equipe de pesquisadores externa à própria OSC em questão, o que também constitui um certo ineditismo na tradição de investigação sobre estas instituições no Brasil (Moreira, 2014).

A disseminação de um novo coronavírus, o SARS-Cov-2, que causa a covid-19, adquiriu caráter de pandemia no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Calil, 2021). Três anos depois, no dia 05 de maio de 2023, após mais de 700 mil mortos registrados no Brasil, quase 7 milhões de óbitos em todo o mundo e 13,3 bilhões de doses de vacinas aplicadas, a OMS anunciou o fim da emergência global da covid-19 (“OMS declara o fim da emergência global de Covid”, 2023). Porém, o Sars-Cov-2 ainda se mantém em disseminação global e acomete fatalmente uma pessoa a cada três minutos em todo o mundo (“Covid: por que o fim da emergência global não significa o fim da pandemia”, 2023).

A conjuntura pandêmica foi enfrentada no Brasil sem pactuação de políticas públicas para atendimento pleno à recomendação da OMS do isolamento social como prevenção básica, pelo governo vigente à época, sob a liderança de Jair Bolsonaro (2018-2022). Embora a vacinação em massa da população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de 2021, tenha atenuado a circulação e as consequências da disse-

minação viral, seus efeitos e danos ainda se fazem sentir na educação, no emprego, na saúde física e emocional da população, impactando mais os grupos vulneráveis. De um modo geral, no campo laboral, a crise sanitária afetou principalmente os trabalhadores com menor proteção social e baixa escolaridade (Papp; Gerbelli; Midlej, 2021).

Lamentavelmente, o governo vigente à época, além de obstaculizar os meios de dirimir os danos, ainda por cima os agudizou ao proceder, ao longo de sua gestão, ao desmonte progressivo de direitos sociais conquistados, como foi o caso da Lei da Aprendizagem 10.097/2000 ou Programa Jovem Aprendiz (PJA) (Brasil, 2000) — de ação conjugada do Estado e da sociedade para proteção e inclusão de jovens no mercado de trabalho corporativo —, objeto desta pesquisa, acerca do qual foram publicadas, no Diário Oficial, uma medida provisória (MP 1.116) (Brasil, 2022), e um decreto presidencial, o Decreto 11.061 (Brasil, 2022), no dia 05 de maio de 2022.

Os instrumentos jurídicos interpostos, sob a roupagem de priorizar os jovens em situação de vulnerabilidade e diminuir os ônus do empresariado, teriam potencial de reduzir em até 50% a cota de aprendizagem profissional, conforme Sakamoto (2022), e não passaram despercebidos, sendo imediatamente rechaçadas pelos entes da administração pública e das organizações civis organizadas, culminando em desdobramentos legislativos que suspenderam os efeitos da MP 1.116 e do Decreto 11.061 — este substituído pelo Decreto 11.479 em 6 de abril de 2023 (Brasil, 2023). Não obstante, as medidas geraram desgaste político e insegurança jurídica durante o intervalo em que vigoraram. Somando-se às duas normas, transcorreu também a Lei nº 14.442 (Brasil, 2022), que estendeu a modalidade de teletrabalho para os aprendizes — o que descaracteriza a proposta da vivência da Aprendizagem na realidade concreta do cotidiano de trabalho.

As implicações causadas pela pandemia no Brasil sinalizaram justamente a necessidade de se repensar e fortalecer as políticas públicas como uma das atribuições fundamentais dos estados democráticos de direito (Barros; Matias, 2021). Contudo, suas implementações vêm ficando cada vez mais complexas com a globalização e a concentração cada vez maior na iniciativa privada (Nunes; Fernandez, 2016), em detrimento dos governos (Peroni, 2016), como é o caso das grandes corporações e das *big techs* (empresas dominantes na indústria de tecnologia da informação), que atualmente chegam a exercer hoje centralidade produtiva, econômica e ideológica, manejando a opinião pública conforme seus interesses (Lippold; Faustino 2022).

Se por um lado as tecnologias digitais promovem a simultaneidade, a multiplicidade e a pluralidade para a conexão interplanetária em rede de forma jamais vista, ampliando o acesso ao conhecimento, de acordo com Mosé (2018) — em direção oposta ao modelo piramidal de transmissão do saber (antes de posse da escola, da família, da Igreja e da ciência) (Gadotti, 1993) — elas, por outro lado, abalaram os alicerces das legitimações do conhecimento e da verdade, ameaçando verdadeiramente as pactuações sociais e as democracias.

Oportuniza-se, dessa maneira, a sofisticação dos sistemas discursivos de controle e a expansão de vendas ao mercado consumidor, gerando novas práticas de cerceamento dos corpos, que impelem à mercantilização e à objetificação das relações (Mosé, 2018). Para Lippold e Faustino (2022, p. 63-64), essa dinâmica propulsiona uma “acumulação primitiva digital”, tornando-se cada vez mais complexo acompanhar a trama labiríntica e hermética das movimentações geopolíticas das *big techs* e das grandes corporações no tabuleiro internacional do “colonialismo digital racializado” e da mineração — tanto de dados algorítmicos como de minérios para fabricação de equipamentos de tecnologia de ponta.

A pandemia da covid-19 interviu nesse cenário consagrando a face redentora das tecnologias digitais em meio às restrições, privações e apuros da imposição de confinamento, simultaneamente ampliando e evidenciando o abismo da desigualdade de acesso digital — e de direitos sociais —, ratificando o privilégio do homem branco colonizador, conforme Lippold e Faustino sustentam (2022). A partir da conjunção da desregulamentação estatal e centralidade corporativa do poder global, as atuações democráticas operam hoje numa lógica fluida em prol da solução de problemas e da racionalização de recursos. Iniciativas inovadoras na gestão pública (como é o caso do PJA, em parceria com organizações da sociedade civil), exigem maior flexibilidade dos mecanismos gerenciais e a incorporação de novos atores (Bolliger, 2014), e teriam potencialmente uma capilaridade “muitas vezes não alcançada pela atuação estatal”, conforme Moreira (2014, p. 60). Contudo, sua dinâmica acarreta novos problemas, como o esvaziamento de coletivos de luta por direitos materializados em políticas públicas, conforme Peroni (2016).

A Rede Cidadã é uma OSC brasileira, qualificada como entidade de assistência social, constituída em 22 de outubro de 2002, com atuação nacional e sede em Belo

Horizonte, que desenvolve programas voltados à empregabilidade e geração de renda, dentre as quais se integram programas de inserção de jovens, seniores, pessoas com deficiência e outros. Ocupando a 77^{fa} posição entre as 200 melhores ONGs do mundo e o 3^{fo} lugar no Brasil de acordo com o prêmio *thedotgood* 2022, é também a 5^{fa} colocada no ranking *Great Place to Work* das melhores organizações do terceiro setor para se trabalhar, conforme informações contidas em seu site (“Crescemos...”, 2022). Com o *slogan* “Vida e trabalho um só valor”, a instituição investe em práticas integrativas de cuidado e expansão da consciência de seus usuários, colaboradores e parceiros como estratégia para sua maior efetividade. Desse modo, ela busca capacitar para a inteligência afetiva, a conquista da autonomia e da cidadania (Alves *et al.*, 2021).

De acordo com apurações empíricas ao longo de um ano com grupos experimentais e de controle, a organização constatou maior tempo de permanência no emprego dos primeiros em relação ao segundo (Alves *et al.*, 2021). Visando aprofundar seus resultados e produzir novos indicadores de impacto, assim como propulsionar renovações no campo assistencial brasileiro, a organização investe na interlocução com os demais atores sociais, como é o caso de sua cooperação com a universidade para esta pesquisa acadêmica.

Para o presente estudo, a coleta de dados abordou o universo das aulas *on-line* semanais com aprendizes; de grupos de debates, também remotos, com as educadoras sociais; e do material pedagógico de ensino à distância (EAD) da instituição complementarmente. Os quatro encontros com as educadoras abrangeram os eixos temáticos: como é ser educadora social; críticas e sugestões ao PJA; as influências da pandemia nas práticas da Aprendizagem. Foi utilizada, como metodologia, pesquisa qualitativa de delineamento descritivo, com pesquisa de campo orientada teórico-metodologicamente pela Teoria Ator-Rede (TAR).

A TAR emergiu do campo de estudo da ciência, tecnologia e sociedade na década de 1980. Sua proposta consiste em dirigir as mesmas questões aos atores humanos e não humanos, visando estabelecer as agências e vínculos das redes sociotécnicas (Ferreira *et al.*, 2010; Latour, 2019; Tsallis *et al.*, no prelo) da seguinte forma: entendendo os grupos como formações e associações momentâneas num modo de aglutinar em rede; acatando as incertezas e controvérsias; escrevendo relatos de risco; prestando atenção às questões de interesse que se precipitam em momentos de acidentes, rupturas, ino-

vações, controvérsias e afins (Latour, 2012), como foi o caso da pandemia da covid-19.

Como política de nomeações (Tsallis *et al.* 2020), optou-se pela nomeação “aprendiz” (ou “usuário”) por esta relacionar-se à condição provisória de vinculação a um programa de política pública; e “educadora”, no feminino, visibilizando a maioria de mulheres exercendo o ofício na instituição, cujo grupo é composto por cerca de metade de mulheres negras e metade brancas, com idade por volta de 30 anos, e cuja qualificação requisitada para o cargo é o terceiro grau completo.

Este trabalho de pesquisa faz parte do Programa de Mestrado Acadêmico para Inovação (MAI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — transversal ao Programa de Pós-graduação em Controladoria e Gestão Pública (PPGCC) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ele incorpora a parceria público-privada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Rede Cidadã por meio do edital CNPq (Nff 12/2020), de 15/05/2020, para cooperação em pesquisa. Agrega-se a essa cooperação o Laboratório afETAR, unidade de desenvolvimento tecnológico da UERJ, vinculado ao Instituto de Psicologia da UERJ, tendo esta pesquisa contado com a colaboração de três bolsistas de iniciação tecnológica em psicologia desta universidade.

Referencial teórico

As Nações Unidas (2023) definem a juventude na faixa que abrange pessoas entre 15 e 24 anos de idade, salientando que “juventude é uma categoria fluida e mutável”. Em âmbito nacional, conforme o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), a categoria da juventude abarca o intervalo amplo entre 15 e 29 anos. Para os chamados adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos incompletos, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990), o chamado Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), torna-se soberano. O trabalho realizado por crianças ou adolescentes menores de 16 anos de idade é considerado trabalho infantil, salvo se o jovem maior de 14 anos estiver inserido na Lei da Aprendizagem 10.097 (Brasil, 2000), que regulamenta o PJA, contemplando políticas de empregabilidade e proteção para o trabalho de jovens entre 14 e 24 anos.

A necessidade de trabalhar é o principal motivo dos jovens para largar a escola. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20,2% da faixa

populacional entre 15 a 29 anos não cursou ou abandonou o ensino médio, sendo sua maior parte (58,3%) preta ou parda (Tokarnia, 2020). O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, dá conta de que 46.507 crianças e adolescentes sofreram danos relacionados ao trabalho (entre 2007 e 2019), dentre estes, 279 fatais (Martins, 2020).

De acordo com Nunes e Fernandez (2016), o restringimento das oportunidades afetou e precarizou profundamente a inserção de jovens no mercado de trabalho a partir da década de 70 (Nunes; Fernandez, 2016). Segundo relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), mais da metade da faixa de jovens entre 15 e 29 anos insere-se no mercado por meio do emprego informal, o que se deve também a fatores como as alterações na legislação trabalhista entre 2017 e 2018, sob a Lei nº 13.467 (Brasil, 2017), que criaram o contrato de trabalho intermitente e flexibilizaram de forma relevante as relações laborais.

A aceleração do desemprego e da precarização do trabalho nessa faixa da população é agravada hoje pela severa contração econômica ocasionada pela pandemia da covid-19, iniciada no ano de 2020, conforme aponta o relatório do IPEA (2020), ocasionando ainda maior precarização do trabalho entre os jovens, redução do salário dos jovens empregados e uma “maior retenção dos jovens no estado de desemprego” (IPEA, 2020, p.35). Em 2021, a taxa de desocupação de jovens até 17 anos aumentou em 7 pontos percentuais, passando de 39% para 46% (Brandão, 2022).

A chamada *uberização* (Abílio, 2020), por meio do trabalho informal e sob demanda, viabilizado pelas tecnologias dos aplicativos, especialmente de serviços de entregas, é a nova face da inserção precária de jovens no mercado de trabalho. Dessa forma, vem ocorrendo uma “juvenilização” da profissão dos entregadores” (Abílio, 2020, p. 581, grifo da autora) e, dentro dessa segmentação, ocorrem outras segmentações e interseções a partir das quais “evidencia-se que, quanto mais socialmente desprotegida e mais mal remunerada, mais juvenil e negra é a ocupação de entregador” (Abílio, 2020, p. 581).

O recorte estatístico da chamada juventude nem nem (que nem trabalha nem estuda) é frequentemente alarmado nos veículos midiáticos de forma generalizante, o que invisibiliza os inúmeros direitos que são negados aos jovens pobres recorrentemente, reproduzindo e reificando estereótipos sobre o jovem pobre como problema social e ameaça à sociedade “cuja imagem como ociosos/as pode servir para perpetuar práticas

de controle e extermínio (Silva Júnior; Mayorga, 2022, p. 660); bem como responsabilizando-o individualmente para mudar sua situação.

Constata-se, portanto, que o Estado brasileiro não vem cumprindo sua obrigação constitucional de prover qualidade de vida, saúde, ensino e segurança, em amplo espectro, ao jovem brasileiro, conforme determina o Artigo 227 da Constituição (Brasil, 1988). O círculo vicioso que perpetua o entrecruzamento de opressões e desigualdades no Brasil atinge ou vitimiza letalmente, sobretudo, jovens negros com baixa escolaridade (Cerqueira; Coelho, 2017), a despeito de políticas sociais direcionadas como a Lei da Aprendizagem, objeto desta pesquisa.

A referida lei, regulamentada no ano 2000, determina que 5% a 15% dos quadros funcionais das empresas, com sete funcionários ou mais, cujas funções demandem formação profissional, sejam destinados a trabalhadores aprendizes a fim de prover-lhes experiência, qualificação e sua adesão à escola (exigindo-se que o jovem esteja matriculado e frequentando a escola ou tenha concluído o ensino médio para inserção no programa). Os incentivos fiscais previstos incluem, por exemplo, percentual reduzido de 2% de depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As garantias trabalhistas do jovem aprendiz contemplam carga horária de trabalho reduzida; remuneração mínima pelo valor da hora do salário mínimo; proteção do trabalho em ambientes perigosos ou insalubres, dentre outras.

Quanto à efetividade desta política social, verifica-se uma perspectiva de crescimento a partir de 2005, que atingiu seu pico de 404.207 aprendizes em 2014, praticamente firmando seu patamar próximo ou acima de 400 mil usuários anuais — com exceção do ano mais agudo da pandemia (2020), que provocou notadamente uma queda acentuada (Tau, 2017; Ribeiro, 2021; Brandão, 2022). Comércio e serviços estão entre os setores que mais empregam aprendizes no Brasil, com cerca de 70% das contratações (Tau, 2017). Detecta-se, de qualquer modo, que 50% das vagas para aprendizes no Brasil não são preenchidas (Brandão, 2022), muitas empresas optando por pagar multas a cumprir as cotas (Nobre, 2022) — ou fazendo-o somente por força da Lei, sem se engajar em seu propósito (Juraszek; Gumbowsky, 2020).

Assim, muitos empregadores não reconhecem como seu papel empreender esforços em prol de um programa de qualificação profissional de jovens, reservando as vagas de trabalho monótono e repetitivo para os aprendizes (Costa; Paiva, 2021). Falta informação e conscientização à sociedade. Além disso, entidades como a Federação do

Setor de Comércio, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FECOMERCIO-SP) criticam o excesso de burocracia para contratar e a falta de flexibilidade para demitir o aprendiz como entraves ao cumprimento da cota (Tau, 2017).

As chamadas entidades formadoras ou qualificadoras, habilitadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como é o caso da Rede Cidadã, objeto de estudo deste trabalho, atuam como mediadoras entre os entes: Estado (política pública), escola, empresa, aprendiz e seus responsáveis/familiares. Essas instituições incumbem-se do recrutamento, qualificação, acompanhamento e proteção do contrato de trabalho dos aprendizes com as empresas, e da frequência escolar destes. Caso possuam a qualidade de assistência social, como a Rede Cidadã, elas têm que garantir que 60% das suas admissões no Programa de Aprendizagem sejam enquadradas no perfil de seu público alvo.

Assim, a prerrogativa de cotas não está prevista especificamente na Lei da Aprendizagem, mas sim na natureza de prestação serviços das qualificadoras, o que pode ocasionar dificuldade de acesso a vagas pelos candidatos menos favorecidos nos processos seletivos (Fraga; Silva, 2016; Costa; Paiva, 2021) — pois estes incorrem em mais dificuldades de acesso à escola e gravidez precoce, conforme o IBGE (2021) —, evadindo com mais frequência do Programa por “envolvimento com drogas, faltas excessivas, dificuldades escolares, gravidez, problemas familiares” (Fraga e Silva; 2016, p. 6) e “falta de interesse, foco nos estudos, gravidez precoce, má conduta etc.” (Fraga e Silva; 2016, p. 7). Constando também como fatores de vulnerabilidade para evasão do Programa os poucos ganhos financeiros, dificuldade de transporte e de compatibilização de horários, mudança de área de trabalho, insatisfação, pressões no trabalho e problemas familiares, nesta ordem, conforme apuração de Freitas e Oliveira (2012).

De qualquer modo, é notória a acepção dos artigos pesquisados de que o PJA é voltado para o suprimento financeiro e de formação dos jovens pobres como forma de acesso à garantia de direitos. Em muitos casos, ele entra como determinante numa fase importante de formação da identidade “como um meio que dispõem para manter sua dignidade” (Fraga; Silva, 2016, p. 3). Para essa fatia de jovens, portanto, o trabalho nessa fase da vida é comumente visto como dignificante por excelência (Amazarray et al., 2009) e uma solução, por ser aliviador da pobreza, disciplinador e emancipador — corroborando para a estigmatização desses jovens como mais propensos aos comportamentos antissociais, segundo Freitas e Oliveira (2012).

Da seleção de oito artigos especificamente sobre o PJA aprofundados para este estudo, conclui-se, em sua maior parte, que o PJA produz ganhos positivos essencialmente relacionados a mudanças comportamentais, como amadurecimento e responsabilização, contribuindo para o aumento da empregabilidade (Fraga; Silva, 2016; Villar; Mourão, 2018). A tentativa, por parte dos aprendizes, de aderir aos considerados bons comportamentos no ambiente corporativo ocorre para evitar a demissão e garantir a empregabilidade futura (Pessoa, *et al.*, 2014; Aquino, 2018).

Contudo, suas expectativas de que os cursos do PJA os capacitasse mais para os desafios e necessidades técnicas concretas do seu dia a dia de trabalho costumam ser frustradas (Villar; Mourão, 2018; Pessoa; Alberto, 2015; Pessoa *et al.*, 2014; Freitas; Oliveira, 2012; Amazarray *et al.*, 2009). De fato, não obstante os pontos positivos de políticas de inclusão, a insuficiência da formação profissional e a reprodução de condições desfavoráveis de acesso “repele os/as jovens a partir dos preconceitos contra o/a jovem preto/a, pobre, periférico/a” (Silva Júnior; Mayorga, 2022, p. 657).

2.1 A interação (não) dialógica digital

O ambiente educativo já vinha se tornando fluido após o incremento da educação à distância nos últimos anos Frigotto (2021), mas se tornou estritamente remoto, síncrono e/ou assíncrono, durante o período da pandemia, o que impôs uma mudança perene na noção de tempo e espaço escolar, mesmo com o fim da crise sanitária. Na ocasião do retorno às atividades presenciais no início de 2022 pelas instituições de educação, incluindo as qualificadoras do PJA, algumas atividades permaneceram remotas ou híbridas, boa parte se mantendo nessas modalidades.

Acompanhando-se as práticas educativas de jovens aprendizes da Rede Cidadã durante os anos de 2021 e 2022 e os grupos de debates com as educadoras, foi detectado que, antes da crise sanitária deflagrada em 2020, não havia plataforma de ensino e as aulas e capacitações eram estritamente presenciais. No início do distanciamento social, a comunicação com os aprendizes foi mantida, de forma provisória emergencial, por meio da plataforma de mensagens do *Whatsapp*, tendo sido essa modalidade incorporada ao cotidiano. As mensagens dos aprendizes “chovem como chuva”, a qualquer hora do dia, segundo as educadoras. A implantação da plataforma de EAD de forma

célere durante o período de confinamento arregimentou um esforço concentrado dos coordenadores pedagógicos.

O formato estritamente presencial anterior à pandemia permitia uma interação mais próxima entre educadoras e aprendizes, conforme relato das próprias: “o corpo pedagógico é muito diferente no virtual e no presencial” e “parece que vai ter distanciamento, e tem mesmo, mas que ainda assim tem uma ligação”. Por isso, visando estreitar a relação, elas disseram buscar que os eventos remotos sejam também calorosos — a despeito de todas as dificuldades e restrições da comunicação pela via virtual. Bem como foi observada maior fluidez e participação dos aprendizes nos debates das aulas com bate-papos descontraídos e despretensiosos, que não pretendiam aludir a teorizações e sistematizações.

Porém, conforme dito pelas educadoras, a comunicação remota não comporta o olhar que o trato presencial comporta, no qual “tem outras coisas envolvidas”, como a expressividade. “No *on-line* (os aprendizes) podem escolher se fechar”. Assim, mesmo com os pedidos recorrentes das educadoras para que os aprendizes abrissem suas câmeras, a maior parte deles preferia mantê-las fechadas e recorrer aos *chats* ou, no máximo, abrir os microfones para falar. De fato, na interação remota, constata-se atraso na transmissão sonora, não há possibilidade de trocas frontais simultâneas e negociações dialógicas, há falhas na transmissão, exposição da privacidade doméstica e outras intempéries. Nesse sentido, o *chat* demonstrou atender de forma instantânea e mais segura ao impulso de falar, podendo dar vazão à descontração e à possibilidade de expressão das emoções por meio das figurinhas dos *emojis* (que travam canais para a cumplicidade afetiva).

Assim, a falta de entrosamento em tempo real e mesmo a prerrogativa de não visualizar os rostos dos interlocutores e de visualizar o seu próprio, dentre outros fatores, modificam totalmente a dinâmica da conversação, do encadeamento das falas e da criação de reciprocidade, o que pode afetar a forma como se estabelecem e se mantêm as fronteiras de contato e se integralizam as percepções das partes (pessoas) e do todo (grupal) (Salomão; Frazão; Fukumitsu, 2014). Desse modo, a possibilidade de engajamento num diálogo profundo e transformador pode ser amplamente impactada e modificada. Acerca disso, as educadoras relataram que as responsabilizações no presencial e no virtual são diferentes: “no presencial há maior responsabilidade de mostrar para o outro o que se sabe”. Assim, o modo remoto requer maior provocação e

estimulação por parte delas para acessar os aprendizes, ou seja, na relação presencial é possível convocar mais o educando, seu saber, sua potência e autonomia.

Verificamos, portanto, que não há recursos digitais que substituam precisamente as capacidades perceptivas e dialógicas humanas nos dispositivos de comunicação digital em grupo. De qualquer forma, as câmeras ligadas, ainda que incipientes para estabelecer a mutualidade, parecem fazer diferença e trazer a noção da atenção, da presença e da escuta para quem ministra uma aula: “Esta geração não gosta de falar, não atende às ligações. Faça contato comigo, gente!” apelou uma educadora. “Bom dia, vamos abrir as câmeras, acostumar a abrir as câmeras. Adaptar ao novo mundo, não tem volta” alertou uma outra.

2.2 A Internet: suporte de mensagem e informação

Conforme afirma Serres (2021) no livro “A Polegarzinha”, para a nova geração o conhecimento e o saber têm como suporte as mensagens e a informação que trafegam na internet. Navegando na rede, prescinde-se dos intercâmbios corporais expressivos que mediatizam a comunicação humana, o que faz uma certa condição de anonimato ser imperante na internet. A sensação de proteção por estar “atrás” das telas, sob anonimato ou não, parece encorajar as pessoas a falar absurdos, impropérios, acusar e ofender o próximo. “Fico muito chateada com este século que a gente está vivendo”, diz uma aprendiz numa videoconferência sobre ética nas redes sociais. Ao que outra aprendiz emenda: “A internet parece uma terra sem lei, mas tem sempre alguém de olho”. “É preciso haver mais compaixão e respeito”, completou outra.

Temas como estes, que concernem os aprendizes diretamente, como as redes, o consumo, os celulares ou as questões raciais, geram engajamento nos debates. Especialmente os celulares. A dependência destes para viver é declarada por eles. Por meio desses venerados aparelhos, que vêm se tornando parte do nosso corpo, é possível acesso imediato a pessoas, grupos e lugares. Volta e meia os assuntos que abarcam as tecnologias voltam-se para as funcionalidades e marcas de celulares, que são verdadeiros fetiche.

Contudo, mesmo com o mundo na palma das mãos e correndo diante dos olhos por meio dos textos, áudios, vídeos e imagens, foi dito por um aprendiz, numa vide-

oconferência sobre educação e tecnologia, que a educação “não dá para ser só pela internet porque na internet tudo (o saber) vem muito pronto, com definições fáceis e acessos rápidos”. Segundo ele, “os livros são necessários também, tudo na internet veio dos livros na verdade”. A propósito, uma aprendiz mencionou sua dificuldade de discernir o que pode ser bom ou ruim na web. Nesse intrincamento, as séries televisivas parecem ter adquirido caráter de fonte informativa confiável. Ao acertar uma questão num jogo de perguntas e respostas, uma aprendiz comentou: “Eu tinha visto essa informação numa série. Séries nunca mentem”.

Sobre usar tecnologia em excesso, um aprendiz disse não haver problema “eu mesmo uso muito, o importante é ter prazer na interação” e deu o exemplo do *Whatsapp*: “ele já foi demonizado e hoje todos usam”. De fato, ficamos cada vez mais conectados voluntariamente (por meio de telas cada vez menores). Nas redes, controla-se e vigia-se o outro e a si próprio, a começar pela disponibilidade ininterrupta de acesso no âmbito virtual — o que pode levar à compulsão, à ansiedade, à exaustão e ao que se chama *burnout* (quando esta disponibilidade fica vinculada ao trabalho em tempo integral, especialmente através do teletrabalho), segundo Deivison e Lippold (2022).

Acerca disso, as educadoras relataram que, após a pandemia e a implantação do sistema EAD, sentiram-se obrigadas a trabalhar com tecnologia como nunca haviam imaginado ter que fazê-lo e “trazer a tecnologia para além do trabalho”, acrescentando que agora há uma espécie de fusão entre o que o humano e a máquina fazem. Aprofundando, uma das educadoras disse que “a pandemia nos ‘faz-fazer’ o futuro”, ao passo que uma outra polemizou: “Somos substituíveis, mas nos tornamos cada vez mais passíveis de sermos substituídos por máquinas”. Não por acaso, as educadoras passaram a ser chamadas, na Rede Cidadã, de monitoras, além de educadoras, a partir da pandemia.

Incontestavelmente, cada vez mais, as tecnologias e as redes sociais hibridizam-se nos espaços e tempos privados, ocupando-os de forma ubíqua. A submissão às máquinas deflagra a submissão ao trabalho, e vice-versa, o trabalho submete-se a elas. Cada vez mais contíguas: vida, trabalho e tecnologia. Segundo autores como Crary (2016), o sono seria o último lugar que está sendo colonizado pela produção capitalista, com as telas já estando conectadas à nossa carne, na concepção de Deivison e Lippold (2022, p. 63-64), numa “ciborguização cada vez mais profunda da nossa experiência e senso de realidade”.

Porém, o acesso às tecnologias é desigual, por isso uma aprendiz disse que a educação será cada vez mais desigual, e dependerá cada vez mais do próprio aluno. Ao que outro aprendiz acrescentou: “Acho que vamos estudar totalmente em casa”. Sobre o ensino à distância, um aprendiz disse que tentou fazer o curso técnico de química de forma totalmente remota e que foi “tétrico, que é difícil levar adiante conteúdo maçante por EAD”. Ao que um colega seu concluiu: “O mais importante para a educação é a interação”. De fato, os aprendizes demonstraram que a interação é o elo mais importante no processo educativo. Tanto a interação com as pessoas que os apoiam e ensinam sobre o trabalho dentro das empresas quanto sua interação com as educadoras no âmbito escolar/universitário ou da entidade qualificadora.

Portanto, como visto, constata-se que a educação na era digital propicia potencialmente o enfraquecimento da relação educadores e educandos, recorre a modelos padronizados, impulsiona o fetichismo da tecnologia e, por isso, escamoteia os conflitos sociais e arrefece os coletivos de lutas por direitos, segundo Frigotto (2021), concebendo muitas vezes os educandos como depositários de conteúdos e técnicas — conforme a concepção de educação bancária do filósofo e educador Paulo Freire (Freire, 1996), referência constante no Brasil e no mundo no que compete à educação popular, às organizações e movimentos sociais.

2.3 A Pandemia: impermanências e permanências

Perguntadas sobre os impactos da pandemia em seu trabalho, as educadoras mencionaram: “Medo, desespero, não sabiam como ia ser, sensação de que ia ser demitida, quem ia sair”; “Aprendemos juntos a nos virar: as empresas, os meninos, a Rede Cidadã, nós (educadoras), a palavra que mais gritou foi medo”; “Ninguém sabia nada, sobre como deveria ser”; “Quem tinha chateação de ficar na linha de frente da videoconferência acabou se adaptando”; “Foi incrível quanto cada um deu de si, tenho orgulho de como a Rede e todos se transformaram, são todos vencedores”; “Essa foi a grande mudança da Rede Cidadã: crescimento em vários aspectos, nada se compara”; “A Rede passou a ser uma só, com todos falando a mesma língua. Passou a ser, ainda mais, uma só”.

Na vigência da pesquisa, as profissionais que já tinham retornado parcialmente às aulas presenciais perceberam os aprendizes carentes, com uma “agressividade sensí-

vel” na relação com o próximo — seja na exacerbação da polarização política entre pares em sala de aula, seja na expectativa de que a Rede fornecesse os caminhos para que eles se mantivessem empregados (devido ao recrudescimento da crise econômica na pandemia). Seria como se eles dissessem “preciso de mais coisa pra ficar no trabalho” (para não serem demitidos), conforme elas relataram.

As educadoras ainda mencionaram que as pessoas perderam o tato após a pandemia, e que “ainda estão reaprendendo a lidar umas com as outras”. Por exemplo, perdendo o controle muito facilmente. “O que a gente viveu foi uma situação de guerra, ninguém saiu bem disso tudo. Alguns resolveram se cuidar, outros não; alguns não têm nem acesso a isso, percebo uma falta de tato geral”. Por isso, segundo elas, faz parte da metodologia da Rede Cidadã humanizar os espaços de aprendizagem, inclusive o virtual, concluindo: “Esse é mais um dos diferenciais da Rede: pensar no olhar humano, ainda que remotamente”.

2.4 O Pja sob a perspectiva das educadoras

As educadoras consideram a política social do PJA uma “porta para o mercado de trabalho” que, caso não existisse, “teríamos muitos jovens fora”, principalmente aqueles em vulnerabilidade social por não terem uma “base de educação”. Mencionou-se que o Programa é também uma estratégia para combater a exploração sexual porque “uma coisa é entender o trabalho de carteira assinada; outra é (o entendimento) que se tem no interior (do país) de que (se) é mais uma boca para comer”.

Também ocorreram críticas acerca do conteúdo proposto pela Lei, que “vem do Ministério do Trabalho”, argumentando que este poderia ser “um pouquinho mais maduro”. Uma das educadoras sugeriu reservar-se a oportunidade do PJA somente para jovens em situação de vulnerabilidade porque “o jovem de classe A tem uma família que consegue colocá-lo no mercado de trabalho”, indicando a importância de reserva de vagas como política de ação afirmativa para a diminuição da desigualdade social brasileira (Santos *et al.*, 2023). Por fim, as educadoras ressaltaram que o Programa poderia ser mais amplamente divulgado, e que seu principal alvo, as escolas públicas, não o conhece em sua maioria.

Ainda no âmbito da política pública, foi relatado que as instituições qualificadoras ficam permanentemente num entrecruzamento delicado porque, conforme uma educadora, “o jovem chega querendo trabalhar e não conhece o programa de Aprendizagem”, ou seja, muitas vezes ele ingressa sem se dar conta que terá que cursar um itinerário de formação, resistindo a aderi-lo. Por isso, elas dizem que é preciso a todo tempo enfatizar com o aprendiz que a formação também faz parte do “mundo do trabalho”, num trabalho constante de convencimento. Mesma coisa as empresas, algumas cumprem a cota como um fardo e expectam que a entidade qualificadora selecione aprendizes bem preparados ou que os prepare tecnicamente para o trabalho, isentando-se de sua responsabilidade na composição de forças desta política pública em prol da empregabilidade jovem da nossa sociedade.

Acerca disso, foi dito: “Nós, educadoras, não podemos abraçar o mundo. As empresas jogam a responsabilidade na instituição, mas é um trabalho em conjunto. Não se pode esperar por um jovem moldado”. Ao que outra educadora acrescenta que “política de emprego é política de Estado, o nosso desafio é fazer o Estado cumprir seu papel, pois o programa depende de muitos atores: empresas, política de incentivos, fiscalização”. Segundo elas, o PJA tem fraca sustentação e articulação política, por isso a sociedade deve exigir pelo seu cumprimento integral, para que este não vire um “programa de instituição” e para que as empresas deem retorno para a sociedade.

Portanto, as entidades qualificadoras, e mais diretamente as educadoras, por serem um elo, não só com os aprendizes, mas também com as empresas e a administração pública da Aprendizagem, encontram-se numa posição conflitual e estratégica, permeada por muitos impasses e desafios. Contudo, paralelas às posturas de desengajamento de parte dos aprendizes, há muitos casos de usuários, bem como de empresas, que mostram-se cômicos e gratos pela experiência da Aprendizagem. A mesma coisa as educadoras, que qualificaram seu ofício como “desafiador” e ao mesmo tempo “gratificante”, sentindo-se privilegiadas e “uma referência para o jovem chegar e dividir algo”. Sobre o que as move, elas disseram: “a paixão é o que move educador social no país e aqui na Rede também”; “amor, dor de vez em quando, amorosidade, nosso próprio aprendizado”; “não é só amor, tem vários sentimentos regendo o dia, a gente faz parte do processo”.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou investigar os efeitos da pandemia no programa de aprendizagem de uma instituição qualificadora do Programa Jovem Aprendiz, a Rede Cidadã, organização da sociedade civil e entidade de assistência social, no contexto da severidade de uma pandemia que, no Brasil, transcorreu sob a ingerência de um momento político de severa turbulência sob um governo federal desarrazoado, que lançou ofensivas em todos os campos humanitários e de conquistas sociais, incluindo a Lei da Aprendizagem.

Conforme visto no período de imersão na organização ao longo de 2021 e 2022, o PJA foi impactado não só pela pandemia — como algo extraordinário e contínuo. Houve também a publicação da MP 1.116 e do Decreto 11.061 no ano de 2022, com ameaça de desmonte de todo o arcabouço e regulamentação infralegal da Lei da Aprendizagem, gerando a mobilização dos entes da sociedade civil organizada e da administração pública para que se mantivesse e se fortalecesse a política em questão. Adicionalmente, a Lei nº 14.442 regulamentou o trabalho remoto para aprendizes, descaracterizando a vivência concreta destes no cotidiano do ambiente de trabalho.

Como efeitos da crise sanitária, de modo geral os apontamentos demonstram a manifestação de novos modos perceptuais e interacionais entre aprendizes e educadoras, e os esforços da organização para transpor os desafios e restrições da comunicação remota — como a tentativa de manter encontros virtuais calorosos com os usuários, de formular materiais pedagógicos de EAD diferenciados e de manutenção de canais abertos de contato entre aprendizes e educadoras sociais por meio do aplicativo *WhatsApp*. Assim, o distanciamento no modelo de aulas remotas foi sentido, mas a manutenção do vínculo foi, de certa forma, conciliável.

Com efeito, foi possível verificar que o percurso formativo nas organizações formadoras, como a Rede Cidadã, oportuniza um encontro raro de itinerário formativo entre jovens e educadoras fora do âmbito escolar e universitário, desdobrando-se em práticas de cuidado entre os envolvidos. Na complexidade de uma política pública para a inserção de aprendizes no mercado de trabalho, num país em desenvolvimento e com problemas sistêmicos como o Brasil, a Rede traçou sua estratégia de ação respaldada no desenvolvimento de habilidades interpessoais por meio de técnicas integrativas de saúde para a conquista da autonomia, da empregabilidade e da cidadania.

Todavia, verificou-se também que a posição de entroncamento da entidade qualificadora entre os diversos atores da política da Aprendizagem faz desaguar nas barreiras e impasses entre o alcance a que o Programa se pretende e o risco de seu restringimento a um “programa de instituição”, conforme dito por uma educadora, o que desvela a participação e a pactuação insuficientes para o seu contrato na sociedade. Esse entrave torna digno de nota que os casos de aprendizes que não se engajam ou obstaculizam por algum motivo seu processo no PJA — seja no itinerário formativo da qualificadora, seja no seu próprio emprego —, possam ser alvo de expiação dos percalços e dos fracassos do Programa pelas demais partes, servindo ao discurso do jovem “não moldado”, do jovem desadaptado, do jovem rebelde, e assim sucessivamente, como problema. Bem como servindo às formulações contemporâneas de que os sujeitos devem ser autossuficientes, inovadores e “empreendedores de si”, nos jargões em voga.

Assim, se por um lado a iniciativa do PJA pode ser produtora para a empregabilidade e a carreira de uma parcela de jovens, por outro, ela compatibiliza com as concepções individualistas e competitivas que podem arrefecer os impulsos para agregação em coletivos de luta por direitos, conforme estamos verificando a partir das perdas de direitos trabalhistas e das *uberizações* das profissões e ofícios, e do recrudescimento do trabalho e da educação remota. Esse movimento desagregador robustece e favorece o anestesiamiento, a introjeção e o consentimento das diversas formas de violência simbólicas e concretas no tecido social.

No âmbito de um programa social e política de Estado, com questões de adesão e vértices legais e políticos vulneráveis a interferências de governos, como mostrou-se o PJA, no qual a intermediação relacional com as educadoras mostrou-se vital — pelo menos no contexto da proposta terapêutico-pedagógica da instituição pesquisada —, torna-se digno de atenção um possível afrouxamento de laços interacionais a partir da intensificação progressiva da conexão remota entre educadoras e educandos que a pandemia potencializou. Bem como as dificuldades de ingresso e acesso de aprendizes com restrições ou impossibilidade de conexão, o que avoluma a desigualdade social.

Num país em desenvolvimento de dimensões continentais como o Brasil — com assimetrias no crescimento, na industrialização e na adesão do empresariado e da

classe política aos programas sociais —, a aplicação e a abrangência de uma política como a Lei da Aprendizagem tende a ser restringida e oscilar em seu alcance. Ressaltamos, de qualquer forma, seu potencial para se pensar a área interdisciplinar integradora de esforços de governos, atores políticos, técnicos e sociais com vistas a mudanças, efetivação de direitos e atendimento às necessidades sociais.

Desse modo, movimentos como o desta pesquisa, prevista pela cooperação da OSC Rede Cidadã com a universidade, demonstra a intenção desta organização social de divulgar as suas práticas, levantando conflitos e contradições, para gerar o debate interorganizacional sobre o empreendimento assistencial no Brasil. É preciso atentar-nos aos problemas que o dispositivo do PJA busca abarcar, à sua formação de agenda com a sociedade e ao acompanhamento de seus resultados, de forma a haver de fato a construção de um legado para a população — superando os entendimentos simplistas por parte do empresariado de imposição do cumprimento de cotas; de benevolência ou concessão do Estado a um público vulnerável; do PJA restringir-se à ação de “filantropia” por parte entidades qualificadoras, dentre outros, e fomentando o processo participativo na política brasileira de diferentes e renovadas formas.

Como sugestão para trabalhos futuros, destacamos possibilidades de novos recortes e aprofundamentos: nas articulações dos entes concernentes ao PJA (entidades qualificadoras, movimentos sociais organizados, Ministério Público, conselhos tutelares, fiscalização do trabalho e outros fóruns); na pormenorização sobre o conteúdo pedagógico programático do PJA; nos formatos de programas de aprendizagens para jovens de outros países; na apreciação sobre a atuação e resultados da fiscalização do trabalho no âmbito do PJA; no acompanhando das normativas e desdobramentos legais desta política pública, dentre outros — na perspectiva de municimar, aprofundar e difundir o debate sobre a inserção e qualificação de jovens no Brasil.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho*. *Novos estud. CEBRAP*, v. 39, n. 3, p. 579-597, set.-dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000030008>. Acesso em: 02 jan. 2023.

ALVES, Fernando Almeida et al., 20 years of “Rede Cidadã”: education involving mind, body and emotions in the work for social inclusion. *International Journal of Human Sciences Research*, [s. l.], v. 1, n. 5, p. 2–8, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/artigo-revista/20-years-of-rede-cidada-education-involving-mind-body-and-emotions-in-the-work-for-social-inclusion>. Acesso em: 14 abr. 2024.

AMAZARRAY, Mayte Raya. et al. *Aprendiz versus Trabalhador: Adolescentes em Processo de Aprendizagem*. *Psic.: Teor. e Pesq. Brasília*, vol. 25, n. 3, p. 329-338, jul.-set. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300006>. Acesso em 28 dez 2022.

BARROS, Josemir Almeida; MATIAS, Juliana Cândido. *Discursos de um presidente: políticas públicas e educação em tempos de pandemia*. *Linhas Críticas*, v. 27, p. 1-23, 2021. doi.org/10.26512/lc.v27.2021.35310. Acesso em: 28 maio 2023.

BOLLIGER, Sergio. *Inovação depois da Nova Gestão Pública*. In: AGUNE, Roberto et al. *Dá pra fazer: Gestão do conhecimento e inovação em governo*. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014.

BRANDÃO, Francisco. *Deputados criticam MP e prometem entregar relatório do Estatuto do Aprendiz em junho*. *Câmara dos Deputados*, 10 maio 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/873751-deputados-criticam-mp-e-prometem-entregar-relatorio-do-estatuto-do-aprendiz-em-junho/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho (1943)*. Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 19 jul 2022. Citações e notas de rodapé.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 dez. 2022. Citações e notas de rodapé.

BRASIL. Decreto 11.061, de 4 de maio de 2022. *Planalto.gov*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11061.htm. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.479, de 6 de abril de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11479.htm#art3. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. Estatuto da Juventude. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Planalto.gov. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. Lei n. 14.442, de 2 de setembro de 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14442.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. Manual da Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014.

BRASIL. Medida Provisória 1.116, de 4 de maio de 2022. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.116-de-4-de-maio-de-2022-3975718>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CALIL, Gilberto Grassi. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan.-abr. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.236>. Acesso em 22 maio 2023.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. *Democracia Racial e Homicídios de jovens negros na cidade partida. Texto para discussão*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7383>. Acesso em: 01 jan. 2023.

COSTA, Silas Dias Mendes; PAIVA, Kely César Martins de. *Juventude e Trabalho: Um estudo bibliométrico com pesquisas brasileiras sobre jovens aprendizes*. *Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, jun. 2021. Disponível em: <http://old.unihorizontes.br/fnh/hig/index.php/Hig/article/view/110>. Acesso em 30 dez 2022.

COVID: por que o fim da emergência global não significa o fim da pandemia. G1, 05 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/05/05/covid-por-que-o-fim-da-emergencia-global-nao-significa-o-fim-da-pandemia.ghtml>. Acesso em: 21 set 2023.

CRARY, Jonathan. 24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu, 2016.

CRESCEMOS no ranking thedotgood (ex-NGO Advisor). Rede Cidadã, 31 mai. 2022. Rede Cidadã, 2022. Disponível em: <http://www.redecidada.org.br/crescemos-no-ranking-thedotgood-ex-ngo-advisor/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal et al. (org.). Teoria Ator-Rede e Psicologia. Rio de Janeiro, Nau, 2010.

FRAGA, Marcelo Loyola; SILVA, Bárbara Evelyn Pinto da. Programa Jovem Aprendiz: um Estudo da Aplicação da Lei 10.097/00 como Política Pública na Formação Profissional de Jovens na Região da Grande Vitória-ES. VII Encontro de Administração Pública e Governança. [Trabalhos apresentados]. São Paulo, 20 a 22 nov. 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; OLIVEIRA, Lygia Maria Portugal de. Juventude e Educação Profissionalizante: Dimensões Psicossociais do Programa Jovem Aprendiz. Psicologia em Pesquisa, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 111-120, jul. a dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.5327/Z1982-12472012000200004>. Acesso em 30 dez. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.13, n.1, p.636-652, abr. 2021. Nota de entrevista. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.44442>. Acesso em: 30 dez. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e maior Flexibilização. Brasília. 2020. 37 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 05 fev. 2022. Relatório técnico.

JURASZEK, Lucia; GUMBOWSKY, Argos. Jovem Aprendiz no Cenário das Políticas Públicas de Emprego. Desenvolvimento em Questão, v. 16, n. 45, out.- dez. 2018.

JUVENTUDE NO BRASIL. Unesco, 2022. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/youth-brasil>. Acesso em: 29 dez. 2022.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LIPPOLD, Walter; FAUSTINO, Deivison. *Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados*. *Germinal: Marxismo e educação em Debate*, v. 14, n. 2, p. 56–78, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MARLI, Mônica. *No Brasil, cerca de 11 milhões de jovens não estudam e nem trabalham*. Agência IBGE, 29 out. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MARTINS, Renata. *Trabalho infantil causou 46,5 mil acidentes e 279 mortes em 12 anos*. Agência Brasil, 06 out. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2020-10/trabalho-infantil-causou-465-mil-acidentes-e-279-mortes-em-12-anos>. Acesso em 27 ago. 2024.

MOREIRA, Mariana de Castro. *O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou? Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia*. Orientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro. 2014. 209 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). EICOS/UFRJ: Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Versão eletrônica.

MOSÉ, Viviane. *Nietzsche hoje: sobre os desafios da vida contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2018.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, 2023. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>), <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 15 set 2023 .

NOBRE, Noéli. *Deputados podem votar ainda neste mês o Estatuto do Aprendiz*. Câmara dos Deputados, 10 nov. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/918917-deputados-podem-votar-ainda-neste-mes-o-estatuto-do-aprendiz/#:~:text=Ter%C3%A3o%20prioridade%20os%20adolescentes%20de,profissional%20correspondente%20%C3%A0%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20escolhida>. Acesso em: 30 set. 2023

NUNES, Maisa Bruna de Almeida; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. *Estado, sociedade e políticas de*

trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. *Rev. katálysis*, v. 19, n. 1, p. 64-72, jan.-jun. 2016. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100007>. Acesso em: 29 05 2023.

OMS declara o fim da emergência global de Covid. G1, 05 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/05/oms-declara-o-fim-da-emergencia-global-de-covid.ghhtml>. Acesso em: 05 out. 2023.

PAPP, Anna Carolina; GERBELLI, Luiz Guilherme Gerbelli; MIDDLEJ, Aline. Em um ano de pandemia, 377 brasileiros perderam o emprego por hora. G1, 24 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/24/em-um-ano-de-pandemia-377-brasileiros-perderam-o-emprego-por-hora.ghhtml>. Acesso em: 07 set 2023

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado na educação básica: a democratização da educação? *Movimento*. v.3, n. 5, 2016.

PESSOA, Manuella Castelo Branco. et al. Formação profissional de jovens: a que se destina? *Estudos de Psicologia*, v. 19, n. 1, p. 22-30, jan./mar. 2014.

PESSOA, Manuella Castelo Branco; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Formação profissional: as vivências dos jovens em um programa de aprendizagem. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 6, n. 1, p. 02-20, jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000100002. Acesso em: 01 jan. 2022.

RIBEIRO, Mariana. Pandemia liquida 57 mil vagas de aprendiz em 2020. *Valor Econômico*, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/01/27/pandemia-liquida-57-mil-vagas-de-aprendiz-em-2020.ghhtml>. Acesso em: 09 set 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. MP é indulto para empresa que ignora cota de jovem aprendiz, acusam fiscais. *Uol Notícias*, 06 maio 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/06/mp-e-indulto-para-empresario-que-descumpre-jovem-aprendiz-acusam-fiscais.htm>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SALOMÃO, Sandra; FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. *Fronteiras de Contato*. In: FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima (org.). *Gestalt-terapia: Conceitos Fundamentais*. São Paulo: Summus, 2014.

SANTOS, Loise Lorena et al. COM-POR-UERJ: voo de Sankofa e as Ações Afirmativas. In: SILVA, Catia

Antonia da et al. (org.). *Memórias das ações afirmativas e das políticas de assistência estudantis: contribuições sobre contextos, processos e ações na UERJ*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

SILVA JUNIOR, Paulo Roberto da; MAYORGA, Claudia. *Jovem Nem Nem: Questionamentos a partir de Pesquisas sobre Juventude e Experiências de Jovens Pobres*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 645-665, 2022. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68641>. Acesso em: 05 out. 2023.

TAU, Felipe. *Lei do Aprendiz: Como anda a política considerada uma das maiores armas contra o trabalho infantil do Brasil*. *Criança Livre do Trabalho Infantil*, 12 jun. 2017. Disponível em: <http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/lei-do-aprendiz-como-anda-politica-considerada-uma-das-maiores-armas-contr-o-trabalho-infantil-no-brasil/>. Acesso em: 21 set 2023.

TOKARNIA, Mariana. *Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020*. Agência Brasil, 29 abril 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>. Acesso em: 03 out. 2023

TSALLIS, Alexandra Cleopatre et al. *Do anonimato à política de nomes: pesquisas de campo com teoria ator-rede*. *Psicol. Conoc. Soc.* v. 10, n. 1, p. 180-198, maio-out. 2020. Epub. <https://doi.org/10.26864/pcs.v10.n1.9>. Acesso em: 30 ago. 2024

TSALLIS, Alexandra Cleopatre et al. (org.). *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro: Telha. No prelo.

VILLAR, Maria da Conceição Oliveira; MOURÃO; Luciana. *Avaliação do Programa Jovem Aprendiz a partir de um Estudo Quase-Experimental*. *Trends Psychol.*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 1999-2014, dez. 2018.



Jonathas de Andrade, Museu do Homem do Nordeste – Museu de Arte do Rio (MAR) – Rio de Janeiro – Brasil – 2014
Photos: Eduardo Ortega







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



INDIVIDUALIZACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE LAS DESIGUALDADES EN LAS EXPERIENCIAS DE TRABAJO

ANDREA PUJOL*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54141>

RESUMO: En este artículo se comparten hallazgos sobre los modos en que la mediación tecnológica y los procesos de individualización que conlleva impactan en las experiencias de trabajo y son solidarios de los procesos de precarización y construcción de desigualdades que marcan nuestra época. A partir de la revisión de estudios realizados en actividades tradicionales como la docencia universitaria y en ocupaciones emergentes como el trabajo de reparto mediado por plataformas, se identifican los factores objetivos y subjetivos que configuran la precariedad y se reconstruyen los sentidos asociados a la producción y construcción de desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: trabajo; subjetividad; precariedad; individualización; desigualdades.

Individualization and construction of inequalities in work experiences

ABSTRACT: This article shares findings on the ways in which technological mediation and the processes of individualization that it entails impact work experiences and are in solidarity with the processes of precarization and construction of inequalities that mark our times. Based on the review of studies carried out in traditional activities such as university teaching and in emerging occupations such as delivery work mediated by platforms, the objective and subjective factors that configure precariousness are identified and the meanings associated with the production and construction of inequalities are reconstructed.

KEYWORDS: work; subjectivity; precariousness; individualization; inequalities.

* Universidade Nacional de Córdoba

Introducción

Desde hace algunas décadas, el desarrollo tecnológico transversaliza buena parte de las iniciativas de investigación en todos los ámbitos de la vida social, como objeto de estudio y como mediación en el análisis de otras transformaciones de la sociedad y la cultura.

En el caso de los estudios del trabajo el factor tecnológico es considerado un motor de las transformaciones organizativas, de la reconfiguración de las actividades de trabajo y de las experiencias de trabajar — singulares y colectivas — que inciden en la producción de la subjetividad. El futuro del trabajo es incierto y analizar sus mutaciones sin distancia histórica, resulta complejo. De lo que surgen tendencias optimistas — o incluso romantizadas — de las innovaciones y miradas críticas que enfatizan en sus efectos deletéreos. Sin embargo, desde el punto de vista del desarrollo tecnológico, es posible conjeturar que temas como la precariedad y la productividad son claves privilegiadas de acceso al conocimiento de la conformación de los nuevos entornos de trabajo.

Por ello, los estudios que realizamos tienen su anclaje en las tensiones entre trabajo y subjetividad y proponen estudiar las prácticas sociales de trabajo bajo las formas que adquieren las actividades y las experiencias de los sujetos y colectivos que las protagonizan, inferir el papel que juegan las innovaciones, analizar sus efectos e identificar configuraciones subjetivas emergentes.

Este artículo¹ plantea que una de las principales consecuencias de la mediación tecnológica en las experiencias de trabajo, remite a la individualización, al papel que ésta ocupa en la organización del trabajo y particularmente en los procesos de precarización subjetiva. La sensación de trabajar en soledad, de estar solo frente a los cambios y/o las exigencias del trabajo, se instala a través de la degradación de las dinámicas colectivas, particularmente aquellas que nutren la producción de saberes compartidos y el trabajo de organización entre trabajadores. Cuando las instancias colectivas se empobrecen, se dificulta la construcción de espacios dialógicos en los que se reflexiona sobre las prácticas y se producen acuerdos, al decir de Schwartz renormalizaciones (Schwartz y Durrive, 2009) en las que se pierde perspectiva en la percepción de las desigualdades y se exacerba la experiencia de las injusticias.

¹ This article was elaborated in the context of INCASI Network, a European project that has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under the Marie Skłodowska-Curie GA No 691004 and coordinated by Dr. Pedro López-Roldán. This article reflects only the author's view and the Agency is not responsible for any use that may be made of the information it contains.

A los fines de evidenciar estos procesos, luego de presentar las articulaciones teóricas entre mediación tecnológica y organización del trabajo, se busca explicar cómo la individualización interviene en distintas dimensiones de las prácticas de trabajo y deja su huella en las experiencias de los trabajadores, modelando la experiencia de las desigualdades.

Para la reconstrucción de estas claves analíticas en contexto y en las modalidades específicas en que se expresan en diferentes actividades, se revisan los hallazgos de dos estudios: el primero, realizado en una actividad tradicional como la docencia universitaria y el otro en una de las ocupaciones emergentes del desarrollo tecnológico como el trabajo de reparto mediado por plataformas. La reconstrucción situada de estos casos permite identificar los factores objetivos y subjetivos que configuran la precariedad y reconstruir los sentidos asociados a la construcción de desigualdades a través de experiencias de individualización del trabajo.

Organización del trabajo contemporáneo y experiencias de trabajo precarizantes

“...la organización científica del trabajo...ignora los debates de normas o el uso que los trabajadores hacen de ellos mismos. Este es un ejemplo extremo. Pero, ¡cuántas formas hay de gobernar las actividades humanas que ignoran o subestiman el hecho de que ningún ser humano puede vivir sin hacer constantemente “uso de sí”! Y, por lo tanto, ninguna ciencia puede modelar sus acciones de arriba para abajo. Yves Schwartz²

² Schwartz, Y; Trabalho e uso de nossa faculdade de conceituar, Laboreal [Online], Vol.19 Nff12 | 2023, puesto en línea el 19 diciembre 2023, consultado el 18 junho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/laboreal/21496>; DOI: <https://doi.org/10.4000/laboreal.21496>

La exploración de las configuraciones subjetivas que emergen de la precariedad exige reconstruir las mutaciones del trabajo clásico e interrogar sus consecuencias, considerando además la emergencia de nuevas formas de actividad (híbridas, deslocalizadas, mediatizadas, etc.) y nuevos oficios. La actividad de trabajo analizada desde la perspectiva de sus protagonistas evidencia el carácter estructurante de la organización del trabajo, pero también del trabajo de organización que realizan los actores, como un aspecto central de la movilización subjetiva orientada a la transformación de los entornos de trabajo.

Hace más de veinte años, Castel (2010) propuso la hipótesis de que el riesgo de la precariedad era el más evidente a partir del desplazamiento del trabajo clásico, porque

la degradación de la situación de empleo tiene consecuencias en todos los registros de la existencia social y personal de los individuos —y porque se ha convertido en el principal factor contemporáneo de la desigualdad, acentuando además las desigualdades entre las diferentes categorías socioprofesionales (Castel, 2010; p. 217). El autor señaló además que la sociedad salarial caracterizada por una jerarquía de los empleos entre los cuales existían fuertes desigualdades, también evidenciaba una continuidad de los derechos del trabajo y de la protección social gracias a la cual se podía construir una solidaridad en la diferencia (Castel, 2010; p. 135).

En nuestra región, la tradición de los estudios muestra que el escenario actual es el resultado de un proceso continuo de transformaciones del trabajo típico industrial, la emergencia de formas atípicas y la expansión del trabajo de servicios (de la Garza, 2011). Articuladas a estos fenómenos se producen nuevas categorizaciones del trabajo — trabajo estético, trabajo cognitivo, trabajo emocional — que abren un espectro plural de líneas de exploración de la contemporaneidad: se trata de nuevas configuraciones del trabajo que son a la vez matrices, desde las que se construye también las nuevas relaciones laborales, un nuevo sujeto laboral.

En el trabajo clásico las transformaciones productivas se han estabilizado progresivamente, pero otras mutaciones asociadas a la emergencia de nuevas tecnologías y a su incorporación en los procesos de trabajo se han intensificado y acelerado (Pujol, 2022). Se trata del paso de una etapa de informatización y automatización de los procesos de trabajo a una fase caracterizada por la expansión de la inteligencia artificial, la digitalización y proliferación de interconexiones entre dispositivos y del uso de algoritmos para procesar grandes cantidades de datos (*big data*), todo en un ritmo vertiginoso que se representa en un tiempo que se comprime y vuelve todo “instantáneo” (Gómez, 2018).

En la economía intensiva en conocimiento, el despliegue de las actividades es cada vez menos dependiente de las redes de relaciones que suponen los colectivos de trabajo y se sujeta más a las lógicas de intercambio que imponen las plataformas (Pujol, 2022). Tanto en las actividades típicas como en las nuevas ocupaciones, se observa intensificación de la carga física, cognitiva y emocional, simultáneamente, la individualización de las relaciones laborales propicia el debilitamiento del lazo social que tradicionalmente daba soporte y regulación a las variaciones en la carga de trabajo.

Estas innovaciones modelan la organización del trabajo mediando en los procesos

o produciendo hibridación. En primer lugar, se observa un cambio profundo en los contenidos del trabajo. La mercantilización — digitalizada — de actividades voluntarias y la emergencia de nuevas ocupaciones (influencers, productores de software libre, divulgadores de la ciencia, youtubers, repartidores mediante plataformas, etc.) es un emergente de estos procesos. En este sentido, el trabajo contemporáneo libera capacidades de producción individual inéditas y abre a la disponibilidad de un repertorio más variado de actividades de trabajo (Gómez, 2018). Además, como consecuencia de la mediación de la tecnología, el trabajo se deslocaliza y se solapan actividades profesionales y domésticas. En algún sentido, la hibridación evoca formas de trabajo preindustriales que se despliegan en un mundo de dispositivos interconectados, lo que permite a más personas ganar autonomía y vender servicios por su cuenta y en simultáneo también se expanden las plataformas en las que otra buena parte de la población realiza micro actividades puntuales pagadas a destajo y sin protección.

Los cambios sustantivos en la organización técnica, social y sexual del trabajo implicados en este proceso inciden en la precarización de las condiciones de vida y en la producción de las subjetividades y de la cultura. Para muchas personas, el trabajo constituye hoy una experiencia precarizante, principalmente cuando la organización de las actividades productivas se caracteriza por un proceso de degradación de ciertos atributos del trabajo o de las condiciones en que se desarrolla. Algunos atributos que permitían antes dar sentido al propio quehacer, ahora proveen incertidumbre y confusión, es decir, exigen a buena parte de los sujetos transitar experiencias de trabajo precarizantes. Estas experiencias cumplen un papel central en la producción de la subjetividad, toda vez que el trabajo constituye — sigue constituyendo — un componente articulador de las temporalidades sociales y de los otros dominios de la vida.

De alguna manera, atravesar experiencias precarizantes de trabajo puede constituir una prueba, en el sentido en que Martucelli (2015) propone el concepto, como un desafío producido por la sociedad y la cultura que los individuos están obligados a enfrentar más allá de su posición social, en el marco de un proceso de individuación que es estructural y que está situado históricamente. Las pruebas entonces varían en las distintas épocas y articulan procesos sociales y experiencias personales, ya que la percepción de la prueba a escala del individuo permite evidenciar un fenómeno colectivo (Martucelli, 2015).

Desde nuestra perspectiva, la noción de experiencia precarizante de trabajo es una categoría que asumimos de modo provisional y que requiere ser robustecida a través del análisis de las distintas formas que admite el trabajo en la actualidad y valorada en su capacidad de incidir en la subjetividad, las dinámicas colectivas y las trayectorias profesionales. En principio, observamos que la precariedad cruza diagonalmente a los distintos sectores de actividad pero con registros diversos. En el trabajo de investigación esto se fue haciendo evidente a medida que integramos distintas poblaciones al análisis clínico a los fines de comprender de qué modo se construyen dichas experiencias en cada grupo de trabajadores.

Como hemos dicho en otro lugar (Pujol, 2022b; Pujol, 2024), el análisis sostenido de las experiencias de los trabajadores registrados, en el empleo industrial y en el de servicios, permitió constatar la forma subjetiva de experimentar la precariedad, como lo plantea Linhart (2013), para quien la precariedad subjetiva es el sentimiento que surge a partir de las presiones constantes de cumplir con más exigencias en el trabajo y que a su vez resultan cada vez más sofisticadas en términos de productividad. La obligación de desarrollar continuamente nuevas competencias para poder estar a la altura y a su vez experimentar temor a los riesgos que puedan sobrevenir en el futuro por el debilitamiento de las regulaciones. Vivir pensando en el riesgo de no dar la talla, genera inestabilidad, intuir que será cada vez más la exigencia y menor la probabilidad de cumplir, potencia la incertidumbre. En síntesis, entendidas las relaciones laborales como relaciones de fuerza, las experiencias laborales precarizantes se construyen como consecuencia de la extensión de las estrategias de producción de consentimiento presentes en la gestión del trabajo contemporáneo.

Individualización: experiencia de la precariedad, experiencia de la desigualdad

Cuando nos preguntamos cómo dialoga la precariedad con las desigualdades en las experiencias de trabajo, la individualización del trabajo ocupa un lugar central. En la modernidad el trabajo se caracterizó por la colectivización del conjunto de regulaciones de las relaciones laborales y de la protección social. En esa lógica las posibilidades de desarrollo individual se inscribían en la acción colectiva que posibilitaba la conquista de derechos y la obtención de beneficios. En contrapartida, las nuevas formas que

adoptan las relaciones laborales en las que intervienen de modo directo las innovaciones tecnológicas, rompen con esa tradición colectivista.

A juicio de Castel (2010) la exaltación del individuo conquistó el mundo del trabajo y del management y el proceso de individualización de las tareas es uno de los factores que destruyeron la forma clásica del empleo. Para este autor, el proceso de individualización amenaza a la sociedad con una contradicción ingobernable “entre quienes puedan asociar el individualismo y la independencia, porque su posición social está asegurada, por un lado, y por el otro quienes lleven su individualidad como una cruz, porque ella significa falta de vínculos y ausencia de protecciones” (Castel, 1995, p. 477). La individualización institucionalizada supone un nuevo factor de riesgo y vulnerabilidad en el proceso de construcción identitaria y presenta la ambigüedad de que al mismo tiempo que valoriza al individuo, promueve su desafiliación (Castel, 2010).

Tanto Castel (2005; 2010) como Fitoussi y Rosanvallon (1997) pusieron de relieve la relación entre precariedad y desigualdades y le asignaron un papel importante a la individualización. La sociedad salarial se caracterizó por una jerarquía de los empleos con fuertes desigualdades, pero que ofrecía una continuidad en los derechos que permitía construir solidaridad en la diferencia; ahora, la precariedad es el principal factor contemporáneo de desigualdad y la acentúa fuertemente entre las diferentes categorías socioprofesionales.

Para estos autores, también las desigualdades se expresan dentro de cada categoría profesional y la individualización expresa un doble sentido entre las posibilidades de emancipación que abre a las personas y las inseguridades que genera, ya que hace a cada uno más responsable de su porvenir y lo obliga a dar a su vida un sentido que no puede ser organizado por nada que sea exterior a sí mismo (Fitoussi y Rosanvallon, 1997, p. 36-37).

En el análisis de las prácticas, los procesos de individualización reconocen diferentes dimensiones: la individualización en el funcionamiento del mercado laboral, en las prácticas y discursos en torno al factor humano o gestión de personas y en la organización y el diseño del trabajo (Soto Roy, 2009).

Desde el punto de vista de las condiciones de trabajo, la individualización de las relaciones laborales, el progresivo retroceso de los contratos por tiempo indeterminado y la adopción de formas flexibles caracterizan el mercado de trabajo desde los años 70 y constituyen el puntapié inicial de las otras dinámicas que la profundizan. En ese

mismo contexto, el cambio de paradigma productivo que anticipó la revolución digital propició la emergencia de nuevas formas de organización del trabajo a través de la incorporación de la flexibilidad interna, de la sustitución progresiva en los entornos de trabajo de colectivos relativamente integrados por una organización en grupos pequeños (células, equipos) más ligados a los proyectos que a las estructuras u organigramas, lo que también puede considerarse un avance en la individualización del trabajo (Pujol, 2018). Por último, más estrechamente ligado a la producción de la precariedad subjetiva (Linhart, 2013), las nuevas estrategias de management establecen una lógica de gestión del factor humano individualizante que se instrumenta bajo una concepción psicologista a través de la evaluación de los desempeños y de las competencias (Dejours, 2006; Clot y Gollac, 2014).

La individualización ha sido analizada también por Dubet (2023) como un fenómeno articulado a la producción de desigualdades. El autor plantea que se ha producido un progresivo reemplazo de las desigualdades de clase por un nuevo régimen de desigualdades múltiples. Este nuevo régimen es el resultado del avance neoliberal que “no solo destruye las instituciones y a los actores de la sociedad industrial, sino que impone un nuevo individualismo que quiebra las identidades colectivas y las solidaridades y hace trizas la civilidad y el dominio de sí” (Dubet, 2023; p. 10).

Un aspecto de estas contribuciones que resulta relevante es la atención que pone el autor en analizar que, si bien las desigualdades siempre existieron, puede considerarse también que desde la posguerra hasta los años setenta se desplegó un conjunto de estrategias para combatirlas; esfuerzo que cesa a partir de los años setenta porque aunque las desigualdades aumentan, emerge un nuevo régimen en el que las desigualdades también se individualizan: se sufre en calidad de migrante extranjero, mujer, refugiado, intelectual o desempleado. Dubet observa un

deslizamiento gradual de la desigualdad de las posiciones sociales a la sospecha de la desigualdad de los individuos que se sienten cada vez más responsables de las desigualdades que los afectan, en la medida en que se perciben como libres e iguales en derechos y sienten el deber de afirmarlo. (Dubet, 2023; p. 14)

En el plano emocional, este autor considera que la multiplicación e individualización de las desigualdades hace que se vivan cada vez más dolorosamente, porque “no se inscriben en grandes relatos capaces de darles sentido y señalar sus causas y sus responsables y esbozar proyectos para combatirlas”, lo que habilita sentimientos de

frustración, odio, resentimiento y una progresiva desafiliación; expresiones que también se advierten a las narrativas de quienes atraviesan experiencias de trabajo precarizantes.

Reconstrucción de las experiencias de trabajo desde una posición clínica

bajo las coordenadas expuestas, la exploración de las experiencias de trabajo y las configuraciones subjetivas que producen exige priorizar el análisis de la actividad en su organización discreta y en los modos individuales y colectivos en que es asumida por los trabajadores. Esto se realiza a través de los dispositivos de investigación-acción propios de una posición clínica, entendida como un modo de conocimiento que reafirma una vocación crítica y emancipatoria y a la vez una ética de consideración del otro (Pujol, 2022b).

En esta posición operan un conjunto de supuestos inscriptos en las distintas perspectivas que nutren la clínica del trabajo y que se traducen en el acceso a la experiencia desde la perspectiva del sujeto, desde su encuentro con la realidad que integra el encuentro con lo real, con las posibilidades, fracasos y potencialidades que alberga.

En este marco, la información que recuperamos aquí refiere a dos estudios: el primero de ellos fue realizado en el campo del empleo, con docentes universitarios del ámbito público en Córdoba, Argentina (Pujol, 2016; 2020; 2022c; Dall' Asta y Gutiérrez, 2016; Gutiérrez y Dall Asta, 2016). Para el análisis que se presenta aquí retomamos las narrativas de sesenta y seis entrevistadas y entrevistados, obtenidas a través de entrevistas en profundidad y entrevistas biográficas. La producción emerge de las actividades que realiza el Programa de Salud Laboral (PSL) del sindicato de docentes e investigadores universitarios de Córdoba. En este programa se realizan actividades de investigación sobre el trabajo docente en la universidad, además de otras actividades de capacitación y formación en temas de salud ocupacional y condiciones de trabajo, y de la intervención a través de estrategias de consejería en situaciones de conflicto.

El segundo estudio hizo foco en el trabajo bajo gestión algorítmica que realizamos en asociatividad con un equipo de la Universidad Federal del Norte de Brasil (UFRN), en el que se realizaron 48 entrevistas en Córdoba (Argentina) y 50 en Natal (Brasil). Consideramos aquí un análisis sobre los casos de Argentina que puede enriquecerse

con la revisión del relevamiento producido en Brasil (Coelho Lima, 2021; Sales y otros, 2022; Sales y otros, 2023; Miranda y otros, 2024;). Respecto del análisis de la información recogida en Córdoba, en escritos anteriores (Jara Roldán y Dall'Asta, 2022) se ha profundizado sobre cómo se desarrollan estas experiencias de trabajo precarizante en relación a diversas dimensiones, como las condiciones y organización del trabajo, la implicación del cuerpo e impactos en la salud, los recursos psicosociales y el género profesional, la articulación entre la actividad de trabajo y otros dominios de la actividad.

Experiencias de injusticia e inequidad, precariedad subjetiva y desvitalización del oficio

Antes, ante un concurso, nos ayudábamos entre nosotros. Partíamos de que podía ganar cualquiera porque todos veníamos más o menos de la misma tradición y como trabajábamos en grupo aprendíamos en grupo. Ahora cuando pido que me ayuden, por ejemplo en pandemia, con el tema informático...estoy sola. Hay desconfianza entre pares, como que lo que hace el otro está mal, o no sirve. No se comparte. Hay muchas injusticias, egoísmo con el conocimiento, celos profesionales y manejos políticos como en el hospital, cuando antes acá no había tanto. También hay docentes que trabajan mucho afuera y aquí no hacen nada...todo eso son condiciones de desigualdad, porque en definitiva estamos bajo las mismas reglas, pero se naturaliza y nadie lo pone sobre la mesa. (Docente Universitaria - 2023)

En diálogo con el concepto de precariedad subjetiva propuesto por Linhart (2013), Clot (2013) sostiene que el trabajo se vuelve precario a través de la “desvitalización” de la actividad, como resultado del bloqueo de la creatividad, como un impedimento vital. Esta desvitalización está presente en las narrativas de los docentes universitarios que cuestionan más fuertemente el estado del arte del oficio.

El capitalismo académico (Slaughter y Leslie, 1997), con su elogio al productivismo, transformó la organización del trabajo en las universidades e impactó profundamente en las experiencias laborales de los docentes de universidades públicas argentinas. Factores objetivos como el salario y las condiciones de trabajo (recursos, medios) se han deteriorado sensiblemente en la última década, pero no es eso lo que más sobresale en las narrativas de los docentes. La experiencia de trabajo se vuelve precaria

porque la lógica universitaria exige hoy a los docentes descentrarse de su oficio para asumir como actividad principal el sostenimiento de su carrera.

El trabajo docente en la universidad implica hoy transitar la desigualdad, la injusticia y la inequidad y desplegar estrategias de afrontamiento -en ocasiones en soledad- en el esfuerzo de dotar de sentido a un conjunto de prácticas que progresivamente degradan el género profesional.

Las experiencias de los docentes dan cuenta de la existencia de un conjunto de tensiones y contradicciones que operan en la producción de situaciones que son vividas por las y los docentes universitarios como injustas y penosas (Pujol, 2016; 2020; 2022; Dall' Asta y Gutiérrez, 2016; Gutiérrez y Dall Asta, 2016), a saber:

(i) menos oportunidades de inserción laboral y de movilidad, con requisitos cada vez más exigentes y un sistema de ingreso que es vivido de manera recurrente como arbitrario, injusto y poco transparente; como así también un sistema de evaluación meramente formal, que funciona más como dispositivo de disciplinamiento en la lógica de las acreditaciones curriculares que como herramienta de fortalecimiento de la calidad del trabajo;

(ii) sobrecarga física y cognitiva derivada de la progresiva integración de tareas administrativas y de gestión no-académicas y de la necesidad de sostener funciones diversas, no siempre compatibles entre sí. Esta sobrecarga es sentida como desigual entre pares y con superiores;

(iii) escasos recursos materiales y humanos necesarios para la tarea, que además se encuentran desigualmente distribuidos; situación que es naturalizada por la jerarquía y que en ocasiones se experimenta como destrato;

(iv) una frágil dinámica de reconocimiento y desigualdad en el trato, derivada de la lógica institucional subyacente al trabajo académico en los nuevos escenarios productivistas, que se expresa en la emergencia de situaciones de violencia laboral (violencia política, acoso laboral, discriminación de género).

Este escenario es el resultado de un proceso de individualización creciente de las actividades que impacta en la relación que este grupo profesional establece con su trabajo y en la progresiva degradación del género profesional. Buena parte de las desigualdades e injusticias que los docentes perciben actualmente no son recientes y han integrado históricamente el hábitus y el ethos universitario, como por ejemplo la dinámica meritocrática que caracteriza la vida universitaria o trabajar en escasez de

recursos. Sin embargo, la novedad es la fragilización de las dinámicas colectivas que antes permitían elaborar esas tensiones y contradicciones al interior de los equipos de trabajo, construir estrategias; en fin, hacer lo que clínicamente se denomina trabajo de organización (Clot, 2008).

En las narrativas de los entrevistados, la idea de sentirse solo es muy recurrente en el ejercicio actual de la docencia, como así también la alusión a la imposibilidad de reunirse con otros, de discutir en torno a problemas compartidos y de desplegar dinámicas de cooperación fuerte (Zarifian, 1996). Si bien la docencia universitaria por su configuración identitaria ha sido históricamente reticente a la participación gremial, el trabajo colaborativo y el sostenimiento de espacios de reflexión, de deliberación y de debate de normas (Schwartz y Durrive, 2009) ha sido característico de la autonomía institucional universitaria, lo que fortalecía los niveles de pertenencia y la relación con el oficio.

Por el contrario, actualmente prima la competencia y un desplazamiento de la gestión colectiva a ocuparse de sí, de la propia carrera. Las experiencias precarizantes en la docencia universitaria se explican principalmente por el éxito de los procesos de individualización de las carreras, por la soledad en la que se encuentran los trabajadores para afrontar el conjunto de transformaciones del oficio. Para algunos docentes — en general jóvenes — la soledad constituye a veces una opción deseada, porque se proponen no hacer cosas que resulten en pérdida de tiempo, se enorgullecen de estar a agenda completa y remarcan la importancia de hacer carrera y de hacerse expertos en “aprovechar oportunidades” de crecimiento, mostrando una adhesión significativa al modelo del productivismo académico porque “son las reglas de juego”.

En síntesis, este estudio muestra cómo las personas de alta calificación que se desempeñan en un tipo de actividad que se encuentra registrada como empleo protegido y de baja inestabilidad, pueden transitar la precariedad por el impacto de las transformaciones que caracterizan el trabajo contemporáneo y construir referencias en torno a las desigualdades que están lejos de ser asimiladas a aquellas que surgen de la estructura ocupacional o salarial y que se asocian más a los procesos de individualización.

Trabajar bajo gestión algorítmica, trabajar sin interlocutores

me gustaría que hubiera un lugar físico para ir, como algo para que si te chocan o no se te sube de nivel puedas ir a reclamar o que te asesoren sobre algo, es como hablar con robots.”

“Que den la cara con uno, que no hablen solamente por teléfono, que pongan un local acá, una sucursal y que vos vas y le expliques tus problemas, todo eso. Alguien que se haga cargo, básicamente.”

“...no te sientes escuchado, como que vos hablas a una computadora y la computadora te responde automáticamente, hoy en día tener una comunicación con alguien de la empresa estaría muy bueno, que sepa escucharte y ver las necesidades que a uno le faltan.

(Repartidores de plataformas entrevistados)

El segundo estudio que tomamos como referencia fue realizado sobre la actividad de los repartidores por plataformas, como ocupación emergente al menos en el campo de ocupaciones asociadas a la explosión del fenómeno *big data*. Se trata de una reformulación compleja del servicio de cadetería y reparto tradicional a través de la integración de un tercero entre el cliente y el proveedor comercial: desarrolladores de plataformas y aplicativos digitales. Este tercero es quien recepta el pedido y gestiona la logística de entrega a través de los repartidores, a quienes transfiere los riesgos de la operación y también los costos. Esta innovación tecnológica posibilita escalar en la cobertura de diferentes demandas, apuntar a diferentes perfiles de usuarios y también la expansión territorial de los servicios, entre otras características. Según un estudio realizado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe y la Organización Internacional del Trabajo (CEPAL/OIT, 2021), la expansión de las plataformas ha sido muy veloz y ha captado particularmente mano de obra joven.

Desde el punto de vista del status ocupacional, se trata de un nuevo tipo de figura de contratista dependiente que se incluye en el conjunto de los cuentapropistas no profesionales. Se trata de trabajadores que suscriben acuerdos contractuales de índole comercial (pero no un contrato de empleo) para suministrar bienes o servicios para otra unidad económica o a través de ella. No son empleados de dicha unidad económica, pero dependen de ésta para la organización y ejecución del trabajo, los ingresos, o para el acceso al mercado (Maurizio, 2019). Se combinan aquí elementos de un típico

trabajador independiente con características propias de uno asalariado y, por lo tanto, la diferenciación entre ambas categorías ocupacionales se vuelve cada vez más difusa.

Como se dijo, el trabajo de repartidor bajo gestión algorítmica constituye hoy una ocupación extendida ejercida principalmente por jóvenes. En Argentina (70%) y Perú (87%), la mayoría de los mensajeros tienen menos de 30 años; en México (75%) y Colombia (82%) tienen menos de 35 años (Montes, 2021); mientras que en Brasil la edad promedio disminuye, dado que el 45,35% de los repartidores tienen entre 14 y 29 años. En el caso de Argentina, las plataformas de entrega tienen un porcentaje de inmigrantes que oscila entre el 66% y el 74% (CEPAL/OIT, 2021). Su llegada a la Argentina se produjo a fines de 2007. En un estudio realizado en 2020 (Beccaria y otros, 2020), al mes de julio de ese año operaban en la Ciudad de Buenos Aires cuatro plataformas digitales de entrega de productos a domicilio: Glovo, PedidosYa, Rappi y Uber Eats. Salvo PedidosYa, todas iniciaron su actividad a partir de finales de 2017 y registraron un mayor crecimiento a lo largo de 2018 (Beccaria y otros, 2020; p.7).

En el marco de las inquietudes que motivan este artículo, importa resaltar que todas las características antes expuestas hacen de esta actividad una suerte de modelo de individualización del trabajo que nos interesa analizar desde el punto de vista de las formas en que se tramitan las desigualdades. Si las experiencias que analizamos antes se caracterizan por una progresiva degradación del género profesional de un oficio “clásico” afectado por la lógica de la individualización, en la experiencia de los repartidores se expresa la emergencia, la configuración de un oficio basado en la individualización del trabajo.

Ingresar como repartidor es un proceso relativamente simple. Como se trata de un trabajo no calificado, las exigencias para ser repartidor son mínimas (documentación personal, un vehículo propio o prestado, un celular...) y con apenas unos tutoriales que inicialmente orienten al trabajador en el uso de la aplicación y en los estándares de eficiencia y calidad, ubicarse territorialmente para recibir los encargos y comenzar la actividad de buscar y entregar pedidos. En este sentido, las plataformas no buscan trabajadores en base a un perfil de calificación, aunque más tarde, cuando la persona está trabajando, sí intervienen fuertemente en la definición del perfil de trabajadores que quieren retener, e incluso aplican estrategias para ello.

Se trata entonces de una situación en la que las personas tienen la iniciativa de ser repartidores cuando se enteran cómo es el mecanismo de ingreso y la rutina de la

tarea, cuánto pueden ganar y qué necesitan para trabajar, información que en general es provista por personas que ya están en la actividad. La opción por una ocupación objetivamente precaria, que implica asumir los riesgos y costos de la actividad, remite a los escenarios clásicos de la informalidad en América Latina, transitados por personas que provienen de hogares pobres, con trayectorias laborales precarias o que intentan una primera inserción laboral. Como no se trata de un trabajo despreciable o trabajo sucio en sentido estricto, suele constituir también una opción para estudiantes universitarios que necesitan una ocupación con flexibilidad horaria y también para migrantes que tienen credenciales pero que todavía no encuentran trabajo en su profesión. El hecho de que existan pocos requisitos para el ingreso iguala de alguna manera las posibilidades de inserción para todos.

Es saliente en las narrativas que el trabajo de repartidor es mejor que el trabajo en relación de dependencia (registrado o no registrado) y los argumentos principales refieren a que tienen mejores ingresos y que incrementarlos depende de ellos mismos; que manejan sus días y horarios, y que trabajan la cantidad de horas que ellos deciden. Para estos trabajadores, las desventajas de ser repartidor se vinculan a trabajar en la calle sometidos a la inseguridad y a las adversidades climáticas, pero lo ven compensado por las ventajas antes mencionadas.

Es un rasgo notable la posición crítica de los entrevistados respecto de sus experiencias en relación de dependencia: aluden a haberse sentido maltratados por sus patrones, haber sido sometidos a niveles importantes de explotación en cuanto a la cantidad de horas trabajadas y sin poder progresar: “pagan mal, te tratan mal y te exigen muchísimo”.

Los trabajadores pueden explicar cuando se sienten bien o no en un trabajo y fundamentar sus decisiones ocupacionales, trazando incluso algún horizonte prospectivo para su trayectoria. Incluso quienes dicen que esta actividad es la “única opción”, aclaran que es “por ahora”.

Como la precariedad laboral es algo que ya ha sido naturalizado, algunos no conocen ni se interesan por la actividad de los sindicatos; pero un número no menos importante puede posicionarse también con interés en relación a la actividad sindical. Algunos consideran que sería necesario contar con un sindicato para disponer de apoyos para realizar la actividad (créditos para vehículos, un lugar dónde refugiarse



Jonathas de Andrade, Museu do Homem do Nordeste – Museu de Arte do Rio (MAR)
– Rio de Janeiro – Brasil – 2014 Photos: Eduardo Ortega



del mal clima y/o hacer las esperas, para las gestiones impositivas; entre otros), aunque además algunos agregan que no sería conveniente porque “lo único que les interesa a los sindicatos es que nos pongan como empleados y eso no está bueno porque queremos seguir trabajando como independientes”.

Entre los primeros hallazgos del estudio identificamos que el dispositivo de gestión algorítmica constituye el principal factor precarizante en el plano de la relación con el trabajo, considerando la aplicación en sí y el tipo de supervisión que implica (Jara Roldán y Dall'Asta, 2022). La relación que establecen los repartidores con la aplicación muestra con claridad las contradicciones que subyacen a la gestión algorítmica: por una parte, la aplicación ejerce las funciones de supervisión y puede percibirse como una sustitución del supervisor humano; toda vez que el control de los tiempos, los movimientos, los horarios y las notificaciones o sanciones cuando el repartidor no cumple con su tarea se depositan en la aplicación. Sin embargo, en tanto “artefacto”, la aplicación puede funcionar mal y es susceptible de ser mejorada, por lo que es posible atribuir sus decisiones a “fallos”, cuando afectan negativamente al trabajador. Es decir, le otorgan una doble significación: a veces se refieren a la aplicación de un modo antropomórfico (como los obreros con las máquinas), la humanizan; otras, hablan de las personas que manejan la aplicación; es decir, hablan de la aplicación con consciencia de que hay gente detrás.

Este doble vínculo con la aplicación se evidencia claramente en los incidentes críticos que los repartidores consideran más injustos y penosos, como por ejemplo los bloqueos que les impiden trabajar por tiempo indeterminado — e incluso que les inhabiliten la cuenta para siempre — si algo falló en el servicio y el algoritmo les atribuye la responsabilidad. Al referirse a esas circunstancias, hay repartidores que dicen que no puede ser que “ellos” (las personas que administran la plataforma) te inhabiliten sin dar ninguna explicación, pero otros lo atribuyen sencillamente al aplicativo en sí y justifican la decisión en que todavía hay que corregir muchos errores que comete la aplicación. Al decir de un entrevistado, “la aplicación funciona mal, pero te da trabajo”.

Desde el punto de vista de la gestión del trabajo, esta situación revela que el aplicativo es un dispositivo de disciplinamiento muy sofisticado, tanto cuando “culpabiliza” al trabajador sin derecho a réplica, como cuando intensifica la estrategia de individualización inhibiendo el trabajo de organización.

En lo que refiere al mecanismo de sanciones, la ausencia de explicaciones de por qué se bloquea la cuenta del repartidor y cuánto tiempo durará la sanción, o si la cuenta será cancelada, es efectiva para infantilizar al trabajador, a quien solo le cabe como posibilidad esperar en silencio en un rincón: “te bloquean y no sabés por qué...o sea... bueno capaz que hiciste algo mal pero no sabés y es algo que puede durar dos días, una semana o capaz para siempre”. A su vez, existe el truco de trabajar con la cuenta de otro compañero en el horario que no la usa, por ejemplo, truco que seguramente -como parte del dispositivo- la empresa conoce y tolera. La cancelación de la cuenta sin explicaciones y la desorientación que produce en el trabajador, nos evoca el postulado del socioanálisis (Mendel, 1999) que sostenía que con frecuencia las organizaciones apelan a la dimensión psicofamiliar de las relaciones sociales en el trabajo, para propiciar la dependencia o transmitir la imposibilidad de la autonomía.

En simultáneo, el dispositivo bloquea la intervención del colectivo en la organización del trabajo, lo que Clot (2008) denomina trabajo de organización, concepto que refiere a la dinámica que desarrolla el colectivo de trabajo para incidir en la organización del trabajo en diálogo con la jerarquía, a partir del dominio del *metier* y de un trabajo colaborativo previo, entre pares. En este sentido, el repartidor no tiene a quién dirigirse. Cuando existió un área de soporte a la que podían dirigirse por teléfono, funcionaba mal y la cerraron; en otros casos nunca existió. Los repartidores sienten la ausencia de “personas” a quienes sea posible pedir apoyo, reclamar, hacer consultas, etc.; pero no todos confían en las bondades de lo humano y prefieren seguir del modo virtual. En este sentido, se advierte que las malas experiencias previas de trabajo en estructuras con jerarquía juegan un rol importante en la opción por trabajar para las plataformas.

En síntesis, en el marco de una labor cuya organización se asemeja al trabajo a destajo, en donde el ingreso depende tan fuertemente del individuo que está en la calle activo retirando y entregando pedidos, los bloqueos arbitrarios que dejan al repartidor en soledad, sin derecho a réplica, son vividos como profundamente injustos. Siguiendo a Schwartz y Durrive (2009), en la dialéctica de uso de sí por sí y uso de sí por otros, en esta actividad el uso de sí por sí pareciera tomar un lugar preponderante cuando en buena parte de los relatos los trabajadores enfatizan en que “en este trabajo yo puedo decidir”, pero el bloqueo de las cuentas realizado de modo unilateral por el aplicativo muestra que esa capacidad de decidir refiere solamente a una autonomía funcional acotada.

Otros componentes adversos de la actividad, como el problema de circular en zonas muy inseguras de la ciudad, las dificultades de trabajar cuando el clima no es bueno, quedarse sin vehículo por algún desperfecto o accidente, constituyen preocupaciones propias de la labor, que no son vivenciadas como injusticias en sentido estricto. Algunos trabajadores consideran que la plataforma debería ofrecer más y mejores soluciones a esos problemas, pero otros confían más en la cooperación entre pares — que existe y es bastante consistente — y en sus propias redes de apoyo familiar y social.

Con respecto a la exposición a escasas o precarias condiciones de seguridad, los repartidores manifiestan el temor por su integridad física al tener que recorrer las calles, especialmente en algunos sectores y durante los horarios nocturnos, asociado a la exposición que vivencian a situaciones de robo o accidentes, donde la respuesta de las empresas es insuficiente, deshumanizante y de escaso reconocimiento de la actividad de los repartidores (Jara Roldán y Dall'Asta, 2022).

Desde el punto de vista de la organización, se observan diferentes iniciativas de las empresas. Algunas de ellas han comenzado a otorgar préstamos a los repartidores para la compra de vehículos, por ejemplo, e incluso ha surgido un emprendimiento privado en la ciudad de Córdoba que ofrece diferentes servicios a los repartidores. Este emprendimiento, llamado Nippy, es una *startup* que fue creada en 2020 e impulsada y co-financiada inicialmente por la Agencia Innovar y Emprender del gobierno de la provincia de Córdoba (Argentina), pero que actualmente se ha expandido a otras ciudades de Argentina (Córdoba, Rosario, Mar del Plata, Buenos Aires) y otros países de Latinoamérica, como República Dominicana y México. Se trata de una plataforma que brinda servicios y prestaciones a trabajadores independientes, como repartidores de diferentes aplicaciones. La plataforma ofrece seguros accesibles, plan de telefonía, financiamiento en herramientas de trabajo, cursos de capacitación, asesoría legal y espacios físicos (*nippycenters*) donde pueden acceder a sanitarios, tomar un refrigerio, cargar sus celulares, reparar sus vehículos, acceder a wifi, etc.

En síntesis, en el caso que nos ocupa, el análisis de la actividad evidencia que el trabajo precario bajo gestión algorítmica simula igualar las desigualdades, ofreciendo una alternativa laboral a todos quienes no pueden acceder a un trabajo registrado de calidad, a quienes han sido precarizados bajo la organización del trabajo clásica en degradación. El aplicativo elimina las relaciones interpersonales con la jerarquía, auto-

matiza al extremo las prescripciones reduciendo al mínimo las posibilidades de reinterpretarlas y lateraliza la comunicación eliminando cualquier forma de interacción; a su vez no interviene en las dinámicas entre pares regulándolas ni interfiere en el flujo de la cooperación espontánea; por el contrario, lo capitaliza.

Desde la teoría de la regulación el modelo se asemeja al taylorismo asistido por computadora que categorizó Benjamin Coriat (2010), a un taylorismo digital o taylorismo algorítmico. El taylorismo al que refería Coriat daba a la tecnología el poder de disciplinar lo colectivo del trabajo que perturbaba la racionalidad, siempre sin lograrlo acabadamente porque no lograba eliminar el trabajo de sostenimiento del género profesional y el trabajo de organización. En un contexto de individualización de la relación laboral, el algoritmo en cambio desconoce formalmente cualquier variante de trabajo colectivo pero no interviene en las relaciones informales entre trabajadores, en la cooperación que el flujo de la actividad requiere, depositando sin costos y con riesgos calculados buena parte de las responsabilidades que emergen en dicho flujo en las dinámicas colectivas que impone la construcción progresiva del oficio de repartidor.

A modo de cierre

La precariedad constituye una característica del trabajo contemporáneo que está presente bajo diferentes formas en todos los escenarios de trabajo. En el ámbito del empleo registrado la precarización de los trabajos industriales típicos fue el punto de partida de un proceso de progresiva degradación de algunos de sus atributos objetivos y también de otros que se inscriben en la dimensión subjetiva, en la relación que los actores sociales mantienen con su trabajo en la cotidianeidad. En el otro extremo, los nuevos oficios en el campo del trabajo de gestión algorítmica nacen precarios, regulados por figuras contractuales particularmente frágiles, pero — en contrapartida — ofrecen experiencias que buena parte de los actores valoran como positivas. En un universo en el que el trabajo en general escasea, surgieron y/o se fortalecieron también laboratorios sociales o experiencias de autogestión colectiva bajo formas de regulación que tampoco se caracterizan por su calidad; formas que conviven con el cuentapropismo y el trabajo independiente tradicional.





En los casos presentados, el análisis de las actividades y trayectorias de los trabajadores abre resquicios para conocer cómo se construyen las experiencias de la desigualdad en el trabajo y las huellas que esas experiencias dejan en la subjetividad.

En nuestros hallazgos, la diada individualización/colectivización ocupa aquí un lugar central: en el caso de los docentes la degradación del género profesional — particularmente la fragilización de las dinámicas colectivas —, es una de las fuentes de precariedad subjetiva, de desvitalización de la relación con el oficio. En la actividad de los repartidores de plataformas, en condiciones de precarización objetiva, la inhibición del trabajo de organización y de renormalización conspira contra la posibilidad de afrontamiento colectivo de la precariedad. En ambos casos, las experiencias de la injusticia que se construyen cuando se trabaja en soledad mantienen invisible el carácter estructural del sistema de desigualdades que les da origen.

Bajo esta perspectiva toda intervención transformadora en el campo del trabajo debe tender necesariamente a desarticular los procesos de individualización porque la experiencia de la soledad es hoy portadora de buena parte del sufrimiento en el trabajo y porque no hay posibilidades de afrontamiento de las desigualdades que no exija de la constitución de un colectivo a partir de la cotidianeidad de hacer juntos.

El desafío de intervenir rearticulando la función interpersonal del trabajo que se expresa en las dinámicas colectivas supone incidir en el lazo social más amplio, para reconocer, como sostiene Clot (2013), que el horizonte transpersonal del trabajo humano es la existencia de todos y que allí uno es partícipe de una historia que no es únicamente la suya.

Referencias

- BECCARIA, L.; LÓPEZ MOURELO, E.; MERCER, R. y VINOCUR, P. *Delivery en pandemia: el trabajo en las plataformas digitales de reparto en Argentina*. Nota técnica. OIT, 2020.
- BENDASSOLLI, P. F.; DA ROCHA FALCÃO, J. T. *Psicologia social do trabalho sujo: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho*. *Universitas Psychologica*, v. 12, p. 1155-1168. 2013.
- CASTEL, R. *La metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- CASTEL, R. *El proceso de individualización: fragilización de los soportes de identidad frente las transformaciones del capital y del trabajo*. In: PEREZ SOSTO, G. (Coord.). *Las manifestaciones actuales de la cuestión social* (pp. 17-27). Buenos Aires: Instituto Di Tella, 2005.
- CASTEL, R. *El ascenso de las incertidumbres. Trabajo, protecciones, estatuto del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- CEPAL/OIT. *Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/Organización Internacional del Trabajo (OIT), Trabajo decente para los trabajadores de plataformas en América Latina, Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe, N° 24 (LC/TS.2021/71), Santiago, 2021*.
- CLOT, Y. *Travail et pouvoir d'agir*. Paris : PUF, 2008.
- CLOT, Y. *Trabajo, precariedad y salud*. In: TEJERINA, B.; CAVIA, B.; FORTINO, S.; CALDERÓN, J. *Crisis y precariedad vital. Trabajo prácticas sociales y modos de vida en Francia y España*. (pp. 85-93). Valencia. Tirant lo blanch, 2013.
- CLOT, Y.; GOLLAC, M. *Le travail: peut-il devenir supportable?* Paris: Armand Collin, 2014.
- COELHO-LIMA, F. *La ideología del trabajo en el capitalismo de plataformas*. In: PULIDO CAVERO, C.; TORRES ARCE, L. (Org.). *Mundo del trabajo y las organizaciones en transformación: desafíos sociales, políticos y éticos*. (p. 415-436). Arequipa: Aletheya, 2021.
- CORIAT, B. *Los desafíos de la competitividad*. Eudeba, 2010.
- DALLASTA, C.; GUTIÉRREZ, M. I. *Evaluación académica y salud de los trabajadores de la docencia universitaria*. *Actas VIII Congreso Latinoamericano de Estudios del Trabajo* (págs. 1-21). Córdoba, Argentina: Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Córdoba, 2016.
- DE LA GARZA TOLEDO, E. *Trabajo no clásico, organización y acción colectiva*. Tomos I y II. México: UAM, 2011.
- DEJOURS, C. *La banalización de la injusticia social*. Buenos Aires: Topia, 2006.
- DUBET, F. *La época de las pasiones tristes*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2023.
- FITOUSSI, J.-P. ; ROSSANVALLON, P. *Le nouvel âge des inégalités*. Paris : Seuil, 1997.
- GOMEZ, P. *Les transformations du travail dans l'économie numérique*. *Entreprendre e Innover*, 37, 8-17. 2018. DOI : <https://doi.org/10.3917/entin.037.0008>
- GUTIERREZ, I. ; DALL'ASTA, C. *La actividad del docente de educación superior desde una perspectiva clínica. Identidad y salud*. In: NAVARRA, J.; BARNES, F. (Comps.). *Cuadernos TAS: Trabajo, Actividad y Subjetividad*. *Escritos entre pares* (pp. 17-28). Universidad Nacional de Córdoba, 2016.

JARA ROLDÁN, V.; DALL´ASTA, C. Precarización laboral en trabajadores de plataforma de la ciudad de Córdoba. En *Actas de la Reunión Internacional del Trabajo (EITA); 2º Simposio Francia – América Latina “Subjetividad y Trabajo”; V Simposio Internacional Trabajo, Actividad y Subjetividad (TAS); III Coloquio Internacional de Psicología del Trabajo*. Joao Pessoa, 2022.

LINHART, D. La emergencia de una precariedad subjetiva en los asalariados estables. In: TEJERINA, B.; CAVIA, B.; FORTINO, S.; CALDERÓN, J. *Crisis y precariedad vital. Trabajo prácticas sociales y modos de vida en Francia y España*. (pp. 85-93). Valencia. Tirant lo blanch, 2013.

MARTUCELLI, D. Les deux voies de la notion d'épreuve en sociologie. *Sociologie. Nffi* 1, Vol. 6, 43-60, 2015.

MAURIZIO, R. Rotación ocupacional e informalidad laboral: El caso de los trabajadores independientes en América Latina. Oficina de la OIT para el Cono Sur de América Latina, *Informes Técnicos OIT Cono Sur*, Nffi10. 2019. https://www.ilo.org/santiago/publicaciones/informes-tecnicos/WCMS_713802/lang-es/index.htm

MENDEL, G. *L'acte est une aventure*. Paris : La découverte, 1999.

MIRANDA, M.; COELHO-LIMA, F.; MEDEIROS V.; OLIVEIRA, M. A plataforma do trabalho em cidades interioranas. In: VIEIRA TRÓPIA, P.; QUEIROZ, R; DE SOUZA LAPA, T. (Org.). *Futuros do trabalho: reconstruindo caminhos para a proteção social no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.

MONTES, I. F. ¿Quiénes son los repartidores en América Latina? Un análisis comparativo del perfil de los trabajadores en Argentina, Perú, Colombia, Ecuador y México. En *actas 15º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo [Ponencia]*. Buenos Aires, Argentina, 2021.

PUJOL, A. (2016). La violencia laboral en la universidad: desafíos para la política gremial. *Revista Trabalho (En)Cena*, Vol. 1 (1), pp.147-160.

PUJOL, A. (2018). La organización del trabajo como categoría estructurante de la salud y seguridad en el trabajo. En Octavio Orozco-García, Nino Del Castillo-Marín & Jorge Román-Hernández (Comps.), *Seguridad integral en el trabajo. Un enfoque psicosocial* (pp. 57-76). Cali : Editorial Bonaventuriana.

PUJOL, A. (2020). Le travail académique: sens de l'activité et possibilités d'implication dans la défense du métier. En Dominique Lhuillier ; Jorge Román Hernández ; José García de Araújo & Andrea Pujol (s/dir) *Subjectivité et travail : entre mal-être et bien-être*. Paris : L'Harmattan.

PUJOL, A. (2022). La conquista de la salud laboral de los docentes universitarios en el horizonte de transformaciones del oficio. En *Anais IX SITRE 2022 - Simpósio Internacional Trabalho, Relações de trabalho, Educação e Identidade*. Belo Horizonte.

PUJOL, A. (2022b). Contribuciones clínicas para una agenda de investigación crítica de las experiencias de trabajo en América Latina. En Carlos Carrusca Vieira, Daniela Piroli Cabral, Joao de Freitas Fonseca, & José García de Araújo (Coords.), *Processos Psicossociais, Organizações e Trabalho: Novas Reflexões* (pp. 135-156). PUC Minas.

PUJOL, A. (2022c). La organización del trabajo docente y sus regulaciones: los desafíos de la jerarquización profesional en V. Meirovich & A. PUJOL, A. (coords.). *El trabajo docente en creación*. (p. 165-180) Córdoba: ADIUC

PUJOL, A. (2024). *Dinâmicas coletivas em experiências de trabalho precário*, *Laboreal* [En línea], Vol.20 Nffl1 | 2024, Publicado el 19 julio 2024, consultado el 22 agosto 2024. URL: <http://journals.openedition.org/laboreal/22293> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/120d6>

SALES, A.; SALES, F.; SANSON, C. *As plataformas de delivery e a relação entre os parceiros subcontratados*. *Revista Labor*, v. 1, p. 501-519, 2022.

SALES, A.; SALES, F. *As plataformas de entregas e sua nebulosa rede de subcontratação*. *Revista da Abet (online)*, v. 22, p. 1-16, 2023.

SCHWARTZ, Y. (2023). *Trabalho e uso de nossa faculdade de conceituar*, *Laboreal* [Online], Vol.19 Nffl2 | 2023, puesto em línea el 19 diciembre 2023, consultado el 18 junho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/laboreal/21496> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/laboreal.21496>

SCHWARTZ, Y. ; DURRIVE, L. *L'activité en dialogues. Entretiens sur l'activité humaine (II)*. Octares Editions. Toulouse, 2009.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. *Academic Capitalism : Politics, Policies and the Entrepreneurial*. University. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1997.

SOTO ROY, A. *Formas y tensiones de los procesos de individualización en el mundo del trabajo*. *Psicoperspectivas Individuo y Sociedad*. Vol VIII Nffl2 Julio-Diciembre, 2009.

ZARIFIAN, P. *Travail et communication. Essai sociologique sur le travail dans la grande entreprise industrielle*. París: PUF, 1996.





Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



O TELETRABALHO DA(O) PSICÓLOGA(O) DE MINAS GERAIS

e suas relações com os processos saúde/doença

RAFAEL SOARES MARIANO COSTA*, JOSÉ NEWTON GARCIA DE ARAÚJO**, LEONARDO SILVA MIRANDA***, RODRIGO PADRINI MONTEIRO****

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2023.47996>

RESUMO: Este artigo explora as mudanças nas práticas de psicólogas(os) em Minas Gerais durante a pandemia da Covid-19, com foco no uso intensificado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A pesquisa investigou profissionais em diversas áreas da Psicologia, analisando os impactos dessas mudanças, especialmente em relação aos processos saúde-doença. Adota metodologias qualitativas, utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo, com suporte do software de análise de dados qualitativos ATLAS.ti. Neste texto, dois eixos principais foram destacados: "Psicologia como profissão majoritariamente feminina" e "Prazer e sofrimento no trabalho". Os relatos das participantes evidenciam os desafios enfrentados nas novas modalidades de trabalho, destacando a necessidade de uma análise interseccional para se compreender o impacto de suas desigualdades estruturais. A intensificação do uso das TICs durante a pandemia trouxe à tona desafios significativos para as psicólogas, revelando as complexas interações entre gênero, trabalho e saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: atividade da(o) psicóloga(o); tecnologias de informação e comunicação; Covid-19; trabalho e subjetividade; processos saúde-doença

Remote work of Psychologists in Minas Gerais and Its Relationship with Health/Disease Processes

ABSTRACT: This article explores the changes in the practice of psychologists in Minas Gerais during the Covid-19 pandemic, focusing on the intensified use of Information and Communication Technologies (ICTs). The research investigated professionals across various fields of psychology, analyzing the impacts of these changes, particularly concerning health-disease processes. A qualitative methodology was employed, using semi-structured interviews and content analysis, supported by the qualitative data analysis software ATLAS.ti. The text highlights two main themes: "Psychology as a Predominantly Female Profession" and "Pleasure and Suffering at Work." The participants' reports underscore the challenges faced with the new work modalities, emphasizing the need for an intersectional analysis to understand the impact of its structural inequalities. The intensification of ICT use during the pandemic brought significant challenges for psychologists, revealing the complex interactions between gender, work, and mental health.

KEYWORDS: psychologist's activity; information and communication technologies; Covid-19; work and subjectivity;

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; ** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

*** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; **** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Introdução

A pesquisa que dá origem a este artigo objetivou investigar as atividades de psicólogas(os) do Estado de Minas Gerais, a partir da emergência da pandemia da Covid-19, quando a categoria passou a utilizar, mais intensamente, as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), alterando rotinas de trabalho que antes se davam, em geral, na modalidade presencial. A partir da aplicação de um questionário que contou com a participação de sessenta profissionais e, a realização de entrevistas com dezenove participantes que atuam em diferentes modalidades de prestação de serviços em Psicologia (clínica, organizacional, docência e políticas públicas), o presente estudo buscou analisar os impactos do uso intensificado das TICs nos processos de subjetivação desses(as) trabalhadoras(es), em especial no tocante aos processos saúde-doença.

A pandemia da Covid-19, que teve início em março de 2020, além de impactar profundamente a rotina pessoal dos indivíduos, trouxe várias consequências para praticamente todos os segmentos do mundo do trabalho. Em relação à Psicologia, particularmente à área de atendimento clínico individual, essa mudança pôde ser observada com um aumento de 450% no número de solicitações, por psicólogas(os), para cadastro no e-Psi do ano de 2020 a 2021 (FOLHA, 2021), o que, na época, habilitava os profissionais no conselho de classe, a realizar atividades na modalidade virtual. Com a urgência da demanda pública por suporte psicológico, as atualizações normativas proferidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a adoção governamental do isolamento social, a categoria passou, mais intensamente, a realizar suas atividades nas próprias residências.

Em 2024, mesmo com o fim da emergência de saúde pública, em 2023 (OPAS, 2023) verificamos haver um legado trazido pela pandemia para as nossas formas de viver e trabalhar, o que impactou, de modo substancial, as práticas psicológicas como atividade de trabalho.

Com o intuito de conhecer as implicações dessas mudanças na atividade de profissionais em Psicologia, partimos de uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, pesquisa bibliográfica e documental. A fundamentação teórica do estudo foi a Psicologia do Trabalho, em especial as chamadas abordagens clínicas do

trabalho, que “buscam evidenciar a relação entre o trabalho e os processos de subjetivação” (Bendassolli; Soboll, 2011, p. 4). Acrescente-se a análise de conteúdo (Bardin, 1977), para a construção de eixos de análise e de apresentação dos resultados da pesquisa, pormenorizados por meio do software ATLAS.ti.

De modo geral, os resultados produzidos indicaram aumento da demanda de trabalho — aspecto comum a todas as áreas investigadas, o não-reconhecimento de um trabalho considerado “invisível” pelos empregadores, resultando em sobrecarga e sofrimento, sobretudo pelas psicólogas que, como parcela majoritária da Psicologia brasileira, se viram em um cenário de agravamento das condições para exercer suas atividades, na rotina de dupla/tripla jornada de trabalho.

No presente artigo, portanto, procuramos destacar e aprofundar dois grandes eixos de análise: “A Psicologia como profissão majoritariamente feminina” e “Prazer e sofrimento no trabalho”.

2. Referencial teórico

Para que possamos analisar os impactos da intensificação do uso das TICs no trabalho das psicólogas, precisamos de duas discussões teóricas fundamentais: as mudanças significativas que ocorreram no campo das TICs, nas últimas décadas, e as apropriações dessas tecnologias pela prática psicológica, com o advento da Covid-19. Ajuntem-se aqui os marcos normativos do CFP, tudo isso ancorado na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia do Trabalho, que leva em conta a precarização do trabalho na contemporaneidade, além de referências sobre a divisão sexual do trabalho e os papéis de gênero, que nos auxiliam a realizar uma análise interseccional.

2.1 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SUAS APROPRIAÇÕES PELA PSICOLOGIA

De acordo com Cury e Capobianco (2011), o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) trouxeram mudanças significativas ao longo da história, reorientando as perspectivas econômicas, sociais, científicas e políticas.

A revolução tecnológica iniciada na segunda metade do século XIX, com a criação da eletricidade, do telefone e da máquina de escrever, se expandiu significativamente no século XX, com o desenvolvimento dos computadores e da popularização da internet (Dutra, 2016). A partir da disseminação dos celulares, especialmente os smartphones, no início do século XXI, observou-se uma transformação no acesso à informação e na interação social, ampliando-se o uso da internet e das redes sociais, com impactos profundos na forma como vivemos e nos conectamos.

Nicolaci-Da-Costa (2002) defende que as revoluções tecnológicas podem provocar mudanças mais profundas do que simples alterações comportamentais, uma vez que a interação virtual se vincula aos processos de subjetivação. Já Antunes e Braga (2009) apontam para o fato de que o acesso e a distribuição das tecnologias são fenômenos sociais e historicamente localizados, ou seja, dependem diretamente das condições materiais em que se inserem. Para Englert, Woodcock e Cant (2020) os valores e interesses contemporâneos que envolvem a produção tecnológica exercem influência decisiva sobre seus processos.

Seligman-Silva (1995), em seu clássico texto sobre desgaste mental no trabalho dominado, já recorria ao pensamento marxiano para alertar sobre as implicações da tecnologia sobre os trabalhadores. Recuperando Braverman (1974), a autora examina as transformações na organização do trabalho e o aumento da separação entre concepção e execução das tarefas, “não por causa das tecnologias em si, mas sim pela maneira como se foram acoplando formas de gerenciamento cada vez mais acuradas no estabelecimento dessa separação” (Seligman-Silva, 1995, p. 92).

Nesse sentido, pode-se dizer que a pandemia da Covid-19 acelerou a penetração involuntária das novas tecnologias em nossas vidas, invadindo não só o campo doméstico, mas também o profissional, a partir da adoção de medidas sanitárias de isolamento, em nível global. No Brasil, em março de 2020, o poder público determinou quais serviços, considerados essenciais, continuariam funcionando presencialmente, em função da sobrevivência e da segurança comunitária, através do decreto Decreto nº 10.282 (Brasil, 2020). A partir disso, trabalhadoras e trabalhadores das mais variadas áreas e ocupações tiveram de adaptar suas atividades para formatos virtuais, tanto para a manutenção da sua fonte de renda como para o atendimento da população que teve sua demanda aumentada, como, por exemplo, profissionais que atuam nas políticas

públicas (Costa et al., 2023).

Este contexto favoreceu duas apropriações da tecnologia. A primeira foi o isolamento social, considerado até como oportunidade para atividades úteis ou de lazer online. A segunda foi a forma de garantir o processo produtivo, inclusive dos bens culturais a serem consumidos (educação, saúde, etc.). Assim, observaram-se inúmeros relatos de experiências home office (trabalho remoto) que evidenciaram as vantagens e desvantagens dessa nova organização do trabalho (Queiroga, 2020).

Como indicado, as medidas governamentais para a prevenção do contágio pela Covid-19 produziram a ampliação de determinados sofrimentos, como quadros de adoecimento mental, angústia, ansiedade, depressão, em distintas faixas etárias. Nesse contexto, Gonçalves (2023) afirma que tal período, tão incomum, aumentou a demanda por atendimento em saúde mental, especialmente pelos grupos mais atingidos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) acrescenta que o estresse trazido pela pandemia e pelo isolamento social impactou, de forma distinta, trabalhadores da saúde, gestores, pessoas que pertencem a grupos de risco (idosos, portadores de doenças crônicas, gestantes e lactantes) e a população em geral (Rocha et al., 2023).

Neste contexto, é importante resgatar o papel do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que, neste momento de crise, foi chamado a intervir com agilidade, como autarquia responsável por disciplinar, orientar e fiscalizar o exercício da profissão (Brasil, 1971; 1977). Ainda na primeira quinzena de março de 2020, o CFP reafirmou o compromisso da Psicologia, na atuação em emergências e desastres (CFP, 2020b).

Logo após o Conselho autorizou a prestação de serviços para os meses de março e abril de 2020, sem a necessidade de aguardar a confirmação da plataforma “Cadastro e-Psi”, de modo a facilitar a prestação do serviço à população (CFP, 2020b), autorização que foi efetivada no âmbito da regulamentação da profissão, através da Resolução nº 4, de 26 de março de 2020 (CFP, 2020c).

Na verdade, foi somente com o advento da pandemia da Covid-19, em 2020, que o CFP publicou nova regulamentação sobre os atendimentos mediados pelas TICs, através da Resolução nº 4, de 26 de março de 2020 (CFP, 2020c), a qual, só recentemente, foi substituída pela Resolução nº 9, de 18 de julho de 2024 (CFP, 2024b). Entre as principais mudanças, estão a não exigência do cadastro na plataforma “Cadastro e-Psi” e a nomenclatura adotada para as TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação) as quais, para fins deste artigo, seguiremos nomeando como TICs. Em

resumo: a apropriação dessas tecnologias pela Psicologia é recente e ainda estava em fase de consolidação, quando nos confrontamos com a pandemia e com o subsequente aumento de demanda por inscrição no Sistema Conselhos.

Para se ter uma noção do avanço repentino do uso das TICs entre as psicólogas(os) com o advento da Covid-19, observe-se que, entre os anos de 2004 e 2018, encontramos 2480 psicólogas(os) cadastrados com atuação online (CFP, 2020a). Logo após a resolução 11/2018 (CFP, 2018), confirma-se um aumento expressivo da categoria no ambiente online. Contudo, o aumento do número de cadastros foi particularmente notável nos anos de 2020 e 2021, contabilizando mais de 150 mil registros, o que coincide com o ápice da pandemia em nosso país (Silva, 2023).

No território mineiro, houve um aumento expressivo das solicitações de cadastros. Em 2020, ano de início da pandemia, verificou-se um total de 10.573 solicitações junto ao CRP-04/MG, contra 1.883, feitas em 2019, o equivalente a um aumento de 461%. Nos três anos seguintes, mais de 12 mil novos cadastros foram realizados.

Para Gonçalves (2023), a mudança repentina e abrupta dos atendimentos presenciais para os atendimentos online fez com que muitas psicólogas(os) se lançassem no meio virtual sem o devido preparo, tendo que lidar, tanto com a nova estrutura e a organização do seu trabalho, quanto com os efeitos produzidos por essa nova modalidade na relação terapêutica.

Se a intensificação do uso das TICs ocorreu com a chegada da Covid-19, esse uso se manteve mesmo com o fim da emergência de saúde pública, em 2023 (OPAS, 2023), deixando assim um legado para as nossas formas de viver e trabalhar. Isso mostra como as práticas psicológicas, como atividade de trabalho, se situam em um contexto sócio-histórico, político e econômico.

Na sequência, apresentamos noções essenciais que dizem respeito à perspectiva teórico-metodológica da Psicologia do Trabalho e que serão fundamentais para traçarmos algumas considerações acerca dos resultados produzidos neste estudo.

2.2 O trabalho das(os) psicólogas(os) como atividade e o viés da interseccionalidade

Como afirmamos na introdução deste estudo, nossa perspectiva teórica está baseada nas contribuições da Psicologia do Trabalho, particularmente das chamadas abor-

dagens clínicas do trabalho, como definem Bendassolli e Soboll (2011), que situam o trabalho como atividade humana contextualizada e intencional de transformação, de si mesmo e do mundo, no lugar central de análise.

Para estes autores, as abordagens clínicas do trabalho compreendem o distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real, com base na tradição do pensamento ergonômico. Dessa forma, a atividade é sempre sede de investimentos vitais, pois não é determinada mecanicamente pelo seu contexto, ao contrário, ela o modifica e dele se apropria.

Ademais, é fundamental que possamos elucidar algumas noções teóricas bastante caras à análise do trabalho, particularmente relacionadas ao fim das fronteiras entre trabalho e vida.

Santana (2020) argumenta que o capitalismo contemporâneo transformou a relação entre os sujeitos e o trabalho, substituindo o Estado como organizador social pela empresa, que agora regula as subjetividades e a própria vida social. A lógica empresarial de concorrência, antes limitada ao mundo do trabalho, agora permeia todas as esferas da sociedade. Essa mudança dissolve a distinção entre tempo de trabalho e lazer, fazendo com que o trabalho invada todos os aspectos da vida, refletindo-se especialmente no contexto das novas tecnologias e no home office. Quanto ao trabalho das psicólogas(os), um dos principais impactos trazidos com a intensificação do uso das TICs é, justamente, a invasão do espaço doméstico pelo trabalho.

Segundo Antunes (2020), o home office traz vantagens para as empresas, como a individualização do trabalho e a redução das relações sociais nos ambientes profissionais, eliminando também a separação entre trabalho e vida pessoal, exacerbando a carga de trabalho, particularmente sobre as mulheres.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) define teletrabalho como atividades realizadas fora dos escritórios centrais, integradas por tecnologias digitais, mas destaca que ele deve ser caracterizado por variáveis como local, horário, tipo de contrato e competências necessárias.

Acerca dos aspectos relacionados à extinção das fronteiras entre trabalho e vida, cabe ressaltar que a complexidade da relação trabalho-família, que já existia antes da pandemia, ampliou-se, agora que as fronteiras dessa relação foram diluídas. Martins, Aguiar e Bastos (2020), ao abordarem a ambiguidade dessa situação, indicam que novos contratos e limites devem ser estabelecidos para que a convivência seja possível

e para que vínculos e resultados sejam preservados, buscando um equilíbrio. Afinal, a disputa por espaço, onde ócio, trabalho, lazer e família coabitam, é algo imposto por essa nova realidade. Mas esse contexto, que poderia favorecer a aproximação entre os membros do grupo familiar, pode fazer “com que os limites entre os horários de trabalho ou lazer e as interrupções dos familiares sejam potenciais fontes de conflito” (p.51). Nesse ambiente, atividades laborais e tarefas domésticas se intercalam e se sobrepõem. Dessa forma, “lidar com a questão: ‘já que você está em casa...’ pode trazer um alto custo emocional e ser bastante desgastante” (Martins; Aguiar; Bastos, 2020, p.49).

Esse contexto se agrava na medida em que, para Hirata e Kergoat (2007), a organização social é estruturada pela divisão sexual do trabalho, a qual designa aos homens o campo produtivo e de maior prestígio, enquanto às mulheres se designa a esfera reprodutiva. Tal organização social favoreceu a construção de papéis de gênero, que se mostram imperativos, especificamente para as mulheres, no que diz respeito à realização das tarefas domésticas. Apesar dos direitos conquistados pelo movimento feminista, sobretudo ao longo do século XX, alguns dados observados por Itaboraí (2015) acerca das alterações na distribuição de papéis na família brasileira nos últimos 40 anos, apontam para a continuidade da vinculação do feminino ao espaço privado e ao cuidado. De acordo com o estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o cenário de desigualdade entre homens e mulheres pouco mudou no período de 1995 a 2015, sendo até observado, em alguns aspectos, o aumento dessa desigualdade, especialmente, para as mulheres negras (Ipea, 2017).

Nesse sentido, a interseccionalidade apontada pelo movimento feminista negro e reconhecida por Crenshaw (2002), é importante eixo de análise, já que “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p.177). Nesse sentido, destacamos que “a raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais” (Ianni, 2004, p. 147) e possuem imbricações que remetem à formação social do Brasil.

Ressaltamos que os impactos dessas novas formas de trabalho sobre a saúde devem servir de alerta, para que os trabalhadores/gestores tomem consciência de seus

usos adequados, em prol da garantia da qualidade de vida, fora e dentro do trabalho.

Entendemos, assim, que o exercício da Psicologia, em suas múltiplas áreas, pode ser analisado a partir da noção de atividade, com toda a riqueza heurística que dela deriva. Daí entendermos, por exemplo, que o trabalho é perpassado, ora pela execução de puras prescrições e tarefas repetitivas, num ambiente desprazeroso ou adoecedor, ora pelo desenvolvimento e permanente construção da subjetividade, no registro da criatividade e da autonomia, ou seja, da capacidade de dispor “as normas e o meio de trabalho” (Canguilhem, 2001), o que equivale à construção da saúde, no sentido de um bem-estar ligado à realização do profissional, como sujeito e cidadão, dentro e fora do ambiente de trabalho.

3. Metodologia

Compreender os impactos do uso das TICs na atividade de psicólogos(os) no Estado de Minas Gerais, em tempos de pandemia, tomada como objeto de saúde coletiva ainda muito recente, exigiu a construção de uma metodologia adequada aos processos de análise e às possibilidades abertas aos pesquisadores. O objetivo principal da pesquisa foi investigar os impactos do uso intensificado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), nas atividades das psicólogas (os), em Minas Gerais, com ênfase nas relações entre trabalho e processos saúde-doença. Para isso, buscou-se: a) mapear as modalidades de uso das TICs, nas diferentes áreas de atuação da psicóloga(o); b) investigar os sentidos atribuídos pela(o) profissional de Psicologia à adoção das tecnologias digitais, considerando os recortes de classe, raça, gênero, idade e demais variáveis sociodemográficas, relacionando-as com trabalho e renda; c) levantar as modalidades de intervenção das psicólogas(os) em que a atividade presencial tem prevalência sobre o uso das TICs; d) comparar os efeitos de cada modalidade sobre o bem-estar ou mal-estar no trabalho.

A partir de uma perspectiva teórico-metodológica que busca convocar os próprios sujeitos a refletir sobre suas práticas, e tendo como foco a análise da atividade (Bendassolli; Soboll, 2011) e a questão-problema aqui privilegiada (a introdução das TICs e os processos saúde-adoecimento), optou-se pela pesquisa multimétodos. Essa opção

se deveu ao caráter multifacetado do objeto estudado, o que supera a dicotomia entre métodos qualitativos e quantitativos ou entre objetivismo e subjetivismo. Essa metodologia possibilita a triangulação da investigação sob diversas óticas, ou seja, a triangulação de dados, na estruturação da investigação, bem como nos planos interdisciplinar e teórico.

No que se refere à produção de dados, junto aos sujeitos da pesquisa, atuamos em duas etapas. Na primeira, coletamos dados sociodemográficos dos participantes, seguindo-se a aplicação de um questionário previamente estruturado sobre o trabalho, durante a pandemia. Participaram desta etapa psicólogos que atendessem aos seguintes critérios: ter o CRP ativo; estar atuando como psicólogo(a); aceitar participar, como voluntário, deste estudo. Os critérios de exclusão eram: não ser registrado no CRP/04; não aceitar os termos do TCLE.

Inicialmente propusemos que os sujeitos da pesquisa fossem acessados através dos canais de comunicação do Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), que, através de uma solicitação formal, se dispôs a nos fornecer o mail-listing dos filiados cadastrados em sua base de dados. Assim, poderíamos enviar o formulário com um questionário de dados sócio-demográficos e com questões relativas ao uso das TICs e seus impactos nos processos saúde-adoecimento. Junto seguiria um texto com a apresentação da pesquisa e um link para acesso à mesma. No entanto, para surpresa nossa, uma mudança de gestão no Conselho bloqueou tal parceria, o que mudou radicalmente os planos para termos acesso a um número mínimo significativo de psicólogas(os) de Minas Gerais, com cerca de quarenta mil cadastrados, à época. Assim, optou-se pela divulgação da pesquisa através dos contatos pessoais dos pesquisadores envolvidos. Neste sentido, a planejada etapa teve de ser reformulada. Com efeito, o esforço de contatos através de comunicação individual dos pesquisadores só rendeu a adesão de 60 participantes, em vez de alguns milhares, como foi pensado. Isto nos obrigou a replanejar o projeto, de modo a nos concentrar, basicamente, na pesquisa qualitativa, através de entrevistas aprofundadas com o grupo contactado. Mesmo assim, o quantitativo dos 60 participantes foi reduzido, pois apenas 19 dentre eles se disponibilizaram a participar das entrevistas individuais, fornecendo e-mails de contato. Assim, as 19 entrevistas foram realizadas entre os meses de maio a agosto de 2023.

A utilização de entrevistas, na produção de dados verbais, é amplamente difundida em pesquisas qualitativas e suas diferentes modalidades vão desde as mais estrutura-

das às mais abertas e espontâneas (Flick, 2009). No caso, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, por meio das TICs, ou seja, através de videochamadas e do uso do Skype, que permite a gravação das chamadas. Todos os participantes autorizaram a gravação das entrevistas, para posterior transcrição, a fim de se compreender em profundidade os aspectos inicialmente levantados, bem como para se produzirem novas interações e discussões (Saldaña, 2013), numa perspectiva qualitativa.

A pesquisa documental, por sua vez, foi realizada a partir de leitura e análise tanto de publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Regional (CRP-04), quanto de outros documentos de domínio público, como Normas Regulamentadoras (NRs) relativas ao trabalho com tecnologias digitais, leis estaduais e federais, resoluções, referências técnicas, códigos, portarias e decretos, assim como matérias jornalísticas, publicações em redes sociais e na web, afetas ao tema.

Ao adotar uma postura crítica na análise documental, buscamos nos manter, na ótica de Spink et al. (2014), atentos ao seu contexto de produção, com o objetivo de compreender seus diversos elementos e aspectos, em confronto com a realidade observada e vivenciada, uma vez que os documentos, mais do que prescrever ou sistematizar estruturas e procedimentos, referem-se às normas que compõem e são compostas, em um contexto sócio-histórico, permeando as práticas profissionais (Spink et al., 2014).

Ao postular uma análise da atividade das psicólogas(os) e suas interfaces com a intensificação do uso das TICs, propusemos também algumas reflexões acerca do papel da psicóloga(o), enquanto pesquisador e produtor de conhecimento científico. Portanto, tomamos a própria utilização das TICs pela equipe de pesquisa como instrumento e plataforma de produção do conhecimento e como objeto de análise.

Nesse sentido, foram empreendidas discussões visando realizar, na ótica da implicação do pesquisador (Paulon, 2005), uma espécie de metanálise de nossa participação na pesquisa, com o uso das TICs, tais discussões buscaram refletir ou analisar o papel dos pesquisadores e suas interações com as mesmas.

A escrita colaborativa foi também parte importante do processo desta pesquisa. As possibilidades de trocas, debates, divergências e convergências, são um elemento básico do processo da escrita em pesquisa qualitativa, possibilitando: a formação de bolsistas de Iniciação Científica, de mestrandos, doutorandos e doutores, em um modelo de pesquisa em equipe, de compartilhamento de experiências e de uma escrita

não-hierarquizada, gerando um deslocamento entre os diversos saberes dos pesquisadores (Gale; Wyatt, 2017).

Os dados qualitativos foram analisados e tratados com suporte tecnológico, através do programa ATLAS.ti (versão 2023), pois este permite realizar todas as etapas da análise de conteúdo (Bardin, 1977; Saldaña, 2013), além do compartilhamento, entre os pesquisadores, das análises parciais, percepções e comentários sobre o processo de análise.

Além disso, o processo de triangulação dos dados, obtidos por diferentes vias, abriu possibilidades de se construírem correlações entre essas diversas informações, em diálogo contínuo com as produções bibliográficas utilizadas na pesquisa.

4. Resultados e discussão

Durante a análise de dados foram criadas as seguintes categorias de análise: 1) Inovações e desafios na realização da atividade; 2) Psicologia como profissão majoritariamente feminina; 3) Nova configuração do ambiente doméstico; 4) Prazer e sofrimento no trabalho; 5) O modelo híbrido como tendência do exercício da profissão.

Com o objetivo de apresentar mais profundamente as categorias em suas subdivisões internas e expor fragmentos de falas das profissionais, reduzimos este artigo à apresentação das categorias de análise Psicologia como profissão majoritariamente feminina e Prazer e sofrimento no trabalho. Tal escolha se justifica na medida em que estas categorias expõem amplamente os conteúdos encontrados na pesquisa de campo, incluindo elementos presentes também em outras categorias, além de focalizar elementos valiosos para uma análise crítica da atividade, sob uma perspectiva interseccional. No título a seguir, apresentamos a primeira categoria.

4.1 Psicologia como profissão majoritariamente feminina

Um aspecto que se mostrou relevante na análise dos dados foi a discussão em torno da interseccionalidade. Buscamos, por meio dessa conceituação, compreender como a intensificação do uso das tecnologias ocorre de maneira distinta, a partir dos cruzamentos entre um ou mais marcadores sociais: raça, classe e gênero (Crenshaw,

2002). Afinal, se o próprio acesso ao trabalho é mediado por tais marcadores, os impactos decorrentes do teletrabalho também se darão de maneira distinta, a partir da realidade concreta das psicólogas brasileiras que constituem, aproximadamente, 80% da categoria profissional de acordo com o CensoPsi do CFP (2022).

Nesta categoria, buscamos discutir os atravessamentos da adoção do teletrabalho para as profissionais mineiras, enfatizando a repercussão diferenciada na relação familiar, especialmente na divisão de tarefas domésticas e na dinâmica de cuidados, conformando uma condição específica da mulher-psicóloga, após o advento da pandemia.

Abramos parênteses para assinalar que a pesquisa documental apontou diferentes vivências das categorias profissionais femininas. Com efeito, de acordo com o IBGE (2022), em 2020, 825,3 mil postos de trabalho foram perdidos, sendo que destes, aproximadamente 600 mil eram postos ocupados por mulheres. Além disso, segundo a PNAD do mesmo ano, a taxa de desemprego no Brasil alcançou a marca recorde de 5,45 pontos entre a população preta e parda, frente ao restante da população, revelando a maior vulnerabilidade vivenciada por mulheres negras (Dyniewicz et al., 2021). Tais dados reforçam a necessidade de maiores estudos que escrutinem a atividade de psicólogas pretas e pardas no Brasil, após o advento da pandemia da Covid-19.

Os dados mostrados a seguir apresentam especificidades da atividade de psicólogas mineiras, embora reconheçamos os limites do presente estudo, pois este não esgota uma análise interseccional da temática. De todo modo, buscamos uma análise crítica dos relatos obtidos, segundo a dinâmica das relações de desigualdade construídas na formação social do Brasil (Ianni, 2004).

Com efeito, de acordo com Monteiro, Araújo e Moreira (2018), os trabalhos de cuidado com a casa e com os filhos, tidos como “trabalho doméstico”, têm sido historicamente atribuídos à mulher e surgem como uma incumbência específica do gênero feminino, “revestido com as características da invisibilidade social, em um misto de papéis naturalizados e tarefas desqualificadas ou desvalorizadas socialmente” (p. 3).

Esse processo de atribuição das características biológicas femininas a papéis socialmente construídos, com restrições de acesso a funções políticas e econômicas, nomeado como “divisão sexual do trabalho” (Hirata, 2001), é bastante relevante para compreendermos a realidade do trabalho da mulher. Tal divisão de trabalho ainda traz impactos, apesar dos avanços do movimento feminista, como ilustra o relato da entrevistada 15:

Eu acho que essa compatibilização dos papéis que às vezes as mulheres acumulam, de cuidar de casa, cuidar de filhos, ser profissional, eu acho que isso teve um impacto muito grande, assim, para as mulheres, especificamente, que eu imagino, que para os psicólogos, né?

De acordo com Craide (2024), o levantamento Mulheres no Mercado de Trabalho, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), no ano de 2022, revelou que o tempo de trabalho dedicado pelas mulheres ao trabalho reprodutivo é de 17,8 horas semanais, enquanto o dos homens é de 11 horas. Para Souza e colaboradores (2020), é exatamente a naturalização dessa dupla (ou tripla) jornada de trabalho que fez com que as mulheres tivessem menos condições de construir hábitos de prevenção aos transtornos mentais, durante a pandemia, como exercícios físicos e atividades de lazer.

Ao longo da coleta de dados, destacaram-se os relatos de mulheres que, concomitantemente à vivência do teletrabalho, enfrentavam questões relativas ao ser mulher e à maternidade. Como tema rediscutido por Calligaris e Homem (2019), dentre as culpas da maternidade encontra-se aquela decorrente de ter que se ausentar do espaço doméstico e do cuidado dos filhos, para participar do mercado de trabalho. No contexto da pandemia, apesar do exercício profissional se dar dentro do espaço doméstico, muitas mulheres não tiveram condições de desempenhar a maternidade idealizada e socialmente imposta, o que gerou sentimento de culpa e inadequação com a proximidade física dos filhos, como exposto no fragmento abaixo.

Os conflitos familiares, meu sentimento de inadequação, de expor minha filha a viver uma experiência dela, que é uma mãe dentro de casa, que não está prestando atenção nela. Vou passar uma enorme parte do dia sem conseguir prestar atenção nela e a demanda dela era para uma mãe que está dentro de casa, né? (Entrevistada 11)

Na medida em que o isolamento social se prolongava, psicólogas e psicólogos, assim como outras categorias profissionais passaram a adequar e adaptar suas casas ao trabalho. Nesse sentido, observamos profissionais que buscaram separar um espaço exclusivo para o trabalho no ambiente doméstico, adquiriram equipamentos, móveis, realizaram reformas, aumentaram os planos de internet etc. Mesmo com essas adaptações, mães de filhos menores apontam as dificuldades vivenciadas para trabalhar dentro de casa, sendo comum elas serem “demandadas” durante os atendimentos:

No início, meu problema maior era a interferência do meu filho, que ele ainda não entendia que eu estava aqui e eu estava trabalhando, né? Então, às vezes ele batia na porta. Aí

às vezes eu precisava, avisava. Sempre aviso antes, principalmente quando é paciente novo, ‘Olha eu tenho uma criança. Ele me demanda e tal’, eu sempre avisava, ‘olha se ficar muito difícil, eu vou precisar parar só para dar uma atenção ali para ele parar de bater’[...]. (Entrevista 7)

Nesse sentido, as condições de trabalho e a própria natureza da atividade, por vezes, se apresentou como inconciliável para um ambiente de proximidade com os filhos, especialmente para as profissionais que não tiveram condições de construir um espaço privativo para o trabalho. Para essas profissionais, houve impactos significativos sobre a saúde mental, visto que, durante os atendimentos, sabiam que poderiam ser escutadas pelos familiares. Casos como este se deram mais grave e frequentemente para psicólogas vinculadas às políticas públicas que, no contexto da pandemia, vivenciaram um cenário de “desresponsabilização estatal com super-responsabilização das(os) profissionais” (Costa et. al, 2023), que se viram em um contexto de precarização sem precedentes, acompanhada pela urgência da demanda pública.

Então eu me sentia péssima, eu achava horrendo aquilo, achava horrendo ela [a filha] ter que escutar, igual eu escuto várias vezes. Eu tive adolescente [cliente] que sofreu violência sexual e aí ela [a filha] escutou eu começando esse atendimento, até achar um lugar para poder conversar sobre o assunto... Tive adolescente que sofreu óbito e ela ficou escutando tudo isso. E isso acabou com a minha saúde mental, acabou com minha saúde mental. (Entrevistada 11)

Os relatos revelam uma condição específica da mulher no novo modelo de atendimento, que frequentemente tiveram que conciliar o trabalho doméstico e a atividade profissional, sendo comum a não-cooperação dos parceiros seja com as tarefas domésticas, seja com o cuidado com os filhos. Além disso, em 2020, com o isolamento social e com a permissão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para possibilidade de realização do processo online, o número de divórcios no Brasil alcançou o recorde histórico durante o segundo semestre de 2020, com o número de 43,8 mil processos realizados em cartórios (Lacerda, 2021), confirmando as análises de Martins, Aguiar e Bastos (2020) sobre o potencial aumento de conflitos gerados pela dissolução da fronteira trabalho-família. Sendo assim, evidenciam-se, também, questões relativas à sobrecarga das mães solo.

Na época que eu ainda estava casada, meu ex-marido que cozinhava... depois que eu precisei passar a cozinhar, piorou. Aí eu comecei ter que gastar mais com comida, mais dificuldade financeira, então menos estabilidade emocional, né? É, comia quando eu lembrava que eu tinha fome. Mas eu tinha que dar comida pra minha filha, então eu tinha que fazer comida, tinha que ter coisas 'saudável' em casa. Engordei muito durante a pandemia. Engordei uns quase uns 10 quilos. Durante a pandemia comia compulsivamente... comfort food mesmo. (Entrevistada 18)

Foi caótico. Porque eu acho que na época, eu tinha muito medo de pegar o Covid, era notícia, só notícia ruim, só tragédia, uma atrás da outra. E eu tenho um filho também, então tem que ficar em casa. As escolas fecharam e ter que ficar em casa e cuidar da rotina doméstica, com o trabalho e com uma criança de 5 anos. (Entrevistada 3)

Então estou fazendo almoço e trabalhando ao mesmo tempo, aí eu tenho que buscar a criança na escola, não é? Dá almoço para criança, fazer para casa, tudo enquanto eu estou trabalhando, aí essa-essa dificuldade da gente ir acertando coisas assim. Acaba que é uma carga especialmente pra mulher. É uma carga, e eu sou mãe solo hoje, né? (Entrevistada 18)

Foi observado que o teletrabalho, para as mulheres que tiveram condição de acessá-lo, facilitou o exercício das atividades da maternidade: trabalho durante a gravidez, amamentação e primeiros cuidados. Nessas circunstâncias, a rede de apoio familiar mostrou-se fundamental para realização do suporte psicossocial dessas mulheres. Entretanto, é importante ressaltar que mesmo quando as profissionais possuem essa rede, o papel de cuidado ainda é, muitas vezes, realizado por outras mulheres.

Então, assim estar em casa e atender online para mim foi muito positivo porque o meu filho tinha acabado de nascer. Eu voltei a trabalhar com 1 mês e meio... Eu pude passar muito tempo com ele, né? Então, tinha tempo, entre as aulas para dar o peito, para fazer dormir. (Entrevistada 14)

Crianças em casa, eu tenho dois filhos, né? Então eu conseguir trabalhar com as crianças em casa foi um enorme desafio, então eu precisei do apoio de família, né? Vindo aqui pra casa em alguns momentos, eu precisei da minha mãe e da minha sogra vindo para cá. (Entrevistada 1)

Dessa forma, observamos que a atividade de psicólogas neste período foi marcada por inúmeros desafios para o exercício profissional, sobretudo no que diz respeito à manutenção da saúde mental. Neste fato, coadunam-se fatores relativos não só ao gê-

nero, como também, à raça e à classe, que se expressam tanto na possibilidade de acesso ao teletrabalho como nas condições de sua realização. Além disso, destacamos como as normativas da maternidade, o acúmulo de tarefas e a reduzida condição material para as atividades profissionais no ambiente doméstico impactaram e produziram diferentes processos de subjetivação. Destacam-se condições de trabalho precárias e com grande acúmulo de tarefas, especialmente agravadas entre as profissionais de políticas públicas (Costa et. al, 2023), além de sentimento de culpa e sobrecarga por atuar com temas sensíveis dentro do espaço doméstico sem as condições ideais para a atuação e a ocorrência de conflitos familiares que tiveram o divórcio, de forma não incomum, como desfecho.

4.2 *Prazer e sofrimento no trabalho*

Nesta categoria, buscamos evidenciar o aspecto qualitativo presente na atividade dos profissionais em teletrabalho, especialmente durante o período pandêmico, revelando sobrecarga, dificuldades inerentes à transição da modalidade de trabalho, o prazer e qualidade de vida obtido por parte da categoria, o não-reconhecimento de um trabalho “invisível” vivenciado, sobretudo, por psicólogas(os) que atuam em instituições e, por fim, os impactos decorrentes do isolamento socioemocional experienciado.

Inicialmente, destacamos a sobrecarga e as dificuldades inerentes à transição para o teletrabalho. Neste posto, observamos a vivência e o exercício dos profissionais durante a transição e adaptação ao teletrabalho, e a atuação em um contexto social inédito e que também causava adoecimento, ansiedade, etc. Além disso, verificou-se a urgência de conciliar o exercício profissional com outros trabalhos, como o doméstico, a utilização de mídias sociais e manejos específicos para o atendimento online, em um contexto de aumento de demanda por atendimento psicológico.

Com o advento do trabalho remoto naquela época da pandemia, eu estava atendendo um paciente atrás do outro paciente e dava uma sobrecarga de trabalho. (Entrevistado 2)

É, tinha dia. Eu lembro que quando meu telefone ficou de referência no portão, tinha dia que eu atendia 60 ligações. Era um negócio surreal, assim, negócio surreal... (Entrevistada 1)

Outrossim, foi possível, ainda, verificar o isolamento no exercício docente, além da desorganização da rotina de cuidados pessoais (alimentação, hidratação, sono) devido à sobrecarga e à vivência dos próprios lutos.

Outro aspecto que merece ser destacado envolve os impactos do isolamento socioemocional, uma vez que buscamos conhecer a visão das profissionais acerca do próprio processo de isolamento durante o teletrabalho, em período pandêmico, a partir de vivências familiares, do cotidiano e do exercício profissional. Entende-se por isolamento socioemocional a desconexão social e emocional de familiares, colegas de profissão e amigos causada pela reduzida interatividade social no período pandêmico e o aumento da carga de trabalho.

Era tudo novo, querendo ou não o meu psicológico também estava envolvido por outras questões, que era uma pandemia, então comparado a isso também tinha a demanda dos meus clientes vivenciando uma coisa que eu também não sabia lidar, que era a questão da morte, do medo, do isolamento, do incerto, enfim. (Entrevistada 3)

Ademais, cabe ressaltar a ampliação do que chamamos, aqui, de trabalho invisível, uma vez que a invisibilização do trabalho de profissionais, fato já presente na prática presencial, ganhou, na modalidade do trabalho remoto, novas proporções, tanto pelo aumento da demanda como pela cobrança institucional, com a ausência de reconhecimento da sobrecarga de atividades.

Nesse sentido, é necessário evidenciar como a transição para o modelo de atendimento remoto provocou sintomas físicos e psíquicos nos profissionais das mais variadas áreas de atuação da Psicologia, além dos acometidos pela própria Covid-19.

Sim, essa angústia que eu estou trazendo para você, dizendo para você, é uma, é algo assim que traz para a gente ainda da área, assim, houve um estresse gigantesco. Então mediado pelo excesso de trabalho, por não ter uma formação na área de atendimento online e, além disso, pela falta de adequação dos espaços, pela questão política, e humanitária que estava acontecendo no país [...]. (Entrevistado 2)

Por fim, destacam-se também relatos de mudanças da percepção do trabalho, uma relação ambígua de prazer e sofrimento, frente às novas dinâmicas impostas pelo digital, como a dificuldade do reconhecimento na dinâmica laboral online, com um distanciamento sentido de diversas formas com equipe, colegas, clientes, que abre espaço para construção de um novo destino do sofrimento.

Para Dejours (2004), com o uso da inteligência prática, a mobilização subjetiva é uma alternativa para construção de saída favorável ao sofrimento, especialmente dentro do ofício profissional. Essa construção de alternativas possibilita ao sujeito construir seu caminho na busca de saúde.

Por mais difícil que foi, foi algo totalmente transformador depois que eu entendi que era um pouco disso, que eu também estava muito resistente a tecnologias, então foi uma liberdade que eu nunca tive na vida e que eu nunca imaginei que teria, então foi muito transformador. (Entrevistada 3)

5. Considerações finais

Em revisão sistemática da literatura, Gonçalves e Ferreira Neto (2023), apontam que o menor custo dos atendimentos online levanta a discussão acerca da possibilidade de os atendimentos em Psicologia passarem a se dar, cada vez mais, na modalidade híbrida, na qual o atendimento “transitaria entre encontros online e presenciais” (p.14).

Como exposto, a atuação profissional em teletrabalho tem se dado de maneira peculiar para cada profissional. Entretanto, resguardadas as especificidades individuais, é possível observar na realidade das entrevistadas e, pela tendência observada na literatura, a tendência da adesão à modalidade híbrida. Enquadram-se nessa tendência mesmo as profissionais da Psicologia clínica que, apesar das resistências pessoais a respeito da terapia remota, passaram a exercer também o atendimento virtual a partir do período pandêmico.

Já nas organizações, a tendência ao formato híbrido é justificada pelas entrevistadas com relação à necessidade de se encontrar com parceiros de equipe, por conta do vínculo grupal, além de ser útil para o alinhamento de ideias e projetos. Ao mesmo tempo, no que diz respeito à operacionalização das tarefas, a modalidade híbrida se apresenta benéfica em sua face de atuação remota, pela possibilidade de executar tarefas simultâneas e conciliar vida profissional e pessoal.

Em contrapartida, o serviço social encontra maiores obstáculos para a implementação da atividade online, dado o histórico de precarização e sucateamento das políticas

públicas, ocorrido no período pandêmico, apontado em estudo realizado por Costa et al. (2023), que revelam o aumento da precarização das condições de trabalho. Neste caso, o sofrimento é vivido tanto pelas profissionais em Psicologia, como pelos usuários das políticas.

O estudo revela que mesmo as novidades e as potencialidades trazidas pelo período pandêmico são acompanhadas de contradições, cabendo à Psicologia examinar sua práxis e sua contextualização no espaço das políticas públicas.

Para uma consideração final provisória, temos a dizer que, apesar da riqueza deste estudo, ele precisa ter continuidade, pois deixamos de analisar aqui diversos aspectos levantados nos dados de campo. Além disso, outros estudos devem ser feitos, no sentido de se avaliar a interação entre as modalidades presencial e remota de trabalho, interação esta que parece hoje predominar, não só entre as(os) profissionais de Psicologia, mas em diversas outras profissões que julgam vantajosa a modalidade híbrida de trabalho, pouco vislumbrada antes da emergência da Covid-19.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. Boitempo editorial, 2020.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andréa Pereira. *Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações*. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andréa Pereira (Orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Editora Atlas, 2011. p. 3-21.

BRASIL. Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977. *Regulamenta a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências*. Diário Oficial [da] União: seção 1, Brasília, DF, 20 jun. 1977.

BRASIL. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em 30 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.766, de 20 de Dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1971.

CANGUILHEM, Georges. Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*, v. 12, n. 2-3, p. 109-121, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cadastro e-Psi. Todas as regiões: quantidade de aprovações e reprovações por ano. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2024a. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/psicologo/cadastro-e-psi/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cadastros de sites. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2020a. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/psicologo/cadastros-de-sites/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CensoPsi 2022: CFP divulga os resultados da maior pesquisa sobre o exercício profissional da Psicologia brasileira. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/censopsi-2022-cfp-divulga-os-resultados-da-maior-pesquisa-sobre-o-exercicio-profissional-da-psicologia-brasileira/#:~:text=O%20que%20diz%20o%20CensoPsi>. Acesso em: 09 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Coronavírus: comunicado à categoria. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2020b. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/coronavirus-comunicado-a-categoria/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 011/2012: regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental, e revoga a Resolução CFP nº 12/2005. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2012. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Resoluxo_CFP_nx_011-12.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 11, de 11 de maio de 2018: regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação

e revoga a Resolução CFP nº 11/2012. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em: <https://e-psi.cfp.org.br/resolucao-cfp-no-11-2018/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 12/2005, de 18 de agosto de 2005: regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador e revoga a Resolução CFP nº 003/2000. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005b. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/08/resolucao2005_12.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 4, de 26 de março de 2020: dispõe sobre a regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do Covid-19. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2020c. Disponível em: <https://bit.ly/2TTNmFA>. Acesso em: 30 ago. 2024.

COSTA, P. H. A. da; MENESES, A. F. F.; SILVA JÚNIOR, A. J. da; PINTO, D. F. C.; OLIVEIRA, J. G. C. A. M. de; CARVALHO, M. B.; RONZANI, T. M. Implicações da pandemia para a Psicologia nas políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 23, n. 1, p. 115-137, 2023.

CRAIDE, Sabrina. Pesquisa mostra que diferença salarial entre mulheres e homens caiu. Agência Brasil, 5 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/pesquisa-mostra-que-diferenca-salarial-entre-mulheres-e-homens-caiu>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CURY, L.; CAPOBIANCO, L. Princípios da história das tecnologias da informação e comunicação: grandes invenções. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, VIII, 2011, Guarapuava, PR. *Anais [...]*. Guarapuava: s.n., 2011.

DUTRA, F. A história do telefone celular como distinção social no Brasil. Da elite empresarial ao consumo da classe popular. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 5, n. 2, 2016.

DYNIWICZ, Luciana; SANTIAGO, Maiara; MOTODA, Érika. Com pandemia, desigualdade racial no mercado de trabalho bate recorde. CNN Brasil, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/com-pandemia-desigualdade-racial-no-mercado-de-trabalho-bate-recorde/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ENGLERT, S.; WOODCOCK, J.; CANT, C. Operário digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores. *Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 47-58, 2020.

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa*. Bookman editora, 2009.

FOLHA. *Terapia online dispara com a Covid, e número de psicólogos salta 450% na modalidade*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/09/terapia-online-dispara-com-a-covid-e-numero-de-psicologos-salta-450-na-modalidade.shtml#:~:text=A%20terapia%20online%20ganhou%20um>>. Acesso em: 09 ago. 2024

GONÇALVES, C. M. *Modificação dos processos de trabalho nos atendimentos psicológicos remotos mediados após a COVID-19. Tese (Doutorado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.*

GONÇALVES, C. M.; FERREIRA NETO, J. L. *Atendimento remoto em psicologia no contexto da COVID-19. Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 1, p. 1550–1567, 2024.

GONÇALVES, C. M.; FERREIRA NETO, J. L. *O atendimento psicológico on-line: uma revisão sistemática da literatura. Revista Foco*, v. 16, n. 5, p. e1723, 2023.

HIRATA, H. *Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu*, v. 18, n. 2, p. 139-156, 2001.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IANNI, Octavio. *A questão social. Revista USP, São Paulo, Brasil*, n. 3, p. 145–154, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estatísticas do cadastro central de empresas: 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 132 p.*

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *2 Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526&catid=10&Itemid=9*

ITABORAÍ, N. R. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. 2015. Tese (Doutorado) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.*

LACERDA, Nara. *Brasil tem número recorde de divórcios no segundo semestre de 2020*. *Brasil de Fato*, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/22/brasil-tem-numero-recorde-de-divorcios-no-segundo-semester-de-2020>. Acesso em: 9 ago. 2024

MARTINS, L. B.; AGUIAR, C. V. N.; BASTOS, A. V. B. Covid-19: seus impactos nas relações trabalho-família. In: QUEIROGA, F. (Org.). *Orientações para o home office durante a pandemia da COVID-19*. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 49-58. (Coleção O trabalho e as medidas de contenção da COVID-19: Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho, v. 1).

MONTEIRO, Rodrigo Padrini; ARAÚJO, José Newton Garcia de; MOREIRA, Maria Ignez Costa. *Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico*. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 13, n. 4, p. 1-14, 2018.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. *Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 18, n. 2, p. 193-202, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Teletrabalho durante e após a pandemia da COVID-19 – Guia prático*. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@europe/@ro-geneva/@ilo-lisbon/documents/publication/wcms_771262.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

OPAS/OMS. *OMS declara fim da emergência de saúde pública de importância internacional referente à COVID-19*. Comunicado à imprensa, 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional=-referente#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%205%20de%20maio%20de,%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19>. Acesso em: 27 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *Considerações sobre saúde mental e psicossocial durante o surto de Covid-19*. Genebra: OMS, 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/mental-health-considerations.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

PAULON, Simone Mainieri. *A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção*. *Psicologia & sociedade*, v. 17, p. 18-25, 2005.

QUEIROGA, F. (Org.). *Orientações para o home-office durante a pandemia da COVID-19*. Porto Alegre: Artmed, 2020.

ROCHA, M. L. B. da; BUARQUE, C. do N. L.; BUENO, L. D.; FALCÃO, C. dos A.; FERNANDES, A. L. de M.; OLIVEIRA, A. A. S. de. *Psicologia, Conselho Federal de Psicologia e Covid-19: enfrentamento às desigualdades psicossociais no Brasil*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. e243766, 2023.

SALDAÑA, J. *The coding manual for qualitative researchers*. 2. ed. Londres: SAGE Publications Ltd, 2013. 329 p.

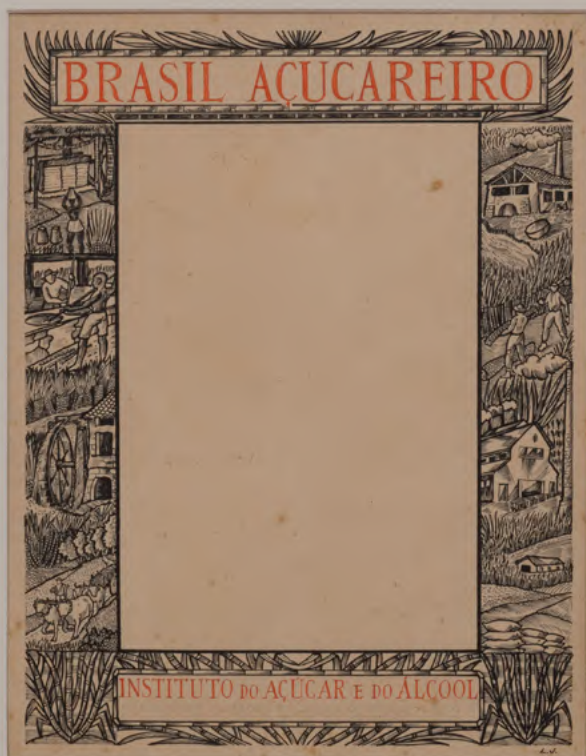
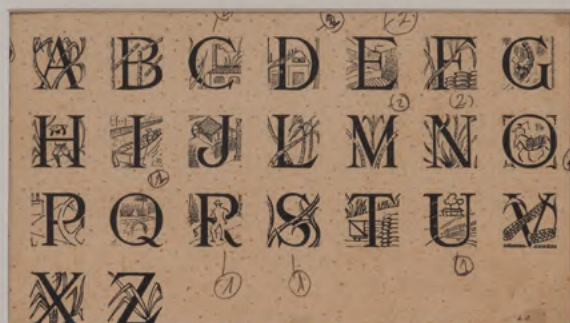
SANTANA, I. L. *Subjetividade e trabalho: ou como as mudanças do capitalismo têm afetado a constituição de sujeitos*. *Primeiros Escritos*, v. 10, n. 1, p. 103-125, 2020.

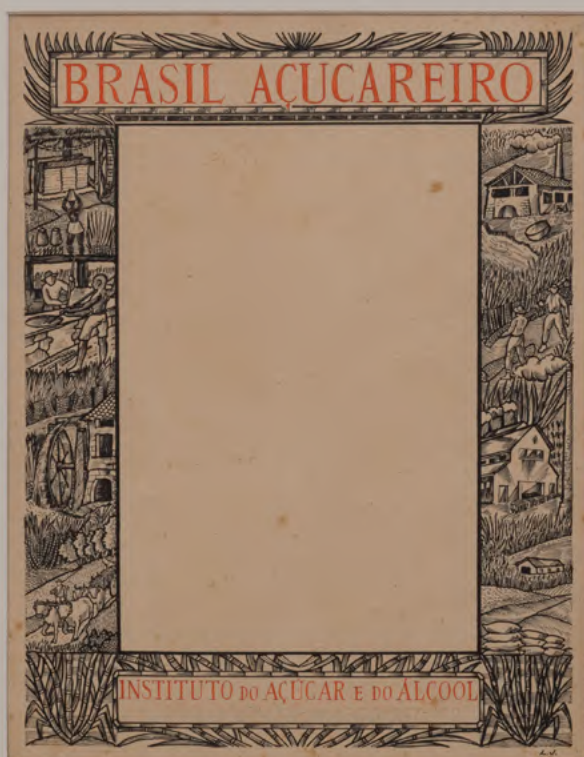
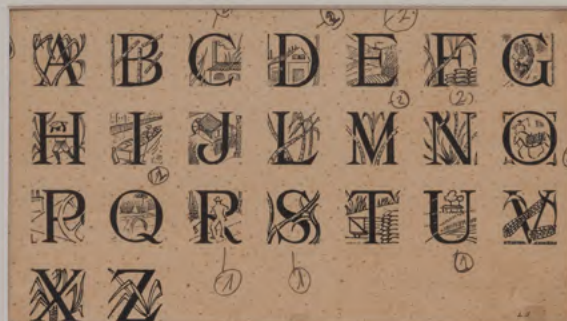
SELIGMAN-SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1995.

SILVA, F. *O fim da pandemia? Espaço do Conhecimento*, 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/o-fim-da-pandemia/#:~:text=Cinco%20de%20maio%20de%20dois,global%2C%20em%20janeiro%20de%202020>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOUZA, A. S. R.; SOUZA, G. F. DE A.; PRACIANO, G. DE A. F.. *Women's mental health in times of COVID-19*. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 20, n. 3, p. 659–661, jul. 2020.

SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. do; CORDEIRO, M. P. *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein De Pesquisas Sociais, 2014. 340 p.









Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



AUTOCOMPOSIÇÃO E TRABALHO NA ERA DIGITAL:

desafios da precarização pela teoria da justiça de Amartya Sen

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54294>

PEDRO HENRIQUE FELICIANO *

RAFAEL SOARES DUARTE DE MOURA **

VITÓRIA DREIDE XAVIER ARAÚJO SILVA***

RESUMO: Este artigo examina o papel da autocomposição na proteção dos direitos dos trabalhadores em um cenário de crescente precarização e flexibilidade no trabalho, especialmente no contexto da uberização e do trabalho por plataformas. Com base em uma abordagem qualitativa, a pesquisa adota uma análise crítica de literatura e estudos de casos. A revisão de conceitos como precarização, trabalho por plataformas, subordinação algorítmica e autocomposição é base para explorar as intersecções entre esses temas. O objetivo central é avaliar a eficácia da autocomposição como ferramenta de proteção e fortalecimento dos direitos trabalhistas na era digital. Os resultados indicam que a autocomposição pode atuar como um mecanismo viável para mitigar os efeitos adversos da precarização, oferecendo um caminho para o fortalecimento das condições de trabalho em um ambiente de extrema volatilidade.

PALAVRAS-CHAVE: : autocomposição; conflitos; participação; trabalho por plataformas.

Self-Composition and work in the digital era: challenges of precarization through Amartya Sen's theory of justice

ABSTRACT: This article examines the role of autocomposition in protecting workers' rights in a context of increasing precarization and flexibility in the workplace, particularly in the context of uberization and digital platform-based work. Based on a qualitative approach, the research adopts a critical analysis of academic literature and case studies. The review of concepts such as precarization, platform work, algorithmic subordination and autocomposition is a foundation for exploring the intersections between these themes. The central objective is to evaluate the effectiveness of autocomposition as a tool for protecting and strengthening labor rights in the digital age. The results indicate that autocomposition can act as a viable mechanism to mitigate the adverse effects of precarization, offering a pathway to strengthen working conditions in an environment of extreme volatility.

KEYWORDS:: autocomposition; conflicts; participation; platform work

* Universidade Estadual de Montes Claros

** Universidade Estadual de Montes Claros

*** Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução

A Uber, como paradigma emblemático de uma nova forma de exploração capitalista, abriu caminho para o estabelecimento do termo “uberização”, que hoje se refere a todos os modelos de negócio operados por plataformas digitais para a oferta de variados serviços (Brito, 2020). Nesse contexto, Fontes (2018) sublinha que o verbo “uberizar” emergiu como reflexo do impacto profundo da Uber, uma empresa que, embora não seja única nem pioneira em sua abordagem, catalisou mudanças significativas no mercado. A autora observa que múltiplas startups, atuando em setores como transporte, financiamento e produção, têm adotado os princípios da economia colaborativa no meio digital, promovendo iniciativas de compartilhamento que transcendem fins puramente lucrativos.

Diante desse cenário, que traz o fenômeno da pejetização para o âmbito tecnológico, a transformação digital e o avanço das plataformas de trabalho, como aplicativos de entrega e transporte (Uber, iFood, 99, entre outros), têm reconfigurado substancialmente as relações laborais.

O fenômeno da “uberização” do trabalho está intrinsecamente ligado ao aumento de vínculos trabalhistas precarizados, caracterizados pela ausência de direitos fundamentais e de segurança jurídica, em contraste com o que se observa nos vínculos empregatícios. Nesse contexto, emerge a questão central de como proteger os direitos dos trabalhadores que estão à margem dos modelos tradicionais de emprego. A questão é levada ao poder judiciário, que emite decisões com entendimentos diversos, enquanto não é firmada uma tese única válida para referidas relações em âmbito nacional.

A questão fundamental que orienta esta investigação é: como a autocomposição pode ser utilizada para mitigar os efeitos da precarização do trabalho imposta pela uberização e pelo trabalho por plataformas?

A autocomposição, entendida como um mecanismo de resolução de conflitos fundamentado na negociação direta entre as partes, desponta como uma possível estratégia para enfrentar esses desafios, em substituição à justiça tradicional com fundamento no processo judicial. A hipótese é de que a participação ativa das partes na solução desta controvérsia recorrente pode oferecer uma resposta mais democrática e adequada do que a via da judicialização.

Este artigo propõe-se a explorar o papel da autocomposição na proteção dos direitos dos trabalhadores em um contexto de crescente precarização, investigando como essa prática pode contribuir para o fortalecimento das condições de trabalho em um ambiente caracterizado por extrema volatilidade e flexibilidade, à luz da teoria da justiça de Amartya Sen.

A abordagem metodológica adotada será qualitativa, com foco em uma análise crítica da literatura acadêmica, estudos de casos emblemáticos e relatórios de organizações dedicadas aos direitos trabalhistas. A investigação se concentrará na revisão estruturada de conceitos-chave, como precarização, trabalho por plataformas e autocomposição, explorando as intersecções entre essas áreas.

O estudo permitirá avaliar o potencial da eficácia da autocomposição como instrumento de proteção e fortalecimento dos direitos trabalhistas na era digital, a partir de princípios democráticos e da distribuição justa.

Desenvolvimento

O surgimento da economia digital e das plataformas de trabalho como uma força predominante na sociedade contemporânea tem implicações profundas para a estrutura tradicional das relações de trabalho. A “uberização” simboliza a fragmentação do vínculo empregatício e a externalização de riscos para os trabalhadores, que, embora formalmente autônomos, encontram-se frequentemente em uma situação de vulnerabilidade (Brito, 2020). Referida “plataformização” é caracterizada por uma exploração disfarçada de empreendedorismo, uma vez que funciona em conformidade com o discurso do capital financeirizado neoliberal (Rocha, 2024). Nesses casos, o trabalhador mantém vínculo apenas com a plataforma e não com um empregador de forma direta, caracterizando a *gig economy*, ou economia do “bico” (Valentina; Salvagni; Cruz, 2023).

A Lei nº 12.551/2011 alterou o artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), equiparando os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à subordinação exercida por meios pessoais e diretos. Esta lei assegura que os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de controle do trabalho (Martins, 2022). Houve o reconhecimento da subordinação em

uma nova modalidade de prestação de serviços, o trabalho a distância, garantindo aos trabalhadores inseridos nesse contexto a proteção trabalhista (Rocha; Muniz, 2013). No entanto, trata-se aqui do teletrabalho, que mesmo antes da Lei nº 12.551/2011, já era reconhecido pela jurisprudência trabalhista, e a lei apenas adicionou contornos a essa modalidade de trabalho (Martins, 2022).

Há impactos para o trabalho em plataformas, ao equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à subordinação exercida por meios pessoais e diretos (Barreto Junior; Silva, 2015; Martins, 2022; Rocha; Amador, 2018; Rocha; Muniz, 2013). Isso significa que o trabalho realizado por meio de plataformas digitais, onde a supervisão e o controle são exercidos por meio de tecnologias de comunicação e informação, passou a ser considerado, para fins de subordinação jurídica, da mesma forma que o trabalho tradicional.

Nessa realidade, os modelos tradicionais de negociação coletiva e regulamentação estatal enfrentam desafios significativos ao tentar adaptar-se a esse novo cenário, onde a dispersão geográfica e a individualização das relações laborais enfraquecem a coesão e o poder de barganha dos trabalhadores (Schneider, 2023). A negociação (ou barganha), conforme exposta na teoria dos jogos, levanta a questão: o resultado de um determinado sistema leva a uma divisão justa dos benefícios? Segundo os ensinamentos de Sen (2010), bastaria verificar se a divisão dos benefícios é notoriamente desigual.

A inovação trazida por este formato de trabalho, decorrentes do avanço das plataformas tecnológicas, levantou questões sobre seu impacto nas disposições jurídicas que regulam as relações de trabalho, visto que o fenômeno precedeu a uma regulamentação que lhe fosse específica e direcionada. Os trabalhadores vinculados ao novo formato de trabalho característico da “uberização”, diante do enigma jurídico da sua realidade, têm recorrido à via judicial para o reconhecimento do vínculo empregatício e, assim, adquirir as garantias destinadas àqueles que mantêm um emprego formal, conforme os moldes estabelecidos pela CLT — Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nesse momento, permanece ainda uma indefinição a respeito dos trabalhadores de plataforma. A classificação desses trabalhadores como empregados ou como trabalhadores autônomos é um ponto central de controvérsia jurídica e social. A Lei nº 12.551/2011 abriu caminhos e também serviu de base para futuras alterações na CLT,

como as que foram feitas pela Reforma Trabalhista de 2017 e pela Lei nº 14.442/2022, que aprofundaram a regulamentação do teletrabalho e das relações de trabalho mediadas por tecnologia.

A permissão para que motoristas privados ofereçam transporte remunerado em veículos próprios se consolidou como um fenômeno global, instaurando um regime de trabalho caracterizado pela flexibilidade, mas também pela precariedade. Essa prática transformou significativamente as dinâmicas de mobilidade nas grandes cidades (Leite, 2017).

A aplicação direta da Lei nº 12.551/2011 nesses casos não é consensual, uma vez que a existência da subordinação jurídica, um dos requisitos para o reconhecimento da relação de emprego, é fortemente questionada nesses contextos. Assim, surge a subordinação algorítmica como um conceito relevante na discussão sobre o trabalho em plataformas digitais.

A subordinação algorítmica é uma forma de subordinação jurídica que se manifesta no contexto do trabalho realizado por meio de plataformas digitais e aplicativos, onde o controle e a supervisão são exercidos por algoritmos (Barzotto; Miskulin; Breda, 2020). Este tipo de subordinação se diferencia da subordinação clássica, que se baseia na supervisão direta e nas ordens explícitas de um superior hierárquico (Coutinho, 2021).

Na subordinação algorítmica, os algoritmos definem como o trabalho deve ser executado. Eles estabelecem regras, tarefas, preços, rotas e outras condições de trabalho, exercendo um poder diretivo sobre os trabalhadores (Fincato; Wunsch, 2020; Voltani, 2022). Outra característica é a presença digital do empregador, onde o algoritmo atua como um “chefe sem rosto”, controlando a atividade dos trabalhadores através de aplicativos e sistemas digitais (Coutinho, 2021).

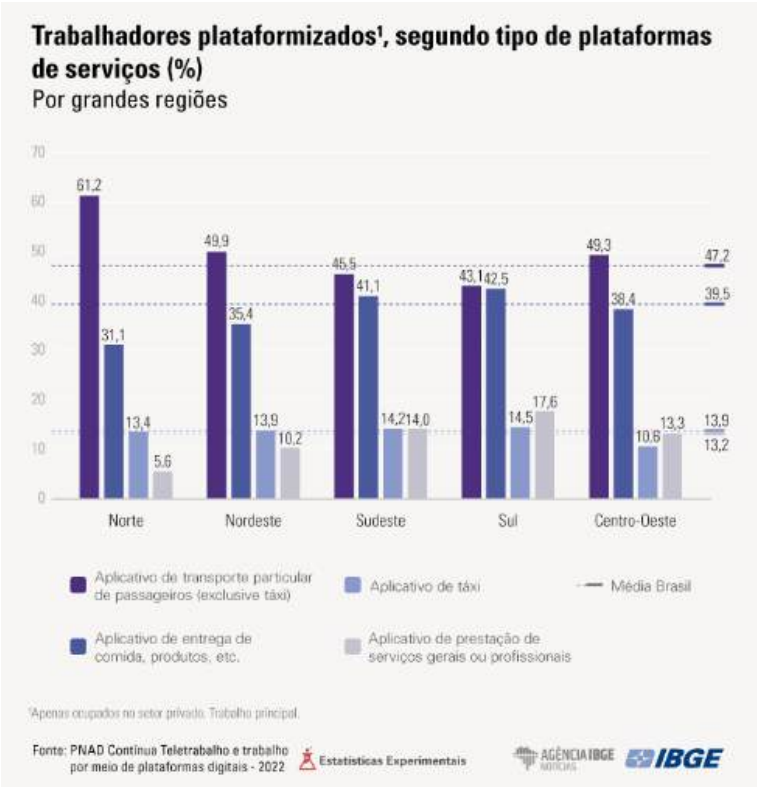
Os algoritmos prescrevem um roteiro prévio de tarefas, informando as obrigações contratuais recíprocas (Barzotto; Miskulin; Breda, 2020). As ordens e comandos são dados por meio de instrumentos digitais e aplicativos (Voltani, 2022). Quanto ao controle dos resultados esperados, o foco da subordinação algorítmica tende a ser o resultado do trabalho, em vez das tarefas específicas para atingi-lo, o que pode flexibilizar a hierarquia e dificultar a identificação do trabalho assalariado (Barzotto; Miskulin; Breda, 2020).

Embora possa parecer que o trabalhador tem autonomia, a subordinação algorítmica muitas vezes restringe a autonomia real e mantém uma falsa autonomia, pois as ações dos trabalhadores são respostas a estímulos e comandos do aplicativo (Barreto Junior; Silva, 2015; Voltani, 2022). Esta nova abordagem também pode usar um sistema de incentivos e punições, muitas vezes com transparência limitada e controle contínuo (Coutinho, 2021; Voltani, 2022).

A subordinação algorítmica envolve-se por uma subordinação potencial, que se pode verificar mesmo que não haja ordens diretas e regulares do empregador, pois o trabalhador tem ciência do poder que o empregador detém em razão do contrato (Barreto Junior; Silva, 2015; Barzotto; Miskulin; Breda, 2020).

Os dados do IBGE revelam uma realidade preocupante no contexto da “uberização” das relações de trabalho no Brasil. Com cerca de 1,5 milhão de trabalhadores atuando em plataformas digitais, observa-se uma expressiva concentração no setor de transporte de passageiros, com 52,2% desse contingente, equivalente a 778 mil trabalhadores, engajados principalmente em aplicativos de transporte de passageiros, em modalidades que incluem ou excluem táxis (Agência Gov., 2023).

Imagem 1 - Trabalhadores plataformaizados
Fonte: Agência Gov., 2023.



A precarização das condições de trabalho nesse setor é ainda mais evidente quando se analisa o segmento de entregas de comida e produtos, em que 39,5% dos trabalhadores de plataformas, em número de 589 mil pessoas, dependem dessa atividade como principal fonte de renda. Além disso, um grupo menor, mas ainda significativo, de 13,2%, ou 197 mil trabalhadores, atua em aplicativos voltados à prestação de serviços gerais ou profissionais.

Diante da facilidade prometida pelo trabalho alegado independente, uma vez que estavam sendo chamados de microempresários, donos do seu próprio negócio e horários, aos poucos, grande parte dos trabalhadores uberizados apreendeu a realidade em que se inseriram, movimentando manifestações pelas cidades onde o serviço por aplicativos é utilizado.

A maior parte dos motoristas trabalha em jornadas que variam entre 22 e 31 horas semanais, enquanto entregadores atingem entre 13 e 17 horas por semana. Há variação porque muitos utilizam a prestação de serviços pelos aplicativos como complemento de renda, enquanto outros dependem disso para sobreviver. Para os que trabalham 40 horas semanais, o estudo estimou renda entre R\$ 2,9 mil e R\$ 4,7 mil para os motoristas, e entre R\$ 1,9 mil e R\$ 3 mil para os entregadores. O impacto trazido por este novo mercado de trabalho, com todas as suas características próprias, como ausência de direitos, deslocamento de atribuição de deveres, e excesso de jornadas de trabalho, integra a pauta do governo Lula para buscar uma solução satisfatória para os trabalhadores (Bortolon, 2023).

Se, em uma primeira análise, surgiram novas oportunidades para pessoas sem colocação no mercado, entende-se que, conforme a teoria de justiça de Amartya Sen (2010), o problema da precarização dos trabalhos plataformizados não pode ser compreendido apenas pela constatação superficial de que aos motoristas e entregadores são ofertadas vantagens que não existiriam se não houvesse a oportunidade disponibilizada por essas grandes plataformas. É preciso compreender, mais a fundo, que há uma distribuição desigual de benefícios, que se alimenta da vulnerabilidade dos trabalhadores, a quem só se possibilita uma escolha de exercer ou não exercer aquela atividade para obter alguma remuneração (e apenas uma remuneração referente a uma prestação de serviços, e não às demais garantias de um vínculo empregatício).

As desigualdades e as injustiças distributivas são problemas que exigem mais que a escolha entre as alternativas que determinam o quanto um sistema distributivo pode

ser mais ou menos justo, quando comparados, mesmo diante de um possível cenário em que não houvesse esse sistema distributivo. Um tratamento como este poderia criar uma “automutilação de direitos”, por receio dos trabalhadores uberizados, pois, afinal, algum trabalho ainda seria melhor que nenhum trabalho (caso as iniciativas de trabalho por aplicativo retirassem sua atividade do país, por exemplo).

Em estudo realizado com motoristas de plataforma, foi identificada uma possível relação entre o medo de perder o trabalho e o controle dos aplicativos e a crença de ser um empreendedor. Dessa forma, a precarização se apoia na condição do trabalho e na subjetividade do trabalhador, que pode sustentar uma visão distorcida da sua realidade. A flexibilização, apontada como suposta vantagem, é um dos fatores da precarização, em aspectos como a longa jornada de trabalho (Valentina; Salvagni; Cruz, 2023). Em um sistema em que se ganha conforme se atende a demandas pontuais (transporte de passageiros e entregas), sem garantia de demanda por parte das plataformas, a autonomia se transforma em jornadas e turnos de trabalho sem qualquer controle.

Não se observa, portanto, qualquer ponto que envolva a responsabilidade das plataformas sobre os trabalhadores. O movimento é contrário: atribuir os riscos ao motorista, de acordo com as suas “escolhas” para o exercício de suas atividades. O cenário tende a se agravar, visto que a Uber anunciou recentemente a modalidade “Uber Seu Preço”, em que motorista e passageiro acordam o valor da viagem, novamente com o argumento de que há vantagens de “liberdade” e “mais dinheiro na mão” (Uber, 2024). Assim, surge um embate velado, em que as plataformas se posicionam como meras intermediárias entre um prestador de serviço e um consumidor.

As crises contemporâneas revelam uma intrincada teia de relações entre as transformações da vida social e as mudanças no mundo do trabalho, particularmente no contexto das plataformas abertas no meio digital. Essas plataformas, que prometem acessibilidade e democratização de oportunidades, ocultam a precariedade e a vulnerabilidade a que submetem os trabalhadores. Em um mundo cada vez mais globalizado e tecnologicamente mediado, as crises econômicas, políticas e sociais são frequentemente exacerbadas pelas desigualdades inerentes a esses novos modelos de trabalho.

Como identificou Sen (2010), o movimento da globalização não é, em si mesmo, negativo, e leva, na verdade, ao desenvolvimento geral, na medida em que ocorrem as trocas econômicas, tecnológicas, intelectuais e culturais, desde que se faça bom uso dessas relações. Paralelamente a esta ideia do autor, é possível inferir que o trabalho

conjunto, com trocas e colaborações mútuas, possa ser uma via mais vantajosa na busca de soluções para problemas complexos. No entanto, isto depende de uma verdadeira e legítima colaboração, em que o resultado esperado seja um desenvolvimento benéfico a todos envolvidos; e não uma negociação superficial. Entretanto, com a cultura avançando em uma direção cada vez mais individualista, ao lado de um discurso de exaltação do empreendedorismo, afetou-se ainda mais a hierarquia de classes entre capital e trabalho e exploração do trabalhador (Valentina; Salvagni; Cruz, 2023).

A transformação do trabalho, especialmente no que se refere às plataformas abertas, reflete uma mudança significativa na experiência laboral, onde a estabilidade e os direitos trabalhistas são substituídos por uma lógica de flexibilidade e eficiência. Ocorre que essa flexibilidade é muitas vezes unilateral, beneficiando principalmente as grandes corporações que controlam essas plataformas, enquanto os trabalhadores enfrentam condições de trabalho incertas e uma constante insegurança econômica. A experiência do trabalho na contemporaneidade se torna uma realidade de constante adaptação e vulnerabilidade, em que a promessa de autonomia é uma ilusão, mascarando a realidade de uma dependência econômica cada vez maior.

Com base nos dados disponíveis até a primeira década dos anos 2000, Kliksberg (2010) defende que as supostas vantagens dos jovens para maior adaptabilidade às novas tecnologias e flexibilidade não impediram o avanço da pobreza, com a peculiaridade de que os mais pobres se tornam mais pobres, e os mais ricos mantêm seus privilégios, criando fortes tendências de precarização trabalhista. São exemplos: contratos temporários, menor proteção social, ausência de seguridade social e renda incapaz de promover ascensão social. Aqueles mais ricos e com acesso à tecnologia galgam as vagas valorizadas, enquanto os jovens mais pobres, excluídos do mercado de trabalho e do sistema educacional, sofrem um bloqueio de oportunidades que resulta em estagnação.

As crises contemporâneas, ao mesmo tempo, são tanto produto quanto propulsores dessas transformações. A crise econômica de 2008 no mundo, por exemplo, acelerou a proliferação de trabalhos precários e informalizados, muitas vezes mediados por plataformas digitais, como uma resposta ao desemprego massivo (Evans, 2008). Da mesma forma, as crises sanitárias, como a pandemia de COVID-19, destacaram ainda mais a precariedade dos trabalhadores dessas plataformas, que continuaram a operar em condições arriscadas, com pouca ou nenhuma proteção.

Ao analisar a precarização dos trabalhos plataformizados à luz da teoria de justiça de Amartya Sen, é evidente que a simples existência de uma oportunidade de trabalho por meio dessas plataformas não pode ser considerada suficiente para garantir a justiça distributiva. A perspectiva de Sen leva a questionar a distribuição dos benefícios gerados por esse modelo de trabalho, que, embora ofereça uma fonte de renda aos motoristas e entregadores, perpetua e exacerba as desigualdades ao explorar a vulnerabilidade dos trabalhadores. Essa forma de exploração é mascarada pela ilusão de liberdade de escolha, quando, na realidade, o trabalhador está preso a um sistema que não lhe oferece alternativas viáveis para melhorar sua condição.

Amartya Sen (2010) ensina que além da exclusão, a injustiça também se manifesta na forma de uma “inclusão injusta”, como a exploração em sentido marxista: o trabalhador está incluído no mercado, no sentido de que exerce uma função de trabalho, porém recebe menos do que lhe é devido, considerando-se o quanto produz. Isso se expande para condições adversas de participação no mercado.

Nesse sentido, o caso de trabalhadores uberizados se enquadra no tipo de injustiça por inclusão injusta (ou desfavorável), pois não estão exatamente excluídos do mercado de trabalho, no sentido que Sen atribui ao termo. Trata-se de uma forma de exploração sob disfarce, ao passo que permite a possibilidade de trabalhar, mas restringe a possibilidade de ter emprego.

A partir dos anos 2000, houve severa restrição de oportunidades, sem caminhos na economia, forçando as novas gerações a adaptar suas expectativas para que se tornassem “colocáveis” no mercado de trabalho (Kliksberg, 2010). Desse ponto de vista, é necessário resgatar-lhes uma finalidade de vida, com objetivos éticos que permitam seu movimento e sua ação, sem que a discussão seja concentrada na tecnologia e no consumo como finalidades últimas (Kligsberg, 2010).

As transformações na vida social, impulsionadas pelas crises e pelas plataformas digitais abertas, estão profundamente imbricadas nas mudanças no trabalho como experiência contemporânea. Essa interconexão revela uma nova forma de exploração e desigualdade, que desafia as noções tradicionais de trabalho e direitos trabalhistas, exigindo uma reavaliação crítica das estruturas sociais e econômicas que sustentam essas transformações. As crises contemporâneas, portanto, não são apenas momentos de ruptura, mas também oportunidades para repensar e reestruturar o trabalho e a vida social de maneiras que promovam uma justiça mais equitativa e sustentável. Com

isso, surge o questionamento sobre o preparo do modelo vigente e dominante de justiça para tratar essas questões.

Atualmente, a questão da uberização é enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) n.º 1446336, com repercussão geral reconhecida (Tema 1291), sob o título “Reconhecimento de vínculo empregatício entre motorista de aplicativo de prestação de serviços de transporte e a empresa administradora de plataforma digital” e com a seguinte descrição: “possibilidade do reconhecimento de vínculo de emprego entre motorista de aplicativo de prestação de serviços de transporte e a empresa criadora e administradora da plataforma digital intermediadora” (Brasil, 2024). O processo é vinculado aos temas da Agenda 2030 da ONU, pelos itens 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e 9 (indústria, inovação e infraestrutura).

Abordar a precarização do trabalho na era da uberização à luz da Agenda 2030 é essencial para assegurar que o avanço tecnológico e as novas formas de trabalho contribuam para o desenvolvimento sustentável e a justiça social. A precariedade imposta por esses modelos, que resultam muitas vezes em insegurança econômica e ausência de direitos básicos, ameaça a realização de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como a erradicação da pobreza (ODS 1), o trabalho decente (ODS 8) e a redução das desigualdades (ODS 10). Além disso, reforça a necessidade de políticas públicas robustas e instituições eficazes (ODS 16) que possam regular as novas dinâmicas laborais, garantindo uma distribuição justa dos benefícios econômicos e a proteção dos direitos dos trabalhadores, especialmente dos mais vulneráveis.

Considerando que se trata de um problema de grande relevância social, torna-se imprescindível a inclusão da sociedade no debate. Em função disso, foram admitidas diversas entidades no julgamento na posição de *amici curiae*, entre elas: a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, o Sindicato dos Motoristas Autônomos de Transportes Privado Individual por Aplicativos no Distrito Federal (SINDMAAP-DF), o Sindicato dos Permissionários de Táxis e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (AMOBITEC), o Movimento Inovação Digital e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Brasil, 2024).

Observa-se que a incessante busca por maximização dos lucros, característica do capitalismo, viabilizada por novas modalidades de trabalho não regulamentadas, dis-

farça as precariedades inerentes aos subempregos. As lacunas na legislação vigente impedem a adaptação normativa necessária, perpetuando condições análogas à escravidão moderna. Nessa dinâmica, a distinção entre vida pessoal e trabalho se dissolve, com o trabalhador dedicando constantemente seu tempo ao serviço de seus contratantes (Pires, 2019).

A justiça, em uma abordagem conforme o pensamento de Sen (2010), exige uma análise mais profunda das condições materiais e das oportunidades reais disponíveis para esses trabalhadores, garantindo que as soluções institucionais adotadas promovam uma distribuição mais equitativa dos benefícios, que vá além do mero reconhecimento formal de direitos. A utilização da economia de mercado não deve ser o ponto principal de discussão, pois a instituição dos mercados é inevitável. Cabe, então, analisar o funcionamento do sistema de mercado, de modo a torná-lo mais inclusivo, levando-se em consideração os recursos físicos e humanos, as regras negociais e os resultados pretendidos.

Por essa perspectiva, mesmo após ser proferida a decisão pelo STF, que terá eficácia vinculante, a solução para a disputa entre trabalhadores e plataformas pode receber parâmetros legais e jurídicos para a definição de seus contornos, mas, ainda assim, injustos em sua perspectiva material.

A autocomposição é um método de resolução de conflitos que envolve diretamente as partes interessadas, sem a intervenção de terceiros com poder decisório, como juízes ou árbitros (Fonseca, 2024). Nesse processo, os envolvidos dialogam entre si para alcançar um acordo que melhor solucione o conflito. Essa prática pode ocorrer em ambientes vinculados ao Poder Judiciário ou durante o curso de um processo judicial já em andamento, mas também pode ocorrer fora desses espaços, e em momentos diversos.

A autocomposição pode colaborar para a prevenção do surgimento de litígios judicializados, acelerando o acesso ao direito material desejado. Ao fomentar processos dialógicos, ela também atua na prevenção da escalada destrutiva dos conflitos, promovendo soluções consensuais construídas pelos próprios envolvidos. Esse procedimento é indispensável para garantir a autonomia, o empoderamento e a emancipação das partes, que podem construir soluções com ganhos mútuos e justos.

Como uma das formas dessa experiência, o desenho de sistemas de resolução de disputas (DSD) se inclui no campo da autocomposição, mirando a resolução de dis-

putas pelas próprias partes no mais alto grau, com a maior autonomia possível, com exemplos na experiência internacional, como o fundo de compensação para indenizar vítimas do vazamento de petróleo no Golfo do México, por responsabilidade da empresa inglesa British Petroleum, e o fundo de compensação para as vítimas do 11 de setembro de 2001. No Brasil, pode-se citar a Câmara de Indenização 3054 (CI 3054) em razão do acidente de 17 de julho de 2007, com o voo TAM 3054, ocorrido em São Paulo, e o Programa de Indenização 447 (PI 447), em decorrência do acidente com o voo Air France 447, ocorrido, em 31 de maio de 2009 (Faleck, 2023). Os interessados puderam garantir seus direitos de forma mais justa, inclusive pelo parâmetro de duração das discussões para composição do conflito.

A globalização, embora não seja inerentemente negativa, tem perpetuado um cenário de benefícios desproporcionalmente distribuídos, favorecendo principalmente os mais ricos. Nesse contexto, um dos principais desafios para a justiça em um mundo globalizado é o enfrentamento das desigualdades que emergem dessa dinâmica. Sen (2010, p. 24) propõe uma “reforma institucional extensiva” que considere as particularidades de cada localidade e os efeitos materiais das desigualdades ali presentes. O autor argumenta pela necessidade de uma “séria reavaliação da adequação dos arranjos institucionais” (Sen, 2010, p. 28), deslocando a globalização do foco exclusivo de culpabilização para uma análise mais profunda das estruturas institucionais que perpetuam a desigualdade.

Em um cenário de desigualdade, a exclusão social se manifesta como uma grave violação dos direitos humanos, resultando na privação de garantias individuais, como o acesso à justiça e à liberdade de expressão. A exclusão, ao silenciar vozes, gera dependência e suprime a cidadania política, agravando o ciclo de injustiça social (Sen, 2010). Para enfrentar esse quadro, não basta apenas eliminar formas de trabalho exploratórias; é imperativo criar condições reais de inclusão econômica e emprego, que ofereçam alternativas justas e equitativas.

Ao abordar as diversas dimensões da desigualdade, outro modelo de autocomposição, a mediação comunitária, emerge como uma prática promissora, adaptando-se às especificidades de cada ecologia cultural, geográfica e histórica. Zapparolli (2023, p. 114) destaca que “para cada ecologia [...] uma metodologia se desenha a partir da composição da presença de partes com diferentes perfis”. Esse enfoque permite uma

abordagem mais contextualizada e eficaz na resolução de conflitos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social.

A juventude enfrenta uma significativa barreira de participação política, marcada pela representatividade limitada e liderança restrita. A ausência de canais efetivos de participação torna urgente a criação de novas práticas políticas que possam incorporar as inquietações e perspectivas dos jovens, proporcionando-lhes vias reais de engajamento e influência nas esferas decisórias (Kliksberg, 2010).

Amartya Sen (2010) aposta que o ponto central da democracia é aquele apontado por John Rawls: a racionalidade pública, com oportunidade de participação interativa e encontro racional. Referida racionalidade depende de que os indivíduos tenham o poder de ultrapassar os limites de seus próprios interesses específicos. Para isso, deve haver exigências sociais para um discernimento justo, com acesso à informação, oportunidade de ouvir pontos de vista variados e exposição a discussões e debates públicos abertos. Para alcançar objetividade política, a democracia tem de tomar a forma de uma racionalidade pública construtiva e eficaz.

Dentro desse contexto, a autocomposição surge como uma ferramenta poderosa para enfrentar a precarização das relações de trabalho, especialmente no cenário contemporâneo. Trata-se de um meio que permite uma participação mais extensa e efetiva, do que aquela proporcionada na via judicial, mesmo quando observadas todas as garantias processuais.

É fundamental lembrar, especialmente ao se tratar do tema da autocomposição, que o acesso à justiça não corresponde única e simplesmente ao acesso ao poder judiciário. Sem descartar a importância de que os cidadãos possam ter os meios necessários para que suas questões sejam apreciadas pelo sistema da justiça tradicional, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição, o acesso à justiça abrange, cada vez mais, o alcance de uma ordem jurídica justa. E, por todos os vieses, a finalidade principal deve ser sempre a pacificação social, para a qual é indispensável a participação social.

Ao permitir a negociação direta entre trabalhadores e plataformas, a autocomposição pode ser considerada um mecanismo de empoderamento, oferecendo aos trabalhadores a oportunidade de reivindicar condições de trabalho mais justas e dignas. No entanto, a eficácia desse mecanismo está intrinsecamente ligada a diversos fatores, como a organização coletiva dos trabalhadores, o apoio de entidades sindicais e a existência de um marco regulatório que legitime e sustente tais práticas.

É indispensável considerar também a indisponibilidade de certos direitos nas negociações trabalhistas. A questão foi debatida em repercussão geral no STF (2022) para definir a tese do Tema 1046: “São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis”.

Consideram-se direitos absolutamente indisponíveis aqueles que correspondem a um patamar civilizatório mínimo, essenciais para a dignidade da pessoa humana e a valorização do trabalho (Guimarães; Fontes; Gabriel, 2024; Pereira; Freitas, 2023). Eles não podem ser suprimidos ou reduzidos, mesmo por meio de negociação coletiva, sob pena de comprometer princípios fundamentais da sociedade. Exemplos comuns incluem anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pagamento do salário mínimo, repouso semanal remunerado, normas de saúde e segurança do trabalho, dispositivos antidiscriminatórios etc.

Assim, o STF, ao julgar o tema 1046, valorizou a autonomia da vontade coletiva, permitindo que sindicatos e empregadores negociem condições de trabalho mais adequadas a cada setor, ao mesmo tempo que preservou a ressalva para os direitos indisponíveis, de modo que a negociação coletiva não deve ser um palco para renúncia de direitos sem a devida contrapartida.

Sen (2010) defende que as discussões engajadas devem contar com a participação de todos os grupos, de forma honrada em todas as maneiras, em qualquer ocasião. O autor relembra, ao longo da história de diversos continentes, a importância da discussão pública ampla, incluindo referência à Magna Carta do Japão, em inícios do século XIII, que determinava que decisões sobre assuntos importantes não devem ser tomadas por uma única pessoa, mas discutida com várias. De igual forma, já no século XVI, destacou a necessidade de tolerância, em que o diálogo era promovido entre pessoas de diferentes fés (e mesmo ateus). Não há razão legítima para negar a importância da inclusão das instituições e de iniciativas pessoais ativistas e militantes.

A discussão pública racional é diretamente relacionada aos direitos democráticos, os quais são um dos componentes constitutivos do desenvolvimento e contribuem, ainda que indiretamente, para o crescimento econômico (Sen, 2010).

Ao se tratar de uma disputa, deve haver uma escolha adequada (e não arbitrária ou aleatória), compatível com a legitimidade das instituições e grau dos direitos envolvidos, para que haja confiança na administração do conflito (Tartuce, 2024). Assim, a autocomposição não só facilita a resolução de demandas, mas também promove a transformação das relações de trabalho, contribuindo para a construção de um ambiente laboral mais equilibrado e justo.

Bernardo Kliksberg (2010), com foco nos efeitos na América Latina, aponta o papel das novas gerações como agentes de mudanças em potencial, especialmente diante das mudanças velozes e permanentes revoluções tecnológicas. Para o autor, a qualidade da democracia depende de uma ação que parta das bases da sociedade civil, sem generalizar características, e assim respeitar as singularidades locais, sociais e econômicas.

Se, por efeito da globalização e do avanço da tecnologia, surgiu uma nova forma de atividade profissional uberizada, contaminada pelo capitalismo e sua finalidade de gerar lucros cada vez maiores indefinidamente, é indispensável assegurar a participação democrática dos trabalhadores em posição mais vulnerável. Mais do que uma resposta “justa”, unicamente determinada por parâmetros legais e pelo convencimento de magistrados, possibilitar a construção coletiva de uma solução (ou de plurais soluções) para os impasses, permite alcançar uma distribuição mais igualitária dos benefícios do novo sistema.

A autocomposição, inclusive por meio da negociação coletiva, é um instrumento valioso para a adaptação das normas trabalhistas às necessidades específicas de cada setor. A autocomposição em setores como o de motoristas de aplicativos e entregadores, se bem estruturada, pode levar a ganhos significativos nesse sentido. Resta o desafio sobre a definição de quais direitos são absolutamente indisponíveis, pois o debate gera controvérsias, com interpretações diversas nos tribunais. É nesse contexto de tensão entre a valorização da autonomia coletiva e a necessidade de proteger os direitos dos trabalhadores, que deve prevalecer a busca por uma melhor adequação do direito do trabalho à realidade social e econômica, mas com a ressalva de que esses ajustes não podem resultar em retrocesso social, mantendo-se as ideias de justiça ensinadas por Amartya Sen.

Considerações finais

O presente artigo se estrutura a partir da constatação de que o ordenamento jurídico brasileiro carece de regulamentação específica para o trabalho intermediado por plataformas digitais. Contudo, a promulgação da Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011, representou um avanço significativo ao alterar o artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), equiparando os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados àqueles decorrentes dos métodos tradicionais, calcados na presença física e no contato direto entre empregador e empregado. Tal inovação legislativa constitui um marco que enseja reflexões aprofundadas sobre a chamada “subordinação algorítmica”, fenômeno emergente das novas dinâmicas laborais mediadas por tecnologias digitais, cuja especificidade exige atenção redobrada do direito brasileiro, sobretudo no que concerne à identificação e proteção das relações de trabalho em um contexto de organização empresarial regida por algoritmos.

Diante desse cenário, impõe-se a necessidade de investigar como o conceito de subordinação algorítmica pode ser incorporado e interpretado pelo direito do trabalho, considerando que a gestão das atividades laborais mediada por algoritmos instaura um paradigma inédito de controle, monitoramento e orientação da prestação de serviços. Tal contexto não apenas desafia os modelos tradicionais de subordinação jurídica, mas também exige que a doutrina e a jurisprudência desenvolvam critérios interpretativos capazes de lidar com as peculiaridades desse fenômeno. A ampliação do conceito de subordinação promovida pela alteração do artigo 6º da CLT fornece subsídios relevantes para essa construção hermenêutica, ancorada nos princípios constitucionais de proteção ao trabalho, dignidade da pessoa humana e equidade, os quais não podem ser mitigados ou relativizados diante das inovações tecnológicas e das novas lógicas econômicas.

Nesse sentido, a tutela dos direitos fundamentais dos trabalhadores em plataformas digitais deve ser observada sob o prisma da indisponibilidade de direitos essenciais, questão que se entrelaça com os limites da autocomposição nas relações laborais. A jurisprudência pátria, especialmente à luz do Tema 1046 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal (STF), reafirma o entendimento consolidado de que direitos trabalhistas de caráter absolutamente indisponível não podem ser objeto de transação ou renúncia, sob pena de violação aos fundamentos basilares do ordenamento jurídi-

co trabalhista. Assim, ao abordar a aplicação de mecanismos autocompositivos em disputas envolvendo trabalhadores de plataformas digitais, é imprescindível adotar uma análise crítica e ponderada, capaz de assegurar a proteção desses direitos indisponíveis e evitar a flexibilização indevida das garantias fundamentais que estruturam a relação de trabalho.

A autocomposição emerge como uma ferramenta estratégica na contemporânea luta contra a precarização do trabalho, especialmente no contexto da digitalização acelerada, onde os modelos tradicionais de negociação coletiva frequentemente falham em responder às novas dinâmicas laborais. Contudo, para que essa prática se consolide como um verdadeiro instrumento de justiça social, é imperativo que seja sustentada por um fortalecimento das organizações trabalhistas e um arcabouço jurídico que legitime e ampare essas negociações, com garantia de participação social legítima. A criação de um marco regulatório robusto, capaz de reconhecer e acomodar as especificidades das relações de trabalho mediadas por plataformas digitais, é essencial para garantir que a autocomposição não se limite a uma resposta paliativa (como uma simples inclusão injusta), mas se afirme como um mecanismo eficaz de promoção da dignidade no trabalho.

No âmbito das relações laborais na era digital, a autocomposição, embora ainda em fase emergente, apresenta potencial significativo para reconfigurar essas relações, promovendo condições de trabalho mais justas e equilibradas. Para tanto, é crucial que se continue a desenvolver e aperfeiçoar estratégias que permitam a aplicação eficaz desse mecanismo em um cenário marcado por rápidas transformações e desafios complexos. Essa necessidade de adaptação e inovação também se reflete nas questões mais amplas que envolvem a globalização, desigualdade, exclusão social e participação política, que requerem uma abordagem multifacetada e sensível ao contexto.

A globalização, enquanto fenômeno estrutural, impõe uma reforma institucional que vá além da simples mitigação de disparidades, exigindo a consideração das particularidades de cada região e comunidade. Nesse contexto, a mediação comunitária destaca-se como uma ferramenta adaptável e eficaz na promoção da justiça social, oferecendo soluções que respeitam as especificidades culturais e históricas de cada comunidade. Ademais, a inclusão dos jovens na esfera política é vital para a revitalização das práticas democráticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e integradas no processo decisório.

Assim, a interligação dessas dimensões revela a necessidade de um comprometimento contínuo com a reformulação das estruturas sociais e políticas, assegurando que a justiça e a inclusão transcendem o campo das ideias teóricas para se concretizarem como realidades tangíveis para todos os cidadãos. A mediação comunitária, a autocomposição e a participação política dos jovens, portanto, devem ser entendidas como partes integrantes de um esforço maior e necessário para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, capaz de responder às demandas e desafios do século XXI quanto à uberização.

Em conclusão, a presente discussão demanda não apenas uma interpretação sistêmica e progressiva da legislação trabalhista existente, mas também uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades impostos pela subordinação algorítmica no contexto das plataformas digitais. Igualmente, ressalta-se a necessidade de observar as barreiras jurídicas que circundam a autocomposição, garantindo que as inovações tecnológicas e os métodos alternativos de resolução de conflitos não solapem os pilares normativos que sustentam a proteção dos trabalhadores.

Referências

- AGÊNCIA GOV. Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco; SILVA, Josiane Machado da. Novas tecnologias e relações de trabalho na sociedade da informação: o teletrabalho. *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, Santo Ângelo, v. 15, n. 24, p. 21-50, maio 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/outputs/322640758/>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- BARZOTTO, Luciane Cardoso; MISKULIN, Ana Paula Silva Campos; BREDÁ, Lucieli. Condições transparentes de trabalho, informação e subordinação algorítmica nas relações de trabalho. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da (orgs.). *Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade*. Brasília: ESMPU, 2020. p. 211-223. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rodrigo-Carelli/publication/346345624_Futuro_do_Trabalho_Os_efeitos_da_revolucao_digital_na_sociedade/links/5fb90c492851c933f5c2498/Futuro-do-Trabalho-Os-efeitos-da-revolucao-digital-na-sociedade.pdf#page=212. Acesso em: 18 dez. 2024.
- BORTOLON, Eugênio. Como a tercerização e a uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/24/como-a-terceirizacao-e-a-uberizacao-precizam-as-condicoes-de-vida-dos-trabalhadores>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). Recurso Extraordinário 1446336. Número Único: 0100853-94.2019.5.01.0067. Repercussão geral Tema 1291: Reconhecimento de vínculo empregatício entre motorista de aplicativo de prestação de serviços de transporte e a empresa administradora de plataforma digital. Relator: Min. Edson Fachin. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6679823>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- BRITO, Rebecca de Oliveira. A uberização e seus reflexos no Direito do Trabalho. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/7884/3/A%20Uberiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20seus%20reflexos%20no%20direito%20do%20trabalho.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- COUTINHO, Raianne Liberal. A subordinação algorítmica no arquétipo Uber: desafios para a incorporação de um sistema constitucional de proteção trabalhista. 2021. 241 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/41484>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- EVANS, Trevor. Cinco explicações para a crise financeira internacional. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6248/1/RTM_v3_n1_Cinco.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.
- FALECK, Diego. Um passo adiante para resolver problemas complexos: desenho de sistemas de disputas. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. p. 73-92.
- FINCATO, Denise Pires; WÜNSCH, Guilherme. Subordinação algorítmica: caminho para o direito do

trabalho na encruzilhada tecnológica? *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 86, n. 3, p. 40-56, jul./set. 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/181114>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FONSECA, Isabella Gomes. A autocomposição como instrumento de efetivação do direito à razoável duração do processo. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/401640/autocomposicao-como-instrumento-de-efetivacao-do-direito>. Acesso em: 28 ago. 2024.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de Uberização: do emprego ao trabalho. In: *Marx e o Marxismo*. v.5, n.8, jan/jun/2017.

GUIMARÃES, Ricardo Pereira de Freitas; FONTES, José Eduardo Trevisano; GABRIEL, Bruno Cristian. A prevalência do negociado sobre o legislado: avanço ou retrocesso? *Revista Pensamento Jurídico*, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 2, p. 98–118, 2024. Disponível em: <https://ojs.unialfa.com.br/index.php/pensamentojuridico/article/view/929>. Acesso em: 18 dez. 2024.

KLIKSBERG, Bernardo. Segunda parte: os desafios éticos de um continente paradoxal. In: SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 137-404.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito do trabalho*. 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

MARTINS, Adalberto. Considerações sobre o teletrabalho: da Reforma Trabalhista à Lei n. 14.442/2022. *Revista do Tribunal do Trabalho da 2ª Região*. v. 14, n. 28 p. 218-235, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/15090>. Acesso em: 18 dez. 2024.

PEREIRA, Ricardo José Macedo de Britto; FREITAS, Flavio Silveira Borges. Negociação coletiva e legislação trabalhista: análise crítica da decisão no Tema 1046 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal. *Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais*, Florianópolis, Brasil, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadireitosfundamentais/article/view/9662>. Acesso em: 18 dez. 2024.

PIRES, Elisa Guimarães Brandão. *Aplicativos de transporte e o controle por algoritmos: repensando o pressuposto da subordinação jurídica*. Orientador: Profa. Dra. Livia Mendes Moreira Miraglia. 2019. Dissertação (Mestre em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/DIRSBCDEMA/1/disserta_o_de_mestrado_elisa_guimar_es_brand_o_pires.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

ROCHA, C. T. M. da; AMADOR, F. S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. *Cadernos EBAPÉ.BR*, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 1, p. 152–162, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/54516>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ROCHA, Cláudio Jannotti da; MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. O teletrabalho à luz do artigo 6º da CLT: o acompanhamento do direito do trabalho às mudanças do mundo pós-moderno. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3. Região*, Belo Horizonte, v. 57, n. 87/88, p. 101-115, jan./dez. 2013. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27195>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ROCHA, Fábio Armando. *Uberização e Plataformização: a exploração disfarçada de empreendedorismo*. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos da Condição Humana) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/19803>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SALVAGNI, Julice; LIBARDONI, Paulo José; COLOMBY, Renato Koch (Orgs.). *Trabalho, tecnologia e direitos no Brasil*. vol. 1. Porto Alegre: UFRGS, 2023.

SCHNEIDER, Carla Bortoloto. *O paradigma da uberização e seus impactos no espaço urbano: uma análise das consolidações das Leis de trabalho*. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstreams/f1386e89-ob84-4435-9f1f-605c457bfc79/download>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SEN, Amartya. *Primeira parte: termos-chave do século XXI*. In: SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 15-136.

TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024.

UBER. *Mais controle sobre seus ganhos com o Uber Seu Preço*. Uber Blog. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/mais-controle-sobre-seus-ganhos-com-o-uber-seu-preco/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

VALENTINA, Vivian Tavares Della; SALVAGNI, Julice; CRUZ, Daniel Abs da. *Plataformização do trabalho dos motoristas: uma nova etapa da acumulação flexível?* In: SALVAGNI, Julice; LIBARDONI, Paulo José; COLOMBY, Renato Koch (Orgs.). *Trabalho, tecnologia e direitos no Brasil*. vol. 1. Porto Alegre: UFRGS, 2023. p. 17-30.

VOLTANI, Julia de Carvalho. *Estudo sobre a percepção dos entregadores por aplicativo acerca da subordinação algorítmica na contratação e distribuição de trabalhos*. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito)—Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16913>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ZAPPAROLLI, Célia Regina. *Procurando entender as partes nos meios de resolução pacífica de conflitos, prevenção e gestão de crises*. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. p. 93-128.



Jonathas de Andrade, O Levante (The uprising) - 2013. Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução:HD Video. Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



Jonathas de Andrade, O Levante (The uprising) - 2013. Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução: HD Video.
Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.

COMPLEXIDADE E IDOSOS NO MERCADO DE TRABALHO:

uma análise para os municípios mineiros

FELIPE NALESSO PEDERZINI*

JOÃO PEDRO REVOREDO PEREIRA DA COSTA**

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.53782>

RESUMO: Com a mudança demográfica global, caracterizada pelo envelhecimento populacional, faz-se necessário compreender a relação da sofisticação econômica, medida pela complexidade econômica, e a inserção dos idosos no mercado de trabalho. Utilizando modelos de dados em painel, buscou-se contribuir empiricamente para o entendimento dessa questão. Observou-se que, enquanto é comum encontrar uma relação positiva entre complexidade e emprego em geral, essa dinâmica é diferente quando se trata do emprego de idosos nos municípios mineiros.

PALAVRAS-CHAVE: complexidade econômica; idosos; mercado de trabalho.

Complexity and the elderly in the labor market: an analysis of Minas Gerais municipalities

ABSTRACT: With the global demographic shift characterized by population aging, it is necessary to understand the relationship between economic sophistication, measured by economic complexity, and the inclusion of the elderly in the labor market. Using panel data models, this study aimed to empirically contribute to the understanding of this issue. It was observed that, while it is common to find a positive relationship between complexity and employment in general, this dynamic is different when it comes to the employment of the elderly in the municipalities of Minas Gerais.

KEYWORDS: economic complexity; elderly; labor market.

* Universidade Federal de Minas Gerais

** Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Nos últimos anos, o mundo tem testemunhado uma notável mudança demográfica impulsionada por quedas nas taxas de mortalidade e reduções nas taxas de fecundidade, resultando em um aumento substancial na população global, o que promove um significativo processo de envelhecimento populacional (Lee, 2003; Dyson, 2010; Reher, 2011). Como resultado desse avanço, a esperança de vida ao nascer passou de 63 anos em 1980 para 73 anos em 2010. Além disso, de acordo com projeções do IBGE (2008), em 2050 a expectativa de vida chegará a 81 anos. Esse fenômeno é evidenciado na literatura como “transição demográfica” (Brito, 2008; Vasconcelos; Gomes, 2012).

Segundo Lancman, Sznclwar e Jardim (2006), esse aumento na expectativa de vida é acompanhado pela permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho. Induzido pelo aumento da idade mínima para aposentadoria e pela permanência ou retorno a uma atividade remunerada com o objetivo de complementar a renda, esse processo enfatiza alterações socioeconômicas, institucionais e culturais (Dyson, 2010). Dessa forma, há uma ampliação dos níveis de dependência, o que incita questões ligadas às condições do mercado de trabalho (Coile, 2015).

Paralelamente à dinâmica demográfica, o mercado de trabalho também reage a outras condições da economia. Nesse sentido, o nível de sofisticação econômica é um fator determinante para compreender sua dinâmica. De acordo com a literatura especializada, existe uma relação negativa entre o grau de complexidade e o nível de desemprego (Adam et al., 2023; Sadenova et al., 2023; Soyuyigit et al., 2023), ou seja, maior complexidade econômica está associada a um maior número de indivíduos empregados. Na realidade, a contribuição da sofisticação econômica para o nível de emprego está relacionada à capacidade das indústrias que produzem bens mais complexos de gerar novos empregos, antes inexistentes (Hartmann et al., 2017).

Segundo Hidalgo e Hausmann (2009), a complexidade de uma atividade diz respeito ao nível de conhecimento e habilidades necessárias para seu desenvolvimento. A complexidade de uma economia pode ser representada por sua estrutura produtiva, ou seja, a diversidade das atividades presentes na região. Além disso, o nível de complexi-

dade também está relacionado às atividades exclusivas, que poucas regiões conseguem realizar devido a um conjunto específico de habilidades e conhecimentos.

A literatura sobre complexidade econômica ressalta a importância de elementos essenciais para compreender o desenvolvimento econômico regional, especialmente a estrutura produtiva. Essa estrutura está diretamente ligada ao conhecimento incorporado nas atividades econômicas de uma região, abrangendo desde o desenvolvimento de patentes até a produção de bens e serviços, setores produtivos, ocupações e pesquisas científicas. Uma economia diversificada reflete maior conhecimento técnico, inovação e habilidades especializadas, enquanto economias menos complexas dependem mais de setores tradicionais ou recursos naturais, com menos diversificação e atividades intensivas em conhecimento. Essas diferenças na estrutura produtiva têm implicações importantes para o crescimento econômico, a competitividade global e o desenvolvimento sustentável das regiões, destacando a necessidade de promover a complexidade econômica para impulsionar o progresso econômico e social a longo prazo.

Nesse contexto, busca-se investigar a relação entre o nível de emprego dos trabalhadores idosos e o grau de complexidade das economias municipais mineiras. O cerne deste trabalho consiste em avaliar se economias mais complexas no estado de Minas Gerais empregam, na formalidade, mais pessoas idosas (com 60 anos ou mais, conforme Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

Minas Gerais, o quarto maior estado do Brasil em área, destaca-se como um polo econômico significativo, sendo o terceiro maior PIB do país, aproximadamente R\$ 700 bilhões, e a segunda maior população, com cerca de 21 milhões de habitantes. A economia do estado é diversificada, com fortes setores na mineração, especialmente de ferro e ouro; na agropecuária, com destaque para a produção de café e leite; e na indústria, incluindo siderurgia e automóveis. Além disso, Minas Gerais investe intensamente em tecnologia e inovação, abrigando um crescente ecossistema de startups e empresas de tecnologia, principalmente em sua capital, Belo Horizonte.

Para tanto, visa-se contribuir empiricamente para a literatura nacional por meio da aplicação de modelos econométricos de dados em painel com cinco tipos de estimação: (i) modelo *Pooled*; (ii) modelo aleatório *one-way*; (iii) modelo aleatório *two-way*; (iv) modelo fixo *one-way*; (v) modelo fixo *two-way*. Assim, busca-se encontrar evidências da relação entre a complexidade e o nível de emprego de pessoas idosas.

Desenvolvimento

Com as atividades de uma economia sendo entendidas como patentes desenvolvidas, produtos e serviços produzidos, setores produtivos, ocupações e pesquisas científicas, a literatura da complexidade econômica elenca elementos que contribuem para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico das regiões. A sofisticação da produção eleva a performance econômica. Hausmann et al. (2014) evidenciam que regiões com cestas de exportação mais complexas obtiveram crescimento mais acelerado do que regiões semelhantes com cestas de exportação menos complexas. Isso também é observado em Hidalgo e Hausmann (2009), que evidenciam que produtos com maiores níveis de complexidade estão associados a regiões com maiores níveis de renda. Da mesma forma, Antonelli et al. (2020) e Balland et al. (2020) também concluem, em nível regional, uma relação positiva entre complexidade e crescimento econômico.

A relação entre maior complexidade e ganhos no crescimento econômico é refletida, também, na relação entre a sofisticação produtiva e o nível de desemprego. Adam et al. (2023) avaliam essa relação por meio da metodologia de dados em painel, para uma amostra de países da OCDE. Os autores relatam que economias mais complexas estão associadas a menores níveis de desemprego. No trabalho, são estimadas seis especificações diferentes, e os coeficientes relacionados ao Índice de Complexidade Econômica (ECI) permanecem significativos em todos os testes (tendo seus valores entre -9,371 e -18,468).

Ainda no mesmo trabalho, os autores também estimam a relação entre o ECI e recortes do desemprego (desemprego de jovens, mulheres e homens). O resultado obtido para o desemprego geral é análogo ao desses subconjuntos: relação negativa e significativa em todos os casos, com coeficientes de -33,412 para o desemprego de jovens, -16,902 para o desemprego de homens e -14,391 para o desemprego de mulheres.

Analogamente, Soygyigit et al. (2023) realizaram um estudo para entender a relação entre a complexidade econômica e o nível de desemprego em países em desenvolvimento (e.g., Brasil, Indonésia, México e África do Sul). O estudo avalia as seguintes variáveis: desemprego total, desemprego de homens, desemprego de mulheres, desemprego de homens jovens e desemprego de mulheres jovens. Neste trabalho, os

autores também estimam modelos de dados em painel, assim como Adam et al. (2023). Os resultados sugerem uma relação negativa entre sofisticação econômica e desemprego. Apesar disso, nem todos os resultados são estatisticamente significativos, como no caso da regressão que avalia o desemprego de mulheres jovens. Os autores analisam os resultados da seguinte maneira: países em desenvolvimento não observam uma relação forte entre complexidade e desemprego.

Poucos estudos tentam estimar a relação entre a complexidade e o emprego. Nota-se que a fronteira dessa agenda de pesquisa está voltada para essa análise em nível nacional, não considerando características subnacionais que poderiam contribuir para uma melhor compreensão desse fenômeno.

Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir com a literatura ao avaliar a relação da complexidade com o emprego de idosos em nível subnacional. A contribuição pode ser compreendida da seguinte maneira: ao estudar a relação específica do emprego de idosos com os índices de complexidade de uma região, encontra-se uma interseção entre a literatura de transição demográfica (e seus efeitos no mercado de trabalho) e a literatura de complexidade econômica. Adicionalmente, ao proceder com um estudo em nível subnacional, estima-se relações particulares de uma região específica. No caso em tela, estuda-se a relação para Minas Gerais, representada pelos seus municípios.

Análise empírica

3.1 Dados

O presente trabalho buscar relacionar a sofisticação produtiva (representada pelo Índice de Complexidade Econômica - ECI) e o emprego de pessoas idosas formalmente no mercado de trabalho por meio da RAIS.

O ECI avalia a diversidade e a complexidade de uma economia local. Seu cálculo baseia-se na média das complexidades dos produtos exportados pelo local, considerando aqueles em que possui vantagens comparativas reveladas. Essa média é ponderada pela participação de cada produto no total das exportações locais, refletindo a capacidade produtiva e o nível de sofisticação econômica da região, nesse estudo, Minas Gerais.

Enquanto para a variável dependente foram considerados os empregos com vínculo ativo em dezembro de cada ano. Além disso foram desconsiderados os empregos rurais e de tempo determinado.

Embora a RAIS constitua uma fonte de dados robusta sobre o mercado formal de trabalho no Brasil, sua restrição a trabalhadores registrados pode introduzir vieses importantes na análise, especialmente em municípios e setores econômicos onde a informalidade tem peso significativo.

Uma das principais limitações da RAIS está na exclusão dos trabalhadores informais, o que compromete a abrangência da análise. Dados do IBGE indicam que a informalidade é uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro, especialmente em regiões menos desenvolvidas ou em economias locais com baixa complexidade econômica. Essa exclusão resulta em uma subestimação da taxa real de participação dos idosos no mercado de trabalho, omitindo possíveis relações entre a informalidade e as dinâmicas associadas ao ECI.

Outro aspecto importante a ser considerado é o viés de seletividade presente na RAIS. Por se tratar de uma base que reflete exclusivamente os vínculos formais, há uma omissão de indivíduos que, por barreiras estruturais, sociais ou econômicas, não conseguem acessar o mercado formal. No caso de idosos, essas barreiras podem incluir discriminação etária, falta de qualificação profissional compatível com as exigências do mercado formal ou mesmo condições de saúde que os tornam menos competitivos. Assim, a análise baseada na RAIS tende a refletir apenas um subconjunto mais favorecido dessa população, possivelmente distorcendo os resultados e gerando conclusões enviesadas sobre a relação entre o ECI e a empregabilidade dos idosos.

Além disso, a RAIS não fornece informações sobre indivíduos fora do mercado formal, sejam aqueles que optaram por permanecer na informalidade ou os que não estão economicamente ativos. No caso de idosos, esses fatores podem ser especialmente relevantes, já que muitas vezes sua participação no mercado de trabalho está associada a necessidades econômicas específicas ou à falta de cobertura previdenciária, fatores que podem variar de forma significativa em função do ECI local.

Embora o uso de modelos econométricos, como o Modelo Heckman, pudesse mitigar parte desses problemas ao tratar o viés de seletividade, a implementação de tal abordagem exigiria um esforço analítico e computacional significativo, o que ultra-

passa o escopo do presente estudo. Dessa forma, a discussão das limitações da RAIS é essencial para garantir a transparência da análise e permitir que futuras pesquisas avancem na superação dessas lacunas metodológicas, seja pela integração de outras bases de dados que incluam trabalhadores informais, seja pela adoção de metodologias mais complexas.

Dito isso, destaca-se que a base de dados conta com informações dos municípios de Minas Gerais, entre 2012 e 2021. A Tabela 1 apresenta as variáveis que compõem a base de dados bem como sua fonte de obtenção.

Tabela 1: descrição das variáveis

Variável	Descrição da variável	Fonte
Variável Dependente		
Idosos empregados (%)	Percentual de idosos empregados do total de empregados	RAIS
Variáveis Independentes		
ECI	Índice de Complexidade Econômica	DATAVIVA
PIB percapita	PIB percapita	SCR/IBGE
Doenças saneamento (%)	Percentual das internações municipais por doenças associadas às questões de saneamento	DataSUS
Salário hora	Remuneração do trabalho	RAIS
Abastecimento de água	Percentual da população municipal com abastecimento de água	SNIS
Mulheres empregadas	Quantidade de mulheres empregadas	RAIS
Empregados na indústria (%)	Percentual de empregados na indústria	RAIS
Empregados no comércio (%)	Percentual de empregados no comércio	RAIS
Empregados na adm. Pública (%)	Percentual de empregados na Administração Pública	RAIS
Ensino superior (%)	Percentual dos empregados com ensino superior	RAIS
Empresas pequenas (%)	Percentual dos empregados que trabalham em empresas pequenas	RAIS
Empresas médias (%)	Percentual dos empregados que trabalham em empresas médias	RAIS
Empresas grandes (%)	Percentual dos empregados que trabalham em empresas grandes	RAIS

Fonte: elaboração própria, 2024.

3.2 Análise descritiva

A Tabela 2 a seguir apresenta os respectivos valores médios, o desvio padrão, mínimos e máximos da base de dados utilizado para a análise econométrica deste trabalho.

Tabela 2: Estatísticas descritivas de idosos empregados e ECI

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idosos empregados	3,70%	1,58%	0,00%	25,11%
ECI	0,00	1,00	-3,57	4,30

Fonte: elaboração própria, 2024.

Para a participação de idosos empregados nos municípios do estado de Minas Gerais, observou-se uma média de 3,7% do total de trabalhadores, com um desvio padrão de 1,58%. Esse dado reflete a proporção de trabalhadores formais com idade superior a 60 anos no mercado de trabalho. A análise detalhada dos dados revelou que a maior participação de idosos empregados ocorreu no município de Fronteira dos Vales, no ano de 2020, com uma expressiva taxa de 25,11%. Em contraste, o menor índice registrado foi de 0%, observado em vários municípios em anos distintos: Cônego Marinho em 2012, Catas Altas da Noruega em 2014, e Entre Folhas em 2016.

Com relação ao Índice de Complexidade Econômica (ECI), que mede a complexidade da economia local de um município, o valor mais elevado foi registrado em Belo Horizonte no ano de 2014, com um índice de 4,3. Por outro lado, o menor ECI foi observado em São João do Pacuí em 2016, com um índice de -3,57. Esses números indicam uma grande variabilidade na complexidade econômica dos municípios de Minas Gerais, refletindo diferentes níveis de diversificação e sofisticação econômica.

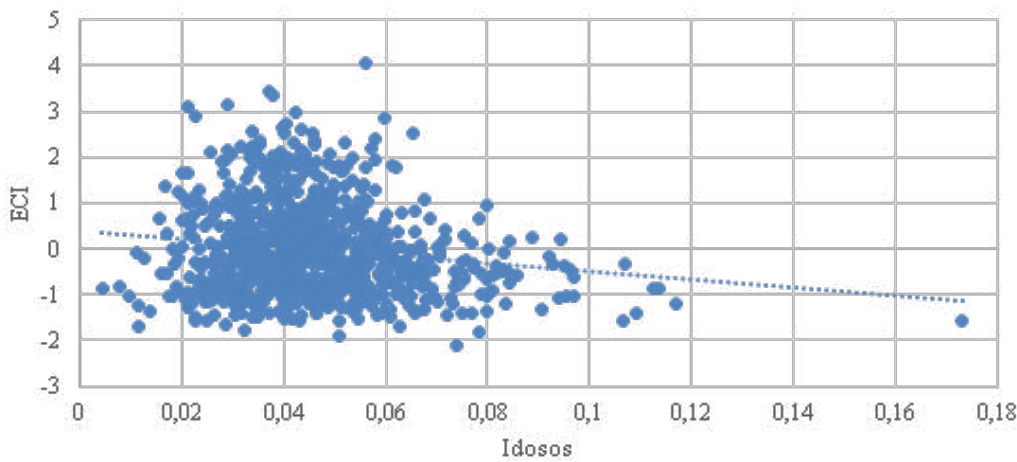
O Gráfico 1 apresenta a relação entre o Índice de Complexidade Econômica (ECI) e a participação de idosos empregados em Minas Gerais no ano de 2021. Essa representação visual permite identificar, à primeira vista, uma correlação negativa entre essas variáveis. Isso sugere que municípios com maior complexidade econômica tendem a ter uma menor participação de trabalhadores formais com mais de 60 anos.

A análise da relação negativa entre o ECI e a participação de idosos empregados indica que a complexidade econômica de um município pode influenciar as oportuni-

des de emprego para esse grupo etário. Em municípios com economias mais robustas e dinâmicas, o ambiente pode ser menos favorável à inclusão e permanência de idosos no mercado de trabalho formal. Isso pode ser atribuído às exigências de qualificação e à dinâmica de setores mais avançados economicamente, que podem não ser tão acessíveis para a população idosa.

Essa observação enfatiza a necessidade de considerar fatores econômicos e demográficos na elaboração de políticas públicas direcionadas ao mercado de trabalho e ao envelhecimento populacional. Políticas que promovam a inclusão e a participação ativa dos idosos na economia local são essenciais para assegurar que essa parcela da população tenha oportunidades adequadas de emprego, contribuindo para o seu bem-estar e para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Gráfico 1: ECI vs idosos empregados, em 2021



Fonte: elaboração própria, 2024.

Figura 1 - Complexidade dos municípios de Minas Gerais, em 2012 e 2021

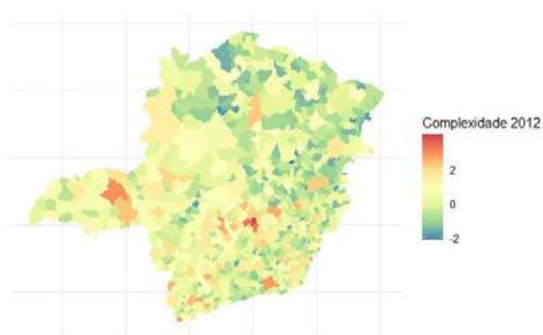
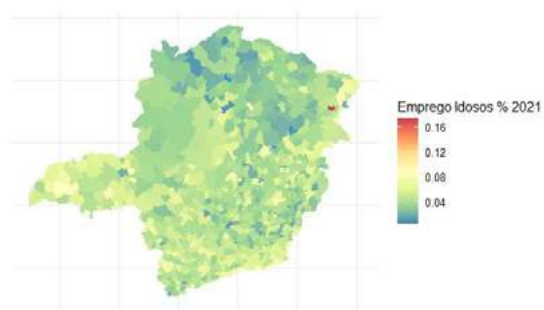


Figura 2 - Idosos empregados nos municípios de Minas Gerais, em 2012 e 2021



A linha pontilhada representa a relação linear entre as variáveis. A distribuição espacial das variáveis examinadas neste estudo está representada de forma visual nas Figuras 1 e 2. Essas figuras oferecem uma representação geográfica detalhada das variáveis em questão, evidenciando padrões e variações regionais que podem influenciar as relações investigadas. Por meio dessas representações visuais, torna-se viável identificar com clareza áreas de concentração ou dispersão das variáveis em diferentes regiões, permitindo uma análise mais profunda da dinâmica socioeconômica em estudo. Além disso, as figuras servem como uma base visual para a interpretação dos resultados derivados dos modelos econométricos, auxiliando na contextualização e compreensão dos resultados obtidos. Dessa forma, as Figuras 1 e 2 desempenham um papel fundamental no processo de análise e interpretação dos dados, contribuindo significativamente para a compreensão da distribuição espacial das variáveis e suas implicações nas relações estudadas.

Ao analisar a distribuição regional das variáveis, percebe-se que a complexidade se manteve relativamente estável ao longo do tempo. Tanto em 2012, início da série histórica, quanto em 2021, final da série, Belo Horizonte e a sua região metropolitana foram as localidades com maior nível de complexidade de Minas Gerais. Por outro lado, a faixa norte do Estado permaneceu com baixo nível de sofisticação em ambas as ocasiões.

No que tange à participação de idosos no mercado de trabalho formal, verifica-se que em 2021 a maioria dos municípios observou maior penetração dessa faixa etária no mercado de trabalho, em comparação com 2012. Na média, em 2012, a participação dos idosos correspondeu a 2,89% do total de empregos em Minas Gerais, enquanto em 2021 o valor foi de 4,58%. Essa mudança pode ser atribuída à reforma da previdência, aprovada em 2019, que aumentou a idade mínima para aposentadoria.

Observando a interação entre as variáveis, nota-se que o município com maior participação de idosos no mercado de trabalho em ambos os períodos (Fronteira dos Vales) apresenta baixo grau de sofisticação (-1,76 em 2012 e -1,56 em 2021). Por outro lado, Belo Horizonte, município com maior complexidade econômica de Minas Gerais, está ligeiramente acima da média na participação de idosos no mercado de trabalho nos períodos analisados (3,6% em 2012 e 5,6% em 2021).

Metodologia

Este trabalho se propõe à investigar a relação entre o emprego de idosos e o nível de sofisticação da economia. Considerando que a base de dados é composta por informações municipais ao longo do tempo, necessita-se de metodologia adequada para modelagem dos dados. Ou seja, faz-se necessário um método que combine as dimensões de unidade e de tempo. Para tanto, utiliza-se a metodologia de dados em painel, que permite o controle de características heterogêneas individuais e no tempo.

Pesaran (2015) sintetiza as vantagens em utilizar dados em painel. A especificação consiste na observação de mais de uma unidade de análise em mais de um período de tempo. A metodologia de dados em painel oferece vantagens frente a estrutura de dados que apenas possuem a dimensão de corte transversal ou apenas de série de tempo. A maior motivação para o uso dessa abordagem metodológica é a capacidade de controlar a heterogeneidade particular das unidades sem, de fato, observá-la. Essa possibilidade remove do termo de erro da regressão as características que poderiam afetar a consistência dos estimadores. Comparando a metodologia com séries temporais, outra vantagem é a redução de redução de colinearidade das variáveis explicativas, característica que afeta positivamente a eficiência dos parâmetros estimados através de dados em painel.

Segundo Pesaran (2015), pode-se escrever o modelo de dados em painel da seguinte maneira¹:

Em que y_{it} é a participação de idosos empregados, na unidade i e no tempo t . A base de dados é composta pelos 853 municípios mineiros, com informações de 2012 a 2021. α_i é o nível de complexidade da unidade i no tempo t . X_{it} é um conjunto de características observáveis de cada unidade i no tempo t . β é o parâmetro relacionado o nível de sofisticação econômica a ser encontrado. γ é o vetor de parâmetros a ser estimado. μ_{it} é o efeito não observado das unidades. ν_t é o efeito não observado do tempo. Por fim, ϵ_{it} é o erro idiossincrático.

O presente trabalho aplica cinco tipos de estimação: (i) modelo Pooled; (ii) modelo aleatório one-way; (iii) modelo aleatório two-way; (iv) modelo fixo one-way; (v) modelo fixo two-way. O primeiro assume que o intercepto é homogêneo. O segundo e o terceiro modelo admitem que existem heterogeneidades, mas elas apenas afetam a variável dependente, não introduzindo vies aos resultados estimados. O quarto e quinto admi-

¹ O destaque para ECI é apenas para reforçar a variável de interesse do trabalho em tela.

tem que existe heterogeneidade, seja na unidade (caso do quarto modelo) ou na unidade e tempo simultaneamente (caso do quinto modelo), e que essa heterogeneidade está presente nas variáveis independentes – que acarreta viés nos resultados estimados, caso não seja adequadamente modelado.

5. Resultados

A Tabela 3 sintetiza o resultado de todas as estimações. Nota-se a robustez da relação negativa entre o ECI e o percentual de idosos no mercado de trabalho. Todos os resultados sugerem que maiores níveis de complexidade estão associados a redução da empregabilidade de idosos.

A relação entre a complexidade econômica e o emprego de pessoas mais velhas é uma área de estudo emergente. Embora haja uma limitação de pesquisas diretas sobre o tema, diversos estudos oferecem insights sobre como a complexidade econômica pode influenciar indiretamente os resultados no mercado de trabalho para idosos.

Se considerarmos o emprego de idosos como um subconjunto do emprego total na região *ceteribus paribus*, o resultado diverge da literatura como em Adam et al (2023). Porém não há base comparativa para o recorte de indivíduos de mais de 60 anos especificamente.

Além disso, como a região é fator preponderante para a mensuração, há uma possível explicação que pode gerar diferença entre os europeus e o Brasil que está ligada aos diferentes níveis de desenvolvimento econômico e estrutura demográfica.

Países europeus geralmente têm economias mais desenvolvidas, com setores industriais avançados, um amplo espectro de oportunidades educacionais e uma força de trabalho altamente qualificada. Esses países também tendem a ter sistemas de seguridade social mais robustos, que podem incentivar que os idosos continuem trabalhando, seja por escolha própria ou por necessidade de um incremento no quesito financeiro.

Por outro lado, o Brasil e, conseqüentemente seus entes subnacionais, enfrentam desafios econômicos e sociais diferentes, incluindo uma estrutura demográfica em transição e uma economia com uma maior dependência de setores menos avançados, como agricultura e serviços. Além disso, o acesso desigual à educação e oportunidades

de trabalho formal pode limitar as opções de emprego para os idosos. Essas disparidades podem resultar em uma relação negativa entre complexidade econômica e emprego de idosos, assim como vistos nos resultados descritos, onde a falta de oportunidades de trabalho qualificado em setores mais complexos pode levar os idosos a permanecerem desempregados ou subempregados na informalidade.

Tabela 3 - Resultados das estimações

	Idosos no mercado de trabalho %				
	Pooled OLS	Aleatório (one-way)	Aleatório (two-way)	Fixo (one-way)	Fixo (two-ways)
ECI	-0.004*** (0.0003)	-0.004*** (0.0004)	-0.002 (0.052)	-0.004*** (0.001)	-0.003*** (0.001)
PIB per capita	-0.0001*** (0.00002)	-0.0001*** (0.00002)	-0.00004 (0.002)	-0.00004* (0.00002)	-0.00004** (0.00002)
Doenças vinculadas a falta de saneamento	0.0001 (0.0001)	-0.0002*** (0.0001)	0.00001 (0.008)	-0.0002*** (0.0001)	0.00001 (0.0001)
Salário médio	0.00001*** (0.00000)	0.00001*** (0.00000)	0.00000 (0.0001)	0.00001*** (0.00000)	0.00000 (0.00000)
Abastecimento de água	0.00001 (0.00002)	-0.00000 (0.00002)	0.00001 (0.002)	-0.00000 (0.00002)	0.00001 (0.00002)
Mulheres empregadas	0.00000** (0.000)	0.000 (0.00000)	0.00000 (0.00000)	0.00000 (0.00000)	0.000 (0.00000)
Percentual de empregados na indústria	-0.012*** (0.001)	-0.010*** (0.002)	-0.004 (0.204)	-0.010*** (0.002)	-0.004** (0.002)
Percentual de empregados no comércio	-0.033*** (0.003)	-0.013*** (0.002)	-0.001 (0.306)	-0.010*** (0.002)	0.005** (0.002)
Percentual de empregados na Adm pública	-0.014*** (0.001)	-0.007*** (0.001)	0.003 (0.154)	-0.006*** (0.001)	0.007*** (0.001)
Percentual de empregados com ensino superior	-0.041*** (0.010)	0.003 (0.008)	-0.014 (1.054)	0.009 (0.008)	-0.009 (0.008)
Percentual de empregados em empresas pequenas	0.020*** (0.004)	0.017*** (0.004)	0.011 (0.561)	0.014*** (0.005)	0.007 (0.005)
Percentual de empregados em empresas médias	-0.007*** (0.003)	0.004** (0.002)	0.004 (0.258)	0.005** (0.002)	0.004** (0.002)
Constant	0.034*** (0.002)	0.021*** (0.002)	0.031 (0.293)		
Observations	7305	7305	7305	7305	7305
R2	0.105	0.235	0.019	0.252	0.014

Fonte: elaboração própria, 2024.

A Tabela 4 apresenta testes de robustez do modelo de efeitos fixos two-ways. Esse modelo, conhecido por sua capacidade de controlar variáveis tanto a nível temporal quanto transversal, permite uma análise abrangente e detalhada das relações entre as variáveis em estudo. Ao considerar os efeitos fixos em ambas as dimensões, este método fornece uma visão mais precisa e robusta das tendências e padrões subjacentes aos dados, destacando nuances e interações que poderiam passar despercebidas em análises menos abrangentes. Os resultados sugerem que o coeficiente negativo de ECI permanece negativo ao longo de todos os testes. Ao todo são testados seis modelos, sendo os cinco primeiros apenas adicionado uma variável a mais à especificação (M1 até M5) e o sexto modelo é a versão completa da especificação.

Nota: * $p < 0,1$;
** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.
Nota 2: valores entre
parênteses são os erros
padrões dos coeficien-
tes.

Tabela 4 - Teste de robustez, efeito fixos two-ways

	Idosos no mercado de trabalho %					
	M1	M2	M3	M4	M5	Completo
ECI		-0.003*** (0.001)	-0.002*** (0.001)	-0.002*** (0.001)	-0.002*** (0.001)	-0.003*** (0.001)
PIB per capita			-0.0001*** (0.00002)	-0.0001*** (0.00002)	-0.00005** (0.00002)	-0.00004** (0.00002)
Doenças vinculadas a falta de saneamento			-0.00001 (0.0001)	-0.00001 (0.0001)	0.00002 (0.0001)	0.00001 (0.0001)
Salário médio				0.00000 (0.00000)	0.00000 (0.00000)	0.00000 (0.00000)
Abastecimento de água					0.00001 (0.00002)	0.00001 (0.00002)
Mulheres empregadas						0.000 (0.00000)
Percentual de empregados na indústria						-0.004** (0.002)
Percentual de empregados no comércio						0.005** (0.002)
Percentual de empregados na Adm. pública						0.007*** (0.001)
Percentual de empregados com ensino superior						-0.009 (0.008)
Percentual de empregados em empresas pequenas						0.007 (0.005)
Percentual de empregados em empresas médias						0.004** (0.002)
Observations	8530	7677	7677	7677	7305	7305
R2	0.004	0.004	0.004	0.004	0.005	0.014

Fonte: elaboração própria, 2024.

6. Considerações finais

Em síntese, esta pesquisa almeja oferecer uma análise mais detalhada sobre a relação complexa entre a complexidade econômica e o emprego de idosos, especialmente no contexto das economias municipais de Minas Gerais. À medida que testemunhamos uma mudança demográfica global marcante, com o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população, surge a necessidade de compreendermos como essas tendências influenciam o mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico.

Por meio da aplicação de modelos econométricos de dados em painel, buscamos contribuir de forma prática para o conhecimento existente, trazendo à tona nuances que podem ser perdidas em estudos de escopo nacional. Descobrimos que, embora seja comum observar uma relação positiva entre complexidade econômica e emprego em geral, essa dinâmica se mostra contrária quando se trata do emprego de idosos.

Os resultados contradizem em parte o consenso predominante na literatura no que tange o nível geral de trabalhadores no país, especialmente quando comparados com estudos realizados em países desenvolvidos, mas não há base de comparação na recorte de indivíduos com idade acima de 60 anos especificamente. Essa discrepância pode ser atribuída às diferenças nos contextos socioeconômicos e demográficos, bem como nas políticas de mercado de trabalho entre essas regiões.

Ao destacar a importância de considerar esses aspectos subnacionais e contextuais, nossa pesquisa não apenas amplia a compreensão sobre as relações entre complexidade econômica e emprego de idosos, mas também oferece insights valiosos para a formulação de políticas públicas e ações voltadas para a promoção de um mercado de trabalho inclusivo e sustentável diante das mudanças demográficas em curso.

Nota: * $p < 0,1$;
** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.
Nota 2: valores entre parênteses são os erros padrões dos coeficientes.

Referências

ADAM, A., GARAS, A., KATSAITI, M. S., LAPATINAS, A. (2023). *Economic complexity and jobs: an empirical analysis*. *Economics of Innovation and New Technology*. 32(1), 25–52.

ANTONELLI, C.; CRESPI, F.; QUATRARO, F. (2020). *Knowledge complexity and the mechanisms of knowledge generation and exploitation: The European evidence*. *Research Policy*. p. 104081.

BALLAND, P. A.; JARA-FIGUEROA, C.; PETRALIA, S. G.; STEIJN, M.; RIGBY, D. L.; HIDALGO, C. A. (2020). *Complex economic activities concentrate in large cities*. *Nature human behaviour*. 4(3), 248–254.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Estatuto do Idoso*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 05 de maio de 2024.

BRITO, F. (2008). *Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 25, 5–26.

COILE, C. C. *Economic determinants of workers' retirement decisions*, *Journal of Economic Surveys*. v. 29, n. 4, p. 830–853, 2015.

DYSON, T. (2010). *Population and development: the demographic transition*. Bloomsbury Publishing.

HARTMANN, D. M. R. GUEVARA, C. JARA-FIGUEROA, M. ARISTARÁN, AND C. A. HIDALGO. (2017). *Linking Economic Complexity, Institutions, and Income Inequality*, *World Development*. 93: 75–93.

HAUSMANN, R.; HIDALGO, C. A.; BUSTOS, S.; COSCIA, M.; CHUNG, S.; JIMENEZ, J.; SIMONES, A. J. C.; YILDIRIM, M. A. (2014). *The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity*. [S.l.]: MIT Press.

HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. (2009) *The building blocks of economic complexity*, *Proceedings of the national academy of sciences*, v. 106, n. 26, p. 10570–10575.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. (2008), *Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, uma revisão*. (24).

LANCMAN, S., SZNELWAR, L. I., JARDIM, T. A. (2006). *Sofrimento psíquico e envelhecimento no trabalho: um estudo com agentes de trânsito*. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*. 17(3), 129-136.

LEE, R. (2003). 'The demographic transition: three centuries of fundamental change'. *Journal of Economic Perspectives*. 17(4), 167-190.

PESARAN, M.H. (2015). *Time series and panel data econometrics*. Oxford: Oxford University Press, cap. 26.

REHER, D. S. (2011). *Economic and social implications of the demographic transition*. *Population and development review*. 37, 11-33.

SADENOVA A.M., KOZLOVA M.V., SUIEUBAYEVA S.N, SEREGINA E.R. (2023), *Index of economic complexity, its impact and relationship with unemployment rate*. *Bulletin of "Turan" University*. (3):368-383.

SOYYIĞIT, S.; BAYRAKDAR, S.; KILIÇ, C. (2023). *Effect of Economic Complexity on Unemployment in Terms of Gender: Evidence from BEM Economies*. *Politická ekonomie*. 71 (3), 342-365

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. (2012). *Transição demográfica: a experiência brasileira*.



Jonathas de Andrade, O Levante (The uprising) - 2013. Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução: HD Vídeo.
Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG

Jonathas de Andrade, *O Levante (The uprising)* - 2013, Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução: HD Vídeo.
Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.



O USO ESTRATÉGICO DO TERRITÓRIO:

o fenômeno das "dark kitchens" em Belo Horizonte (MG)

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.5430>

JOÃO MARCOS TEIXEIRA*

LEANDRO CARDOSO**

FÁBIO TOZI***

CARLOS FERNANDO FERREIRA LOBO****

JOÃO CARLOS CARVALHAES DOS SANTOS MONTEIRO*****

RESUMO: Nos últimos anos tem-se observado o crescente uso de aplicativos como forma de realizar serviços básicos cotidianos, especialmente para a entrega de refeições. Esse cenário propiciou o surgimento de um novo modelo de negócios conhecido como dark kitchens, que funcionam como cozinhas ocultas de refeições em meio ao tecido urbano das grandes cidades do mundo. Nesse sentido, este artigo busca compreender como esse fenômeno se concretiza na cidade de Belo Horizonte. Para isso, foi realizada uma raspagem de dados (web scraping) na plataforma de delivery do iFood, com a extração dos endereços dos restaurantes cadastrados em seu catálogo. Após a filtragem de 34 endereços, foram realizados trabalhos de campo para a observação da arquitetura e operação desses estabelecimentos. Como resultado da pesquisa, identificou-se a existência de vantagens locacionais das dark kitchens em Belo Horizonte, estabelecendo-se próximas a áreas de maior renda da cidade e de importantes eixos viários.

PALAVRAS-CHAVE: informação; plataformas de delivery; logística; dark kitchens; Belo Horizonte.

The strategic use of territory: the phenomenon of dark kitchens in Belo Horizonte (MG)

ABSTRACT: In recent years, there has been a growing use of apps as a means to carry out basic daily services, particularly for meal delivery. This scenario has fostered the emergence of a new business model known as dark kitchens, which operate as hidden meal preparation facilities within the urban fabric of major cities worldwide. In this context, this article aims to understand how this phenomenon materializes in the city of Belo Horizonte. To achieve this, data scraping (web scraping) was conducted on the iFood delivery platform, extracting the addresses of restaurants listed in its catalog. After filtering 34 addresses, fieldwork was carried out to observe the architecture and operations of these establishments. As a result of the research, locational advantages of dark kitchens in Belo Horizonte were identified, with these establishments being situated close to higher-income areas of the city and major transportation routes.

KEYWORDS: : information, delivery platforms, logistics, dark kitchens, Belo Horizonte.

* Universidade Federal de Minas Gerais ** Universidade Federal de Minas Gerais *** Universidade Federal de Minas Gerais

**** Universidade Federal de Minas Gerais ***** Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

O período técnico-científico-informacional se configura com o desenvolvimento de atividades econômicas que mascaram a apropriação das relações de trabalho preexistentes de determinada formação socioespacial. Essas atividades econômicas podem ser exemplificadas a partir das plataformas digitais que, com a operacionalização de aplicativos, concentram a realização de prestações de serviços em formato virtual, regulados por uma intermediação artificial aplicada via algoritmos, como no caso do aumento de pedidos de refeições para delivery em aplicativos de entrega.

Dessa maneira, as relações socioespaciais atuais seriam fruto de uma “sociedade de plataforma” (Van Dijck; Poell; De Wall, 2018), que se reverbera em uma “privatização dos costumes” (Bonduki, 2022c). Logo, observa-se a atualização das práticas de reprodução da vida cotidiana sendo realizadas a partir de empresas teoricamente tecnológicas, mas que se apropriam da conformação da vida em determinado território e intervêm nas “escolhas” dos clientes, calcadas em seus gostos e na determinação de seu perfil, propiciado pela ação algorítmica.

O ramo do delivery já era realidade para uma parcela da população brasileira, entretanto, a potencialidade que foi desenvolvida a partir do uso de aplicativos construiu um novo horizonte para o crescimento desse mercado. O uso cotidiano dos aplicativos de transporte, principalmente entre jovens e pessoas de maior renda, propiciou um terreno frutífero para a rápida aceitação de plataformas que possibilitasse a escolha de suas refeições. Deste modo, praticamente se extinguiu a necessidade de se estabelecer uma conversa com outras pessoas, como era anteriormente o formato de delivery por contato telefônico. Simultaneamente, a nova etapa de precarização do trabalho já observada naquele setor se reproduz no setor de entregas. Este trabalho “uberizado” se caracteriza pelo gerenciamento algorítmico e just-in-time de trabalhadores dispersos pelo território, responsáveis pelos seus instrumentos de trabalho, sem vínculos formais de trabalho e com baixa remuneração, como debatido por Abílio (2020) e Antunes (2020), com particularidades territoriais em Belo Horizonte (Duarte, 2024).

Sendo assim, o *modus operandi* das empresas de transporte individual por aplicativo foi reproduzido nesse novo formato de comercialização de comida, pautado na precarização do trabalho dos condutores, no falacioso discurso de se manter como uma empresa de tecnologia e, principalmente, no conhecimento estratégico do território por meio de uma “gestão algorítmica e geolocalizada” (Tozi, 2022, p. 271). Dessa forma, se estabeleceu, em maiores proporções, no mercado brasileiro, a empresa nacional iFood – empresa que mantém um monopólio do comércio de delivery via aplicativo no Brasil –, a colombiana Rappi, além de vertentes das já assentadas no setor de transportes, agora voltadas à alimentação, Uber Eats e 99Food.

Por meio dessa conjuntura, observou-se, principalmente após o início da pandemia do coronavírus, em 2020, o crescimento do comércio de alimentos via delivery, tendo em vista que as recomendações sanitárias indicavam que as pessoas se resguardassem em suas residências, por meio da política do isolamento social, restringindo a possibilidade de transmissão e contágio do vírus. Como consequência, o comércio via delivery permitiu que parcelas da população se mantivessem em suas residências e seguissem as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde pública.

Isso fez com que as empresas supracitadas aumentassem sua participação no cenário econômico nacional, forjadas em um contexto de uso do território como recurso (Gottmann, 1975) e, somadas à precarização do trabalho de entregadores (motoboys ou bikers), com jornadas longas de trabalho, baixa remuneração e a inexistência de vínculos empregatícios, puderam se beneficiar para expandir e ter maior lucratividade com seus negócios.

Nesse contexto, surge um novo formato de modelo de negócios no setor de alimentação, que busca se conformar com esse cenário de crescimento das vendas e da adoção do delivery por aplicativo no cotidiano da vida urbana. As *dark kitchens* ou “cozinhas fantasmas” estabelecem-se como uma atividade comercial que se centraliza somente para o atendimento via delivery e se baseiam nos critérios de otimização da produção, da circulação, dos custos e, principalmente, no uso do território como recurso. Esses estabelecimentos se caracterizam por não se apresentarem como cozinhas convencionais – por isso, a referência a um espaço fantasma (*ghost*) e/ou oculto (*dark*) – se organizando em galpões divididos em diversos boxes, equipados com ferramentas e utensílios necessários para o funcionamento de uma cozinha industrial. Dessa forma, tanto os vizinhos desse tipo de estabelecimento, quanto os clientes que solicitam refei-

ções não sabem que a comida tem origem em uma *dark kitchen*. A forma do estabelecimento mascara a sua função.

Assim, essas cozinhas industriais, localizadas em áreas de uso misto (residencial e comercial), propiciam impactos em uma escala local, com a propagação de ruído, gordura e a alteração do fluxo de trânsito (Bonduki, 2022a). Por isso, é possível observar movimentações para a criação de legislações próprias para esse tipo de estabelecimento, tendo em vista que essas cozinhas buscam se instalar em áreas da cidade próximas a um mercado consumidor favorável, onde obtêm maiores margens de lucratividade para a sua operação. No entanto, muitas vezes não enfrentam quaisquer contrapartidas necessárias à sua operação e acabam por ser regulamentadas da mesma maneira que antigas atividades comerciais do ramo alimentício.

Logo, a partir do recorte espacial da cidade de Belo Horizonte, objetiva-se analisar como se dá a presença do fenômeno de *dark kitchens* nesse espaço urbano, a fim de compreender o seu uso estratégico do território, já que, desde sua proposta inicial, esses estabelecimentos definem a centralização de sua organização e funcionamento, a partir de uma perspectiva espacial que propicie altos índices de lucratividade e produtividade, aproveitando-se de áreas de maior demanda e de média de gastos por pedidos da urbe.

O caminho metodológico da pesquisa, que tem caráter exploratório, foi desenvolvido em duas etapas, em que, inicialmente, se propôs uma mineração de dados na plataforma do iFood, como forma de conhecer o universo de restaurantes, em Belo Horizonte, cadastrados em seu aplicativo. A extração desses dados na plataforma foi realizada a partir de uma programação realizada no software Python – entre os meses de abril e maio de 2024 – a partir de uma ferramenta intitulada *web scraping*, que permitiu automatizar processos de coleta e consulta dos dados públicos referentes aos restaurantes cadastrados na plataforma do iFood.

E, por fim, foi realizada a conferência desses dados previamente filtrados, com visitas a campo – no horário de funcionamento dos estabelecimentos e, preferencialmente, no período noturno, no qual se verifica maior circulação de motoentregadores – para a observação da organização e arquitetura de cada um dos empreendimentos. Logo, a partir da concentração de restaurantes cadastrados por endereço, foram definidos os locais em que posteriormente seriam realizadas observações em campo, conta-

bilizando-se ao todo 34 endereços. Após essa busca e observação dos estabelecimentos, estabeleceu-se uma tipologia visando caracterizar cada um deles, com a intenção de diferenciá-los e verificar a existência de uma *dark kitchen*, com a concentração de uma série de cozinhas em um mesmo endereço.

A informação como fator produtivo: o surgimento das plataformas digitais

Na contemporaneidade, a informação apresenta uma centralidade inegável para o funcionamento de atividades econômicas e, conseqüentemente, para a reprodução da vida de inúmeros indivíduos que compõem a sociedade. Pode-se pensar que estamos vivendo em um momento em que a produção de informações e o seu uso atingiu um ápice, propiciando grandes transformações econômicas, laborais, políticas e sociais. Nesse sentido, Silva (2001) define a informação como o elemento significativo do período atual, redefinindo a relação da sociedade e espaço, por isso ressalta a necessidade em compreendermos os fatores constitutivos dessa relação. A junção dos sistemas produtivos e dos setores de serviços conectados a agentes hegemônicos globalizados dependem da manutenção de um cenário de competitividade, redefinindo a informação como algo estratégico, de maneira seletiva e hierárquica.

Como forma de qualificar e compreender sua potencialidade e efetividade, a autora desenvolve uma tipologia entre os tipos de informação, como: informação banal – caracterizado por um estado de superprodução de informações e, ao mesmo tempo, de baixa relevância informacional – e informação produtiva – fundamentadas em aspectos técnicos e científicos, essenciais para a análise da nova divisão territorial do trabalho. Sendo assim, é possível conceber uma informação de aspecto público que se propaga livremente, mesmo tendo apreensões distintas pelos mais diversos indivíduos que compõem a sociedade e, uma informação estratégica, que não tem sua divulgação banalizada, por ser priorizada e manipulada pelas firmas para nortear e normatizar suas ações concretizadas no território.

Assim, o uso da informação estratégica nos parece conter um valor primordial para o funcionamento e organização das corporações, privilegiando-as com dados que “previnem riscos, antecipam lucros, sugerem comportamentos, inovam a produção” (Silva, 2001, p. 112). Logo, compreende-se o valor essencial para a obtenção e uso da informação no atual período histórico, proporcionando dados mais precisos para que empresas se estabeleçam em distintas formações socioespaciais, de maneira a otimizar suas operações, em virtude de maior obtenção de lucro. Tal fato pode ser exemplificado, na contemporaneidade, pela insurgência de um novo modelo de desenvolvimento econômico em âmbito global, que são as plataformas digitais.

As plataformas digitais advêm de processos de modificação do sistema capitalista contemporâneo, tornando-se uma maneira sofisticada de se apropriar de formas de trabalho enraizadas no cotidiano dos moradores do meio urbano (Langley e Leyshon, 2017). Entretanto, por trás das suas características apresentadas como disruptivas, observa-se a apropriação de uma série de relações sociais, que eram realizadas em cunho personalizado e agora passa por uma mudança gradual, tornando-se “digital”.

Para que isso fosse possível, foi necessária a presença de objetos técnicos que propaguem a unicidade desse modo de vida digital para a população. Dessa maneira, a banalização dos aparelhos celulares, conhecidos como smartphones, perante a sociedade, é essencial. Essa atualização dos antigos celulares, somados ao avanço da capilaridade das redes de internet pelo território, possibilita o uso desses aparelhos de diversas maneiras, transformando-os em microcomputadores portáteis. Sendo assim, o uso dos smartphones nos revela as bases necessárias para o avanço do processo de digitalização da sociedade, já que a vida cotidiana que antes se reproduzia de maneira restrita aos laços personalizados, demonstra tendências a ser intermediada, agora, por meio de um objeto técnico conectado globalmente.

Nesse sentido, Van Dijck, Poell e De Wall (2018) identificam a centralidade da coleta de dados de diversos usuários, como o pilar produtivo do funcionamento das plataformas digitais. Somado a isso, Srnicek (2018) também considera a extração e uso de dados como uma das mais importantes matérias-primas atuais, tornando-se argumento chave para compreendermos os avanços do capitalismo no século XXI.

Dessa maneira, o autor intitula esse atual período como “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2018), um dos pilares essenciais para se analisar a atualização do modo de produção capitalista, condicionado pelo funcionamento de “um novo modelo de

negócios que surgiu eventualmente em um novo e poderoso tipo de corporação: as plataformas” (p. 44). Por fim, conclui que as plataformas se conformam a um modelo de negócios chave para extrair e controlar os dados, logo, estruturas centrais para a configuração do capitalismo de plataforma. Ou, nas palavras de Benvegnù et al. (2021, p. 690, tradução nossa), “o capitalismo de plataforma está adquirindo um papel cada vez mais hegemônico dentro de processos de valorização, e assim poderíamos dizer que vivemos hoje em uma era de plataformas”.

As plataformas digitais, em seus mais variados setores de desenvolvimento, operacionalizam sua organização pautadas em alguns fatores comuns, como: o uso da informação estratégica de forma privilegiada, provenientes de diversos dados, georreferenciamento dos usuários, hábitos culturais e de lazer em uma dada cidade (como shows, eventos esportivos e áreas boêmias da urbe), modo de vida e dados socioeconômicos e laborais da população. Desse modo, mapeiam e extraem os dados provenientes das ações, circulação e finanças de todos os seus usuários, por meio de sua conexão a uma rede global, fomentada pelo uso do celular, vinculado à internet e a sistemas de georreferenciamento simultâneos, via satélite.

Assim, o funcionamento das plataformas digitais, especialmente as voltadas ao comércio de refeições para entrega, operam como engrenagens que se articulam para a propagação dos melhores resultados da informação, extraída de cada usuário, e realizar o uso do território de forma estratégica, em busca da maior obtenção de ganhos. Para que isso se torne efetivo, é necessário um sistema que consiga operacionalizar essa grande quantidade de dados e, sobretudo, qualificá-los: os algoritmos detêm a possibilidade de manipular todas essas informações para extrair a maior adaptação ao território onde estão inseridos e também atrair os usuários de cada plataforma.

Os algoritmos podem ser lidos como um elemento estruturante para o funcionamento das plataformas, pois, conforme Srnicek (2018), a maior parte dos dados necessita de uma limpeza, ou de um refinamento, para que possam ser utilizados no formato mais otimizado possível, dotando-se da fluidez necessária para capturar o movimento da sociedade atual, em busca de um aperfeiçoamento das atividades econômicas que imperam e mantêm o modo de produção capitalista.

Ao analisar o período atual, Benvegnù et al. (2021) se referem à extrema resiliência apresentada pelo modelo de negócios das plataformas digitais como uma de suas principais características, tendo em vista a capacidade de adaptação às temporalidades

e espacialidades distintas do território em que se inserem. Dessa maneira, as plataformas digitais adentram as realidades socioespaciais de distintas cidades, condicionando novos usos a alguns fixos e dinamizando novos fluxos, em acordo com as atividades econômicas projetadas por sua lógica de trabalho ditada pelo gerenciamento algorítmico. Tal é o caso das plataformas de delivery, em que as corporações que as controlam, redefinem o território das cidades para atender às demandas das áreas com maior presença de pedidos e de alto ticket médio, resultando em um intenso fluxo de entregadores em motos e bicicletas, ao longo do dia.

Pensando nisso, uma das possíveis entradas para se analisar a complexidade desse sistema econômico imposto pelas plataformas digitais é o ramo de alimentação, com o surgimento de empresas que desenvolvem aplicativos para a solicitação de entrega de refeições. Esse ramo, conhecido popularmente, como delivery ou tele-entrega, já estava introduzido na lógica nacional de consumo de refeições prontas, porém, de maneira restrita e geograficamente delimitada, com a presença de lanchonetes e pizzarias de bairro que detinham um telefone de contato e contratava motoentregadores para realizar a entrega dos pedidos. Portanto, a partir dessa atualização imposta pelo uso de aplicativos, principalmente, a partir de 2018, projetou-se um novo cenário no setor de alimentação urbana nas principais cidades do país. Esse cenário favoreceu uma transformação na dinâmica das relações de trabalho nesse setor, afetando tanto os trabalhadores responsáveis pela preparação das refeições quanto aqueles envolvidos nas entregas.

Nesse contexto, surge um novo modelo de negócios no setor de alimentação urbana, conhecido, conforme mencionado anteriormente, como *dark kitchens*. Esse formato, aliado ao crescimento dos pedidos de refeições por delivery, aproveita-se de um período de fragilidade econômica e do alto índice de desemprego, tanto global quanto nacional, para intensificar a precarização do trabalho. Adaptado à rapidez exigida pela oferta de refeições via aplicativos, esse modelo se consolida rapidamente nas grandes metrópoles brasileiras, gerando desafios para o poder municipal legislador, para os moradores vizinhos aos estabelecimentos e para os trabalhadores do setor tradicional. Estes últimos enfrentam a dificuldade de competir com estabelecimentos que possuem custos operacionais mais baixos, como as *dark kitchens*, e que são especializados em atender à demanda de seus clientes com base em informações estratégicas sobre sua área de atuação.

O uso estratégico do território como base de um novo modelo de negócios: o fenômeno das dark kitchens

A partir da adoção da leitura espacial dos fenômenos sociais, proposta por Santos (1994), buscou-se analisar o uso do território materializado pela atualização de variados setores da economia, por conta do uso de plataformas digitais pela população das grandes cidades. Assim, é essencial que uma busca em compreendermos a ação das plataformas digitais na contemporaneidade passe por uma análise da concreticidade e da estruturação que esse modelo de negócios constrói no território.

Para isso, é importante ressaltar que, para adotar um uso estratégico do território e condicionar a sua atuação econômica de maneira mais otimizada e lucrativa, as grandes firmas se beneficiam do acesso à informação, determinando o local de instalação de seus fixos e suas frentes operacionais. Soma-se a isso, sobretudo, o uso de um conjunto de técnicas que irão atender ao refinamento e intencionalidade necessários para operar em um cenário favorável dentro do modelo capitalista.

A escolha do local de funcionamento, áreas de atuação ou eixos de crescimento que as grandes empresas determinam sobre sua operação não são pensadas de maneira neutra. Elas, na verdade, atendem a uma intencionalidade e a uma leitura verticalizada do meio geográfico. Desse modo, pode-se aferir que as plataformas digitais de delivery estabelecem áreas prioritárias para a propagação de suas atividades, de maneira a se beneficiar da dinamicidade presente em tal espaço, pelo fomento da circulação de renda e de mercadorias.

Dessa maneira, a constituição de usos do território na metrópole, quando referidos por agentes hegemônicos, deve ser fomentada por parcelas volumosas de informação, sendo que sua disponibilidade acompanha o processo desigual do meio técnico-científico-informacional. Por isso, pode-se observar a “informação como um recurso, com áreas de abundâncias e áreas de carências” (Santos e Silveira, 2001, p. 103).

A partir disso, também se elucida a proposta de análise do território como recurso e como abrigo, algo que é evidenciado por Gottmann (1975) e aprofundado por Santos (1994). Para eles, o uso do território pode ser distinguido de acordo com os agentes que o efetivam, logo, em linhas gerais, define-se o território como recurso utilizado por agentes hegemônicos e como abrigo dos agentes hegemonzados. Nessa lógica, ob-

serva-se, por meio da participação em uma economia globalizada, a existência de um uso diferencial do território expresso por um uso hierárquico (Santos e Silveira, 2001), que se define por “vantagens comparativas locais, tanto as da ordem técnica como as da ordem política, de prever com precisão, entre circunstâncias do mercado global e decisões do âmbito nacional e local” (p. 304). Portanto, “o uso competitivo do espaço acaba por ser hierárquico, na medida em que algumas empresas dispõem de maiores possibilidades para utilização dos mesmos recursos territoriais” (p. 305).

O reconhecimento dessas plataformas digitais, em sua dimensão real, é debatido por alguns pesquisadores, e nele se destaca-se a denominação proposta por Tozi (2020), como “plataformas territoriais”, pois,

sem as externalidades essenciais, como carros (meios de produção) e motoristas (trabalho) circulando pelas ruas das cidades (infraestrutura urbana), os aplicativos seriam apenas algoritmos na “nuvem” da internet. É só no território que cada parte compõe uma totalidade em funcionamento (Tozi, 2020, p. 490).

Portanto, além de analisar a centralidade em âmbito digital do funcionamento das plataformas digitais, que condiciona ferramentas específicas para seu funcionamento, é importante considerar também o território onde essas plataformas se concretizam. Observar o uso do território pelas plataformas digitais é fundamental para compreender sua atuação dentro da configuração territorial de uma metrópole, especialmente diante da escassez de dados disponibilizados pelas empresas. Essa limitação de dados nos dificulta reconhecer e espacializar o controle de plataformas digitais de delivery sobre a operação dos restaurantes em uma determinada cidade e, também, sobre a presença de *dark kitchens* nesse espaço – que possivelmente podem se beneficiar dos dados extraídos da operação de restaurantes locais cadastrados nas mesmas plataformas digitais de delivery.

Nessa perspectiva, observa-se, por exemplo, a importância da infraestrutura pública para o funcionamento de plataformas digitais, como as que oferecem serviços de transporte individual ou pela entrega de refeições, que se apropriam de tal configuração territorial para reconhecer as vias de maior fluidez de trânsito e, também, as áreas que apresentam maior potencialidade para a realização de seus serviços. Dessa maneira, a partir de uma leitura dos fixos que compõem a cidade, conseguem (re)distribuir ou acentuar os fluxos, a partir de sua gestão privilegiada sobre o território, baseada no uso da informação estratégica como fator produtivo de sua operação.

Atualmente, uma das variáveis que fomentam o uso estratégico do território pelas firmas passa pelo controle da logística, que abarca todo o processo de planejamento, implementação e controle dos fluxos sobre determinado fluxo de mercadoria e, especialmente, de informações. Dessa maneira, é essencial compreender como essa concepção é atualizada a partir da dinamicidade do capitalismo de plataforma.

Venceslau (2023), ao estudar as bases do comércio eletrônico, observa a logística como o processo que possibilita a análise de uma ampliação da fluidez territorial. Dessa forma, a organização logística de uma mercadoria, por exemplo, deve ser pensada para romper adversidades impostas no território e atender à fluidez necessária para a reprodução capitalista, logo, quanto mais otimizada for a organização da circulação de uma mercadoria, a tendência é que se tenha maior lucratividade.

Castillo (2007) ressalta que o conceito de logística origina-se em uma perspectiva militar e que, ao longo do tempo, passa por concepção empresarial. Dessa forma, tornou-se um termo que acaba por aglutinar variadas utilizações, seja para definir distintas formas de prestação de serviços, estrutura de uma cadeia de produção, setores de investimentos públicos, entre outros.

Já Cuppini et al. (2022) apresentam uma tendência à perpetuação de uma “racionalidade logística”, que define as ações dos agentes hegemônicos sobre o território, observando, em alguns casos, como funciona uma superfície disposta a atender às demandas e necessidades de circulação do capital.

Dessa maneira, observa-se uma tendência à institucionalização de uma fluidez territorial, em nome da manutenção dos princípios logísticos para o funcionamento do comércio nas cidades, tendo em vista a adoção de discursos que englobam a ideia da velocidade e simultaneidade, segundo a concepção da vida moderna no mundo contemporâneo. Peregalli e Porto-Gonçalves (2022, p. 139) realizam uma leitura crítica dessa reprodução de uma racionalidade logística sobre a organização do espaço, pois é isso que permite a ocorrência de uma “racionalidade gestorial capitalista”, que, por meio de invenções tecnológicas, traduzem ao território sobreposto pelo modelo de comércio atual, uma norma globalizada.

Esse controle realizado sobre o uso do território parte de um assentamento dessa racionalidade logística sobre o domínio de um gerenciamento algorítmico do território (Tozi, 2023), que possibilita a extração de dados georreferenciados e em grande escala, a

partir da realização de uma série de formas de trabalho pretéritas por meio de aplicativos, conforme o processo de digitalização da sociedade contemporânea.

A partir desse debate, optou-se em analisar os impactos do processo de logística sobre a organização de fluxos de mercadorias e informações, a partir de um conceito conhecido na esfera do comércio por entrega no meio urbano, como last mile ou entrega de última milha. Essa ideia pode ser compreendida como a última etapa que divide o consumidor do produto que adquiriu de forma online, logo, os níveis de ansiedade e de controle nessas etapas pelo consumidor são maiores, já que lhe permite ter atualizações sobre o local em que sua entrega se encontra e detém uma previsão para que receba seu produto recém adquirido.

Essa etapa é vista por alguns pesquisadores (Boysen et al., 2021; Venceslau, 2023; Oliveira, 2023) como a mais importante do comércio online, pois é nela que o consumidor consegue ter acesso a mais informações sobre sua compra, a partir do código de localização do produto com o acompanhamento nos diferentes sites das empresas de entrega. Entretanto, é também nessa etapa que se observam as descontinuidades do território da cidade, com áreas que não mantêm a mesma estrutura de pavimentação, de dimensão das vias, além das transformações do tráfego em uma metrópole, que ocorrem constantemente, seja por um acidente ou pelos horários de intenso fluxo.

Nessa lógica, os anseios sobre a última etapa de uma entrega também perpassam de forma crucial o setor de entrega de refeições, pois, diferentemente dos outros setores econômicos, uma refeição deve ser entregue de forma rápida – devido ao fato de saciar uma vontade humana – e, principalmente, chegar às mãos do consumidor na temperatura ideal que o mesmo ansiava receber. Portanto, a logística estabelecida para o comércio de alimentação deve ser pensada de maneira específica, pois deve atender às demandas da organização desse mercado.

Pensando nisso, Oliveira (2023) indica que uma alternativa recente, vista para o setor de alimentação por delivery nas cidades, é representada pelo fenômeno das *dark kitchens*, que se transformam em uma espécie de centros de distribuição de refeições em localizações próximas ao seu mercado consumidor, diminuindo a distância a ser percorrida por entregadores e o tempo de espera dos clientes para receber seu pedido.

Na prática, as *dark kitchens* são instaladas e/ou adaptadas em galpões, prédios e até mesmo em containers, sendo espaços que concentram dezenas de cozinhas indus-

trias divididas em boxes, permitindo a locação e operacionalização por empresários/as do ramo de alimentação instalarem-se e intensificarem sua produção de refeições sem a presença dos consumidores em seus estabelecimentos. Dessa forma, não há preocupação com o atendimento personalizado de seus clientes, já que não necessitam oferecer infraestrutura para o conforto dos consumidores e também sem custos com os funcionários para atendê-los.

Nessas instalações são empenhados altos investimentos para o recebimento de equipamentos tecnológicos, sistemas de comunicação, ventilação e exaustão modernos, além de serem implementadas em locais específicos, conforme as análises realizadas sobre a configuração territorial das cidades, dirigindo-se, assim, para as áreas com maior possibilidade de reprodução deste formato de negócio, ou como intitula um dos fundadores de uma das principais empresas desse ramo, “zonas quentes”. Logo, sua localização está diretamente relacionada à economia política da cidade, cruzando informações sobre o tecido urbano, ou seja, às vias de fácil acesso a diferentes pontos da cidade e às áreas com maior presença de pessoas com elevado poder de consumo. Isso possibilita a observação da informação como um fator principal para a reprodução econômica capitalista na atualidade.

Shapiro (2022) compreende que as *dark kitchens*, são possibilitadas pelo movimento pujante da implementação de atividades econômicas vinculadas ao capitalismo de plataforma. Dessa maneira, o autor condiciona a lógica de funcionamento das cozinhas fantasmas à organização logística da Amazon – empresa estadunidense que se caracteriza por ser uma das principais firmas de comércio eletrônico do mundo – já que replica ideias de controle de mercado de forma espelhada na empresa de comércio eletrônico. Logo, essa “amazonificação da logística” se reflete no aumento do interesse de capitalistas sobre a adoção de investimentos em setores destinados à entrega de última milha, que proporciona maiores níveis de lucro em uma operação comercial, a partir de quão veloz ela for realizada, tornando-se as *dark kitchens* um bom exemplo.

Em suma, apesar da divulgação da ideia de maior facilidade para empresários investirem em seus negócios de alimentação com baixos custos, de maneira lucrativa e otimizada, nota-se, na realidade, uma disputa desigual com o comércio tradicional. Isso é fomentado pelo fato de o modelo das cozinhas fantasmas estarem atreladas ao

funcionamento das plataformas de delivery, sendo essas parceiras ou investidoras para a construção desses estabelecimentos no meio urbano. Portanto, a organização logística e operacional de uma cozinha fantasma passa pelo privilégio do compartilhamento das informações georreferenciadas extraídas de seus usuários pela plataforma.

As empresas Deliveroo (Reino Unido) e CloudKitchens (EUA) são importantes exemplos globais desse novo modelo de negócios. A primeira, desenvolveu um modelo de cozinhas adaptadas em containers, em 2017, intituladas "Deliveroo Editions", sob a perspectiva de expandir a oferta de refeições em determinadas áreas urbanas, com atuação na Europa e Oriente Médio. Já a segunda, atua em países da América do Sul, Ásia, Europa e Oceania. Entretanto, a empresa opera em cada uma dessas regiões do mundo atendendo a nomenclaturas distintas, como é no caso brasileiro, que detém a marca Kitchen Central. A Kitchen Central tem instalações em cidades dos estados de São Paulo (São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro e Niterói), Minas Gerais (Belo Horizonte) e no Distrito Federal (Brasília). Suas unidades se configuram geralmente em galpões que são repartidos em diversas cozinhas industriais, podendo ser alugadas por empresários do ramo de alimentação que desejam iniciar a operação de seu restaurante focado apenas em atendimentos para delivery, via plataformas digitais.

Na Figura 1, compreende-se o sentido da nomenclatura: cozinhas fantasmas. Demonstrado pelo registro da fachada de um dos estabelecimentos da empresa na cidade de São Paulo, no bairro Butantã, que não ostenta qualquer identificação da atividade comercial realizada na edificação, a não ser pelo logo de plataformas de delivery de refeições que operam na cidade e que destinam diversas solicitações para a elaboração em tal espaço.

Apesar do discurso apresentado pelas empresas, de forma normativa e complacente, as transformações econômicas nos dias atuais adaptam-se aos acentuados fluxos de mercadorias, informação e renda nas cidades. Também é observado um embate com o poder público municipal, em distintas cidades do mundo, relacionado a questões regulamentares e legislativas sobre a operação desse novo modelo de negócios. Assim, pela inexistência de uma regulamentação própria para as *dark kitchens*, as empresas que as administram operam numa lacuna legislativa, encaixando-se como estabelecimentos de alimentação para entrega.

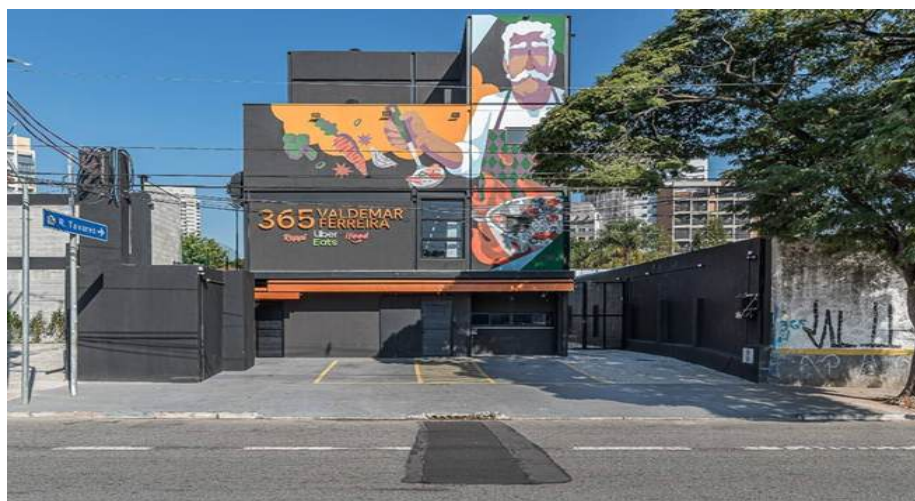


Figura 1 - Fachada de uma dark kitchen da empresa Kitchen Central, no bairro Butantã em São Paulo (SP). Fonte: Toledo e Rosa (2021); Girão (2022).

No Brasil, o caso mais explicativo de tal disputa entre essas corporações e o poder legislativo ocorreu no município de São Paulo, já que, a partir de protestos de moradores e a divulgação dos impactos gerados na mídia, gerou-se a necessidade de debate em âmbito público. Reportagens publicadas por diversos meios de comunicação, majoritariamente na cidade de São Paulo, trazem os relatos de diversos moradores vizinhos a esses estabelecimentos, que convivem com odor, barulho e sujeira em suas residências durante 24 horas por dia. A inexistência de infraestrutura para o atendimento dos entregadores também é uma reclamação recorrente, pois as motos tomam parte das ruas durante todo o dia e os trabalhadores não têm locais adequados para realizar suas necessidades fisiológicas, como banheiros e copas. Logo, elabora-se a hipótese de que por esses fixos se estabelecerem em áreas que possuem uma população de maior poder aquisitivo e, possivelmente, maior articulação política devido seu capital social, o fenômeno gerou uma sensibilização da classe legisladora e também de uma organização jurídica.

Nas palavras de Bonduki (2022a), esse “novo modelo de cozinhas pode apresentar efeitos nefastos para a vida urbana e não deveria ser estimulado”, pois existem inúmeros impactos negativos projetados por esses estabelecimentos, que precisam ser

analisados e enfrentados, como: i) a concentração de dezenas de cozinhas industriais em um único local, em meio a uma área residencial, com a poluição sonora – som de exaustores e motocicletas, fumaça e odor de gordura, além da intensa circulação nas vias; ii) os impactos para os restaurantes locais, que dificilmente competiriam com os valores praticados pelas empresas vinculadas às cozinhas fantasmas; iii) aumento da produção de resíduos sólidos; iv) o desconhecimento e a impossibilidade de os clientes saberem quais são as condições das cozinhas que vendem suas refeições; e v) o baixo custo praticado no comércio de delivery, no qual as *dark kitchens* se integram, baseado na precarização do trabalho de centenas de milhares de pessoas vinculadas a esse modelo econômico.

Como uma resultante desse embate, a Câmara de São Paulo aprovou uma legislação própria para esse tipo de empreendimento (PL 362/2022), que limita o número de cozinhas industriais por *dark kitchens* em áreas de uso misto e/ou residencial, também estabelece padrões para a fachada, como a identificação das empresas que possuem cozinhas no local, para facilitar a fiscalização da vigilância sanitária e a adoção de maiores critérios, em relação à liberação de gases, fumaça e gases inflamáveis, já que este é um local com grandes riscos de incêndio, devido ao uso incessante de produtos inflamáveis.

Portanto, entende-se o fenômeno das *dark kitchens* como um processo de reestruturação produtiva aos moldes da gestão flexível do trabalho: grandes empresas, muitas multinacionais, produzindo grande parte de seus produtos através de empresas terceirizadas e conectadas através das novas tecnologias da informação e da comunicação (Gonsales, 2022, p. 3). Ademais, também podem ser observados processos semelhantes na chegada das empresas, com ação relativa ao transporte por aplicativo no Brasil, com a implementação de seus serviços nas metrópoles, em um primeiro momento, além da resistência às legislações municipais e uma lucratividade baseada no uso da informação como fator produtivo, somadas à precarização do trabalho.

O fenômeno das *dark kitchens* em belo horizonte (mg)

Nesse momento, busca-se apresentar a perspectiva empírica da pesquisa, a partir da análise do uso do território por empresas que administram *dark kitchens* em Belo Horizonte. Para a apreensão do fenômeno estudado, foi proposta uma metodologia dividida em duas etapas: a primeira se vincula à extração de dados de forma remota e, posteriormente, à conferência desses dados de maneira empírica.

Em um primeiro momento, com o uso do software de programação Python, foi possível identificar todos os restaurantes cadastrados na plataforma de delivery do iFood na cidade de Belo Horizonte. A partir da elaboração desse banco de dados, com informações sobre os nomes dos restaurantes, seus endereços e o url de cadastro na plataforma do iFood, possibilitou-se filtrar os endereços que apresentavam mais de um cadastro de restaurante por local. Dessa forma, estabeleceu-se uma primeira camada de filtragem sobre os dados brutos obtidos – cerca de de treze mil restaurantes – selecionando-se apenas endereços que contenham mais de dois cadastros. Posteriormente, foi feita a conferência dos dados novamente filtrados para identificar possíveis *dark kitchens* na área de estudo. Essa conferência foi realizada de maneira remota, por meio da ferramenta Google Street View, nos possibilitando ter uma primeira análise sobre os locais identificados anteriormente.

Em um segundo momento, os endereços filtrados na primeira etapa e analisados como possíveis *dark kitchens* passaram por uma nova etapa de conferência, porém, de maneira presencial, entre os meses de junho de 2023 e junho de 2024. Logo, foram selecionados 34 endereços do banco de dados elaborado a partir da extração de informações da plataforma do iFood, como os pontos a serem observados a partir de visitas a campo para analisar a possível operação de uma *dark kitchen*.

Após a realização dessas etapas, consolidou-se a necessidade de realizar uma tipologia sobre esses estabelecimentos que destinam sua operação de maneira total – ou quase isso – para o atendimento do comércio por delivery. Isso se faz importante, tendo em vista que, em bibliografias e pesquisas que foram analisadas para a elaboração deste trabalho, o conceito do que seria uma *dark kitchen* fica um tanto impreciso e, por conseguinte, confuso. Nesse sentido, apenas designar que um estabelecimento centra-

do na produção de refeições para delivery se afigura como uma *dark kitchen* pode ser superficial, já que não considera investimentos em tecnologia, capital e organização, conforme alardeado por Santos (1979).

Essa problemática é observada em pesquisas e reportagens, como é o caso da pesquisa realizada por Hakim et al. (2023), que apresentou um importante avanço no tema, ao definir que, praticamente, um terço dos estabelecimentos cadastrados no iFood – em seu recorte amostral (Limeira, Campinas e São Paulo) – seriam *dark kitchens*. No entanto, os critérios metodológicos para definir o que é uma *dark kitchen* para os pesquisadores envolvidos no trabalho passava apenas pelo crivo de a sua operação estar destinada ao atendimento do comércio de delivery, incluindo até mesmo cozinhas caseiras, ou seja, residências em que seus moradores produzem refeições e comercializam pelas plataformas de delivery.

Embora a pesquisa em questão apresente resultados interessantes sobre o cenário desse fenômeno no Brasil, torna-se algo infactível nivelar empreendimentos que apresentam níveis de tecnologia, organização e capital distintos. Desse modo, firmas com a presença de capital global, como são as operações supracitadas da empresa Kitchen Central; e atividades econômicas características da “arte da viração” (Ribeiro, 2004), realizadas por trabalhadores em sua residência para complementar a renda ou sustentar sua família, estão em campos diferentes do comércio de alimentação para delivery, como é apresentado em pesquisas como a de Cruvinel e Teixeira (2024), que definem uma tipologia para esses estabelecimentos em moradias como “*dark kitchens* residenciais”.

Logo, estabeleceu-se uma tipologia dentro do comércio de refeições para delivery, que se tornou uma atividade essencial para a reprodução da vida nas cidades, com a existência de: i) *dark kitchens* de capital global; ii) *dark kitchens* de capital local; e iii) restaurantes para delivery.

Tipologia			
Tipos	Forma	Nº de cadastros	Serviços
Dark kitchens de capital global	Galpão	Acima de 8	Delivery
Dark kitchens de capital local	Sobrado para atividade comercial	Acima de 8	Delivery
Restaurantes para delivery	Lojas e casas comerciais	2 a 7	Delivery e retirada

Quadro 1 - Tipologia das dark kitchens para Belo Horizonte (MG).

Fonte: elaboração própria, 2024.

A partir da raspagem de dados, realizada no aplicativo do iFood, foi possível estabelecer diferenciações dos empreendimentos em que foram realizados trabalhos de campo. A observação desses locais foi pautada no conhecimento prévio adquirido por meio de seus websites ou perfis em plataformas digitais (como o Instagram), identificando quais serviços são ofertados e como sua operação é organizada. Desse modo, foram observados aspectos relacionados à arquitetura e infraestrutura de cada empreendimento. Nessa lógica, as *dark kitchens* de capital global são aquelas que apresentam operações em Belo Horizonte, mas com a participação de empresas sediadas em outros países, como é o caso da Kitchen Central – com três empreendimentos – e da SmartKitchen – com dois empreendimentos –, que apresentam uma vinculação, respectivamente, com uma corporação de origem estadunidense e com a plataforma de delivery colombiana Rappi, que administra a operação desses estabelecimentos juntamente com a marca brasileira supracitada.

Além desses cinco exemplares de *dark kitchens* em Belo Horizonte, também se observou um caso extra, com a presença da empresa Órion Cloud Kitchens, fruto de capital local e que, por isso, é definida como uma *dark kitchen* de capital local. A empresa opera apenas um estabelecimento na cidade em uma área reconhecida com concentração de renda. Apesar da diferenciação proposta acima, optou-se por ainda demarcar esse empreendimento como uma das *dark kitchens* presentes na urbe belo-horizontina.

Já os restaurantes para delivery são recorrentemente confundidos com a estrutura de uma *dark kitchen*, pois operacionalizam suas vendas de maneira semelhante, ou seja, com foco para o comércio de refeições para entrega. No entanto, ainda apresentam condições organizacionais próximas às práticas do comércio tradicional local, como, por exemplo, a possibilidade de realizar a retirada de seus pedidos. Além disso, os restaurantes para delivery apresentam estruturas baseadas em uma ou duas cozinhas com capacidade de produção em acordo a sua demanda, sendo elaboradas por funcionários de uma mesma empresa, mesmo que forneça refeições para mais de um estabelecimento cadastrado na plataforma. Sendo assim, não se encaixam na nomenclatura de *dark kitchens* proposta no trabalho.

As *dark kitchens* com capital global e de capital local se organizam em áreas privilegiadas da urbe, dotadas de maiores índices de renda média e dinamicidade do espaço urbano (Figura 2). Logo, as suas localizações podem ser compreendidas como um exemplo do uso corporativo do território, baseado na apreensão da informação como fator produtivo, estabelecendo-se em áreas estratégicas para uma rápida circulação para entrega de seus pedidos. Além do mais, essas áreas são propícias para a maior densidade de realização de pedidos e com maiores gastos médios, tendo em vista a sua composição por uma população com maior renda per capita, conforme apresenta a figura a seguir.

A concepção das *dark kitchens* de capital global e local são semelhantes, com a utilização de galpões – e sobrados comerciais – em locais próximos à pujante população consumidora, que são transformados internamente, subdivididos em repartições, de no mínimo 12 m², onde são instalados utensílios relacionados a cozinhas industriais – chapas, fritadeiras, refrigeradores, fornos, entre outros –, exaustores para expelir a fumaça e a gordura da produção e a inexistência de áreas de estacionamento para os entregadores – que se “acomodam” sobre o passeio ou se encaixam nos justos espaços de estacionamento nas vias.

Já em relação à operação logística desses empreendimentos, identificaram-se semelhanças, já que nesses casos os pedidos chegam até as cozinhas por meio de aplicativos de delivery, especialmente o iFood, sendo elaborados e repassados para os entregadores realizarem a entrega aos clientes. Ademais, cabe mencionar que a Orion Cloud Kitchens também atua como uma dark store. Nesse modelo, ela oferece a alguns comerciantes a possibilidade de utilizá-la como um centro de distribuição para seus

Localização das dark kitchens em Belo Horizonte (MG)

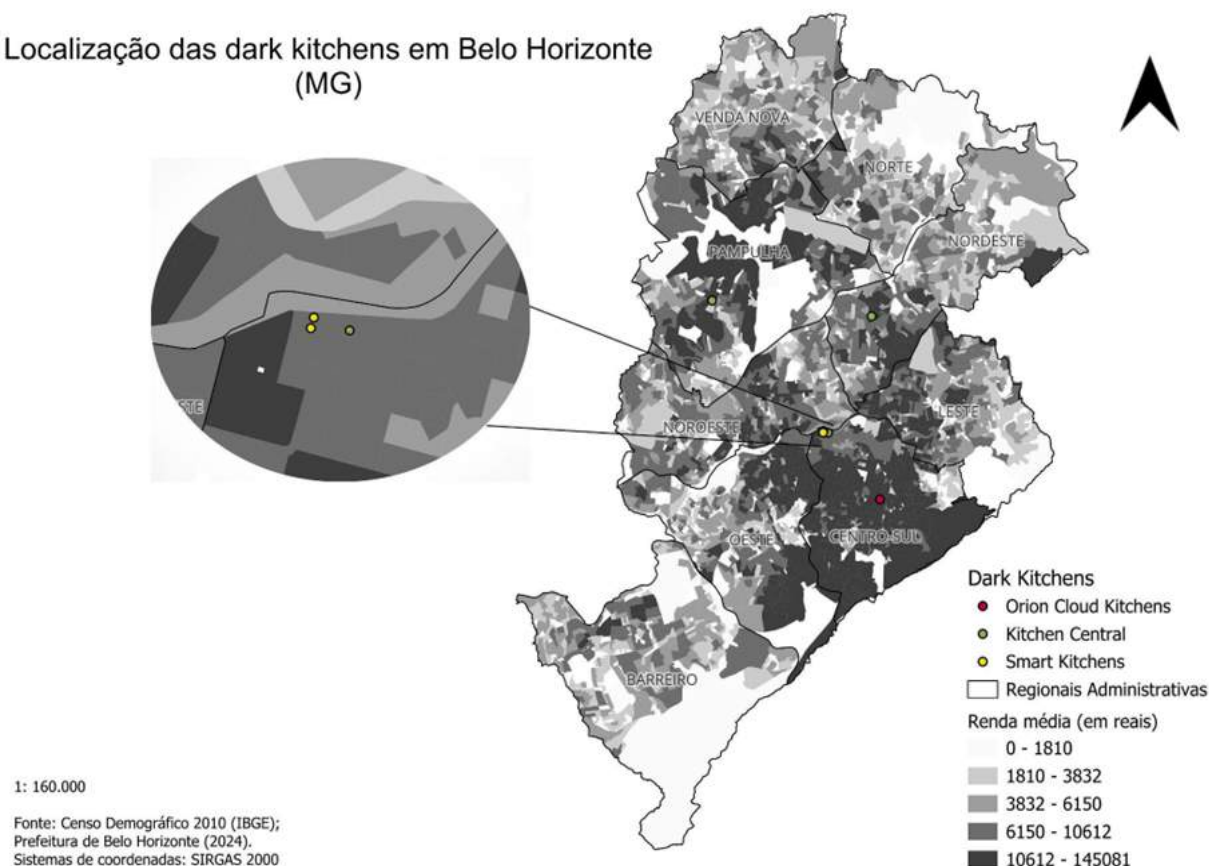


Figura 2 – Localização das dark kitchens em Belo Horizonte (MG).

Fonte: elaboração própria, 2024.

produtos. Dessa forma, o comerciante prepara o produto em sua própria cozinha e, em seguida, transfere-o para as instalações da empresa, onde será armazenado e comercializado por meio do cadastro do comerciante nas plataformas de delivery.

A seguir, o compilado de imagens apresenta esses estabelecimentos mencionados anteriormente. As três primeiras imagens indicam as unidades da empresa Kitchen Central, nos bairros Barro Preto (Regional Centro-Sul), Santa Cruz (Regional Nordeste) e Paquetá (Regional Pampulha), respectivamente. Em seguida, a quarta apresenta uma das unidades da empresa SmartKitchen, no bairro Barro Preto e, por fim, a última imagem apresenta a unidade da Órion Cloud Kitchen no bairro Carmo (Regional Centro-Sul) (Figura 3). Ambas as imagens retratam galpões, prédios e casas comerciais que

foram adaptados com os aparelhos e a organização necessária para o funcionamento de *dark kitchens* em seu interior. Embora não demonstrem em sua fachada qualquer caracterização dessa atividade – com exceção da *dark kitchen* local Órion Cloud Kitchen –, a não ser pelas coifas e exaustores em sua estrutura ou pela presença de entregadores nas vias ou passeios ao redor de onde estão instaladas. Ademais, também se observou a transformação dos passeios – destinados à circulação de pedestres – em estacionamento para os veículos dos entregadores (3ffi e 4ffi imagens) e também das vias públicas com dezenas de motocicletas em frente às *dark kitchens* (1ffi e 5ffi imagens), fato que retratam a alteração dos padrões de circulação no espaço viário local em função das atividades realizadas nesses estabelecimentos. Fonte: elaboração própria, 2024.



Figura 3 – Conjunto de dark kitchens em Belo Horizonte.

Fonte: elaboração própria, 2024.



Figura 4 – Conjunto de dark kitchens em Belo Horizonte.
Fonte: elaboração própria, 2024.



Figura 5 – Conjunto de dark kitchens em Belo Horizonte.
Fonte: elaboração própria, 2024.

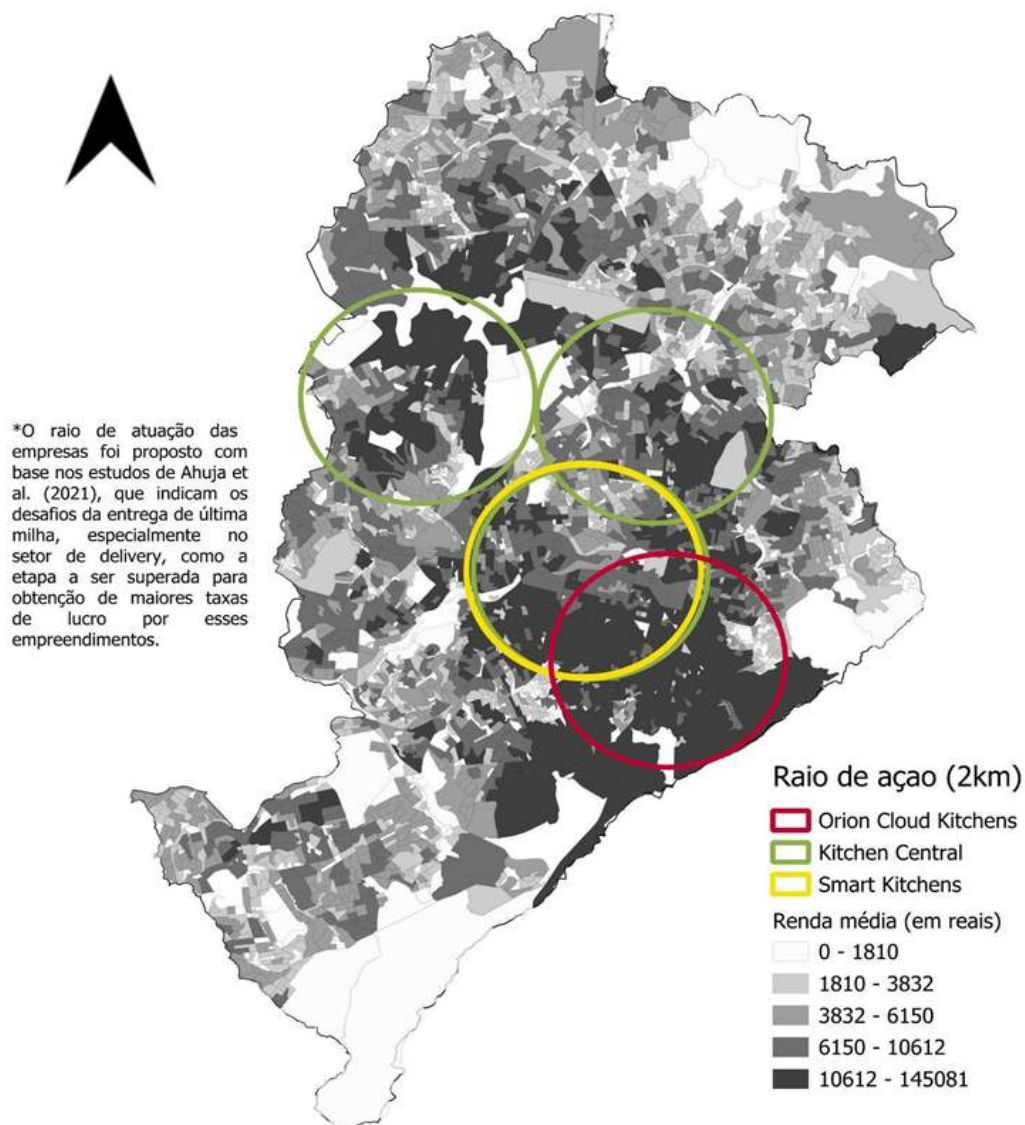


Figura 6 – Conjunto de dark kitchens em Belo Horizonte.

Fonte: elaboração própria, 2024.

Esses empreendimentos, em sua maioria, estão localizados na Regional Administrativa Centro-Sul, que aglomera os maiores níveis de renda da metrópole. Além disso, a análise da circulação viária no espaço urbano revela que esses negócios tendem a se estabelecer em áreas com maior conectividade entre diferentes bairros e com vias que permitem um fluxo mais rápido, alinhado ao ideal de velocidade necessário para a circulação do capital. Dessa forma, a fluidez territorial se torna um dos pilares desse modelo de negócio, e a escolha estratégica de sua localização nas grandes cidades é fundamental para o sucesso de sua operação. Essa ideia dialoga com Ahuja et al. (2021), que definem a superação de problemas logísticos, especialmente vinculados à entrega de última milha, como o caminho para obtenção de maiores taxas de lucro.

Área de atuação das dark kitchens em Belo Horizonte (MG)



0 2,5 5 km

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE); Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH, 2024).
Sistemas de coordenadas: SIRGAS 2000

Figura 7 – Áreas de atuação das dark kitchens em Belo Horizonte.
Fonte: elaboração própria, 2024.

Logo, observam-se estabelecimentos localizados próximos às principais avenidas da cidade, como a Avenida do Contorno; Avenida Nossa Senhora do Carmo; Avenida Presidente Tancredo Neves; Avenidas Bernardo Vasconcelos, de fácil acesso à Avenida Cristiano Machado. Dessa forma, os empreendedores podem dimensionar fluxos para distintas áreas da cidade, alcançando seus espaços de maior renda per capita.

PRINCIPAIS VIAS DE BELO HORIZONTE (MG)

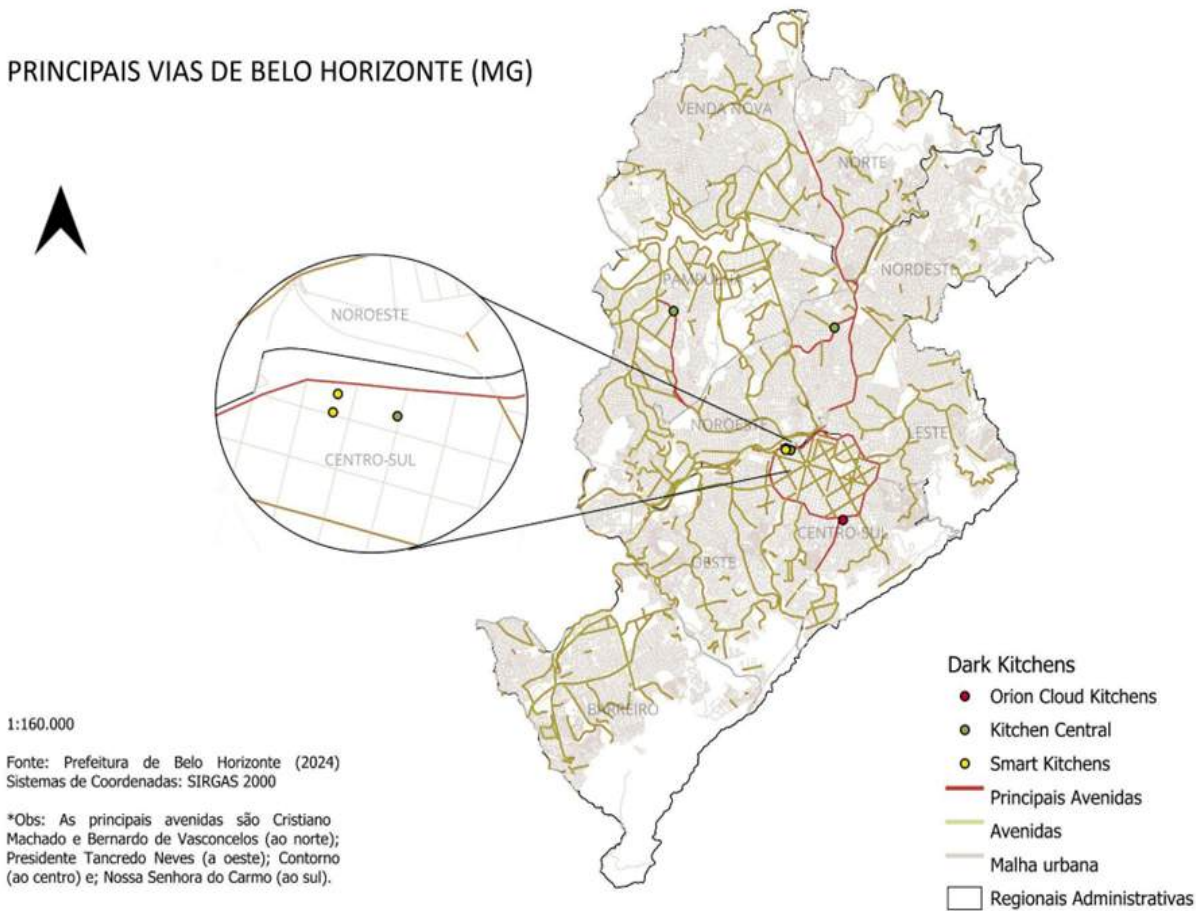


Figura 8 - Principais vias de Belo Horizonte. Fonte: elaboração própria, 2024.

Em relação a questões voltadas ao cenário do licenciamento urbanístico, a cidade de Belo Horizonte, até o presente momento, não apresenta nenhum debate no poder legislativo do município a este respeito. Sendo assim, esses estabelecimentos se enquadram em regulamentações pretéritas. Em contato com a Subsecretaria de Regulação Urbana, foi informado que as atividades econômicas do setor alimentício são regulamentadas em acordo com o seu CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), logo, como não foi criada uma nova classificação para operação de *dark kitchens* no Brasil, essas empresas gozam do fato de serem regulamentadas por legislações previstas para empreendimentos com características distintas das suas.

Como se localizam, em sua maioria, em área de uso misto (Figura X), ou seja, prevista para o uso comercial e residencial, apresentam características importantes para a operação das cozinhas fantasmas, como a proximidade do mercado consumidor e a dinamicidade de fluxos decorridos nessas áreas. Esses estabelecimentos acabam por se beneficiar de uma vantagem logística, pela diminuição dos custos e do tempo de transporte das entregas de seus pedidos. Contudo, também apresentam os possíveis impactos que podem ser gerados, como o aumento de transtornos no trânsito local, entregadores adaptando passeios como estacionamentos, poluição sonora em diversos momentos do dia, poluição do ar pelo lançamento de gordura e fumaça no ar, tudo isso sendo possíveis incômodos enfrentados pela população residente nesses locais.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NAS LOCALIZAÇÕES DAS DARK KITCHENS EM BELO HORIZONTE (MG)



Figura 9 – Uso e ocupação do solo nas localizações das dark kitchens em Belo Horizonte (MG). Fonte: elaboração própria, 2024.

Esses impactos foram observados em diferentes relatos por moradores do município de São Paulo, que recorreram a entrevistas em distintos portais de notícias para realizar suas denúncias. Isso foi endossado por Bonduki (2022b), que defende a necessidade da criação de um projeto de lei que “busque condições específicas para seu licenciamento e funcionamento que preservem a qualidade de vida dos moradores do entorno, considerando que a fiscalização de aspectos como odor, vibração e até mesmo ruído são de difícil execução”. Desse modo, dentro dos impactos supracitados, o que se observou em Belo Horizonte foi o aumento do fluxo do trânsito local de motocicletas e também a utilização da via pública – ou até mesmo das calçadas – para estacionar os veículos, enquanto os trabalhadores aguardavam o preparo dos pedidos.

Para realizar uma tipologia das *dark kitchens* em Belo Horizonte, identificaram-se empreendimentos que foram construídos e/ou adaptados em formas já existentes, com o objetivo de se beneficiar da dinamicidade do comércio de refeições por delivery na urbe. Esses estabelecimentos não apresentam as mesmas características das *dark kitchens* discutidas acima, pois, na maioria dos casos, tratam-se de lojas comerciais ou até mesmo construções com arquitetura residencial, mas de uso comercial, que recebem cozinhas em seu interior para a produção de refeições destinadas ao mercado de delivery.



Figura 10 - Conjunto de restaurantes para delivery em Belo Horizonte (MG). Fonte: elaboração própria, 2024..



Figura 11 - Conjunto de restaurantes para delivery em Belo Horizonte (MG). Fonte: elaboração própria, 2024..



Figura 12 - Conjunto de restaurantes para delivery em Belo Horizonte (MG). Fonte: elaboração própria, 2024..

Esses exemplos de restaurantes para delivery apresentados acima, demonstram a diversidade de formas de organização e da arquitetura desses empreendimentos, apresentando adaptações em lojas comerciais, sobrados residenciais, entre outros, inseridos em áreas majoritariamente residenciais, como forma de se aproveitar da proximidade do possível consumidor.

De maneira geral, centralizam sua operação com pedidos para delivery sem a disponibilidade de salão para atendimento e consumo de refeições por seus clientes. Entretanto, em alguns dos casos, também disponibilizam o serviço de retirada pelos clientes. Em suma, esses empreendimentos são fruto de capital local, especializados em produção de refeições para delivery – na maioria dos casos, com hambúrgueres, pizzas, pratos de comida japonesa e marmitas –, aproveitando-se do crescimento desse modelo de negócios no setor de alimentação. Ademais, sua operação logística não apresenta os mesmos moldes de domínio da informação como as *dark kitchens*. Na verdade, pode-se tecer a hipótese de que esses empreendimentos contratam os serviços das plataformas de delivery como forma de ter uma vantagem sobre o comércio local, com os seus restaurantes cadastrados em plataformas e classificados de forma privilegiada, já nas primeiras opções disponibilizadas no aplicativo.

Logo, a partir da realização de tal estudo, percebeu-se a existência do fenômeno das *dark kitchens* na cidade de Belo Horizonte, sendo apresentadas em acordo com suas arquiteturas fantasmas – que se ocultam no espaço urbano da metrópole – e sua operação logística, que possibilita um cenário de vantagem sobre o comércio local, baseado no uso da informação como fator produtivo. No mais, foi essencial definir o conceito propagado internacionalmente de *dark kitchens* para a realidade brasileira, especificamente belo-horizontina, como forma de analisar o uso corporativo do território por empresas de plataformas digitais em conjunto com as operadoras de *dark kitchens* na urbe.

Considerações finais

Nos últimos anos, nota-se uma mudança das dinâmicas que envolvem o ato de se alimentar, com a expansão das possibilidades de se saciar com refeições rápidas e em variados locais, até mesmo, em movimento, durante o trabalho. Essas alterações im-

postas pelo modo de vida contemporâneo passam pela ideia de aceleração do cotidiano, transformando pausas para a realização/elaboração de necessidades vitais para a vida humana, como a alimentação, como um momento de perda da produtividade do trabalho ou de menor autonomia do tempo. Sendo assim, atividades econômicas ligadas ao setor de alimentação para entrega apresentaram importante crescimento, a partir de um processo que pode ser analisado como uma apropriação de formas de prestação de serviços pretéritas na sociedade.

Somado a isso, observou-se, ao longo da pesquisa, um discurso baseado no princípio de diminuição dos gastos com a produção, mas, agora, pautado no uso de informação como fator produtivo que designa áreas de maior rentabilidade no território, como a efetivação do modelo de negócios do setor de alimentação, as *dark kitchens*. Esses empreendimentos, configuram-se como resultado de variáveis basilares do capitalismo de plataforma, como a informação e a logística, que possibilitam estabelecer um comércio baseado nos gostos de seus consumidores, a sua localização e renda, além da sua predisposição à solicitação de refeições, como forma de otimizar o cotidiano.

Assim, constata-se que em Belo Horizonte, essa mudança das atividades tradicionais para um modelo de negócios informacional, possibilitada pelas corporações globais, concretiza-se na extração da renda que antes circulava em uma economia local e que agora passa para circuitos globalizados. Além disso, instaura-se uma desorganização do cotidiano por parte dos consumidores, vinculada à noção de facilidade imposta pela psicosfera do delivery, mas que, na verdade, torna-se uma dependência das plataformas digitais.

Logo, observaram-se na cidade de Belo Horizonte especificidades dentro do fenômeno das *dark kitchens*, com a existência de empreendimentos de capital global e local, diferenciando-os de outros restaurantes que apenas restringem sua operação ao atendimento de pedidos via delivery.

Ademais, para estudos futuros, é fundamental avançar o debate para temas que tangenciam o escopo desta pesquisa. Entre eles, destacam-se os impactos desse novo modelo de negócios nas relações trabalhistas (funcionários e entregadores) dentro do setor de alimentação, como a imposição de longas jornadas de trabalho e baixas remunerações. Além disso, é necessário investigar os efeitos sobre a saúde dos trabalhadores e dos moradores vizinhos a esses estabelecimentos, que podem ser prejudicados

pela emissão de substâncias poluentes, como fumaça e gordura, no ar. Outro ponto relevante é o aumento da circulação viária nos arredores desses empreendimentos, que pode comprometer as condições de moradia previamente adaptadas ao ambiente original.

Referências

ABÍLIO, Ludmila. *Uberização: a era do trabalhador just-in-time?* *Estudos Avançados*, 34(98), 111–126. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>.

AHUJA, Kabir et al. *Ordering in: The rapid evolution of food delivery*. McKinsey & Company, v. 22, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/technology-media-and-telecommunications/our-insights/ordering-in-the-rapid-evolution-of-food-delivery>. Acesso em: 10 de mar. 2024.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BONDUKI, Nabil. *Dark kitchens, que vieram para ficar, são boas para as cidades?: cozinha comercial utilizada exclusivamente para operações de delivery se espalham*. *Folha de São Paulo*, v. 13, 2022a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2022/02/dark-kitchens-que-vieram-para-ficar-sao-boas-para-as-cidades.shtml>. Acesso em: 15 de mai. 2024.

BONDUKI, Nabil. *O que a prefeitura está esperando para regulamentar dark kitchens?: novo modelo de cozinha pode ter efeitos nefastos para a vida urbana e não deveria ser estimulado*. *Folha de São Paulo*, 2022b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2022/04/o-que-a-prefeitura-esta-esperando-para-regulamentar-dark-kitchens.shtml>. Acesso em: 15 de mai. 2024.

BONDUKI, Nabil. *A cidade e a pandemia: impactos e mudanças que vieram para ficar*. METRÓPOLE E PANDEMIA, p. 76, 2022c.

BOYSEN, Nils; FEDTKE, Stefan; SCHWERDFEGGER, Stefan. *Last-mile delivery concepts: a survey from an operational research perspective*. *Or Spectrum*, v. 43, n. 1, p. 1-58, 2021. <https://doi.org/10.1007/s00291-020-00607-8>.

CASTILLO, Ricardo. *Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada*. Revista da ANPEGE, v. 3, n. 03, p. 21-27, 2007. <https://doi.org/10.5418/RA2007.0303.0003>.

CRUVINEL, Aline Cristina Fortunato; TEIXEIRA, Luisa de Cunha (2024). *Camadas urbano-digitais: Da infraestrutura global da Internet às dark kitchens*. VIRUS, (28). O Digital e o Sul: Tensionamentos Vol. 1. 90-100 <https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v28.229575>.

CUPPINI, Niccolò et al. *Il capitalismo nel tempo delle piattaforme. Infrastrutture digitali, nuovi spazi e soggettività algoritmiche*. Rivista Italiana Di Filosofia Política, n. 2, p. 103-124, 2022. <https://doi.org/10.36253/rifp-1686>.

DUARTE, Leandro. R. *O uso corporativo da cidade: as empresas de delivery e a uberização do trabalho em Belo Horizonte (MG)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2024, 179p.

GONSALES, Marco. *Cozinhas escuras, trabalho e consumo às cegas*. Revista Ciências do Trabalho, n. 21, 2022.

GOTTMANN, Jean. *A evolução do conceito de território*. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012 [1975]. <https://doi.org/10.54446/bcg.v2i3.86>.

HAKIM, Mariana Piton et al. *Exploring dark kitchens in Brazilian urban centres: A study of delivery-only restaurants with food delivery apps*. Food Research International, v. 170, p. 112969, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.foodres.2023.112969>.

LANGLEY, Paul; LEYSHON, Andrew. *Platform capitalism: The intermediation and capitalisation of digital economic circulation*. Finance and society, v. 3, n. 1, p. 11-31, 2017. <https://doi.org/10.2218/finsoc.v3i1.1936>.

MOURA, Lúcio Ramos. *A mobilização Nimby e sua relação com as Dark Kitchens em São Paulo*. 168p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. *Dark Kitchens: uma análise econômica do modelo de negócios e de sua regulação*. Caderno de Administração. 31, 1 (jul. 2023), 61-90. DOI:<https://doi.org/10.4025/cadadm.v31i1.62988>.

PEREGALLI, Alessandro; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Para uma crítica à racionalidade logística: Notas para um debate. *Terra Livre*, v. 2, n. 57, p. 131-165, 2022. DOI: 10.62516/terra_livre.2021.2292. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2292>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Catia Antonia (org.). *Formas em Crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2018 [1979].

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 enero-abril. Buenos Aires, 2005 [1994].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade do século XXI*. Ed. Record nº 22. Rio de Janeiro, 2021 [2001].

SILVA, Adriana Maria Bernardes da. *A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. . Acesso em: 01 ago. 2023.

SHAPIRO, Aaron. Platform urbanism in a pandemic: Dark stores, ghost kitchens, and the logistical-urban frontier. *Journal of Consumer Culture*, v. 23, n. 1, p. 168-187, 2023. DOI: 10.1177/14695405211069983.

SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataformas*. Tradução GIACOMETTI, A. Buenos Aires: 2018.

TOZI, Fábio. A cidade e as novas desigualdades algorítmicas urbanas. In: TOZI, Fábio (org). *Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2023, p. 15-30.

TOZI, Fábio. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *Geousp – Espaço e Tempo (On-line)*, v. 24, n. 3, p. 487-507, dez. 2020. ISSN 2179-0892. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.168573. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573>. Acesso em: 20 dez. 2024.

TOZI, Fábio. Digitalização do espaço e uso algorítmico do território. In: ARROYO, Monica; SILVA,

Adriana M. Bernardes. *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2022, p. 265-276. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788575064436>. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/997. Acesso em 20 dez. 2024.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press, 2018. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190889760.001.0001>.

VENCESLAU, Igor. *Espaço geográfico e economia digital: usos do território brasileiro para o comércio eletrônico*. 2023. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.8.2023.tde-15012024-112210. Acesso em: 20 de dez. 2024.



Jonathas de Andrade, O Levante (The uprising) - 2013. Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução: HD Video. Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



Jonathas de Andrade, O Levante (The uprising) - 2013. Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução:HD Vídeo.
Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.

A GENTE JUNTA OS CACOS E VAI EMBORA:

vivências laborais de trabalhadores da Assistência Social

ANA LAÍS KISSMANN SPERAFICO* CARMEM REGINA GIONCO** KARINE VANESSA PEREZ***

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54124>

RESUMO: Este estudo teve como objetivo conhecer as vivências laborais da equipe técnica de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que contou com a participação de sete trabalhadores. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário sociodemográfico e realizado um grupo focal. Os resultados apontaram que o trabalho dos participantes tem sido marcado por políticas de flexibilização e precarização do trabalho, alterando a regulamentação empregatícia, afetando a garantia de direitos, fragilizando os vínculos e tornando degradantes as condições laborais. Concluiu-se que as vivências de trabalho no CRAS são marcadas pela precarização laboral, demandando políticas de atenção à saúde dos trabalhadores para que possam desenvolver seu trabalho com qualidade, garantindo os direitos assegurados à população.

PALAVRAS-CHAVE: psicodinâmica do trabalho; saúde; adoecimento; SUAS.

We pick up the pieces and move on: work experiences of social workers

ABSTRACT: The work of the technical teams of the Unified Social Assistance System has been marked by policies that make work more flexible and precarious. This study aimed to understand the work experiences of the technical team of a CRAS in the metropolitan region of Porto Alegre. This is a qualitative study, which involved the participation of 7 workers, aged between 25 and 60 years old. The collection included the application of a sociodemographic questionnaire and a focus group. Data analysis was based on the Meaning Nucleus Analysis technique, with three nuclei being established: the first, presenting the characteristics of the workspace; the second, presenting experiences of suffering; the third nucleus, presenting strategies for mediating suffering. It was concluded that actions to promote and care for the health of SUAS workers are necessary so that they can carry out their work with quality, guaranteeing the rights guaranteed to the population.

KEYWORDS: work; psychodynamics of work; health; illness; SUAS.

* Universidade Feevale ** Universidade de Santa Cruz do Sul *** Universidade Feevale

Introdução

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído em 2005 no Brasil e implementado pela Lei nº 12.435/2011, representa um importante avanço na organização e gestão da política pública de assistência social, buscando consolidar uma abordagem mais integrada e descentralizada. No entanto, a eficácia do SUAS é frequentemente comprometida por desafios estruturais, operacionais e relacionados ao sucateamento da política. Apesar de seus objetivos de promover a universalização e a equidade no acesso aos serviços sociais, a realidade tem demonstrado lacunas consideráveis na alocação de recursos, na capacitação de profissionais e na articulação entre os níveis federal, estadual e municipal. Essa análise crítica do SUAS é essencial para compreender as disparidades existentes e para fomentar melhorias que possam fortalecer a rede de proteção social, garantindo a implementação dos direitos sociais estabelecidos (Andrade *et al.*, 2023; Boscari; Silva, 2015).

Vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o SUAS tem como bases organizacionais: a *matricialidade* sócio familiar, que coloca a família como núcleo fundamental das ações e serviços; a *descentralização político-administrativa* e *territorialização*, que considera as realidades e diferenças culturais e de densidade da população; o *financiamento*, realizado pelas três esferas do governo (união, estados e municípios); o *controle social*, através da participação popular, inseridas nos conselhos e comissões; os *recursos humanos*, que se refere ao perfil dos servidores, constituição das equipes e qualificações necessárias; a *informação, monitoramento e avaliação das ações e recursos*, buscando ampliar o desenvolvimento da política (Brasil, 2005a).

Para atender a estes princípios básicos a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) está estruturada em níveis de complexidade, que devem seguir dois eixos norteadores e programas específicos (Brasil, 2005b). O primeiro descrito como *Proteção Social Básica* se refere ao conjunto de serviços e programas que visa prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social e/ou fragilização de vínculos afetivos. Os serviços são executados em outras unidades básicas e públicas, dentro da área de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ele é responsável pela execução do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O segundo, descrito como *Proteção Social Especial* é o conjunto de serviços e programas destinados às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco ou violação de direitos. São serviços que requerem acompanhamentos individualizados, apoio e monitoramento, visando o fortalecimento de potencialidades e enfrentamento de tais situações. A unidade de referência para os serviços é o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), que se divide em: Proteção Social Especial Média Complexidade —onde estão os programas e serviços oferecidos para os indivíduos em violação de direitos, mas com vínculos familiares; e a Proteção Social Especial Alta Complexidade — que engloba os programas que garantem a proteção integral, como moradia, alimentação, higienização e trabalho para indivíduos que precisam ser retirados do núcleo familiar (Brasil, 2005a).

Apesar do papel central e estratégico ocupado pelo SUAS no Brasil, de acordo com Fernandes e Beretta (2021), há um contraste entre o que indica a PNAS e a realidade das condições de trabalho vivenciadas pelas equipes dos serviços. No Brasil, segundo o Censo SUAS 2017, foram registrados 95.967 trabalhadores, distribuídos nos 8.929 CRAS, que, conforme o registro mensal de atendimento do SUAS, realizaram 21 milhões de atendimentos neste equipamento (Brasil, 2018). Nos CREAS existem 22.831 trabalhadores, distribuídos em 2.577 unidades de atendimento, que acompanharam mensalmente 200 mil casos. Já nos Centro POP estão vinculados 2.988 trabalhadores, que atuam em 227 unidades, em 199 municípios e que atenderam cerca de 100 mil pessoas em situação de rua. Quando comparados aos dados de 2016, é possível perceber que houve um aumento no número de trabalhadores dos CRAS e CREAS, no entanto, o número de trabalhadores do Centro POP teve uma pequena queda de profissionais (Brasil, 2018).

Estes dados apontam que a expansão da cobertura territorial dos CRAS vem sendo acompanhada pela ampliação de recursos humanos na assistência social, porém em números ainda insuficientes diante da demanda para atendimento (Aguiar, 2015). A análise de dados regionais demonstra que ainda há defasagem entre a quantidade de profissionais e o número de famílias que demandam os serviços, contribuindo para a sobrecarga laboral das equipes.

Além disso, a precarização do SUAS no Brasil tem gerado um impacto significativo na saúde mental dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços. A sobre-

carga de trabalho, a falta de recursos adequados e a insegurança quanto à estabilidade dos contratos são fatores que contribuem para um ambiente de trabalho adverso. Neste contexto, a insuficiência de suporte institucional e a alta rotatividade de pessoas agravam a situação, comprometendo não apenas o bem-estar dos trabalhadores, mas também a qualidade do atendimento oferecido à população vulnerável. A compreensão desses efeitos é crucial para a formulação de políticas que visem a melhoria das condições de trabalho e a promoção da saúde mental dos profissionais, garantindo a eficácia e a justiça na implementação das políticas públicas de assistência social (Alves; Braga, 2023).

O Ministério Público da União corrobora este debate ao afirmar na política de atenção à saúde mental que, no serviço público, o volume ou acúmulo de atividades, problemas de relacionamento, rigidez organizacional e a falta de uma política organizacional definida, contribuem para a insatisfação e para o aparecimento de doenças, como estresse e depressão. M. C. Ferreira (2014) afirma que um dos problemas relacionados aos afastamentos dos servidores públicos é a ausência de dados estatísticos gerais sobre de que adoecem os servidores.

Ao realizar uma revisão de literatura encontraram-se diversos artigos relacionados ao trabalho realizado pela assistência social, porém, poucos artigos dedicados à saúde mental dos trabalhadores. Além disso, um elemento a ser destacado é que os estudos analisados investigavam especificamente profissionais vinculados a Psicologia ou ao Serviço Social, expondo uma importante lacuna nas investigações acerca das equipes técnicas do SUAS (Amaral; Mendes; Facas, 2019; Baierle; Merlo, 2008; Freitas; Facas, 2013; Macêdo *et al.*, 2018; Machado *et al.*, 2018; Nascimento; Duarte; Moraes, 2018).

Outros estudos afirmam que os trabalhadores da assistência social, além de vivenciarem a precarização das condições de trabalho, lidam cotidianamente com as expressões da questão social como a violência, a pobreza, dentre outras. Estes atendimentos exigem investimento cognitivo e emocional intenso, gerando sofrimento e desgaste psíquico. Relatos sobre a violência que emerge do local, da organização e das relações de trabalho, assim como a violência indireta, a institucional e a patrimonial, demonstraram repercussões na saúde dos trabalhadores (Guimarães; Oliveira; Silva, 2020; Nascimento; Duarte; Moraes, 2018; Silva; Vasconcellos; Figueiredo, 2018).

O censo SUAS realizado em 2017, enfatiza que as equipes, a capacitação dos profissionais e a estruturação das condições de trabalho são fundamentais para garantir a

qualidade da oferta dos serviços, programas e benefícios da assistência social (Brasil, 2018). Porém, apesar da Norma Operacional SUAS Recursos Humanos (NOB SUAS/RH, de 2012) determinar a equipe mínima, a carga horária diferenciada entre assistentes sociais e psicólogos, a baixa eficiência da rede socioassistencial e a falta de recursos nas unidades são causadores de sofrimento, já que os trabalhadores não conseguem cumprir com os compromissos profissionais e dar conta das demandas a serem atendidas.

Macêdo *et al.* (2018) afirmam que são os profissionais que trabalham no dia a dia que viabilizam ou não as políticas públicas. Tal afirmação é corroborada por Veroneze (2017), ao debater que os resultados positivos do SUAS só foram possíveis graças à presença estatal efetiva e à atuação da rede qualificada. Apesar de todos esses avanços, ainda há grande demanda no que diz respeito a outros direitos ainda não conquistados e, cabe às políticas de assistência social, garantir que a dignidade humana seja respeitada. Para Silva, Vasconcellos e Figueiredo (2018), dada a importância do trabalho realizado pela assistência e o sofrimento que atravessa a sua prática, entende-se que a saúde mental dos profissionais merece mais atenção.

Nas raízes deste cenário estão as condições do momento histórico vivido no Brasil nos últimos anos, marcado pelo avanço da economia neoliberal, ampliação do poder político de grupos de direita, fragilização da proteção social e da legislação trabalhista, redução de empregos, além da falta de acesso à informação dos Censos SUAS nos últimos anos, trazendo implicações graves aos serviços socioassistenciais. Além disso, a descontinuidade dos serviços fragiliza os vínculos com os usuários que estão em situação de risco ou vulnerabilidade social. Tais aspectos acabam acarretando dificuldades na proteção social das famílias e indivíduos, pois implicam na necessidade de recomeçar o trabalho quando o usuário já deveria estar em outras fases de interação com o serviço (Aguiar, 2015; Berwig, 2021; Macedo; Fontenele; Gomes, 2022; Pereira, Tassigny; Bizarria, 2017).

Estes aspectos demonstram as complexidades que transpassam o trabalho no SUAS e, que implicam em reconhecer o lugar da política de assistência social no Brasil como espaço de garantia de direitos. Considerando a ampliação dos níveis de desemprego e de precarização das relações e condições de trabalho, eleva-se também a população que necessita desta política. A literatura existente salienta os inúmeros desafios que precisam ser superados — diante de um contexto político que aponta

para o processo de assistencialização da seguridade social (Aguiar, 2015; Berwig, 2021; Macedo; Fontenele; Gomes, 2022; Pereira, Tassigny; Bizarria, 2017).

A Psicodinâmica do Trabalho foi utilizada como base teórica para o desenvolvimento deste estudo. Por meio dos seus estudos e pesquisas, Dejours (1992) buscou responder como os trabalhadores fazem para não adoecerem diante de situações precárias de trabalho, o autor considera que todo o trabalho envolve vivências de prazer e sofrimento, trazendo a possibilidade de criação de espaços onde os trabalhadores pudessem expor seus sentimentos e contradições dos contextos de trabalho. A abordagem evidencia a importância do trabalho e as relações que o permeiam, juntamente com as dinâmicas entre a organização do trabalho e os processos de subjetivação que se manifestam nas vivências de prazer e sofrimento (Conde; Cardoso; Klipan, 2019).

Nesta perspectiva, o conceito de saúde não está relacionado a algo estável, prove-niente do exterior, mas algo que se ganha, enfrenta e do qual se depende. Para o autor, ter saúde é ter meios de traçar um caminho em direção ao bem-estar físico, psíquico e emocional, transformando os fatores gerados de sofrimento (Dejours, 1986, 2004).

Na análise das dinâmicas entre saúde e adoecimento, Dejours apresenta o conceito de organização do trabalho. Segundo o autor, a análise da organização do trabalho é central para a compreensão do funcionamento psíquico e se desdobra em dois elementos: o primeiro se refere à *divisão das tarefas*, que expressa as questões relativas ao conteúdo da tarefa, o modo operatório, o que está prescrito no trabalho, a coletividade operária ou a atividade dos empregados do ambiente de trabalho; o segundo, trata da *divisão dos homens*, que expressa as relações entre as pessoas, hierarquia, controle, comando, entre os membros da equipe e clientes ou fornecedores externos (Bueno; Macêdo, 2012; Dejours, 1992; Giongo; Monteiro, 2015). Além da organização do trabalho, o autor define o conceito de condições de trabalho, caracterizado pelo conjunto de aspectos que afetam diretamente o corpo dos trabalhadores. As condições podem ser divididas em: aspectos físicos (temperatura, pressão, vibração); químicos (vapores, poeiras, tóxicos); e biológicos (ambiente microbiótico, como vírus e bactérias) (Bueno, Macêdo, 2012; Dejours, 1992; Giongo; Monteiro, 2015).

No campo da organização do trabalho podem ser observadas diferenças entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Este conceito surgiu na ergonomia, mas se estendeu para as clínicas do trabalho, assumindo destaque na Psicodinâmica do Trabalho. O trabalho prescrito é a apresentação de como a organização concebe a forma de realizar

o trabalho, envolvendo as regras para a realização das tarefas, o tempo, as normas, os procedimentos e as metas. Em outras palavras, são expectativas, aquilo que é esperado pela organização do trabalho. Porém, estas prescrições não são suficientes para prever todas as circunstâncias, dificuldades e obstáculos de execução do trabalho, pois é impossível que a organização preveja e tenha o domínio de tudo antecipadamente. Neste contexto, surge o trabalho real, que é a forma como o trabalho é executado pelo trabalhador, abrangendo os erros, as pautas, os imprevistos ou até mesmo a ausência do prescrito. Essa defasagem entre o prescrito e o real, que hora é tolerante e hora é restrita, gera sofrimento. Consequentemente, o trabalho real está destinado a adaptar-se e a transformar-se no trabalho prescrito (Dejours, 2004; Mendes, 2007). Por outro lado, é o real que abre a possibilidade de criação do novo. Quando há apenas a atividade prescrita, existe a possibilidade de desumanização, gerando um trabalho puramente maquinário (Dejours, 2004).

A partir destes pressupostos teóricos, das lacunas existentes na literatura sobre a saúde mental dos servidores públicos e da intensificação da precarização do trabalho no SUAS, este artigo possui o objetivo de conhecer as vivências laborais de equipes técnicas de um CRAS da região metropolitana de Porto Alegre. Como objetivos específicos têm-se: descrever a organização e as condições de trabalho das equipes técnicas; identificar os fatores relacionados às vivências de prazer e sofrimento no SUAS; e analisar as estratégias de mediação do sofrimento utilizadas pelas equipes técnicas que atuam no SUAS.

Método

2.1 Delineamento do estudo

o presente estudo teve um delineamento exploratório e descritivo, pois buscou descrever as características da população ou do fenômeno investigado e as possíveis relações entre as temáticas dos objetivos. As pesquisas descritivas são frequentemente utilizadas junto com as exploratórias nas pesquisas sociais, pois ambas se aproximam quando proporcionam uma nova visão do problema. Do ponto de vista metodológico,

trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem no ambiente e, através do pesquisador inserido neste ambiente, a fonte direta dos dados (Gil, 2018).

2.2 Sujeitos de estudo

Este estudo teve como foco os trabalhadores que ocupavam cargos técnicos em um CRAS de um município da região metropolitana de Porto Alegre. Participaram da pesquisa sete sujeitos, sendo um homem e seis mulheres, com idades entre 25 e 60 anos, que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, em concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A caracterização dos participantes pode ser mais bem compreendida no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Caracterização dos participantes

				Profissão	Tempo de atuação no SUAS
			Pós-Graduação Superior	Assistente Social	0 a 2 anos
			Pós-Graduação Superior	Psicólogo	0 a 2 anos
			Pós-Graduação Superior	Assistente Social	3 a 5 anos
			Pós-Graduação Superior	Educador Social	8 a 10 anos
			Pós-Graduação Superior	Assistente Social	6 a 8 anos
			Pós-Graduação Superior	Assistente Social	6 a 8 anos
			Pós-Graduação Superior	Assistente Social	6 a 8 anos

Fonte: elaboração própria, 2024.

2.3 Instrumentos

Para a realização do estudo, foram utilizados dois instrumentos: um questionário sociodemográfico e a técnicas de grupos focais. Com o objetivo de identificar as características dos participantes e de levantar informações sociodemográficas, foi aplicado o questionário sociodemográfico construído pela pesquisadora. No instrumento foram incluídas questões sobre: idade; sexo; escolaridade; configuração familiar; características do trabalho; renda; entre outros aspectos.

Após responderem ao questionário, foi realizado um grupo focal com os participantes. A técnica se caracteriza como uma estratégia de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Os grupos focais se baseiam na análise da interação entre participantes. Através da participação ativa e encorajadora, o pesquisador conduz a discussão do grupo focal e garante que os participantes conversem entre si, em vez de somente interagir com ele (Barbour, 2009).

Para a condução do grupo foi utilizado um roteiro composto por temáticas como: aspectos da organização e das condições de trabalho; relações socioprofissionais; vivências de prazer e sofrimento; impactos do trabalho na saúde e estratégias utilizadas para lidarem com as dificuldades presentes no serviço. Além disso, foram observadas as interações do grupo incluindo as dinâmicas de trocas entre os participantes, os debates gerados, as interações e as contradições expostas (Barbour, 2009).

2.4 Aspectos éticos

O estudo seguiu as condições estabelecidas na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), uma vez que preconiza diretrizes e normas que regulam as pesquisas com seres humanos, considerando o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale (número 6.228.299). A todos os participantes foram explicadas as justificativas, relevância e aspectos éticos do estudo, incluindo seus direitos enquanto e a possibilidade de desistência de participação na pesquisa sem sofrer nenhum dano ou prejuízo. Todos os participantes que aceitaram participar da pesquisa assinaram o TCLE.

2.5 Coleta de dados

A partir da aprovação do projeto, primeiramente, foi realizado o contato com a prefeitura do município, sendo aberto um protocolo para solicitação de autorização para a realização dos encontros nos espaços de trabalho dos servidores. Com a aprovação da pesquisa pela Secretaria Municipal de Assistência Social, foi realizado contato com o CRAS, apresentada a pesquisa para a gestão do espaço e efetivada a organização do grupo focal.

A coleta de dados foi realizada entre agosto e outubro de 2023, em uma sala de reuniões do serviço, contando com a presença exclusiva da equipe técnica. A gestão do serviço não participou do debate, visando preservar a confidencialidade dos profissionais e a liberdade de expressão dos participantes. A pesquisa foi organizada em duas etapas principais, quais sejam: a) Apresentação da pesquisa e aplicação dos questionários; b) Realização do grupo focal. Na primeira etapa, foi agendado um encontro com os participantes, conforme disponibilidade do serviço. Neste momento foram expostos a natureza e os objetivos da pesquisa, bem como todos os aspectos éticos. O TCLE foi lido e assinado, ficando uma via com a pesquisadora e outra via com o entrevistado. Com todos os aspectos éticos esclarecidos, e havendo o aceite dos termos, foi realizada a aplicação do questionário sociodemográfico.

A segunda etapa se deu logo após a primeira, com a realização do grupo focal. A pesquisadora retomou com os participantes os objetivos da pesquisa e após iniciou a discussão junto ao grupo, que teve a duração de duas horas, guiada por um roteiro previamente estabelecido. Para a mediação do grupo, o roteiro serviu como base para a pesquisadora, tendo questões que permitiram a flexibilidade do encontro, abrindo espaço para temas não previstos, porém relevantes. O grupo foi gravado em áudio para posterior transcrição e análise do material.

2.6 *Análise dos dados*

Os dados do questionário sociodemográfico foram analisados de maneira descritiva por meio de uma planilha, possibilitando o levantamento das principais informações dos participantes. O material oriundo dos grupos focais foi transcrito em sua integridade e analisado primariamente pela pesquisadora. Primeiramente, a pesquisadora realizou uma leitura completa do material. Em seguida, este material foi submetido à Análise de Núcleos de Sentido (Mendes, 2007). A análise de núcleos de sentido é uma técnica de análise de conteúdo, adaptada da técnica de Bardin, conforme os conceitos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho. Os núcleos de sentido são formados através dos temas psicológicos presentes na narrativa, ou seja, aqueles que são sobressalentes e repetidos nas falas dos participantes, utilizados para a interpretação das falas. A

técnica conta com as seguintes etapas de trabalho: transcrição do grupo focal, leitura e releitura do material, identificação dos pontos repetidos nas falas dos participantes, agrupamento destes pontos em núcleos de sentido (Mendes, 2007).

Análise e discussão dos resultados

A partir da análise empregada foram delimitados três núcleos de sentidos, os quais serão apresentados e discutidos a seguir. O primeiro, intitulado *Contextualização do Serviço*, apresentará as principais características do espaço de trabalho dos participantes do estudo. O segundo, nomeado “*A gente se sente assim, esgotado mesmo*”: Vivências de sofrimento no trabalho”, foi subdividido em três subnúcleos, quais sejam: “*Tem dias que a gente junta os cacos e vai embora*”: Efeitos do excesso de demandas”; “*A falta de pessoal acaba sobrecarregando todo mundo*”: Precarização do serviço e fragilidades na formação”; “*O respeito com o profissional ele acaba não existindo*”: Situações de violência e ausência de reconhecimento no trabalho”. O último núcleo foi nomeado “*Hoje a gente tem uma equipe unida*”: Estratégias de mediação do sofrimento” e abordará as principais estratégias utilizadas para lidar com as vivências de sofrimento.

3.1 Contextualização do serviço

O CRAS é considerado a porta de entrada para os atendimentos do SUAS e possui o objetivo de prevenir as situações de risco e de vulnerabilidade social, atuando no fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de potencialidades e ampliação de acesso aos direitos garantidos pela constituição (Brasil, 2005a). O CRAS onde foi realizada a pesquisa possui 4.000 famílias cadastradas e a equipe é composta por 7 técnicos, que possuem carga horária semanal de 30 horas cada, sendo um psicólogo, um educador social e 5 assistentes sociais, além da coordenadora, que não participou do grupo focal. De acordo com a NOB-RH, para esse total de famílias referenciadas, o CRAS deveria contar com oito técnicos, com carga horária semanal de 40 horas cada, além do cargo de gestão (Ferreira, 2011). O município onde foi realizada a pesquisa localiza-se na região metropolitana de Porto Alegre, é de médio porte e possui dois CRAS.

A equipe realiza diariamente o serviço de acolhimento social, que visa orientar os usuários quanto aos seus direitos e deveres, além de fazer encaminhamentos para

atendimentos especializados quando necessário. Juntamente com o acolhimento, os técnicos realizam visitas domiciliares e ofertam os seguintes grupos de convivência: a) de adolescentes, que acontece dois dias na semana, no turno inverso ao da escola; b) de adultos, que ocorre quinzenalmente; c) de idosos, com encontros quinzenais; d) e de pessoas com deficiência, que ocorre semanalmente. Além disso, a equipe também atua no programa Progredir, que é um programa do governo federal para a inserção no mercado de trabalho e distribuição de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade.

Uma das recomendações encontradas no manual de orientações técnicas sobre o CRAS, do Ministério do Desenvolvimento, é que todos os ambientes do CRAS sejam providos de adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade e limpeza. Os espaços devem expressar a cultura local, de forma a estimular a expressão e o sentimento de pertença das famílias usuárias do CRAS (Brasil, 2009). Porém, de acordo com os técnicos, o espaço físico do CRAS onde foi realizada a pesquisa é dividido com o serviço destinado ao Cadastro Único do município, o que torna o ambiente físico limitado e insuficiente para receber e atender os usuários. Outro aspecto importante é que as salas não possuem janelas e nem isolamento acústico. Para a realização de eventos maiores, a equipe precisa de outro espaço, pois o CRAS não tem uma sala que possa receber mais de 15 pessoas. Além disso, foram relatadas dificuldades com relação a outros recursos físicos necessários para realização do trabalho como por exemplo materiais de escritório, impressora e internet.

3.2 “A gente se sente assim, esgotado mesmo”: vivências de sofrimento no trabalho

Todo o trabalho envolve vivências de prazer e sofrimento, e essas relações não são estáticas, estão sempre em movimento (Dejours, 2000, 2004). Nesta perspectiva, a Psicodinâmica do Trabalho entende que o sofrimento é inerente ao trabalho, pois todo trabalhador sofre. Portanto, saúde no trabalho não se trata da ausência de doença, mas da busca em —através de mecanismos específicos, dar destinos para o sofrimento. Estes destinos, podem ser do tipo patogênico ou criativo. No sofrimento patogênico, são identificadas relações de trabalho mediadas por organizações mais rígidas e com mais chances de adoecimento e de afastamentos do trabalhador.

Nesta categoria, foram agrupadas as principais causas de sofrimento no trabalho, identificadas nos relatos dos técnicos, subdivididas em três núcleos de sentido: “*Tem dias que a gente junta os cacos e vai embora*”: Efeitos do excesso de demandas”; “*A falta de pessoal acaba sobrecarregando todo mundo*”: Precarização do serviço e fragilidades na formação”; “*O respeito com o profissional ele acaba não existindo*”: Situações de violência e ausência de reconhecimento no trabalho”.

3.2.1 “*Tem dias que a gente junta os cacos e vai embora*”: efeitos do excesso de demanda

Nesta categoria, foram inseridas as principais causas de angústia geradas pelos atendimentos, de acordo com o relato dos técnicos. O elemento central dos relatos foi o excesso de demandas trazidas pelos usuários, concomitante com a agenda lotada. Importante destacar que, na maioria das vezes, a equipe não consegue fazer pausas entre um atendimento e outro, gerando esgotamento mental. Estes elementos podem ser observados nas falas a seguir:

“Ah, tem dias que a gente junta os cacos e vai embora (risada). É difícil, é bem complicado assim, têm atendimentos que são mais pesados, né? Então mexe com a gente, mexe muito. E são muitos atendimentos.” (Participante 05, informação verbal).

“Eu acho que na maior parte dos dias a gente se sente assim, esgotado mesmo, né, com a energia social lá embaixo assim, não tem muita energia pra conversar.” (Participante 03, informação verbal).

Os profissionais encontram diversos desafios de ordem estrutural, o que ocorre principalmente em função da precarização do trabalho no SUAS, aumentando sua sobrecarga e impactando na qualidade de vida. Em um estudo realizado por Fernandes e Beretta (2021), também foram identificados dados que associaram as situações vivenciadas pelos trabalhadores do SUAS a impactos na vida social e familiar dos profissionais.

Outra questão pontuada pelos técnicos é que o teor dos atendimentos, que envolve questões de vulnerabilidade, justamente com a frustração gerada por não conseguirem desenvolver o trabalho do modo como gostariam, acaba afetando tanto o seu comportamento quanto o convívio familiar, como pode ser visto a seguir:

“Eu acho que tem dias que sim, às vezes eu chego em casa e digo ó não fala comigo hoje porque, não estou podendo, sabe, então sim. Têm dias mais, tem dias que não, mas têm dias que realmente, dependendo do que foi, do teor do atendimento, afeta.” (Participante 05, informação verbal).

Na minha família o pessoal já sabe até porque e tive esse outro momento de adoecimento então geralmente se eu tô mais calada ou meio sem bateria eu já ouço a pergunta assim, do meu esposo, foi muito atendimento hoje, foi muito difícil, às vezes eu digo foi, mas eu nem quero falar né. (Participante 03, informação verbal).

Os trabalhadores também trouxeram importantes questões sobre a falta de recursos e a dificuldade que a burocracia de alguns sistemas do governo federal implica à boa execução do atendimento como pode ser visto na fala a seguir:

“Uma coisa que tem a ver com a questão do recurso, né? A gente não trabalha sozinho, né? A gente trabalha com a rede e a rede tem suas limitações assim (...)” (Participante 07, informação verbal).

Esse aspecto exige que os usuários entrem em contato por telefone com a previdência social, quando muitos não dispõem de recursos tecnológicos. Ainda, são exigidas documentações digitais, contatos por e-mail ou aplicativos de mensagens, sendo que muitos usuários não têm alfabetização e nem acesso à internet, conforme o relato:

“E uma outra coisa, assim que chega muito pra nós, que muitos nossos usuários, o celular né muitas vezes é só para receber, né? Não tem whats, os nossos usuários não entende de e-mail e a gente tudo pro 135 né, que é do benefício da previdência é uma burocracia porque eles não aceitam que a gente, claro tem que ser o usuário né, e essa coisa assim fica complicado, tudo depende da gente, é assim mesmo, chego lá eles não consegue pedir o benefício dele ou por idade ou doença, o SUAS já deixa a desejar muito nessa situação assim.” (Participante 04, informação verbal).

“Sim, a carteira digital também é uma coisa que tá barrando bastante as pessoas, porque muitas não têm celular que consiga baixar, né? Algum celular é muito precário e não consegue, aí a pessoa vai até o serviço que seria do Sistema Nacional de Emprego e eles já não emitem a carteira física só a digital.” (Participante 05, informação verbal).

Em um estudo sobre a incorporação da tecnologia da informação e comunicação no trabalho das políticas públicas, Valentim e Paz (2022) identificaram que há o fomento à digitalização do acesso, caracterizado pela ampliação dos atendimentos via

aplicativo e telefone, serviços estes que eram ofertados presencialmente e que passaram a ser disponibilizados apenas nos meios digitais. Paralelo a isso, as populações atendidas pelos serviços geralmente se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, não dispondo de meios básicos de inclusão digital, como celular, telefone e internet, evidenciando o fato de que as tecnologias da informação e comunicação estão longe de se adequarem às realidades vivenciadas por esses sujeitos para o acesso às políticas sociais (Valentim; Paz, 2022).

Além disso, os profissionais destacaram que outro fator de sofrimento é a relação com a rede socioassistencial, em especial, as dificuldades de interlocução com os serviços necessários para a efetivação dos direitos dos usuários. Grande parte do trabalho desenvolvido no CRAS depende de uma rede de serviços que, quando falha, impacta na realização do trabalho. Como exemplos de serviços essenciais que dificilmente estão disponíveis foram citados a disponibilização de veículos para a realização de visitas domiciliares e os encaminhamentos para atendimentos especializados. Este contexto pode ser mais bem compreendido a partir do relatado a seguir:

“Eu não posso simplesmente largar esse usuário e dizer, ó, espera o encaminhamento, né, chamar, no CAPS ou na UBS, enfim, eu tenho que manter esse usuário em atendimento aqui e muitas vezes eu sou obrigada a ir por um viés mais clínico, né, que é o que o usuário precisa no momento.” (Participante 02, informação verbal).

O funcionamento do SUAS faz parte de uma rede que envolve as políticas de saúde, educação, justiça e previdência, e em função da morosidade do sistema, por vezes, os profissionais absorvem demandas que excedem a capacidade e o escopo local, aumentando ainda mais a carga de trabalho. É importante salientar que o processo de encaminhamento não se resume à transmissão de responsabilidade, mas sim ao estabelecimento de um acompanhamento integral e compartilhado, relacionado a cada caso (SANTOS, 2020).

3.2.2 “A falta de pessoal acaba sobrecarregando todo mundo”: precarização do serviço e fragilidades na formação

Com cerca de 4.000 famílias cadastradas, a equipe do CRAS investigado possui uma grande demanda de atendimentos e atividades a serem realizadas, neste contexto, a falta de profissionais é outro central gerador de sofrimento. Conforme relatos

da equipe, o local deveria dispor de dois técnicos administrativos atuando na recepção, porém, quando foi realizada a pesquisa, havia apenas um profissional no cargo. Desta forma, esse trabalho era executado pelos técnicos especializados, que se revezavam entre as atividades da recepção e o restante do trabalho. Esse processo prejudica o atendimento e acolhimento aos usuários, além de interferir na realização das visitas domiciliares (VD), por exemplo, como pode ser visto nas falas a seguir:

“Sim, hoje a gente tem falta de pessoal na recepção, tá? O CRAS sempre teve 2 pessoas, referências 2 administrativos, referências na recepção. E desde o período da pandemia ali a gente está em falta, né?” (Participante 05, informação verbal).

“E, além disso, a gente tem dificuldade de transporte para fazer as VD, então a gente tem só 2 dias” (Participante 01, informação verbal).

Juntamente com o acúmulo de funções realizadas, conforme o relato, a equipe reforçou a necessidade de contar com um número maior de técnicos para dar conta da demanda, principalmente no campo da Psicologia, já que o CRAS participante do estudo possui apenas um psicólogo e cada técnico atende em média de 10 famílias por turno:

“A falta de recursos humanos, né? A falta de pessoal acaba sobrecarregando todo mundo, né?” (Participante 06, informação verbal).

Apesar de todas as orientações da NOB-RH (Ferreira, S. S., 2011), os recursos humanos continuam sendo um desafio para a Política de Assistência Social, a qual sempre conviveu com frágeis estruturas institucionais e reduzido investimento na formação das equipes profissionais. Os relatos dos técnicos acentuam a ausência de investimento no SUAS, o que gera o acúmulo de funções e, como consequência, a precarização das condições de trabalho, já que, dessa forma, não conseguem realizar o trabalho com a qualidade que gostariam, o que pode levar ao adoecimento (Brandolt *et al.*, 2021; Fernandes; Beretta, 2021; Guimarães; Oliveira; Silva, 2020; Souza, Moraes, 2020).

Simultaneamente com a falta de recursos humanos para a realização das atividades, os técnicos vivenciam o excesso de trabalho, já que a equipe precisa dividir a demanda entre si. Desde o período da pandemia, para uma melhor organização do trabalho, os atendimentos dos técnicos são realizados por agendamento, porém, devido à alta procura, as agendas estão sempre lotadas, como podemos ver a seguir:

“A gente ainda não tem um ritmo de trabalho que consideramos adequado, né? No que diz respeito ao número de atendimentos, aos horários de atendimento, enfim. Exemplo, ontem atendi 11 famílias durante o dia, então das 8h às 13h30 agenda marcada” (Participante 03, informação verbal).

Em função do tempo de acolhimento reduzido, os técnicos se sentem frustrados, pois não conseguem realizar um bom atendimento, já que, no período de 30 minutos precisam explicar como funciona o CRAS, fazer cópias ou digitalização de documentos, realizar a liberação de benefícios, preencher prontuários eletrônicos, além de atender a demanda que trouxe o usuário para o atendimento. Alguns relatos explicam a situação:

“E isso é uma coisa que pelas agendas muito lotada que a gente tem, a gente tem bastante dificuldade de executar, assim, de ter agenda disponível, de conseguir se planejar também que a gente também, né?” (Participante 7, informação verbal).

“Aí é meia hora pra ti acolher a pessoa pra ti explicar o funcionamento no CRAS, pra ti fazer a cópia da documentação, preencher o cadastro dela, né, e atender a demanda que trouxe ela” (Participante 03, informação verbal).

“E registrar o prontuário e o prontuário eletrônico” (Participante 02, informação verbal).

É possível perceber nos relatos que os técnicos demonstram grande preocupação com a qualidade do atendimento prestado às famílias. Na opinião dos técnicos, o acúmulo de tarefas gera grandes prejuízos à boa execução do trabalho, pois o acolhimento é uma das partes mais importantes do atendimento para que se possa conhecer a família e realizar os melhores encaminhamentos dentro da rede.

Estudos anteriores realizados sobre esta temática também apresentaram questões relacionadas ao excesso de trabalho, às más condições de trabalho, à rotina e as vivências associadas ao que é trazido pelos usuários, fazendo com os profissionais se sintam absorvidos pela demanda. Além disso, o manuseio das tecnologias da informação, que deveria ser marcado pela utilização de recursos sofisticados, é marcado pelo uso de equipamentos precários e muitas vezes pessoais dos técnicos. Paradoxalmente ao aumento da quantidade de atendimentos relacionada ao aumento das pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade social, os investimentos na Política de Assistência Social têm sido reduzidos, aumentando a precarização do trabalho e levando os técni-

cos ao esgotamento físico e mental (Brandolt *et al.*, 2021; Nascimento; Duarte; Moraes, 2018; Souza, Moraes, 2020; Valentim; Paz, 2022).

Ainda, os trabalhadores relataram que a formação universitária exigida para os técnicos não contempla o serviço que é prestado pelos CRAS, principalmente no que tange à área da Psicologia. Conforme os entrevistados, o curso não oferece conteúdos suficientes no campo das políticas públicas, mantendo uma formação majoritariamente baseada na clínica individual.

“Assim como as colegas também trabalham e eu também faço as concessões de benefícios eventuais que a gente tem que atender aqui, né? Que a gente não aprende na faculdade, então eu nem sabia o que eram os critérios da concessão de nada, enfim. É uma coisa diferente que o psicólogo também faz no CRAS, né? E aí a gente tem, tipo da dificuldade de entender o que é um atendimento psicossocial, porque pouco se fala isso numa formação também, né?” (Participante 02, informação verbal).

De acordo com Nascimento, Duarte e Moraes (2018), os profissionais da psicologia que atuam no SUAS precisam desenvolver habilidades que não são trabalhadas na formação acadêmica, sendo necessários estudos individuais pela falta de referências teórico-metodológicas da psicologia, que não apontam com clareza qual a função do psicólogo neste espaço. Além disso, os profissionais têm de desenvolver a criatividade para a realização do trabalho frente à ausência de recursos financeiros e de pessoal (Nascimento, Duarte, Moraes, 2018).

Um estudo realizado por Brandolt *et al.* (2021), afirma que as dificuldades relacionadas à formação dos profissionais não se restringem ao período acadêmico, ocorrendo também após a sua inserção no serviço. Muitos profissionais não recebem liberação para participarem de eventos e cursos, visto que ficariam ausentes de suas atividades locais e, do ponto de vista da gestão, não estariam “produzindo” resultados quantitativos diretamente para os serviços, o que contraria a orientação do Ministério do Desenvolvimento sobre a formação permanente.

3.2.3 “O respeito com o profissional, ele acaba não existindo”: situações de violência e ausência de reconhecimento no trabalho

O reconhecimento pode ser entendido como retribuição moral e simbólica da contribuição individual do trabalhador à organização do trabalho, ou como gratidão por essa contribuição, colaborando para a construção do sentido no trabalho e permitindo dar ao sofrimento significação social (Amaral; Mendes; Facas, 2019; Bueno; Macêdo, 2012; Dejours, 2004; Mendes, 2007). Na presente pesquisa, os técnicos relataram que vivenciam a falta de reconhecimento do trabalho realizado, tanto por parte dos usuários, como por parte da gestão da assistência. Na perspectiva da equipe, a postura da gestão reforça reforçando o comportamento dos usuários. Algumas falas expõem este cenário:

“Acontece muito de desacato né, nessas questões porque o respeito com o profissional ele acaba não existindo né, tanto dos nossos superiores que deixa bem explícito que o que a gente fala não tem sentido nenhum, quando acaba passando isso para o usuário né, se a nossa palavra não tem nenhum valor, né, pra quem tá acima de nós, o usuário também não precisa né. Já fiz boletim de ocorrência, coisa assim muito de desacato que acontecia.” (Participante 06, informação verbal).

“E às vezes acontece essa intervenção por telefone, até o usuário ligar para a secretaria e vir uma intervenção da secretaria para que seja conduzido de outra forma, ou que se acomode a situação.” (Participante 07, informação verbal).

Cabe salientar que a ausência de reconhecimento pode levar a sentimentos de desvalorização e desamparo, que estão associados ao aumento dos indicadores de sofrimento e adoecimento. Estudos demonstram que a percepção do reconhecimento e da valorização profissional impacta a qualidade de vida e a satisfação profissional, refletindo diretamente na saúde mental dos trabalhadores (Amaral; Mendes; Facas, 2019).

Além de constantemente lidarem com usuários insatisfeitos com as regras estabelecidas para o funcionamento dos benefícios e dos serviços ofertados pelo CRAS, muitos participantes relataram que também precisam dar conta das intervenções que ocorrem via gestão da política de assistência no município. Inúmeras vezes a gestão atravessa o trabalho solicitando que a equipe “dê um jeitinho” para resolver e amenizar a questão. Dessa forma, tanto a gestão quanto os usuários invalidam o trabalho realizado pela equipe, sendo essa mais uma causa de sofrimento.

Uma das características mais marcantes das ações e serviços desenvolvidos pelos técnicos do SUAS é a dimensão relacional entre eles e os usuários do sistema, dessa forma, muitas das violências vividas pelos usuários são também vividas pelos técnicos, já que inúmeras vezes os usuários as reproduzem dentro dos espaços, fragilizando esses vínculos, inclusive através de atitudes de intimidação e ameaças. Ainda, é possível afirmar que existe um desencontro em torno do cuidado com os profissionais, visto que, muitos gestores não oferecem o devido suporte às equipes. Estudos anteriores apontam também que há uma dificuldade de comunicação entre as equipes e a gestão municipal, que se torna mais evidente no caso de profissionais contratados de forma terceirizada (Brandolt *et al.*, 2021; Fernandes; Beretta, 2021; Guimarães; Oliveira; Silva, 2020).

3.2.4 “Hoje a gente tem uma equipe unida”: estratégias de mediação do sofrimento

Nesta categoria foram relacionadas as principais estratégias utilizadas para atenuar ou mediar o sofrimento vivenciado no trabalho. A maior parte dos técnicos relata que faz acompanhamento psicológico e psiquiátrico para lidar com o sofrimento gerado pelo trabalho. Além disso, realizam atividades pessoais prazerosas, como cuidar das plantas ou do jardim, se aproximar da natureza, fazer artesanato e passear:

“Então, uma das minhas estratégias é a terapia né e fazer coisas assim, coisas quando sai daqui coisas que tu goste de fazer né, então mexer com as minhas planta e lidar com meus bicho, e fazer terapia” (Participante 05, informação verbal).

“Faço meus artesanato, cuido das minha florzinha, falam assim, moro em apartamento, de vez em quando dou uma descida pra não ficar o final de semana todo dentro de casa” (Participante 03, informação verbal).

Apesar da importância destas estratégias utilizadas pelos participantes da pesquisa, observa-se que elas ocorrem fora do ambiente de trabalho e predominantemente de maneira individual. Talvez esta característica descortine a ausência de políticas de atenção à saúde dos trabalhadores da assistência social, delegando unicamente aos profissionais o manejo dos efeitos negativos gerados pelo trabalho. Outros estudos

realizados também encontraram estratégias individuais sendo utilizadas pelos participantes (Giongo; Monteiro, 2015). Importante destacar que estas estratégias podem refletir atitudes adaptativas e envolvem comportamentos que podem ser úteis à saúde mental, à medida que preservam o equilíbrio do trabalhador (Dejours, 2004; Giongo; Monteiro, 2015; Mendes, 2007).

Em contrapartida, também foram identificadas estratégias de mediação do sofrimento baseadas no coletivo de trabalho. Neste caso, os técnicos destacaram a importância da equipe como uma estratégia de enfrentamento do sofrimento gerado pelo trabalho. Eles relataram questões como o humor e o coletivo de trabalho, como fatores de apoio e proteção. Salienta-se que no decorrer dos debates gerados pelo grupo focal, o relacionamento entre os colegas foi um dos raros elementos de prazer citados pela equipe. Estes aspectos podem ser observados nas falas a seguir:

“E eu acho que a gente brinca muito, brinca um com o outro, brinca no corredor, dá risada assim, da nossa loucura, do caos, enfim, a gente brinca, né, isso é uma ferramenta que a gente usa também pra aliviar um pouco, às vezes né.” (Participante 01, informação verbal).

“Hoje a gente tem uma equipe unida, né? A gente tem uma equipe unida, porque quando tu não tem uma equipe que tu possa contar é mais difícil, né?” (Participante 05, informação verbal).

Neste contexto de trabalho, as reuniões de equipe também foram citadas como essenciais, pois através delas e das trocas com os colegas, os trabalhadores conseguem dar encaminhamentos para questões de difícil resolução:

“Então, quando a gente está angustiado e talvez num dilema assim, a gente troca, olha, me ajuda a pensar isso aqui, o que tu acha, né, ou então só desabafa...” (Participante 07, informação verbal).

Aqui, encontra-se uma forma de enfrentamento do sofrimento no trabalho, que se diferencia das estratégias individuais, uma vez que implica em ressignificação do sofrimento, ao contrário das defesas, que o negam ou minimizam, e, portanto, é fundamental na gestão da organização do trabalho. Por trás da mobilização subjetiva, há uma busca de identidade, de querer dar vida ao trabalho, deixando sua marca pessoal, mobilizando o desejo de obter benefícios em termos de sentido para si do trabalho que realiza (Amaral; Mendes; Facas, 2019; Bueno; Macêdo, 2012; Dejours, 2004; Mendes, 2007).

No CRAS investigado, as reuniões de equipe são utilizadas como espaço de discussão, que pode ser definido como um campo construído pelo trabalhador para que a inteligência prática seja conhecida, compartilhada e reconhecida. É onde as opiniões podem ser expressas, mesmo que contraditórias e, onde há relação de equidade entre os que falam e os que escutam. Como convergência da contribuição dos trabalhadores para o espaço de trabalho, temos a cooperação, que pressupõe a valorização e o reconhecimento do esforço de cada um no trabalho coletivo, passando por um processo que vai desde a discussão sobre a forma do trabalho prescrito, até as visibilidades das práticas no trabalho real, numa construção de confiança (Amaral; Mendes; Facas, 2019; Bueno; Macêdo, 2012; Dejourns, 2004; Mendes, 2007).

Estes aspectos têm sido investigados em diferentes estudos brasileiros, como o de Pires e Macedo (2020), que estudaram a mobilização subjetiva no trabalho docente e o de Machado *et al.* (2018), que estudaram a mobilização subjetiva no trabalho de profissionais em um CAPS. Ambas as pesquisas concluíram que a coletividade tem relação direta com a mobilização subjetiva no trabalho e, conseqüentemente, com a promoção da saúde mental.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo conhecer as vivências laborais de equipes técnicas de um CRAS da região metropolitana de Porto Alegre. Os resultados da análise apontaram que o trabalho das equipes técnicas que efetivam o sistema na prática, tem sido marcado por políticas de flexibilização e precarização do trabalho, alterando a regulamentação empregatícia, afetando a garantia de direito dos trabalhadores, fragilizando os vínculos de trabalho e tornando degradantes as condições laborais.

Desta forma, são necessárias ações de promoção e atenção à saúde física e mental dos trabalhadores do SUAS. Além de atentar para as melhorias necessárias nas questões de infraestrutura e condições gerais de trabalho, são necessários investimentos na capacitação das equipes técnicas, na construção de políticas municipais de atenção à saúde do trabalhador e da trabalhadora pautadas na garantia de direitos laborais, no fortalecimento de espaços de fala e de escuta dos técnicos e em estratégias de monitoramento de indicadores de saúde e adoecimento no trabalho.

Desta forma, são necessárias ações de promoção e atenção à saúde física e mental dos trabalhadores do SUAS, incluindo espaço laboral adequado para que possam desenvolver seu trabalho com qualidade e garantindo os direitos assegurados à população. Como limitações desta pesquisa pode ser citado o número reduzido de encontros do grupo focal, certamente uma maior frequência resultaria no aprofundamento dos debates realizados e do coletivo de trabalho. Sugerem-se futuros estudos com o objetivo de conhecer o contexto de trabalho de equipes da assistência social em outros municípios no Rio Grande do Sul, contribuindo para o levantamento de dados e para a construção de políticas no campo da saúde do trabalhador.

Referências

AGUIAR, Eliane Lima. *As transformações no mundo do trabalho e seus impactos para o trabalhador do Sistema Único de Assistência Social*. In: VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2015.

ALVES, Dannylo Cavalcante; BRAGA, Iracilda Alves. *Trabalho profissional do/a assistente social no SUAS: tensionamentos em tempos de “falso normal”*. Revista de Políticas Públicas, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 880–899, 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20674>. Acesso em: 12 ago. 2024.

AMARAL, Grazielle Alves; MENDES, Ana Magnólia Bezerra; FACAS, Emílio Peres. *(Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas*. Revista Subjetividades, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 1-14, 2019.

ANDRADE, Rejane Bezerra et al. *Precarização do trabalho e saúde mental dos(as) assistentes sociais*. Revista Katálysis, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 232-242, 2023.

BAIERLE, Tatiana Cardoso; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. *Saúde mental e subjetividade no trabalho de uma guarda municipal: estudo em psicodinâmica do trabalho*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 69-81, 2008.

BARBOUR, Rosaline. *Grupos focais*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BERWIG, Solange Emilene. *Os desafios para a organização dos/as trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social - SUAS*. Revista Pesquisa & Debate, [s. l.], v. 33 n. 2 (60), p. 150-168, 2021.

BOSCARI, Marileni; SILVA, Fatima Neoly. *A trajetória da assistência social ate se efetivar como politica social pública*. Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 108-127, 2015.

- BRANDOLT, Catheline Rubim et al. *Condições de trabalho de psicólogos(os) resultantes do processo de terceirização na assistência social*. *Psicologia & Sociedade*, [s. l.], v. 33, e229301, 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS*. Brasília: MDS, 2005a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS/ 2004)*. Brasília: MDS, 2005b.
- BRASIL. *Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. 1. ed. Brasília: MDS, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Censo Sistema Único de Assistência Social 2017*. Brasília: MDS, 2018.
- BUENO, Marcos; MACÊDO, Katia Barbosa. *A Clínica psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 306-318, 2012.
- CONDE, Ana Flávia Cícero; CARDOSO, Jorge Manoel Mendes; KLIPAN, Marcos Leandro. *Panorama da psicodinâmica do trabalho no Brasil entre os anos de 2005 e 2015*. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 19-36, 2019.
- DEJOURS, Christophe. *Por um novo conceito de saúde*. *Revista Brasileira de Saúde*, [s. l.], n. 54, v. 12, p. 7-11, 1986.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Oboré/ Cortez. 1992.
- DEJOURS, Christophe. *Entrevista com Christophe Dejours*. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 158-163, 2000.
- DEJOURS, Christophe. *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2004.
- DEJOURS, Christophe. *Prefácio*. In: MENDES, Ana Magnólia. *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 19- 22.
- FERNANDES, Tassiana Algarte; BERETTA, Regina Célia de Souza. *Saúde Mental e trabalho: a realidade dos trabalhadores do SUAS*. *Psicologia e Saúde em Debate*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 181-194, 2021.
- FERREIRA, Mário César. *Palestra proferida durante a instituição do Núcleo Psicossocial do SINDJUS*. Brasília: SINDJUS, 2014.
- FERREIRA, Stela da Silva. *NOB-RH anotada e comentada*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2011.
- FREITAS, Leda Gonçalves; FACAS, Emílio Peres. *Vivências de prazer-sofrimento no contexto de trabalho dos professores*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 13 n. 1 p. 7-26, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- GIONGO, Carmem Regina; MONTEIRO, Janine Kieling. *Trabalho cooperado na suinocultura: emancipação ou precarização?* *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1206-1222, 2015.
- GUIMARÃES, Ana Paula Dias; OLIVEIRA, Helian; SILVA, Jandira Maciel. *Violência relacionada ao trabalho e apropriação da saúde do trabalhador: sofrimento anunciado no Sistema Único de Assistência*

Social. Physis: Revista de Saúde Coletiva, [s. l.], v. 30, n. 2, p. e300224, 2020.

MACEDO, João Paulo; FONTENELE, Mayara Gomes; GOMES, RYANNE WENECHA DA SILVA. *Psicologia e Assistência Social: crise e retrocessos pós-encerramento do ciclo democrático-popular*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [s. l.], v. 42, n. spe, p. e262852, 2022.

MACÊDO, Orlando Júnior Viana et al. *Atuação dos profissionais de psicologia nos CRAS do interior da Paraíba*. *Trends in Psychology*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 1083-1097, 2018.

MACHADO, Katiusci Lehnhard et al. *Mobilização subjetiva de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas: intervenção em saúde do trabalhador por meio da clínica psicodinâmica do trabalho*. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, [s. l.], v. 43, p. e125, 2018.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra (Org.). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

NASCIMENTO, Iasmin Libalde; DUARTE, Lucas Có Barros; MORAES, Thiago Drumond. *Saúde dos psicólogos em Centros de Referência de Assistência Social*. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Brasília, v. 18, n. 2, p. 373-380, 2018.

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Mota; BIZARRIA, Fabiana Pinto Almeida. *Terceirização e precarização do trabalho na política pública de assistência social*. *Administração Pública e Gestão Social*, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 171-183, 2017.

PIRES, Roseli Vieira; MACÊDO, Katia Barbosa. *Labor e muito amor: mobilização subjetiva do trabalho docente*. *Revista de Educação, Linguagem e Literatura*, [s. l.], v. 12, p. 1-18, 2020.

SANTOS, José Whellison Brito. *Flexibilização e precarização do trabalho no desmonte da Política de Assistência Social*. *SER Social*, [s. l.], v. 22, n. 46, p. 153-170, 2020.

SILVA, Jeanne Benevides; VASCONCELLOS, Pâmela Arruda; FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann. *Trabalho e sofrimento: desafios da saúde mental de profissionais da assistência social*. *Psicologia em Estudo*, [s. l.], v. 23, p. e39108, 2018.

SOUZA, Helton Da Silva; MORAES, Carlos. *Trabalho e adoecimento de assistentes sociais em Campos dos Goytacazes, RJ*. *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 364-382, 2020.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. *Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da Covid-19*. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 114-124, 2022.

VERONEZE, Renato Tadeu. *A Política de Assistência Social brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais*. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 345-359, 2017.



Jonathas de Andrade, O Levante (The uprising) - 2013. Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução: HD Vídeo.
Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética.

O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



RESISTÊNCIA E CONFLITO

Zundão dos Camilos (União-Piauí) contra a expansão do agronegócio sucroenergético

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54251>

ALCEBÍADES COSTA FILHO*, AMARA PRYSCILIANA BRANDÃO DA SILVA FERREIRA**

RESUMO: Este artigo analisa o impacto da expansão da Companhia de Alcool e Açúcar do Piauí (Comvap) sobre a comunidade de Zundão dos Camilos, no Piauí, focando nas implicações socioambientais. O objetivo é entender como a expansão do agronegócio sucroenergético afeta as práticas tradicionais e a sustentabilidade local. Utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo se baseia em entrevistas com moradores e representantes da Comvap, além de análise de documentos e dados secundários. Os resultados mostram que a monocultura da cana-de-açúcar provocou desmatamento, degradação do solo e redução da água, prejudicando a agricultura de subsistência e exacerbando conflitos fundiários. Conclui-se que é essencial implementar políticas públicas que conciliam desenvolvimento econômico com a proteção dos direitos das comunidades tradicionais e a preservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19; Esgotamento profissional; Burnout; médicos; agronegócio sucroenergético; impactos socio-ambientais; conflitos fundiários

Resistance and conflict: Zundão dos Camilos (União-Piauí) against the expansion of sugar-energy agribusiness

ABSTRACT: This article analyzes the impact of the expansion of the Companhia de Alcool e Açúcar do Piauí (Comvap) on the community of Zundão dos Camilos, in Piauí, focusing on the socio-environmental implications. The aim is to understand how the expansion of sugar-energy agribusiness affects traditional practices and local sustainability. Using a qualitative approach, the study is based on interviews with residents and Comvap representatives, as well as analysis of documents and secondary data. The results show that sugarcane monoculture has caused deforestation, soil degradation and water reduction, damaging subsistence agriculture and exacerbating land conflicts. The conclusion is that it is essential to implement public policies that reconcile economic development with the protection of the rights of traditional communities and environmental preservation.

KEYWORDS: COVID-19; Professional exhaustion; burnout; physicians; sugar-energy agribusiness; socio-environmental impacts; land conflicts.

* Universidade Federal Fluminense (UFF)

** Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

introdução

O agronegócio desempenha um papel central na economia brasileira, sendo responsável por uma parcela significativa das exportações e pela geração de empregos (Araújo, Oliveira, Monteiro, 2017). Entretanto, seu modelo de desenvolvimento focado na monocultura e na expansão territorial, tem gerado profundas transformações socioambientais, especialmente nas regiões onde se encontra em expansão. No Brasil, o setor sucroenergético — que envolve a produção de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e etanol —, é uma das vertentes mais expressivas desse agronegócio. Sua expansão, particularmente em estados do Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, tem sido acompanhada de impactos significativos sobre comunidades tradicionais, cujos modos de vida e sustento dependem da preservação dos ecossistemas locais. Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, revelam informações significativas sobre a produção de cana-de-açúcar no Brasil, destacando o país como o maior produtor dessa cultura e de seus derivados, como açúcar e etanol. Especificamente, os dados indicam que o Brasil é responsável por mais de 50% do açúcar comercializado no mundo, o que evidencia a importância do setor sucroenergético na economia nacional (CONAB, 2015).

Dados mais recentes apontam que na safra 2020/21, a produção mundial de açúcar foi de 179,9 milhões de toneladas, e a produção brasileira representou 22% do total produzido; para a safra 2021/22, estima-se a produção de 186 milhões de toneladas (Nachiluk, 2021). De acordo com a CONAB (2023) a produção de cana-de-açúcar na safra 2022/2023 foi de 610,1 milhões de toneladas, com uma melhora na produtividade das lavouras.

O crescimento do setor sucroenergético no Brasil está intimamente ligado às políticas públicas de incentivo à produção de etanol como alternativa energética sustentável, especialmente a partir da crise do petróleo na década de 1970 com o Programa Nacional do Álcool (PNA), também conhecido como Proálcool, que foi lançado em 1975 durante o governo de Ernesto Geisel (Araújo, Oliveira, Monteiro, 2017) e, mais recentemente, com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Com relação ao PNA, por exemplo, o programa é descrito como o principal projeto de

industrialização da agricultura promovido pela Ditadura Militar, que visava conceder créditos subsidiados ao setor sucroalcooleiro para a mecanização e industrialização do refino da cana-de-açúcar, com o objetivo de aumentar a produção de álcool (Mendonça, Pitta, Xavier, 2012).

A combinação de incentivos fiscais, crédito facilitado e investimentos em infraestrutura impulsionou a ampliação das áreas cultivadas com cana-de-açúcar, que se tornaram predominantes em várias regiões do país. Entretanto, essa expansão tem frequentemente desconsiderado os impactos socioambientais e os direitos das populações locais, resultando em conflitos fundiários, degradação ambiental e desestruturação social (Silva, Martins, 2010).

No estado do Piauí, a expansão do setor sucroenergético intensificou-se nas últimas décadas, promovida pela promessa de modernização econômica e geração de empregos. Santos (2012) faz um alerta sobre essa modernização, mostrando que essa relação entre o meio rural e o urbano carrega consigo uma alteração nas estruturas sociais e de poder e na apropriação de vários espaços dentro da vida desses trabalhadores rurais. Contudo, essa expansão tem sido marcada por uma série de controvérsias, principalmente no que diz respeito à apropriação de terras tradicionais. Grandes empresas, como a Companhia de Álcool e Açúcar do Piauí (Comvap), adquiriram vastas extensões de terra para o cultivo de cana-de-açúcar, frequentemente em áreas antes ocupadas por comunidades tradicionais que dependiam dessas terras para sua subsistência. Essa apropriação tem gerado tensões e conflitos, colocando em xeque a sustentabilidade das práticas culturais e econômicas dessas comunidades. Sobre isso, Araújo, Oliveira e Monteiro (2017) afirmam que:

A expansão dos monocultivos de cana de açúcar tem se acentuado em todo o país e reconfigurado as formas de apropriação territorial em diversas regiões brasileiras, o que implica em prejuízos à existência de territórios de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas e a diversidade de sujeitos do campo, que tem na terra e na mão de obra familiar a base de suas atividades produtivas (p. 02).

O município de União, no estado do Piauí, e em especial a comunidade de Zundão dos Camilos, exemplificam o confronto entre o agronegócio sucroenergético e as

populações tradicionais. Historicamente dedicada à quebra do coco babaçu e à agricultura de subsistência, essa comunidade enfrenta uma crescente pressão territorial resultante da expansão da monocultura da cana-de-açúcar promovida por grandes corporações. Esse processo de expansão agrícola não apenas ameaça a biodiversidade local, essencial para a manutenção das práticas econômicas e culturais da comunidade, como também desestrutura as relações sociais e econômicas que sustentam o modo de vida dos seus habitantes.

A imposição desse modelo econômico hegemônico sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades como a de Zundão dos Camilos revela as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Por um lado, o agronegócio é promovido como vetor de modernização e crescimento econômico; por outro, ignora-se o custo social e ambiental dessa expansão, que inclui a expropriação de terras, a degradação dos recursos naturais e a marginalização de populações que historicamente dependem desses territórios para sua sobrevivência.

Pereira (2012) analisa que o modelo desenvolvimentista brasileiro foi impulsionado pela Revolução Verde, que, por um lado, promoveu a modernização da agricultura ao elevar a produtividade por meio do uso de tecnologias científicas e industriais para controlar a natureza. O objetivo era aumentar a oferta de alimentos através da adoção de um pacote tecnológico composto por insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização e o uso de grandes extensões de terra, aliado ao difusionismo tecnológico e a uma ideologia que valorizava o progresso. Porém Araújo, Oliveira e Monteiro (2017) concluem que o outro lado da moeda está no aumento significativo nas desigualdades sociais entre esse grupo de trabalhadores e o desaparecimento dessas famílias extrativistas.

Este artigo se propõe analisar a resistência da comunidade de Zundão dos Camilos frente à expansão do agronegócio sucroenergético, com foco nas estratégias de defesa territorial e preservação cultural desenvolvidas pelos moradores. Partindo de uma abordagem histórico-social, busca-se compreender as dinâmicas de poder, conflito e resistência que emergem nesse contexto, contribuindo para o debate sobre as interações entre desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental no Brasil contemporâneo.

1.1 Agronegócio brasileiro: expansão, conflitos e sustentabilidade

O agronegócio no Brasil é um dos pilares da economia nacional, desempenhando um papel crucial tanto no mercado interno quanto nas exportações. Este setor, que engloba desde a produção agrícola e pecuária até a indústria de transformação e a comercialização de produtos, é responsável por uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O Brasil se destaca como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de commodities agrícolas, como soja, milho, café, carne bovina, suína, frango e produtos sucroenergéticos, como o açúcar e o etanol.

A expansão do agronegócio brasileiro foi impulsionada por uma combinação de fatores, incluindo o aumento da demanda global por alimentos, o avanço tecnológico, políticas governamentais de incentivo e a disponibilidade de vastas áreas de terras férteis. A adoção de tecnologias avançadas, como a biotecnologia, a mecanização agrícola e a agricultura de precisão, também contribuiu para o aumento da produtividade e a expansão das fronteiras agrícolas, particularmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, com destaque para o cerrado brasileiro (Oderich, Elias, Waquil, 2019).

Entretanto, essa expansão tem gerado uma série de controvérsias e desafios, especialmente no que diz respeito aos impactos socioambientais. A conversão de florestas e outros ecossistemas naturais em áreas agrícolas, a concentração de terras, a expropriação de comunidades tradicionais e indígenas, e a intensificação do uso de agrotóxicos são questões que têm levantado críticas e preocupações. Esses problemas são agravados pela crescente pressão internacional por práticas agrícolas mais sustentáveis e pela conservação da biodiversidade.

Delgado (2012) discute a acelerada expansão do agronegócio no Brasil na última década, destacando que essa expansão é impulsionada pelas cadeias agroindustriais envolvidas no comércio mundial de commodities. Ele observa que esse crescimento está associado a um projeto de inserção primária no comércio exterior, que requer a intensa utilização de agrotóxicos e a ampliação de áreas cultivadas em monocultura, especialmente com culturas como soja, milho e cana-de-açúcar.

Além disso, Delgado (2012) menciona que o modelo desenvolvimentista brasileiro foi impulsionado pela Revolução Verde, que promoveu a modernização agrícola através do aumento da produtividade, utilizando tecnologia de controle da natureza basea-

da em ciência e indústria. Essa modernização visava intensificar a oferta de alimentos, mas também resultou no desaparecimento de unidades familiares e na grande desigualdade social no campo. Em resumo, o autor enfatiza a relação entre a expansão do agronegócio, a modernização agrícola e as consequências sociais e ambientais que surgem desse modelo de desenvolvimento.

Sauer (2008) aborda o agronegócio como um processo de integração horizontal das diferentes etapas da produção, destacando a incorporação de tecnologia e grandes investimentos na agropecuária, que visam aumentar a produção e a produtividade. Ele menciona que, no Brasil, o agronegócio foi apropriado por determinados segmentos para designar a tecnificação e a escala na agropecuária, muitas vezes sustentado por processos políticos e econômicos que transcendem a esfera nacional.

Tanto Delgado (2012) quanto Sauer (2008) concordam no que diz respeito à crítica ao modelo de desenvolvimento agrícola que prioriza a produção em larga escala e a mecanização, resultando em desigualdade social e degradação ambiental. Ambos os autores reconhecem a importância do agronegócio na economia brasileira, mas também destacam as consequências negativas desse modelo, como a marginalização de agricultores familiares e a alteração das estruturas sociais no campo.

Portanto, os dois autores compartilham preocupações sobre os impactos sociais e ambientais do agronegócio, embora possam ter ênfases diferentes em suas análises. Ambos criticam a forma como o agronegócio se desenvolveu e suas implicações para a sociedade e o meio ambiente.

Araújo, Oliveira e Monteiro (2017) discutem que o desenvolvimento agrícola, muitas vezes associado ao crescimento da produtividade e à modernização da agricultura, não implica automaticamente em desenvolvimento rural. Elas argumentam que um meio rural dinâmico deve ser sustentado por uma população que o considere um lugar de vida e trabalho, e não apenas um espaço para investimento ou reserva de valor.

Em seu texto, as autoras afirmam que o modelo de modernização da agricultura brasileira, que se baseia em grandes extensões de terra e na produção para o mercado externo, não melhorou as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais. Em vez disso, esse processo resultou em uma série de problemas, como a concentração fundiária, pois a modernização levou à concentração de terras, intensificando conflitos agrários e marginalizando pequenos agricultores e comunidades tradicionais, o segundo problema é a migração rural-urbana, pois a falta de oportunidades e a degradação

das condições de vida no campo resultaram em um aumento da migração da população rural para as cidades, um terceiro problema é a concentração da pobreza, pois a migração contribuiu para o aumento da pobreza nas periferias urbanas, evidenciando que o crescimento econômico no setor agrícola não se traduziu em melhorias sociais e por último, mas não menos importante, a degradação ambiental, com o uso intensivo de maquinário pesado e agroquímicos que resultou em desmatamento, degradação dos recursos hídricos e dos solos, afetando negativamente o meio ambiente.

Falando especificamente do setor sucroenergético, Costa *et al* (2014) afirma que nas últimas décadas, o agronegócio canavieiro no Brasil experimentou um novo ciclo de expansão, impulsionado pela busca por fontes de energia “limpas e renováveis” capazes de substituir o petróleo, e pelo desenvolvimento dos motores *flex-fuel*, introduzidos em 2003, que utilizam o álcool como combustível automotivo. Nesse cenário, a cana-de-açúcar se afirma como uma solução tanto para a crise energética quanto para os desafios ambientais associados ao aquecimento global.

O setor sucroenergético, em particular, destaca-se por sua importância estratégica na matriz energética brasileira, com o etanol sendo promovido como uma alternativa renovável aos combustíveis fósseis. No entanto, a expansão dessa cultura tem acentuado conflitos fundiários e questões relacionadas à sustentabilidade, principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde vastas áreas foram convertidas para o cultivo de cana-de-açúcar.

O agronegócio brasileiro, portanto, encontra-se em uma encruzilhada entre a necessidade de continuar como um motor de crescimento econômico e a urgência de responder às críticas e desafios ambientais e sociais. Wanderley (2001, p. 36) explicita “um meio rural dinâmico requer uma população que o veja como um lugar de vida e trabalho, e não apenas como um campo de investimento ou reserva de valor”. O futuro do setor dependerá da capacidade do Brasil de equilibrar essas demandas, promovendo práticas agrícolas mais inclusivas e sustentáveis que considerem tanto o desenvolvimento econômico quanto a proteção dos recursos naturais e dos direitos das populações tradicionais.

1.2 Evolução do setor sucroenergético no Brasil: de colônia a potência mundial

A história do setor sucroenergético brasileiro é profundamente enraizada no desenvolvimento econômico e social do país, com origens que remontam ao período colonial. O cultivo da cana-de-açúcar foi introduzido no Brasil pelos colonizadores portugueses no século XVI, tornando-se rapidamente a principal atividade econômica da colônia, especialmente na região Nordeste, onde as condições climáticas e de solo eram favoráveis à cultura. O sucesso inicial do setor foi impulsionado pelo uso intensivo de mão de obra escrava africana, que permitiu o rápido crescimento dos engenhos de açúcar e a consolidação do Brasil como um dos maiores produtores de açúcar do mundo (Andrade, 2007).

Andrade (2007), menciona que a colonização do território brasileiro foi iniciada com a implantação e o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, que estava voltada para a exportação. Essa afirmação sugere que a cana-de-açúcar desempenhou um papel central na formação econômica e social do Brasil desde os seus primórdios, influenciando não apenas a economia, mas também as relações sociais e a estrutura agrária do país.

Durante os séculos XVII e XVIII, o açúcar brasileiro foi um dos principais produtos exportados para a Europa, gerando riqueza para a Coroa Portuguesa e fomentando o desenvolvimento de importantes cidades no litoral nordestino. No entanto, a concorrência com outras colônias produtoras de açúcar, como as do Caribe, e a crise do sistema escravista contribuíram para o declínio temporário da produção no Brasil.

Entende-se que a colonização e a cultura da cana-de-açúcar estão ligadas ao desenvolvimento do agronegócio no Brasil, que se consolidou como um símbolo de modernidade e progresso. E que, embora o agronegócio tenha contribuído para a produtividade e a competitividade, ele também trouxe à tona conflitos e contradições, especialmente em relação à apropriação de terras e à marginalização de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas.

O setor sucroenergético brasileiro experimentou uma nova fase de expansão no final do século XIX e início do século XX, com a modernização dos processos produtivos e a diversificação de produtos derivados da cana-de-açúcar. A criação do Instituto

do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, durante o governo de Getúlio Vargas, marcou um período de forte intervenção estatal no setor, com o objetivo de regular a produção e os preços, além de promover a industrialização do açúcar e o desenvolvimento de subprodutos, como o álcool (Coelho, 2001).

Silva e Martins (2010) afirmam que a partir da década de 1970, com a crise do petróleo, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que visava reduzir a dependência do petróleo importado por meio da produção de etanol como combustível alternativo. Esse programa representou um marco na história do setor, transformando o Brasil em um dos maiores produtores mundiais de etanol e promovendo a expansão das plantações de cana-de-açúcar para novas áreas, como o estado de São Paulo, que se tornou o principal polo produtor.

Nos anos 2000, o setor sucroenergético brasileiro ganhou ainda mais relevância com o aumento da demanda global por biocombustíveis, impulsionada por preocupações ambientais e pela busca por alternativas aos combustíveis fósseis. A introdução de tecnologias avançadas, como o etanol de segunda geração e o cultivo de cana geneticamente modificada, ampliou ainda mais a capacidade produtiva do setor.

Mendonça, Pitta e Xavier (2012) falam que esse período é caracterizado por um aumento na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, consolidando a cana como uma solução para a crise energética e os desafios ambientais, como o aquecimento global. Também mencionam que, durante os anos 2000, o ciclo de crescimento da indústria canavieira durou até a crise financeira de 2008, quando muitas usinas enfrentaram dificuldades financeiras, resultando em fusões e aquisições com empresas multinacionais.

No entanto, essa expansão não ocorreu sem controvérsias. O crescimento acelerado da área plantada com cana-de-açúcar tem sido acompanhado por questões como a degradação ambiental, o desmatamento, a pressão sobre as terras indígenas e tradicionais, e o aumento dos conflitos fundiários. Além disso, a concentração de terras e a mecanização intensiva têm gerado preocupações em relação à exclusão social e à perda de empregos nas regiões rurais.

Atualmente, através de dados oferecidos pela CONAB, é possível observar que o Brasil é o maior produtor de açúcar e um dos principais produtores de etanol do mundo, com o setor sucroenergético desempenhando um papel crucial na matriz energéti-

ca do país. Entretanto, o setor enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a justiça social, especialmente em um contexto de mudanças climáticas e de crescente demanda por práticas agrícolas mais sustentáveis.

1.3 Comvap e piauí: impactos da expansão do agronegócio e conflitos com comunidades locais

A Companhia de Alcool e Açúcar do Piauí, mais conhecida como Comvap, desempenha um papel central na dinâmica socioeconômica e ambiental do estado do Piauí, particularmente na região onde está inserida. Fundada em 1975, a Comvap faz parte do grupo Olho D'Água, um dos maiores conglomerados do setor sucroenergético no Brasil. A usina está localizada no município de União, no Norte do Piauí, e sua implantação marcou o início de um processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar no estado, com foco na produção de etanol e açúcar para o mercado interno e exportação (Araújo, Oliveira, Monteiro, 2017).

A Comvap é descrita como uma usina que, ao ser implantada, resultou na expropriação de populações rurais, levando à perda de autonomia e controle sobre o espaço e o processo produtivo. Muitas famílias que antes cultivavam produtos agrícolas para subsistência foram deslocadas, e suas terras foram convertidas para o cultivo de cana-de-açúcar. As pesquisas realizadas por Araújo, Oliveira e Monteiro no ano de 2017 dão conta que entre 1979 e 1986, cerca de 800 famílias foram expulsas de suas terras sem indenização, e suas moradias e plantações foram destruídas para dar lugar ao plantio de cana.

Além disso, em suas pesquisas as autoras destacam que os trabalhadores da empresa enfrentavam condições precárias de trabalho, com longas jornadas e baixa remuneração. Há relatos de que a situação de trabalho era comparável à escravidão, incluindo o uso de mão de obra infantil e acidentes de trabalho graves.

Em um dossiê intitulado “Dossiê Comvap: uma história de suor e sangue”, do ano de 1991 e que foi escrito por Amália Rodrigues de Almeida e Francisco Willams de Assis Soares Gonçalves, é possível ler o relato de um assentado e ex funcionário da Comvap que diz o seguinte:

“[...] naquela época era escravidão. Além do emprego de mão de obra infantil, a empresa também foi responsável por vários acidentes de trabalho, sendo que no ano de 1991 ocorreu um de maior proporção, quando “[...] um caminhão da COMVAP – próprio para o transporte de cana – que conduzia cerca de 70 trabalhadores, chocou-se com outro caminhão da mesma Empresa resultando em 10 mortos, 15 pessoas mutiladas e 46 feridas gravemente” (Almeira, Gonçalves, 1991, p. 7).

Mas a situação de precariedade do trabalho dentro da empresa permeia até os dias de hoje. Esse fato pode ser visto na fala de Laiane de Sousa, moradora do povoado de Zundão dos Camilos, que participou de uma entrevista conosco e relata que seu esposo trabalha na Comvap:

“Ele sai é cedo para trabalhar. Passa o dia todo no sol. Lá não tem moleza. É o dia todo trabalhando, cortando muita cana embaixo do sol, para no final ganhar muito pouco. É difícil... Tem dia que ele chega fadigado do sol quente, volta pra casa morto” (2024).

A similaridade entre os relatos, separados por quase três décadas, evidencia uma alarmante continuidade na precariedade das condições de trabalho na Comvap. Essa persistência sugere que, apesar das transformações e avanços tecnológicos ocorridos no setor sucroenergético, as melhorias não se refletiram nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores. Isso levanta questões sobre a efetividade das políticas e práticas empresariais implementadas durante esse período, e sobre a capacidade do modelo de agronegócio em promover desenvolvimento social junto ao crescimento econômico.

Além disso, a manutenção dessas condições precárias demonstra que a modernização promovida pela Comvap e outras empresas do setor tem sido seletiva, beneficiando prioritariamente os interesses corporativos e econômicos em detrimento dos direitos e do bem-estar dos trabalhadores. Esse cenário ressalta a necessidade de revisar as políticas trabalhistas e de responsabilidade social adotadas pela empresa, questionando se o desenvolvimento sustentado pela monocultura da cana-de-açúcar pode ser considerado inclusivo ou socialmente justo.

Por fim, a repetição desses relatos ao longo de diferentes décadas reforça a urgência de um debate mais profundo sobre as condições de trabalho no agronegócio brasileiro e a necessidade de intervenção por parte das autoridades públicas para garantir que o progresso econômico venha acompanhado de justiça social e melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

A Comvap é apresentada como um símbolo das transformações e dos conflitos gerados pela expansão do agronegócio no Piauí, refletindo as tensões entre o desenvolvimento econômico e os direitos das comunidades locais. A resistência da comunidade de Zundão dos Camilos diante dos impactos causados pela Comvap tem se manifestado de diversas maneiras ao longo dos anos. Segundo relato de uma das moradoras da comunidade, Dona Elisa, que é uma das quebradeiras de coco babaçu mais ativas e atuantes da comunidade, a união entre os habitantes é fundamental para enfrentar as adversidades impostas pela expansão do agronegócio sucroenergético na região. Ela descreve como, mesmo diante de inúmeros desafios, a comunidade se organiza coletivamente para proteger suas terras, preservar suas tradições e garantir a subsistência de suas famílias.

“Aqui, a gente sabe que, se não nos unirmos, vamos perder tudo. Nós nos reunimos, conversamos, buscamos apoio onde podemos, e até fazemos manifestações quando é preciso. A Comvap tem poder, mas nós temos nossa história e nossa força. Juntos, a gente consegue resistir e mostrar que não vamos abrir mão do que é nosso” (2024).

Esse depoimento ilustra não apenas a resistência ativa da comunidade, mas também a profunda conexão que os moradores têm com suas terras e tradições. A união e o apoio mútuo tornam-se elementos-chave na luta contra os impactos negativos da Comvap, fortalecendo a identidade coletiva e a determinação de Zundão dos Camilos em preservar sua forma de vida diante das pressões externas.

A presença da Comvap na região trouxe consigo promessas de desenvolvimento econômico, geração de empregos e modernização agrícola, elementos que se aliaram ao discurso de progresso defendido por autoridades e empresários locais. No entanto, essa narrativa contrasta com a realidade enfrentada por comunidades tradicionais como Zundão dos Camilos, que se viram impactadas diretamente pela expansão da usina.

Zundão dos Camilos, uma comunidade tradicional localizada nas proximidades da usina, sempre dependeu da agricultura de subsistência, da quebra do coco babaçu e de práticas sustentáveis para garantir a sobrevivência de seus moradores. Com a chegada e expansão da Comvap, essas práticas começaram a ser pressionadas, tanto pela apropriação de terras quanto pela degradação dos recursos naturais que sustentam a comunidade.

A expansão da monocultura de cana-de-açúcar pela Comvap trouxe não apenas a degradação do solo e dos recursos hídricos, mas também graves consequências para a vida animal na comunidade de Zundão dos Camilos. De acordo com o relato de um dos moradores, o uso intensivo de agrotóxicos nas plantações transformou drasticamente a maneira como os animais são criados, gerando um ambiente perigoso para a fauna local.

“A gente sempre criou os animais soltos, eles andavam por toda parte, mas agora não dá mais. A Comvap joga tanto veneno na cana que a gente teve que cercar tudo. Teve uma vez que um porco nosso comeu a vegetação envenenada e morreu. E não foi só ele, os urubus que vieram comer o porco também morreram envenenados. O veneno tá matando tudo por aqui” (2024).

Esse depoimento ilustra o impacto devastador dos agrotóxicos sobre a vida animal e a necessidade dos moradores de adaptar suas práticas tradicionais de criação para proteger os animais. A situação evidencia a gravidade da contaminação ambiental e os riscos que a comunidade enfrenta devido às práticas agrícolas da Comvap.

O paralelo entre a expansão da Comvap e a situação de Zundão dos Camilos revela uma das principais contradições do agronegócio no Brasil: enquanto o setor é promovido como vetor de desenvolvimento e progresso, as comunidades tradicionais que ocupam essas áreas por gerações enfrentam a marginalização e a ameaça à sua sobrevivência cultural e econômica. A relação entre a Comvap e Zundão dos Camilos é, portanto, emblemática dos conflitos fundiários e socioambientais que marcam a expansão do agronegócio no Piauí e em outras regiões do país.

Araújo, Oliveira e Monteiro (2017), mencionam que a instalação da Usina Comvap provocou mudanças significativas nos municípios de União, José de Freitas e Teresina.

As pesquisadoras afirmam que a usina levou à expropriação de terras e à destruição de modos de vida tradicionais, resultando na perda de autonomia e controle das comunidades locais sobre seus territórios e processos produtivos. O texto retrata o Piauí como um estado que vivenciou profundas transformações devido à expansão do agronegócio sucroenergético, com impactos significativos nas comunidades locais, nas relações de trabalho e na estrutura social da região.

Além disso, a atuação da Comvap na região também levanta questões sobre o modelo de desenvolvimento adotado no Piauí, onde o crescimento econômico está frequentemente atrelado à exploração intensiva dos recursos naturais e à concentração de terras. Para a comunidade de Zundão dos Camilos, a luta não é apenas pela preservação de suas terras, mas também pela manutenção de um modo de vida que valoriza a sustentabilidade e a convivência harmoniosa com o meio ambiente.

Este contexto evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação dos direitos territoriais e culturais das comunidades tradicionais. A resistência de Zundão dos Camilos contra a expansão da Comvap simboliza a luta mais ampla dessas comunidades por reconhecimento e justiça em um cenário de crescente pressão do agronegócio.

Considerações finais

As conclusões sobre a interação entre a Companhia de Alcool e Açúcar do Piauí (Comvap) e a comunidade de Zundão dos Camilos, assim como sobre a expansão do agronegócio no Piauí, podem ser sintetizadas em vários pontos cruciais.

Primeiramente, é evidente que a expansão da Comvap e de outras usinas sucroenergéticas no estado do Piauí gerou impactos significativos tanto no meio ambiente quanto na vida das comunidades locais. A monocultura da cana-de-açúcar tem causado desmatamento, degradação do solo e redução da disponibilidade de água, afetando diretamente a agricultura de subsistência e outras práticas tradicionais que sustentam a vida em comunidades como Zundão dos Camilos.

Em segundo lugar, os conflitos fundiários surgidos com a presença da Comvap destacam uma dinâmica recorrente no Brasil, onde o avanço do agronegócio frequentemente resulta na apropriação de terras tradicionais das comunidades locais. Esses conflitos refletem uma tensão constante entre os interesses corporativos e os direitos territoriais das populações tradicionais, evidenciando uma crescente marginalização dessas comunidades em meio à expansão econômica.

Além disso, a expansão do setor sucroenergético tem exacerbado a desigualdade social e econômica. Enquanto grandes corporações e investidores se beneficiam do crescimento do agronegócio, as comunidades locais, como Zundão dos Camilos, enfrentam um cenário de marginalização e perda de recursos essenciais para sua subsistência. A promessa de desenvolvimento econômico frequentemente não se traduz em melhorias reais para essas populações, que continuam a enfrentar desafios significativos.

Esses aspectos destacam a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e equilibradas, que harmonizem o desenvolvimento econômico com a proteção dos direitos das comunidades tradicionais e a preservação ambiental. Um diálogo mais efetivo entre os interesses do agronegócio e as necessidades e direitos das populações locais é crucial para assegurar que o crescimento econômico não comprometa a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

O desenvolvimento agrícola, quando orientado apenas para a produtividade e o lucro, pode levar a um retrocesso nas condições de vida rural, evidenciando a necessidade de um modelo que valorize a agricultura camponesa, a agroecologia e a preservação do meio ambiente. A Comvap é apresentada como um símbolo das transformações e dos conflitos gerados pela expansão do agronegócio no Piauí, refletindo as tensões entre o desenvolvimento econômico e os direitos das comunidades locais.

Finalmente, a resistência de Zundão dos Camilos representa um exemplo emblemático da luta das comunidades tradicionais para preservar suas práticas culturais e seu modo de vida frente à expansão do agronegócio. Esta resistência é uma expressão não apenas da vontade de proteger o meio ambiente, mas também de manter a identidade cultural e a coesão social da comunidade. O estudo dessa dinâmica evidencia a necessidade de um modelo de crescimento que respeite os direitos humanos e promova a sustentabilidade, equilibrando o desenvolvimento econômico com a preservação dos valores e práticas tradicionais.

Referências

ALMEIDA, Amália Rodrigues de; GONÇALVES, Francisco Willams de Assis Soares. *Dossiê COMVAP: uma história de suor e sangue*. CEPAC: Teresina, 1991.

ANDRADE, Manoel Carlos de. *Formação territorial e econômica do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagama, 2007.

ARAÚJO, Clarissa Flávia Santos; OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. *A expansão do agronegócio sucroenergético no Estado do Piauí Brasil*. Revista ESPACIOS, Vol. 38 (Nº 11), Ano 2017, Pág. 23. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a17v38n11/17381124.html>>

CEPEA-USP. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Universidade de São Paulo. *Relatório PIBAgroBrasil*. mar. 2015. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_mar15.pdf>.

COELHO, Carlos Nayro. *70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001)*. Revista de Política Agrícola, Brasília, n.3, p.3-58, jul./ago./set., 2001.

COMVAP. *Evolução de produção na COMVAP*. 2024. Disponível em: <<http://www.grupoolhodagua.com.br/2013/noticias>>.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar*. Safra 2013/14, 4º levantamento, abr., 2014. Brasília: Conab, 2014. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_04_10_09_00_57_boletim_cana_portugues_-_4o_lev_-_13.pdf>.

_____. *Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar*. Safra 2015/2016, v. 2, n. 3, dez., 2015. Brasília: Conab, 2015. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_17_09_03_29_boletim_cana_portugues_-_3o_lev_-_15-16.pdf>.

_____. *Mapas da produção agrícola: mapa da produção brasileira de cana-de-açúcar – safra 2013*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1101&t=2&Pagina_objcmsconteudos=1#A_objcmsconteudos>.

_____. *Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar*. Brasília, DF, v. 12, n. 1 abril 2024.

_____. *Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar*. Brasília, DF, v. 12, n. 2 agosto 2024.

_____. *Perfil do setor do açúcar e do etanol no Brasil /Companhia Nacional de Abastecimento*. – v. 1(2017-) – Brasília : Conab, 2017-

COSTA, Polyana Felipe Ferreira da. et al. O desenvolvimento (in)sustentável do agronegócio canavieiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, pp. 3971-3980, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014001003971&script=sci_arttext>.

DELAGADO, Guilherme Costa. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p.144.

FREITAS, Alan Ferreira; DIAS, Marcelo Miná; FREITAS, Alair Ferreira de Freitas. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: a indução de territorialidades à ação pública. *Perspectivas em Políticas Públicas*. Belo Horizonte: vol. III, nº 6, jul/dez, 2010. p. 27-58. Disponível em: <<http://revistappp.uemg.br/pdf/artigo1ppp6.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salette (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo Federal libera R\$ 24,1 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/governo-federal-libera-r-241-bilh%C3%B5es-para-o-plano-safra-da-agricultura-familiar-20142015>>.

MENDONÇA, Maria Luiza; PITTA, Fábio. T.; XAVIER, Carlos Vinicius. *A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, Ana Aracelly Lima; RODRIGUES, Juliano Ricardo Alves. Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco: 20-23 jul. 2008. 16p. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/574.pdf>>.

NACHILUK, K. *Alta na Produção e Exportações de Açúcar Marcam a Safra 2020/21 de Cana. Análises e Indicadores do Agronegócio*, São Paulo, v. 16, n. 6, jun. 2021, p. 1-5. Disponível em: < [ODERICH, Edmundo Hoppe; ELIAS, Lilian de Pellegrini; WAQUIL, Paulo Dabdab. *Expansão do agronegócio no Brasil: diferentes discursos e dinâmicas socioeconômicas no Rio Grande do Sul. Eutopia. Revista de Desarrollo Económico Territorial* N.º 16, diciembre 2019, pp. 141-158. Disponível em: < <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/download/4120/3315?inline=1>>](http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=15925#:~:text=Na%20safra%202020%2F21%2C%20a,186%20milh%C3%B5es%20de%20toneladas5.>.</p></div><div data-bbox=)

PEREIRA, Mônica Cox de Brito. *Revolução Verde*. In: CALDART, R. S. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton. “Espaços da racionalidade”: a natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 73 p. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92407/1/sge-texto-30.pdf>>.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. *A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nffl 24, mai./ago. 2010, pp. 196-240. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000200008>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In: CLACSO. *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. ¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001. pp. 31-44. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>.





Jonathas de Andrade, O Levante (The uprising) - 2013. Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução: HD Video. Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



LUIZ RUFFATO E O ÉPICO DO PROLETARIADO BRASILEIRO

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54186>

MARIA ISABEL BORDINI*

RESUMO: Este artigo se dedica à análise da obra *Inferno Provisório*, do escritor brasileiro contemporâneo Luiz Ruffato. Partindo das teorizações de György Lukács em "O romance como epopeia burguesa" e "Narrar ou descrever", retomam-se os elementos lukacsianos que constituem o caráter épico do romance, quais sejam, a tipicidade, a totalidade e a ação, e busca-se identificar se e em que medida tais elementos são constitutivos da obra de Ruffato. Enfatiza-se o aspecto da totalidade, levantando-se hipóteses sobre de que modo esses elementos se apresentariam nesse conjunto de narrativas fragmentárias e não-lineares que constituem *Inferno Provisório*. Abordam-se as diferenças estruturais entre as duas edições da obra e sugere-se a possibilidade de inserção do projeto político-literário de Ruffato no que poderia ser uma tradição do romance proletário no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Luiz Ruffato; György Lukács; épica; romance proletário.

Luiz Ruffato and the epic of the Brazilian proletariat

ABSTRACT: This article analyzes the novel *Inferno Provisório*, by contemporary Brazilian writer Luiz Ruffato. Based on György Lukács' theorizing in "The Novel as Bourgeois Epic" and "Narrate or Describe", it takes up the Lukácsian elements that constitute the epic character of the novel, namely typicality, totality and action, and seeks to identify whether and to what extent these elements are constitutive of Ruffato's work. The aspect of totality is emphasized, raising hypotheses about how this element is presented in the set of fragmentary and non-linear narratives that make up *Inferno Provisório*. The structural differences between the two editions of the work are addressed and the possibility of inserting Ruffato's political-literary project into what could be a tradition of the proletarian novel in Brazil is suggested.

KEYWORDS: Luiz Ruffato; György Lukács; epic; proletarian novel.

* Universidade Federal do Paraná

Luiz Ruffato já integra há algum tempo a cena literária brasileira, apresentando um projeto literário consistente e em boa medida provocador, bem como ambicioso. Sua obra de estreia, o livro de contos *Histórias de remorsos e rancores*, é de 1998. Seu segundo livro, *Os sobreviventes*, é de 2000. Ambos foram reelaborados a fim de integrarem o projeto *Inferno Provisório*, série de cinco volumes publicados entre 2005 e 2011 e relançada em volume único em 2016. Este artigo se dedica justamente a esta que até agora parece ser sua obra de maior impacto e sua grande contribuição à representação do que, sem grande rigor terminológico, vamos chamar de o proletariado brasileiro. “Pode parecer pretensioso, mas eu queria que o conjunto de minha obra fosse épico no sentido de que fosse a história do proletariado brasileiro”, diz Ruffato (2006, s.p.).

O posicionamento de Ruffato é explícito quanto aos temas e abordagens que escolheu desenvolver. Em entrevista a Heloísa Buarque de Hollanda, o autor revela o quanto o seu projeto literário está, desde a origem, orientado pelo que se pode chamar de um programa estético-político:

Fui programático também na descoberta do que escrever. E comecei a pensar o seguinte: “Bom, eu podia escrever sobre o que eu conheço”. E comecei a procurar a minha realidade na literatura brasileira. E levei um susto. A literatura brasileira não tem uma tradição da literatura da classe média baixa ou da operária. Só encontramos, no máximo, o pequeno funcionário. Lima Barreto trata a classe média baixa de uma maneira fantástica, mas também não é a classe média baixa que tem que bater cartão, digamos assim, ainda é o pequeno jornalista, o pequeno funcionário público. E eu comecei a perceber que talvez esse fosse um filão rico que eu poderia explorar, porque era um universo que eu conhecia muito bem. E como projeto político, eu poderia dar uma contribuição neste sentido. (Ruffato, 2006, s.p.)

A classe média baixa e o operariado brasileiro: é esta, segundo as palavras do próprio escritor, a realidade eleita por sua ficção. No seu depoimento acima, encontra-se também sugerida uma intenção de suplementação do cânone nacional. Isto é, numa manobra crítica, Ruffato aponta a suposta ausência de um lugar social determinado, o da classe trabalhadora, no imaginário coletivo brasileiro ou, pelo menos, na parcela desse imaginário que é formada pela literatura. O escritor se propõe a, em alguma medida, sanar essa lacuna.

Seu principal projeto, nesse sentido, é sem dúvida *Inferno Provisório*, uma apropriação literária da história do operariado brasileiro, desde o seu crescimento mais intensivo nos anos 50 até a sua situação nas grandes metrópoles no início do século XXI. Nesse sentido, pode-se dizer que o escritor mineiro ocupa um lugar de exceção, talvez único, no cenário da literatura brasileira contemporânea. Pois se o romance de temática proletária ocupava lugar de destaque na literatura brasileira da década de 30, ele vai escasseando nas décadas seguintes, não que a condição do trabalhador não seja mais tematizada, mas ela vem literariamente representada de modo difuso, em geral misturada a outros temas que muitas vezes acabam passando para o primeiro plano, tais como a violência urbana, o crescimento das cidades e questões de gênero.

Inicialmente, *Inferno Provisório* compunha-se, como já mencionado, de cinco volumes, editados entre 2005 e 2011. Ruffato, no entanto, é um escritor que lida com seus textos publicados como obras em progresso, modificando-as ou mesmo incorporando-as em novos projetos, numa interessante relação de provisoriedade com a própria escrita. Suas obras de estreia, *Histórias de remorsos e rancores* (1998) e *Os sobreviventes* (2000), já tinham sido reelaborados e integrados ao projeto *Inferno Provisório*. Em 2016, uma nova edição em volume único foi publicada. Esta edição mais recente, contudo, não é uma simples reunião dos cinco volumes anteriores em um só. As trinta e oito narrativas que compõem a obra foram reordenadas em outra sequência, várias foram reescritas e a estrutura anterior em cinco partes também foi reelaborada. Mas, antes de falar da nova versão, bem como de suas implicações para o projeto de Ruffato — ressalte-se que o aspecto formal e estrutural da narrativa remete à necessidade, já declarada pelo autor, de reinvenção da forma romance para tratar de uma realidade (a da classe operária) alheia à origem do gênero (já que o romance seria o gênero burguês por excelência), cabe contextualizar e apresentar a obra no seu projeto original.

A pentalogia *Inferno Provisório*, em sua versão inicial de cinco volumes, se desdobra nestes cinco movimentos: *Mamma, son tanto felice* (2005) retrata o êxodo rural nas décadas de 50 e 60; *O mundo inimigo* (2005) apresenta a fixação do primeiro proletariado em Cataguases, uma pequena cidade industrial de Minas Gerais (cidade natal do escritor, por sinal), durante a década de 60 e começo da de 70; *Vista parcial da noite* (2006) expõe os conflitos entre o campo e a cidade nos anos 70 e 80, período de um exponencial e caótico crescimento urbano; *O livro das impossibilidades* (2009) registra

algumas das principais mudanças culturais e comportamentais das décadas de 80 e 90; *Domingos sem Deus* (2011), por fim, dá um panorama das condições de existência do trabalhador brasileiro no início do século XXI.

Esta primeira versão da obra apresenta, portanto, um aspecto de linha do tempo que na versão unificada se perde um pouco, uma vez que, reordenadas as narrativas, cenários de uma Cataguases mais rural se alternam com imagens de uma província que já sofre mais os influxos de capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. Quer dizer, na edição definitiva do texto, temporalidades distintas convivem e se fundem, demonstrando a evolução e ao mesmo tempo o que há de continuidade, de permanência na trajetória do proletariado brasileiro. Na primeira versão da obra, cada volume pode ser lido de maneira independente. O próprio Ruffato afirma que “cada volume do *Inferno Provisório* é totalmente autônomo e dentro de cada volume as histórias são totalmente autônomas”¹. Entretanto, já nessa primeira versão encontra-se a intencionalidade de produzir uma narrativa unificada, um *romance coletivo*, como o autor menciona e, portanto, as histórias se comunicam e os personagens reaparecem. Esse caráter coletivo —essa estrutura de épico do proletariado brasileiro, encontra-se melhor realizada na edição unificada da obra.

Com efeito, na edição original, as trinta e oito narrativas que compõem *Inferno Provisório* podem ser lidas como contos que, ainda que tenham um tema e pano de fundo comum, girando sempre em torno da vida da classe trabalhadora de Cataguases, se apresentam com relativa independência.

Na edição em volume único, o caráter unificado e coletivo da obra, isto é, o aspecto de narrativa de uma coletividade, fica mais evidente. A articulação entre várias das narrativas e a relação entre personagens, que aparecem e reaparecem, se torna mais forte. Há alguns personagens que exercem o papel de costura entre as histórias, que reincidentem em algumas das narrativas, e isso se torna mais claro ao leitor nessa última versão do texto. Pois a reunião num corpo único, assim como a reordenação das narrativas, torna esses momentos de retomadas de episódios e personagens mais significativos para o leitor.

Outra diferença importante a se ressaltar é, a ausência, nesta segunda edição, da variação tipográfica que se encontra em diversas narrativas na primeira edição, e cuja função é marcar, graficamente, a alternância entre o discurso do narrador e dos personagens, bem como, por vezes, entre temporalidades distintas. Seguindo um

¹ Depoimento retirado de entrevista divulgada em: TRIGO, 2011, s. p.

procedimento composicional que é fundamental em *Eles eram muitos cavalos* (2001), obra anterior e talvez uma das mais célebres do escritor, a primeira versão de *Inferno Provisório* investe nessa mesma representação mais direta (isto é, sem a mediação do narrador) de uma pluralidade de vozes, representadas por meio de diferentes recursos gráficos, como negrito, itálico e outras fontes tipográficas. Essa demarcação gráfica da pluralidade discursiva parece estar a serviço da escolha temática e do aspecto político da proposta de Ruffato — denunciar a ausência de representação literária do proletariado. Ao ser significativamente reduzida na edição atual, se por um lado o texto perde um pouco daquele caráter plural — interessante como recurso de representação da coletividade, por outro lado a unidade do texto cresce e o elemento coletivo adquire um caráter mais orgânico, afastando o risco de uma certa artificialidade que a variação tipográfica da versão anterior poderia acarretar.

Quer dizer, a escolha desta nova edição parece dizer que se torna desnecessário demarcar o elemento coletivo da obra na camada mais superficial do texto, a da apresentação gráfica, uma vez que esse já se coloca na estrutura plural e cíclica da obra. Isto é, ao mesmo tempo em que o texto se fragmenta numa sequência de histórias em que os personagens e situações vão se multiplicando, essa multiplicidade possui um caráter de conjunto, de todo, que se fortalece pelo estabelecimento de uma instância narrativa organizadora do texto (que a teoria pode chamar de autor implícito), a qual se torna mais evidente com o abrir mão da variação tipográfica presente na edição anterior.

As mudanças realizadas na última versão fortalecem, ainda, a intencionalidade épica da obra, enunciada por Luiz Ruffato na citação já reproduzida: “eu queria que o conjunto de minha obra fosse épico no sentido de que fosse a história do proletariado brasileiro” (Ruffato, 2006, s.p.). O projeto de escrever o épico do proletariado brasileiro passa diretamente pela questão do gênero narrativo, mais especificamente pela necessidade de repensar e redesenhar a forma romance. Uma questão que acompanha o escritor desde o início de sua produção, como ele declara na já mencionada entrevista a Heloisa Buarque de Hollanda:

Como posso escrever sobre a classe média baixa, sobre o proletariado usando a forma, o gênero do romance, que foi criado para dar uma visão de mundo da burguesia? Essa era uma contradição imensa e passei muito tempo tentando resolvê-la. (...) Percebi então que na mesma época que nasce o “romance”, o romance burguês, nasce também um

anti-romance. Com [Laurence Sterne], com Xavier [de Maistre] e vai formar uma tradição paralela. Me afundei nesse tipo de literatura, para entender como é que ela funcionava. (Ruffato, 2006, s.p.)

O caráter épico desse projeto de Ruffato é a questão sobre a qual este artigo se debruça, a partir da análise da última versão de *Inferno Provisório*.

Para examinar esse caráter épico, é relevante lançar mão de algumas teorizações consagradas acerca da épica e do romance. Tenho em mente o texto clássico de Lukács, “O romance como epopeia burguesa”, em que o filósofo desenvolve a ideia, originalmente formulada por Hegel, da epopeia como o gênero associado a uma experiência de totalidade, e do romance como o seu sucedâneo no período de ascensão da burguesia como classe hegemônica. Remeto-me também a “Narrar e Descrever”, em que Lukács distingue esses dois modos de composição e aponta a narração como responsável pelo caráter épico do texto literário, pois somente através da *praxis* é que a humanidade das personagens se revelaria.

Lukács critica o romance da segunda metade do século XIX porque nele é a descrição, e não mais a narração, que se torna o princípio de composição fundamental. É com esses dois textos que busco dialogar. Parece-me relevante ter em vista as considerações que Lukács aí desenvolve a partir de Hegel, numa guinada materialista de alguns de seus principais conceitos, pois a ideia do romance como um gênero inicialmente burguês, cujo caráter épico se declina à medida que a burguesia deixa de ser a classe revolucionária, é uma ideia com a qual dialogam os escritores que em alguma medida entram em contato com as premissas do realismo socialista, incluindo os escritores brasileiros que, na década de 30, estão às voltas com o chamado romance proletário. Assim, não é que se pretenda tomar as teorizações de Lukács como formulações incontestáveis ou categóricas sobre o romance, mas parece-me que, no que diz respeito à figuração da experiência do trabalho na literatura ocidental, e especialmente para uma tradição que está em interlocução com o realismo socialista, como em alguma medida parece ser o caso da vertente brasileira do romance proletário instaurada na década de 30 (vertente com a qual o projeto de Ruffato inevitavelmente dialoga), a proposta lukácsiana deve ser colocada em cena e em debate.

“O romance como epopeia burguesa”, originalmente publicado em 1935, parte da consideração de Hegel de que o romance seria o gênero que, na época burguesa, corresponde à epopeia. Nessa visão, o romance deixa de ocupar um lugar inferior no

sistema dos gêneros, reconhecendo-se o seu caráter típico e dominante. Hegel opõe ao caráter poético do mundo antigo o caráter prosaico da sociedade moderna burguesa. Naquele, o indivíduo só faz sentido no todo. Nesta, o indivíduo responde apenas por suas próprias ações.

Os homens modernos caracterizam-se por agirem para si, estão separados das finalidades da totalidade. Esse quadro histórico-filosófico, apresentado por Hegel, impede o florescimento da poesia, que cede terreno para a prosa linear. Hegel apresenta o tempo antigo como marcado pela falta de autonomia das forças sociais e do indivíduo, é nesse panorama que nasce a epopeia, num cenário em que o homem antigo só tinha consciência de si quando em comunhão com o todo.

Nessa perspectiva, poesia e civilização são incompatíveis, entretanto, segundo Hegel, seria justamente função do romance mitigar essa contradição. Grosso modo, as duas formulações fundamentais da filosofia clássica alemã acerca do romance são: o entendimento acerca do rebaixamento das atividades espirituais e sociais, como arte e poesia, em detrimento do avanço técnico-material; e a compreensão do distanciamento de qualquer possibilidade de criação de uma épica moderna aos moldes de Homero.

Não obstante essa impossibilidade, para Hegel o romance é o gênero que objetiva os mesmos fins da epopeia antiga, mas não pode se concretizar nesse sentido porque o contexto histórico-filosófico não permite a realização plena das finalidades épicas. Nisso o acompanha Lukács (2009, p. 202): “A contradição da forma romance reside precisamente no fato de que o romance, como epopeia da sociedade burguesa, é a epopeia de uma sociedade que destrói as possibilidades da criação épica.”

Para Hegel, o objeto de representação do romance deve ser a luta do indivíduo contra a realidade prosaica; o efeito dessa luta se manifesta numa convergência entre civilização burguesa e poesia. O romance, assim, faria o meio de campo entre a poesia e o prosaísmo da vida burguesa e, de acordo com Hegel, serviria como meio de educação do indivíduo para a vida na sociedade moderna burguesa.

Diante disso, pode-se dizer que os dois elementos chave que Lukács credita à estética do idealismo clássico no campo da teoria do romance são: a relação entre epopeia e romance, que se estabelece nos seguintes termos: toda grande arte romanesca encontra sua poeticidade na impossibilidade de realização do ideal épico; e a consciência de que o romance é um gênero original, novo, devido à diferença histórica entre este e o épico.

Como já afirmado, para Lukács, o romance compreende uma contradição interna, pois, enquanto epopeia da sociedade burguesa, é a epopeia de uma sociedade que destrói as próprias possibilidades da criação épica. Contudo, a partir das novas possibilidades suscitadas pelo mundo burguês, o romance se torna o representante típico da expressão da vida burguesa:

É no romance, ademais, que as contradições específicas da sociedade burguesa têm sido figuradas do modo mais adequado e mais típico. As contradições da sociedade capitalista fornecem, assim, a chave para a compreensão do romance enquanto gênero. (Lukács, 2009, p. 202)

Para Lukács, o pressuposto da forma romanesca é a representação das contradições que nascem no interior da vida burguesa e, que se constituem a partir do antagonismo de classe entre aqueles que possuem bens e aqueles desprovidos destes. Dado isso, a vida privada torna-se a matéria do romance por excelência.

Outro elemento fundamental da concepção lukácsiana sobre o romance é a ação, conceito chave por trás da distinção entre narrar e descrever. A ação é um elemento fundamental do romance, pois permite o reflexo adequado da realidade e o status de epicidade da narrativa. As condições de nascimento da ação, bem como sua forma e conteúdo, são determinados “pelo grau de desenvolvimento da luta de classes” (Lukács, 2009, p. 209). Quando a ação é reduzida, como é o caso do romance naturalista do século XIX — que Lukács critica por privilegiar a descrição ao invés da ação, a verdade social que só pode ser revelada pelo embate entre personagem e realidade objetiva, não pode mais ser refletida adequadamente.

É típico desse período (o século XIX) a ideia, influenciada pelo positivismo, de que a literatura é uma ciência. Tal ideia, na perspectiva de Lukács, só viria a subsidiar uma visão do homem como produto mecânico, tanto do ambiente quanto da hereditariedade. Esse modo de representação da realidade pela literatura aponta para uma atitude passiva do escritor em relação à matéria representada e ao mundo. Lukács conclui que o reflexo da realidade gerado pelo romance naturalista é deformado. Seus autores representam, ainda que involuntariamente, a inumanidade própria do sistema capitalista e seus personagens, e acabam por suavizar uma possível revolta contra a desumanização do homem. Assim, Lukács se afasta da ideia hegeliana do romance como educação do indivíduo para o mundo moderno. Pois o romance, como epopeia burguesa, nasce já com as sementes da sua dissolução.

O caráter épico do romance só floresceria à medida que se manifestasse o desenvolvimento de consciência da classe proletária. Lukács parte do pressuposto de que o problema central da estética do romance consiste na questão da degradação do homem na sociedade burguesa capitalista. A luta de classes do proletariado faria surgir um mundo em que a atividade espontânea dos homens pode se desenvolver com heroísmo. Dessa maneira, o operário consciente só pode ser figurado como um herói positivo. Portanto, esse novo tipo de romance passaria a resgatar características da epopeia adaptadas a uma nova perspectiva histórica nascente, a da edificação da sociedade comunista:

Esse novo desabrochar dos elementos da epopeia no romance não é uma simples recuperação artística da forma e do conteúdo da antiga epopeia (da mitologia, por exemplo), mas nasce necessariamente da emergente sociedade sem classes, sem romper as ligações com o desenvolvimento do romance clássico. (Lukács, 2009, p. 239)

Lukács vê, portanto, na ascensão da sociedade comunista a oportunidade de restauração do caráter épico do romance. O representante mais grandioso dessa fase seria Górkí, cuja importância para Lukács é fundamental, pois ele carrega tanto as influências dos grandes romancistas realistas, como Tolstói, quanto a reelaboração rumo às representações do realismo socialista.

Não obstante as limitações que o contexto histórico-social impõe às teorizações de Lukács, especialmente à sua consideração, de caráter teleológico, de que o realismo socialista seria o ponto máximo de desenvolvimento do romance, a descrição do teor épico na sua relação com a forma romance me parece dotada de um valor heurístico pertinente para o exame da questão. Especificamente, para a discussão de um possível caráter épico da obra de Ruffato. Resumindo, Lukács, bebendo na tradição da filosofia clássica alemã, concebe a epopeia como o gênero atrelado a uma visão de totalidade. O romance assume a função de epopeia da era burguesa no contexto da burguesia revolucionária, a que derruba o Antigo Regime. É neste momento da “burguesia vitoriosa” que o romance assume a preocupação de fornecer uma visão da sociedade enquanto todo. Quer dizer, a matéria do gênero romance se volta à autoafirmação da burguesia, impregnada, não obstante, de uma dose de autocritica. Nesse momento, a realidade cotidiana e a vida privada do burguês se tornam a matéria por excelência a ser representada pelo romance. Tipicidade (isto é, a construção de personagens típicos) e ação

são os recursos fundamentais para que o romance possa representar as contradições da sociedade burguesa. E estes são elementos fundamentalmente ligados ao caráter épico.

Contudo, com o estabelecimento da burguesia como classe dominante, o gênero romance, antes associado a um impulso totalizante da burguesia revolucionária, vai perdendo o status épico. Quanto mais profundamente é refletida a luta da burguesia pela liberdade e autonomia, mais essa classe se recolhe em seu interior e desagrega a forma narrativa própria do realismo. O que resulta numa literatura que prima, progressivamente, pela descrição em detrimento da narração. Tem-se, como consequência, o desmoronamento da forma épica.

Dado isso, a questão que se pode colocar é: Ruffato consegue executar o romance como epopeia, por meio de recursos como a perspectiva de totalidade, a tipicidade e a ação?

Primeiramente, deve-se comentar a relação do texto de Ruffato com o gênero romance, propriamente. *Inferno Provisório* se afasta do formato romance mais tradicional, uma vez que não se constitui de uma única narrativa, mas de trinta e oito histórias, que podem ser lidas como contos, organizadas, na última edição, a unificada, em quatro partes, além de um prólogo, o conto “Uma fábula”, e um epílogo, a narrativa “Outra fábula”. Esses contos, como mencionado, estão conectados por cenários e personagens em comum. Um dos cenários que mais fortemente promove essa conexão é o Beco do Zé Pinto, uma espécie de cortiço na cidade de Cataguases, onde vários personagens habitam ou habitaram em algum momento de suas vidas. Essa estrutura fragmentada, mas que ainda assim conserva um *ethos* de unidade, me parece ser a forma possível, na atualidade, de executar uma epopeia do proletariado. Quer dizer, a dissolução do romance em uma fragmentação de vozes vem como um recurso útil, quicá necessário, para falar de um fator coletivo e de circunstâncias econômicas e sociais que vão se repetindo e se acentuando com o tempo. Além disso, a estrutura fragmentária da obra é, como o próprio Ruffato enuncia, uma maneira de captar a intensidade das transformações socioeconômicas associadas ao acelerado e tardio processo de industrialização do país e à formação de uma classe proletária propriamente. A fragmentação do texto, implodindo o formato tradicional do romance, seria um modo de representar, na estrutura do texto, a multiplicação e também a precarização tanto das relações de trabalho quanto dos modos de existir num Brasil transformado pela modernização excludente.

A esse respeito, Ruffato se pronuncia, ainda em consideração à primeira versão da obra *Inferno Provisório*:

assumo o risco de problematizar também o conceito de romance – como acompanhar a vertigem transformadora dos últimos 50 anos sem colocar em xeque a própria estrutura da narrativa? Assim, cada volume é composto de várias histórias, unidades compreensíveis se lidas separadamente, mas funcionalmente interligadas, pois que se desdobram e se explicam e se espriam umas nas outras. Personagens secundárias aqui, tornam-se protagonistas ali; personagens apenas vislumbradas ali, mais à frente se concretizam. E a linguagem acompanha essa turbulência – não a composição, mas a decomposição. (Ruffato, 2006, p. 160)

Desse modo, parece-me que, se há uma experiência de totalidade que subjaz à composição do texto de Ruffato, trata-se de uma experiência marcada pelo esfacelamento de trajetórias individuais afetadas pela precariedade socioeconômica. Trajetórias individuais, mas ainda assim unificadas por um mesmo substrato social. Quer dizer, a ideia de totalidade aparece na obra de Ruffato intrinsecamente associada à ideia, senão de consciência de classe, ao menos de unidade de classe. Isto é, ainda que os personagens não manifestem (ou nem sempre manifestem) consciência de classe no sentido de uma percepção mais clara e organizada das estruturas de segregação e exploração do trabalho a que estão submetidos, há um forte senso de compartilhamento das mesmas condições sociais, o qual se intensifica em narrativas como “Era uma vez” e “Outra fábula”, em que o protagonista, que se repete nas duas histórias, contrasta sua origem interiorana pobre com o cenário da cidade grande e, especialmente no segundo conto, com cenas da vida da classe média.

A ideia de totalidade parece ser também reforçada, no texto de Ruffato, pela sua estrutura em alguma medida circular. A obra se abre com a narrativa intitulada “Uma fábula”, que tem como cenário uma comunidade de descendentes de imigrantes italianos pobres e que conta a história de Micheletto, um pequeno proprietário rural, e sua família. Violência paterna, mãe escravizada e enlouquecida pela função reprodutiva compulsória e decadência do mundo rural, são os principais elementos abordados. Já o conto que fecha a obra tem como título “Outra fábula” e apresenta um cenário oposto ao do primeiro: o jornalista Luís Augusto, filho de uma família operária de Cataguases, numa espécie de crise da meia-idade, repassa sua trajetória de tenta-

tiva de ascensão social, que o levou do interior de Minas Gerais a uma vida de classe média em São Paulo. Reavalia também sua tentativa, inglória, de romper suas raízes com Cataguases e com a origem proletária. Quer dizer, o cenário apresentado no conto de abertura, e que a princípio pareceria superado pela trajetória de *self-made man* de Luís Augusto, revela-se incrustado neste personagem e atualiza-se como o reverso do seu esforço constante em “banhar-se em águas que eliminassem aquela tênue camada que recobria-lhe a pele, denunciando suas origens, o sotaque, a timidez, a roupa mal-ajambrada, a ignorância, enfim, um mundo antigo do qual buscava ávido escapar” (Ruffato, 2016, p. 405). Esse “mundo antigo”, apresentado na narrativa de abertura do livro, cujo arcaísmo se estabelece não apenas pela oposição entre urbano e rural, mas principalmente pelo contraste entre a precariedade socioeconômica (e existencial) dos personagens que povoam o restante das histórias, e a estabilidade do mundo que Luís Augusto sonhara alcançar, esse mundo antigo costura todas as narrativas, contrabalançando a fragmentação da obra com um elemento de unidade.

O personagem Luís Augusto, que encerra o volume, é ainda relevante para conferir o senso de totalidade que fortalece o aspecto épico do texto, porque é uma daquelas figuras que aparece ou é mencionada em outras narrativas. Seu irmão mais velho, Lalado, é o protagonista do conto “Roupas no Varal”, da segunda parte do livro, e Luís Augusto, então chamado de Guto, protagoniza a narrativa “Era uma vez”, na quarta parte do livro, em que, ainda menino, vai com o pai visitar a madrinha em São Paulo. Na narrativa final, “Outra fábula”, é que tomamos consciência das marcas que essa viagem gravou no personagem: “A viagem com o pai para São Paulo, uma semana cravada em seu coração simples, a certeza de que, a partir de então, Cataguases afundaria, lenta e inexoravelmente, numa terrível agonia, até morrer um dia [...]” (Ruffato, 2016, p. 402). Mas Cataguases não morre, surge como uma marca indelével não apenas na trajetória de Luís Augusto, mas, simbolicamente, na do país, como imagem de uma realidade que não pode ser ignorada ou esquecida, como o protagonista desejaria, nem mesmo diante de “histórias de superação”, como é o seu caso. Porque no fim essas histórias, como exceções à regra que são, apenas demonstram a permanência daquilo que se desejaria superar.

Outro ponto interessante, conectado à questão da totalidade, concerne aos títulos das histórias supracitadas, “Uma fábula”, “Era uma vez”, “Outra fábula”. Como mencionado, essas narrativas se destacam estruturalmente na obra de Ruffato por fun-

cionarem como pontos de amarra no texto. Parece significativo que os títulos remetam ao universo do fantástico, do fabular, o que ironicamente contrasta tanto com a realidade retratada quanto com o caráter de denúncia do projeto literário do escritor em geral. Esse contraste irônico pode ter por objetivo enfatizar a proposta política da literatura de Ruffato: unir o ficcional à necessidade de intervenção no real. Ao mesmo tempo, os títulos sinalizam, aparentemente, para a ideia de legitimação da atividade literária enquanto instância de posicionamento político-ideológico. Quer dizer, vão de encontro à ideia de uma literatura “imparcial”, descolada da realidade histórico-social e, nesse sentido, atualizam o espírito épico ao confirmarem o poder da literatura de, ao falar do irredutível e do particular (o indivíduo), falar também do histórico e do geral (o coletivo). Esse movimento, do particular para o geral, me parece ser algo que Lukács aponta como imanente ao caráter épico, ao tratar dos recursos da totalidade, da tipicidade e da ação. “Somente quando o homem age em conexão com o ser social é que se expressa sua verdadeira essência, a forma autêntica e o conteúdo autêntico de sua consciência”, diz Lukács (2009, p. 205). E também:

A fantasia poética do narrador consiste precisamente em inventar uma história e uma situação nas quais se expresse ativamente esta “essência” do homem, ou seja, o elemento típico do seu ser social. Através deste talento inventivo, que pressupõe naturalmente uma profunda e concreta penetração nos problemas sociais, os grandes narradores podem criar uma representação global de sua sociedade da qual - como diz Engels de Balzac † é possível, “mesmo no que respeita aos pormenores econômicos”, aprender mais do que “em todos os livros de historiadores, economistas e profissionais de estatística da época”. (Lukács, 2009, p. 205-206)

O elemento típico, como característico da epopeia, é compreendido por Lukács como problemático no romance. Isto é, se na epopeia há a “ligação imediata entre o público e o privado” (Lukács, 2009, p. 208-209), o que resulta “na unidade imediata, nos personagens da epopeia e do drama antigos, do universal e do particular, do típico e do individual” (Lukács, 2009, p. 208-209), na vida moderna, e por consequência no romance, essa unidade imediata não é alcançável. Pois, enquanto no mundo antigo, o mundo da epopeia homérica, “o indivíduo situado no centro da narração podia ser típico ao expressar a tendência fundamental de toda a sociedade” (Lukács, 2009, p. 206), no mundo moderno, caracterizado pela desagregação da sociedade tribal, o indivíduo expressa a contradição típica no interior da sociedade. Quer dizer, como as ações e

características dos indivíduos não podem mais representar a sociedade enquanto um todo, não podem mais se tornar típicas de toda a sociedade, cada indivíduo passa a representar uma das classes em conflito. Ou seja, parece que a tipicidade no romance, ao contrário da epopeia, não está mais atrelada a uma experiência de totalidade, mas sim de fratura no coletivo, de disjunção.

“A criação de personagens típicos (e de situações típicas) significa, portanto, a figuração concreta das formas sociais: significa um novo renascimento † que não seja pura imitação mecânica † do *pathos* da arte e da estética antigas” (Lukács, 2009, p. 208), segue Lukács. Diante disso, talvez se possa afirmar que o formato da obra de Ruffato — múltiplas narrativas que se entrelaçam, múltiplos personagens, significa não apenas uma tentativa de superação do personagem típico do romance burguês — o indivíduo atomizado — em conflito com o conjunto social e a sua substituição por um personagem coletivo, mas é também a multiplicação de situações típicas da disjunção social que é o substrato histórico-material do gênero romance. Assim, se não há um personagem principal cujo destino encarna as contradições fundamentais da sociedade, já que a proposta de Ruffato é construir um personagem coletivo, o conjunto de personagens e situações figurados em *Inferno Provisório* parece ter por intuito operar aquilo que o personagem típico realiza no romance tradicional. Novamente, nas palavras de Lukács,

O personagem é típico não porque é a média estatísticas das propriedades individuais de um certo estrato de pessoas, mas porque nele † em seu caráter e em seu destino † manifestam-se as características objetivas, historicamente típicas de sua classe; e tais características se expressam, ao mesmo tempo, como forças objetivas e como seu próprio destino individual. (Lukács, 2009, p. 211)

Assim, é o coletivo, o conjunto de destinos individuais interligados por uma mesma base histórico-material, cuja ação, em *Inferno Provisório*, concretiza as relações sociais disjuntivas em questão. Desse modo, a ação, que seria o modo mais adequado de figurar a relação do homem com a sociedade, acompanha o destino não de um personagem, mas consiste numa vertigem de acontecimentos em teia. O que, novamente, restaura o elemento coletivo tão imanente na epopeia original.

A fim de que essas considerações sobre o caráter épico de *Inferno Provisório* deixem o nível da abstração e se tornem mais concretas, cabe desenvolver ainda um pouco mais aquilo que já foi dito sobre a estrutura do livro.

Como mencionado, a primeira edição da obra era composta por cinco volumes, cujos títulos eram: *Mamma, son tanto felice*; *O mundo inimigo*; *Vista parcial da noite*; *O livro das impossibilidades*; *Domingos sem Deus*. Essa estrutura foi parcialmente aproveitada na nova edição, que se divide agora da seguinte maneira: um prólogo, a narrativa “Uma fábula” (que antes abria o volume *Mamma, son tanto felice*); quatro partes, intituladas “O mundo inimigo” (com narrativas que integravam *Mamma, son tanto felice*, *O mundo inimigo* e *Vista parcial da noite*), “Vista parcial da noite” (composta por narrativas do livro de mesmo título, *Mamma, son tanto felice* e *O mundo inimigo*), “Um céu de adobe” (título novo em relação à organização anterior, acolhe narrativas de *Mamma, son tanto felice*, *O livro das impossibilidades*, *O mundo inimigo* e *Vista parcial da noite*) e “Domingos sem Deus” (com narrativas do livro de mesmo título, bem como de *O mundo inimigo*, *Mamma son tanto felice* e *O livro das impossibilidades*); e, por fim, à guisa de epílogo, a narrativa “Outra fábula”, que anteriormente fechava o volume *Domingos sem Deus*.

Notamos que, da estrutura original, foram eliminados os títulos *Mamma, son tanto felice* e *O livro das impossibilidades*. Foi introduzido um novo título, que corresponde à terceira seção da nova edição, “Um céu de adobe”. Ao invés de cinco partes, a obra agora se organiza em quatro, mais um prólogo e um epílogo. Uma estrutura mais enxuta que, parece-me, conferir maior unidade e organicidade ao texto. A retirada do título em italiano, que fazia referência a um passado relativamente recente e fundamental na formação da classe trabalhadora brasileira, o da imigração, a princípio arrefece na obra a presença dessa passagem de nossa história. Contudo, as cenas que reconstituem uma comunidade de imigrantes italianos pobres permanecem dispersas ao longo de todo o volume. O que se dá é a amenização de um registro mais cronológico, mais histórico, da formação da classe trabalhadora, em prol de um maior investimento em índices de literariedade, tais como a dispersão e a onipresença desse Brasil mais rural ao longo do volume todo, ao invés da sua concentração na primeira parte, como na versão anterior da obra. Essa dispersão e ao mesmo tempo a constante retomada desse substrato histórico-social contribuem, novamente, para o senso de unidade e para a perspectiva de totalidade do texto. E constituem, aparentemente, uma maior aposta na literariedade do texto, em relação à primeira edição, uma vez que representam um aumento na complexidade estrutural da obra.

Outro elemento importante acerca da estrutura do texto diz respeito ao aspecto circular envolvido nas narrativas de abertura e encerramento do livro. O conto “Uma fábula” enquadra majoritariamente a realidade da opressão patriarcal, personificada na figura de Micheletto, colono italiano, senhor absoluto da mulher, filhos e criações, que chega a assassinar uma das filhas por esta lhe desafiar o domínio entregando-se a um forasteiro. O contraponto ao Pai Micheletto é André, o filho mais novo, cujo relato do “parto difícil” abre esta primeira narrativa. A história termina com a descrição do jovem André, que se apresenta com elementos de modernidade que se contrapõem ao universo rural e arcaico representado pelo pai:

[...] de dia esculachado em dentro do brim e da camisa de manga comprida riscada, bota dura no pé, chapéu de palha esfiapado, cigarro sem filtro margando o céu da boca, mas, depois, lavados os pés, a cara, os braços e as partes, virava outro, iludido em cima da sua Göricke, espelhos retrovisores e campainha trim-trim no guidão, punhos franjas multi-coloridas, limpa-raios nas rodas, paralamas e capa de selim com escudos do Botafogo, farol de dínamo, muda de roupa limpa, dentes brilhosos, cabelos finos assentados com Brylcreem, perfume ordinário no cangote, enfiando-se pelas cinco ruas, Tarde!, Tarde! [...]
(Ruffato, 2026, p. 21)

A figura de André fora do contexto do trabalho, festivo e cordato, contrasta até fisicamente com a do pai, mal-cuidado, bronco e intimidador, “tão esquisito que, ao cruzá-lo no calçamento, os conhecidos, garimpando os chãos, soltavam um muxoxo, que era um cumprimentar não cumprimentando” (Ruffato, 2016, p. 18). Além disso, André é o filho que quer ir embora, aventurar-se na “cidade grande”. Representa a ânsia de superação do mundo paterno, como se sugere no seguinte trecho, ao final da narrativa:

(...) um dia encorajar-se, aventurar em Ubá, dizem que cidade grande, de amplas modernidades, espiava o ônibus resfolegante na praça, Cataguases-Ubá, janelas pintadinhas de olhos, baixava a canga, iria ainda, deixa estar, arrumava emprego numa fábrica de móveis, ganhava dinheiro, punha um implante de dente de ouro na boca, e, depois, depois sim, caçava uma noiva, casava, pois, a que outro fim se destina a vida? (Ruffato, 2026, p. 22)

Mas essa superação do mundo paterno parece ser algo ilusória, primeiro porque a partida de André, sempre adiada, talvez nunca se concretize, depois porque suas expectativas de uma nova existência no fundo não fogem muito ao modelo paterno. Caçar uma noiva, casar, como se diz ao final do trecho reproduzido, ressoa o projeto

do Micheletto Pai que, depois de adquirir sua propriedade e de se estafar construindo morada e preparando-a para a produtividade, saiu “de casa em casa da colônia caçando a eva que iria povoar aquele mundo virgem de vozes” (Ruffato, 2016, p. 18). À escolhida, mãe de André, não se reserva, contudo, sorte feliz, pois Micheletto trata de isolá-la e levá-la à loucura,

algemando-a nos cordões umbilicais de gravidezes sem fim, largando-a desamparada a minguar num quarto de portas e janelas trameadas por fora, de onde saiu, anciã aos trinta e cinco anos, rija enrolada numa toalha de mesa, tão pássara que até o vento insistia em carinhá-la na derradeira viagem de carro de boi cantador até a igreja de São Sebastião. (Ruffato, 2026, p. 20)

Assim, ainda que os desejos de evasão do rapaz carreguem em alguma medida a negação ao universo arcaico e patriarcal representado pelo Micheletto, esse universo não deixa de ressoar na linha de continuidade inerente à ideia, embutida no projeto de casamento de André, de que a propagação da descendência é, afinal, o fim a que se destina a vida.

Se “Uma fábula” apresenta o impulso de evasão, corporificado em André, o rapaz que quer ir embora, “Outra fábula”, a narrativa que encerra *Inferno Provisório*, apresenta a concretização desse impulso, ao contar a história de Guto, o rapaz que foi embora de Cataguases tentar a sorte em São Paulo. Essa estrutura circular lembra, inclusive, de algum modo, a estrutura de *Corpo de Baile*, de Guimarães Rosa, em que o menino Miguilim de “Campo Geral” retorna como o adulto Miguel em “Buriti”. Na primeira novela ou conto, há também um desejo de evasão ou expansão, que se manifesta, por exemplo, na tristeza da mãe de Miguilim por não enxergar o que há detrás dos morros. Esse movimento de expansão se concretiza com a partida de Miguilim do Mutum, ao final. Em “Buriti” temos uma espécie de retorno ao ponto de partida, pois o menino que vem do sertão, mas que cresce na cidade, agora encara seu passado e o defronta com aquilo que ele se tornou, buscando, então, reconstruir sua identidade. Pode-se dizer que o enfrentamento se coloca nos seguintes termos: Miguel é filho do sertão, pois cresceu no Mutum, e também da cidade, pois lá se formou e se transformou em representante do saber intelectual.

Um enfrentamento similar se coloca para Luís Augusto, o Guto de “Outra fábula”. Como já comentado, o personagem também protagoniza a narrativa “Era uma

vez”, em que, adolescente, visita a cidade de São Paulo na companhia do pai, ocasião em que o sentimento de inferioridade e insegurança que surge do confronto entre sua origem interiorana e a megalópole lhe ocorre pela primeira vez e, conforme vamos saber na narrativa que fecha a obra, o faz refém por toda sua vida. Assim, embora aqui não se trate do mesmo personagem que abre e fecha o livro, operando, como em *Corpo de Baile*, uma espécie de retorno ao ponto de partida, esse retorno se coloca de outra forma: pela impossibilidade de superação do cenário de privações e arcaísmo que se apresenta no primeiro conto. Ou, em outras palavras, pela permanência desse cenário mesmo num espaço associado a índices de modernidade e desenvolvimento, como a cidade de São Paulo, indicando com isso a continuidade das relações de exclusão e violência não apenas no plano individual, representado pela dificuldade de Luís Augusto de processar e aceitar seu passado em Cataguases, mas também no plano coletivo, que se concretiza no cenário múltiplo e caótico da capital paulistana.

Ao fechar o livro com a história de um “caso de sucesso”, o menino que sai de um contexto de privação e se faz na vida, a obra parece não só colocar em evidência a exceção que confirma a regra (pois para cada Luís Augusto há muitos outros que não têm a mesma sorte, como demonstram quase todas as narrativas anteriores), mas também relativizar a própria ideia de sucesso, uma vez que a trajetória individual de Guto não elimina a realidade da qual ele provém. O André de “Uma fábula” permanece enraizado no Luís Augusto de “Outra fábula”. Guto executa o sonho de André de deixar para trás o mundo de precariedade material e existencial representado pela cidade de Cataguases e entorno, mas apenas para descobrir que esse mundo permanece insuperado até para aqueles que ascendem socialmente, pois ele continua a fazer parte da história coletiva da qual todos, em alguma medida, participam.

Já encaminhando para uma conclusão, pontuo que, diferentemente da proposta luckasiana, *Inferno Provisório* não executa a defesa de um credo político mais fechado e monolítico em prol da Revolução. O retrato literário da precariedade material e existencial do proletariado brasileiro me parece, muitas vezes, conduzir a uma constatação desesperançada. Há espírito de denúncia, sim, mas não de convocação à resistência articulada, em prol de uma transformação social palpavelmente realizável, ainda que distante.

Sobre o caráter fragmentário do texto de Ruffato, em confronto com a reivindicação de um caráter épico que o autor faz à sua obra, pode-se afirmar que a desestrutu-

ração narrativa de *Inferno Provisório* corresponde à desestruturação das relações no plano histórico-material que a obra pretende retratar.

Frente a isso, cabe retomar o comentário acerca do elemento épico na obra de Ruffato. Há um esforço de reinvenção do gênero romance, por parte do autor, enquanto épico do proletariado, investindo, para tanto, nos aspectos da totalidade e da coletividade da experiência de classe figurada no texto, conforme examinado ao longo deste artigo. Contudo, como a experiência de classe do trabalhador no início do século XXI, especialmente na periferia do capitalismo, é marcada pela desagregação identitária, dada a própria perda de centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, cuja expansão de valor depende cada vez mais de outros fatores que não a força de trabalho humana, o registro literário (e épico) dessa experiência só poderá ser igualmente fragmentário. Trata-se, de uma transposição para a forma literária (e para a forma romance, especificamente) da natureza atomizada que a totalidade e a coletividade da experiência do trabalho, bem como das relações desta derivadas, assumem no capitalismo tardio. Quiçá em formulação paradoxal, podemos dizer que os elementos lukacsianos que constituem o caráter épico do romance, quais sejam, a tipicidade, a totalidade e a ação, encontram-se, na literatura de nosso tempo, fatalmente comprometidos com a pulverização narrativa das experiências coletivas, resultando não raro na tarefa paradoxal de figurar aquilo que beira o incomunicável.

Ainda, ao investir na revisão da forma romance nos moldes em que o faz, *Inferno Provisório* se conecta com obras anteriores da literatura brasileira que também buscavam renovação formal com propósito parecido, tais como *Parque Industrial* (1933), de Pagu, que igualmente investe na criação de uma personagem coletiva, os trabalhadores do Brás; ou mesmo *Suor* (1934), de Jorge Amado, que também esvazia o lugar do herói protagonista e o substitui pelo conjunto dos moradores do casarão 68, na ladeira do Pelourinho. Sem falar nos romances que compõem *Marco Zero* (1943), de Oswald de Andrade, com sua vasta galeria de personagens, num esquema de composição mural. Mas essa confrontação da obra de Luiz Ruffato com a de outros escritores brasileiros que comporiam o que podemos chamar de uma tradição do romance proletário, que remonta aos anos 30, é assunto para outra oportunidade.

Referências

LUKÁCS, György. *O romance como epopeia burguesa*. In: *Arte e sociedade: escritos estéticos, 1932-1967*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUKÁCS, György. *Narrar ou descrever*. In: *Ensaios sobre literatura*. Tradução de Gisele Vianna Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RUFFATO, Luiz. *Inferno Provisório*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

RUFFATO, Luiz. “Literatura com um projeto”, entrevista a Heloisa Buarque de Hollanda, 2006. Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/entrevista-a-luiz-ruffato/> Acesso em: 20 Fevereiro 2023.

RUFFATO, Luiz. *O que é Inferno Provisório*. *Verbo de Minas: letras*, v. 6, n. 10, Juiz de Fora, 2006, p. 160-161. Disponível em:

<https://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/Numero%2010/09_o_que_e_inferno_provisorio.pdf> Acesso em: 20 Fevereiro 2023.

TRIGO, Luciano. *Ficção de Luiz Ruffato permanece fiel à classe operária*. *Jornal da Globo*, 9 de dezembro de 2011. Disponível em: < <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2011/12/09/ficcao-de-luiz-ruffato-permanece-fiel-a-classe-operaria/>> Acesso em: 20 Fevereiro 2024.



Jonathas de Andrade, O Levante (The uprising) - 2013. Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução:HD Video. Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM PROTOCOLO

para assistências de enfermagem perioperatória no paciente latex free

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.549>

MARCELA KLYVIANN BEZERRA DE VASCONCELOS*; MARILIA PERRELLI VALENÇA**
JABIAEL CARNEIRO DA SILVA FILHO***; GISELDA BEZERRA CORREIA NEVES****

RESUMO: Na admissão no Centro Cirúrgico, o profissional deve desenvolver um plano de cuidados para minimizar os riscos em pacientes cirúrgicos. As reações anafiláticas no perioperatório são potencialmente ameaçadoras à vida principalmente nos pacientes com hipersensibilidade ao látex. O objetivo deste trabalho é construir e realizar o processo de validação de um protocolo látex free para atuação e prestação de cuidados seguros de forma padronizada. Trata-se de uma pesquisa metodológica, na qual foi conduzida em duas cidades de Pernambuco. Participaram do processo de validação do protocolo 10 juízes, que possuíam graduação em enfermagem, dentre eles também estavam doutores de enfermagem, mestres, especialista na área perioperatória ou cirúrgica, profissionais com experiência nas áreas e profissionais com experiência metodológica. Quanto ao processo e validação de conteúdo foi estabelecido a partir do I - IVC com uma amostragem total de 0,99 para relevância e todos os itens do protocolo, como estrutura e apresentação com 0,99, sendo avaliados como pertinentes pelos juízes e o S-IVC possui média de 0,97. Revelou-se um dispositivo válido e adequado para ser disponibilizado e utilizado no perioperatório hospitalar, contribuindo de maneira valiosa para a população alérgica a látex e para os profissionais de saúde no manejo e cuidado dessa condição. Este estudo também apresenta potencial para reduzir os danos decorrentes da hipersensibilidade ao látex

PALAVRAS-CHAVE: hipersensibilidade ao látex; enfermagem perioperatória; cuidados perioperatórios

Construction and validation of a protocol for perioperative nursing assistance in latex-free patients

ABSTRACT: Upon admission to the Surgical Center, the healthcare professional must develop a care plan to minimize risks for surgical patients. Anaphylactic reactions during the perioperative period are potentially life-threatening, especially for patients with latex hypersensitivity. The objective of this study is to design and validate a latex-free protocol to standardize and ensure safe care delivery. This is a methodological study conducted in two cities in the state of Pernambuco. The protocol validation process involved 10 experts, all of whom had nursing degrees. Among them were nursing PhDs, master's degree holders, specialists in the perioperative or surgical field, professionals with experience in these areas, and those with methodological expertise. The content validation process was established using the Content Validity Index (CVI), achieving a total mean of 0.99 for relevance, with all protocol items related to structure and presentation also rated 0.99, being deemed pertinent by the experts. The overall S-CVI averaged 0.97. This protocol proved to be a valid and appropriate tool for hospital perioperative use, offering significant contributions to latex-allergic populations and healthcare professionals in the management and care of this condition. Additionally, this study has the potential to reduce the risks associated with latex hypersensitivity..

KEYWORDS: hypersensitivity to latex; perioperative nursing; perioperative care.

* Universidade de Pernambuco; ** Universidade de Pernambuco;

*** Universidade de Pernambuco; **** Universidade de Pernambuco

Introdução

A sistematização da assistência de enfermagem (SAE) é um processo que visa alinhar o cuidado fornecido pelo enfermeiro ao paciente. Este método utiliza ferramentas próprias que ajudam a desenvolver o cuidado de forma eficaz e garantem uma assistência segura, planejada, qualificada e sistematizada (Jost et al., 2018; Oliveira et al., 2019).

De acordo com a Resolução 358, de 15 de outubro de 2009, do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), todas as instituições de saúde, públicas ou privadas, que prestam assistência de enfermagem devem adotar a SAE. Conforme o Art. 4º, o enfermeiro deve observar as disposições de sua categoria, em conformidade com a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta e atribui a liderança na execução e avaliação do Processo de Enfermagem (PE). O objetivo é alcançar os resultados esperados no processo saúde-doença, possibilitando a aplicação dos conhecimentos técnico-científicos e de humanização na prática assistencial (Brasil, 1986).

O Brasil segue as recomendações da Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização (SOBECC) e da Association of perioperative Registered Nurses (AORN), fundada em 1964, que preconizam o uso de um modelo de assistência para orientar as práticas dos enfermeiros de centro cirúrgico. Nesse sentido, a SAE oferece uma integração planejada da equipe multidisciplinar de saúde com o paciente e seus familiares durante todo o processo operatório (AORN, 1964).

Um dos problemas encontrados é a hipersensibilidade ao látex. O látex é um componente extraído da seiva da árvore *Hevea brasiliensis*, que se apresenta originalmente como um líquido branco e leitoso, contendo 55% de água, 35% de borracha e 10% de carboidratos, proteínas e minerais. Está presente em cerca de 50% dos produtos hospitalares, como luvas, tubos intravenosos, seringas e estetoscópios (Parise et al., 2021).

As reações anafiláticas no perioperatório são potencialmente ameaçadoras à vida, imediatas e hipersensíveis, e requerem conduta imediata devido ao alto risco de mortalidade. Elas podem estar associadas ao simples manuseio do produto ou à inalação da proteína residual, podendo causar broncoespasmos, rinoconjuntivite, asma, edema das vias aéreas e choque anafilático (Spindola, 2020).

No Brasil, a prevalência de hipersensibilidade ao látex na população geral é estimada em menos de 3% (Sakkaravarthi, 2022). No entanto, a incidência pode ser significativamente maior entre profissionais de saúde, que estão expostos diariamente a produtos de látex. Dados estimados do IBGE de 2022 sugerem que essa prevalência pode chegar a 30% em determinados grupos profissionais. Essa alta prevalência, associada ao risco de reações anafiláticas potencialmente fatais, torna a implementação de um protocolo livre de látex no ambiente perioperatório uma medida de segurança crucial.

Apesar da importância de identificar pacientes alérgicos ao látex antes de procedimentos cirúrgicos, a investigação do histórico de alergia a materiais de borracha ainda não é uma prática rotineira em muitos serviços de saúde. Muitas vezes, devido à falta de conhecimento sobre o paciente, não se investiga adequadamente sobre dermatites associadas ao uso de luvas ou ao contato com balões de festa e alguns alimentos, como banana, kiwi e abacate (Jimenez-Carrillo; West e Sharip, 2022).

Diante disso, surge a questão: Qual a conduta adequada para manejar pacientes com hipersensibilidade ao látex no perioperatório?

A alta prevalência de hipersensibilidade ao látex, tanto na população geral quanto em profissionais de saúde, reforça a relevância deste estudo, que busca promover a assistência segura e preservar a saúde do trabalhador. O objetivo principal é desenvolver e validar um protocolo de assistência de enfermagem perioperatória livre de látex, com o intuito de garantir a segurança dos pacientes alérgicos e padronizar a assistência prestada.

Além disso, o estudo visa caracterizar o perfil sociodemográfico e profissional dos enfermeiros participantes, a fim de identificar as necessidades específicas de cada grupo e facilitar a implementação do protocolo. A falta de conduta e preparo para atender esses pacientes motivou uma busca na literatura sobre reações e condutas no perioperatório, servindo de base para o desenvolvimento deste trabalho.

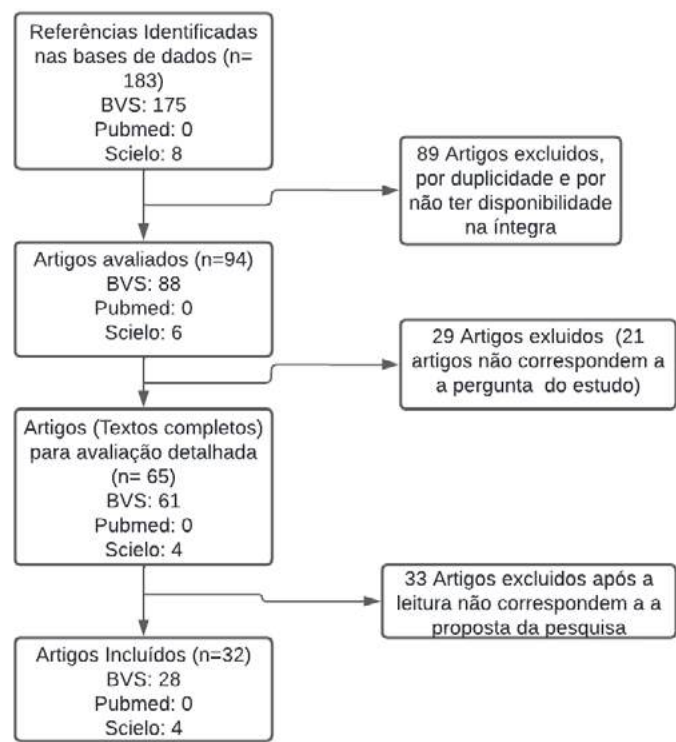
Metodologia

Trata-se de uma pesquisa metodológica que aborda o desenvolvimento, a validação e a avaliação de ferramentas e métodos de pesquisa. O estudo foi desenvolvido em

duas cidades de Pernambuco, Caruaru e Recife, e envolveu uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed. Foram selecionados artigos em português, inglês e espanhol que abordassem a temática da sistematização da assistência de enfermagem perioperatória em pacientes com hipersensibilidade ao látex.

A partir da análise dos resultados dessas pesquisas, foi elaborado um protocolo que contempla os descritores de saúde (DeCS/MeSH): Hipersensibilidade ao Látex, Enfermagem Perioperatória e Cuidados Perioperatórios, conforme apresentado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Fluxograma do cruzamento dos artigos



Fonte: elaboração própria.

A etapa de validação de conteúdo teve como objetivo analisar a precisão e adequação do conteúdo proposto. Para isso, utilizou-se um formulário baseado na escala Likert, que permite a assinalação das respostas em uma graduação de cinco níveis: discordo totalmente, discordo, nem discordo nem concordo, concordo e concordo totalmente (DeVellis e Thorpe 2021). A validação dos itens foi realizada através de 11 perguntas específicas para cada juiz, abordando três aspectos principais: (a) conteúdo e parte científica, (b) ortografia e objetividade, e (c) layout e estrutura do protocolo.

O cálculo dos índices de validade de conteúdo (IVC) foi realizado para garantir a precisão dos itens avaliados. O Item-level Content Validity Index (I-IVC) foi utilizado para avaliar a validade de cada item individualmente. Considerou-se o I-IVC $\geq 0,80$ como adequado. O cálculo do I-IVC é dado por:

$$\text{I-IVC} = \frac{\text{Número de especialista com item classificado em 3 ou 4}}{\text{Número total de especialista}}$$

Além disso, foi calculado o Scale-level Content Validity Index (S-IVC) para avaliar a validade geral do instrumento. A excelência na validação é alcançada quando o S-IVC $\geq 0,90$ (Lynn, 1986). O cálculo do S-IVC é dado por:

$$\text{S-IVC} = \frac{\text{Número de itens classificados em 3 ou 4}}{\text{Número total de especialista}}$$

A amostra do estudo incluiu 10 enfermeiras, conforme recomendado por Lynn (1986), que sugere um número ideal de juízes entre três e dez para a validação de conteúdo. A amostra foi composta por duas enfermeiras do bloco cirúrgico, duas da Sala de Recuperação Pós-Anestésica (SRPA), duas da enfermaria cirúrgica, duas da Central de Material e Esterilização (CME) e duas enfermeiras metodologistas. A seleção dos juízes foi feita por meio do método da bola de neve, com base em critérios de titulação e experiência profissional. Cada juiz recebeu um formulário elaborado no Google Forms, contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Instrumento de Validação, após contato inicial por e-mail e/ou WhatsApp. As respostas foram coletadas em um prazo inferior a 30 dias. A contribuição dos juízes foi essencial para a validação científica dos resultados da pesquisa.

Para a análise dos dados, foi utilizada a plataforma de software IBM® SPSS®.

A pesquisa atendeu aos padrões éticos estabelecidos pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. O estudo

foi aprovado pelo comitê de ética da instituição proponente da Secretaria de Saúde de Pernambuco, com o número do CAEE: 67648623.5.1001.5200 e parecer: 5.952.475.

Resultados

A construção do protocolo teve como primeira etapa a revisão de literatura para sua construção, definindo as condutas de todas as áreas perioperatórias. Atendendo a admissão do paciente na clínica cirúrgica; recebimento no bloco cirúrgico para sua cirurgia eletiva, encaminhamento para a Sala de Recuperação Pós Anestésica (SRPA), e preparação dos materiais que são utilizados em Sala de Operação (SO), pelo Centro de Material de esterilização (CME). Também foi abordado dentro das áreas citadas, cirurgiões, anestesistas, nutricionista e higienização.

O grupo de *experts* que participou da validação do protocolo era composto exclusivamente por enfermeiras. Quanto à formação acadêmica, 30% possuíam mestrado e doutorado, 30% apenas mestrado, e o restante possuía graduação e especialização.

Em relação à experiência profissional, 70% das enfermeiras atuavam em áreas cirúrgicas, distribuídas da seguinte forma: 19,8% em enfermagem cirúrgica, 37,5% em Centro Cirúrgico (CC), 13,6 CME e 29,1 SRPA. Além disso, 60% dos juízes já haviam participado de processos de validação de protocolos, e 100% possuíam experiência ativa em áreas cirúrgicas.

A experiência dos juízes envolvidos na validação abrangia um período considerável, variando entre 11 e 45 anos. A Tabela 1 apresenta a caracterização completa dos juízes, incluindo idade, sexo, formação acadêmica e titulação. Esses dados foram utilizados para uma análise mais detalhada do perfil dos especialistas e sua influência na avaliação do protocolo.

Tabela 1 - Descrição dos juízes, quanto a idade, sexo, curso de formação.

Juiz	Sexo	Idade	Formação	Titulação	Área atuação	Tempo de experiência
1	Feminino	Entre 34 e 40 anos	Enfermagem	Mestrado	Nenhuma Alternativa	Clínica Cirúrgica 12 Anos
2	Feminino	Entre 34 e 40 anos	Enfermagem	Mestrado	Bloco Cirúrgico	CC E CME 12 Anos
3	Feminino	Entre 34 e 40 anos	Enfermagem	Especialização	Enfermagem Cirúrgica	CC E CME 12 Anos
4	Feminino	Entre 40 e 55 anos	Enfermagem	Especialização	Nenhuma Alternativa	CC E SRPA 15 Anos
5	Feminino	Entre 40 e 55 anos	Enfermagem	Mestrado	Nenhuma Alternativa	SRPA 11 Anos
6	Feminino	Entre 40 e 55 anos	Enfermagem	Doutorado	Bloco Cirúrgico	CME e Clínica cirúrgica 16 anos
7	Feminino	Entre 40 e 55 anos	Enfermagem	Doutorado	CC e SRPA	CC e SRPA 25 anos
8	Feminino	Acima de 55 anos	Enfermagem	Doutorado	Enfermagem Cirúrgica	CME e CC 37 anos
9	Feminino	Acima de 55 anos	Enfermagem	Especialização	Enfermagem médico cirúrgico	SRPA, CME, CC E Clínica cirúrgica 45 anos
10	Feminino	Acima de 55 anos	Enfermagem	Especialização	CC e SRPA	CC E Clínica Cirúrgica 20 nos

Fonte: elaboração própria.

A incorporação de uma equipe de profissionais de enfermagem embasada em fundamentos científicos e metodológicos oferece confiabilidade e uma perspectiva favorável, pois reúne conhecimentos pertinentes à temática abordada pelo protocolo. De acordo com Revorêdo *et al.*, (2016), essa abordagem possibilita avaliações abrangentes, considerando anos de contribuição e experiência, aspectos cruciais observados em outras pesquisas de validação.

Paulatinamente, as respostas dos juízes foram analisadas, e o instrumento foi considerado adequado por eles. A análise revelou uma alta concordância, com um I-IVC de 0,99 e um S-IVC de 0,97, conforme apresentado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Avaliação dos juízes em relação aos domínios e itens do protocolo perioperatório de alergia a látex

Eixos e itens avaliados para validação	CT	C	NDNC	D	DT	IVC
Conteúdo						
O conteúdo atendeu a uma possível situação perioperatória frente ao paciente látex free?	5	4	1	-	-	0,99
O protocolo atende todos os setores de enfermagem cirúrgica? (perioperatório de enfermagem)	5	5	-	-	-	1,00
O conteúdo é relevante para ser implantado aos profissionais de saúde?	6	4	-	-	-	1,00
Existe coerência no discorrer do protocolo?	5	5	-	-	-	1,00
O conteúdo está correto do ponto de vista científico?	5	5	-	-	-	1,00
Linguagem						
Existe clareza e objetividade no texto?	6	3	1	-	-	0,99
O conteúdo possui termos técnicos e claros?	6	4	-	-	-	1,00
O protocolo está seguindo os critérios ortográficos português-br?	6	4	-	-	-	1,00
Layout do Protocolo						
O tamanho e a fonte da letra favorecem a leitura?	6	4	-	-	-	1,00
As cores utilizadas nos textos viabilizam a leitura?	5	5	-	-	-	1,00
Números de páginas e o tamanho do material é coerente?	6	3	1	-	-	0,99
S-IVC						0,97

CT - Concordo totalmente; C - concordo; NCND - nem concordo e nem discordo; D - discordo; DT - discordo totalmente; I-IVC - Level Content Validity Index (Índice de Validade de Conteúdo - nível do item); S-IVC - Scale-Level Content Validity Index.

O protocolo consiste em um total de 8 páginas, iniciando-se com tópicos introdutórios, tais como: Definição, Resultados Esperados, Objetivo, Materiais Necessários, Descrição de Procedimento, Check List, Condutas de Admissão Pré-operatória, Condutas Transoperatórias, Condutas Pós-operatórias, Condutas do CME, Responsabilidades, Ações em Caso de Não Conformidade e Referências.

Durante o processo de validação, foram obtidas 110 respostas. Dessas, 97% foram marcadas como “concordo” ou “concordo totalmente”, enquanto apenas 3% selecionaram a opção “não concordo nem discordo”. Vale ressaltar que uma das respostas que optaram por esta última opção foi justificada por um dos juízes em relação à seguinte pergunta: “Pr: paciente que possui alergia ao látex e necessita de uma abordagem cirúrgica de urgência?”.

De acordo com os autores Quadros-Coelho et al., (2010) e Solé et al., (2021), em situações de urgência cirúrgica em pacientes com alergia ao látex, é crucial avaliar o risco-benefício e a necessidade de submeter esse paciente a uma intervenção cirúrgica. A equipe médica deve estar preparada para lidar com possíveis eventos adversos, visto que a preparação da Sala de Operações (SO) é fundamental e seus materiais devem ser estéreis. Além disso, é importante ressaltar que o tempo mínimo necessário para a limpeza e desinfecção da SO é de três horas.

Destaca-se que a participação de pesquisadores, docentes e profissionais no processo de validação o quais estão ligados à assistência em muito contribui para o aprimoramento do instrumento, trazendo maior clareza (Porcari et al., 2020).

O detalhamento de alguns itens visa facilitar a interpretação pelos profissionais, garantindo que não enfrentam dificuldades. Essa ênfase na validação é positiva, uma vez que as juízas não demonstraram dificuldades para compreender o conteúdo do protocolo.

Discussão

O protocolo apresentado é fundamentado nas melhores evidências clínicas disponíveis e foi aprimorado por especialistas após validação, integrando diferentes perspectivas, culturas e conhecimentos científicos. Estudos nacionais e internacionais, como os de Rebert *et al.*, (2012), destacam a importância da implementação de protocolos embasados em evidências científicas para validar as intervenções educativas dos enfermeiros.

Na realidade atual do local deste estudo, é imperativo que os profissionais de saúde reconheçam as diversas facetas envolvidas no cuidado de pacientes com restrição ao látex, garantindo a qualidade e segurança dos processos de trabalho. Segundo Ribeiro *et al.*, (2018), o protocolo deve ser encarado como uma ferramenta que auxilia na padronização e redução de eventos adversos na instituição de saúde, indo além da simples burocracia.

Ao promover a utilização de um instrumento padronizado para orientar a conduta profissional, cada etapa do protocolo visa aprimorar a segurança dos procedimentos, assegurando uma compreensão adequada do cuidado (Ximenes *et al.*, 2019).

A abordagem diagnóstica da alergia ao látex, conforme descrito pela revista *Allergy e Autoimmune Disease*, compreende uma entrevista pré-operatória detalhada, avaliação de sintomas pré-operatórios relacionados à alergia e realização de testes diagnósticos, como elaborado por Sá (2012). Além disso, as perguntas elaboradas pela AORN auxiliam na identificação precoce de sinais e sintomas de hipersensibilidade (Mota e Turrini 2010).

Dada a complexidade dos fatores de risco envolvidos, é crucial incluí-los na avaliação do paciente diante da suspeita de alergia, conforme mencionado por Dardengo (2018). A criação de um ambiente livre de látex demanda conscientização e esclarecimento de toda a equipe multidisciplinar, incluindo questões relacionadas à preparação de alimentos, como apontado por Navarrete *et al.* (2006).

É relevante ressaltar a escassez de dados científicos na literatura sobre pacientes alérgicos ao látex e a necessidade de profissionais de saúde mais capacitados para reforçar o autocuidado dos pacientes e auxiliar na identificação precoce da hipersensibilidade, conforme evidenciado por diversos autores.

Portanto, é crucial seguir rigorosamente os protocolos em todas as etapas do

atendimento no ambiente perioperatório cirúrgico, conforme apontado por Bihurriet (2017). O cuidado prestado ao paciente deve ser planejado e coordenado por equipes multidisciplinares, incluindo anestesiistas, cirurgiões, enfermeiros e fisioterapeutas, e as precauções relacionadas à exposição ao látex devem ser adotadas em todo o ambiente hospitalar.

Considerações finais

Os objetivos de construir e validar conteúdo de instrumento para o perioperatório cirúrgico no paciente látex free foram alcançados por meio da metodologia adotada. A revisão de literatura revelou a falta de artigos e lacunas sobre essa temática que são fatores importantes em sua dimensão para estudos e pesquisas, já que é de suma importância para a construção do saber, além de evidenciar o quanto os profissionais de enfermagem devem amadurecer para contribuir com a construção de uma Enfermagem valorizada e reconhecida.

O protocolo, revelou-se um dispositivo válido e adequado para ser disponibilizado e utilizado no perioperatório hospitalar. Vislumbra-se que este estudo contribuirá de maneira valiosa a população alérgica a látex e aos profissionais de saúde quanto ao seu manejo e cuidado, trazendo possíveis reduções de danos advindos desta hipersensibilidade. Todas as sugestões dos juízes foram examinadas cuidadosamente e ajustadas conforme o objetivo, o público-alvo e os resultados esperados. Perfazendo uma avaliação geral do S-IVC de 0,97 e um I-IVC de 0,99.

Destaca-se também a incorporação, através deste constructo, o uso de materiais educativos baseados em evidências e submetidos a processos de validação do conteúdo e semântica, sendo um compêndio e adaptações às realidades de hospitais de grande porte para mediar práticas de educação em saúde.

Vale ressaltar, a necessidade de posteriormente realizar a aplicabilidade deste protocolo, pois o estudo sobre látex e seu instrumento validado tem propósito de ser utilizado e não fenecer neste instante, pelo contrário, tornar-se um meio de partida para atendimento específico a sua prática, a fim de contribuir com a segurança do paciente e trazer maiores avanços científicos sobre a temática visto a pouca exploração de dados no que concerne a alergia ao látex.

Referências

BRASIL, RESOLUÇÃO RDC Nº 37, DE 26 DE AGOSTO DE 2015. Dispõe sobre a padronização de frases de declaração de conteúdo de látex de borracha natural em rótulos de dispositivos médicos. ANVISA, Diário Oficial da União 2015, agosto 25.

Lei n. 7498 de 25 de julho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União 1986 jul.26: seção 1; 9273-5.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510 nffl 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de maio de 2016.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

Conselho Federal de Enfermagem (BR). Resolução Nffl 358 do Conselho Federal de Enfermagem, de 15 de outubro de 2009 (BR). 2009. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.htm

DARDENGO, Renata. Alergias alimentares: uma revisão com foco na proteína do leite, efeitos no organismo e tratamento dietoterápico. 2018.

DE SÁ, André Barros. Recomendações para o diagnóstico de alergia ao látex. Rev. bras. alerg. imunopatol. –Vol, v. 35, n. 5, 2012

DEVELLIS, Robert Frederick; THORPE, Charles Thomas. Scale development: Theory and applications. Sage publications, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População do Brasil. IBGE. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php. Acesso em: 15 de nov. de 2022

JJIMÉNEZ-CARRILLO, Carlos Eduardo; PIÑA-RAMOS, Karla Mariana; MEZA-ARRAYALES, Carlos; VILLARUEAL-FLORES, Keren Paola; GARCÍA-AGUIRRE, Alejandro. Latex allergy: therapeutic options. Revista alergia México, v. 69, p. 55-68, 2022.

JOST, Márcio T.; VIEGAS, Karine; CAREGNATO, Raquel Cristina de Almeida. Systematization of perioperative nursing assistance in patient safety: an integrative review. Rev SOBECC, p. 218-25 23(4), 218-25, 2018.

LYNN, Margarete. Determination and quantification of content validity. Nursing Research. Nov-Dez; 35(6):382-5. 1986

MOTA, Ana Nóbrega Bezerra; TURRINI, Regina Nogueira Turrini. Hipersensibilidade ao látex no período perioperatório. 2010.

NAVARRETE, Miguel Ángel; SALAS, Antonio; PALACIOS, Luis; MARÍN, José Francisco; QUIRALTE, José; FLORIDO, José Francisco. Alergia al látex. Farmacia Hospitalaria, v. 30, n. 3, p. 177-186, 2006

OLIVEIRA, Márcio Ribeiro; ALDEIDA, Priscila Cristina da; MOREIRA, Tânia Mara Martins; TORRES, Raquel Almeida Martins. Nursing care systematization: perceptions and knowledge of the Brazilian nursing. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, p. 1547-1553, 2019.

PORCARI, Thiago Alexandre; CAVALARI, Priscila Cristina Ferreira; ROSCANI, Ana Nascimento de Carvalho Pereira; KUMAKURA, Ana Rúbia Damas de Souza Oliveira; GASPARINO, Renata Carvalho. *Cirurgia segura: construção e validação de um checklist para procedimento cirúrgico ambulatorial*. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 41, 2020

QUADROS-COELHO, Maria Aparecida; COELHO, Rosana Maria Ferreira; COELHO, Marcela Aparecida; ALENCAR, Guilherme Gomes; MARQUES, Paulo Queiroz; SOLÉ, Débora Reações anafiláticas em serviço de urgência: tratamento farmacológico em 61 pacientes. Rev. bras. alerg. imunopatol.–Vol, v. 33, n. 5, 2010.

REBERT, L.M; HOGA, L.A; GOMES, A.L.Z; Process of construction of an educational booklet for health promotion of pregnant women. Rev Latino-Am Enfermagem. 2012.

REWORÊDO, Luciana da Silva; DANTAS, Maihana Maíra Cruz; MAIA, Rodrigo Silva; TORRES, Gilson de Vasconcelos; MAIA, Eulália Maria Chaves. Validação de conteúdo de um instrumento para identificação de violência contra criança. Acta Paulista de Enfermagem, v. 29, p. 205-217, 2016.

RIBEIRO, Elaine; FERREIRA, Ráisa Camilo.; MONTANARI, Fábio Luis; BOTELHO, Micnéias Tatiana de Souza Lacerda. CORRERIA, Marisa Dibbern Lopes.; & DURAN, Erika Christiane Marocco. Conceptual and operational definition of the components of the nursing diagnosis hypothermia (00006) in the perioperative period. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 74, 2021.

RIBEIRO, Helen Cristiny Teodoro Couto; RODRIGUES, Thatiane Marcélia; TELES, Sara Araújo Ferreira; PEREIRA, Rafaela Carvalho; SILVA, Liliâne de Lourdes Teixeira; MATA, Luciana Regina Ferreira. Distrações e interrupções em sala cirúrgica: percepção de profissionais de enfermagem. Escola Anna Nery, v. 22, 2018

SAKKARAVARTHI, Vinupriya; CHANDRASHEKAR, Laxmisha; RAJAPPA, Medha. Prevalence and Patterns of Latex Glove Allergy among Healthcare Workers in a Tertiary Care Center In South India-A Cross-Sectional Study. Indian Dermatology Online Journal, v. 13, n. 4, p. 475-479, 2022.

SOLÉ, D; SPINDOLA, M. A. C; AUN, M. V; ARAUJO, A. L. M. T. D; BERND, Luiz Antonio Guerra; GARCIA, Daniela Bianchi; SANO, Flavio; Update on perioperative hypersensitivity reactions: joint document from the Brazilian Society of Anesthesiology (SBA) and Brazilian Association of Allergy and Immunology (ASBAI)-Part II: etiology and diagnosis. Revista Brasileira de Anestesiologia, v. 70, p. 642-661, 2021.

SPINDOLA, Maria Anita Costa; SOLÉ, Dirceu; AUN, Marcelo Vivolo; AZI, Liana Maria Törres de Araújo; BERND, L. A. G; GARCIA, D. B; SANO, F. Update on perioperative hypersensitivity reactions: joint document of the Brazilian Society of Anesthesiology (SBA) and Brazilian Association of Allergy and Immunology (ASBAI)–Part I: post-crisis guidelines and treatment. Revista Brasileira de Anestesiologia, v. 70, p. 534-548, 2020.

WEST, Robert; SHARIP, Akbar; Latex Anaphylaxis Caused by Occupational Exposure to Balloons. Cureus, v. 14, n. 6, 2022.

XIMENES, Maria Aline Moreira ; FONTENELE, Natália Ângela Oliveira; BASTOS, Ismael Brioso; MACÊDO, Thamires Sales; Galindo, Nelson Miguel; CAETANO, Joselany Áfi; BARROS, Livia Moreira. Construção e validação de conteúdo de cartilha educativa para prevenção de quedas no hospital. Acta paulista de enfermagem, v. 32, p. 433-441, 2019.

Apêndice a - check list látex free

Admissão hospitalar: Paciente:

Nasc.: / / Registro: Sexo:() M () F

Tel. (___)

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: Responsável:() Mãe() Outro

1. Fatores de Risco:

Profissão atual: Há quanto tempo: Já foi profissional de saúde? () Não ()

Sim Qual?_____Há quanto tempo usa luvas de látex?

Quantas horas por semana?Possui:() Espinha bífida () Malformação urológica () Malformação ortopédicaIntervenções cirúrgicas: () Não () Sim Quantas ao todo? Idade de início:_____Usa (ou usou) sonda vesical: () Não () Sim Qual?_____Tipo de sonda: () borracha () silicone Tempo de uso:_____Recebeu alimentação por sonda nasogástrica:() Não () Sim Por quanto tempo: Tem algum hobby ou lazer em que use materiais de borracha? () Não () Sim Quais?_____

História de Reação em Procedimentos ou Exames:1. Asma: () Sim () Não 2. Rinite: () Sim () Não 3. Dermatite atópica: () Sim () Não

4. Dermatite de contato: () Não	() Sim	Qual agente?_____() Não identifica- do
5. Reação a medicamentos:	() Não	() Sim Quais ? _
6. Alergia alimentar: Não ()	() Sim	Idade de início __

Quais alimentos? Qual reação?

Alguma reação a alimentos necessitou de internação? () Sim () Não

Reação alérgica durante procedimento cirúrgico prévio sem diagnóstico etiológico, em especial em crianças:

Sim () Não ()Reação sistêmica/anafilática ao contato com produtos contendo látex: sim () não ()

Qual _____

NÃO () DIAGNÓSTICO DE ALERGIA AO LÁTEX? SIM () NÃO () TESTE DE ALÉRGICO COM LÁTEX SIM ()

IGE ESPECÍFICA PARA LÁTEX. RESULTADO _____

RISCO DE REAÇÃO ALÉRGICA SISTÊMICA AO LÁTEX () ALTO () MODERADO () BAIXO ()

Implantar Protocolo Alergia ao látex? Sim () Não ()

Data: __/__/____ Assinatura do profissional

Protocolo perioperatório de alergia ao látex

Versão 01 Data da aprovação XX/XX/2024 Nº de páginas 08

RESULTADOS ESPERADOS

Utilizar do risco existente de alergia ao látex, a fim de evitar eventos adversos, fazendo uso de uma conduta padronizada e certificada por especialista sobre como agir, como conduzir o serviço e a assistência de enfermagem perioperatória isenta de látex para assim poder aplicar um tratamento adequado e seguro.

Objetivo

Discorrer conduta látex free na sistematização da assistência de enfermagem perioperatória.

Materiais necessários

Produtos hospitalares látex free, desde medicamentos, quanto luvas, garrotes, ventilatórios, sondagens. Verificar sempre junto a farmácia ou setor de reposição os materiais necessários para a conduta que não tenha látex presente.

Descrição dos procedimentos:

Utilizar adaptação do check list, do autor Sá, (2012) para identificar alergias na admissão cirúrgica. (APÊNDICE A).

CHECK LIST

† Após identificação do paciente do grupo de risco:

1. Atopia;
2. Alergia a determinados alimentos;
3. Intervenções cirúrgicas sucessivas, em especial nos pacientes com malformações urológicas, bexiga neurogênica e espinha bífida;
4. Contato contínuo ou repetido com derivados de látex.

Deve-se adotar:

Condutas de admissão Pré-operatória:

- † Identificação do paciente, específica para ALERGIA AO LÁTEX, uso de pulseira de identificação padronizada com cores.
- † Deve colocar “Etiqueta no Prontuário” em prontuário o alerta ao látex;
- † Colocar placar da mesma cor, para identificação do leito do paciente na enfermaria;
- † Limitar o número de profissionais, sendo aqueles que estiverem diretamente envolvidos na prestação de cuidados, estejam com vestuário, inclusive protetor de calçado e gorro, livre de látex;
- † Contactar o Serviço de Nutrição, informando-o da internação de paciente alérgico ao látex, a fim de evitar reações a látex-frutas e de alimentos.
- † Incluir no prontuário a lista de equipamentos e medicamentos que contêm látex, assim como os que são livres de látex;
- † Cuidados: Descrevem-se quais os cuidados a serem tomados, desde que os materiais não estejam identificados como isentos de látex. segundo o SAEP; uso de Luvas SEM Látex, como vinil, Neoprene, Silicone, Nitrila;
- † NÃO ASPIRAR/DILUIR através das tampas dos frascos; NÃO ASPIRAR/INJETAR pelos INJETORES das bolsas; NÃO PUNÇIONAR nos INJETORES laterais dos equipamentos. (na ausência de frascos free látex, pode-se utilizar um porta-agulha para romper o lacre metálico, expondo o conteúdo sem perfurar a borracha isolante).
- † Cobrir Colchonetes e Braçadeiras, não identificados como isentos de látex, com lençol de algodão. (Conduta para traslado junto a equipe e maqueiros).

Condutas Transoperatória:

- † A Sala de operação deve ser preparada com limpeza terminal na noite anterior com luva sem látex; “que ela esteja sem uso por no mínimo 3 a 6 horas”;
- † Toda a equipe de higienização e de enfermagem que cuidará do preparo da Sala de Operação deverá realizar higienização/degermação dos antebraços e mãos, para isenção de partículas, e como seu EPI utilizar LUVAS LATEX FREE OU DE NITRILE.
- † Identificação de “SALA ISENTA DE LÁTEX”;
- † Forrar com tecido de algodão a mesa cirúrgica e braçadeiras.

- † Carrinho Identificado como Isento de Látex para facilitar o atendimento ao paciente de risco, contendo materiais e medicações isentas ao látex.
- † Colocar em seu interior o máximo dos materiais previstos para seu uso, com o intuito de evitar a abertura de sua porta, a qual deve ser fechada após ser montada.
- † Escolher uma sala onde o ar-condicionado da sala, não tenha tubulação comunicante com outras salas;
- † As cirurgias eletivas devem ser agendadas para o primeiro horário do dia;
- † A equipe de enfermagem, anesthesiologistas, cirurgiões, e demais equipe prevista para o procedimento devem ter esse paciente como o primeiro da manhã.
- † Recomenda-se que tenha dois circulantes, um interno e o outro externo para caso ocorra a necessidade de sala de operações e urgências.
- † Todos os equipamentos, aparelhos de monitorização cardíaca, eletrocirurgia, videocirurgia e demais equipamentos, também devem ser submetidos ao processo de certificação de isenção ao látex.
- † Envolver com filme transparente, compressas ou malhas de algodão quando houver dúvida sobre a composição e o produto não puder ser substituído;
- † Utilizar manguito de pressão arterial recoberto com tecido de algodão ou isento de látex;
- † Transformar medicamentos de doses múltiplas em dose unitária ou remover as tampas de borracha dos frascos;
- † Tomar cuidado com as partes de borracha dos equipos de infusão intravenosa. Utilizar preferencialmente a torneira de três vias para infusão;
- † Não utilizar garrotes do tipo Penrose ou faixas elásticas. Providenciar garrote de tecido com velcro e equipo de silicone ou cobrir com tecido de algodão as partes de borracha do equipo;
- † Permanecer na sala operatória durante a realização do procedimento apenas os profissionais envolvidos diretamente na assistência.
- † Equipamentos e materiais para suporte respiratório como: máscaras e cateteres para oxigênio, equipamento de intubação orotraqueal e ventilação mecânica que não contenha látex desde sua desinfecção até seu material de fabricação;
- † Solicitar previamente ao CME e FARMÁCIA os materiais e as medicações látex free, na dúvida do aparelho e carro de anestesia, verificar procedência junto a engenharia clínica do hospital.

Condutas Pós-operatória (SRPA):

† Recomenda-se que o pós-operatório imediato do paciente seja feito na própria sala de operações em que o procedimento foi realizado, para o isolamento do paciente.

† Caso haja a impossibilidade de manter em SO, deve-se:

† Na SRPA se atentar a limpeza terminal do leito e unidade com EPIs e produtos livres de látex.

† Reservar o leito mais restrito.

† Segue a conduta assistencial de admissão, atentando-se aos materiais isentos ao látex, no que concerne às medicações, aparelhos respiratórios, acessos venosos e EPI'S.

† Todos os equipamentos devem ser submetidos ao processo de certificação de isenção ao látex. (Verificar a necessidade de validar junto ao fabricante)

† Limitar sempre os profissionais em contato com o paciente, para evitar a disseminação da proteína da borracha.

Condutas CME:

† Limpeza e preparo de todo o instrumental a tempo hábil para ser utilizado no procedimento cirúrgico com luvas isentas de látex.

† De preferência que seja feita uma única carga de esterilização com material látex free.

RESPONSABILIDADES

1. Enfermeiro do bloco cirúrgico tem a responsabilidade de verificar a preparação adequada da sala operatória.

2. Enfermeiro do CME: Prepara os materiais desde a limpeza, preparo e esterilização adequada.

3. Enfermeiro da Enfermaria: fazer a admissão e identificar de maneira correta o paciente e o prontuário.

4. Enfermeiro da SRPA: Verificar se há resposta alérgica após o ato cirúrgico e manter o local e paciente livre de látex.

Nas demais categorias:

1. Nutricionista: Evitar que haja o cruzamento por meio dos alimentos a fim de evitar a síndrome látex-fruta.
2. Cirurgiões: Passa para a equipe de enfermagem o Mapa cirúrgico prévio e necessidade de ativar o protocolo látex free.
3. Anestesista: Fazer visita prévia e avaliar condutas necessárias para eventuais riscos.

Ações em caso de não conformidade

Em caso de não preparação adequada para recebimento do paciente em Sala operatória, deve-se dosar o risco benefício junto a equipe de enfermagem, médica e anestesista. Nos demais suspender e agendar para que tenha uma conduta adequada.





Jonathas de Andrade, *O Levante (The uprising)* - 2013. Jonathas de Andrade Vídeo - cor, som, 8 min, resolução: HD Video. Commissioned by Thyssen-Bornemisza Art Contemporary, in 2012.







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG

Jonathas de Andrade, Suar a camisa (*Working up a sweat*), 2014, 120 camisas de trabalho, 120 suportes de madeira desmontáveis. Tamanhos variáveis. Vista da exposição One to One, MCA Chicago, 2019. Photo: Nathan Keay, © MCA Chicago



PERCEPÇÕES ACERCA DOS RITOS INSTITUCIONAIS:

uma interface com as construções identitárias
profissionais da enfermagem

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54118>

FABIO SOARES DE MELO*; GENIVAL FERNANDES DE FREITAS**

RESUMO: Objetivos: compreender os significados atribuídos pelos membros da Academia Brasileira de História da Enfermagem aos Ritos Institucionais e como os ritos atuam na construção das identidades profissionais da enfermagem. Método: pesquisa qualitativa e exploratória sobre as identidades profissionais, com abordagem na História Oral. As entrevistas foram realizadas com os membros fundadores e com os membros submetidos ao Rito de Posse tornando-se Acadêmicos. O corpo documental foi submetido à Análise de Conteúdo, de Bardin, e discutido à luz da teoria da construção das identidades, de Claude Dubar. Resultados: foram identificadas duas categorias, a primeira revela a importância dos ritos dentro do processo de construção das identidades profissionais e da imagem social, e outra que revela a dualidade entre identidade profissional e imagem social. Considerações finais: os ritos são capazes de conferir pertencimento e reconhecimento àqueles atores sociais envolvidos nele, além de contribuir para o processo de construção identitária.

PALAVRAS-CHAVE: história da enfermagem; construção social da identidade; enfermagem; comportamento ritualístico.

Perceptions about institutional rites: an interface with professional nursing identity constructions

ABSTRACT: Objectives: understand the meanings attributed by members of the Brazilian Academy of Nursing History to Institutional Rites and how the rites act in the construction of professional nursing identities. Method: qualitative and exploratory research on professional identities, with an Oral History approach. The interviews were carried out with the founding members and with the members who underwent the Rite of Induction and became Academic members. The body of documents was subjected to Content Analysis, by Bardin, and discussed in light of the theory of identities construction, by Claude Dubar. Results: two categories were identified, the first reveals the importance of rites within the process of building professional identities and social image, and the other reveals the duality between professional identity and social image. Final considerations: rites are capable of conferring belonging and recognition on those social actors involved in them, in addition to contributing to the process of identity construction.

KEYWORDS: history of nursing; social construction of identity; nursing; ceremonial behavior.

*Universidade de São Paulo

**Universidade de São Paulo

Introdução

Segundo Löw (2013), a História constitui importante base para rever caminhos já percorridos em busca de lacunas a serem analisadas, para o aprofundamento de estudos ou reflexões temáticas para destacar a origem de um acontecimento ou iniciar uma reflexão sobre diversas temáticas. Entretanto, mais que uma narrativa linear, introdutória ou sobre acontecimentos notáveis, a história deve problematizar contextos histórico-culturais, bem como fundamentar suas análises a partir de evidências, registros ou sinais que permitam o acesso a outras possibilidades de interpretação do passado.

Através da História abre-se um leque de possibilidades para estudos crítico-reflexivos possibilitando um olhar voltado ao passado, porém, estabelecendo conexão com o presente no intuito de compreendê-lo no contexto da análise dos movimentos atuais (Maia, 2021).

A esta interação entre passado, organizando-o, e presente denomina-se *função social da história*, sendo possível acrescentar prospecções futuras tendo em vista que o passado é uma construção e uma reinterpretação constante (Le Goff, 2016). Logo, à relação essencial entre presente-passado é necessário acrescentar o horizonte do futuro, ampliando aqui seu campo de atuação (Le Goff, 2016; Donoso; Donoso, 2016; Perez et al., 2019).

Assim, passado, presente e futuro estão intrinsecamente ligados à História sendo esta capaz de integrar estes três momentos e, quando o foco está em compreender os movimentos de construção de uma identidade profissional ela torna-se extremamente relevante, seja buscando elementos que ajudem a entender sua origem, seja buscando elementos que ajudem a compreender o momento atual no qual essa construção identitária insere-se ou, seja buscando traçar conjecturas que ajudem a desvelar os rumos que esta profissão seguirá ao longo da sua trajetória histórica.

Para Moreira (2014), Barreira e Baptista (2003), Padilha (2004), Campos e Oguisso

(2010), Luchesi e Lopes (2011) e Carvalho, Padilha e Neves (2022) a identidade profissional é um processo em constante construção, nunca acabado, dinâmico e interativo, baseado em múltiplas interações sociais. Nesta construção ressaltam-se dois aspectos fundamentais: a importância do processo de socialização profissional e das interações nos contextos de trabalho e o papel decisivo das representações que são permanentemente (re)construídas na ação profissional (Luchesi; Lopes, 2011).

Moreira (2014), Barreira e Baptista (2003), Padilha (2004), Campos e Oguisso (2010), Petry et al. (2019), em relação à enfermagem, caracterizam-na como uma construção histórica, coletiva e marcada por rupturas, as quais, no entanto, não significam o apagamento do passado e o desconhecimento do que então foi construído. É uma profissão que, ao longo do tempo, vem desconstruindo e reconstruindo sua história (Maia, 2021) e, na era atual, também enfrenta diferentes situações e diferentes desafios, o que a levará a questionar se o seu futuro e a sua utilidade para a sociedade serão diferentes do que são atualmente (Arenas, 2020). *(tradução nossa)*

Identidade profissional também pode ser definida como um conjunto de atribuições de significados que respaldam entendimentos e interpretações que as pessoas têm de si mesmas e do grupo a que pertencem (Campos; Oguisso, 2010)9. Assim, a construção identitária profissional passa pelas interações sociais entre indivíduos (Padilha, 2004; Santos, 2005; Nascimento, 2007; Silva; Freitas, 2021) e neste processo as representações sociais, imagéticas e códigos configuram-se relevantes pois atribuem significados a esta identidade profissional e respaldam os entendimentos e as interpretações que as pessoas têm de si mesmas e do grupo ao qual pertencem, fortalecendo-a no imaginário coletivo (Takashi; Freitas, 2022).

Neste aspecto o Rito e toda a rede de representações simbólicas a ele incorporado constitui um importante meio para a construção identitária profissional e para a construção da imagem social do enfermeiro. Rito, significa ordem prescrita e sua etimologia remete ao sentido de ordem, seja do cosmos ou das relações entre deuses/homens ou homens/homens. Já no campo religioso, os termos Cerimonial e Rito entrelaçam-se sendo que o termo cerimônia originalmente remete-se a ritos cívicos e solenes, ou seja, a uma série de atos formais com dimensão simbólica, com recorte espaço/tempo próprio, linguagens, signos e objetos próprios, cuja interpretação constitui um bem comum ao grupo (Simieli et al., 2014). Mas também pode ser entendido, segundo o autor acima, como um Rito Institucional quando consagra uma ordem estabelecida

para levar aqueles que são transformados nesse ato a comportarem-se da mesma forma como a representação do real se mostra.

Então, outro elemento foi incorporado à identidade profissional nesta trajetória histórica da enfermagem. Trata-se da imagem social ou profissional, sendo definida como uma rede de representações sociais, as quais por meio de um conjunto de conceitos, afirmações e explicações, reproduz e é reproduzida pelas ideologias originais no cotidiano das práticas sociais (Silva; Freitas; Borenstein, 2002). Entretanto, esta construção social da imagem profissional acontece sob a perspectiva dos grupos sociais que interagem com os profissionais.

Silva, Padilha e Borenstein (2002) afirmam que a imagem sociocultural-profissional e identidade profissional do enfermeiro são construídas com a influência de processos históricos e reconstruídas através de construtos, representações mentais e subjetividades dos diferentes atores sociais que mostram a realidade de uma profissão constituída no passado, no presente e que apresentam desafios para o futuro. Contudo, Johnson et al. (2012) afirmam que a relação entre a construção da identidade profissional da enfermagem e a sua retenção ainda não foi totalmente avaliada pela profissão de enfermagem (tradução nossa) e, para Arenas (2020) talvez a própria enfermagem não tenha sido capaz de se ver como a engrenagem que compõe o variado grupo profissional nas instituições de saúde (tradução nossa). Mas, a lógica é que uma identidade profissional congruente, ou seja, quando a formação dessa identidade ocorre juntamente com a sua retenção pelo profissional, isto pode levar a uma imagem pessoal e profissional positiva (Johnson et al., 2012) (tradução nossa).

Este artigo é produto de pesquisa de Dissertação na qual o pesquisador preocupa-se em desvendar as relações existentes entre os ritos e a construção identitária profissional da enfermagem buscando respostas ao questionamento: como os signos e símbolos empregados nos ritos dialogam com a construção da identidade profissional da enfermagem?

Esta pesquisa teve como objetivos compreender os significados atribuídos aos ritos institucionais da enfermagem e como estes ritos atuam nas construções das identidades profissionais da enfermagem.

Método

2.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo exploratório das identidades profissionais, com abordagem qualitativa que, segundo Lima Júnior et al. (2021), é o mais apropriado para compreender detalhadamente e em profundidade os fatos investigados, e. Também é um estudo em História Oral, por ser a abordagem que melhor possibilitou a compreensão das experiências humanas e o aprofundamento no conhecimento sobre as naturezas humanas (Luchese; Lopes, 2011; Gonzáles, 1999), bem como por sua capacidade de gerar dados que possibilitaram compreender melhor o fenômeno (Gomes et al., 2018).

Ressalta-se também a importância dos estudos qualitativos como relevantes para a área da saúde e, principalmente, para a enfermagem considerando-se o fato de que a prática destes profissionais está pautada nas relações interpessoais, na comunicação e no cuidado (Gonzáles; Ruiz, 2019).

2.2 Local do estudo

O cenário escolhido para este estudo foi a (Abradhenf) Academia Brasileira de História da Enfermagem, no ano de 2019, por ser um espaço destinado à produção e difusão de conhecimentos nas áreas da História da Enfermagem e da Identidade Profissional e, por ser uma entidade que preserva tradições ritualísticas como o Rito de Posse, no qual o membro efetivo passa a ser reconhecido como membro Acadêmico.

Estas características fizeram com que a Academia fosse eleita para realização deste estudo. Também corroborou para que o estudo fosse realizado na entidade em questão o fato do pesquisador ser integrante da ABRADHENF e possuir vínculo acadêmico com alguns de seus membros.

2.3 Participantes do estudo

A escolha dos participantes baseou-se intencionalmente naqueles membros com maiores contribuições para a entidade, os chamados indivíduos-chave, considerados aqueles que terão inicialmente a informações mais relevantes e raras (Luchese; Lopes,

2011) e, em vista disso, relevantes compreender suas percepções acerca dos ritos identitários da Academia.

Desta forma, foram definidos como critérios de inclusão: ser membro fundador da Academia e ainda associado a ela ou ter sido membro submetido ao Rito de Posse, ou que se encaixem nos dois critérios concomitantemente. Para verificação dos membros fundadores foi consultada a Ata de fundação da Academia e para verificação dos membros Acadêmicos — aqueles submetidos ao Rito de Posse — foram consultados os registros institucionais.

Desta forma, foram convidados pessoalmente os membros residentes no município de São Paulo e por telefone os membros residentes em outros municípios distantes da capital, num total de dez indivíduos dentre membros fundadores e membros acadêmicos aos quais foram explicadas as razões da pesquisa dentre elas as contribuições que poderiam proporcionar para as discussões acerca da relação entre ritos e construção identitária profissional, bem como para a visibilidade à Academia. Puderam participar do estudo seis membros.

2.4 Coleta de dados

A entrevista foi a técnica escolhida por ser a mais apropriada para este tipo de estudo, abordagem na História Oral, e por ser o principal recurso para extrair dos participantes os relatos mais pessoais e suas vivências (Luchese;Lopes, 2011) a respeito da temática.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em uma única data, local e horário, escolhidos pelos participantes tanto para as entrevistas presenciais quanto para as on-line pelo Google Meet e os entrevistados somente souberam das perguntas no dia da entrevista. Seguiram-se as seguintes etapas: foram gravadas somente em áudio, transcritas, transcriadas e validadas pelos participantes. O corpo documental foi submetido à Análise de Conteúdo, de Bardin (2016), e analisadas à luz da teoria das Identidades Profissionais, de Dubar (2005).

2.5 Aspectos éticos

O estudo foi conduzido seguindo os preceitos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da (EEUSP) Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, parecer nº 2.968.721/2018.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação no estudo foi encaminhado e assinado pelos participantes do estudo, ficando uma cópia em poder deles. As entrevistas foram transferidas para um HD externo e apagadas dos dispositivos de gravação, visando manter a privacidade e segurança das informações.

Resultados

A categoria Identidade Profissional e Imagem Social da enfermagem foi identificada a partir dos discursos dos entrevistados ao referir haver uma dualidade no que tange à enfermagem: há a identidade profissional do enfermeiro como elemento importante e indispensável para atuação no cuidado em saúde e há a imagem social como elemento igualmente importante por exprimir uma identificação a partir do olhar do outro. É possível inferir através dos excertos abaixo a importância não somente de se construir uma identidade profissional para si, mas também construir uma imagem social complementar a essa identidade:

Chegando aqui na USP fazendo o doutorado e estudando muito sobre a origem da enfermagem e da sua profissionalização eu vi o quanto ela é importante e que ela precisava disso para se firmar, não só cientificamente através dos estudos, mas a sua imagem, que a gente precisava manter essa imagem até por conta da estratificação que tem na categoria de enfermagem, temos o auxiliar, o técnico, o enfermeiro, então se você não tem nenhuma identificação, nada que o diferencie todos são chamados de enfermeiros no hospital, todos, aliás qualquer um menos o médico, é chamado de enfermeiro (Entrevistado 1).

[...] a gente precisaria valorizar mais este conteúdo da história no sentido de formar cidadãos conscientes do trabalho na sociedade como profissionais, mas sobretudo com essa visão da sua própria identidade, da sua história que não é dada e não está pronta e nem acabada, mas que se constrói a cada instante, a cada momento (Entrevistado 2).

Constituir a academia para nós é algo que a gente valoriza e se esforça para que ela continue viva e as conexões que a gente fez com exterior, com uma academia, uma Federação Ibero Americana, ou seja, já reunindo academias semelhantes de países ibero americanos, eventos internacionais e quando você se apresenta além de um pesquisador, de um professor, também como acadêmico, isso tem um impacto positivo nas pessoas que estão

ligadas a esse tipo de conhecimento e de cultura institucional como são as academias (Entrevistado 4).

Não tivéssemos essa ajuda/apoio das americanas o processo de formação de enfermeiras brasileiras seria completamente outro. Veja exemplo da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, que foi fundada em 1890, mas o curso de enfermagem era totalmente ministrado apenas por médicos, até a enfermeira Maria Pamphiro, formada pela EE Anna Nery, assumir a direção em dezembro de 1942. Portanto, a questão identitária da Enfermagem brasileira continua ainda em construção (Entrevistado 5).

Eu acho que a contribuição da academia com a questão da identidade são os próprios estudos realizados e também a própria questão da história porque muito da identidade profissional que a gente tem hoje é reflexo de toda uma construção histórico-social da questão do cuidado que vem desde os primórdios da civilização. Então, contribuir para essa identidade, inclusive eu acho que hoje nós temos uma identidade construída, mas que socialmente ela está muito mais defasada que a sociedade não entende muito ainda a importância do papel do enfermeiro. Então, eu acho que os estudos de história são importantes porque eles trazem essa visibilidade não só para a profissão, mas ele mostra para a sociedade as lutas, as dificuldades que essa profissão teve para se estabelecer e conseguir ser a profissão embasada em ciência que ela é hoje (Entrevistado 6).

A categoria Percepção dos ritos e símbolos pelos integrantes da Academia revela a relação de afinidade entre os ritos e a Academia. Por ser uma entidade com profundas raízes no passado da enfermagem, a tradição é um elemento muito importante e seus membros fazem questão de mantê-la. Os ritos cumprem muito bem essa função aos olhos dos membros da Academia:

Então, eu sempre achei e valorizei muito esses nossos emblemas, essas nossas insígnias que identificam a profissão, então eu acho, e esses rituais, esses ritos, eu sinto que te dá aquela sensação de pertencimento. Após você passar por um rito, isso eu sinto muito nos alunos lá na escola quando a gente coloca aquela insígnia no peito deles, e a gente fala nos discursos também. Nossa! Dá a eles aquela sensação de pertencimento. Então, eu acho que na academia, quando nós criamos esse rito da cerimônia, da entrega, da outorga da medalha ao acadêmico, você mostra para a sociedade a qual ele pertence e concretiza toda aquela trajetória dele (Entrevistado 1).

Eu acho que esses rituais eles aparecem entre diversas formas, mas o importante é ter a clareza de quais são os rituais, quais são os símbolos que representam esta entidade sejam

eles por imagem, sejam eles por palavras, são todos signos importantes e que demarcam a identidade daquele território, seja da pesquisa, seja da história, seja...enfim, e que congregam, que motivam a congregação, a reunião daquelas pessoas, elas têm esse foco e essa direção (Entrevistado 2).

E a gente acreditou, segue acreditando inclusive, que a enfermagem merece esse tipo de ritualística, de colocação no mundo científico porque o mundo científico ele também tem os seus luxos, não é? Como as cerimônias de posse de reitor, de professor titular, enfim, tem uma ritualística própria do mundo acadêmico e das academias ligadas ou não às universidades e que a gente também quis desfrutar e criar para a enfermagem através da Academia Brasileira de História da Enfermagem (Entrevistado 4).

[...] o crescimento da academia, uma das suas possibilidades de visibilidade se dá através dos ritos, eles não são originais nossos. Nós nos espelhamos em alguns outros e estamos dando um tipo de particularidade (Entrevistado 4).

Assim, poderiam ser considerados como ritos de pertencimento a continuidade com estudos e pesquisas sobre História da Enfermagem, a participação ativa no Grupo de Pesquisa e as publicações de artigos em revistas indexadas e de livros sobre a temática, [...] (Entrevistado 5).

E aí para a cerimônia eu quis que tivesse todo um diferencial para que as pessoas que não fossem da academia, ou mesmo aqui da casa sentissem essa questão do ritual, da importância desse ritual, mas que fosse algo marcante. Então nós tivemos a ideia das becas, do uso do traje talar oficial para essa atividade. Eu quis que houvesse uma cadeira especial para a acadêmica que são essas cadeiras que os formandos tiram foto, que tem toda talhada, toda desenhada para a gente ter uma questão das instituições antigas mesmo e remetendo a essas instituições centenárias e os seus rituais também (Entrevistado 6).

Discussão

A categoria Identidade profissional e imagem social da enfermagem foi extraída dos discursos dos entrevistados nos quais ficou evidente a presença desta dualidade

envolvendo a enfermagem. O profissional enfermeiro cuja identidade está em constante construção numa interação direta com os coletivos sociais dos quais faz parte e, esse mesmo profissional que, nestas interações com estes mesmos coletivos, tem sua imagem social sendo construída por estes atores sociais.

Para Dubar (2005) a identidade não é algo estanque ou acabado e sim fruto de sucessivas interações através das quais ela é construída. Ainda, segundo o autor há uma dualidade permanente na construção de uma identidade: a identidade para si, resultante da reflexão interna na qual o indivíduo se questiona sobre que tipo de pessoa quer ser e a identidade para o outro, também resultante da reflexão na qual este indivíduo questiona-se sobre que tipo de pessoa é, a partir do olhar do outro.

Para que o texto flua sem confusões quanto aos termos usados, foi adotado que a expressão Identidade Profissional seja sinônimo de identidade para si e Imagem Social seja sinônimo de identidade para o outro.

Esta dualidade está fortemente marcada nos discursos dos colaboradores:

[...]se você não tem nenhuma identificação, nada que o diferencie, todos são chamados de enfermeiros no hospital [...] (Entrevistado 1); [...] hoje nós temos uma identidade construída, mas que socialmente ela está muito mais defasada porque a sociedade não entende muito ainda a importância do papel do enfermeiro [...] (Entrevistado 6).

Ela é ao mesmo tempo inseparável e ligada de maneira problemática. Inseparável uma vez que a identidade para si é correlata ao outro, isto é, nunca sei quem sou a não ser pelo olhar do outro, pois nem sempre a identidade que construí para mim coincide com o que o outro pensa sobre mim, ou melhor, a identidade profissional que construo pode não corresponder com a imagem social construída pelo outro. É problemática dado que a experiência do outro não pode ser vivida por mim e todas as comunicações são marcadas pela incerteza. Afinal, eu nunca tenho certeza de que a minha identidade profissional que construo coincide com a imagem social que o outro constrói para mim (Dubar, 2005).

Este conflito entre o eu e o(s) outro(s) presente nos discursos dos entrevistados refletem a consciência que existe um distanciamento entre identidade para si e identidade para o outro e da necessidade de buscar uma aproximação entre estas duas construções. Contudo, este conflito tem um efeito positivo para a construção das identidades para si uma vez que elas são construídas em coletividade, nunca sozinhas, bem como, são um processo contínuo e inacabado conforme dito anteriormente, pois para Dubar (2005) é imprescindível

o olhar do outro sobre mim para que eu possa construir a minha identidade. É possível identificar esta construção identitária a partir do olhar do outro no excerto seguinte: “Não tivéssemos essa ajuda/apoio das americanas o processo de formação de enfermeiras brasileiras seria completamente outro” (Entrevistado 5).

Desta forma, fica evidente que a construção das identidades profissionais é uma construção social e o olhar do outro sobre a minha identidade é de extrema importância para que ela seja construída. A imagem social construída pelo outro tem relevante influência sobre a construção identitária profissional por mim, pois é através da identificação que nos é conferida que construímos a nossa própria identidade profissional.

Outra categoria identificada nos discursos dos entrevistados, trata-se da Percepção dos Ritos e Símbolos pelos integrantes da Academia. Esta categoria expressa valores muito significativos para aquele grupo social: “eu sempre achei e valorizei muito nossos emblemas, essas nossas insígnias que identificam a profissão, e esses rituais, esses ritos, eu sinto muito que te dá aquela sensação de pertencimento”(Entrevistado 1).

Os ritos são considerados, para os entrevistados, elementos importantes dentro do processo de construção da identidade profissional do enfermeiro, pois transmitem a sensação de pertencimento, passam a mensagem de aceitação pelos demais atores sociais, condição essencial para a continuidade do desenvolvimento, desse ator social aceito, em coletividade. Seus efeitos atuam no campo das emoções e sentimentos, áreas muito relevantes no processo de construção identitária.

Esta condição confere aos ritos uma grande capacidade para contribuir na introspecção dos valores do grupo às identidades profissionais ali em construção. Os ritos são, desta forma, componentes importantes dentro da socialização, desse fazer em coletividade, pois facilitam a circulação de ideias e valores comuns entre os atores sociais: “eu acho que esses rituais eles aparecem entre diversas formas, mas o importante é ter clareza de quais são os rituais, quais são os símbolos que representam essa entidade [...]” (Entrevistado 2).

À medida que cada indivíduo no grupo social (re)constrói sua identidade profissional, ao longo de sua trajetória, os ritos e os símbolos, uma vez incorporados, passam a compor sua identidade para si: “após você passar por um rito, isso eu sinto muito nos alunos lá na escola quando a gente coloca aquela insígnia no peito deles, e a gente fala nos discursos também, nossa, dá a ele aquela sensação de pertencimento” (Entrevistado 1).

Dubar (2005), em uma de suas pesquisas explica que o ato essencial que une entre si os membros de uma corporação era um juramento religioso solene, um rito de

iniciação de novos funcionários muito semelhante aos ritos religiosos e não é à toa que se assemelham a eles pois, os ritos religiosos são incorporados ao grupo social com extrema eficácia e criam uma profícua identificação. Desses atos ritualísticos resulta um sentimento de pertença que seria benéfico para ambos, indivíduo e instituição, e a organização deve zelar pela aprendizagem e pela reprodução do ritual entre os profissionais, pois os ritos têm a finalidade de proteger seus membros dos riscos de perda da identidade e quanto maior forem os riscos mais elaborados devem ser os ritos.

Assim, os ritos devem ocupar um lugar de destaque dentro da instituição pois unem indivíduos ligados por um propósito em comum, unem indivíduos que conjuram ideias semelhantes e a identificação adquire maior significado à medida que os ritos adquirem maior relevância e tornam-se mais comuns dentro da instituição: “então eu acho que na academia, quando nós criamos esse rito da cerimônia, da entrega, da outorga da medalha ao acadêmico, você mostra para a sociedade a qual ele pertence e concretiza toda aquela trajetória dele.” (Entrevistado 1).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a cerimônia ou rito, envolto numa atmosfera cheia de simbolismos e significados, cumpre algumas formalidades: serve como apresentação do iniciado à sociedade da qual a partir daquele momento fará parte, tem a finalidade de reforçar conceitos e valores importantes para aquele grupo social, possui a capacidade de provocar introspecção no iniciado quanto a importância para si em pertencer àquele grupo, a importância em assumir seu lugar e seu papel no grupo social e tem o potencial de contribuir para a construção identitária profissional de todos ali no grupo social.

4.1 Limitações do estudo

As limitações deste estudo estão em não poder, através dele, estabelecer generalizações e extrapolar seus resultados para além dos indivíduos entrevistados, tendo em vista os ritos e suas representações podem atingir e produzir efeitos nos indivíduos submetidos a eles de formas diferentes a depender, por exemplo, do tipo de instituição, das interações sociais dentro do grupo e da prática de ritos institucionais mais simples ou mais elaborados.

4.2 Contribuições para o campo da enfermagem

O estudo em questão oferece subsídios para ampliar as discussões acerca da relevância dos ritos institucionais como instrumentos que conferem reconhecimento a um indivíduo, que atribuem pertencimento e, também, contribuem para a construção das identidades profissionais. Os resultados encontrados também oferecem subsídios para discussões acerca da inter-relação ritos/identidade profissional/prática profissional no contexto sociopolítico do ser e fazer profissional em enfermagem.

Considerações finais

Este estudo desvelou as percepções e os significados atribuídos pelos membros da Academia Brasileira de História da Enfermagem aos seus ritos institucionais. Eles atuam como facilitadores nos processos de pertencimento, bem como, atuam como colaboradores nos processos de construção identitária profissional. Neste estudo ficou evidente que os ritos desempenham o importante papel de contribuir para a fixação de valores comuns ao grupo social nas identidades em construção.

Também foi possível verificar a existência de dois processos na construção identitária profissional, ambos relacionados ao mesmo indivíduo, a identidade profissional para si e a imagem social (ou Identidade Profissional para o outro), os quais atuam como elementos complementares ou conflitantes à identidade em construção para si, a depender de como ocorrem as socializações dentro dos grupos sociais.

Referências

- ARENAS, F. R. *La enfermería: una reflexión sobre su futuro y su razón de ser. Temperamentvm*, v. 16, 2020. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1699-60112020000100020. Acesso em 01 jun. 2023.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARRERIA, I. A.; BAPTISTA, S. S. O Movimento de Reconsideração do Ensino e da Pesquisa em História da Enfermagem. *Rev Bras Enferm*, v. 56, n. 6, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/rj/reben/a/TwJMtWqDDSFcfBWdbtgTrLh/?lang=pt>. DOI: 10.1590/S0034-71672003000600024. Acesso em 01 jun. 2023.
- CAMPOS, P. F. S.; OGUISSO, T. A Identidade e exercício profissional. In: OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J. (orgs.). *O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- CARVALHO, F. C. et al. A identidade profissional da enfermeira militar: uma revisão integrativa. *Cienc Cuid Saúde*, v. 21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/64779/751375155458>. DOI: 10.4025/ciencuidsaude.v21n0.64779. Acesso em: 01 jun. 2023.
- DONOSO, M. T. V.; DONOSO, M. D. O cuidado e a enfermagem em um contexto histórico. *Rev Enf UFJF*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 51-5, 2016.
- DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GOMES, S. C. et al. História Oral como método para a compreensão do ofício das parteiras do semiárido brasileiro. *Texto Contexto Enferm*, v. 27, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/ZDHT-VY7PxxL7bkmmCjcd6Hc/#>. DOI: 10.1590/0104-07072018002470017. Acesso em: 01 jun. 2023.
- GONZÁLES, J. S. *Historia de le Enfermería*. 2 v. Alicante-Esp: Aguacalara Editorial, 1999.
- GONZÁLES, J. S., Ruiz M. C. S. *Pensamiento crítico, autoevaluación y estética en la práctica clínica de enfermería: una aportación desde la antropología educativa*. España: Octaedro, 2019.

JOHNSON, M. et al. Professional identity and nursing: contemporary theoretical developments and future research challenges. *International Nursing Review*, v. 58, n. 4, 2012. Disponível em: <https://online-library.wiley.com/doi/10.1111/j.1466-7657.2012.01013.x>. DOI: 10.1111/j.1466-7657.2012.01013.x. Acesso em: 01 jun. 2023.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 2000.

LIMA JÚNIOR, E. B. et al. Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 01 jun. 2023.

LÖW, L. *Enfermeiras Negras na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2013. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LUCHESI, L. B.; LOPES, G. T. História Oral. In: OGUISSO, T. et al. (orgs). *Pesquisa em História da Enfermagem*. Barueri-SP: Manole, 2011. p. 401-56.

MAIA, A. R. Desafios para uma escrita da História de Enfermagem Contemporânea. *Hist Enferm Rev Eletron*, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: [EDITORIAL_pt.pdf \(abennacional.org.br\)](#) DOI: 10.51234/here.21.v12n2.ed. Acesso em: 01 jun. 2023.

MOREIRA, A. Profissionalização da enfermagem brasileira. In: OGUISSO, T. (org.) *Trajetória histórica da enfermagem*. Barueri, SP: Manole, 2014. p. 124-46.

NASCIMENTO, M. A. V. Dimensões da identidade profissional docente na formação inicial. *Rev Port Pedag*, v. 41, n. 2, 2007. Disponível em: [Visualização de Dimensões da identidade profissional docente na formação inicial \(uc.pt\)](#) DOI: 10.14195/1647-8614_41-2_9 Acesso em: 01 jun. 2023.

PADILHA, M. I .C. S. A Enfermagem em foco: perspectivas no ensinar e aprender a história da profissão. In: *Congresso Brasileiro de Enfermagem*, 56, 2004. Anais. Gramado: ABEn-RS, 2004. p. 24-29.

PERES, M. A. A. et al. Museu como estratégia de difusão do conhecimento em história da enfermagem. *Hist Enferm Rev Eletron*. v. 10, n. 2, 2019. Disponível em <https://here.abennacional.org.br/here/v10/n2/a1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

PETRY, S. et al. Autonomia da enfermagem e sua trajetória na construção de uma profissão. *Hist*

Enferm Rev Eletron, v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <https://here.abennacional.org.br/here/v10/n1/a7.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

SANTOS, C. A Construção social do conceito de Identidade profissional. *Interações*, n. 8, 2005. Disponível em: *Visualização de A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional (interacoes-ismt.com)* Acesso em: 01 jun. 2023.

SILVA, A. L. et al. Imagem e identidade profissional na construção do conhecimento em enfermagem. *Rev Lat-Americ Enferm*, v. 10, n. 4, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/rlae/a/DcjVfzHKzfW6sz-Qp8wsfFLz/?lang=pt>. DOI: 10.1590/S0104-11692002000400017. Acesso em: 01 jun. 2023.

SILVA, T. A.; FREITAS, G. F. Socialização primária no processo da escolha e identidade profissional da enfermagem: uma abordagem Dubariana. *Rev Bras Enferm*, v.74, n 2, 2021. Disponível em: FREITAS, G F de doc 155e.pdf (usp.br) DOI: 10.1590/0034-7167-2020-0293. Acesso em: 01 jun. 2023.

SIMIELI, M. F. et al. Rito Católico e imagem da enfermeira (1957). *Aquichan*, v. 14, n. 1, 2014. Disponível em: *Rito católico e imagem da enfermeira (1957) (scielo.org.co)*. DOI: 10.5294/aqui.2014.14.1.9. Acesso em: 01 jun. 2023.

TAKASHI, M. H., FREITAS, G. F. Enseñanza de la historia de la enfermería en las universidades públicas del Estado de São Paulo. *Cultura de los Cuidados*, v. 26, n. 62, 2022. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/122786/1/CultCuid62_o8.pdf. DOI: <https://doi.org/10.14198/cuid.2022.62.o8> Acesso: 01 jun. 2023.



Jonathas de Andrade, Suar a camisa (Working up a sweat), 2014, 120 camisas de trabalho, 120 suportes de madeira desmontáveis. Tamanhos variáveis. Vista da exposição One to One, MCA Chicago, 2019. Photo: Nathan Keay, © MCA Chicago







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG

Jonathas de Andrade, *Suar a camisa (Working up a sweat)*, 2014, 120 camisas de trabalho, 120 suportes de madeira desmontáveis. Tamanhos variáveis. Vista da exposição One to One, MCA Chicago, 2019. Photo: Nathan Kelly, © MCA Chicago



CRISE, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MIGRAÇÃO:

o papel do Estado no movimento de haitianos ao Brasil

FLÁVIO LIMA*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54304>

RESUMO: O artigo discute as mudanças nos padrões migratórios internacionais desde o início do século XXI, com foco no movimento de haitianos ao Brasil, especialmente para o Paraná, entre 2010 e 2018. Analisa também o papel do Estado brasileiro com relação a este processo, questionando se suas ações e seus mecanismos contribuíram para que o Brasil se tornasse um destino migratório naquele período. Para isso, o artigo está fundamentado em uma pesquisa qualitativa, que combina trabalho empírico e análise documental. Ademais, explora a relação entre crises capitalistas contemporâneas, reestruturação produtiva e migração, destacando como a alteração dos marcos regulatórios convertem dificuldades econômicas em oportunidades para aprofundar políticas neoliberais, influenciando o volume dos fluxos e a mudança no eixo migratório. Demonstra como isso se efetivou com o processo em tela e, argumenta que determinadas modificações nos marcos regulatórios e as próprias ações geopolíticas beneficiaram a reestruturação, ao mesmo tempo em que facilitaram a atração de migrantes haitianos ao Brasil, cuja incorporação ao mundo de trabalho se deu como forma de reduzir custos produtivos.

PALAVRAS-CHAVE: crise; reestruturação produtiva; migração; Estado; política migratória.

Crisis, productive restructuring, and migration: the role of the State in the flows of Haitians to Brazil

ABSTRACT: In this paper, I examine shifts in international migration patterns since the early 21st century, focusing on the movement of Haitians to Brazil, particularly to the state of Paraná, between 2010 and 2018. I also analyze the role of the Brazilian state in this process, questioning whether its actions and mechanisms led to Brazil becoming a migration destination during this period. The discussion is grounded in qualitative research that combines empirical work and documentary analysis. Furthermore, I explore the relationship between contemporary capitalist crises, productive restructuring, and migration, highlighting how changes in regulatory frameworks transform economic difficulties into opportunities to deepen neoliberal policies, thereby influencing migration flows and shifting migratory patterns. I demonstrate how this process unfolded and argue that specific changes in regulatory frameworks, along with geopolitical actions, facilitated productive restructuring and contributed to attracting Haitian migrants to Brazil. Their integration into the world of work served as a means of reducing production costs.

KEYWORDS: crisis; productive restructuring; migration; State; migration policy.

* Universidade Estadual de Campinas

Introdução

Desde o início do século XXI, os movimentos migratórios internacionais mudaram consideravelmente. O estouro das crises capitalistas contemporâneas, a mais dramática delas sendo a crise financeira e imobiliária iniciada em 2007, vem produzindo uma reconfiguração nos padrões migratórios: antes, a maioria dos movimentos migratórios se dirigia ao Norte Global (Europa Ocidental e América do Norte), mas, nas últimas décadas, houve um crescimento dos movimentos migratórios para o Sul Global.

A América Latina se insere nesse movimento de maneira relevante. Os dados do Informe Anual do Observatório das Migrações Internacionais na América Latina confirmam essa tendência. Segundo o informe, na década de 2010, essa porção continental recebeu um incremento no ingresso de pessoas originárias do Sul Global. Destacam-se haitianos e venezuelanos — grupos migratórios que cresceram de forma significativa na década em evidência —, além de outras nacionalidades, tais como senegaleses, bolivianos, colombianos e bengalis (Obmigra, 2019, p. 3).

O Brasil figura entre os países que receberam os maiores fluxos migratórios no período em questão. Dos 774.200 imigrantes que ingressaram no país em 2018, cerca de 395.100 procediam de contextos intrarregionais (países latino-americanos) e extrarregionais (países asiáticos e africanos) (Obmigra, 2019, p. 1 e 7), o que contrasta com os padrões de décadas anteriores, cujo predomínio se caracterizou pela chegada de imigrantes de países da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos.

Haitianos e haitianas, grupo de imigrantes no qual tratarei ao longo deste artigo, estão inseridos nas condições descritas. Esses sujeitos formam o maior grupo migratório que ingressou no Brasil na última década. Entre 2010 e 2018, foram concedidos 106.475 pedidos de permanência para haitianos em território brasileiro, dos quais 90.607 foram emitidos para trabalhar em condições formais (Obmigra, 2019; Rais, 2019, p. 51 e 54).

No contexto brasileiro, o estado do Paraná, na região Sul, está entre os que receberam a maior proporção de imigrantes que adentraram o país. No mesmo período, esse estado da federação recebeu 10.628 pedidos de permanência legal e de trabalho. Mais de 50% dos imigrantes haitianos que chegaram no Paraná se concentram na região

norooeste do estado, onde trabalham em matadouros, frigoríficos, setores de limpeza, construção, serviços gerais e na indústria têxtil (Obmigra, 2019, p. 62).

Estudiosos de processos de deslocamento e reassentamento de pessoas, vêm caracterizando tal tendência como um novo padrão de migração global (Villen, 2015), marcado por distintos e volumosos fluxos internacionais de pessoas que, à medida que se movem pelo espaço, alteram a relação com os territórios, suas geografias, culturas e fronteiras (Nagel, 2002).

Os movimentos migratórios internacionais constituem-se, historicamente, como um dos componentes mais relevantes, generativos, destrutivos e essenciais para a reprodução ampliada do capital em todo o globo (Ritchie, Carpenter & Mojab, 2022) e carecem de ser colocados em exame. Desse modo, questiona-se: Quais ações e mecanismos contribuíram para que, na última década, o Brasil se tornasse um destino para a migração de haitianos? A busca por oferecer respostas a esse questionamento consiste em compreender se as ações e os mecanismos adotados permitem investigar o movimento migratório realizado pelos haitianos, bem como as implicações que suas chegadas produzem nas relações sociais do Brasil e do estado do Paraná.

Como parte do esforço para analisar e debater essa temática, elaborarei uma discussão para compreender quais conteúdos legitimam o padrão migratório internacional em que, nos anos de referência, pessoas originárias do Sul global, se destacam como os maiores fluxos migratórios em seus territórios, a exemplo do movimento realizado por haitianos no contexto latino-americano. Ao lançar luz para a questão das migrações internacionais contemporâneas, darei particular foco no movimento migratório de haitianos para o Brasil, especialmente para o estado do Paraná, entre 2010 e 2018.

Dessa forma, o artigo está fundamentado em uma pesquisa qualitativa que combina trabalho empírico e análise documental. A coleta de dados empíricos foi realizada entre 2016 e 2020, totalizando mais de 100 entrevistas com trabalhadores, sindicalistas e proprietários de empresas têxteis no estado do Paraná. Além disso, entre 2017 e 2022, desenvolveu-se uma ampla pesquisa documental baseada na análise de dados provenientes de instituições governamentais e privadas. A metodologia adotada se inscreve na abordagem do método do caso estendido (Burawoy, 2009), que enfatiza a observação participante e a intervenção do pesquisador no campo.

Para fazê-lo, foram investigados os papéis do Estado brasileiro na conformação e na manutenção desse processo migratório de haitianos ao Brasil. Essa tentativa visou

observar como suas estruturas são mobilizadas para organizar, administrar, restringir e controlar o acesso de pessoas a determinados lugares, permitindo, com isso, explicitar o papel desempenhado pelo Estado em relação ao movimento migratório. Assim, articula-se aquilo que Nagel (2002, p. 972) define como “geopolítica da migração”.

Com isso, pretendo explicitar determinados componentes da natureza e da complexidade dos movimentos migratórios em curso, enfatizando que, nesse processo: “as relações sociais e o ritmo do movimento são compelidos e facilitados pelo movimento do próprio capitalismo” (Ritchie, Carpenter & Mojab, 2022, p. 4). Nesse sentido, os papéis e os mecanismos de atuação do Estado capitalista (Jessop, 1990; Rodrigues, 2016), em seu acoplamento com o capital (Gilmore, 2002), adquirem uma relevância fundante. Assim, o foco do artigo está em como o Estado brasileiro, por meio de políticas e mecanismos específicos, contribuiu para que o Brasil se tornasse um destino para os migrantes haitianos e como essas ações estão interligadas com as transformações econômicas e produtivas no país.

O argumento central é que a atual fase do capitalismo tem configurado radicalmente as formas de manifestação do contínuo processo de reestruturação, cujos traços se manifestam na rodada que teve lugar na virada para o século XXI. Induzida pelas crises para as quais busca oferecer respostas, a reestruturação produtiva se forja não apenas por meio da reorganização da estrutura produtiva (reengenharia e reorganização) e da configuração geográfica da atividade industrial, comercial e financeira nos limites do território brasileiro (Lima, 2024), mas também por meio do alcance político de sua atuação, além dos limites estabelecidos por suas fronteiras – o que se expressa tanto pela alteração dos marcos regulatórios, quanto por meio de ações diplomáticas no Haiti, que possuem um caráter abertamente militarizante.

Reestruturação produtiva e movimento migratório de haitianos para o brasil

Neste item, buscarei compreender alguns elementos que caracterizam os movimentos migratórios internacionais desde o início do século XXI, com foco particular

naqueles percorridos pelos haitianos para o Brasil, especialmente para o estado do Paraná, entre 2010 e 2018. Evidencia-se aspectos destacados do processo, que se configurou como um dos fluxos que compõem o chamado novo padrão migratório (Villen, 2015; Basso, 2015; 2020), relacionando-os aos condicionantes da reestruturação produtiva que ocorreu na virada do século XXI, em suas dimensões mais relevantes.

Apesar de fazer parte da cultura haitiana realizar fluxos migratórios para fora de seu território, o afluxo em direção ao Brasil, que se configurou a partir de 2010 (Desrosiers, 2014; Seguy, 2014), tem um caráter distinto. Historicamente, haitianos migraram para países do Norte Global, principalmente Estados Unidos e França (OBMigra, 2020, p. 49). Desde a segunda década de 2010, no entanto, passaram a migrar para países do Sul Global, como o Brasil e o Chile. Trata-se, portanto, de um movimento de pessoas se deslocando para territórios distintos daqueles para os quais costumavam migrar no século XX.

No âmbito das alterações ocorridas nas primeiras décadas do século XX, haitianos deixaram de figurar como um grupo migratório importante — em termos de fluxo, para países do Norte Global, passando a ser a nacionalidade mais expressiva a chegar ao Brasil (Gomes, 2016; Martins, 2018; Pachi, 2019; Jesus, 2020). Entre 2010 e 2018, foram concedidas 106.475 autorizações de amparos legais a haitianos no país (OBMigra, 2019, p. 78-83). As questões que se colocam são: Por que os haitianos passaram a migrar para o Brasil? Que determinantes implicaram tal processo?

Ao investigar e descrever os motivos mais frequentes que levam à migração — considerando tanto as questões objetivas quanto as subjetivas — a literatura identificou um conjunto de categorias que explica os recentes deslocamentos internacionais de pessoas. Em um artigo recente, Armijos-Orellana *et al.* (2023) resumem o conjunto de categorias que evidenciam tais deslocamentos pelo globo. São elas: *econômica* (as condições de precarização laboral, como arrocho salarial, desemprego estrutural e inflação, que resultam em miséria, pobreza e desigualdade social); *social* (as violações de direitos fundamentais, como perseguições de mulheres, discriminação racial e intolerância religiosa); *[geo]política* (as instabilidades políticas oriundas de golpes de Estado e regimes autoritários e as situações limites de conflitos bélicos); *demográfica* (os desequilíbrios populacionais que se acentuam com taxas de natalidade elevadas ou em declínio e envelhecimento massivo da população); e, *ecológica- ambiental* (eventos climáticos extremos

pontuais ou permanentes, que tornam áreas inabitáveis, e até mesmo, as problemáticas geradas pela emergência da pandemia de Covid-19). São todas categorias que impulsionam as migrações, já que, em função delas, buscam outras áreas para sobreviver.

Embora estejam de fato relacionados aos movimentos migratórios, será que essa categorização é suficiente para evidenciar a *essência* dos processos migratórios contemporâneos? Será que tais categorias exprimem aquilo que está na base do deslocamento de pessoas ao redor do globo?

Neste sentido, continuarei a interpretar esse conjunto de categorias de forma articulada, considerando que, embora uma delas possa se sobressair em alguns contextos históricos de crises do capital (Harvey, 2014), todas, conjuntamente, desempenham um papel fundamental de reconfiguração nos padrões migratórios nas últimas décadas. Considerarei também que as determinações do processo carecem ser evidenciadas a partir das estruturas de poder que, quando em ação, propiciam ou mesmo facilitam os deslocamentos. Para tanto, foca-se nas ações e nos mecanismos de atuação do Estado, por considerar que ele cumpre papel relevante nos processos migratórios. Centrar em tal perspectiva não significa, no entanto, tratá-lo como única fonte do poder. Como se sabe, a despeito de seu poder infraestrutural (Mann, 2007) e do monopólio “legítimo” da violência — expressa com o aparato militar (Weber, 1999) —, o poder do Capital é *fundante* nas expulsões que resultam em processos migratórios internacionais.

Atentarei para a manifestação de um evento de ordem ambiental ocorrido no Haiti (o terremoto de 2010), considerando que ele produziu resultados, independentemente de terem implicado ou não a migração. No entanto, o foco explicativo se concentrará nos rebatimentos da crise ocorrida antes (2007-2008), com o objetivo de identificar: como e quais ressonâncias eles produziram na geopolítica das migrações (Harvey, 2014; Basso, 2015). As interpretações acerca das dimensões das crises contemporâneas asseguram que, entre suas ressonâncias, encontra-se uma nova rodada de reestruturação produtiva, induzida pela crise financeira e imobiliária iniciada nos Estados Unidos em 2007 (Harvey, 2014), cujos rebatimentos redundaram em ajustes nas relações de produção (García Linera, 2021) e nos marcos regulatórios em muitos territórios do Ocidente Global.

A configuração do novo padrão migratório internacional (Villen, 2015; Basso, 2015), aqui denominado como padrão migratório neoliberal, resultou dessa rodada de

reestruturações (múltiplas em suas manifestações e em seus resultados). Os ajustes que o delineiam foram implementados como esforços para resolver espacialmente os efeitos da crise, o que se deu, entre outras formas, por meio do movimento geográfico de pessoas — e também de capitais, mercadorias e informações — em múltiplas escalas (Smith, 1992).

As diferenças relacionadas a essa busca por estratégias para aumentar a produção a custos decrescentes, podem ser explicitadas a partir dos desenvolvimentos desiguais do capital, que se manifestam em todas as escalas (Smith, 1992; Brenner, 2004). Assim, enquanto no Norte Global essa tendência implicou mutações tecnológicas e informacionais na produção (Massey, 1986), culminando em desemprego massivo e na transferência da atividade produtiva para fora dos limites do território — configurando um processo de desindustrialização —, no Sul Global, essa tendência se manifestou como uma fonte de força de trabalho barata (Antunes, 1999; 2018), com a transferência da atividade produtiva sendo deslocada dos grandes centros para o interior do território.

Embora tais tendências estejam amplamente identificadas pela literatura especializada na temática das reestruturações (Navarro, 1998; Kilmister, 2000), deve-se questionar como elas se articulam na prática. A seguir, apresentarei três estratégias de restauração das bases da acumulação de capital adotadas pelos industriais brasileiros para aumentar a produção a custos decrescentes, melhorar a competitividade e adaptar-se às demandas impostas pela criação de novas tecnologias (Harvey, 2005; Oliveira, 1996; Pereira Júnior, 2011), todas identificadas a partir dos trabalhos de campo.

As determinações dessas três estratégias se expressam nas tentativas de restauração das bases da acumulação de capital mobilizada pelos industriais no interior do território. Como demonstrou a literatura que aborda esse tema no Brasil (Lencioni, 1991; Oliveira 2007; Pereira Júnior, 2011; Tunes, 2019; Lamoso, 2020; Lima, 2023), desde a década de 1990, elencam-se entre suas características:

- i) introdução de novas tecnologias e da automação para melhorar a eficiência e reduzir custos produtivos (Tunes, 2019);
- ii) alterações na forma como o trabalho é organizado, incluindo novas formas de gestão, processos de terceirização de atividades e serviços e o enxugamento dos quadros produtivos (Antunes, 2018);

iii) ajustes na configuração da produção para otimizá-la e não desperdiçar tempo e recursos (Pinto, 2013);

iv) alterações nos marcos regulatórios e capacidade — do trabalho, principalmente — de adaptação rápida às transformações introduzidas a partir da reestruturação.

No estado do Paraná, em especial, a mobilização dessas estratégias vem sendo realizada nos setores produtivos em geral, que as implementam como forma de reduzir os custos de produção, e no setor têxtil situado na região noroeste do Estado em particular, no qual os mecanismos adotados aumentam a mobilização da força de trabalho barata, principalmente para trabalhar nas confecções (Lima, 2024). Em 2018, as indústrias têxteis da região noroeste paranaense produziram 150 milhões de peças (equivalente a 51,9% da produção estadual e a 8,6% da produção têxtil nacional para o setor). Durante o mesmo ano, a região abrigava 441 indústrias distribuídas em 96 municípios. Juntas, essas indústrias geraram cerca de 400.000 empregos diretos e mais de um milhão de empregos indiretos. Desse total, estima-se que 6% da força de trabalho seja composta por trabalhadores imigrantes, que chegaram de outros países, entre eles o Haiti (Lima, 2022).

As alterações na forma como o trabalho é organizado puderam ser observadas em duas instâncias. Por um lado, pode-se afirmar que ocorreram por intermédio das novas formas de gestão e processos de terceirização de atividades e serviços. Com as entrevistas feitas em campo, constatou-se que, entre os anos 2000 e 2016, uma das maiores indústrias da região eliminou cerca de 2.043 empregos diretos, enquanto, no mesmo período, a produção teve um incremento de 80.000 peças (Lima, 2022). Nesse processo, recrutaram trabalhadores haitianos para realizar a mesma quantidade de tarefas que eram feitas pelos trabalhadores locais, mas por metade do salário.

A eliminação de empregos e o recrutamento de imigrantes impactam diretamente os trabalhadores que permanecem, que são forçados a realizar mais atividades no mesmo tempo de trabalho sem receber compensação adicional (uma intensificação dos ritmos de trabalho). Consequentemente, ambos os grupos de trabalhadores são afetados pela ampliação da jornada laboral. Isso gerou uma relação de produção em cadeia: as tarefas principais (*design* e modelagem) permaneceram nos espaços industriais convencionais, enquanto as tarefas de acabamento (costura, bordado e tecido) foram transferidas para fora desses espaços, dispersa pelos espaços domiciliares e pelas fac-

ções locais (Lima, 2024), suscitando subcontratações realizadas em condições laborais precárias, com pagamentos por peça e a baixo custo, sem proteções legais nem sociais.

Além disso, ocorre um extenso processo de socialização do trabalho nos domicílios das trabalhadoras, que também funcionam como apêndices do sistema produtivo, sendo nós de mercantilização do tempo não laboral (Harvey, 1989, p. 145). Em muitos casos, as mulheres não apenas trabalham em seus próprios lares, mas também utilizam seus próprios instrumentos de trabalho.

A estratégia de reestruturação da produção foi verificada por intermédio de um processo de transferência de parcela da atividade que se intensificou ao longo das décadas, com maior incidência em 2010. A produção foi afetada pelo deslocamento parcial das estruturas produtivas que se concentravam massivamente em cinco cidades e foram dispersadas em 96 por todo o estado (Lima, 2022).

Foi verificada também com as mudanças nos marcos regulatórios, que acentuaram a flexibilização da legislação trabalhista (Coutinho, 2013) e a supressão de direitos conquistados. Contratar trabalhadores com salários mais baixos e jornadas extensivas requer um marco regulador flexível (Antunes, 2018). Entre as mudanças para adaptá-lo a esses preceitos, é possível observar aquelas que foram implementadas no estatuto dos trabalhadores brasileiros — Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) — com maior intensidade a partir da década de 2010, especificamente com a contrarreforma de 2017, como mecanismos efetivos para mudar as relações laborais, sendo a supressão das proteções e dos direitos os pontos mais destacados.

Esse conjunto de estratégias elencadas explicita, em grande medida, como a reestruturação produtiva se efetiva na prática. No entanto, existe outra dimensão que carece ser elucidada, relacionada ao papel do Estado brasileiro, buscando compreender como eles permitiram que os haitianos se deslocassem para o Brasil. Elas serão destacadas no item a seguir.

O papel do estado no movimento de haitianos para o brasil

Neste item, destacarei determinadas ações e mecanismos de atuação do Estado brasileiro relacionados a exercícios realizados em território do Haiti e à promulgação de marcos regulatórios que facilitaram a entrada de migrantes haitianos em território brasileiro. Evidencia-se como o Brasil implementou uma série de medidas e políticas para atrair migrantes haitianos, incluindo concessões de vistos permanentes por razões humanitárias e a Portaria Interministerial nº 10 de 2018, que estabeleceu uma categoria especial de vistos humanitários para haitianos.

A ação estatal também foi um dos fatores que incidiram na reestruturação e sobre os movimentos migratórios. O Estado se concentrou, principalmente, em: a) construir recursos de infraestrutura, como estradas, linhas ferroviárias e aeroportuárias, para integrar a região noroeste com outras regiões e países da América Latina e levantar edificações; b) promover a pesquisa científica nas universidades públicas para incrementar a capacidade produtiva do algodão (principal matéria-prima da indústria têxtil) e da produção de têxteis e roupas; c) oferecer incentivos fiscais diretos (concessão de terrenos para a construção de indústrias) e indiretos (concessão de empréstimos e isenção de impostos); e d) facilitar as transações econômicas (venda de produtos e compra de maquinário) por meio da eliminação ou simplificação das barreiras comerciais e do sistema tarifário (Fresca, 2006; Vietro, 2011; Lima, 2022).

Essas ações se articulam na base do que a literatura tem explicitado para caracterizar o conceito de reestruturação produtiva, geralmente de maneira articulada às estratégias tomadas pelos capitais. Mas há outro aspecto que permite explicar como a reestruturação produtiva é um processo que merece ser analisado para verificar o caráter da geopolítica da migração, relacionado aos papéis do Estado. A interpretação da reestruturação produtiva será realizada pela via do papel e dos mecanismos de atuação do Estado, cujas estratégias específicas convertem as dificuldades econômicas que originam crises em oportunidades para aprofundar programas neoliberais em todas as dimensões: a despossessão e as migrações internacionais, que correspondem a dois de seus desdobramentos mais evidentes, são facetas observadas a partir do papel e dos mecanismos de atuação. Nesse sentido, o processo é interpretado a partir da estatalidade [statehood] (Jessop, 1990; Brenner, 2004) sob o capitalismo contemporâneo.

Os papéis do Estado capitalista, conforme discutido por Rodrigues (2016), manifestam-se por meio de ações e mecanismos que operam em diferentes escalas e instituições, influenciando diretamente as especialidades da política (Cigolini, 2022). Eles podem ser observadas tanto nas “presenças” do Estado — por meio da elaboração de leis, decretos, marcos regulatórios, acordos diplomáticos, políticas públicas e do direcionamento de fundos para determinados setores da sociedade — quanto em suas “ausências”, evidenciadas pela falta dessas iniciativas voltadas a grupos sociais com demandas efetivas não atendidas.

No contexto dos movimentos migratórios em direção ao Brasil, essa relação se torna particularmente relevante, pois os papéis do Estado é que permite redefinir as geografias das migrações na escala continental. Quando o Estado brasileiro, por meio de uma atuação seletiva e direcionada, facilitou a entrada e a permanência de migrantes haitianos criando marcos regulatórios como vistos humanitários e autorizações de trabalho, ao mesmo tempo mecanismos de direcionamento desses fluxos para regiões específicas do país, como o noroeste do Paraná, ele está usando de seu poder para incidir e pautar esses movimentos.

Tais ações e mecanismos, sejam eles explícitos ou implícitos, revelam as formas pelas quais o Estado não apenas atende às demandas de determinados setores (presença) — como a dos industriais, que buscavam a redução dos custos de produção —, mas também marginaliza outras reivindicações (ausência), como as dos movimentos de trabalhadores que clamavam por melhores condições de trabalho e salários. O resultado dessas dinâmicas evidencia intencionalidades subjacentes que se materializam no espaço geográfico e não podem ser desconsideradas. Presença e ausência, embora possam parecer contraditórias à primeira vista, são fundamentais para a compreensão dos papéis do Estado. É nessa relação que se situa o jogo político, no qual ações e mecanismos estatais explicitam o poder que orienta o campo de movimentação dos atores sociais (Mann, 2007; García Linera, 2022). Seus significados revelam as direções e interesses implícitos que moldam o espaço geográfico, especialmente no contexto das migrações internacionais contemporâneas.

Como está sendo explicitado, desde 2010 (Desrosiers, 2014; Seguy, 2014), haitianos passaram a realizar movimentos migratórios para o Brasil. A ocorrência do evento ambiental também pode ser elucidativa do processo. Isso porque o Brasil começou a instaurar marcos regulatórios e acordos diplomáticos com o Estado haitiano, sob o dis-

curso de ajudar a resgatar o país de uma “crise” e recuperar a economia do país. Não obstante a cultura migratória da população haitiana, o fluxo em direção ao Brasil se deu imediatamente após o terremoto ocorrido em 2010, que foi de proporções catastróficas para o território.

Parcela da literatura acerca das migrações internacionais argumentam, acertadamente, que o recrudescimento das políticas anti-migratórias e o respectivo fechamento das fronteiras de países do Norte Global (Basso, 2015), como os Estados Unidos e a França (OBMigra, 2020, p. 49), que historicamente foram países de “acolhida” para a nacionalidade haitiana – é, em grande medida, explicativo dos processos migratórios recentes para o Sul Global. No entanto, outras ações se articulam com esse processo, como as ações do Estado Brasileiro no século XXI que, associando-se ao terremoto e ao seu exercício geopolítico, instaurou uma série de marcos relacionados à vinda de migrantes haitianos.

Em 2012, o Conselho Nacional de Imigração publicou a Resolução Normativa Nffl 97, dispondo sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nffl 6.815, de 19 de agosto de 1980 (uma lei do regime ditatorial), a nacionais do Haiti. A lei concedeu visto permanente, pelo prazo de cinco anos, sob a justificativa de razões humanitárias, como aquelas “resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país” (Brasil, 2012, p. 59). A Resolução Normativa Nffl 106 de 2013, bem como a Resolução Normativa Nffl 117 de 2015 e a Resolução Normativa Nffl 123 de 2016 prorrogaram, por 12 meses, a vigência da Resolução Normativa Nffl 97, de 12 de janeiro de 2012 (Brasil, 2024).

Em 2018, foi editado um decreto considerado paradigmático em termos de políticas migratórias, diretamente relacionado aos deslocamentos haitianos para o Brasil. Tal concessão foi instituída por meio da criação de uma categoria especial - Portaria Interministerial Nffl 10 (Brasil, 2018, p. 1), que concede “vistos humanitários” de caráter “temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos”, para fins de acolhida. Não se tratava de um visto que tinha como interesse oferecer acolhida a migrantes que já se encontravam em território brasileiro, mas também àqueles “residentes na República do Haiti”. O documento, publicado pelo Ministério da Justiça, foi assinado pelos ministros de Estado da Justiça, Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho.

Esse marco regulatório do Estado propiciou (ou mesmo facilitou) a vinda e continua facilitando a integração legal de migrantes de maneira deliberada, aproveitando-se da vulnerabilidade socioespacial de um país que atravessou um evento ambiental de grandes magnitudes. A saber, o papel e os mecanismos de atuação do Estado capitalista dentro de um quadro geográfico – ou geopolítico – podem ser explicitados a partir do que Neil Brenner (2004) nomeia como projetos espaciais estatais, que se manifestam a partir de políticas de escala. Os modos de atuação do Estado brasileiro, os significados dessa política para o mundo do trabalho brasileiro e, sobretudo, as condições a que esses trabalhadores são inseridos nas atividades produtivas explicitam o alcance das ações e dos papéis do Estado nos movimentos de haitianos para o Brasil.

Por um lado, isso se explicita a partir das práticas institucionais dos ministérios cujos marcos mobilizam elementos nas fronteiras nacionais, no sentido de limitar ou ampliar o acesso a direitos. Suas práticas estiveram relacionadas a estender ao imigrante haitiano, por intermédio do Art. 8º da portaria, a “possibilidade de *livre exercício de atividade laboral no Brasil*, nos termos da legislação vigente” (Brasil, 2018, p. 2 – grifos meus). E o fazia no sentido de mobilizar o maior contingente possível. Tanto é que, embora o requerimento de autorização pudesse ser solicitado nas unidades da Polícia Federal em território brasileiro, seu trâmite foi facilitado quando solicitado na “Embaixada do Brasil em Porto Príncipe”.

Por outro lado, essas práticas se relacionam às ações institucionais dos ministérios que se mobilizam além da fronteira nacional, contidos – ainda que não explícitos – em privilegiar certos objetivos e interesses de uma fração de classe: qual seja, mobilizar um contingente de migrantes afetados por eventos ambientais e deslocá-los para o interior das fronteiras brasileiras.

Desde a ocorrência do terremoto, alguns organismos multilaterais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, certos Estados nacionais (Brasil, Canadá, Chile, França e EUA) e o tesouro nacional dos EUA se organizaram para impor uma série de políticas de austeridade (Harvey, 2005), ampliando a área de ação das corporações internacionais no território haitiano (Lima, 2022). Antes mesmo da ocorrência do evento, o Estado brasileiro se associou a tais práticas, estabelecendo acordos diplomáticos e termos de cooperação

para atuar politicamente no território haitiano. Constata-se isso pela participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) (Brasil, 2022) – junto a militares de outros 19 países, com o intuito de promover a “manutenção da paz” naquele território.

A centralidade do trabalho, evidente nos termos da portaria interministerial, evidencia-se, portanto, como um componente que explicita o caráter mistificador da ação do Estado e, ao mesmo tempo, a intencionalidade da “ajuda humanitária” (posterior ao terremoto), revestida sob as retóricas de “promover a normalidade institucional no país”, “restabelecer a segurança”, “proteger os direitos humanos” e “reconstruir o país” (ONU, 2012).

Pode-se observar que o exercício geopolítico do Estado brasileiro se revela tanto com a militarização – mobilização do aparato militar do Estado no território haitiano em ação coletiva com outros Estados nacionais – quanto com a ação voltada a propiciar o “desenvolvimento”, assim como a “reconstrução” promovida pelo “empresariado humanitário” brasileiro (anterior ao terremoto), configuram-se como ações voltadas para interferir nas relações sociais haitianas. Não são, portanto, espontâneas, na medida em que propiciaram efeitos de equalização socioespacial por meio das ações destacadas. Ambas foram constitutivas dos deslocamentos em evidência neste artigo. Tratam-se, efetivamente, de políticas de escala que incidiram tanto na produção e no aumento no volume dos fluxos de haitianos para fora de seu território, quanto na mudança no eixo das migrações haitianas, que antes migravam massivamente para os EUA e a França (OBMigra, 2020, p. 49) e que passaram a migrar para o Sul Global.

Nesse sentido, a vinda de haitianos ao Brasil permite explicitar a questão inicial, demonstrando como as ações do Estado alteraram um fluxo pré-estabelecido para responder às demandas dos capitais nacionais em processo de reestruturação. Não são, efetivamente, as migrações que deram lugar ao processo de reestruturação, mas são elas que cumpriram papel relevante na busca realizada pelos industriais pela redução dos custos relacionados à produção – buscada em todas as direções, mas, principalmente, por intermédio do rebaixamento dos custos relacionados ao fator trabalho. A mobilização para além das fronteiras do país se configura como um elemento relevante no processo que ocorreu em todo o território. Assim, por meio de suas ações, o Estado incentivou a emergência de novas formas de contratação que proporcionaram melhores condições de retorno aos capitais nacionais. Essa relação permite esclarecer

uma dimensão dos efeitos do recrutamento de trabalhadores haitianos no Brasil e no estado do Paraná, em particular.

Resulta relevante destacar, no entanto, que, apesar das implicações resultantes dessas três estratégias orientadas a ampliar as formas de valorização através do espaço (Smith, 1988), também se vislumbra a configuração do padrão neoliberal de migração a partir de mecanismos de recrutamento de força de trabalho migrante que determinam transformações nas relações laborais. No contexto da crescente busca para assegurar formas de valorização e acumulação de capital, os industriais implementaram mecanismos de redução de custos produtivos (Lima, 2023), enfatizando a ampla incorporação de formas precárias de trabalho migrante (Pachi, 2021) — próprias da neoliberalização (Peck, 2004; Herod e Lambert, 2016; Lima, 2024).

No caso do Brasil, especificamente, a chegada de trabalhadores haitianos representou um aumento no número de postos de trabalho ocupados por pessoas com um nível de educação básica, uma vez que sua inserção no mundo do trabalho ocorreu basicamente em postos técnicos e de baixa qualificação (RAIS, 2020), muitas vezes sem contrato de trabalho. Trata-se de situações com as quais a maioria dos migrantes se confronta diariamente.

No estado do Paraná, em especial, a incorporação de trabalhadores haitianos se realiza de várias formas. Isso acontece por meio de mecanismos de contratação direta (estabelecidos nos acordos legais entre Brasil e Haiti) e modalidades indiretas (nesse caso, os industriais contam com “coyotes”, comuns nas fronteiras entre territórios). O que é comum em ambos os casos é contar com o apoio de intermediários que operam aqui e lá, oferecendo vagas atraentes para os haitianos — que muitas vezes não são cumpridas, quando não se trata de trabalhos forçados em todo o território (Pachi, 2019).

Este exercício se baseia nos pressupostos empíricos constatados no trabalho empírico, que sustentam e fundamentam esta análise. Com a realização do trabalho de campo, foi possível verificar que uma das indústrias têxteis brasileiras investigadas emprega 118 trabalhadores haitianos, dos 63 que trabalham em sua estrutura. Esses imigrantes chegaram ao Brasil entre 2010 e 2011, quando, por meio de uma rede de contatos, um deles soube que as indústrias do estado do Paraná estavam recrutando trabalhadores do Haiti. Ele entrou em contato com elas, verificou as possibilidades

de contratação e iniciou sua trajetória migratória para o Brasil. Uma vez instalado, enviou informações para sua esposa, que emigrou um ano depois, junto com seus filhos. Desde então, continuam convidando mais pessoas de seu círculo de relações sociais a emigrar com o incentivo das indústrias, que concedem um adiantamento econômico para o deslocamento inicial. Quando chegam, precisam trabalhar intensamente na indústria como forma de compensar o dinheiro adiantado.

Esses trabalhadores vivem perto da estrutura produtiva em que trabalham, em pequenas moradias rudimentares de madeira, que têm dois quartos e um espaço comum, onde cozinham, comem e dormem. A moradia é alugada pelo dono da indústria. No total, há 14 migrantes: sete homens, quatro mulheres e três crianças. São trabalhadores de origem rural que vêm de uma experiência de expropriação no Nordeste do Haiti, onde foram obrigados a abandonar suas terras no município de Caracol, uma área que também experimentou um recente processo de reestruturação produtiva capitalista. Esses migrantes agora trabalham na comuna de Cabo Haitiano como trabalhadores informais. De lá, deslocaram-se para o Brasil para ocupar os postos de trabalho em diferentes setores.

Ao chegar ao Brasil, foram recrutados para trabalhar nas indústrias têxteis do Paraná. Na unidade produtiva, as haitianas e os haitianos estão sujeitos a diferentes funções: os homens ajudam a carregar os caminhões, levantando os fardos de mercadoria que pesam entre 50 e 100 kg e transportando os entulhos, descarregam os produtos químicos, desentopem tubulações, limpam os vidros da estrutura e dos reboques por onde se deslocam as mercadorias, e realizam qualquer outra atividade requerida. As mulheres, por sua vez, geralmente se dedicam a costurar, cortar, ajustar e limpar tudo o que for necessário. Dessa forma, é comum a todos os imigrantes não permanecerem em um local de trabalho definido, mas rotacionarem (relação da flexibilidade), conforme os requisitos da produção de bens têxteis.

Essa é uma das funções principais, mas não a única. Realizando atividades manuais com pouca qualificação formal e/ou recebendo salários mais baixos, homens e mulheres do Haiti fazem parte do fortalecimento da submissão da classe trabalhadora na região. Um dos resultados diretos disso é a manutenção de índices altos de trabalhadores disponíveis para trabalhar, recebendo baixas remunerações, o que repercute na estrutura do trabalho, dificultando até mesmo o poder de negociação do

conjunto dos trabalhadores. O desconhecimento da legislação nacional e dos direitos que têm os cidadãos que vivem em território brasileiro pode potencializar esse efeito adverso da contratação de força de trabalho imigrante.

A tendência estrutural ao barateamento dos custos produtivos relacionados ao fator trabalho (Oliveira, 1984), que se assenta sobre esses preceitos históricos, foi constatada empiricamente com esta pesquisa. Em 2018, os trabalhadores provenientes do Haiti receberam 42% dos salários mais baixos do país, enquanto os imigrantes da França receberam 76,5% dos salários mais altos (RAIS, 2020, p. 23). Trata-se de inseri-los para receber os salários mais baixos — ou mesmo mantê-los no “mínimo aceitável pelo sistema” (Villen, 2015, p. 23).

Na busca por redução de custos em momentos de crise, os trabalhadores imigrantes surgem como uma força de trabalho potencial a ser contratada pelos proprietários industriais como um dos mecanismos de extração de mais-valia, o que acaba potencializando a crescente demanda por “repor as empresas com braços e cérebros de todo o mundo [que laboram] a muito baixo custo” (Basso, 2015, p. 24). Devido às suas condições de instabilidade, eles se submetem a um trabalho mais duro e mal remunerado.

No bojo do processo, tal qual vai se configurando no Brasil, a crise iniciada em 2007 e repercutida nos anos seguintes — bem como as outras que desencadearam recentemente — insere-se entre os elementos explicativos da expulsão da maioria dos países latino-americanos. No entanto, o contexto histórico e universal, especialmente na particularidade latino-americana, em que a estrutura do mercado de trabalho tem traços precários, é requalificado à medida que trabalhadores haitianos são mobilizados para alterar a dinâmica do mundo do trabalho, repercutindo, como se verá adiante, nas relações socioculturais em geral.

A crise se configura, portanto, como uma das oportunidades mobilizadas pelos capitais e chanceladas pelo Estado nacional para rearranjar as condições de acumulação do capital. Assim, apenas indicar os traços relacionados à emergência da crise — apesar de sua relevância — não permite descortinar os interstícios da invisibilidade da rodada de reestruturação que, ao chegar ao Haiti, expulsa trabalhadores que são, talvez, os poucos que ainda restam na terra, cultivando-a como meio de vida, para fazê-la gerar renda, produzir ou tornar-se suporte para a produção industrial. E ao incidir sobre o Brasil, mobiliza os contornos de políticas de escala que produzem efeitos altamente perversos.

As migrações que resultaram das ações do Estado são parte constituinte da rodada de reestruturação produtiva que se estabeleceu no Brasil. Embora ela não seja a fonte dos deslocamentos migratórios de haitianos para o Brasil, a chegada de migrantes haitianos e sua introdução nas estruturas produtivas do Estado se articulam enquanto estratégias importantes que foram tomadas pelos industriais brasileiros como forma de aumentar a produção a custos decrescentes, aumentando a competitividade. A mobilização de migrantes haitianos permitiu maiores níveis de redução de custos salariais, dadas as condições às quais os trabalhadores migrantes se submetem, garantindo a permanência de parte desta indústria brasileira.

Considerações finais

Neste artigo, analisei os movimentos migratórios internacionais desde o início do século XXI, focando nos deslocamentos de haitianos para o Brasil, especialmente para o estado do Paraná entre 2010 e 2018. A questão norteadora foi: quais ações e mecanismos contribuíram para que, na última década, o Brasil se tornasse um destino para a migração de haitianos? O foco desse questionamento buscou compreender se as ações e os mecanismos permitem evidenciar o movimento migratório realizado pelos haitianos, bem como as implicações que suas chegadas produzem nas relações sociais do Brasil e do estado do Paraná.

Com a análise, demonstrou-se que o papel do Estado brasileiro, observado a partir da implementação de marcos regulatórios e ações geopolíticas direcionadas para atrair migrantes haitianos, incluindo concessões de vistos permanentes por razões humanitárias e a Portaria Interministerial nº 10 de 2018, contribuíram para o recrutamento de força de trabalho migrante, que geram transformações nas relações laborais. Ao fazê-lo, apontei como esses movimentos migratórios são parte de um processo mais amplo de uma rodada de reestruturação produtiva que teve lugar em tempos recentes no Brasil. Essas políticas promulgadas pelo Estado foram alinhadas a interesses econômicos de grupos nacionais, utilizando os marcos regulatórios para mobilizar força de trabalho haitiana e, com isso, atender demandas do mercado de trabalho nacional, principalmente em indústrias com baixos salários e poucas qualificações, como as do setor têxtil no estado do Paraná.

Deste modo, evidenciei que a regulação dos deslocamentos internacionais se articula, também, enquanto um exercício geopolítico, capaz de mobilizar, cooptar e alterar fluxos e relações. A mudança do eixo migratório dos países do Norte Global para os do Sul Global, como Brasil e Chile, evidencia seu alcance. A “geopolítica silenciosa” das migrações ilustra como o Estado brasileiro, por meio de suas ações, contribui para o deslocamento e a expulsão de migrantes além de suas fronteiras. Apesar da retórica de inclusão, a realidade enfrentada por esses migrantes muitas vezes resulta em condições de trabalho precárias e intensificação de desigualdades, características da periferia global. Essas políticas produzem repercussões no território e em suas relações socioculturais.

Essas ações demonstram que a mobilização dos marcos regulatórios do Estado não apenas prepara e permite a reorganização da atividade produtiva que enseja a reestruturação em curso no Brasil, mas também modifica as relações de produção para fora de seus limites territoriais. O próprio Estado se converte em veículo e motor do processo de reestruturação espacial em curso, que se forja não apenas por intermédio da reorganização no interior da estrutura produtiva (reengenharia e reorganização) e da configuração geográfica da atividade industrial, comercial e financeira, mas também por meio de ações geopolíticas coletivas de mobilização do aparato militar do Estado – em ação coletiva –, dos marcos regulatórios e dos fundos estatais para atender às demandas privadas da reestruturação.

Induzida pelas crises para as quais busca oferecer respostas, a reestruturação produtiva se forjou não apenas por meio da reorganização da estrutura produtiva e da configuração geográfica da atividade industrial, comercial e financeira nos limites do território, mas ampliou seu alcance, mobilizando o aparato do Estado que atuou para além de suas fronteiras. Tal atuação se evidencia na formulação e na alteração dos marcos regulatórios e por meio de ações diplomáticas que possuem um caráter abertamente militarizado.

Nelas residem os elementos constitutivos do atual padrão migratório que produziu o fluxo no qual determinados marcos políticos fizeram com que os haitianos constituíssem um fluxo migratório que cresceu de forma significativa na década de 2010. É nesse sentido que a regulação dos deslocamentos de pessoas que configuram os processos migratórios internacionais é, fundamentalmente, um exercício geopolítico

que incidiu sobre o aumento no volume dos fluxos e sobre a mudança no eixo. Compreender os processos migratórios sob a ótica da economia política revela que o Estado, em conjunto com frações do capital e organismos multilaterais, produz efeitos significativos no mundo do trabalho, no território e em suas relações socioculturais.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARMIJOS-ORELLANA, Ana Carolina; MALDONADO-MATUTE, Juan; GONZÁLEZ-CALLE, María; GUERRERO-MAXI, Pedro. Los motivos de la migración. Una breve revisión bibliográfica. *Revista Universitas-XXI*, 37, pp. 223-246. <https://doi.org/10.17163/uni.n37.2022.09>.
- BASSO, Pietro. 2015. “Racismo de Estado e antirracismo de classe na Europa”.
- BASSO, Pietro. Migration. Em: MUSTO, Marcello (Org.). *The Marx Revival: Key Concepts and New Interpretations*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 232–46, 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional De Imigração. 2012. Resoluções normativas. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1541/1/REN_CNIG_2012_97.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2025.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2024. Resoluções normativas. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/itemlist/category/10075-resolucoes-normativas?start=20>. Acesso em 21 de agosto, 2024.
- BRASIL. Ministério da Justiça. 2018. Portaria Interministerial nffl 10, de 31 de agosto, 2019. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/875>. Acesso em 25 de junho de 2024.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 2022. Participação do Brasil na MINUSTAH. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-porto-principe/porto-principe-arquivos/portugues/relacoes-brasil-haiti/participacao-do-brasil-na-minustah>. Acesso em 25 de junho de 2024.
- BRENNER, Neil. *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford: Oxford Academic, 2004.
- BURAWOY, Michael. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Alameda, 2014.
- CIGOLINI, Adilar. A questão do Estado na Geografia Política contemporânea brasileira. *Revista Espaço E Geografia*, n. 25, v. 1, p. 61–79, 2022. <https://doi.org/10.26512/2236-56562022e42049>

COUTINHO, Aldacy Rachid. *Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do Estado Providência*. Revista *Estudos do Século XX*, v. 13, n. 1, p. 167–180, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_13_10. Acesso em: [data de acesso].

DESROSIERS, Michaëlle. *Trabalho, Mulheres Negras e Zonas Francas no Haiti Contemporâneo: O “Empresariado Humanitário” Neocolonial em Movimento*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FRESCA, Tania Maria. *Industrialização recente da rede urbana do Norte do Paraná: cidades especializadas em produções industriais e transferência industrial*. *Boletim de Geografia*, v. 24, n. 1, p. 129–146, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v24i1.12390>. Acesso em: [data de acesso].

GARCÍA LINERA, Álvaro. *¿Qué es una revolución?: y otros ensayos reunidos*. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

GILMORE, Ruth Wilson. *Fatal couplings of power and difference: Notes on racism and geography*. *The Professional Geographer*, v. 54, n. 1, p. 15–24, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/0033-0124.00310>. Acesso em: [data de acesso].

GOMES, Sueli. *A presença dos migrantes haitianos em território maringense*. *Revista Geografar*, v. 11, n. 1, p. 5–16, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v11i2.48145>. Acesso em: [data de acesso].

HARVEY, David. *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2005.

HARVEY, David. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. Londres: Profile Books, 2014.

HARVEY, David. *The postmodern condition: An Enquiry into the origins of cultural change*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

HEROD, Andrew; LAMBERT, Rob. *Neoliberalism, precarious work and remaking the geography of global capitalism*. In: LAMBERT, Rob; HEROD, Andrew (Orgs.). *Neoliberal Capitalism and Precarious Work: Ethnographies of Accommodation and Resistance*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016.

JESSOP, Bob. *State theory: putting capitalist states in their place* Polity Press. Londres: Routledge, London (1990).

JESUS, Alex. *Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul*. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

KILMISTER, Andrew. *Restructuring*. Em: BROWNING, Gary & HALCLI, Abigail (Orgs.). *Understanding Contemporary Society: Theories of the Present*. London: Sage publications, 2000, pp. 252–266.

LAMOSO, Lisandra. *Desafios da desindustrialização brasileira: para além das métricas, a necessidade do debate político*. In: GOMES, Maria Terezinha Serafim; SPÓSITO, Eliseu Savério. (Org.). *Questões regionais e Geografia Econômica: perspectivas e desafios contemporâneos*. 1ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 103–124.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação Urbano-Industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 1991.

LIMA, Flávio. *Indústria têxtil e expansão do capitalismo no Brasil: o protagonismo das formas flexíveis de produção*. *Revista GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 2, p. e195501, 2024.

DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2024.195501. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/195501>.

LIMA, Flávio. Neoliberalismo: interpretações críticas e defensivas, intencionalidades e implicações. *Revista Percurso, Maringá, Brasil*, v. 16, n. 1, p. 57-89, 2024.

LIMA, Flávio. *Under the shadows of capital-imperialism: conditions of expropriation and exploitation of Haitian immigrants*. In: RITCHIE, Genevieve; CARPENTER, Sara; MOJAB, Shahrzad (ed.). *Marxism and migration: Marx, Engels, and Marxisms*. New York: Palgrave Macmillan, 2022. DOI: http://doi.org/10.1007/978-3-030-98839-5_6.

MANN, Michael. El poder autónomo del Estado: sus orígenes, mecanismos y resultados. *Revista de Relaciones Internacionales*, n. 5, p. 1-43, 2007. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2007.5.004>

MARTINS, Isis. Geografias da imigração haitiana para o Brasil. *Revista Tamoios*, v. 14, n. 1, p. 71-82, 2018. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2018.30652>.

MASSEY, Doreen. *The legacy lingers on: the impact of Britain's international role on its internal geography*. MARTIN, Ron (Org.). *The geography of de-industrialisation: critical human geography*. Londres: Palgrave, 1986, p. 31-56.

NAGEL, Caroline. Geopolitics by another name: immigration and politics of assimilation. *Revista Political Geography*, n. 21, v. 2, p. 971-987, 2002.

NAVARRO, Vera. *A produção de calçados de couro em Franca-SP: a reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1998.

OBMigra. 2019. *Relatório Anual: Imigração e Refúgio no Brasil*. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>. Acesso em 21 de agosto, 2024.

OBMigra. 2020. *Relatório Anual: Imigração e Refúgio no Brasil*. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf. Acesso em 21 de agosto, 2024.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. *Reestruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: possibilidades de disputas e de recomposição do poder no território*. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 245, n. 1, pp. 1-15, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. São Paulo: Graal, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. *Passagem na neblina*. Em: OLIVEIRA, Francisco. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996, p. 7-22.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). MIPONUH - *Perfil de la mission*, 2012. Disponível em: https://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/past/mipon_p.htm. Acesso: 22.04.2022.

PACHI, Priscila. *A precarização do trabalho do imigrante haitiano em São Paulo*. *TRAVESSIA - Revista Do Migrante*, v. 25, n. 42, 2021. doi:10.48213/travessia.i88.952.

PACHI, Priscila. *A Precarização na Base da Mundialização Contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2019.

PECK, Jamie. *Geography and public policy: constructions of neoliberalism.* "Revista Progress in Human Geography, n. 28, v. 3. p. 392-405, 2004.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará.* Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará.* Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século xx: taylorismo, fordismo e toyotismo.* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

RAIS. 2020. *Relatório RAIS: A inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal*. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_RAIS/Relat%C3%B3rio_RAIS.pdf. Acesso em 24 de agosto de 2024.

RITCHIE, Genevieve; CARPENTER, Sara; MOJAB, Shahrzad. *As Migrants Move: (re)formation of class and class struggle.* Em: RITCHIE, Genevieve; CARPENTER, Sara; MOJAB, Shahrzad (Orgs.). *Marxism and Migration: Marx, Engels, and Marxisms.* Palgrave Macmillan, Cham, 2022. p. 3-31. https://doi.org/10.1007/978-3-030-98839-5_1

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Políticas públicas para o espaço.* Revista Cidades, v. 13, n. 22, pp. 41-69, 2016.

SEGUY, Frank. *A Catástrofe de Janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a Recolonização do Haiti.* Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SMITH, Neil. *Contours of a spatialized politics: Homeless vehicles and the production of geographical scale.* Revista Social Text, 33: 54-81, 1992.

TUNES, Regina. 2019. *Concentração e Territorialização da produção inovadora no Brasil: uma análise a partir do conceito de condições gerais de produção.* Revista Geographia, v. 21, p. 52-71.

VIETRO, Anderson. *A indústria confeccionista no Norte do Paraná.* Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.

VILLEN, Patrícia. *Migração na modernização dependente: "braços civilizatórios" e atual configuração polarizada.* Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

WEBER, Max. *Economia & sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Brasília: UnB, 1999.



Jonathas de Andrade, *Suar a camisa (Working up a sweat)*, 2014, 120 camisas de trabalho, 120 suportes de madeira desmontáveis. Tamanhos variáveis. Vista da exposição One to One, MCA Chicago, 2019. Photo: Nathan Keay, © MCA Chicago







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética.

O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG

Jonathas de Andrade, Suar a camisa (Working up a sweat), 2014, 120 camisas de trabalho, 120 suportes de madeira desmontáveis. Tamanhos variáveis. Vista da exposição One to One, MCA Chicago, 2019. Photo: Nathan Keay, © MCA Chicago



ECONOMIA MORAL E AS GREVES DOS ENTREGADORES (2020-2021):

revolta coletiva diante do “empreendedorismo da subsistência”

GUSTAVO GONÇALVES VAZ*

SÉRGIO PAULO MORAIS**

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.53669>

RESUMO: O presente ensaio tem o objetivo de retomar a teoria do historiador inglês do século XX, Edward P. Thompson, e sua leitura sobre os motins de fome na Inglaterra do século XVIII a partir de sua ideia de Economia Moral, como um processo coletivo de conscientização acerca das injustiças sociais impostas à classe trabalhadora. A abertura desse conceito, abre espaço de debate dentro da lógica da informalidade laboral, a partir de uma ideologia neoliberal imposta, especialmente, pós década de 80 no contexto brasileiro. Dessa forma, as “greves dos apps”, mediadas pelos entregadores nos anos 2020 e 2021, dão abertura à uma nova leitura referente a uma Economia Moral dos trabalhadores informais como resultado da precarização laboral, promovida pela terceirização do trabalho e o senso de perda dos direitos sociais trabalhistas por parte dos motoboys.

PALAVRAS-CHAVE: E.P. Thompson, economia moral, informalidade, greves dos apps, precarização.

Construction and validation of a protocol for perioperative nursing assistance in latex-free patients

ABSTRACT: This essay aims to revisit the theory of the 20th century English historian, Edward P. Thompson, and his reading of the hunger riots in 18th century England based on his idea of Moral Economy, as a collective process of awareness about the social injustices imposed on the working class. The opening of this concept opens up space for debate within the logic of labor informality, based on a neoliberal ideology imposed, especially after the 1980s in the Brazilian context. In this way, the “app strikes”, mediated by delivery people in 2020 and 2021, open up a new reading regarding a Moral Economy of informal workers as a result of job insecurity, promoted by the outsourcing of work and the sense of loss of employees. social labor rights for motorcycle couriers.

KEYWORDS: E.P. Thompson, moral economy, informality, app strikes, precariousness.

* Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

** Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Uma introdução sobre a economia moral

Com uma obra voltada à constituição dos grupos sociais e suas relações transversais, o historiador do século XX E. P. Thompson, busca analisar o processo histórico a partir das experiências vivenciadas e percebidas na realidade concreta, ao invés de um mero reflexo das relações econômicas de produção. É dessa forma, que sua abordagem converge entre os campos da história econômica e social para desenvolver uma leitura marxista que permite compreender a constituição da classe trabalhadora na Inglaterra do século XVIII, não somente pelas condições materiais, mas também, “pela consciência de uma identidade de interesses entre diversos grupos de trabalhadores contra interesses de outras classes” (Thompson, 1987, p.17).

Em oposição ao economicismo exacerbado, que interpreta nas relações de produção como fator determinante para a formação de classes, Thompson desenvolve em sua teoria como a classe operária inglesa do século XVIII formou a si própria tanto quanto foi formada a partir de regras, comportamentos, sentidos pré-existentes de justiça e direitos para enfrentar as novas demandas da sociedade capitalista industrial que se formava, contra a ideia de uma formação “automática” de classe. Assim, seu método de análise historiográfico para entender a condição vivenciada pela massa trabalhadora, se dá na matéria da experiência e consciência que se formava na classe operária inglesa, suas lutas e reivindicações diante das transformações nas relações de produção, do ponto de vista dos agentes a partir das reivindicações que recorriam a reativação dos direitos costumeiros em detrimento do aumento da exploração em certas conjunturas.

Teórico nas áreas econômicas da filosofia, história e antropologia, Karl Polanyi (1944), desenvolve em seu estudo seminal “A Grande Transformação”, um esboço acerca das mudanças sociais, econômicas e políticas consequentes da ascensão da nova sociedade industrial e da transição de uma Economia Moral paternalista para o capitalismo de mercado do século XIX. É nessa lógica, que Thompson analisa a transição desses dois modelos, “onde a razão liberal enfraquece a razão tradicional” (Fassin, 2019, p.32), e desenvolve as novas relações sociais, instituições e hábitos alterados nessa mudança na forma de exploração. A partir daí, o historiador inglês aponta a dupla consequência catastrófica – a opressão política e a exploração econômica – resultantes da intensificação do novo modelo industrial ao qual a classe trabalhadora inglesa estava submetida, em suas palavras:

As relações entre patrões e empregados tornaram-se mais duras e menos pessoais; mesmo sendo correto afirmar que a liberdade potencial do trabalhador tenha aumentado, visto que o empregado nas fazendas ou o artesão na indústria doméstica estava situado a meio caminho entre a posição do servo e a do cidadão, esta “liberdade” significava que se sentia mais intensamente a falta dela. Em qualquer situação em que procurasse resistir à exploração, ele se encontrava frente às forças do patrão ou do Estado e, comumente, frente às duas. (Thompson, 1987, p.23)

É neste contexto de degradação moral da condição de humanidade na qual os operários ingleses foram impostos, em um período de transformações abruptas das relações sociais, que Edward Thompson investiga o cotidiano da cultura das multidões como perspectiva de análise referente à leitura da classe trabalhadora inglesa diante das novas relações de mercado e de exploração, e questões como: a venda de esposas ou os motins de fome no século XVIII, serão investigados como manifestações de grupos sociais com interesses em comum que passam a se entender como classe em oposição à quebra dos costumes tradicionais.

Foquemos no segundo caso, então, a respeito dos motins de fome na Inglaterra do século XVIII. O autor explora, como a classe trabalhadora tinha plena consciência de quando seus direitos estavam sendo restringidos, ao passo que, no convívio dos trabalhadores, formavam-se às lutas coletivas em favor de reivindicações que recorriam a seus direitos tradicionais de distribuição de alimentos. Assim, na matéria da experiência e consciência de classe, o autor atesta como a classe operária formara-se por meio desses sentidos de justiça e direitos, que em tempos, lhe eram restringidos. Segundo Thompson, “É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade.” (Thompson, 1998, p.152)

Se um método puramente economicista aplicasse um determinismo das relações econômicas para dialogar com a questão, provavelmente, resumiria a questão em uma relação rasa de aumento dos preços dos grãos e paralelamente o crescimento da fome, e daí os motins. É esse paradigma que Thompson buscará rebater em sua obra, com uma aproximação do pensamento antropológico ao histórico, o autor fará

uma análise que coloca em confluência a história social da econômica para entender a leitura dos trabalhadores em relação ao mercado e as negociações entre multidão e governantes. Se para a historiografia positivista a interpretação dos motins poderia ser vista como um mero resultado de fatores econômicos, em Thompson, a visibilidade da história popular, suas tradições, condições de trabalho e disciplina, status de independência do trabalhador e exploração, organização popular, entre outros aspectos, eram os elementos chave para identificar as relações de classe no contexto das rebeliões. É sobre este senso de justiça, quebra dos costumes tradicionais e independência como foco de classe, que Didier Fassin coloca sua perspectiva sobre a questão:

Se os camponeses estão se rebelando contra os proprietários de terras, não é só porque os recursos são escassos, é também em nome de padrões que não foram respeitados, direitos e obrigações para os quais os compromissos tácitos não foram mantidos. Então não estamos apenas em uma economia política em que o mercado impõe sua dura lei: também estamos lidando com uma **economia moral** que nos faz lembrar que outra forma de troca é possível. (Fassin, 2019, p.32)

É a partir do envolvimento da população em rejeição aos novos valores dominantes de mercado, que o historiador inglês coloca o conceito de Economia Moral como uma proposta em aberta que pode ser dialogada com novas alternativas, no caso dos ingleses dos séculos XVIII e XIX, como uma tentativa de impor “a antiga economia paternalista de grãos” em contraposição à economia do livre mercado. Dessa forma, esse conceito amarra boa parte da teoria desenvolvida por Thompson, e pode ser definido como a manifestação coletiva de resistência das massas frente a nova economia de mercado, assim, em contraposição ao *laissez-faire*, a economia moral inglesa pode ser baseada na legitimidade tradicional de defesa dos direitos e costumes apoiados por um amplo consenso do que deve ser feito na sociedade. “Nesse sentido a economia moral é invocada como resistência à economia do livre mercado [...] As racionalizações ou “modernizações” do mercado capitalista afrontavam as normas da comunidade e criavam ininterruptamente um antagonista “moral”. (Thompson, 1998, p.258)

Diante dessas questões, nota-se que a questão da fome no século XVIII ou até mesmo dos salários, tem papel secundário frente à luta pelos costumes e direitos tradicionais e o senso de justiça que mutuamente intensificavam a consciência de classe.

Assim, mais do que observar somente as condições materiais dos tumultos como um estímulo da fome, entende-se que esse conceito nos ajuda a entender as realidades sociais da exploração a partir da experiência de vivência dos povos mais pobres, o que possibilita compreender as transformações dos processos de produção a partir da perspectiva das massas. Referente a essa proposta, de pensar socialmente a história dos eventos sociais pela ótica dos marginalizados e excluídos, o historiador inglês, ainda diante deste enfoque nas classes e seu enfrentamento diante da natureza catastrófica da Revolução Industrial, completa:

a transparência da exploração na mesma fonte da sua nova riqueza e poder; perda do status e, acima de tudo, independência do trabalhador, reduzido à total dependência dos instrumentos de produção do mestre; a parcialidade da lei; a ruptura da economia familiar tradicional; a disciplina, a monotonia, as horas e as condições de trabalho; a perda do tempo livre e do lazer; a redução do homem ao status de “instrumento”. (Thompson, 1987, p.27)

É evidente que a fome era uma das questões que afluía na desigual sociedade inglesa na virada do século XVIII para o XIX, no entanto, a teoria de Thompson nos ajuda a entender como o cerne das manifestações não restringiam meramente um censo econômico diante das transformações produtivas, mas como destaca Michael Merrill, “o que distinguia os manifestantes era uma forte crença de que qualquer falta de comida não era a inevitável vontade de Deus, era um ato humano reversível. Eles enxergavam suas dificuldades como falhas políticas e sociais, e protestavam para garantir reparação.” (Merrill, 2014, p.314)

Dessa forma, a leitura de Thompson sobre a Economia Moral nos motins de fome, contribui frente a ideia de justiça e exploração por parte da classe trabalhadora e a noção – ou de um bem-estar comum, ou da diminuição de seus direitos e sua humanidade – que a disputa coletiva se formara no interior da luta de classes. A questão que está posta, então, converge em como um conjunto identificável de crenças, regras e comportamentos diante de novas demandas de produção, podem despertar reivindicações populares em afronta às autoridades diante da priorização do interesse voltados ao lucro em detrimento da situação de emergência de uma parcela da sociedade. As-

sim, pensar em uma Economia Moral, é também abrir possibilidades de análise para diferentes contextos de exploração regidas pelo lucro, e identificar as ações populares diretas e sua oposição frente às condições de desumanização, impostas em diversos contextos, em detrimento do capital.

Relações de trabalho no brasil, e abertura para uma economia moral da precarização

Como atesta E. Thompson (1987), a relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos, é uma relação que se manifesta em diferentes formas e contextos históricos de acordo com as formas de exploração econômica e opressão política. Dessa maneira, entendemos que a ideia de Economia Moral não se fecha somente na análise no recorte historiográfico dos motins de fome na Inglaterra do século XVIII, o que permite a abertura de uma utilização do conceito para além da sociedade inglesa.

A dimensão moral/sociológica em uma leitura marxista da história econômica e social das classes trabalhadoras, como uma afirmação contra a imoralidade de projetos políticos prejudiciais às massas a partir do conceito de Economia Moral, é uma área que vem sendo reapropriada por pesquisadores da Antropologia e das Ciências Políticas. Questões como as imigrações trabalhistas na segunda metade do século XX (Fassin, 1996), ou sobre a mobilização social no mundo rural dos países em desenvolvimento, como James C. Scott (1976) que trabalha a relação de uma Economia Moral dos camponeses do sudeste asiático, amplia as margens do debate a partir de uma perspectiva tanto histórica quanto sociológica da marginalização e exclusão de determinados grupos sociais. Logo, o conceito de Economia Moral, pode ser visto como uma ferramenta projetada para investigar as relações de desigualdade em vastos recortes temporais e sociais, assim como Fassin destaca:

não se trata aqui de propor grandes periodizações de economias morais, mas de sugerir a importância de se considerar, no nível de uma sociedade ou mesmo de um conjunto de sociedades, como historicamente são desenhadas e analisadas com a maior proximidade

possível de configurações e questões de apostas políticas que obviamente não se limitam ao mundo ocidental e que é vantajoso se pensar do ponto de vista da diversidade de paradigmas morais e políticos [...] é a combinação dessas etnografias e a articulação dessas economias que enriquecem nossa inteligência social. (Fassin, 2019, p.45-46)

Nessa ordem de estudo sobre a condição de marginalização da classe trabalhadora, especialmente no contexto econômico e social brasileiro, é evidente que as relações de trabalho ajudam a entender a arquitetura da desigualdade na qual o país é constituído a séculos. Mais precisamente, entender o processo tendencial de precarização estrutural do trabalho e o desmonte da legislação trabalhista a partir da década de 70, dentro de uma ordem neoliberal de institucionalização de formas de subemprego, facilita observar o quadro de individualização do trabalhador a partir do impulso das políticas de terceirização e a consequente condição de precariedade a qual a classe trabalhadora é diariamente submetida até os dias atuais. Assim, a análise proposta no presente artigo, busca mais que somente afluir acerca da situação de precarização no mundo do trabalho brasileiro, mas busca adentrar também nas reformas políticas que potencializaram o processo no desmonte dos direitos sociais da classe trabalhadora e investigar como tais configurações refletem na perspectiva operária.

A nosso ver, torna-se possível identificar, que a intensificação da informalidade laboral e a corrosão do trabalho contratado dominante no século XX, se deu especialmente a partir do sucesso da gestão empresarial Toyotista japonesa na década de 1970, em uma lógica de uma organização produtiva ajustada ao just-in-time vinculado à demanda e a multivariabilidade de funções no trabalho operário em equipe. A partir da observação desse sistema, que insere a redução do custo da mão-de-obra dos modos de produção, e desestabiliza grande parte dos empregos estáveis, Ricardo Antunes (2001) atesta uma metamorfose produtiva e do processo de trabalho dentro da ordem neoliberal -, na qual uma “nova forma de proletariado” é instituído em um quadro de terceirização, desqualificação, desregulamentação e como a soma de toda essa operação, tem-se a precarização da força humana de trabalho.

Apesar de ser errôneo o paralelismo entre informalidade e precarização, é incontornável que o fundo ideológico do primeiro, de subjetivação e individualização proletária na contramão do sindicalismo, resulta na fragmentação da constituição e en-

tendimento de classe, e potencializa ainda mais o descarte de trabalhadores dentro da lógica de intensificação da competitividade e produção. Dessa forma, o trabalho contratado padrão que vigorou em parte do ocidente no período fordista-keynesiano, e no caso brasileiro, entre (1930-1970) foi desmantelado por uma nova política econômica neoliberal de flexibilização dos processos de trabalho e a consequente defasagem dos padrões de seguridade social e representatividade sindical que antes eram regulados por legislações ou acordos coletivos. A respeito dessa desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores em detrimento da nova ordem neoliberal de serviços, Ricardo Antunes pontua:

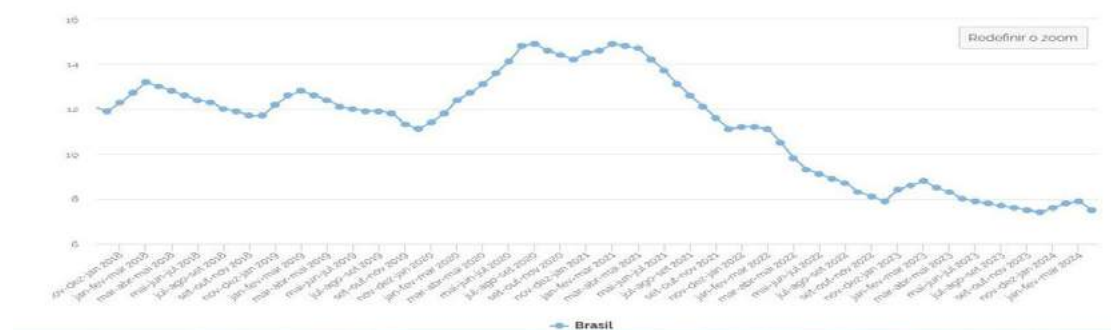
É nesse quadro, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar essa legislação social significa aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobre trabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro. (Antunes, 2011, p.411)

No contexto histórico do mundo do trabalho brasileiro, o direcionamento para o setor industrial (1930-1970) potencializou uma crescente participação estatal na política econômica nacional, o que gerou um aumento do emprego público e empresas vinculadas ao Estado, e consequentemente, um nicho maior de trabalhadores segurados pela legislação trabalhista. Contudo, após esse período, com a crise estrutural do capital acentuada na década de 1980 mundialmente, o processo de precarização do trabalho pode ser notado pela redução do poder sindical, crescimento da informalidade e da judicialização nas relações laborais, o que manifesta uma desconstrução dos direitos sociais do trabalho.

Esse quadro de ataque às normas trabalhistas, foi agravado após a Reforma Trabalhista de 2017, lei 13.467/2017 (Brasil, 2017), que trouxe uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), através da intensificação dos serviços intermitentes. Dentro das principais reformas aprovadas pela lei, a negociação dos acordos coletivos em torno das condições de trabalho que antes eram sustentados pelos sindicatos, por exemplo: a jornada de trabalho; participação dos lucros; banco de horas; intervalo intrajornada e demais aspectos, passaram a ser negociados de maneira “flexí-

vel”, o que aprofundou ainda mais o processo tendencial de precarização estrutural do trabalho que é agravado no Brasil desde a década de 1990.

Se fossemos nos apegar somente à esfera economicista - criticada por E. P. Thompson - analisando friamente a curva de dados para determinar o padrão de vida social, em um recorte específico, poderíamos enxergar de forma positiva a Reforma Trabalhista promulgada em 2017, visto que, de fato, é notável uma queda nas taxas de desocupação, desde que a lei entrou em vigor, como mostra o gráfico abaixo. Vale a ressalva, de que a taxa exponencial de crescimento das desocupações no início no ano de 2020 teve, como causa principal, a pandemia de Covid-19 e as reconfigurações nas formas de comércio e produção desse contexto.



Fonte: IBGE 2024

Contudo, assim como Thompson alegava, a necessidade de contrastar a perspectiva social à economia de forma complementar, como via de não reduzir à análise histórica de forma simplista aos números, entende-se a necessidade de compreendermos o posicionamento da classe trabalhadora por meio de suas posições, manifestações e tentativas de negociação junto às autoridades políticas. É dentro dessa lógica, que o historiador inglês, quando parte da investigação acerca dos motins de fome na Inglaterra do século XVIII, direciona sobre a necessidade de contraste entre os campos social e econômico da História como forma de não reduzir essa a uma ciência exata, segundo o autor, o processo per capita em fatores quantitativos pode ocorrer simultaneamente a um grande transtorno qualitativo no modo de vida do povo, no relacionamento tradicional e sanções sociais, assim como ele afirma, o povo pode consumir mais mercadorias e sentir-se menos feliz ou livre ao mesmo tempo. (Thompson, 1987, p.37)

Economia moral em tempos do “empreendedorismo da subsistência”

É a partir desta base de estudos sobre a posição de classe dentro do cotidiano da exploração, e do recorte político e econômico brasileiro das últimas décadas, que centramos agora na análise do processo de incorporação do modelo neoliberal às relações de trabalho, no contexto da individualização ideológica do trabalhador. Além de dispersar a formação coletiva operária, a reforma coincide com a institucionalização das formas de subemprego e o aumento das condições precárias de serviço. Neste recorte, aprofundamos mais especificamente a situação dos entregadores de aplicativo inseridos na em um contexto de informalidade, para compreender suas condições laborais e as pautas de suas greves em uma nova abordagem para uma Economia Moral dos trabalhadores.

Para isso, partimos do que se pode definir como uma forma precária de trabalho, para posteriormente avançar em como essa lógica está inserida no quadro social brasileiro. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), “pode-se definir o trabalho precário como uma relação de emprego que leva o trabalhador a uma condição de vida precária, uma condição de vida insegura econômica e socialmente, vulnerável à desocupação, ao adoecimento, à incapacidade física e à velhice.” (Nogueira; Carvalho, 2021, p.20), sendo que em cada contexto histórico e geográfico, tal fenômeno pode manifestar-se com suas características próprias, contudo, o caráter de instabilidade e exploração ao qual os trabalhadores são submetidos, permanece como regra.

Na obra “O Capital”, Marx (2013) reitera a assiduidade da precarização laboral em determinados contextos de transformação produtiva em uma certa sociedade, de maneira que, ao passo que a produtividade do trabalho cresce junto a aplicação da ciência e tecnologia nos processos produtivos, são recriados um excesso relativo de “trabalhadores de reserva”, que incide no aumento da exploração laboral sobre as pessoas empregadas e a simultânea precarização da sua condição de existência (Marx, 2013). Nesses parâmetros, que destacamos como a incorporação da ideologia neoliberal e seu sistema administrativo just-in-time - perceptível na tipologia da uberização do trabalho – é amplificada a lógica da desconstrução dos direitos sociais trabalhistas, o que potencializa a responsabilidade própria dos cidadãos perante sua condição de serviço,

incluindo a remuneração, rotina e até sua saúde. Fica claro, então, o quanto essa nova ordem de intensificação e exploração dos serviços informais alonga a percepção de individualidade e complexificação da classe trabalhadora a partir da competitividade exacerbada e da fragmentação do sindicalismo classista.

Em detrimento do novo caráter social do trabalho toyotista - que acentua no contexto brasileiro desde a década de 1980 com a intensificação da informalidade e da ruptura da matriz taylorista-fordista instituída, é possível problematizar essa forma de “autonomia trabalhista” como uma forma de encobrir a desmontagem dos direitos sociais da classe trabalhadora de forma que sua segurança ao vínculo no trabalho, e até mesmo à vida, passam a ser mediados sem responsabilidade de nenhuma legislação ou órgão sindical. A respeito da degradação da segurança ao trabalho, pesquisadores do IPEA pontuam que nesse processo de precarização, não há formas de prevenção da deterioração do trabalho a uma simples mercadoria a ser comprada pelo menor tempo e preço possível (Nogueira; Carvalho, 2021, p.19-20). Nesta esteira de intensificação da informalidade e da individualização como fundo ideológico dos discursos de empreendedorismo, fica nítido a falsa ideia de autonomia na qual os trabalhadores são instituídos.

Dessa forma, entende-se que a lógica da uberização está atrelada a desvinculação entre empresas e sua massa de operários autônomos, assim, a consequência dos riscos e custos referentes ao trabalho tornam-se de responsabilidade total do próprio trabalhador que se encontra distante de uma regulação prévia que reconheça sua dignidade como cidadão. É nessa perspectiva, que analisamos, portanto, a forma como a lógica neoliberal da uberização trouxe com sigo mais do que a desestabilização dos empregos estáveis, mas também a desumanização operária instituída como mera força de trabalho dentro da ideia do autogerenciamento subordinado.

Um grupo social que merece destaque dentro da perspectiva da informalização do trabalho – ou seja, do autogerenciamento subordinado e recrutamento instável por parte das empresas que tende a potencializar diferentes formas da degradação do serviço e saúde operária - são os entregadores por aplicativo, ofício que teve um crescimento quantitativo exponencial nos últimos anos, e uma queda abrupta, de forma quase paralela, à suas condições laborais. Nos últimos anos, é perceptível a desumanização a que essa parcela trabalhista está exposta, com as transferências dos riscos e custos de seu trabalho sendo de responsabilidade própria, sem apoio das empresas privadas que controlam seu labor.

Dessa forma, para além da perda dos direitos sociais do trabalho – aposentadoria, férias, jornada de 8 horas diárias, ambiente salubre de atuação, entre outros aspectos - parcela desses “gerentes de si mesmo”, vivem uma lógica desumanizadora de serviço, sem nenhuma prevenção aos riscos laborais ou até mesmo à sua empregabilidade futura, assim como atesta o recente estudo de pesquisadores da UNICAMP:

Os motoboys arcam hoje com a moto e sua manutenção; com combustível; com a bag; com aluguel de máquina de cartão de débito, de crédito e pix; com equipamentos de segurança; com aparelho de celular e planos de internet; com a vestimenta necessária para a atividade, com alimentação durante a jornada, entre outros. Os custos de deslocamento entre entregas também são transferidos para os trabalhadores. Em caso de acidente de trabalho, assumem solitariamente os custos de sua recuperação, sendo que ficam sem renda quando impossibilitados de trabalhar. Arcam ainda com todos os custos sobre danos — e mesmo perda — da moto. (Abílio; Santiago, 2024, p.25)

Ao tratar a respeito do expediente, Marx (2013), já no século XIX atesta a respeito da desumanização laboral em detrimento do enriquecimento da classe burguesa, segundo ele, além de transgredir com os limites morais da jornada de trabalho, o capital também rompe os limites físicos humanos, de forma que ele usurpa o tempo para lazer, desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo: “Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo.” (Marx, 2013, p.427)

Dentro dessa perspectiva, assim como Edward Thompson observa padrões culturais de várias categorias trabalhadoras para traçar sua discussão a respeito de uma formação da consciência e das instituições operárias, no contexto da “nova sociedade industrial” inglesa do século XVIII, buscamos um foco de análise no conjunto de greves e manifestações organizadas por grupos coletivos de motoboys por aplicativo nos últimos anos observando a perspectiva de uma Economia Moral, solicitada por esses agentes como forma de reivindicação de condições justa e humana de trabalho, a partir de noções particulares de direitos sociais que devem (ou deveriam) estar atrelados a elas.

Como reiterado anteriormente, nos motins do século XVIII na Inglaterra na perspectiva thompsoniana os manifestantes não eram os famintos e, sim, revoltosos que reivindicavam a reativação de direitos tradicionais ao que tangia a distribuição de grãos a partir de um novo modelo considerado injusto pelo coletivo de trabalhadores. Assim como a leitura de Thompson sobre a formação da classe operária inglesa, é possível identificar, no século atual, um conjunto de movimentos pautados pelo senso de justiça e exploração trabalhista ao qual os entregadores de aplicativo estão sujeitos na ordem neoliberal de informalidade e judicialização das relações trabalhistas. Ao analisarmos as reivindicações de classe feitas por esse grupo social - é possível identificar um senso coletivo de deterioração de direitos sociais básicos, e uma lógica de competitividade – imposta pelos próprios aplicativos empregadores – que impacta ainda mais na intensificação da precarização.

No ano de 2020, a pandemia de Covid-19 atenuou ainda mais a condição de insegurança e precariedade na qual os entregadores estavam sujeitos, ao ponto que em diversas paralisações realizadas neste ano fossem intituladas como o “breque dos apps”, momento em que diversos coletivos de motoboys pelo país inteiro paralisaram seu ofício como forma de reivindicar melhores condições de serviço. Grandes metrópoles do país presenciaram o movimento de revolta desse grupo, dentre os principais, o “buzinasso” em São Paulo¹ destacou-se como um primeiro movimento organizado no período de quarentena, que exigia por melhores condições de serviço em detrimento do contexto de pandemia. Dentre as principais pautas, estavam: a distribuição de álcool gel e demais medidas por parte dos aplicativos que favorecessem o serviço dos entregadores de forma segura em um período de graves riscos à condição humana.

Além do fornecimento de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) durante a pandemia de Covid-19, outras reivindicações entraram em pauta, tais como: o aumento no valor das corridas, melhores condições de trabalho, seguro contra acidentes e fim dos bloqueios injustos de contas. Assim como na capital paulista, o movimento de “breque dos apps” no ano de 2020 foi palco de protestos também em outras grandes cidades, assim como na capital cearense²; em Belo Horizonte³; Campinas⁴ e Niterói⁵ foram grandes zonas de destaque referente ao movimento coletivo dos motoboys que reivindicavam condições mais justas de trabalho.

1 MAIA, Dhiego. Motoboys fazem buzinação em SP por melhor condição de trabalho na crise do coronavírus. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/motoboys-fazem-buzinacao-em-sp-por-melhor-condicao-de-trabalho-na-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2024.

2 MAIA, Leonardo. Entregadores de aplicativo de Fortaleza se unem à greve nacional e protestam em praça da Capital. Jornal O Povo, Fortaleza, 1 julho de 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/07/01/entregadores-de-aplicativo-de-fortaleza-se-unem-a-greve-nacional-e-protestam-em-praca-da-capital.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

3 EMILIANA, Cecília. Entregadores de aplicativos fazem greve por melhores condições de trabalho em Minas. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 1 de julho de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/01/interna_gerais,1161637/entregadores-de-aplicativos-fazem-greve-por-melhores-condicoes-de-trab.shtml. Acesso em: 12 jun. 2024.

4 Coronavírus: motoboys protestam por EPIs e melhores taxas de entrega em Campinas. G1, Campinas, 27 abr 2020. Disponível: Coronavírus: motoboys protestam por EPIs e melhores taxas de entrega em Campinas | Campinas e Região | G1 (globo.com). Acesso em: 12 jun. 2024.

5 JUSTINO, Anderson. Niterói: entregadores de aplicativo protestam hoje. O Dia, Rio de Janeiro, 04 maio 2020. Disponível em: Niterói: entregadores de aplicativo protestam hoje | Rio de Janeiro | O Dia (ig.com.br). Acesso em: 12 jun. 2024.

6 SUDRÉ, Lu. Um ano de pandemia: entregadores de aplicativo relatam piora em condições de trabalho. Brasil de Fato, São Paulo, 30 de março de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/30/um-ano-de-pandemia-entregadores-de-aplicativo-relatam-piora-em-condicoes-de-trabalho>. Acesso em: 12 jun. 2024.

7 BORBA, Débora. Entregadores de aplicativo de Uberlândia (MG) realizam greve por melhores condições de trabalho. Brasil de Fato, São Paulo, 25 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/25/entregadores-de-aplicativo-de-uberlandia-mg-realizam-greve-por-melhores-condicoes-de-trabalho>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Essas paralisações refletiram a insatisfação crescente dos entregadores com as condições de serviço oferecidas pelas empresas de aplicativo, e a repercussão midiática e social que as greves obtiveram, destacaram a necessidade de certos reajustes na lógica injusta que a informalização laboral infringiu a esses “auto gerentes subordinados”. Ao tratar da racionalidade dos movimentos coletivos, Thompson alega como suas formações se dão no cotidiano da exploração, do trabalho e do convívio daqueles que percebem as condições de desigualdade, dessa forma, não são aqueles que se veem como indefesos, mas sim, “aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder para tomar os vícios de que precisam”. (Thompson, 1998, p.207)

Em 2021, novas paralisações se espalharam pelo país, com demandas semelhantes à do ano anterior - o que reitera o caráter ineficiente das plataformas de serviços terceirizados em propiciar uma condição menos injusta de trabalho – e em alguns casos, como os entregadores da capital paulista, afirmando uma situação laboral ainda pior que a de 2020⁶. Como resultado das manifestações no ano anterior, novos polos onde o serviço de entregas por aplicativo tornou-se abundante, como no caso da cidade de Uberlândia⁷, Minas Gerais, também se mobilizaram coletivamente em favor de medidas prejudiciais aos entregadores por parte dos apps.

Dentre essas questões, podemos citar por exemplo, o bloqueio de determinados trabalhadores sem justificativa atestada pela plataforma, ou o corte da jornada dupla de entrega para alguns entregadores (não que essa lógica não seja prática e eficiente para os entregadores e para aqueles que receberam o pedido). A partir dessa configuração que agrega mais entregas a um motoboy em uma corrida, retira o serviço que outro prestaria, encontra-se uma lógica em que tempo ocioso corresponde a tempo sem remuneração, o que levou a grande parcela de entregadores entenderem como injustos esses métodos instituídos pelas plataformas.

A ideia de uma Economia Moral - para os entregadores de aplicativo – assim como utilizada por Thompson para investigar os motins de fome no século XVIII, ou J.C Scott (1976) na mobilização dos camponeses no sudeste asiático – não é voltada a responder às causalidades das revoltas, mas ajuda a entender as condições sociais que levaram os revoltosos a reivindicarem uma situação mais justa e humana de convívio coletivo. Como afirmou o historiador inglês E. P. Thompson, o conceito não está fechado em um único recorte histórico e geográfico, ele abre possibilidade para demais éticas de subsistência reivindicadas por determinados grupos sociais, que buscam

direitos subentendidos como justos para uma existência minimamente segura. Se analisarmos as pautas colocadas pelos entregadores de aplicativo nas diversas paralisações feitas nos anos de 2020 e 2021, elas centram-se nesse senso de uma condição justa ao trabalho, reivindicam contra a banalização e degradação da condição humana na sociedade, entendem, de forma coletiva, que as violações sofridas a seus direitos sociais podem ser reparadas por meio de reajustes políticos que visem o bem-estar comum.

Considerações finais

A teoria desenvolvida por Thompson no século XX foi uma das mais significativas à História Social, especialmente no que tange ao entendimento das classes sociais e suas formações a partir do processo de experiência e cultura como formadora de identidade. A leitura sobre os motins da fome no século XVIII, é um porta-voz da história dos marginalizados e excluídos com ampla crítica ao economicismo exacerbado, inclusive de próprios marxistas, que se prendem puramente no determinismo econômico para discutir questões da Infraestrutura.

Dessa forma, seu conceito de Economia Moral, aflui para perspectivas que vão além da Inglaterra no contexto de exploração econômica e opressão política da Revolução Industrial, e serve de ferramenta conceitual para a análise de novas formas - de resistência de grupos subalternos. Esses protestos contra a exploração e opressão, mais do que meras respostas à escassez ou condições materiais, partem de motivações que giram em torno do entendimento das classes sobre sua realidade concreta, e aquilo que é ou não é justo dentro de um Estado de bem-estar social. Assim, a amplificação dos estudos sobre as Economias Morais em diferentes recortes temporais e espaciais permite a discussão sobre formas de promover uma economia política mais adequada e menos repressiva às condições humanas de existência.

Dentre as diversas possibilidades de abordagem de uma Economia Moral no contexto histórico brasileiro, a análise dentro do processo de informalização, intensificado após a década de 1980, pareceu-nos pertinente dentro da abertura de um estudo que ligasse o processo de desmonte dos direitos sociais e do sindicalismo em articulação com o processo de precarização e exclusão das forças produtivas. Diante

desse cenário, o recrutamento da massa trabalhadora terceirizada em “auto gerentes subordinados”, elucida, a partir de uma visão marxista do mundo do trabalho, o processo de deterioração das condições laborais frente às novas formas de gerenciamento promovidas pela uberização.

É a partir dessa lógica, que as paralisações promovidas pelos entregadores de aplicativo (2020-2021) amplificam novas formas de examinar o contexto político neoliberal das relações de trabalho no desenvolvimento capitalista brasileiro – especialmente pós a Reforma Trabalhista de 2017. Portanto, assim como Thompson articulou o conceito de Economia Moral para discernir sobre a oposição da massa inglesa ao capitalismo emergente do século XVIII, este ensaio abre projeções para encadear a negação de movimentos trabalhistas diante da terceirização neoliberal do século XXI, como senso de justiça e resistência operária. Pois, como atesta Marx, “o capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração.” (Marx, 2013, p.432)

Referências

ABÍLIO, L.; ALMEIDA, P.; AMORIM, H.; CARDOSO, A.; FONSECA, V.; KALIL, R.; MACHADO, S. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, v.03, p. 1-21, 2020.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; SANTIAGO, Silvia Maria. Dossiê das violações dos direitos humanos no trabalho uberizado: o caso dos motofretistas na cidade de Campinas. UNICAMP/Diretoria Executiva de Direitos Humanos, 2024.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. *Serviço Social & Sociedade*, p. 405-419, 2011.

ANTUNES, Ricardo L. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo L. *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.

BORBA, Débora. Entregadores de aplicativo de Uberlândia (MG) realizam greve por melhores condições de trabalho. *Brasil de Fato*, São Paulo, 25 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/25/entregadores-de-aplicativo-de-uberlandia-mg-realizam-greve-por-melhores-condicoes-de-trabalho>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2017.

Coronavírus: motoboys protestam por EPIs e melhores taxas de entrega em Campinas. *G1, Campinas*, 27 abr 2020. Disponível: *Coronavírus: motoboys protestam por EPIs e melhores taxas de entrega em Campinas | Campinas e Região | G1 (globo.com)*. Acesso em: 12 jun. 2024.

EMILIANA, Cecília. Entregadores de aplicativos fazem greve por melhores condições de trabalho em Minas. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 de julho de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/01/interna_gerais,1161637/entregadores-de-aplicativos-fazem-greve-por-melhores-condicoes-de-trab.shtml. Acesso em: 12 jun. 2024.

FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 18, n. 53, p. 27-54, 2019.

FASSIN, Didier. Exclusion, underclass, marginalidad. *Figures contemporaines de la pauvreté urbaine en France, aux Etats-Unis et en Amérique latine*, *Revue Française de Sociologie*, v. 37, n. 1, p. 37-75, 1996.

HOBSBAWM, Eric John. *Marxismo e história social*. Puebla: Instituto de Ciencias de la Universidad Autónoma de Puebla, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de desocupação laboral: novembro de 2017 até março de 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 05 de julho de 2024.

JUSTINO, Anderson. Niterói: entregadores de aplicativo protestam hoje. *O Dia*, Rio de Janeiro, 04 maio 2020. Disponível em: *Niterói: entregadores de aplicativo protestam hoje | Rio de Janeiro | O Dia (ig.com.br)*. Acesso em: 12 jun. 2024.

LÊNIN, Vladimir. *Sobre as greves*. Clube de Autores, 2013.

MAIA, Dhiego. *Motoboys fazem buzinação em SP por melhor condição de trabalho na crise do coronavírus*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 abr. 2020. Disponível em: . Acesso em: 29 mai. 2020.

MAIA, Leonardo. *Entregadores de aplicativo de Fortaleza se unem à greve nacional e protestam em praça da Capital*. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 1 julho de 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/07/01/entregadores-de-aplicativo-de-fortaleza-se-unem-a-greve-nacional-e-protestam-em-praca-da-capital.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MERRIL, Michael. *A transformação maior: EP Thompson, economia moral, capitalismo*. *História e Perspectivas*, N. Especial, Edufu, p. 313-330, 2014.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - As origens políticas e econômicas do nosso tempo*. Leya, 2013.

NOGUEIRA, Mauro Oddo; DE CARVALHO, Sandro Sacchet. *Trabalho precário e informalidade: desprecariando suas relações conceituais e esquemas analíticos*. *Texto para Discussão*, 2021.

SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia*, New Haven: Yale University Press, 1976.

SUDRÉ, Lu. *Um ano de pandemia: entregadores de aplicativo relatam piora em condições de trabalho*. *Brasil de Fato*, São Paulo, 30 de março de 2021. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/03/30/um-ano-de-pandemia-entregadores-de-aplicativo-relatam-piora-em-condicoes-de-trabalho>. Acesso em: 12 jun. 2024.

THOMPSON, E.P. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. In: *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.2. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.



Jonathas de Andrade, Museu do Homem do Nordeste – Museu de Arte do Rio (MAR) – Rio de Janeiro – Brasil – 2014
Photos: Eduardo Ortega







Trabalho

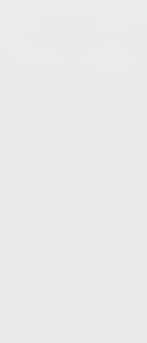
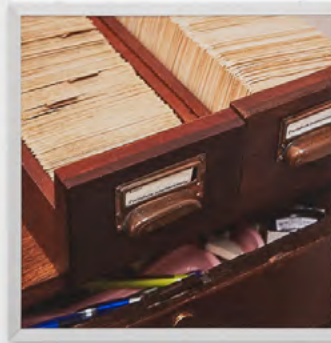
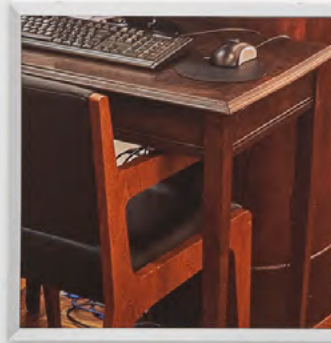
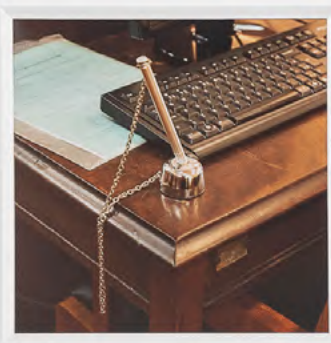
ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



FLUXOS E TENSÕES:

fronteiras simbólicas e sociais no mundo da arte de Belo Horizonte

RODRIGO DE ABREU RIBEIRO* REGINA DE PAULA MEDEIROS**

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54032>

RESUMO: Este artigo é parte de uma pesquisa que tem como objetivo analisar os modos de vida e trajetórias laborais de grafiteiros de Belo Horizonte. Por meio da pesquisa qualitativa, especialmente a etnografia, com entrevistas realizadas com artistas e técnicas de observação participante, visamos compreender as formas de interações de grafiteiros com o espaço público, instituições culturais e agentes públicos e privados do mundo da arte. Ao acompanhar os interlocutores em seus itinerários cotidianos, analisando suas narrativas sobre experiências vividas na cidade, tornam-se visíveis fronteiras socioespaciais que delimitam e monitoram o acesso da população à arte e instituições, de acordo com códigos de distinção social. Os resultados da pesquisa apontam que o graffiti é um fenômeno social revelador das desigualdades sociais e mecanismos de exclusão social, ao mesmo tempo, desvela fluxos urbanos, possibilidades de hibridismos e partilhas entre periferias urbanas e espaços públicos e semipúblicos.

PALAVRAS-CHAVE: mundo da arte; graffiti; trabalho; espaço público; fronteiras simbólicas.

Flows and tensions: symbolic and social boundaries in the art world of Belo Horizonte

ABSTRACT: This article is part of a research project aimed at analyzing the lifestyles and labor trajectories of graffiti artists in Belo Horizonte. Through qualitative research, particularly ethnography, including interviews with artists and participant observation, we seek to understand how graffiti artists interact with public space, cultural institutions, and public and private agents in the art world. By following the artists in their daily routines and analyzing their narratives about experiences in the city, we make visible socio-spatial boundaries that regulate and monitor public access to art and institutions based on social distinctions. The research findings indicate that graffiti is a social phenomenon that reveals social inequalities and mechanisms of exclusion, while also uncovering urban flows, possibilities for hybridization, and exchanges between urban peripheries and public and semi-public spaces.

KEYWORDS: art world; graffiti; public space; work; symbolic boundaries.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC)

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os modos de vida e trajetórias laborais de grafiteiros belo-horizontinos. Busca-se compreender as formas de interação dos grafiteiros com instituições culturais, como museus e galerias de arte, além de investigar suas relações com agentes públicos e privados que fazem parte do cenário artístico de Belo Horizonte.

Considerando o mundo atual, marcado pela identidade móvel, pelo poder de mobilidade dos sujeitos e a construção de novos imaginários acerca dos espaços urbanos, pintar a rua é um campo de possibilidades que se amplia e desperta interesse dos moradores, turistas, donos de estabelecimentos comerciais, empresários, gestores de museus e produtores culturais, alargando as alternativas de trabalho para os artistas de rua, no qual no artigo me refiro sobretudo - grafiteiros. É possível observar um processo de diferenciação no universo da arte de rua, um desses indicadores é a inserção internacional de artistas de rua brasileiros, como Os Gêmeos, Kobra, Crânio, Onesto, Enivo, Mag Magrela, Nunca, Anarkia, entre outros. Ademais, destaca-se a presença de grafiteiros de Belo Horizonte em circuitos nacionais e internacionais de arte, incluindo bienais e galerias, entre eles os grafiteiros Ed-mun, Fênix, Wanatta, Kawany Tamoyos, Gud, Binho Barreto, DMS, Fhero, Hyper e DaLata.

A mobilidade do graffiti, sua integração na esfera do consumo, o diálogo com outras formas de arte, sua aceitação em museus e galerias e o consumo e a prática por diversas camadas sociais, ultrapassando o cenário *underground*, tornam-se evidentes por meio da observação da mobilidade dos artistas por diversos territórios socioespaciais da cidade e da abertura de espaços nas metrópoles destinados à produção e comercialização do graffiti. Isso pode ser visto no exemplo do Beco do Batman¹ em São Paulo, que se tornou um ponto turístico de destaque, assim como em Belo Horizonte, onde a arte de rua também ganha destaque, como por exemplo, no Mercado Novo² e no projeto CURA³. O graffiti é uma forma de arte que ultrapassou barreiras artísticas e sociais ao longo de sua história, aproximando-se de áreas como o design e as artes plásticas, e, consequentemente, da esfera do consumo. A comercialização e a institucionalização do graffiti, promovidas por meio de parcerias com empresas privadas e o poder público, têm oferecido novas oportunidades de visibilidade e renda

¹ Localizado na Vila Madalena em São Paulo, é uma famosa viela conhecida por suas paredes cobertas de grafites. Surgido na década de 1980, o local se transformou em uma galeria de arte a céu aberto, atraindo grafiteiros locais e internacionais. Além de ser um ponto turístico, o Beco do Batman sedia eventos culturais e contribui para a revitalização urbana, promovendo a expressão artística e atraindo consumidores para as lojas e galerias especializadas na venda de produtos relacionados à arte urbana.

para grupos com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Essas iniciativas incluem editais governamentais de fomento à cultura, serviços de decoração para residências e estabelecimentos comerciais, pinturas em muros, viadutos e prédios durante festivais de arte pública, exposições ao vivo em eventos musicais, trabalhos de pintura em telas sob encomenda, e a atuação como professores de arte em projetos sociais promovidos pelo poder público.

No entanto, os grafiteiros ainda enfrentam conflitos e tensões em sua vida artística e profissional, especialmente no que diz respeito aos processos de legitimação como artistas no “sistema das artes” de Belo Horizonte. O termo, destacado pela pesquisadora Laura Barbi (2022), descreve o “sistema das artes” como um universo cultural e econômico composto por pessoas e instituições que não se limitam aos agentes do mercado da arte que comercializam obras, mas também incluem os próprios artistas, críticos, faculdades e universidades, público, curadores e museus que criam, analisam, validam e promovem a arte. Neste artigo, a análise se concentra nas experiências e observações obtidas durante o trabalho de campo e nas entrevistas com os interlocutores, praticantes do graffiti.

Com base nas afirmações de Barbi sobre os processos de legitimação de artistas dentro desse sistema, onde existe uma «rede legitimadora» composta por «artistas, galerias, museus, instituições culturais, residências artísticas, salões de arte, espaços independentes, curadores, críticos, colecionadores, produtores culturais, professores, empresas patrocinadoras, arquitetos, jornalistas/mídias, festivais e público» (Barbi, 2022, p.49), percebemos que os grafiteiros se encontram em um limbo. Embora os grafiteiros se autolegitimem como artistas e recebam reconhecimento de seus pares, sua aceitação por especialistas, instituições, mercado, mídia, público e Estado ainda é limitada. Isso faz com que o graffiti, junto com suas práticas, como o uso do spray como principal instrumento, e seus saberes, incluindo os vínculos com a cultura hip hop, seja percebido como inferior na hierarquia do sistema das artes da cidade.

Ao longo da história, o graffiti e os artistas foram considerados desviantes, marginais e sua arte sem valor artístico. Entre as razões para essa deslegitimação estão as representações sociais do graffiti, moldadas por ideias originárias de seu contexto inicial, onde jovens de periferias urbanas desafiavam as normas e os bons costumes, decidindo, em oposição às autoridades, quando e onde intervir no espaço público com suas artes. Embora hoje em dia as pessoas tenham acesso às técnicas de graffiti por

2 O Mercado Novo de Belo Horizonte, originalmente um mercado municipal construído em 1960, se transformou no final da década de 2010 em um espaço multicultural. Atualmente, o local se tornou um local de encontro para jovens consumidores antenados em tendências da moda. Predominantemente brancos e de classe média, eles se reúnem para desfrutar de uma variedade de opções gastronômicas, experiências musicais, expressões de moda e elementos urbanos.

3 O Circuito Urbano de Arte (CURA), realizado por produtores culturais locais, apoiados na Lei de Incentivo à Cultura, em parceria com a Prefeitura e empresas privadas, reuniu além de grafiteiros, artistas plásticos, pichadores, muralistas, entre outros artistas para pintura de empenas (parte do prédio que não tem janelas) em Belo Horizonte.

meio de diversos canais, como projetos sociais do poder público e a internet, tradicionalmente, a prática do graffiti ocorre nas ruas, e o aprendizado se dá pela transmissão de conhecimento entre gerações. Assim, muitos jovens de periferias, que não teriam acesso à arte por outros meios, desenvolvem técnicas de desenho e pintura, que posteriormente são percebidas como oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.

Embora essa formação artística informal possa atender às expectativas técnicas do mercado de arte, frequentemente não corresponde às exigências de muitas instituições artísticas e culturais, que legitimam artistas com base em sua trajetória em cursos superiores de artes visuais, como a Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Escola Guignard da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Cientes dos processos de legitimação, alguns grafiteiros entrevistados durante a pesquisa, como Biga, Clen e Wanatta, buscam acessar esses espaços, enfrentando dificuldades relacionadas à técnica e estética do graffiti e à sua associação com a periferia.

Ao utilizar o termo “periferia”, refiro-me não apenas a um conceito geográfico e a categoria sociológica usada para definir bairros historicamente negligenciados pelas políticas públicas, marcados por profundas desigualdades sociais e pela escassez de investimentos em infraestrutura, saúde e educação. Embora esses espaços sociais sejam marcados pela estética da pobreza e da precariedade, é importante não reduzir a periferia a esses aspectos, pois uma visão simplista limita a compreensão de seu verdadeiro significado (D’Andrea, 2020). O termo «periferia» surge com frequência nas entrevistas de campo, revelando seu caráter ambíguo. Se por um lado é usado para denunciar os problemas sociais e é visto como estigmatizante pelos próprios moradores, por outro, é ressignificado de forma política pelos artistas dessas regiões, que enaltecem a estética e a criatividade periférica.

As representações sociais dos jovens de periferia impactam diretamente as interações de grafiteiros no processo de construção de suas carreiras artísticas. Ao ultrapassar as fronteiras que definem o mundo da arte em Belo Horizonte, artistas relatam enfrentar processos de segregação social e racial relacionados às suas procedências de bairros de periferia, formação artística e cor de pele. Esses desafios refletem estereótipos presentes nas cidades brasileiras, formados a partir das associações entre juventude, violência, criminalidade e periferia, que fazem parte dos juízos de valor no imaginário coletivo, como apontam Trassi e Malvasi (2010). Diante dos desafios

relacionados à legitimação, o graffiti é uma expressão reveladora das desigualdades sociais, ao mesmo tempo, da diversidade do campo de possibilidades de criação artística, um fenômeno social que pode contribuir para o entendimento da cultura urbana, das dinâmicas sociais e fronteiras simbólicas e sociais da cidade. Além de ampliar a compreensão sobre a interseção entre arte, espaço urbano e sociedade, o artigo também oferece informações sobre as transformações nas práticas de trabalho e no reconhecimento dos grafiteiros, suas negociações com instituições públicas e privadas e as questões de segregação social inerentes ao espaço urbano de Belo Horizonte.

As interações sociais dos grafiteiros são analisadas à luz do estudo do sociólogo Gabriel Feltran sobre as relações contemporâneas entre jovens da periferia urbana de São Paulo e o mundo público, incorporando a categoria “fronteira” na pesquisa. Como salienta o autor: “Onde há fronteira, há comunicação, de um tipo desigual e controlado.” (Feltran, 2011, p.15). A fim de analisar os territórios em que artistas do graffiti da periferia de Belo Horizonte encontram outros atores do meio artístico da cidade, agentes públicos e privados, lançamos o olhar sobre o funcionamento de fronteiras artísticas e divisões geográficas e socioeconômicas na cidade de Belo Horizonte, espaços delimitados por códigos de distinção social.

Para este estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa com utilização de técnicas de observação participante. As fontes de dados incluíram experiências de campo, bem como entrevistas com artistas e outros agentes do cenário artístico de Belo Horizonte. Devido ao isolamento obrigatório, que marcou o início da pesquisa e, aos efeitos persistentes do isolamento social no período pós-pandemia, observou-se um aumento na presença online da população em geral, incluindo os artistas envolvidos na pesquisa. À medida que a vida online e offline se entrelaçam, é crucial que o pesquisador acompanhe seus interlocutores não apenas presencialmente, mas também nas plataformas digitais onde eles estão ativos durante grande parte de sua rotina cotidiana. No universo do graffiti, a comunicação, antes restrita às ruas, expandiu-se para o meio virtual, permitindo observar debates, discursos, exposições, divulgação e vendas de arte na internet, especialmente durante a pandemia. Essa mudança levou à incorporação de procedimentos de observação online na metodologia.

Na primeira parte do artigo, intitulada “Arte Urbana e Território”, analiso as negociações e divergências entre os atores do sistema de arte da cidade, com base na experiência empírica de curadoria em uma exposição realizada em uma galeria de

Belo Horizonte. Na segunda parte, “O ódio da democracia”, busco compreender as assimetrias do direito à cidade e acesso à arte, evidenciadas no comportamento de grupos que detêm capital simbólico na cidade. Na terceira parte, “fluxos e tensões” lanço o olhar para táticas de grafiteiros para alinhar seus conhecimentos e habilidades adquiridos nas ruas às exigências de trabalhos comerciais financiados por empresas e órgãos públicos.

4 A Praça foi projetada no final do século 19 para abrigar o centro administrativo do Estado, com a construção das secretarias e do Palácio da Liberdade, sede e símbolo do Governo. Atualmente o poder público criou um complexo cultural em torno da praça, delimitada pela Avenida do Contorno, que abriga 33 instituições artísticas e culturais da cidade.

Arte urbana e território

No final de 2021, após um longo período de isolamento social devido à pandemia de Covid-19, as atividades culturais em Belo Horizonte foram retomadas com a abertura de galerias de arte, museus e realização de eventos de arte urbana. Essas atividades foram retomadas com a abertura de galerias de arte, museus e a realização de eventos de arte urbana. Nesse contexto, foi realizada a Exposição “CAUS: Arte Urbana e Território” no Espaço Cultural Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG-ED), na Praça da Liberdade⁴, em que atuei como um dos curadores. A iniciativa surgiu de um coletivo criado durante a pandemia, composto por profissionais de áreas como Artes, Ciências Sociais, Educação e Design, em resposta às demandas geradas pela quarentena, que afetaram a produção e a circulação das obras dos grafiteiros.

Com as ruas vazias, comércios e instituições fechadas e cancelamento de eventos culturais e artísticos, os grafiteiros enfrentaram grandes desafios para sobreviver. O evento contou com vinte e seis artistas visuais, especialmente grafiteiros, que pintaram telas exclusivas para a exposição. Durante a mostra, a vidraça que separa o edifício e a rua permitia que os transeuntes da região vissem um “muro” dentro do espaço expositivo. Com mais de quinze metros de comprimento e cinco metros de altura, construído com tapumes de obras da construção civil reaproveitados, ainda sujos de cimento e poeira, o “muro”, projetado por meio da parceria entre o arquiteto Louis Mooren e o grafiteiro Clen, chamou a atenção de artistas e do público, gerando polêmicas.

Construir um muro, o suporte tradicional dos grafiteiros na cidade, dentro de uma galeria de arte e, fixar nele telas de pintura — um suporte convencional para exposições em galerias e museus — teve a intenção de explorar as fronteiras simbólicas e sociais

que desafiavam os artistas de rua no acesso a espaços públicos e semipúblicos da cidade, bem como ao mundo do trabalho. O estranhamento do “muro” levou a exposição a ser destaque na capa do caderno de cultura do Jornal Estado de Minas⁵, com a manchete: “Exposição ‘Caus’ quer romper o preconceito em relação à arte urbana”. O texto do jornal, elaborado a partir de uma entrevista conduzida pela jornalista com os curadores, começa com a seguinte frase: “Um muro dentro de uma galeria de arte. No meio dele, uma porta quebrada. É sobre romper barreiras, disputar territórios, dar visibilidade, enfim, meter o pé na porta” (Peixoto, 2021). A frase introdutória da reportagem revelou a nossa proposta de questionar as demarcações simbólicas que historicamente marginalizam a arte urbana e os grafiteiros na cidade.

Uma grande rachadura no “muro” simboliza a quebra de estereótipos e rompimento de fronteiras, já que muitos grafiteiros, em contraposição às associações que vinculam seus corpos e artes ao crime e à precariedade, usam diferentes técnicas, suportes e territórios sócio-espaciais da cidade e ocupam postos no sistema das artes. Estávamos na fronteira, e como salientou Feltran (2011), “onde há fronteira, há conflito (...) Entretanto, se há segregação, há partilha” (Feltran, 2011, p.14). O «muro» e os debates realizados durante o evento, incluindo palestras e workshops ministrados pelos artistas, evidenciaram as tensões relacionadas ao acesso de artistas de rua a espaços institucionalizados na cidade, além das trocas simbólicas que ocorrem nas fronteiras. Essas questões são analisadas no estudo, destacando as “tensões mais frequentes, os interesses e significados em disputa, e os atores que controlam essas dinâmicas” (Feltran, 2011, p. 15). A partir da análise das fronteiras, busca-se compreender os esforços, investimentos e táticas dos grafiteiros para redefinir essas divisões, ultrapassando as separações entre o centro e a periferia.

Durante o período de funcionamento da exposição, estive presente no salão recebendo os visitantes, que incluíam moradores dos prédios do entorno da Praça da Liberdade, turistas brasileiros e estrangeiros, artistas plásticos, ilustradores, designers, tatuadores, escritores, músicos, produtores culturais, estudantes da própria universidade e escolas próximas, além de pessoas que caminham, correm e pedalam na praça. Em um domingo, recebemos a artista plástica Yara Tupynambá⁶. Ela percorreu toda a galeria, observou todas as obras, fez apontamentos técnicos e diversas críticas, reservando poucos elogios, entre eles um dirigido a Mariana Marinatos, artista formada na Escola Guignard. Marinatos exibiu telas que demonstravam seu domínio das técnicas de pintura

⁵ O *Estado de Minas* é um jornal diário brasileiro publicado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Fundado em 1928, é um dos principais veículos de comunicação do estado e tem uma forte presença na região. O jornal oferece uma cobertura abrangente de notícias locais, nacionais e internacionais, além de temas de interesse geral como economia, política, cultura e esportes.

6 Yara Tupynambá é uma renomada artista plástica brasileira, nascida em 1932 em Montes Claros, Minas Gerais. Conhecida por seus murais, pinturas e ilustrações que retratam a cultura e a paisagem mineira, ela estudou na Escola Guignard e no MoMA, em Nova York. Yara também foi professora na UFMG, influenciando gerações de artistas.

7 Entrevista concedida pelo grafiteiro Wanatta em 2022.

a óleo, o que pode ter contribuído para a crítica positiva. Vale ressaltar que Marinatos é também conhecida por sua prática no graffiti e pelo uso do spray, uma ferramenta com pouco prestígio no mundo acadêmico da arte, como relatado por Wanatta⁷.

Ao final da visita, Tupynambá fez uma crítica contundente sobre a exposição, destacando especialmente a expografia. A organização e disposição das obras de arte na galeria não se conformavam às convenções das linguagens normativas da arte, nem às regras dos espaços expositivos convencionais, conhecidos como «cubo branco». Embora a disposição das obras na galeria não tenha agradado os mais acostumados com as formas tradicionais, a intenção era criar uma poética que aproximasse o espectador dos modos de trabalho dos grafiteiros nas ruas. Esse ambiente, que serve tanto como local de trabalho quanto de inspiração para a maioria dos artistas envolvidos, incluindo grafiteiros e pixadores, foi o foco da concepção da exposição. No entanto, muitos dos artistas envolvidos, já em processo de redefinição de suas carreiras, veem museus e galerias como uma alternativa para expor seu trabalho. Por isso, expressaram que prefeririam um modelo de exposição menos disruptivo, que fosse mais atraente para clientes potenciais, colecionadores e críticos do sistema artístico da cidade.

O crítico de arte e curador irlandês Brian O'Doherty (2002) sugere que o “cubo branco” é uma construção ideológica que reforça a autoridade e o poder das instituições de arte e os valores culturais que elas representam. Segundo O'Doherty (2002) o “cubo branco” é uma abstração, uma ficção, trata-se de um lugar onde as coisas se tornam descontextualizadas, sem relação com o mundo fora da galeria. A entrada da arte de rua no ambiente do «cubo branco» pode ser vista como uma tentativa de abalar os sistemas de classificação e distinção das obras de arte e dos artistas. Ao inserir essas formas de expressão no meio artístico, questiona-se a hierarquia que estabelece a ordem de valor e prestígio no mundo da arte, bem como os critérios utilizados para avaliar o valor de uma obra, tais como técnica, estilo, valor comercial e reconhecimento da crítica, entre outros. Em outras palavras, o acesso da linguagem de rua nesses espaços desafia os limites e questiona as normativas do mundo da arte, buscando promover novas reflexões sobre o valor e a função da arte na sociedade.

Tupynambá, durante sua visita à exposição, explicou as normativas que regem o mundo da arte. A artista apontou características que um ator social precisa conquistar em sua trajetória para ser artista, ou seja, códigos de distinção que legitimam que alguém seja considerado artista, capital simbólico que inclui habilidades culturais e

intelectuais, educação formal em escolas de arte, redes de contato e outros ativos que podem ser mobilizados para acumular poder e prestígio. Para as classes dominantes, detentoras do capital econômico, social e cultural e empreendedores das normativas do mercado da arte, a figura do artista remete a uma origem nobre e culta. Nesse contexto histórico e social, os grafiteiros enfrentam conflitos e tensões em suas carreiras artísticas, especialmente pela dificuldade em acessar instituições restritas a determinados grupos sociais. Barreto (2017) explica que o gosto pela arte dificilmente poderia ser acessado de outra forma pelo jovem pobre e residente nas áreas periféricas da cidade, que não fosse o graffiti: “gratitando, muitos que gostam de desenho, mas sempre consideraram o universo da arte algo extremamente distante e inacessível, têm a possibilidade de propagar as suas imagens – sejam elas letras, personagens ou formas abstratas.” (Barreto, 2017, p.103-104).

8 Entrevista concedida pela grafiteira Fênix em 2021.

Dispostos a acessar espaços como museus e galerias de arte, muitos grafiteiros se submetem ao que é considerado “normal”, adaptando apresentação pessoal, técnicas e ferramentas, como trocando o spray pela tinta a óleo e o muro por telas de pintura, com o intuito de comercializar sua arte. Durante o trabalho de campo, relatos de artistas revelam a marginalização do graffiti. A grafiteira Fênix explicita que a discussão sobre o acesso de grafiteiros ao mercado da arte vai além de questões estéticas e técnicas:

Tudo que vem do preto, da periferia, obviamente causa uma resistência maior. Então a gente não tá falando só de transgressão, a gente tá falando de classe, de política (...) Se estivéssemos falando de arte, puramente arte, sem falar dos protagonistas por trás da arte, o rompimento talvez seria mais fácil. Mas a gente tá falando de algo é maior, de uma política que é muito mais enraizada, de um preconceito que vem para além do que está sendo exposto, mas de quem está fazendo a arte.⁸

Em acordo com Fênix, que expõe questões raciais e sociais que atravessam a carreira dos artistas de rua, a grafiteira Kawany Tamoyos apresenta sua perspectiva sobre as interações entre o graffiti e o sistema das artes, com base em sua experiência como arte-educadora em centros culturais e em grandes exposições na cidade, como o Centro Cultural Banco do Brasil na Praça da Liberdade (CCBB-BH), bem como em sua formação acadêmica em design e artes visuais:

Tem muita gente que acha que graffiti não é arte e que ele nem entra na arte contemporânea. É legal lá na rua. É legal lá na comunidade, não quero perto de mim. Não quero na minha casa. Não vai ter um quadro na minha casa.(...)Eu vejo esse preconceito porque o graffiti vem da periferia. Ele é a voz das ruas. Ele é a voz de uma manifestação, de uma subversão. É por isso que eles não querem que ele esteja lá. É um tanto de gente preta, é um monte de gente da periferia produzindo arte, produzindo arte política. Eles não querem que esteja nesse espaço.⁹

Para as artistas, o graffiti é majoritariamente produzido por negros das periferias urbanas e atores inseridos no mercado restrito da arte que frequentemente não desejam essa forma de arte em seus espaços de convívio. Isso sugere que o preconceito contra o graffiti como forma de arte é, em grande parte, motivado por questões sociais, raciais e políticas, e não apenas por critérios estéticos. Tamoyos aponta que há um mercado emergente para a arte urbana, no entanto, enfatiza que ainda há uma tendência de enquadrar o graffiti dentro dos cânones do mundo da arte convencional: “se quiser que esteja, tem que ser feito por pessoas brancas, pela elite, vai estar bem *gourmetizado* para estar dentro da galeria, pra ter uma razão de estar lá.”. De acordo com a artista, o graffiti precisa ser modificado para se adequar aos padrões e preferências dos grupos dominantes que controlam o acesso a galerias de arte. Isso significa que, frequentemente, as características de subversão social e política do graffiti precisam ser atenuadas ou eliminadas para que seja aceito em certos espaços. Além disso, o graffiti realizado por pessoas brancas das classes média e alta tende a ser mais bem aceito.

Ódio da democracia

O título da seção faz referência ao livro homônimo de Rancière, em que é discutido o conceito de democracia, desde sua origem grega, onde «o poder cabia de direito aos que a ele eram destinados por nascimento ou eleitos por suas competências» (Rancière, 2011, p.8). O autor questiona a concepção de democracia, ainda vigente na contemporaneidade, afirmando que ela exclui a maioria da população do exercício

do poder, embora sugira a igualdade de participação política e de direitos, sendo assim, como afirma Marx: “A máscara do direito igual a todos.» (Rancière apud Marx, 2011, p. 76). Trazendo essa ideia para o nosso estudo, é relevante voltarmos à origem do graffiti, quando jovens de bairros periféricos urbanos saíam para escrever suas assinaturas chamadas de *tags*¹⁰ em trens e muros, esse ato fazia com que seus nomes circulassem pela cidade, utilizando essa forma de ocupação do espaço público como um símbolo de reivindicação de cidadania e do direito à cidade. Ao expor a problemática da urbanização, Lefebvre (2008) argumenta que a cidade deve ser um espaço de encontro, diversidade e inclusão, contrastando com o processo de mercantilização dos espaços urbanos. O autor defende que todos os cidadãos têm o direito de participar ativamente na construção e transformação do espaço urbano.

O ato de grafitar reivindica esse direito, como pode ser confirmado no relato do grafiteiro Nunca no documentário Cidade Cinza (2013): Pensa no primeiro cara que pegou um spray e riscou qualquer coisa na rua, ele já tava, de certa forma, questionando isso, como a cidade pode ser usada. O uso do espaço público não só pra vincular um produto, de vender um carro, mas pra fazer arte também (Nunca, 2013).

Na fala, Nunca atribui ao ato de pintar a cidade um significado compartilhado por muitos praticantes do graffiti: uma maneira de utilizar e apropriar-se do espaço público para expressão artística, indo além dos propósitos ditados pelas lógicas do poder e consumo que dividem a cidade em classes, entre periferias e centro, produzindo fronteiras socioespaciais que demarcam a vida cidadina. Na pesquisa, expandimos a análise para os espaços semi públicos, como museus, galerias de arte e centros culturais, almejados por grafiteiros que se dedicam a profissionalização e a uma carreira artística.

As interações que mantive ao longo de minha trajetória como produtor cultural, pesquisador e frequentador de espaços culturais e artísticos de Belo Horizonte me remetem ao filme de Carlos Buñuel, O Discreto Charme da Burguesia (1972), que satiriza o estilo de vida, convenções sociais e valores de grupos que detêm poder político, material e moral. Essa obra transcende o tempo e é útil para refletir sobre as interações sociais atuais, incluindo as tramas do mundo da arte. Em uma cena exemplar, que pode ser interpretada como uma reflexão sobre espaços institucionais da arte em Belo Horizonte, as personagens conversam na sala de estar em um cenário repleto de códigos, protocolos e convenções. As personagens decidem fazer um experimento e convidam o motorista que aguardava no jardim para tomar um drinque, um clássico

¹⁰ Segundo Campos (2007, p.292), “o tag é o elemento mais primitivo e fundamental daquilo que é o graffiti enquanto cultura juvenil urbana.” Para o autor, o ato comunicativo de jovens da periferia de Nova Iorque ao espalhar seus nomes nos muros da cidade, é a forma mais elementar do sistema simbólico do graffiti. É o começo de tudo.

II Entrevista concedida pelo grafiteiro Coral em 2021.

dry martini - símbolo de sofisticação e requinte - para observar seu comportamento e gostos. No entanto, antes que pudesse pedir mais uma dose, foi solicitado ao motorista que «voltasse ao seu lugar». Fazendo um paralelo com a pesquisa, destaco o relato do grafiteiro Coral, que aponta que, apesar dos grafiteiros estarem cada vez mais presentes no mercado de arte da cidade, ainda enfrentam barreiras. Ele afirma: “o grafiteiro ainda continua marginalizado. É como a elite vira e fala: você tem que ficar no seu lugar. Continua aí na periferia”^{II}

Voltando a trama de Buñuel, após o motorista retomar sua posição subordinada nos jardins da casa, os personagens iniciam uma discussão sobre a forma como o motorista bebe o *dry martini* oferecido: “é um homem do povo. Não teve educação. Nenhum sistema nunca poderá proporcionar ao povo o refinamento social. Mas vocês me conhecem. Não sou um reacionário.” Embora o personagem de Buñuel mostre prazer em se distanciar das classes populares e apoiar a manutenção do status quo, ele se apresenta como progressista, não como conservador.

Ao assistir aos filmes de Buñuel, especialmente *O Discreto Charme da Burguesia*, refletimos sobre as atitudes de agentes públicos e privados, produtores culturais, gestores de museus e galerias, bem como membros do meio acadêmico, em suas interações com a arte de rua. Um exemplo ilustrativo é o sentimento da grafiteira Ana ao ingressar na Escola Guignard, personagem da tese intitulada «DIALÉTICA DAS RUAS: *arte urbana etc.*», desenvolvida pelo artista visual Binho Barreto em 2023.

Ana sentiu que o circuito mais tradicional das artes não havia conseguido se desvencilhar de uma atmosfera aristocrática e elitista, ainda que com um discurso contemporâneo e vocabulário progressista. Havia um espectro elitista rondando ‘essa senhora sisuda e um tanto cafona, a Arte com “A” maiúsculo’” (Barreto, 2023, p.29)

«Arte com A maiúsculo» refere-se à arte com um status elevado na hierarquia social. Esse termo geralmente é usado para distinguir obras ou práticas artísticas que são amplamente reconhecidas, valorizadas e respeitadas no sistema das artes, o que implica trabalhos considerados sofisticados e condizentes com escolas europeias. Embora, atualmente, haja um discurso aparentemente democrático e inclusivo, na prática, as estruturas e práticas artísticas ainda são restritas a uma elite cultural. Esse fato compromete a diversidade e a pluralidade no campo das artes. Tanto as

personagens retratadas por Buñuel quanto Ana, figura apresentada por Barreto, evidenciam “o discreto charme da burguesia”, caracterizado pela hipocrisia de estratos superiores da cidade. Em um sistema democrático, como o brasileiro, direitos fundamentais como a igualdade entre indivíduos e grupos sociais, cidadania, justiça e liberdade são valores defendidos por uma grande parcela da sociedade, especialmente no meio artístico e cultural. Apesar de não haver regras explícitas ou leis que impeçam que pessoas de classes baixas ou médias com modos e estilos de vida distintos acessem espaços frequentados pelas elites sociais —sendo inclusive essa participação ‘incentivada’ em discursos de agentes do poder público, a própria forma de organização dos espaços tornam-se empecilhos para a intromissão de determinados artistas.

Não é difícil identificar as diferenças entre grupos de artistas pela aparência física, formas de falar, vestir-se, produzir e apreciar a arte e até mesmo a forma de beber e comer durante o ritual de *vernissage*¹². Em Belo Horizonte, o grupo “Verní Beagá”, criado em 2016 no *Facebook*, trabalha pela democratização dos espaços de arte, com foco especial na popularização das *vernissages*, conforme descrito na descrição do grupo no *WhatsApp*. A idealizadora do grupo, a artista Flora Maurício, criou o grupo a partir do incômodo com a rara presença de pessoas negras nas aberturas de exposições. Ela afirma que “a ideia é dessacralizar o espaço que as exposições de arte ocupam no imaginário, questionando o distanciamento entre o artístico e o popular, e estimulando o rompimento com a lógica que torna esses espaços excludentes.” (BESSAS, 2024).

Existem fronteiras simbólicas e sociais em espaços públicos, semipúblicos e privados do mundo da arte, que inibem a mobilidade de certas pessoas, como destaca o grafiteiro paulista radicado em Belo Horizonte, Fhero:

Aonde meu trabalho pode ir e aonde eu posso ir com isso? [...] Tem vários códigos que foram desenvolvidos pra classificar e identificar uma classe na qual eu não me encontro, da qual eu não faço parte e como eu faço pra acessar? Eu digo não acessar essa classe. Como eu faço pra acessar com o meu trabalho o mercado econômico?¹³

O grafiteiro Wanatta, que é um dos principais interlocutores desta pesquisa, revela uma reivindicação bastante evidente nas gerações mais recentes do graffiti da cidade. Sua perspectiva apresenta um ponto crucial para compreensão da realidade atual desse movimento artístico em Belo Horizonte. Segundo ele, os artistas “dedo

¹² Evento realizado geralmente em galerias de arte ou museus antes da abertura oficial de uma exposição ao público em geral. Esse evento é uma espécie de pré-estreia, onde convidados especiais como colecionadores, críticos de arte, curadores, artistas e outros profissionais do meio artístico são convidados a visualizar as obras de arte em primeira mão. A palavra «vernissage» tem origem no francês, significando literalmente «envernizamento», fazendo referência à prática histórica de envernizar as pinturas para protegê-las e realçar suas cores antes de serem exibidas ao público.

¹³ Entrevista concedida pelo grafiteiro Fhe-ro em 2021..

¹⁴ A expressão popular «corre», originária do verbo «correr», é amplamente utilizada na comunicação cotidiana, especialmente entre os mais jovens e em ambientes informais. No contexto mencionado, ela reflete o empenho dedicado a atividades artísticas.

sujo”, como se refere aos grafiteiros, que sujam seus dedos de tinta apertando o spray nas ruas, buscam reconhecimento e remuneração pelos seus trabalhos, pois estão no “corre”¹⁴, ou seja, investindo tempo e recursos financeiros na arte de pintar as ruas, não apenas como uma expressão criativa, mas também como um meio de subsistência, permitindo-lhes pagar suas despesas e viver de sua arte. A partir disso, ele apresenta outro ponto crítico da profissionalização dos grafiteiros: as intersecções entre arte de rua, classe, raça e gênero. Desnuda fronteiras simbólicas que dificultam que corpos de periferia, negros, trans e mulheres ocupem espaços na cidade dedicados a formação, produção, exposição e comercialização artística. Muitos artistas questionam a incoerência presente na ascensão da arte do graffiti na economia criativa da cidade, em detrimento da valorização do grafiteiro, como o artista Mico relatou em entrevista: “O graffiti tá na moda, mas nós não estamos” ou como apontou o grafiteiro Clen: “Eles gostam do graffiti, mas não do grafiteiro”. Essa contradição evidencia a dificuldade de reconhecimento do grafiteiro como artista e profissional.

Fluxos e tensões

Embora haja barreiras para o acesso do grafiteiro ao mercado da arte, de acordo com Canclini, à medida que nos globalizamos, limitar a arte a um campo onde estratégias de distinção - operadas por classes dominantes com poder para legitimar o que é arte, quem pode apreciar e consumir arte, reduz a análise a apenas um ponto de vista. Segundo o autor, e em sua obra *A Sociedade Sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência*:

quando Benjamin, Borges e Merleau-Ponty escreveram textos para delimitar os territórios de arte e da literatura, existiam museus, mas não as quase duzentas bienais e feiras de arte atuais, nem os mercados artísticos e literários se misturavam com a mídia, o turismo, a expansão e a decomposição urbana, as migrações globais e rede digital. (Canclini, 2016, p.67)

No curso do trabalho de campo, observamos que grafiteiros belo-horizontinos encontram desafios ao almejar colocar suas artes em novos contextos, principalmente quando se tratam de instituições como museus e galerias de arte, porém, como apontado por Canclini, não há somente esse círculo fechado, existem circuitos alternativos e múltiplos canais a serem explorados, inclusive a exposição, divulgação e venda de arte online para um público abrangente. Em seus estudos sobre o direito à cidade, os autores Derek Pardue e Lucas Oliveira (2018), ao analisar os saraus das periferias de São Paulo, discorrem sobre as trajetórias urbanas de poetas marginais e a luta pelo direito à cidade:

(...) os saraus demonstram, de maneira aparentemente performática, que lugares e pessoas marginalizados e afastados constroem seus próprios circuitos, não como enclaves hermeticamente fechados de subalternidade, mas como trajetórias concorrentes em busca de controle sobre os espaços urbanos. Além disso, ao fazerem isso, eles ocasionalmente (e muitas vezes estrategicamente) entram em diálogo com instituições culturais, educacionais e até financeiras convencionais. (Pardue, Oliveira, 2018, p.5)

Da mesma forma que ocorre com os saraus em São Paulo, em Belo Horizonte, diversos grupos organizam circuitos alternativos para a prática e apreciação de suas produções artísticas. Eles vão além das fronteiras da periferia, ocupando espaços centrais da cidade. Sem esperar autorização formal, eles inserem-se na cena artística da cidade, atraindo público e ganhando visibilidade. Um exemplo é o *Duelo de MCs*, promovido pelo coletivo Família de Rua sob o Viaduto Santa Tereza, na capital mineira. Inicialmente realizado sem a autorização, esse evento, como mencionado por Perdigão (2016), é um símbolo da audácia desses grupos.

Conforme observado por Pardue e Oliveira (2018) no contexto dos saraus em São Paulo, ao ocupar espaços urbanos, esses grupos frequentemente iniciam um processo de negociação com as instituições que controlam essas áreas, como foi o caso do *Duelo de MCs*, que atualmente acontece com apoio do poder público, se multiplicando em diversos eventos que acontecem em instituições culturais ligadas a Prefeitura. Um exemplo curioso é o do pixador belo-horizontino Goma, que, após anos de pinturas ilegais pela cidade, enfrentando diversos conflitos com o Estado e a

lei, inclusive sendo preso, transformou-se em um organizador de eventos culturais e artísticos apoiados pelo Estado. Recentemente, ele realizou uma exposição no tradicional Museu de Artes e Ofícios, localizado no centro da cidade.

Processos de aproximação da arte de rua com o poder público e as instituições são polêmicos, suscitando críticas dentro do universo da arte de rua, relacionadas ao conformismo em contraposição à natureza transgressora dessas formas de arte. Contudo, como enfatizou o grafiteiro Fhero, citando um verso do rapper Kamau, quando questionado sobre essa controvérsia: «Ninguém se vende até que seja feita a oferta.»¹⁵ Conforme observado no trabalho de campo, muitos artistas de rua reconhecem que, apesar das polêmicas entre seus pares associada à comercialização de sua arte, eles têm a possibilidade de alcançar prestígio em novos espaços, além de obter um ganho financeiro.

O graffiti é frequentemente incluído nas listas de tendências de consumo da cultura jovem contemporânea, estabelecendo conexões com o mercado e os modismos em voga. Como apontado pelo historiador Nicolau Sevcenko (2001), desde os movimentos contracultura dos anos 60 sabe-se que vender jeans rasgados ou qualquer produto que reflita rebeldia é atrativo para consumidores jovens. No caso de Belo Horizonte, é possível afirmar que o graffiti ganha o status de *cool*¹⁶, selecionado, praticado e consumido por jovens caçadores de tendências, em sua maioria brancos da classe média e alta. Publicações e discursos analisados nas redes digitais e em eventos de arte urbana revelam que esses jovens consumidores, inebriados pela sensação de serem os mais autênticos e modernos de sua turma, demonstram apreço pelo estilo de vida alternativo às normativas sociais dos grafiteiros, como destaca João Perdigão, escritor e pesquisador da arte urbana em Belo Horizonte: “Se visto numa roupa de grife ou numa pintura *street* no quarto do filho da socialite, vira *hype*.”¹⁷ (Perdigão, 2016, p.91). O interesse pelo estilo de vida das periferias também é destacado pelo grupo de rap *Racionais Mcs* na música Negro Drama: “Inacreditável, mas seu filho me imita. No meio de vocês ele é o mais esperto(...) Nós é isso ou aquilo, o quê? Cê não dizia? Seu filho quer ser preto, ah, que ironia” (Racionais MCs, 2002). Ao cantar esses versos, os rappers criticam jovens de classes sociais privilegiadas que imitam comportamentos e manifestações artísticas das camadas populares, frequentemente oprimidas e estigmatizadas pela sociedade. A mercantilização do graffiti é comparável ao que ocorreu com o rap, que ganhou maior projeção comercial ao ser adotado por

15 Entrevista concedida pelo grafiteiro Fhero em 2021.

16 A palavra “cool” é frequentemente usada na cultura pop, especialmente na música, moda e entre os jovens. O termo também pode ser usado para descrever uma pessoa que é admirada por sua aparência, comportamento ou atitude.

17 Gíria surgida nos anos 90 no universo da moda que volta a aparecer nos discursos da juventude presente nos eventos culturais e de arte urbana. Esse termo é flexionado para *hypado*, para adjetivar produtos “que estão dando o que falar”.

«playboys» — uma expressão usada pelos rappers para se referir a jovens de classes privilegiadas, cujos estilos de vida e preocupações estão frequentemente desvinculados das realidades das classes baixas.

O graffiti, antes restrito ao muro, trens e outros suportes encontrados no espaço público como lixeiras e postes, expandiu suas práticas para além das ruas. Ao incorporar novos sentidos e utilidades em suas artes, utilizando novos suportes além do spray, como pincéis ou até computadores, os grafiteiros circulam por diferentes espaços da cidade e camadas sociais, promovendo a abertura comercial de sua arte e o consequente acesso ao mercado de trabalho. Tal como destaca o grafiteiro do grupo *Rupestre Crew* Bernardo Ladobeco (2018): “Hoje em dia não é somente a rua, você já tem outros meios, esses outros suportes, igual a camisa, caderno, tela... pra gente é só uma continuidade do que a gente já faz”. Nos relatos de grafiteiros como Ladobeco, Gud Assis e Ramar Gama, é evidente a assimilação de diferentes estilos estéticos e o domínio de várias ferramentas para atender às demandas do mercado de arte.

A percepção limitada sobre o repertório laboral desses artistas está relacionado ao estranhamento em relação à possibilidade de grafiteiros alcançarem mobilidade social, ocuparem espaços no mercado de trabalho e desenvolverem técnicas, formas e estilísticas que, comumente, são associadas a artistas de outros grupos sociais. Ainda é comum associar a imagem do grafiteiro ao sujeito que pinta a cidade ilegalmente durante as madrugadas. Originalmente, o graffiti era realizado de forma *vandal*, um termo usado pelos seus praticantes para descrever pinturas ilegais na cidade, feitas sem autorização dos proprietários dos muros, sujeitas a detenção ou prisão. Essas práticas ainda são adotadas por alguns grafiteiros, porém eles conquistaram um novo status na cidade.

Durante o processo de comercialização e institucionalização do graffiti, que começou no final dos anos 1990 com a implementação de políticas públicas e projetos sociais que contratavam grafiteiros como professores, além da contratação por empresas e órgãos do governo, foi criada uma distinção, impulsionada pela mídia e poder público, entre as modalidades do pixo¹⁸ e do graffiti. Os desenhos coloridos e figurativos, característicos da arte do graffiti, passaram a ser considerados belos, contrastando com as percepções sobre o pixo, que consiste principalmente em letras e assinaturas monocromáticas. Observamos uma intensificação na perseguição tanto

¹⁸ «Pixo» com «x» refere-se a um estilo específico de arte urbana no Brasil, conhecido como pixação. Esse movimento se destaca por sua estética e técnica únicas, oferecendo uma forma de comunicação urbana distinta. A pixação é uma manifestação cultural que segue um código próprio e serve para afirmar identidade e resistência social, com uma estética mais crua e direta. O uso do «x» é uma marca simbólica que os grafiteiros adotam para diferenciar seu estilo e reforçar a identidade do movimento.

19 Entrevista concedida em junho de 2024.

estética quanto política contra o pixo que se reflete em medidas mais severas, como a imposição de multas e até mesmo prisões, dependendo das circunstâncias.

Mesmo com a distinção, a imagem dos grafiteiros é frequentemente associada às ações e ao estilo de vida dos pixadores. Essa afirmativa foi confirmada por meio de experiências empíricas em espaços culturais e artísticos de Belo Horizonte. Em 2015, no Museu da Moda de Belo Horizonte (MUMO), realizei uma exposição em colaboração com artistas urbanos que apresentaram instalações, vídeos e pinturas, incluindo obras diretamente nas paredes do museu. Durante uma roda de conversa com a participação de artistas e a gestora do museu, surgiu um debate sobre as dificuldades de acesso dos grafiteiros aos espaços institucionais da cidade. A gestora justificou a permissão para grafitar dentro do museu como uma medida para evitar o pixo nas paredes externas do museu. Situações semelhantes ocorreram durante a exposição “CAUS: Arte Urbana e Território”, na Escola de Design da UEMG, onde a preservação do edifício modernista tombado foi uma preocupação central nas negociações para realização do evento, já que a maioria dos artistas envolvidos na mostra eram grafiteiros. A essas percepções sociais, acrescentam-se as interseções de raça e classe.

Como observado por Wanatta: «há uma tendência de reduzir o trabalho do artista negro e favelado ao seu contexto racial e social, sem reconhecer o que mais trazemos e pesquisamos além disso»¹⁹. Arrisco dizer que esse fato contribui para a manutenção do status quo (conservação de estruturas e relações de poder existentes, onde certos grupos têm privilégios no mundo da arte) e para uma estratégia de silenciamento das lutas e conquistas sociais, além de dissimular o reconhecimento dos avanços técnicos e conceituais desses artistas.

Essas expectativas sociais são influenciadas por ideias inculcadas no imaginário brasileiro, inclusive no campo das artes, conforme destacado pelo historiador e crítico de arte Kleber Amâncio (2024). O autor aponta que muitas produções artísticas do século XIX e início do século XX, contribuíram para a construção de uma identidade e ideia de nação, na qual a figura do negro era retratada de maneira desinteressada: com roupas modestas, descalços, geralmente em momentos de lazer, não de trabalho (sugerindo a vagabundagem) e marginalizados da história, assumindo uma postura passiva ao observar a construção da narrativa nacional. Em um contexto de escravidão, violência colonial e formação de periferias no Brasil, era comum a reprodução das desigualdades nas pinturas.

Nesse período, ao contrário da percepção de que não existiam artistas negros, devido à ausência de menções nos livros, de fato eles existiam, mas eram frequentemente invisibilizados. Arthur Timóteo, nascido seis anos antes da abolição da escravatura, foi um dos poucos que ganharam destaque na época. Incorporando técnicas europeias de pintura, o artista retratou uma perspectiva emancipatória de sujeitos negros, destacando suas particularidades e pluralidade. Amâncio (2024) destaca que, assim como Machado de Assis, nos obituários de Arthur Timóteo, que buscavam enaltecer a figura do artista, omitiam sua cor de pele. O artista circulava entre as elites cariocas, participava nas *vernissages* das exposições e museus e galerias de arte. Na pintura intitulada «Autorretrato», de 1919, o artista, segundo Amâncio (2024), busca mostrar como é imaginado pela sociedade burguesa. Conforme o autor, Timóteo insere elementos em sua arte que disfarçam sua negritude, como um chapéu que esconde seu cabelo.

20 Entrevista concedida pelo grafiteiro Wanatta em 2024.

21 Entrevista concedida pelo grafiteiro Wanatta em 2024.

Wanatta relata que, no jogo social, em que percepções e reducionismos colocam pessoas negras em posições subalternas na hierarquia social, refletidas em espaços da arte da cidade, seu corpo se torna uma expressão artística. Ele afirma: “Eu não preciso pensar muito, apenas performo, não preciso me deformar, sou o que sou, um corpo negro e favelado. Onde quer que eu vá, eu intervenho.”²⁰ Segundo o artista, as pessoas tendem a ver um artista negro apenas através do adjetivo «negro», carregado de significados históricos e sociais, incluindo a infeliz normativa de que corpos e artes de negros não acessem museus e galerias de arte convencionais, fato revelado nas perguntas que ele recebe: “Como é que é ser preto na arte? Como é morar no Alto Vera Cruz e expor no Palácio das Artes?”²¹. Trabalhos de artistas, considerados por essas elites como subalternos, são frequentemente exibidas na categoria do exótico e curioso, um aspecto da concepção e organização de exposições em museus, criticado por pela grafiteira Kawany Tamoios e por Tina Soul, assim como por Franz Boas (2004) já no século XIX, quando questionava as formas evolucionistas e racistas de exposição de coleções de artefatos e artes indígenas e africanas em museus antropológicos. Por outro lado, a exotização do corpo e da arte de pessoas negras e a frequente associação do adjetivo «negro» ao nome do artista em publicações jornalísticas/midiáticas que anunciam exposições e produções artísticas, evidenciam a representatividade desses artistas no mercado de arte. Isso incentiva seus pares a investir em seu trabalho e a ocupar espaços na cidade e nesse mercado.

22 Entrevista concedida pelo grafiteiro Wanatta em 2024.

23 Grupo de artistas, escritores, e intelectuais que se destacaram principalmente na década de 1920, marcando um período de intensa renovação cultural no Brasil. Eles buscavam romper com as tradições acadêmicas e europeias, buscando uma expressão cultural que fosse verdadeiramente brasileira, incorporando elementos da cultura popular, indígena e afro-brasileira, além de experimentar novas formas estéticas e temáticas.

O destaque de artistas negros no mundo da arte, acaba sendo creditado às representações que esses artistas fazem de seu território de moradia e seus corpos, como se estivessem acessando lugares, antes reservados a elite, por questões de benevolência social de membros da elite artística: curadores, *marchands*, gestores de museus e galerias de arte, que permitem que as artes desses artistas ocupem esses espaços. Cientes dessas percepções expressas de forma direta em perguntas de jornalistas, pesquisadores, consumidores e visitantes de exposições, assim como em insinuações e olhares, Wanatta joga com esses sentidos, joga o jogo entre corpos negros e a cidade, entre corpos negros e espaços institucionais promotores da arte, negociando, encontrando brechas e atalhos para construir sua obra e sua carreira artística. Fato refletido em sua afirmação sobre a estética da favela: “tem uma estética, ela chama a atenção, você consegue se introduzir nos lugares, porque aquilo ali diz de uma identidade ou é esse tornado exótico que se torna vendável, mas ao mesmo tempo é uma tática de sobrevivência.”²² Wanatta menciona Maxwell Alexandre, morador da favela da Rocinha no Rio de Janeiro, nomeando-o como uma “favelado antropofágico”, por conta da capacidade de acessar “mundos” para além da Rocinha, como clubes, escolas de arte, museus, galerias e mercados antes relegados a uma elite, se apropriando de técnicas e normativas desses espaços para construir sua obra e linguagem próprias.

Wanatta utiliza a expressão em seu perfil do *Instagram*, onde se descreve como um «Favelado Antropofágico, reverberando possibilidades de re-existências através das artes desde 2010.» Esse trecho é uma descrição poética e metafórica do artista, sintetizando sua mobilidade e suas estratégias de sobrevivência na cidade através da antropofagia, um termo incorporado no mundo da arte pelos modernistas brasileiros²³. Inspirada na prática indígena de consumir carne humana ritualisticamente para absorver a energia do inimigo, a antropofagia representa o ato de devorar e transformar elementos estrangeiros em algo genuinamente brasileiro. Essa ideia se contrapõe à passividade retratada nas narrativas oficiais que descrevem os nativos brasileiros como preguiçosos e ingênuos, aceitando a violência física e simbólica da colonização e catequização sem resistir (Andrade, 1928).

Wanatta ressignifica a antropofagia indígena e a modernista por meio do ato de absorver, transformar e integrar elementos, considerados pela opinião pública e expectativas sociais, como discutimos anteriormente, distantes da história de vida de um jovem artista proveniente da periferia. Em contraste com as percepções que

envolvem a carreira artística desses artistas, que perpetuam estereótipos de vilanismo do jovem negro e subvalorização do graffiti, Wanatta devora o corpo conceitual-teórico de literaturas e escolas diversas, como a história da arte europeia estudada na Escola Guignard, incorporando técnicas e conceitos à sua pesquisa para construção de sua obra. Além dessas incorporações, Wannata busca compreender e acessar a burocracia de políticas culturais e editais de fomento à cultura, participando de redes políticas e sociais, ligados ao “movimento negro de Belo Horizonte”²⁴.

Wanatta enfatiza que, apesar das dificuldades nas negociações com o poder público e empresas, os artistas negros devem se auto-organizar e buscar sua emancipação, tornando-se proponentes de projetos socioculturais. Segundo ele, os artistas negros devem assumir papéis de liderança na criação e implementação de iniciativas que valorizem suas próprias narrativas e expressões artísticas. Isso envolve aprender as lógicas e os códigos das linguagens propostas por instituições públicas e produtores culturais de outros grupos sociais, com o intuito de reivindicar a ocupação e disputar espaços sociais e políticos na cena cultural e artística da cidade, rompendo com os padrões de linguagem instaurados que não contemplam a periferia. As colaborações e articulações institucionais de Wanatta abrangem uma ampla gama de parcerias em projetos do poder público e com empresas privadas. Suas atividades vão desde serviços como artista, professor de artes, palestrante e produtor cultural, até a proposição de projetos artísticos, curadoria de exposições e festivais. Além disso, ao longo de sua carreira ingressou em escolas de artes e tecnologia da Prefeitura de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais.

Em sua trajetória, ao incorporar diversas lógicas e ferramentas de trabalho, além de influências sociais e culturais variadas à sua trajetória de vida e convicções sociais e políticas, Wanatta ressignificou essas linguagens de forma única, transformando-as em sua obra. Segundo o artista, no decorrer da carreira, o artista constrói, por meio de pesquisas e experimentos, a sua linguagem - o conjunto de elementos visuais (cores, formas, linhas, texturas, proporções, composição) e as narrativas (assuntos centrais que inspiram e guiam suas criações artísticas) que são utilizadas para se expressar e comunicar suas ideias, emoções e conceitos ao público. Wanatta descreve esse processo como a construção de sua obra:

A obra é o que eu estou construindo ao longo da minha vida. Minha trajetória, o lugar onde nasci, da onde que eu vim, faz parte disso tudo, porque é o que eu sou, é o que eu reflito e tal. Mas também faz parte da pesquisa, faz parte a curiosidade do artista de ficar caçando histórias, contando histórias, sendo narrador.²⁵

²⁴ “Conjunto heterogêneo de grupos, entidades e organizações sociais, políticas, culturais, religiosas e recreativas da comunidade negra, constituído por associações da sociedade civil, instituições religiosas organizadas em comunidades-terreiros de candomblé e umbanda, irmandades religiosas de devoção a Nossa Senhora do Rosário, instituições culturais e recreativas como as escolas de samba, grupos de capoeira, grupos de dança afro-brasileira; fóruns de mulheres negras; grupos de consciência negra, grupos de combate ao racismo vinculados aos partidos políticos e sindicatos, cuja união e unidade é permanentemente reafirmada na luta política contra o racismo e na valorização do patrimônio cultural da população negra brasileira” (Cardoso, 2011, p.147)

²⁵ Entrevista concedida pelo grafiteiro Wanatta em 2024.

Por meio de técnicas, os artistas expressam sua experiência e visão de mundo. Wagnatta destaca que a obra se revela crucial para o artista no mercado da arte, não apenas como uma expressão pessoal e intelectual, mas também como um ativo fundamental. Ela funciona como uma porta de entrada para reconhecimento e valorização dentro do mercado, onde a originalidade e a profundidade das criações não apenas cativam o público, mas também definem a reputação e o sucesso do artista. Assim, a obra não só reflete a essência do artista, mas também serve como uma ferramenta estratégica para sua inserção e projeção no cenário artístico contemporâneo.

Considerações finais

Por meio da ideia de fronteira, refletimos sobre a encruzilhada onde há o encontro de grafiteiros e o sistemas das artes de Belo Horizonte e seus agentes, como um lugar de disputa, limites e confronto de discursos, mas também de fluxos, trocas simbólicas e hibridismos. Conforme observado nas experiências de campo, as interações sociais e os deslocamentos dos grafiteiros pela cidade — especialmente artistas negros e provenientes de áreas periféricas, são marcados por desigualdades e segregações socioespaciais. Tais disparidades refletem as estruturas sociais e políticas da cidade, que conferem uma distribuição assimétrica de direitos à população, incluindo o acesso a espaços públicos e semipúblicos, o que inclui os locais de prática, aprendizado e consumo de arte analisados no artigo. A produção artística no espaço urbano envolve disputas de poder que permeiam as dimensões estéticas, políticas, sociais e raciais. Questões de gênero também permeiam as interações no campo artístico da cidade, embora não tenham sido desenvolvidas neste artigo.

A categorização binária da legislação relacionada a pinturas na cidade, que divide o que é arte e o que é crime, simplifica e ignora a complexidade das práticas artísticas na cidade, além de reforçar estereótipos. Nesse contexto, é comum ouvirmos a opinião pública e a mídia promoverem o graffiti, em contraposição ao pixo. No entanto, é crucial investigar as micro-relações, especialmente em áreas fronteiriças, onde o grafiteiro

negocia para ocupar espaços artísticos na cidade, nessas interações surgem questões sobre os limites do gosto pela arte do graffiti e a aceitação dessa forma de expressão e de seus praticantes em ambientes formais, fora dos limites das ruas. Além disso, persistem no imaginário de gestores públicos e privados da arte na cidade memórias que ainda associam esses artistas ao vandalismo, ou seja, à prática do pixo.

A pesquisa permitiu identificar a produção de representações sociais associadas à juventude periférica e a forma como os artistas negros são vistos na História da Arte, que revelam vestígios coloniais no sistema atual das artes de Belo Horizonte. Embora grafiteiros se movam por diferentes espaços socioespaciais e conquistem posições no mundo do trabalho, processos de rotulação desses artistas como desviantes, impulsionados por intersecções de raça e classe, dificultam uma percepção atualizada de suas trajetórias profissionais. Dessa forma, compreender os modos de vida e as relações de trabalho dos grafiteiros exclusivamente através das lentes de segregações e exclusões sociais — conceitos frequentemente utilizados pelas Ciências Sociais para compreender a relação entre periferias urbanas e o centro — limita a compreensão e silencia as vivências, lutas sociais e trajetórias profissionais desses indivíduos.

Embora os grafiteiros participantes da pesquisa não representem a totalidade dos grafiteiros da cidade, suas táticas e astúcias são emblemáticas, oferecendo novas perspectivas sobre o graffiti. Essa forma de arte revela a participação de sujeitos periféricos na vida social, política e cultural da cidade. Neste estudo, foram identificados modos de ocupação e interação dos grafiteiros com instituições públicas, que desempenham um papel crucial na construção de um novo imaginário sobre o espaço urbano.

Referências

ANDRADE, Oswald de. *Manifesto Antropófago*. In: _____. *Obras completas de Oswald de Andrade: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970

AMANCIO, Kleber. *Histórias da arte: Arte no Brasil*. Curso realizado no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), São Paulo, 2024.

BARBI, Laura Dolabella. *O Sistema das artes em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)* – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/47836> . Acesso em: 10/08/2024.

BARRETO, Binho. *Perímetro Urbano. Belo Horizonte: Leme, 2017.*

BARRETO, Binho. *Dialética das Ruas: arte urbana etc. 2023.. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)* - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

BESSAS, Alex. Verní Beagá: conheça o grupo que atua pela democratização dos espaços de arte em BH. *O Tempo*, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/entretenimento/2024/7/15/verni-beaga--conheca-o-grupo-que-atua-pela-democratizacao-dos-es>. Acesso em: 10 ago. 2024

BUÑUEL, Luis. *O Discreto Charme da Burguesia*. [S.l.]: Greenwich Film Prod. Corp, 1972. 1 DVD (102 min), son., color.

CAMPOS, Ricardo Marnoto de Oliveira. *Pintando a cidade: uma abordagem antropológica ao graffiti urbano. Tese (Doutorado em antropologia)* - Universidade Aberta. Lisboa, 2007.

CANCLINI, Néstor García. *A sociedade sem relato. Antropologia e Estética da Iminência*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Edusp, 2016.

CARDOSO, Marcos. *O movimento negro em Belo Horizonte.: 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002

COUTO, José Geraldo. Buñuel mergulha na fantasia para ironizar donos do poder. *Folha de S.Paulo*, 31 ago. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3108200810.htm>. Acesso em: 06 jun. 2024.

CIDADE Cinza. *Direção de Marcelo Mesquita, Guilherme Valiengo. Produção de Marcelo Mesquita, Guilherme Valiengo, Peppe Siffredi, Raphael Bottino. Roteiro de Marcelo Mesquita, Peppe Siffredi, Felipe Lacerda*. São Paulo: Sala 12 Filmes, 2013.

D'ANDREA, Tiaraju. *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*. *Novos estudos CEBRAP*, v. 39, n. 1, p. 19–36, jan. 2020.

FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão. Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

HYPE. In: Merriam-webster, In: COLLEGIATE DICTIONARY. Merriam Webster Online. Merriam-Webster, Incorporated. Acesso em: 20/10/2019.

LADOBEÇO, Bernardo. *Rupestre Crew | Ancestral*. [Entrevista cedida a Ancestral]. *Pílulas de moda, arte e cultura*, Belo Horizonte 1, set 2018. Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oyDzK-LfWiY>. Acesso em 09 jul. 2024

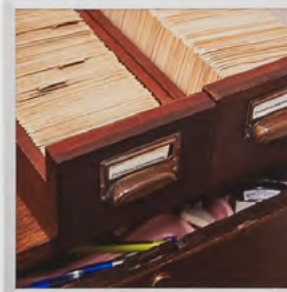
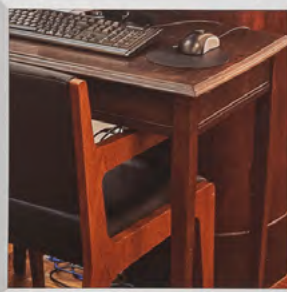
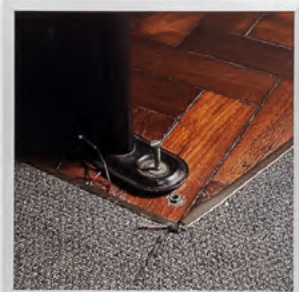
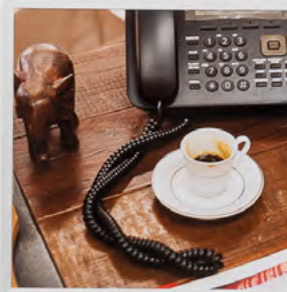
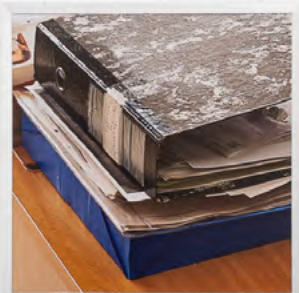
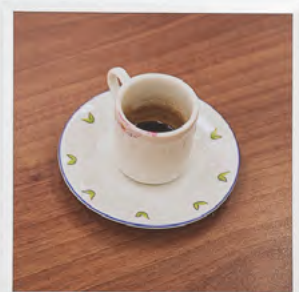
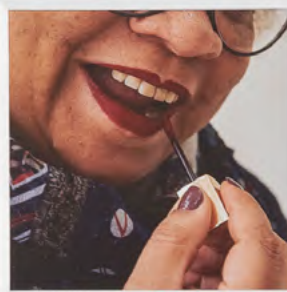
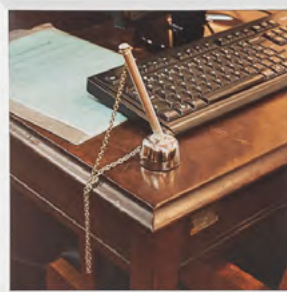
O'DOHERTY, BRIAN. *No interior do cubo branco: a ideologia do Espaço da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 28

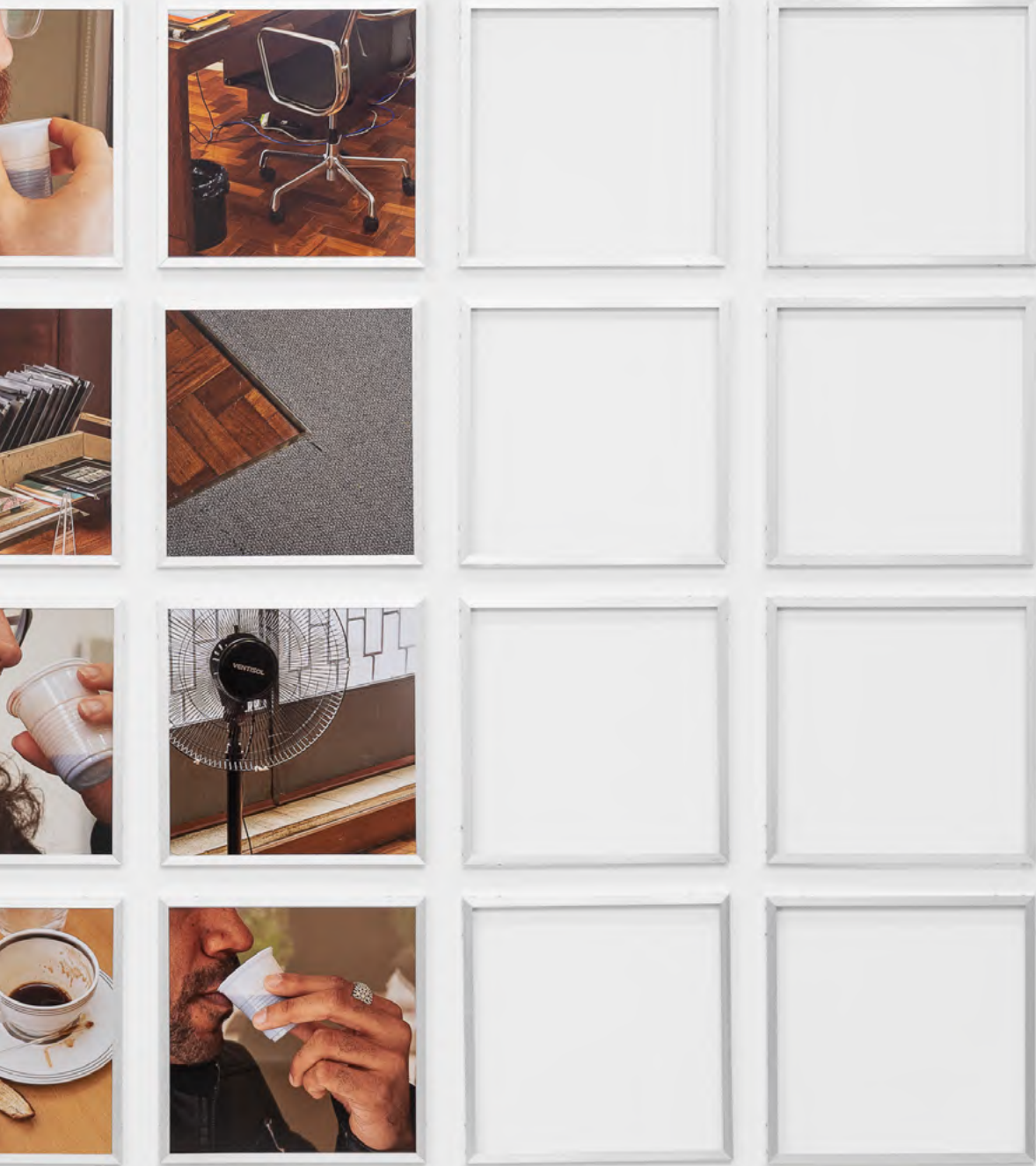
PEIXOTO, Mariana. *Exposição <Caus> quer romper o preconceito em relação à arte urbana*. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 out. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/10/31/interna_cultura,1098714/exposicao-ca-us-quer-romper-o-preconceito-em-relacao-a-arte-urbana.shtml. Acesso em: 02 jun. 2024

PERDIGÃO, João. *Viaduto Santa Tereza*. Belo Horizonte: Conceito, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo, 2010.





Jonathas de Andrade, Museu do Homem do Nordeste – Museu de Arte do Rio (MAR) – Rio de Janeiro – Brasil – 2014
Photos: Eduardo Ortega





Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética.

O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



CULTIVAR A TERRA:

trabalho, cuidado socioambiental e processos de subjetivação no MST

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54337>

CARLOS EDUARDO CARRUSCA VIEIRA* **LEONARDO DE MIRANDA E SILVA****
ANA CAROLINA FERNANDES PEREIRA*** **SHIRLEY RABELO******

RESUMO: Durante o segundo semestre de 2023 e o primeiro de 2024, como parte do Estágio Supervisionado em Psicologia do Trabalho na PUC Minas São Gabriel, realizamos uma pesquisa-intervenção no Assentamento Dois de Julho, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nosso objetivo inicial, era compreender os modos de vida e trabalho desses trabalhadores, mas ampliamos a análise para a luta do MST pela Reforma Agrária, os sentidos atribuídos ao trabalho, sociabilidade, subjetivação e práticas de cuidado socioambiental. Embasados na leitura marxiana do trabalho e na Psicologia do Trabalho, utilizamos visitas técnicas, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os resultados parciais destacam o vínculo afetivo com a terra, contrastando com o trabalho alienado no capitalismo e apontam para a superação da sociabilidade do capital, visando a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, livre das leis do mercado e do capital.

PALAVRAS-CHAVE: processos de subjetivação; cuidado socioambiental; trabalho; movimentos sociais; psicologia social.

Cultivating the land: labor, socio-environmental care and subjectivity process in the MST

ABSTRACT: During the second semester of 2023 and the first semester of 2024, as part of the Supervised Internship in Work Psychology at PUC Minas São Gabriel, we conducted an intervention-research project in the Dois de Julho Settlement, part of the Landless Workers' Movement (MST), in Belo Horizonte's Metropolitan Region. Our initial objective was to understand the ways of life and work of these workers, but we expanded our analysis to include the MST's struggle for Agrarian Reform, the meanings attributed to work, sociability, subjectivation, and socio-environmental care practices. Grounded in a Marxian reading of labor and Work Psychology, we employed technical visits, semi-structured interviews and participant observation. The preliminary results highlight the emotional bond with the land, contrasting with alienated labor in capitalism, and point towards overcoming the sociability of capital, aiming to build a fairer, more fraternal, and supportive society, free from the laws of the market and capital.

KEYWORDS: subjectivity process; socio-environmental care; labor; social movements; social psychology.

*PUC MINAS ** PUC MINAS *** PUC MINAS **** PUC MINAS

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é reconhecido como o maior movimento social da América Latina e um dos maiores do mundo. O MST defende a Reforma Agrária, com a consequente redistribuição das terras improdutivas, para que possam ser cultivadas por aqueles que não possuem terras. Foi fundado em 1984, em face de um contexto de expressiva concentração fundiária no Brasil (MST, 2024). No decorrer dos anos, o MST enfrentou forte oposição do agro-negócio, de diferentes governos, e da mídia. Os militantes desse movimento foram, e continuam a ser, vítimas de violências praticadas por latifundiários, fazendeiros, forças policiais, entre outros (MST, 2024).

No segundo semestre de 2023, no âmbito de uma prática de estágio supervisionado em Psicologia do Trabalho, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais desenvolveu-se uma análise psicossocial no Assentamento “Dois de Julho”, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Nosso objetivo inicial era realizar visitas técnicas a fim de compreender os modos de vida e trabalho dos trabalhadores rurais sem terra. Contudo, no decorrer da prática de estágio, outras importantes questões se impuseram, exigindo o aprofundamento da análise teórica das situações que emergiram espontaneamente¹.

Neste artigo, analisamos aspectos da luta do MST pela Reforma Agrária, os sentidos atribuídos ao trabalho pelos trabalhadores rurais que integram esse movimento, seus modos de sociabilidade e processos de subjetivação, assim como suas práticas de cuidado socioambiental.

¹ Em razão da natureza desta análise, permite-se a dispensa da submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, nos termos do artigo nº 26 (inciso VII), da Resolução nº 674 de 6 de maio de 2022, do Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. Permanece a necessidade de resguardar a identidade das pessoas. Os participantes envolvidos nas práticas realizadas e análises deram seu consentimento livre e esclarecido para as gravações, transcrições e publicações relacionadas ao tema.

Referencial teórico

2.1 A luta pela terra, a reforma agrária e o MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um fenômeno sócio-político relevante no contexto do Brasil, considerado um dos maiores movimentos sociais da América Latina. Sua evolução histórica, bem como os desafios organizativos e suas propostas para a reforma agrária, são tópicos de considerável interesse, não apenas acadêmico, mas para diferentes áreas de nossa sociedade.

O MST teve origem nos anos de 1979 a 1983, no contexto da Ditadura Militar, marcado por expressiva concentração fundiária, restrições e violações de direitos (Stédile, 1997). Inicialmente, o movimento recebeu por parte da grande imprensa — de caráter burguês — a alcunha de “Sem Terra” como conotação político-ideológica negativa, como rótulo para o movimento e seus integrantes. Na história, aliás, é longo e ainda atual o capítulo relativo às representações negativas atribuídas ao MST, por parte de grupos político-empresariais e midiáticos, que guardam interesses materiais associados ao agronegócio e contrapõem-se ao referido movimento.

Alguns fatores foram decisivos para a origem do MST, sendo que o principal foi a rápida e intensa mecanização da lavoura brasileira na década de 1970 (Stédile, 1997). Esse processo modernizou as tecnologias agrícolas, porém perpetuou a concentração fundiária e a exclusão social, contribuindo para o aumento do êxodo rural no país (Stédile e Fernandes, 1999). Com o fracasso da migração para outras regiões, os trabalhadores expulsos pela modernização não tiveram outra saída, a não ser resistir e lutar por terras em seus locais de origem. Essa foi a “Base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas” (Stédile, 1999, p.17).

Inicialmente, a oposição das oligarquias que se posicionavam ativamente contra a reforma agrária era o principal obstáculo. Enfrentado através do resgate de experiências de outros movimentos, como as Ligas Camponesas que operaram no nordeste brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, e da aprendizagem a partir das diversas lutas pela terra na América Latina, o que resultou na formulação de princípios organizativos que tornaram possíveis o crescimento social, a unidade política e a construção de

um movimento social nacional (Stédile, 1997). Dentre estes princípios, destacam-se: a vinculação permanente com as massas, a ênfase na luta de massas em oposição à boa vontade do governo, divisão de tarefas, direção coletiva, disciplina com regras coletivamente estabelecidas, formação de quadros e o desenvolvimento de uma mística para conscientizar a base do movimento (Stédile, 1997).

Enquanto organizava-se internamente, o MST construiu sua proposta de reforma agrária que, até 1984, limitava-se à distribuição de terras e à eliminação dos latifúndios. Contudo, com a crescente complexidade do contexto, incluindo o avanço do capitalismo no campo e a urbanização da sociedade, houve uma evolução da visão sobre a reforma agrária, o que resultou em uma nova proposta, discutida formalmente no 3º Congresso Nacional do MST realizado em 1995, em Brasília. Essa nova proposta destacava três aspectos básicos: o significado da reforma agrária na sociedade contemporânea, a democratização da propriedade da terra e características de um programa de reforma agrária que abrangesse questões socioeconômicas, culturais e ambientais (Stédile, 1997). O movimento passou a defender, então, uma reforma agrária popular que garantisse: o trabalho para todos os trabalhadores rurais; produção de alimentação barata, farta e de qualidade para toda a população; garantia de qualidade de vida e bem-estar social para todos os trabalhadores brasileiros; busca permanente de justiça social e igualdade de direitos; difusão e prática de valores humanistas e socialistas; criação de condições objetivas para participação igualitária da mulher na sociedade; preservação e recuperação dos recursos naturais; desenvolvimento da agroindústria e industrialização no interior do país.

Ao longo de sua história, em decorrência das temáticas defendidas e da mobilização social conquistada pelo movimento, o MST angariou apoiadores, mas também, adversários políticos filiados à elite agrária brasileira, também denominada pelo sociólogo Jessé de Souza (2017) “elite do atraso”. O autor aponta que essa elite, agarrada aos seus privilégios, age com vistas a garantir a manutenção dos próprios interesses socioeconômicos, mesmo que isso impeça — sistematicamente — o progresso comum. Ao longo dos seus 40 anos de existência, integrantes do MST sofreram diversos ataques, sendo os mais famosos o “Massacre da Fazenda Santa Elmira”, em 1989 (MST, 2018), o “Massacre de Corumbiara”, em 1995 (Estevam; Marques, 2015), o “Massacre de Eldorado dos Carajás”, em 1996 (Barbosa, 2020), o “Massacre de Felisburgo”, em 2004 (MST, 2020) e o “Massacre de Pau D’Arco”, em 2017 (GI Pará, 2022). Esses ataques

que resultaram na morte de integrantes do MST alertam-nos para o fato dos latifundiários exercerem significativa influência em várias instâncias de poder, valendo-se de mecanismos coercitivos e violentos contra resistências legítimas (Mesquita, 2003).

Atualmente o MST tem se empenhado em conscientizar a população brasileira de que a reforma agrária não é uma tarefa exclusiva das áreas rurais, mas uma necessidade de toda a sociedade, contexto no qual a colaboração das populações urbanas é essencial. A luta pela terra se concentra na disputa pelo modelo agrícola, uma vez que proprietários de terra se aliaram às grandes multinacionais do setor. É fundamental, assim, estabelecer limites para o tamanho da propriedade de terra, priorizar a produção de alimentos saudáveis e reduzir a exportação de matérias-primas em favor de produtos nacionais de maior valor agregado.

De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017) 77% dos estabelecimentos agrícolas pertencem à agricultura familiar. Entretanto, em flagrante contradição, ao se tratar da extensão territorial das terras cultiváveis do Brasil, aproximadamente 80% pertencem ao agronegócio. Guimarães (2019) acrescenta que os dados do Censo revelam o avanço do agronegócio sobre o Norte e o Centro-Oeste, nas chamadas “fronteiras agrícolas”, com o agravamento da destruição do meio ambiente dos biomas amazônico e cerrado, com impactos para a biodiversidade e o clima em todas as regiões do Brasil.

Nesse contexto, o MST desempenha um papel central na promoção da reforma agrária no Brasil, alinhando-se aos princípios da Constituição Federal de 1988. Têm especial importância, nesse sentido, o Art. 5º, inciso XXIII da Carta Magna, que estabelece que a propriedade deve atender à sua função social e o Art. 184, que atribui à União a competência de desapropriar, por interesse social, propriedades rurais que não cumpram essa função, para fins de reforma agrária (Brasil, 1988). Por sua vez, a Lei nº 8.629/1993 (Brasil, 1993) regulamenta os dispositivos constitucionais sobre a reforma agrária, reforça os compromissos institucionais, garantindo mecanismos para a execução da reforma agrária.

A Lei nº 4.504/64 (Brasil, 1964), conhecida como Estatuto da Terra, também contribui para o arcabouço legal da reforma agrária. O Art. 16 dessa lei estabelece como objetivo promover a justiça social e o desenvolvimento rural sustentável, enquanto o Art. 18 define os critérios para a desapropriação de imóveis rurais que não atendam à função social, autorizando a desapropriação por interesse social para esse fim. Complementando essa legislação, o Decreto nº 59.566/66 (Brasil, 1966) regu-

lamenta dispositivos do Estatuto da Terra e, em seu Art. 85, especifica os critérios para identificar propriedades que não cumprem sua função social, tornando-as passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Com base nestes princípios, o MST propõe uma ampla reforma agrária, de natureza popular, a fim de contribuir com a soberania nacional e criar uma sociedade mais justa e igualitária. Essa reforma deve descentralizar o acesso à terra, assegurando que ela cumpra sua função social, preservando os direitos e a permanência das comunidades rurais, incluindo camponeses, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraizeiros e quilombolas, entre outros grupos tradicionais; não se restringindo ao acesso à terra para os trabalhadores rurais, mas garantindo a produção de alimentos saudáveis para toda a população (MST, [s.d.]).

O MST pauta suas ações em torno de 3 objetivos principais: a aquisição de terras, a promoção da reforma agrária e a transformação social. Nesse sentido, para além das questões produtivas, acoplou importantes questões que se referem à transformação das relações sociais e de gênero, incluindo a luta contra o machismo e a LGBTQIAPN+-fobia. Além disso, visa garantir educação no meio rural e promover cooperação entre trabalhadores rurais e a população urbana (MST, [s.d.]).

Muitas iniciativas estão em andamento, como agroflorestas, sementes crioulas, processamento de alimentos, pesquisa científica e formação técnica. No entanto, a mudança na natureza do capital não é o único impulsionador de redefinição da luta do MST pela terra. Esses movimentos têm raízes na transformação da sociedade e resultaram em uma cultura política e organizacional entre as famílias sem-terra, culminando na concepção de reforma agrária popular. Sua plena implementação requer mudanças estruturais na sociedade, mas o MST busca compartilhar não apenas reivindicações justas como, também, um projeto de poder soberano baseado na participação popular (MST, 2022).

A proposta do MST estimula um rico debate sobre a reforma agrária no Brasil, pois enfatiza a necessidade de uma abordagem abrangente que leve em consideração não apenas a distribuição de terras, mas também os impactos sociais, econômicos e ambientais mais amplos. Destaca-se também, a importância da participação ativa da sociedade civil no processo de reforma agrária. A mobilização e a conscientização pública são fatores-chave para pressionar por mudanças significativas na política de terras do Brasil. No entanto, o desafio está em encontrar um equilíbrio entre a visão

progressista e ecológica do MST e a realidade política e econômica do país, fortemente atrelada — neste momento — ao conservadorismo e ao neoliberalismo.

Para a discussão e análise dos aspectos da luta do MST pela Reforma Agrária, os sentidos atribuídos ao trabalho pelos trabalhadores rurais que integram esse movimento, seus modos de sociabilidade e processos de subjetivação, assim como suas práticas de cuidado socioambiental, recorreremos à perspectiva da Psicologia do Trabalho, que se inspira no materialismo histórico-dialético.

2.2 O trabalho e os processos de subjetivação em uma abordagem psicológica do trabalho baseada no materialismo histórico-dialético

Ao situar, ontologicamente, o modo de reprodução da vida material como plataforma da sociabilidade, Marx descortinou as imbricações entre a vida material e a vida social (Chasin, 2009). O filósofo alemão percebeu a centralidade do trabalho na produção da vida humano-societária (Lukács, 1978, 2010). Concebeu o trabalho como atividade especificamente humana, por meio da qual o ser humano media e regula sua relação com a natureza, sendo esta atividade indispensável em qualquer formação social, para assegurar a perenidade da sociedade (Marx, 2017). O trabalho é, afinal, uma resposta às carências do “estômago” e/ou da “fantasia”, dizia Marx (2017).

No capitalismo, porém, o trabalho ganha a forma de trabalho assalariado, refletindo a forma-mercadoria que se generaliza com o modo de produção capitalista (Marx, 2017). A força de trabalho é explorada com o fim de compor o processo de valorização do capital. O capitalismo se reproduz nas relações sociais de produção, mediante as quais o valor se valoriza. Mas o capital não se restringe ao campo das relações econômicas. A ordem capitalista subjuga toda a dinâmica social ao seu domínio e projeto hegemônico, reproduzindo um modo de sociabilidade instaurado pela forma mercantil (Mascaro, 2013).

Do modo de produzir a vida material decorrem as relações sociais efetivas, os modos de sociabilidade (Lukács, 2010). O pensamento marxiano, em contraposição à psicologização das relações humanas e dos problemas sociais, sinaliza a relevância, para a Psicologia, de pensar os processos de individuação humana e construção societária tomando por referência sua base genética, a sociabilidade, esta última sempre lastreada em um modo de produção específico (Vieira, 2014).

Marx, porém, não notou apenas a exploração do trabalho na análise profunda e crítica que fez do capitalismo. A luta pela terra e as disputas pela sobrevivência são temas

que atravessam toda a história e não passaram despercebidos pelo filósofo alemão Karl Marx. Ainda jovem, Marx (2017) destacou as contradições entre as leis tradicionais e os direitos de propriedade emergentes no capitalismo, quando discutiu a lei punitiva ao furto de madeira. Ele criticou a supressão do direito consuetudinário, que permitia práticas tradicionais como a coleta de lenha para subsistência, e o estabelecimento das novas leis que protegiam a propriedade privada dos latifundiários. Marx (2017) enfatizou que essas mudanças legais favoreciam os interesses dos proprietários, criminalizando os pobres que dependiam desses recursos naturais para sobreviver. Além disso, Marx argumentou que essa situação refletia, de maneira bastante clara, como o direito é utilizado para reforçar as desigualdades sociais e econômicas sob a égide do capitalismo, o que tem sido debatido até a atualidade (Mascaro, 2013).

No estudo das condições que precederam o desenvolvimento do capitalismo, Marx (2017) não concebe a propriedade privada como uma “lei divina”. Ao contrário, ele apontou que a pilhagem, o roubo e a violência forjaram as condições para a separação do indivíduo da comunidade e da terra, além do progressivo estabelecimento do capitalismo. Contra qualquer visão idílica sobre o tema, Marx afirmou: “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (Marx, 2017, p. 786).

Na perspectiva crítica de Marx (2017), o capitalismo como um sistema global está profundamente ligado à desigualdade socioeconômica. De um lado, há a concentração de renda, patrimônio, terras e grandes fortunas nas mãos de poucos; de outro, a miséria e o sofrimento são compartilhados por muitos — que embora devam suas vidas ao trabalho e enfrentem a exploração constante do capital — não conseguem alcançar melhorias significativas em suas condições materiais de vida, permanecendo sob o domínio do capital. Em síntese, a exploração do trabalho pelo capital gera e perpetua a desigualdade entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, que precisam se submeter e vender sua força de trabalho para sobreviver.

Importa notar que o capital não se limita a explorar a força de trabalho, usurpando também os recursos naturais. Foster (2012) identifica um claro tratamento das questões ecológicas por parte do pensamento marxiano. Embora vivendo em outro estágio de desenvolvimento do capitalismo, Marx observou o efeito devastador do modo de produção capitalista sobre o meio ambiente, postulando, inclusive, a tese sobre a

fenda metabólica na relação entre a humanidade e a natureza. Ele identificou que a verdadeira natureza da produção capitalista consiste em desenvolver-se “desabilitando simultaneamente as fontes originais de toda a riqueza – o solo e o trabalhador” (Karl Marx citado por Foster, 2012, p. 91).

Todo o exposto fundamenta uma perspectiva da Psicologia do Trabalho que, inspirada no materialismo histórico-dialético, compromete-se com uma práxis revolucionária. Não é possível, afinal, compreender a situação social aludida em suas determinações materiais e sociais, sem nos movermos na direção da transformação da sociedade. A Psicologia do Trabalho se interessa pelo “fazer humano” em sua dupla dimensão: como processo de construção do mundo e como processo de autoconstrução dos sujeitos (Vieira, 2014). Tal abordagem psicológica compartilha da visão marxiana sobre a centralidade do trabalho e refuta a especulação (Chasin, 2009), em prol de uma compreensão materialista, histórica e dialética da sociedade.

Os fenômenos relacionados à subjetividade não podem, assim, em uma perspectiva psicológica do trabalho, ser apreendidos sem referência às determinações históricas, sociais e materiais que a ela se vinculam (Vieira et al., 2007). Tal atitude não afasta os processos subjetivos, mas os compreende, tomando por referência os “dramas” concretos vividos pelos sujeitos nas tramas sociais (Politzer, 2004) que se constituem ao longo de suas trajetórias biográficas (Le Guillant, 2006), jamais apartados das relações sociais (Vieira; Araújo; Fonseca, 2023).

A Psicologia do Trabalho, como aqui exposta, ocupa-se dos sentidos do trabalho humano, da produção e reprodução dos modos de sociabilidade, mas também dos processos de subjetivação, saúde e adoecimento (Vieira; Araújo; Fonseca, 2023). Pode ainda ser útil para a compreensão das relações que se estabelecem entre os sujeitos, o trabalho e a terra, em uma visão atual e relevante que se aproxima da Psicologia Ambiental (Bomfim, 2010; Feitosa et al., 2018) e, a mais, verifica a necessidade de um modo de cuidado socioambiental que ultrapasse a relação de usurpação que o capital estabelece com a natureza e as ações de “promoção de desenvolvimento sustentável” sujeitas e limitadas à ordem burguesa.



BANANA DA TERRA, NANICA, MAÇÃ E OURO. SÃO MUITOS OS TIPOS DE BANANA QUE DÃO SABORES ESPECIAIS AO NEGÓCIO BOM. MAS SEM DÚVIDA, PELO RENDIMENTO, TEXTURA E AROMA, A BANANA PRATA É A RESPONSÁVEL PELO SABOR MAIS TRADICIONAL PARA O PREPARO DESTES DOCE TÃO POPULAR.

BANANA PLANTAIN, UMBU, APPLE AND GOLD. THERE ARE MANY TYPES OF BANANA WHICH GIVE SPECIAL FLAVORS TO BLACK CANDY, BUT WITHOUT DOUBT, BECAUSE OF ITS GENUINITY, TEXTURE AND AROMA, THE SILVER BANANA IS THE ONE THAT GIVES THE MOST TRADITIONAL FLAVOR WHEN PREPARING THIS VERY POPULAR CANDY.



1. COLHA AS BANANAS
AINDA VERDES DO PÉ
PENDURE PELO UMBELICAL
CACHO E ABAFE EM UM
SECO PARA AMADURECER
MAIS RÁPIDO.



1. PICK THE STILL GREEN
BANANAS FROM THE TREE.
HANG BY THE UMBELICAL STEM
OF THE BUNCH AND COVER
UP IN A DRY PLACE TO RIPEN
THEM MORE QUICKLY.

Metodologia

A pesquisa que realizamos caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, interessada na compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, aos fatos e fenômenos. Recorremos, também, a uma revisão bibliográfica narrativa, de modo a dialogar com produções científicas relacionadas aos temas de interesse deste estudo, tais como: reforma agrária, história do MST, modos de sociabilidade, trabalho no campo, entre outros. Tal metodologia é útil quando se pretende mapear a literatura científica e discutir produções bibliográficas que tenham relação com a temática estudada.

Em se tratando de uma abordagem qualitativa, nosso interesse foi compreender, a partir dos próprios sujeitos, os sentidos, os valores e as percepções que constroem e expressam sobre determinados assuntos e vivências. Nossa abordagem lastreou-se na perspectiva da Psicologia do Trabalho de inspiração materialista histórico-dialética e em seus pressupostos (Vieira, 2014; Barros; Lima, 2007). Em tal vertente, consideramos fundamental o resgate da experiência, dos valores, saberes dos próprios trabalhadores investido em sua atividade, assim como do seu modo de vida e trabalho para a compreensão dos modos de sociabilidade, processos de subjetivação, desenvolvimento, saúde e doença (Vieira; Araújo; Fonseca, 2023).

Adotamos como técnicas que se coadunam à proposta de uma abordagem qualitativa, em uma perspectiva da Psicologia do Trabalho: a observação participante, a entrevista em grupo e as entrevistas individuais, semiestruturadas com lideranças e integrantes do MST. Ao todo, realizamos 4 visitas técnicas ao Assentamento Dois de Julho, uma entrevista em grupo, da qual participaram 3 trabalhadoras — incluindo a liderança do assentamento — e 7 entrevistas individuais, sendo que 6 delas foram realizadas com novos sujeitos.

A entrevista em grupo teve a duração de 2 horas, enquanto cada entrevista individual teve a duração média de 40 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento livre e esclarecido dos entrevistados, e, posteriormente, transcritas e analisadas.

Nas visitas técnicas ao Assentamento, adotou-se a observação participante. Técnica na qual os pesquisadores se integram ao ambiente dos sujeitos participantes do estu-

do, interagem com eles e participam das atividades que desenvolvem, de maneira a alcançar uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das dinâmicas sociais, das situações e dos fatos em análise (Queiroz et al., 2007). A observação participante tem como um de seus pressupostos a recusa da ideia de uma “pretensa” neutralidade da ciência e da prática de pesquisa. De outra maneira, compreende que nas interações sociais estabelecidas na observação participante e que jamais se reduzem à observação, os sujeitos podem ter acesso a sentidos mais profundos da atividade humana e das dinâmicas sociais.

Participamos junto aos trabalhadores das atividades de manejo agroecológico no campo, entre elas: demarcação e preparo do solo, perfuração de berços para plantio, adubação e plantio. Essas atividades foram realizadas em 2 áreas de 1.000 metros quadrados.

Tomando por referência a análise das entrevistas realizadas e do material empírico proveniente da observação participante, identificamos três categorias temáticas que apreendem e sintetizam aspectos e dimensões relevantes da vida dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra, bem como dos seus modos de sociabilidade e subjetivação, os quais apresentamos a seguir.

4. Análise e discussão dos resultados

Nesta seção serão apresentadas as seguintes categorias de análise: “A nossa luta”: O MST e a luta pela reforma agrária; “A gente cultiva a terra e a terra cultiva a gente”: sentidos do trabalho, modos de sociabilidade e processos de subjetivação; O trabalho no MST e a perspectiva do cuidado socioambiental.

4.1 “A nossa luta”: O MST e a luta pela reforma agrária

A luta pela reforma agrária e a centralidade que esta assume na constituição e trajetória do MST reforça a necessidade de uma discussão a partir de múltiplas dimensões, que incluem reivindicações e mobilizações sociais, ocupação de terras, o enfrentamento do Estado e das elites agrárias, além da constante busca por justiça e transformação

social. Essa luta também se realiza no cotidiano dos integrantes do Assentamento Dois de Julho, e compõe diversas outras lutas que, mesmo após a conquista do Contrato de Concessão de Uso (CCU), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tomam forma na luta por acesso à educação, saúde e outros direitos básicos.

Assim, a luta pela reforma agrária remonta a décadas de exclusão dos trabalhadores rurais do acesso à terra, como também, uma série de outras violências e violações de direitos. Nesse contexto, o Caderno de Conflitos no Campo, de 2021, aponta o aumento de diferentes violências sofridas pela população rural, com aumento superior a 1000% no número de mortos por conflitos no meio rural (Lacerda, 2022). No relato de uma de nossas entrevistadas:

Então, a gente quer uma sociedade que ela saiba, que ela possa ter direito à saúde de verdade, à educação de qualidade, a ter direito de dormir com a porta aberta, com segurança. Que ela possa ter amigos, que ela possa ir ao cinema, que ela possa projetar a vida dela, que ela possa fazer faculdade. Que ela possa escolher realmente o que ela quer fazer [...] essa é a construção social que a gente almeja. (Liderança M., 39 anos)

É nesse contexto de violação de direitos e invisibilização social que, durante a madrugada do dia 02 de julho de 1999, dezenas de trabalhadores e trabalhadoras, lideradas pelo MST, ocuparam a Fazenda Ponte Nova, em Betim, uma fazenda que não cumpria sua função social, como relata uma trabalhadora:

Tem 25 anos nós estamos aqui, e aí quando a gente chegou aqui, a chegada nesse lugar não é mansa não. Porque todo mundo fala, chama a gente de ladrão, mas na verdade ninguém rouba nada aqui não. Que quando a gente vem pra cá, o INCRA já mandou uma pessoa fazer uma vistoria na terra toda do dono, se ele estragava, se ele plantava, se tinha alguma coisa, o que que tinha... E aí a partir da hora, ele viu que a pessoa não tinha nada, só estava destruindo a terra, aí comunicava e a gente vinha pra cá, as pessoas já preparadas pra vim, que já tinham feito um trabalho de base. (M. S., 76 anos)

Após quase 10 anos de cooperação na resistência ao Estado e à elite agrária local, o coletivo de trabalho acampado no então acampamento Dois de Julho, conquista em 2008 por meio do Acórdão n.º 2402-008.958 (Brasil, 2008), a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, ganhando o caráter de assentamento frente às instituições públicas. De acordo com o Painel dos Assentamentos (Incra, 2017), ha-

via 48 famílias assentadas naquela localidade no ano de 2017. Nesse assentamento, as famílias produzem não apenas para sua subsistência, como também para o abastecimento da comunidade do entorno, com produções livres de contaminação por agrotóxicos.

O movimento defende assim, uma reforma agrária ampla e profunda, que vai além da simples distribuição de terras, mas que propõe um modelo de desenvolvimento rural que valorize a dignidade humana, com acesso à educação, saúde e outras políticas públicas que garantam a dignidade de toda a população. Os assentados, ao continuarem mobilizados, seguem pautando o cuidado socioambiental e a luta pela reforma agrária, através de encontros e seminários que se dão em várias instâncias do movimento, e através de reuniões no âmbito do próprio coletivo.

No contexto atual, a luta pela reforma agrária enfrenta novos desafios, em razão das políticas neoliberais e do avanço do agronegócio. No entanto, o movimento continua buscando formas de resistência e de construção de alternativas ao modelo agrário hegemônico, bem como, promover e expandir um projeto de soberania nacional e popular, demonstrando o caráter coletivo dessa luta que se baseia na proposição de um modo de sociabilidade que não privilegia o capital, mas sim, a dignidade humana e o cuidado socioambiental (MST, 2022).

O território, nesse contexto, se torna um espaço de resistência e enfrentamento, em que os sujeitos podem afirmar sua existência, transformar suas realidades, fortalecer os laços comunitários e a identidade coletiva: “Porque Sem Terra é todo mundo que não tem terra para produzir sua vida” (Liderança M., 39 anos).

4.2 “A gente cultiva a terra e a terra cultiva a gente ”: sentidos do trabalho, modos de sociabilidade e processos de subjetivação

Nos relatos dos trabalhadores, o trabalho adquire sentidos positivos a partir das condições e relações efetivas de produção, associadas ao ato de cultivar. Durante o cultivo da terra, os camponeses produzem os alimentos de que necessitam e, ao mesmo tempo, vivenciam relações de cooperação, solidariedade e cuidados consigo mesmo, com os outros e com a terra. A essas experiências são atribuídas significações positivas que integram seus processos de autoprodução. Os processos de subjetivação que se desenvolvem estão vinculados às experiências e relações concretas de trabalho, nas quais o trabalho é percebido como “não alienado”

ou, ainda, não sujeito diretamente aos imperativos dos modos de gestão e organização do trabalho capitalistas.

A concepção de subjetividade na perspectiva histórico-cultural (González Rey, 2007) possibilita-nos compreender como as vivências e a afetividade dos trabalhadores e trabalhadoras desse assentamento, contribuíram ativamente para a produção dos sentidos que atribuem a sua integração no movimento. A partir de uma convivência solidária, pautada no respeito mútuo e com o compromisso de construir uma sociedade mais justa e fraterna, deslocada dos padrões da competitividade ocidental, esses sujeitos encontraram os afetos que serviram de lastro para seus processos de subjetivação/a constituição de sua subjetividade. Como afirmam nossas entrevistadas:

[...] então viver isso eu só pude sentir estando aqui dentro, né? Desse assentamento, porque lá fora a gente vivia tipo uma andorinha perdida, né? Aquele medo de confiar um no outro e aqui a gente é uma família. (V. C., 53 anos)

Mas aqui é muito bacana. É muita luta, mas é legal. Olha, quando era dia de festa, que era aniversário, a gente ia pra cozinha e ficava as noites inteiras fazendo comida. Todo esse grupo de pessoal. Todo mundo comia. Aí a gente via dentro dos ônibus, ah! Você viu, você foi lá em dois de julho? A comida lá gente não paga nada não, mas é gostosa, você pode comer à vontade. (M. S., 76 anos)

Dentro disso, são também explicitadas as conexões entre vivências encontradas no movimento com a história de vida anterior dessas pessoas, que, por sua vez, também incorporam as dinâmicas internas de significação e de produção de sentidos. É o que relata uma liderança do movimento e uma trabalhadora:

Aí imagina, eu vim para o assentamento, para o acampamento, com 16 anos. Eu vivia numa sociedade a qual me discriminizava, me enxergava olhando o tipo de roupa que eu vestia, o tipo de casa que eu vivia, que por sinal muito simples. E eu passo, eu venho para um território onde eu tinha voz de fala, onde eu poderia construir a minha vida. E aí eu me apaixonei assim, eu falei isso que eu quero para o resto da minha vida. E como aconteceu isso comigo, acontece com milhares e milhares de pessoas. (Liderança M., 39 anos)

Mas eu tô aqui pra trabalhar mesmo no campo. Porque é a coisa que eu gosto. Foi aprendizagem da minha família toda, minha mãe, todo mundo. (M. S., 76 anos)

Com vistas a co-produção dessa realidade de trabalho, a gestão do assentamento Dois de Julho, seguindo os moldes do movimento em nível nacional, atua com a for-

mação de trabalhadores e trabalhadoras rurais que aderem ao movimento (trabalho de base); realiza a inserção das famílias em núcleos organizativos denominados “núcleos de base” e cria equipes para as diferentes frentes de ação (saúde, segurança, higiene, trabalho cooperado, etc.), para que estas desenvolvam as escalas de trabalho, prazos, além de apoiar na sua realização. Nesse sentido, a cooperação, a solidariedade e o respeito às diferenças são valores que se fazem presentes em todas as etapas organizativas, reforçados pelo caráter coletivo dos processos decisórios. A líder do MST no Dois de Julho afirma sobre isso:

Então os homens e mulheres já vieram pra cá sabendo que ia precisar participar de reunião, que as decisões seria coletiva; que ia precisar da participação do homem, da mulher, das crianças. Todo mundo devidamente na escola, todo mundo continuando seus trabalhos, os seus acompanhamentos médicos. (Liderança M., 39 anos)

Em analogia a um sistema agroflorestal, a líder descreve a complexidade organizativa presente nas diversas instâncias do movimento:

Quando você vê a mata de longe, aí você chega na borda assim, pra um leigo, ele pensa que está tudo desorganizado. Quando entra no sistema agroflorestal, pensa que está tudo desorganizado. Quando entra no acampamento sem terra, pensa que aquilo ali é uma bagunça feia. E quando você vai no congresso, você fala assim, eu vou ficar louca aqui. Mas não, ali tem organização, ali tem família nucleada, ali tem direção trabalhando, ali tem comando sendo dado. E quem não obedece os comandos, pode até passar, eu vou te dizer que pode até demorar a ser expulso, mas que é expulso. (Liderança M., 39 anos)

Além disso, a partir dos relatos foi possível evidenciar que as conquistas alcançadas pelo movimento (no exercício de sua luta política), estabelecem influência sobre os processos de subjetivação do grupo que, com o reconhecimento e legitimidade conquistados, incorpora ainda novos sentidos, não somente ao trabalho realizado, como também, à luta política a ele vinculado. O fato de levantarem pautas comuns à toda a sociedade civil naquele território, reforça os processos de atribuição de sentidos ao trabalho realizado e à representatividade.

Mas hoje a nossa comunidade, olha para você ver, através de um pleito nosso que demorou anos e anos, a nossa comunidade está sendo influência para outras comunidades rurais, que sofrem do mesmo jeito que a gente sofre, para correr atrás dos

seus direitos, dos direitos das suas crianças, dos seus estudantes irem para a escola. (Liderança M., 39 anos)

Sob uma perspectiva ergológica (Schwartz, 2011), compreendem-se os sentidos positivos atribuídos ao trabalho, pois os usos de si na atividade laboral são regulados por modos de sociabilidade, constantemente realimentados, por valores do bem viver juntos. A premissa do trabalho realizado, frequentemente mencionada nas entrevistas, é a cooperação social, vista como uma “tecnologia” que se opõe radicalmente à “tecnologia da competição” instaurada pela sociabilidade capitalista:

[...] virasse pra mim e falasse, assim, que a vida não é, tipo, cê estudar pra ir pra uma empresa, pra poder servir outra pessoa. Que a vida é muito mais que isso, sabe? Que a vida tem muito mais sentido[...] Aí deu um sentido muito enorme, assim, pra mim. Me ensinou a ver o mundo de outra forma, cara. Me ensinou a ver as pessoas de outra forma também. E ensina também que a gente pode mudar, sabe? Não só se mudar, mas mudar todo o ambiente em que a gente está. E ajudar também, acima de tudo. (C. S., 19 anos)

Sabemos que a lógica da sociedade produtora de mercadorias impõe o uso de si pelos outros, convocando os sujeitos a uma produção que prioriza — acima de tudo — a rentabilização do capital, resultando em disputas interpessoais, enfraquecimento dos laços de solidariedade e um uso excessivo da força de trabalho, desrespeitando seus limites, o que leva ao sofrimento e adoecimento. As vivências dos trabalhadores no MST, segundo nos relataram, são outras, justamente em razão da tecnologia da cooperação na qual fundamentam sua ação.

É relevante observar a presença de trabalhadores camponeses com mais de cinquenta ou sessenta anos, que continuam a perceber seu trabalho de maneira positiva, apesar das dificuldades materiais e sociais que enfrentam, incluindo a estigmatização e a violência que sofrem por integrarem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

4.3 O trabalho no MST e a perspectiva do cuidado socioambiental

Em contraposição ao modo de produção capitalista, que defende a propriedade privada, usurpa e mercantiliza tudo, incluindo os recursos naturais (Marx, 2017), os trabalhadores camponeses vêem a terra como um bem comum da humanidade e não

como um “recurso” a ser explorado. Eles rejeitam a ideia de que a terra deve ser um recurso convertido em meio para o enriquecimento econômico individual. Ao contrário, posicionam-se contra as degradações socioambientais resultantes do modo de produção capitalista e, defendem, por meio de seu trabalho, um manejo agroecológico e uma relação com a terra que possa ser benéfica para o território e a comunidade humana. Novamente, a ideia de cultivo e cuidado se manifesta na relação que estabelecem com sua atividade e uns com os outros:

Então, nós queremos produzir para o nosso povo. Então, essa é a reforma agrária popular que a gente acredita. E a transformação social, porque a pessoa lá na cidade não tem tempo para pensar no que ela está vivendo [...] Então, o trabalho é alienado. [...] Então, a nossa sociedade está alienada, ela não tem tempo para pensar nela. E ela não tem tempo para pensar nos valores que estão regendo a vida dela. Então, nós acreditamos no valor da participação. (Liderança M., 39 anos)

A visão dos trabalhadores e trabalhadoras camponeses é de que a terra é um “bem comum”, contrapondo-se à lógica capitalista que a vê como mercadoria e criticando a titularização da terra, defendendo-a como um recurso natural que deve ser compartilhado por toda a humanidade. Essa perspectiva está profundamente ligada à ideia de que a terra é vital para a vida e deve ser cuidada coletivamente para o bem de todos, constituindo um dos pilares do MST, que rejeita a concentração fundiária e a exploração desenfreada dos recursos naturais, promovendo, assim, uma distribuição equitativa de recursos e oportunidades de partilha.

Ainda neste contexto, a defesa da reforma agrária popular, é essencial para promover a justiça social. Ou seja, a reforma não é apenas uma questão rural, mas uma necessidade para transformar a estrutura social do Brasil, unindo campo e cidade na busca por um modelo de produção sustentável e justo. A liderança do MST no Assentamento visitado afirma:

Em 1983, nós acreditávamos nessa reforma agrária clássica, só que hoje nós lutamos pela reforma agrária popular, porque o campo sozinho não vai fazer reforma agrária, ele não vai conseguir mudar a estrutura social do Brasil. Então, nós precisamos, então a reforma agrária popular é que nós precisamos da cidade também. (Liderança M., 39 anos)

Evidencia-se, assim, a determinação dos camponeses em construir um sistema que se opõe à degradação socioambiental e promove uma relação harmoniosa com a terra, baseada no respeito e no cuidado, em benefício de todos.

No que concerne à relação com a terra, é observada a convergência entre os preceitos estabelecidos na vivência dos assentados com os conceitos de uma psicologia voltada para o cuidado socioambiental, que podem ser vistos nos relatos, que destacam a interconexão entre os seres humanos e o ambiente em que estão inseridos. É possível perceber também como a transformação deste ambiente, mesmo que simbólica, ocasiona impactos substanciais sobre os processos de subjetivação, reforçando o fato de que o ambiente e o indivíduo se influenciam mutuamente (Feitosa et. al., 2018):

[...] eu acho que a decisão mais importante que eu fiz na minha vida foi de ter ido pro instituto, porque lá a gente aprende outra forma de viver, sabe? [...] Me ensinou a ver o mundo de outra forma, cara. Me ensinou a ver as pessoas de outra forma também. E ensina também que a gente pode mudar, sabe? Não só se mudar, mas mudar todo o ambiente em que a gente está. (C. S., 19 anos)

A relação entre a terra e a dimensão afetiva destaca a importância de promover uma transformação social e simbólica mais abrangente, sublinhando a necessidade de articular os espaços físicos de forma multidisciplinar para compreender as inter-relações identitárias que surgem da conversão do espaço físico em um território emocional significativo para o indivíduo.

É importante destacar o papel fundamental do território e do trabalho coletivo no processo de transformação política e social. A luta do MST evidencia que sua atuação vai além da simples redistribuição de terras, pois busca profundas transformações na estrutura social do Brasil, revelando um forte compromisso ético-político. Nesse contexto, o trabalho de base torna-se uma estratégia essencial para a conscientização e organização comunitária, fortalecendo a luta e promovendo um ambiente mais justo e igualitário:

Então por isso que o trabalho de base, eu sempre bato muito, eu falo muito com a militância: “faz trabalho de base”. Então nós vamos construir essa identidade juntamente com a sociedade ao entorno. Então nós fazíamos muitas palestras, nós recebíamos muitos estudantes no assentamento [...]. Porque precisa ter uma abertura muito grande para que o entorno venha. O entorno a gente foi conquistando ele devagarzinho através dos nossos trabalhos. (Liderança M., 39 anos)

Essa ênfase reflete a articulação entre território, trabalho e transformação social, onde a mudança é tanto física quanto cultural e política, reforçando a luta pelo território e transformação social deve ser conduzida com um compromisso claro com a justiça e equidade, integrando trabalho, consciência comunitária e organização para construir uma sociedade mais inclusiva e sustentável.

Nesta perspectiva, olhar o território e suas relações, sobretudo, a partir da afetividade, pode contribuir para a melhor compreensão dos modos pelos quais o sujeito se relacionam com os ambientes, seu modo de implicar-se com a realidade e como isso afeta a Estima de Lugar (Bomfim, 2010), ou seja, uma concepção dialética da relação entre a pessoa e o ambiente, sendo um mecanismo de potencialização:

[...] fica patente a importância do território na constituição da identidade dos sujeitos. Nesta dimensão, há de se considerar que o território é o lugar de vida, dos afetos, onde os sujeitos podem ser potencializados ou despotencializados, exercer poder, fazer trocas, sofrer e enfrentar as injustiças, construir suas histórias e a de sua sociedade (Santos, 1999).

As experiências no assentamento destacam assim a importância do território na construção da identidade, que inicialmente, muitos assentados não se identificavam como 'Sem Terra', mas ao longo do tempo, a vivência no território e a luta pela terra fortaleceram essa identidade, mostrando que o território é central na formação de quem somos e na construção da troca e do afeto, enfatizando a afetividade no processo do trabalho coletivo, onde as tarefas são divididas conforme as vontades e capacidades individuais, promovendo um ambiente onde todos se sentem valorizados:

E a gente sempre tenta, é... planejar nosso manejo. [...] A gente tenta fazer com que as coisas, o trabalho, a divisão do trabalho, ele seja de acordo com o que você tem vontade. [...] A gente se preocupa muito com o pessoal, [...] a maioria da... de quem participa dos manejo é...são mais idosos, então tem uma preocupação. [...]preocupação com as mulheres também, né? (Liderança M., 39 anos)

Essa concepção dialética, ao respeitar as singularidades de cada pessoa, promove um ambiente em que todos se sentem valorizados e potencializados. Além de destacar a relação entre pessoa e ambiente, onde o território é um espaço que tanto molda quanto é moldado pelos sujeitos, enfatiza a importância da afetividade na construção de um lugar onde os indivíduos possam enfrentar injustiças e construir suas histórias.

Outros relatos aprofundam a compreensão das inter-relações entre território, afetividade, identidade e transformação social, destacando a importância da vida comunitária no assentamento e o papel do esporte e da cultura na construção de laços afetivos, reforçando a forte conexão emocional com o território demonstrando que o território é mais do que um espaço físico —é um lugar de significados— onde as relações afetivas e as experiências vividas constroem a identidade e proporcionam força e inspiração para enfrentar desafios:

[...] a primeira coisa que eu vinculei aqui é fazer parte do esporte, então eu tomei conta dessa área com os jovens aqui [...] Porque eu acho que o esporte também é uma cultura, esporte também é vida, é saúde, então isso pra mim é algo de bom, fazer com que nós aqui dentro também possamos ter o nosso trabalho, né? O nosso plantio, ter o momento de lazer, então tem pessoas que gostam de pescar, né? [...] Mas são esses momentos assim, então viver isso eu só pude sentir estando aqui dentro, né? Desse assentamento porque lá fora a gente vivia tipo uma andorinha perdida, né? Aquele medo de confiar um no outro e aqui a gente é uma família. (V. C., 53 anos)

Essas narrativas evidenciam como o MST e a vida no assentamento impactam profundamente a identidade e as experiências dos indivíduos, promovendo resistência e transformação social. As transformações no ambiente físico e social impactam diretamente a vida das pessoas, moldando suas percepções, afetos e ações, estabelecendo uma conexão entre o sujeito e seu entorno que é tanto física quanto profundamente emocional e social (Bomfim, 2010).

Pensar e entender o território dentro de uma proposta centrada na vida, no cuidado e nas lutas, implica discutir e investigar como esses trabalhadores e trabalhadoras constroem suas histórias, desenvolvendo formas de enfrentamento diante de uma realidade política neoliberal. Nesse contexto, a terra é vinculada a um processo de ação coletiva, e a afetividade torna-se um espaço de constituição de identidades e de potencialização dos sujeitos envolvidos.

5. Considerações finais

A luta do MST e a vida no Assentamento Dois de Julho são profundamente enraizadas em uma compreensão que prospecta a transformação social. E isso traduz-se em ações de luta pela reforma agrária, vista como busca por dignidade, justiça social e construção de um modelo de desenvolvimento que valorize a vida em comunidade e o cuidado do meio ambiente. Nesse sentido, Stédile (1997) considera que quando se ocupa uma terra não se quer afetar o patrimônio de alguém, mas sim que a reforma agrária possa seguir adiante.

As análises feitas revelam que o trabalho no assentamento vai bem além da simples atividade agrícola; ele é um processo de subjetivação que integra modos de sociabilidade, afetividade e significados coletivos. A terra, nesse contexto, não é mero recurso, mas um bem comum que sustenta a vida, o trabalho e a identidade dos assentados. Essa visão contrasta com a lógica capitalista de exploração dos recursos naturais, apontando para a necessidade de um modelo de sustentabilidade socioambiental.

A transformação social promovida pelo MST é evidenciada nas relações de cooperação, solidariedade e afeto que permeiam a vida no assentamento. A organização coletiva e o trabalho de base são elementos centrais na construção de uma nova subjetividade, que se distancia dos imperativos da competitividade e da alienação características do sistema capitalista, sendo por isso capaz de potencializar e criar possibilidades sociais e econômicas.

O território emerge como um espaço de resistência e significação, onde os sujeitos constroem suas identidades e fortalecem os laços comunitários. As experiências no assentamento mostram que a afetividade e a vida em comunidade são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, na qual o trabalho é valorizado e os indivíduos se sentem potencializados em suas capacidades e vontades.

Finalmente, as reflexões apresentadas apontam para a importância de compreender a luta pela reforma agrária e a vida nos assentamentos do MST como parte de um processo mais amplo de transformação social. O MST, ao promover uma reforma agrária popular, evidencia que a luta pela terra é, na verdade, uma luta por um futuro mais equitativo e sustentável para todos; aponta, ainda, para outro horizonte humano-societário, que findaria a ordem burguesa.

Referências

ARANHA, A. Sobreviventes de massacre no Pará descrevem execução e tortura. *Repórter Brasil*, 23 jun. 2017. Disponível em: https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/massacre-no-para?fbclid=IwAR2ym-deUvhqwxw2nZarWZup5c-DyAXBLiZs73jwCVyG_YfeBJczKECAAkj3U. Acesso em: 19 abr. 2024.

BARBOSA, C. Massacre de Eldorado do Carajás completa 24 anos: “Um dia para não esquecer”. *Brasil de Fato*, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/massacre-de-eldorado-do-carajas-completa-24-anos-um-dia-para-nao-esquecer>. Acesso em: 19 abr. 2024.

BOMFIM, Z. A. C. *Cidade e afetividade. Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. *Diário Oficial da União*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966. Regulamenta o Estatuto da Terra, dispondo sobre arrendamentos rurais e parcerias agrícolas. *Diário Oficial da União*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#titviicapiiii. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. *Diário Oficial da União*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm. Acesso em: 19 abr. 2024.

CHASIN, J. *Marx. Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ESTEVA, C.; MARQUES, E. Massacre que matou 12 pessoas em Corumbiara, RO, completa 20 anos. *G1*, 9 ago. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/vilhena-e-cone-sul/noticia/2015/08/massacre-que-matou-12-pessoas-em-corumbiara-ro-completa-20-anos.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FEITOSA, Maria Zelfa de Souza et al. Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético-político. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 196-203, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5505>. Acesso em: 12 ago. 2024.

G1 Pará. Chacina de Pau D'Arco completa 5 anos, e inquérito é encerrado sem apontar mandantes do crime que matou 10 no PA. G1, 24 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/24/chacina-de-pau-darco-completa-5-anos-e-inquerito-e-encerrado-sem-apontar-mandantes-do-crime-que-matou-10-no-pa.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2024.

LE GUILLANT, L. O Caso de Marie. In: LIMA, M. E. A. (org.). *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. (Guilherme Teixeira, trad.). São Paulo: Vozes, 2006. p. 331-348.

GUIMARÃES, Juca. Maior concentração de terras revelada pelo Censo Agropecuário incentiva desmatamento e conflitos. *Repórter Brasil*, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/maior-concentracao-de-terras-revelada-pelo-censo-agropecuario-incentiva-desmatamento-e-conflitos/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

LACERDA, Nara. Famílias do campo enfrentam aumento da violência, destruição dos modos de vida e desgoverno. *Brasil de Fato*, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/18/familias-do-campo-enfrentam-aumento-da-violencia-destruicao-dos-modos-de-vida-e-desgoverno#:~:text=O%20Caderno%20de%20Conflitos%20no,natureza%2C%2080%25%20do%20total>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MESQUITA, Helena Angélica de. O conflito na Fazenda Santa Elina/o massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do júri popular. *Pegada*, v. 4, n. 2, p. 33-52, 6 dez. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Em defesa da soberania nacional e popular*. 1 set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/01/em-defesa-da-soberania-nacional-e-popular/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Massacre da Fazenda Santa Elmira: 29 anos de um marco na vida do MST*. MST, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/04/03/massacre-da-fazenda-santa-elmira-29-anos-de-um-marco-na-vida-do-mst/>. Acesso em: 5 maio 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Massacre de Felisburgo completa 16 anos*. 20 nov. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/11/20/massacre-de-felisburgo-completa-16-anos/#:~:text=O%20epis%C3%B3dio%20culminou%20no%20assassinato,e%20a%20repara%C3%A7%C3%A3o%20dos%20danos>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Nossa História*. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

PEDUZZI, Pedro. Grito da Terra aponta diferença da agricultura familiar do agronegócio. Agência Brasil, 21 maio 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/grito-da-terra-aponta-diferenca-da-agricultura-familiar-do-agronegocio#:~:text=Agricultura%20familiar%20x%20agroneg%C3%B3cio,67%25%20das%20ocupa%C3%A7%C3%B5es%20no%20campo>. Acesso em: 21 ago. 2024.

STÉDILE, João Pedro (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente Brasileira: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320000000_Brava_Gente_Brasileira_A_Trajectoria_do_MST_e_a_Luta_Pela_Terra_no_Brasil. Acesso em: 10 out. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?* 16 jul. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 12 out. 2023.

VIEIRA, C.E.C. et al. *Uma abordagem da psicologia do trabalho, na presença do trabalho*. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, v.13, n.1, p.155-168, jun.2007

VIEIRA, C. E. C. *Traumas no trabalho: uma nova leitura do Transtorno de Estresse Pós-traumático*. Curitiba: Juruá, 2014.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; ARAÚJO, José Newton Garcia de; FONSECA, João César de Freitas. *Psicologia, trabalho e processos de subjetivação*. In: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; JANUZZI, Mônica Eulália da Silva (Org.). *Processos de subjetivação: fundamentos e movimentos* [Recurso eletrônico]. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2023.

POLITZER, G. *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. 2. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004. Trabalho original publicado em 1928.

MASCARO, A. L. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013. Trabalho original publicado em 1843.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017. Trabalho original publicado em 1867.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. Trabalho original escrito entre 1845-1846.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010. Trabalho original publicado em 1848.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.

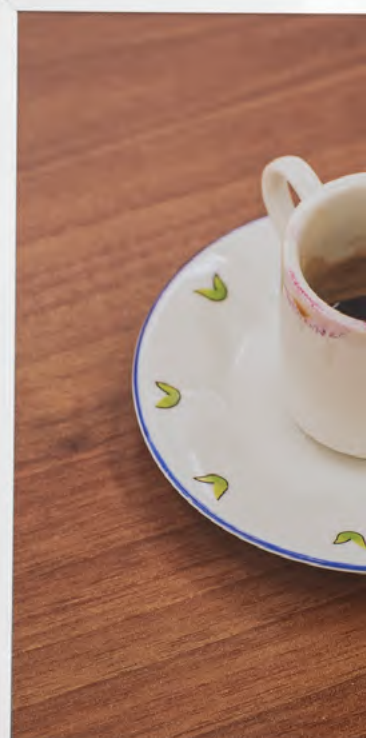
LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

FOSTER, J. B. *A ecologia da economia política marxista*. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 28, p. 87-104, 1^o semestre 2012.

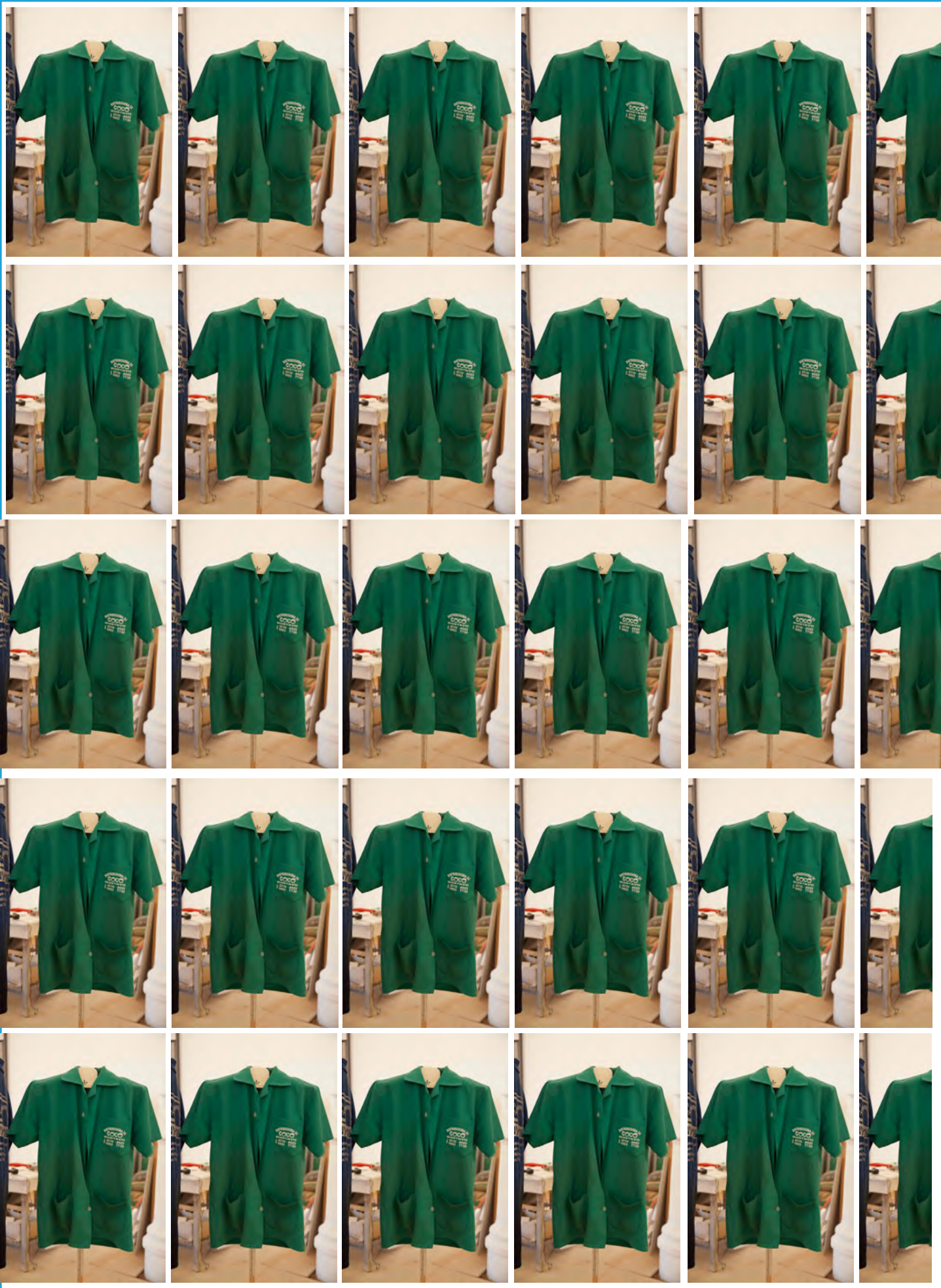
MARX, Karl. *Os despossuídos: Debates sobre a lei punitiva ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. *A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos*. *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <http://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>. Acesso em: 31 ago. 2024

SCHWARTZ, Y. *Manifesto por um ergoengajamento*. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 132-166.









Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

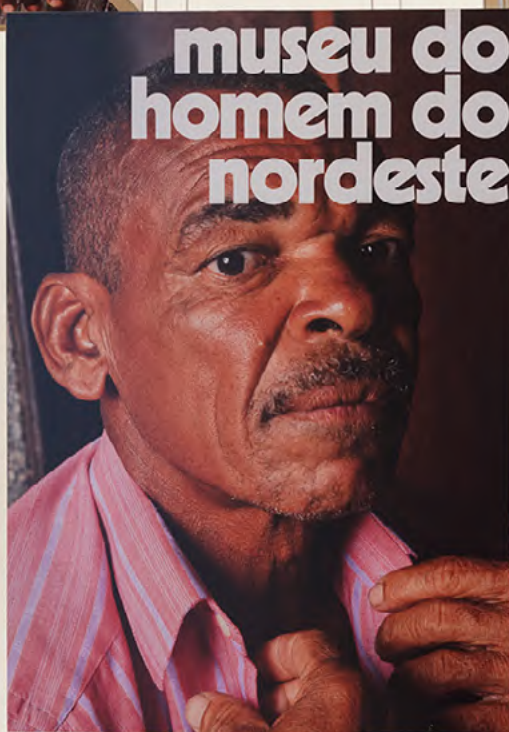
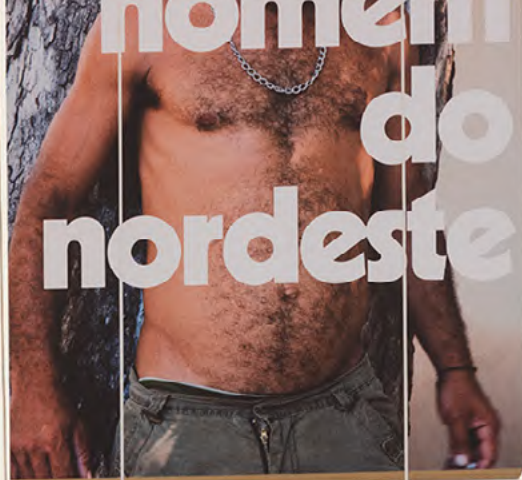
Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética.

O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG

Cartazes para o Museu do Homem do Nordeste (Posters for the Museum of the Man of the Northeast) - 2013.



PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS

do Centro de Convivência São Paulo/BH/MG
sobre a inserção no trabalho formal

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54283>

MARIA ELISA MENDES *, SIMONE COSTA DE ALMEIDA**, LUCIANA ASSIS COSTA***, ADRIANA DE FRANÇA DRUMMOND****

RESUMO: A Reforma Psiquiátrica Brasileira é marcada por esforços constantes de diversos fatores para a afirmação da defesa da cidadania e dos direitos das pessoas com transtornos mentais, incluindo o direito ao trabalho. O objetivo deste estudo é compreender a percepção de usuários do Centro de Convivência sobre a experiência no Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho e as possíveis repercussões em seus cotidianos. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com dez usuários. Os participantes relataram dificuldades em reintegrar-se ao trabalho após a vivência do sofrimento psíquico. O Projeto foi apontado, pelos usuários, como uma oportunidade de retornar ao mercado de trabalho e de criar laços sociais, mas também revelaram dificuldades relacionadas às condições, precarização e organização do trabalho, de certa forma similares à realidade de outros grupos socialmente vulneráveis no país.

PALAVRAS-CHAVE: : trabalho; transtorno mental; emprego apoiado; reabilitação psicossocial

Perception of users of the São Paulo/BH/MG Community Center about insertion into formal employment

ABSTRACT: The Brazilian Psychiatric Reform is marked by constant efforts by various factors to assert the defense of citizenship and the rights of people with mental disorders, including the right to work. The objective of this study is to understand the perception of users of the Community Center regarding the experience of the Project for the Insertion of Mental Health Users into the Formal Labor Market and the possible repercussions on their daily lives. A qualitative study was conducted through semi-structured interviews with ten users. Participants reported difficulties in reintegrating into work after experiencing mental suffering. The Project was pointed out by users as an opportunity to return to the labor market and to create social ties, but they also revealed difficulties related to the conditions, precariousness and organization of work, in a way similar to the reality of other socially vulnerable groups in the country.

KEYWORDS: work; mental disorder; supported employment; psychosocial rehabilitation

*UFMG ** UFMG *** UFMG **** UFMG

Introdução

A Reforma Psiquiátrica Brasileira representa uma transformação na concepção do cuidado em saúde mental baseado na construção de novas práticas, dispositivos e valores orientados para a substituição e superação do modelo manicomial, centrado historicamente no hospital psiquiátrico, levando à segregação, exclusão e estigmatização das pessoas com transtorno mental (Mata *et al*, 2023). Ao longo dos últimos 40 anos, o percurso da Reforma Psiquiátrica é marcado por lutas constantes de usuários, familiares, profissionais e movimentos sociais para a afirmação da defesa dos direitos humanos e da cidadania dessa população (Ballarin; Carvalho, 2023; Mata *et al*, 2023).

Nessa direção, o cuidado em saúde mental, oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, dispõe sobre o atendimento integral, territorial e interdisciplinar para as pessoas que necessitam de cuidados em saúde mental e/ou em uso prejudicial de álcool e outras drogas. Este modelo de atenção à saúde mental é respaldado pela Lei 10.216/2001 (Brasil, 2001) que instituiu a política pública de saúde mental e pela Portaria Nfl 3.088, de 23 de dezembro de 2011 (Brasil, 2011), que criou a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), estabelecendo os critérios para sua implementação e organização em todo o país (Mata *et al*, 2023; Siqueira; Chaves; Baker, 2022; Reinheimer; Silva, 2019).

Destaca-se que as ações vigentes em saúde mental buscam promover o cuidado, a convivência, a liberdade, os laços com o território e com a cidade (Siqueira; Chaves; Baker, 2022). Desse modo, a política de saúde mental redireciona a assistência centrada na doença e/ou remissão de sintomas para práticas que transcendem a dimensão do diagnóstico e que possibilitem ao sujeito o papel principal em seu processo de cuidado, versando sobre novas tessituras de vida (Lussi; Morato, 2018; Mata *et al*, 2023). Ainda assim, para que haja uma mudança efetiva no cuidado em saúde mental, é necessário o envolvimento de diferentes fatores em ações multidisciplinares e interseoriais. Ressalta-se a importância do diálogo entre a política pública de saúde mental e outras políticas, como a da Assistência Social, Cultura, Educação e Trabalho (Lussi; Morato, 2018; Mata *et al*, 2023).

Desta maneira, o referencial teórico da atenção psicossocial, em consonância com a abordagem da reabilitação psicossocial, tem norteado a construção da política pública

de saúde mental no contexto brasileiro, traçando a organização e o funcionamento dos serviços, bem como as pesquisas e a prática clínica dos profissionais (Costa-Rosa, 2013; Lussi; Morato, 2018; Morato, 2019). Este referencial é propositivo na direção de uma prática pautada na perspectiva da autonomia, participação e inclusão social.

Sob essa ótica, a atenção psicossocial é entendida como um conjunto de saberes, práticas e políticas norteadoras do cuidado em saúde mental (Lussi; Morato, 2018). Assim, o conceito de atenção psicossocial abarca a reabilitação psicossocial e o apoio psicossocial, bem como novos conhecimentos e práticas sociais. Ballarin e Carvalho (2023) destacam que a reabilitação psicossocial não se limita a uma técnica simplista; deve ser compreendida de maneira abrangente e ética.

Ancorados na concepção de contratualidade, destacam-se três cenários do processo de reabilitação psicossocial: habitat, rede social e trabalho com valor social (Saraceno, 2001). Com um conceito ampliado sobre trabalho, este autor afirma que o trabalho “contribui para um lugar de pertencimento, auxilia na consolidação da identidade como cidadão e para independência e autonomia, sendo componente de um projeto que faça sentido na vida do sujeito” (Siqueira; Chaves; Baker, 2022, p. 38). Com as mudanças implementadas pelo referencial da atenção psicossocial, e sem perder de vista a complexidade da discussão, entende-se o trabalho como dispositivo de produção de vida, com possibilidade de proporcionar trocas subjetivas e relações sociais, além de refletir na geração de renda (Lussi; Morato, 2016; Morato, 2014).

Diante da centralidade do trabalho como uma estratégia potente de inclusão social da RAPS, vale destacarmos que a perspectiva atual do trabalho difere, sobremaneira, do momento em que foi proposto como eixo estruturante do Tratamento Moral ao final do século XVII na França. Esta proposição inicial contribuiu com a teoria da laborterapia que considerava o trabalho como terapêutico em si e elemento de cura. Em virtude do aumento da população nos hospitais psiquiátricos, regidos sob a lógica do isolamento e da exclusão social, o trabalho passou a ser obrigatório e alienante com a finalidade de controle dos corpos, do ócio e da manutenção do manicômio (Lancman; Barros, 2022; Lussi; Morato, 2016).

No cenário internacional, diferentes estratégias de inclusão das pessoas com transtorno mental no ambiente de trabalho vêm sendo amplamente estudadas, dentre elas a metodologia de emprego apoiado (EA), a qual fornece suporte para que as pessoas

com transtorno mental grave e/ou com deficiência possam ingressar no mercado de trabalho formal (Correia, 2023). Nessa direção, Suijkerbuijk et al. (2017) apontam que o emprego apoiado é identificado como uma das estratégias mais eficazes para a obtenção e manutenção de empregos para essa população. Destaca-se, que o EA vem sendo incorporado em vários países, incluindo o Brasil; porém os diferentes contextos sociais, culturais e políticos irão direcionar as estratégias utilizadas desse emprego, bem como sua organização e operacionalização (Correia, 2023).

No contexto brasileiro, a inserção dos usuários com transtorno mental no trabalho vem acontecendo, majoritariamente, através de iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais vinculadas à Política de Economia Solidária (Mazaro; Matsukura; Lussi, 2020; Reinheimer; Silva, 2019). O suporte aos projetos de inclusão social pelo trabalho possibilitou a ampliação de experiências diversificadas no cenário nacional, incluindo iniciativas no campo do trabalho formal, respaldadas de forma jurídica/política, com destaque nas aprovações das leis: 1) Lei 8213/91 (Brasil, 1991), mais conhecida como a “Lei de Cotas”, e a 2) Lei 13.146/ 2015 (Brasil, 2015) - Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Nesse sentido, identificam-se a economia solidária e o emprego apoiado como estratégias para a inclusão das pessoas com transtornos mentais no universo do trabalho, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, a diminuição do desemprego, a redução de estigma e o preconceito vivenciado por esta população (Correia, 2023).

Contextualizando a discussão sobre a RAPS e a inclusão das pessoas com transtorno mental no campo do trabalho, Belo Horizonte (BH/MG) destaca-se pelo compromisso com o projeto da reforma psiquiátrica e pela implementação de uma robusta e complexa Rede de Atenção Psicossocial (Almeida; Amorim, 2022). A RAPS BH é constituída por diferentes dispositivos e níveis de cuidado em saúde mental, compostos por equipes multiprofissionais pautadas em uma prática clínica interdisciplinar, horizontalizada e articulada com outros pontos da rede de saúde e intersetorial (Almeida; Trevisan; Barros, 2023).

No que tange às ações de reabilitação psicossocial na RAPS BH, encontram-se os Centros de Convivência, espaços de convivência e sociabilidade para os usuários com transtorno mental e/ou em uso prejudicial de álcool e outras drogas por meio de atividades culturais, educacionais, lazer, projetos de trabalho e renda e a (re)construção de laços com o território e a cidade (Almeida; Amorim, 2022).

Nesse sentido, no cenário de inserção desta população no ambiente formal de trabalho, desde 2014, encontra-se no município de Belo Horizonte - MG, o Projeto de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Sofrimento Mental, idealizado pela Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais (SRTE- MG), através da Auditoria Fiscal do Trabalho que contactou com a Gerência da Rede de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (GRSAM/SMSA/PBH) para discussão e implementação do mesmo. Os serviços convidados para compor este Projeto foram os Centros de Convivência, os dispositivos especializados na educação profissional, dentre eles: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/MG¹ e empresas privadas, em sua maioria, os supermercados. A partir de 2019, o Projeto contou com a participação do Hospital das Clínicas da UFMG e da Rede Cidadã² (Costa, 2023). As instituições parceiras possuem atribuições específicas no Projeto. Os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são responsáveis por selecionar as empresas participantes e captar as vagas destinadas às pessoas com deficiência. Os gestores dos nove Centros de Convivência do município indicam e acompanham os usuários para participação no Projeto, em especial as pessoas com o diagnóstico de transtorno mental grave. Foi definido também que a inserção dos usuários no mercado formal de trabalho deve ocorrer de forma gradual. Desse modo, os usuários passam um ano como aprendizes em uma instituição formadora, concomitante com a entrada no trabalho, totalizando uma carga horária de 20 horas semanais. Após esse período, os usuários poderão ser contratados como profissionais pelas empresas sob o regime de CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) (Costa, 2023). Desde o início do Projeto, até o ano de 2021, os Centros de Convivência de BH fizeram 299 encaminhamentos para as empresas parceiras, os quais resultaram em 258 contratações. Até o final de 2021, 168 usuários continuavam empregados através do Projeto (Amorim *et al*, 2022).

A despeito da premissa de considerar o trabalho um importante dispositivo para a produção de vida e cidadania, apenas uma pequena parcela das pessoas com transtorno mental possui emprego. Os baixos índices de empregos estão relacionados a um conjunto de fatores, entre barreiras sociais e psicológicas, como o estigma e o preconceito vivenciados nas relações de trabalho, associados à fragilidade de suporte e orientação profissional (Martini *et al*, 2019) e, estruturalmente, devido às desigualdades que a população brasileira, em geral, vivencia para o acesso e permanência nas diferentes relações de trabalho. Portanto, é necessário ampliar investimentos em políticas públicas para esta população, incluindo as possibilidades de participação nos contextos de

1 Instituição em educação profissional voltada para o Comércio de Bens, Serviços e Turismo do País. Veja mais detalhes em: <https://www.mg.senac.br/paginas/osenac.aspx>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

2 Entidade de assistência social que desenvolve programas e projetos de forma continuada, permanente e planejada. Veja mais detalhes em: <https://www.redecidada.org.br/>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

trabalho, bem como a criação de projetos abrangentes e contextualizados às desigualdades do cenário brasileiro (Martini *et al*, 2019).

A inclusão das pessoas com transtorno mental no trabalho é permeada de desafios e requer uma constante reavaliação das práticas existentes (Mazaro; Matsukura; Lussi, 2020). No entanto, identifica-se escassez na literatura nacional de estudos sobre a experiência das pessoas com transtorno mental no contexto formal de trabalho. Qual a percepção dos usuários sobre o trabalho formal proposto no Projeto de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Sofrimento Mental/BH? Houve mudanças no cotidiano desses usuários após o ingresso nesta proposta de trabalho formal?

O objetivo deste estudo é compreender a percepção de usuários do Centro de Convivência São Paulo sobre a experiência de trabalho formal no Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho de Belo Horizonte - MG e as possíveis repercussões em seus cotidianos.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (2001, p. 21-22) “a pesquisa qualitativa (...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”.

O presente estudo se insere em um Projeto mais amplo, intitulado “Atenção Psicossocial: Trajetória de Cultura, Arte e Inclusão Social”. O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Gestão de Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (CAAE): 36199520.0.3001.5140) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (CAAE: 36199520.0.0000.5149).

O Centro de Convivência São Paulo (CCSP) foi selecionado por ser um dos dispositivos integrantes do Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho de Belo Horizonte/MG, pelo robusto alinhamento aos princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira e por ser o primeiro inaugurado pela Prefeitura de Belo Horizonte/MG. Em 2023, o CCSP celebrou três décadas de existência.

Participantes

A seleção dos participantes foi conduzida após um contato prévio com a gerente do CCSP, a partir do qual foram convidados todos os 12 usuários inseridos no Projeto para uma reunião informativa sobre a pesquisa. Dois usuários não foram contatados devido às mudanças no número de telefone, não sendo também localizados no domicílio, mesmo após busca ativa das Agentes Comunitárias de Saúde do Centro de Saúde de referência, resultando, assim, na participação de dez (10) usuários.

Os critérios de inclusão foram os usuários inseridos no Projeto de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Sofrimento Mental e que manifestaram o desejo de participar da entrevista. Foram utilizados como critério de exclusão, os usuários com quadro psiquiátrico agudizado e ou déficit cognitivo que impedissem a participação na entrevista.

Os riscos da pesquisa incluíam a possibilidade de os participantes sentirem cansaço, constrangimento ou desconforto ao responder às perguntas durante as entrevistas. No entanto, os participantes foram informados que nesses casos poderiam interromper a entrevista. Não houve nenhuma interrupção nas entrevistas e nenhum participante optou por se retirar da pesquisa. Foram dados nomes fictícios para os participantes e para os profissionais que foram citados nominalmente.

Procedimentos

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas pela pesquisadora do estudo, terapeuta ocupacional e mestranda em Estudos da Ocupação - UFMG conjuntamente com uma docente da área de saúde mental do Departamento de Terapia Ocupacional da UFMG, nos meses de março e abril de 2024. O roteiro das entrevistas contém questões sobre os aspectos sociodemográficos e sobre a percepção dos usuários do CCSP quanto à inserção no trabalho formal e as possíveis repercussões em seus cotidianos. As entrevistas aconteceram no CCSP, em um ambiente reservado, após a assinatura de concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas duraram entre 07 e 38 minutos e foram gravadas e transcritas pela pesquisadora.

Análise de dados

A análise de conteúdo foi elaborada de acordo com Bardin (2011), a qual é entendida como um conjunto de técnicas, divididas em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, incluindo a categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação (Souza; Santos, 2020).

3. Resultados e discussão

Perfil sociodemográfico dos usuários inseridos no Projeto

Os participantes dessa pesquisa são sete homens e três mulheres, com idades entre 30 e 53 anos, seis com escolaridades marcadas por interrupções (quatro possuem ensino fundamental incompleto, dois com ensino médio incompleto), dois com ensino médio completo, um com ensino técnico e uma cursando o ensino superior. Seis participantes se autodeclaram pretos, um pardo e três brancos. Nove são solteiros e um com união estável.

O Quadro 1 apresenta a caracterização de idade, gênero, escolaridade, estado civil e cor dos participantes.

Quadro 1 - Caracterização sociodemográfica dos participantes

Participantes	Idade	Gênero	Cor	Escolaridade	Estado civil
Bernardo	37		Branco	Médio incompleto	União estável
Tadeu	40		Preto	Ensino técnico	Solteiro
Gilberto	33		Branco	Médio incompleto	Solteiro
Hugo	53		Pardo	Fundamental II incompleto	Solteiro
Daiane	48		Branca	Superior (cursando)	Solteira
Bárbara	52		Preta	Fundamental I completo	Solteira
Samuel	50		Preto	Médio completo	Solteiro
Tatiana	45		Preta	Fundamental I incompleto	Solteira
Everaldo	38		Preto	Médio completo	Solteiro
Manuel	55		Preto	Fundamental II incompleto	Solteiro

Fonte: elaborada pelas autoras.

Nove participantes da pesquisa residem em bairros pertencentes à Regional Nordeste do município de Belo Horizonte/MG, na qual se insere o CCSP e uma participante que se mudou para outra regional, mas permanece vinculada às atividades deste Centro de Convivência. O CCSP está situado no bairro São Paulo, no qual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) e a Nossa BH (2021), a maioria dos habitantes são negros, com renda média de um salário-mínimo. De acordo com IBGE (2022), as pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento, corroborando com estudos que apontam que esta população está mais suscetível ao desenvolvimento de transtornos mentais, além de outras doenças (Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto – Elsa/ Brasil, Cabral, 2022; Jornal da USP, 2023). Destaca-se que pessoas pretas e pardas ocupam a grande maioria das atividades com menor remuneração, sendo serviços domésticos 66,4%, na construção 65,1% e na agropecuária 62%. Ainda segundo o IBGE (2022), 40,9% do total dos trabalhadores brasileiros encontrava-se em trabalhos informais. Esse percentual subiu entre mulheres pretas e pardas para 46,8%, entre homens pretos e pardos 46,6%. Assim, os estudos retratam que esta população está exposta a maior vulnerabilidade e desigualdade social, além de obstáculos para acesso às políticas públicas (Farias; Leite-Junior; Costa, 2018; Júnior, 2022).

“Uma chance de voltar ao mercado de trabalho”

Todos os participantes têm experiências progressas no mercado formal de trabalho, alguns iniciaram as atividades laborativas ainda na adolescência em diversas funções, tais como empregada doméstica, servente de pedreiro, vendedor, auxiliar administrativo, auxiliar de confeitiro, auxiliar de mecânico, balconista de supermercado, office boy, auxiliar de depósito e almoxarifado. A maioria desses postos de trabalho apresentam baixa exigência com relação à escolaridade. A baixa escolaridade, sobretudo dos participantes que interromperam o ensino fundamental e médio produz e reafirma as desigualdades sociais. Segundo Zanardo, Ventura e Consule (2021), as pessoas com transtornos mentais vivenciam em seus cotidianos inúmeros desafios, como discriminação e estigma, violência e abuso, restrição aos direitos básicos, dentre eles o de acesso à saúde, educação e trabalho. A estigmatização enfrentada por esta população

é um dos fatores que contribui para a perpetuação da desigualdade social, prejuízo no exercício da cidadania, impactando diferentes esferas da vida (Leão; Lussi, 2021).

Os participantes relataram dificuldades em se reintegrar ao mercado de trabalho após a vivência do sofrimento psíquico, ocasionando o rompimento das atividades laborativas, com períodos que variam entre 5 a 20 anos fora do mercado de trabalho.

Já tinha algumas pessoas que passaram por esse processo. E eu estava à procura de emprego. Mandava muito currículo e não me chamavam. E a única oportunidade que eu tenho é essa, eu fui e abracei. Aí estou há três anos (Samuel).

Porque eu fiquei muito tempo desempregado. Fiquei meio desatualizado. Tanto que eu fiquei sem saber como bater o ponto. Fiquei meio perdido (Manuel).

(...) e nesse mercado não, você trabalha fichado, você entra e tem a hora certa de sair. E eu tô achando muito bom, e esse é o meu primeiro emprego fichado. Olha só menina, eu chorava. É que eu, há muitos anos atrás, uns 20 anos atrás, eu tentei, já levei meu currículo nas lojas, pra ver se conseguia uma vaga, lojas de roupas, Nova Brasília e tudo, e eles nunca me chamou. A última vez que eu levei no metrô, acho que foi em 2010, não chamou para fazer limpeza (Bárbara).

As pessoas com transtorno mental grave enfrentam grandes obstáculos no acesso ao trabalho com taxas de desemprego que variam entre 70% a 90% (Pérez; Martin, 2024). Nessa direção, apontam o Projeto como uma oportunidade de retornar à vida profissional.

(...) eu voltei a viver de novo, porque eu estava afastada há algum tempo. Depois, com a inserção no mercado de trabalho, foi bom pra mim voltar à ativa e voltar a ter esperança de melhorar (Daiane).

Porque seria uma chance de voltar para o mercado de trabalho, pois tinha muito tempo que saí... porque depois que eu saí fiquei muito acomodado (Bernardo).

Era uma oportunidade, pois eu estava desempregado, a proposta era boa, meio horário e ainda tinha o curso no SENAC. Aí eu me interessei (Gilberto).

A função de repositor: um trabalho mecânico, sem possibilidade de ascensão, mas um trabalho

Todos os participantes foram inseridos na função de repositores de supermercado, em quatro redes distintas do município de Belo Horizonte/MG. A função de repositor foi percebida e vivenciada de diferentes formas pelos participantes. Hugo, Daiane, Tatiana, Everaldo e Bárbara afirmam gostar da função de repositor, porém Daiane, Hugo e Manuel apontam como dificuldade: subir e descer escadas, lidar com o peso excessivo das mercadorias e enfrentar longos períodos na mesma posição.

Tatiana e Samuel destacaram a limitação e repetição da função exercida e Samuel sinaliza a falta de possibilidades de ascensão profissional: “... aí eu tenho que repor, olhar a data de validade dos produtos e organizar a sessão. É muito mecânico... você não tem uma perspectiva de falar assim, vou te deixar aqui, mas se tiver uma área administrativa, vou te dar uma oportunidade” (Samuel).

Tatiana e Hugo relatam a baixa remuneração e a necessidade da complementação de renda “... e dia de domingo também eu faço faxina, pra poder aumentar o dinheiro também. Eu sou faxineira também” (Tatiana) “... além de trabalhar onde eu trabalho. Eu tenho freelancer (Hugo). Tatiana e Bárbara enfrentam desafios na função de repositor, encontrando dificuldades no uso de equipamentos tecnológicos e pelo fato de não saberem ler “... eu tenho dificuldade em bater preço, você tira na maquininha ... eu não sei ler, aí eu queria aprender a ler os negócios” (Tatiana) “... só que tem uma hora que precisa digitar, aí eu peço alguém pra digitar pra mim pra ajudar” (Bárbara).

Correia (2023) aponta a relevância da análise individualizada da história de vida do sujeito, seus interesses pessoais, assim como suas habilidades, limitações e potencialidades para inserção no mercado de trabalho. No entanto, todos os participantes da pesquisa foram inseridos na mesma função de trabalho, sem considerar esses aspectos destacados. Kinker (2014) tece uma crítica em relação às estratégias de inserção de trabalho que negligenciam o sujeito e, questiona se essa abordagem não constituiria, de fato, uma estratégia velada para exploração da mão de obra de trabalho ou simplesmente uma resposta das empresas em suprir com exigências determinadas pela legislação.

Relações interpessoais no trabalho

Hugo, Bárbara, Daiane e Samuel sentiram-se acolhidos, pertencentes ao ambiente de trabalho, estabelecendo laços de amizade com a equipe e boa relação profissional com os gerentes.

E hoje, se me pedir pra trocar de loja, eu não quero... estão construindo uma pertíssimo da minha casa, dá pra ir e voltar a pé. Se falar para mim trocar, eu não quero. Eu prefiro lá onde estou. Lá eu estou mais estabilizado. Eu gosto de trabalhar lá (Hugo).

Muito positiva, por sinal, eu acho que procuro ajudar eles, eles procuram me ajudar. Não tenho nenhuma inimizade, não, graças a Deus (Daiane).

Meus colegas são legais, me tratam bem. O encarregado e o gerente são super legal. Lá não tenho nada para reclamar deles, não (Bárbara).

(...)a gente tem uma boa comunicação, as pessoas tem respeito, educação (Samuel).

No entanto, Tatiana, Manuel e Bernardo vivenciaram situações de conflitos e desrespeito no ambiente de trabalho, sendo que Bernardo e Manuel optaram por se desvincular do Projeto e Gilberto relatou que não foi contratado após o período do curso “eles não me chamaram pra continuar, não sei o porquê (...) conversei com as pessoas que trabalham lá, eu fui até lá e perguntei o gerente se ele estava precisando de contrato para trabalhar carga horária normal... aí ele falou que por enquanto não precisava” (Gilberto).

Tatiana, Bernardo e Manuel relataram dificuldades em suas relações com alguns gerentes e funcionários. Além disso, Manuel e Bernardo destacaram a baixa remuneração, o desvio de função e o preconceito como motivos para considerarem a saída do Projeto.

(...) você não consegue ficar muito tempo curvado, dá dor nas costas. Aí eu usava um banquinho ... ah não fica deitado aí não rapaz, levanta. Uma falta de educação danada. (...) aí teve um gerente que cismou comigo, não sei o que era. Aí foi justamente por causa dessa cobrança toda, não ganhava tão bem para essa cobrança toda (Manuel).

(...)mandou eu ficar limpando lá, me deu uma vassoura, um pano de chão. Fiquei nervoso com aquilo, e as outras pessoas do caixa falavam assim, você é contratado para ser repositor, não é isso não. (...) fiz porque os outros pediram, eu achei que tinha que fazer aquilo, mas aí depois o pessoal do caixa passou a me chamar de doido. Falou que eu era PCD e tinha que ficar limpando o chão (Bernardo).

(...)aí no primeiro dia foi uma alegria pra mim, aí no terceiro dia, quarto dia aí comecei a ver umas coisas meio assim, vamos ver onde vai chegar isso, aí começou a me maltratar (...) eu vou embora e do tchau pra todo mundo, e ninguém me responde, às vezes a gente escuta da pessoa, né? (patrão) Ela é muito devagar, às vezes ficam no canto cochichando (Tatiana).

No entanto, Bernardo sinaliza que

(...)o projeto não funcionou pra mim, mas é uma grande oportunidade para as pessoas que têm sofrimento mental, vê que nós estamos aqui, somos pessoas que conseguem trabalhar, manter uma vida digna, dar conta da vida e dar conta do serviço. Acho que a finalidade do projeto é isso mesmo, é você dar conta mesmo que dê certo ou dê errado. Você se vê útil no mercado de trabalho, porque também faz parte da vida (Bernardo).

Eles preparam muito a gente para chegar lá, mas eles não preparam as pessoas para receber a gente

Samuel e Bernardo relataram que são preparados durante o curso para a convivência com os demais no ambiente de trabalho, no entanto, uma das críticas dos participantes é que alguns funcionários das empresas não estão preparados para lidar com a diferença e a diversidade das pessoas.

Quando eu cheguei na empresa eles estavam me tratando como se eu fosse um débil mental, ou então uma criança, cuidado nessa escada... as próprias pessoas do supermercado deveriam ser treinadas também para lidar com as pessoas deficientes (Samuel).

Nesse contexto, Nascimento e Leão (2019) apontam que as pessoas com transtornos mentais estão sujeitas a ser estigmatizadas devido aos valores manicomialistas ainda prevalentes na sociedade. O imaginário social tende ver o paciente psiquiátrico como perigoso, agressivo, infrator e incapaz. Esses estigmas dificultam a participação dessa população em diversas esferas da vida. A produção de Goffman (1988) sobre o estigma vivifica-se nas experiências laborais desses usuários ainda hoje de forma pungente. Além disso, a discriminação, estigma e violações de direitos humanos contra esta população são problemas que ocorrem em todo o mundo. Para Neto *et al* (2021), o estigma em relação às pessoas com transtornos psiquiátricos também está presente nos próprios profissionais de saúde, que muitas vezes reduzem essa população apenas ao transtorno psiquiátrico, o que resulta na negligência de outros problemas de saúde, ou seja, acentuam a fragmentação do sujeito.

Samuel aponta ainda como sugestão para o Projeto “(...)tinha que ser acompanhado mais de perto, vê se você está gostando da função que você está, visitar a gente” (Samuel). Ele também ressalta a importância da reunião com a coordenadora do Projeto “ela falou sobre nossos direitos, nós não sabíamos do nosso direito ao PIS/PASEP, ela ajudou a gente a correr atrás e ela deixou um número de atendimento” (Samuel).

A articulação entre Centro de Convivência e o Projeto: uma experiência exitosa

Todos os participantes sinalizam a relevância da gerente do CCSP como articuladora, apoio e suporte para a inserção no Projeto.

Aí Deus ajudou, a Ana quando foi no final de 2016, ela me indicou para o projeto... eu sou uma das primeiras turmas (Bárbara).

É porque eu já tinha melhorado um pouco as ideias, aí eu resolvi participar, a Ana me fez o convite, aí eu peguei e participei (Everaldo).

Quando eu cheguei aqui eu estava muito ruim, aí aqui foi um recomeço pra mim. Porque primeiro a Ana é muito competente, ela é engajada, ela é atenciosa (Tadeu).

(...) aí eu agradeço a Ana que ela me ensinou muitas coisas. Aí ela me disse que eu podia trabalhar, aí ela me indicou para eu trabalhar, ter meu dinheirinho pra minha casa (Tatiana).

Ressalta-se a importância da profissional de referência no processo de inclusão no mercado de trabalho que atua, de fato, como parceira nos enfrentamentos e desafios cotidianos. Segundo Amorim *et al* (2022), o acompanhamento do Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho de Belo Horizonte/MG inclui reuniões mensais com os parceiros envolvidos, encontros periódicos nos Centros de Convivência com os usuários inseridos no mercado de trabalho, além de acompanhamento individualizado. As autoras identificam que o acompanhamento próximo possibilita o apoio, escuta ativa, mediação, identificação e intervenção das possíveis dificuldades vivenciadas no dia a dia pelos usuários, assim como articulações com a rede de saúde mental (Amorim *et al*, 2022).

Vale salientar o destaque da RAPS como potencializadora de cuidado e produção de novas tessituras de vida “... a gente vê que a rede de saúde ela transforma as pessoas. A gente não fica isolado como eles falam que era em Barbacena nos anos 70/80. Hoje nós estamos tendo outra perspectiva de vida” (Samuel). Todos os participantes estão integrados ao CCSP e participam ativamente das diversas atividades e oficinas oferecidas pelo serviço, acessando também, por meio deste vínculo com o dispositivo, eventos culturais disponibilizados na cidade como teatros, cinema, museus e shows. Além disso, evidencia a importância das articulações do Centro de Convivência com os diferentes setores e políticas públicas, como Educação, Cultura, Assistência Social e Trabalho (Júnior, 2022). Dessa forma o Centro de Convivência é um importante dispositivo da RAPS na articulação de políticas intersetoriais, assim como uma ponte para o trabalho enquanto direito social sem perder de vista a complexidade do processo e os desafios da inclusão.

A experiência dos usuários com a instituição de formação

Quanto ao período de formação profissional, todos os participantes foram integrados à instituição formadora, SENAC/MG e tiveram a carteira de trabalho assinada. A remuneração foi proporcional às horas trabalhadas, tendo como base de cálculo o salário

mínimo hora, além do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na alíquota de 2%; os/as usuários/as também receberam o recurso do vale transporte (Cruz; Siqueira, 2020). Entretanto, após o período de formação (12 meses), os usuários podem ser contratados sob o regime de CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) como funcionários da empresa.

O SENAC/MG foi reconhecido como um espaço de acolhimento, aprendizagem e sociabilidade pela maioria dos usuários.

(...) fiquei muito tempo sem estudar. Eu gosto de ler, ler livros, costumo ler, mas vou estudar na sala, vou fazer isso aqui, faz muito tempo que não fazia. Então, achei interessante... conhecer pessoas novas (Samuel).

(...) nossa foi bom demais, eu gostei, me senti de volta à escola (Everaldo).

(...) tinha muito conteúdo, muita coisa bacana que o professor ensinou pra gente (Daiane).

(...) no SENAC fiz algumas amizades (Bernardo).

No início foi aos trancos e barrancos, eu custei a me adaptar, eu era uma pessoa tímida, uma pessoa vergonhosa, aí eu fui passando a dialogar com as pessoas, entendeu? E fui me abrindo (Hugo).

Observa-se assim, que o objetivo de formação profissional proposto pelo SENAC/MG é atendido, visto que busca o compromisso com a “educação profissional que transcende a finalidade de estrita preparação de mão de obra e consolida o seu papel na formação para o trabalho em seus aspectos mais amplas, fixados nos pressupostos da inclusão, da democracia, da igualdade de direitos e da dignidade humana” (SENAC, 2023, p. 10).

As repercussões da inserção no trabalho nos cotidianos dos usuários

Os participantes descrevem mudanças em suas vidas após o ingresso no Projeto. Apontam o trabalho como espaço de construção de relações sociais, como meio de combater o ócio, de potencializar recursos financeiros e de tornar-se independente.

Porque preencheu um vazio, porque na parte da tarde não tinha nada pra eu fazer, aí eu ficava só vendo vídeo no celular, à toa. Aí o trabalho me distraiu um pouco, assim. Porque eu só escutava as mesmas músicas, as mesmas bandas e os mesmos vídeos. Aí preencheu uma coisa, um vazio assim, aí conheci pessoas novas, fiz amizades e tal. Eu gostei, foi bom pra mim, ocupou o meu tempo e a minha cabeça com outras coisas. E ainda ganhei pra isso (Everaldo).

Eu acredito que estou começando a recomeçar a minha vida agora. Porque eu nem saí de casa por causa da síndrome de pânico e das coisas psicológicas. Agora estou começando a tentar voltar ao normal que eu tinha. A socializar. E conseguir ir numa padaria sem achar que tem alguém me seguindo. Se tivesse alguém de celular, eu tava achando que alguém tava chamando alguém pra mim. Poder pegar um ônibus, poder ir ao cinema. Poder fazer um monte de coisa (Samuel).

(...) eu voltei a viver de novo, porque eu estava afastada há algum tempo. Depois, com a inserção no mercado de trabalho, foi bom para mim voltar à ativa, voltar a ter esperança de melhorar. Foi isso. Porque eu me sentia meio inútil. Quando eu fico isolada lá, sem trabalho, com essa perseguição, eu me sinto inútil. E eu não gosto de me sentir assim. Eu gosto de me sentir bem, produzindo, tendo alguma coisa para me fazer. Eu acho que até o último dia do meu suspiro eu vou estar trabalhando. Mas assim... Só que, igual estou fazendo faculdade, eu quero um serviço que eu pense mais, do que gastar minha energia física (Daiane).

(...)depois que parei de beber, comecei a trabalhar, eu passei a ter mais responsabilidade e compromisso também. (...)vivo bem com meus amigos. Em casa também, só tem um irmão que a gente não bate bem, mas ele no canto dele e eu na minha (Hugo).

É na tessitura do cotidiano que são observadas as repercussões da inserção dos usuários no trabalho formal. A ampliação dos modos de viver, das relações interpessoais, das formas de sociabilidade e, sobretudo, a esperança de melhora — ao se retirarem do circuito casa e serviços de saúde — constroem, paulatinamente, novas mediações entre o singular e o coletivo. Na perspectiva de Lefebvre (1991), é nesse cotidiano que se envolvem as estruturas sociais, o vivido, as subjetividades que as pessoas também podem se transformar.

A inserção no mercado de trabalho é uma chance de reconstrução de vida para os usuários, uma forma de ressignificar seus cotidianos, meio ao contexto de precarização do trabalho no País e ao sofrido histórico de adoecimento permeado por diferentes formas de violência. De acordo com Cruz e Silveira (2020), o trabalho é importante para as pessoas com transtorno mental grave, pois, auxilia no enfrentamento e superação do isolamento social, assim como estimula o autocuidado além de refletir na geração de renda. Os autores destacam que a participação nas atividades laborativas contribui para o desenvolvimento de um senso unificado do eu que reconcilia saúde e doença. Além disso “apresenta um papel fundamental no reconhecimento do transtorno mental e na construção de uma identidade própria e coletiva” (Cruz; Silveira, 2020, p. 2).

Outro ponto destacado pelos entrevistados foram os enfrentamentos, dificuldades e inseguranças vivenciadas no período da pandemia de COVID-19 em relação ao processo de inserção no Projeto: “... Aí, quando faltavam dois meses para completar o curso lá no SENAC, veio a pandemia. Aí foi aquela época que teve que fechar tudo, aí fechou o SENAC, aí a minha sorte que eu já sabia que eu ia ser efetivado no EPA” (Hugo). Este relato vai ao encontro da pesquisa conduzida por Júnior, Almeida e Drummond (2024) com os usuários do CCSP ao revelar que as imposições relacionadas à pandemia, como o isolamento social e a necessidade de ficar em casa, implicaram uma redução ainda maior das possibilidades de engajamento em ocupações fora do ambiente doméstico. Tatiana e Samuel apontaram a importância do espaço do CCSP para realizarem as atividades *online* do curso do SENAC/MG, utilizando os equipamentos eletrônicos disponibilizados no serviço, uma vez que não possuíam computadores em casa. Conforme apontado por Junior, Almeida e Drummond (2024), dada a condição de permanecerem em casa por um tempo extenso, em especial dentro do quarto, com pouca circulação na cidade, o Centro de Convivência é reconhecido pelos usuários como principal espaço de sociabilidade e também um lugar de aprendizagem.

Finalmente, é necessário compreender a complexidade do processo de inclusão dos usuários no mercado formal de trabalho. Trata-se de uma experiência produtiva singular e construída na experiência vivida, sem a pretensão de beneficiar todas as pessoas com transtorno mental (Almeida, 2022). Conforme Barros (2005) *apud* Almeida (2022, p. 66), “o trabalho não deve ser considerado uma panaceia para todos os males”.

Insere-se aqui o debate sobre as diferentes concepções acerca da centralidade do trabalho na organização social e na formação identitária. Embora exista uma corrente nas Ciências Sociais que afirma a importância do trabalho na formação humana e social, conforme cita Antunes (2002), temos alguns teóricos das Ciências Sociais que contrapõem este discurso afirmando que, em função da degradação das relações de trabalho, o mesmo deixa de ser considerado princípio organizador das estruturas sociais, perdendo assim seu potencial identitário, constituinte da personalidade humana e referência normativa de vida (Offe, 1989; Ahumada; Mariana, 2001b).

Embora a inserção no trabalho para as pessoas com sofrimento mental esteja sendo discutida sob a ótica da “reabilitação” na saúde mental, pode-se perceber que estas iniciativas e propostas de trabalho para este grupo não diferem em muito das propostas implementadas para a população em geral, que se encontra fora do mercado de trabalho. Com isso, os modelos de inserção dessas pessoas no trabalho se aproximam em muito das alternativas propostas para as populações excluídas, seja via processo de qualificação com foco no mercado formal, seja via formação de cooperativas ou associações. Esta busca de alternativas de trabalho, neste momento de elevado índice de desemprego e exclusão social, não se limita a essas pessoas, mas também envolve uma parcela significativa da população que se encontra em situação de marginalidade. Ou seja, a exclusão social deixa de ser uma realidade de um grupo social e passa a ser um problema geral de grupos marginalizados.

Com isso, a sociedade civil, através de iniciativas individuais ou solidárias, e ainda o governo, através de políticas públicas, junto à sociedade civil, representada pelas ONG's e empresas privadas, buscam viabilizar projetos de geração de trabalho e renda direcionados à população marginalizada. As relações de trabalho que surgem como alternativas para os grupos excluídos do mercado de trabalho formal estão basicamente associadas à sobrevivência, ao invés de representarem uma possibilidade real de melhoria da qualidade de vida, mas por outro lado, apresentam uma oportunidade real de

participação, de expansão da circulação na cidade, de construção de laços sociais e de construção de projetos de vida.

Assim, não podemos desconsiderar que tais projetos de inclusão no trabalho estão inseridos em um contexto de exclusão mais amplo, caracterizado pela precarização do trabalho, que vem mantendo grande parte da população à margem das relações atuais de trabalho. Esta situação de exclusão em massa faz com que a demanda por direito ao trabalho para as pessoas com transtorno mental não seja exclusividade de apenas um grupo, mas sim uma demanda de todos aqueles que buscam alternativas para ingressarem no mercado de trabalho. Dessa forma, além de conhecer as diferentes dimensões do trabalho já experimentadas na história da assistência psiquiátrica, a compreensão das relações que vêm sendo estabelecidas entre a loucura e o trabalho no processo de transformação da assistência à saúde mental só será possível se houver uma compreensão das transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, bem como do significado que ele passa a ter na organização social atual.

As pessoas com transtorno mental se deparam com um problema estrutural da falta de trabalho, e também com o fato de que na nossa cultura permanece a crença de que elas são incapazes para trabalhar. Se, por um lado, a relação atual entre o trabalho e a saúde mental avançou, quando este passa a ser visto como direito das pessoas com sofrimento mental, por outro, a situação de precarização do trabalho tende a reforçar não somente o lugar de exclusão dessas pessoas, mas também um percentual grande da população em geral.

Nesse sentido, a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho está atrelada a múltiplas dimensões, tanto econômicas como sociais (Correia, 2023). O trabalho além de proporcionar meios de sobrevivência, amplia as redes de suporte e mobilidade social, também compreende a precarização da força e das relações de trabalho, assim como pode ser fonte de adoecimento (Correia, 2023).

Assim, se faz necessário reconhecer as fragilidades desse processo, compreender suas contradições e lacunas, que indicam oportunidades e estratégias para avançar no enfrentamento das desigualdades e vulnerabilidades vivenciadas pelas pessoas com transtornos mentais (Vasconcelos, 2021).

4. Conclusão

Ao longo dos anos, o Brasil avançou com a implementação de uma política pública de atenção à saúde mental com a lógica antimanicomial, reconhecida inclusive no âmbito internacional pela OMS (2021). Nesse sentido, este modelo de cuidado em liberdade, que se fundamenta em serviços territoriais e comunitários, visa promover o protagonismo dos usuários e adotar estratégias de cuidado baseadas em direitos, incluindo o direito ao trabalho.

Este estudo contribui para a compreensão da perspectiva dos usuários em relação à inserção no mercado de trabalho formal. Denota-se a relevância do Projeto de Inserção dos Usuários de Saúde Mental no Mercado Formal de Trabalho de Belo Horizonte- MG como uma oportunidade de acesso, ampliação do poder de contratualidade, autonomia, independência e novas tessituras de vida, meio a tantas restrições a que estão sujeitos cotidianamente. À precarização das condições de acesso ao trabalho pela população brasileira em geral, soma-se, para esse grupo, o peso do estigma e do próprio adoecimento, diminuindo as chances de inserção no trabalho. O Projeto abre porta para uma chance negada ao longo das trajetórias de sofrimento mental.

Este Projeto que pode ser um espaço para desconstrução de estigmas em relação às pessoas com transtornos mentais, apresenta lacunas, conforme revelado neste estudo, no que se refere às condições e organização do trabalho e ao preparo das empresas para lidarem com a diferença e a diversidade. Dessa forma, a redução das barreiras que impedem o acesso e a permanência qualificada das pessoas com transtornos mentais no trabalho formal exige uma constante reflexão e empenho de diferentes atores na luta e defesa dos direitos humanos e da cidadania.

Referências

AHUMADA, J.; MARIANA, M. *Sofrimiento psíquico y precarización*, datilo, 2001b.

ALMEIDA, Daniela. *Oficinas: a convivência que se constrói a partir de um fazer junto*. In: ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle; PAIVA, Maíra; BOAVENTURA, Sandro. (org) *Vida em Comum: fundamentos, cotidiano e encontros dos Centros de Convivência com a cidade*. 1ed. (Belo Horizonte): Ramallete, 2022, p. 62-71.

ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle. “Eles passarão...nós, passarinho!”: uma análise dos desafios atuais para a luta antimanicomial. In: ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle; PAIVA, Maíra; BOAVENTURA, Sandro.(org) *Vida em Comum: fundamentos, cotidiano e encontros dos Centros de Convivência com a cidade*. 1ed. (Belo Horizonte): Ramallete, 2022, p.337-348.

ALMEIDA, Daniela; TREVISAN, Erika; Barros, Vanessa. O trabalho de terapeutas ocupacionais em um Centro de Atenção Psicossocial: Para além das fronteiras disciplinares. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.* v. 7, n.2, p. 1735-1751, 2023.

AMORIM, Gisele; NOVAES, Ana Paula; ALMEIDA, Daniela; BRANDÃO, Isabel; ZACCHÉ, Karen; GUIMARÃES, Maria Betânia; VASCONCELOS, Maria Eliza; SANTOS, Marise; SOARES, Marta; RIBEIRO, Wilma. *Projeto de Inserção no Mercado Formal de Trabalho: A Experiência dos Centros de Convivência de Belo Horizonte*. In: ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle; PAIVA, Maíra; BOAVENTURA, Sandro.(org) *Vida em Comum: fundamentos, cotidiano e encontros dos Centros de Convivência com a cidade*. 1ed. (Belo Horizonte): Ramallete, 2022, p. 276- 284.

ANTUNES, Ricardo. *O sentido do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BALLARIN, Maria Luisa; CARVALHO, Fábio. *Considerações Acerca da Reabilitação Psicossocial. Aspectos Históricos, Perspectivas e Experiências*. In:CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia (org). *Terapia Ocupacional Fundamentação & Prática*. 2 ed. (Rio de Janeiro): Guanabara Koogan, 2023, p. 296-312.

BRASIL. Lei 8213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm Acesso em: 09 de junho 2023.

BRASIL. Lei 10216, de 6 de abril de 2001. Institui a Lei Paulo Delgado. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm Acesso em: 16 de maio 2023.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 20 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 09 de junho. 2023.

BRASIL. Lei 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 de mai. 2023.

CABRAL, Ana Karina. Inclusão de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho. In:CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia (org). *Terapia Ocupacional Fundamentação & Prática*. 2 ed. (Rio de Janeiro): Guanabara Koogan, 2023, p. 474-482.

CABRAL, Umberlândia. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. Agência IBGE notícias, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 de junho de 2024.

CORREIA, Ricardo. Economia Solidária e Emprego Apoiado Iniciativas de Trabalho e Renda para a Inclusão Social. In:CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia (org) *Terapia Ocupacional Fundamentação & Prática*. 2 ed. (Rio de Janeiro): Guanabara Koogan, 2023, p. 462-472.

COSTA, Liliam. TRABALHO AINDA QUE TAN TAN: os trabalhadores e trabalhadoras da linha de frente da inclusão de pessoas em sofrimento mental no mercado formal de trabalho. 2023. 147f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843>. Acesso em: 13 de março de 2024.

COSTA-ROSA, Abílio. Estratégia Atenção Psicossocial: novas contribuições. In:Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2013, pp. 91-117. Disponível em:<https://doi.org/10.7476/9786557144817.0005>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

CRUZ, Breno; SILVEIRA, Patrícia. POSSIBILIDADES DE TRABALHO PARA PESSOAS COM ES-

QUIZOFRENIA, AMPID (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência), 2020. Disponível em: <https://ampid.org.br/site2020/wp-content/uploads/2020>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

FARIAS, Magno; LEITE-JUNIOR, Jaime; COSTA, Isabelly. *Terapia Ocupacional e População Negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial*. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, v. 2, n. 1, p. 228-243, 2018.

GALVÃO, Anna; OLIVEIRA, Elda; GERMANI, Ana Cláudia; LUIZ, Olinda. *Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo*. Saúde Soc. São Paulo, v.30, n.2, e200743, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa da Desigualdade*

Entre as Capitais Brasileiras. Rio de Janeiro, 2023.

JORNAL DA USP, *Negros sofrem mais com doenças crônicas e adversidades na vida explicam parte desse adoecimento*. Jornal da USP, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/negros-sofrem-mais-com-doencas-cronicas-e-adversidades-na-vida-explicam-parte-desse-adoecimento/>. Acesso em: 01 de agosto de 2024.

JUNIOR, Heldevan; ALMEIDA, Simone; DRUMMOND, Adriana. *Occupations of users of a Brazilian mental health service during the COVID-19 pandemic*. Journal of Occupational Science, v. 32, n.1, p.149-162, 2024.

KINKER, Fernando. *Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia*. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 22, n. 1, p. 49-61, 2014.

LANCMAN, Selma; BARROS, Juliana. *Notas sobre o uso do trabalho enquanto atividade terapêutica e suas interfaces com a Terapia Ocupacional*. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 1-3, p. e207113, 2022.

LEÃO, Adriana; Lussi, Isabela. *Estigmatização: consequências e possibilidades de enfrentamento em Centros de Convivência e Cooperativas*. Interface (Botucatu). v. 25, n. 1. p.1-17, 2021.

LEFÈBVRE, Henri. *A Vida cotidiana no mundo moderno: Ática*, São Paulo, 1991.

LUSSI, Isabela; MORATO, Giovana. *Terapia Ocupacional e Trabalho perspectivas históricas e possibilidades atuais no campo da saúde mental*. In: MATSUKURA, Thelma; SALLES, Mariana (org.). *Cotidiano, Atividade Humana e Ocupação. Perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016. p. 77-90.

MARTINI, Larissa; LUSSI, Isabela; MAGALHÃES, Lilian; SANTOS, Fernanda; PIMENTEL, Fernanda; PETRECHE, Maria Beatriz; FONSECA, Ana Olivia; ATTUX, Cecília; BRESSAN, Rodrigo. *Experiência laboral e inclusão social de indivíduos com esquizofrenia*. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 11, n. 44, p.1-10, 2019.

MATA, Carolina; BREGALDA, Marília; FREITAS, Renata; VELOSO, Vanessa. *Atuação de terapeutas ocupacionais na Rede de Atenção Psicossocial em um estado do nordeste brasileiro*. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, [S. l.], v. 31, p. e3484, 2023.

MAZARO; Lisabelle, MATSUKURA, Thelma, LUSSI; Isabela. *Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional*. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 1, n. 28, p. 127-146, 2020.

MINAYO, Maria Cecília (org). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORATO, Giovana; LUSSI, Isabela. *Contribuições da perspectiva de Reabilitação Psicossocial para a terapia ocupacional no campo da saúde mental*, *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 943-951, 2018.

MORATO, Giovana. *A atuação dos terapeutas ocupacionais em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental: estudo sobre a realidade do estado de São Paulo*. 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6885>. Acesso em: 2 de maio de 2023.

MORATO, Giovana. *Reabilitação psicossocial e atenção psicossocial: identificando concepções teóricas e práticas no contexto da assistência em saúde mental*. 2019. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11988>. Acesso em: 2 de maio de 2023.

NASCIMENTO, Larissa; LEÃO, Adriana. *Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p.103-121, 2019.

NETO, Joaquim; SILVA, Eduardo; FIGUEIRA, Gabriela; SOUZA, José. *O estigma da doença mental entre estudantes e profissionais de saúde*. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p 1-7, 2021.

Nossa BH. *Mapa das Desigualdades*, 2021. Disponível em: [Mapa-das-desigualdades-da-RMBH 2021.pdf](#) (nossabh.org.br). Acesso em: 18 de abril de 2024.

OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). OMS destaca a necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

PÉREZ, Ana; MARTÍN, Olga. Efetividade do modelo Individual Placement and Support em transtorno mental grave: uma revisão sistemática. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, [S. l.], v. 32, p. e3731, 2024.

REINHEIMER, Rafaela; SILVA, Clemildo. Inclusão pelo trabalho formal no contexto da saúde mental no Município de Porto Alegre/RS pela perspectiva da terapia ocupacional. *Ciência em Movimento*, v. 21, n. 42, p. 41-54, 2019.

SARACENO, Benedetto. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. 2. ed. Rio de Janeiro: Te Corá/ Instituto Franco Basaglia, 2001.

SENAC, Plano Senac Brasil Ciclo 2024-2027 : referencial estratégico / Senac, Departamento Nacional — Rio de Janeiro : Senac, Departamento Nacional, 2023. Disponível em: https://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2017/03/referencial_estrategico_202_OK.pdf. Acesso em: 29 de julho de 2024.

SIQUEIRA, Fernando; CHAVES, Luiz; BAKER, Vânia. A Rede de Atenção Psicossocial de Belo Horizonte: Centros de Convivência como potência para a reabilitação psicossocial. In: ALMEIDA, Daniela; AMORIM, Giselle; PAIVA, Máira; BOAVENTURA, Sandro. (org) *Vida em Comum: fundamentos, cotidiano e encontros dos Centros de Convivência com a cidade*. 1ed. (Belo Horizonte): Ramallete, 2022, p. 33 - 39.

SOUSA, José; SANTOS, Simone. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020.

SUIJKERBUIJK, Yvonne; SCHAAFSMA, Frederieke; MECHELEN, Joost; OJAJÄRVI, Anneli; CORBIÈRE, Marc; ANEMA, Johannes. *Interventions for obtaining and maintaining employment in adults with severe mental illness, a network meta-analysis*. *Cochrane Database Syst Rev*, v.9, n.12, 2017.

VASCONCELOS, Eduardo. *Novos Horizontes em Saúde Mental. Análise de conjuntura, direitos humanos e protagonismo de usuários(as) e familiares*. São Paulo: Hucitec, 2021.

ZANARDO, Ana Beatriz; VENTURA, Carla; CONSULE, Rita. *Vulnerabilidade social e transtornos mentais: scoping review*. *Textos & Contextos Porto Alegre*, v. 20, n. 1, p. 1-31, 2021.





Jonathas de Andrade, Museu do Homem do Nordeste – Museu de Arte do Rio (MAR) – Rio de Janeiro – Brasil – 2014

Photos: Eduardo Ortega





Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



DO INTERCESSOR FIGURA-PALHAÇA:

um possível para uma docência alegre

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54166>

DIOGO INACIO DIAS*

CAROLINA RODRIGUES DE SOUZA**

RESUMO: O que pode acontecer quando um docente fabrica e/ou permite um intercessor? E quando esse intercessor é a figura-palhaça? Este artigo apresenta uma experiência de um professor que tem na figura-palhaça um intercessor o qual, ao atravessá-lo, possibilitou o surgimento de linhas de fuga em sua atuação docente diante da axiomática capitalista. Em um mundo em que os desejos são agenciados em um movimento de auto administração do sistema capitalista na intenção de manter-se hegemônico, no encontro entre docente e figura-palhaça, movimentos de desterritorialização/reterritorialização, como pensam Gilles Deleuze e Félix Guattari, aconteceram. Por meio de crônicas, tais movimentos são narrados revelando indícios do encontro entre palhaço e docente na direção de uma docência criativa e alegre. Para concluirmos, problematizamos sobre a potencialidade de uma docência alegre diante da axiomática capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: intercessor; figura-palhaça; desterritorialização; atuação docente; docência alegre.

From the clown-figure intercessor: a possible way for a joyful teaching

ABSTRACT: What can happen when a teacher fabricates and/or allows an intercessor? And what about when that intercessor is the clown figure? This article presents an experience of a teacher who has an intercessor in the clown figure who, by crossing him, has made it possible for lines of escape to emerge in his teaching performance in the face of capitalist axiomatics. In a world in which desires are acted out in a self-management movement of the capitalist system in order to remain hegemonic, in the encounter between teacher and clown figure, movements of deterritorialization/reterritorialization, as Gilles Deleuze and Félix Guattari think of it, took place. Through chronicles, these movements are narrated, revealing signs of the encounter between clown and teacher in the direction of creative and joyful teaching. In conclusion, we problematise the potential of joyful teaching in the face of capitalist axiomatics. Gerais.

KEYWORDS: intercessor; clown figure; deterritorialization; teaching performance; joyful teaching.

* Universidade Federal de São Carlos

** Universidade Federal de São Carlos

1 A axiomática capitalista, segundo Deleuze e Guattari (2011a; 2011b) é um movimento que permite ao capitalismo administrar os fluxos descodificados do desejo, que, ao mesmo tempo, lhe são imprescindíveis e estão sempre a ameaçá-lo. Ao administrar/gerenciar seus próprios limites, o capitalismo se retroalimenta e se mantém como regime hegemônico. Diferentemente do que pensava Marx (e outros pensadores comunistas), não se trata de uma estrutura rígida, mas sim de um movimento. Nesse sentido, pensar uma axiomática é considerar que o capitalismo é movente e capaz de transpor barreiras e obstáculos ao, justamente, administrar os seus próprios limites, movimento esse que é também opressor.

2 Podemos, a partir de Deleuze (1988), pensar nos intercessores como mobilizadores do pensamento, acontecimentos que tiram o pensamento do estado de paralisia e o coloca em movimento. Um intercessor pode ser fabricado por um indivíduo ou pode ser permitido, a partir de um encontro: um violinista tocando na esquina, ao encontrá-lo, um indivíduo é atravessado pelos signos da música, acessa os signos da música por meio desse intercessor e pode permitir/aceitar esse intercessor ou não. Intercessores são atratores de signos. Para Deleuze os signos violentam o corpo, colocando-o em movimento de pensamento. Sem intercessores, na *démarche* deleuziana, não há pensamento, não há criação.

Introdução

quando um docente fabrica um intercessor

Iniciamos nossa construção de pensamento em Spinoza (2013), para quem há a possibilidade de que o(s) corpo(s) sejam afetados por encontros que produzam paixões alegres, que nos compõem e paixões tristes, que nos decompõem. Tristeza e alegria são afetos capazes de atravessar um corpo afetando-o. Um encontro alegre aumenta a potência de agir. Um encontro triste diminui a potência de agir. Desse modo, pensando com Spinoza (2013), um encontro decompositivo tem o potencial de afetar um corpo entristecendo-o, fazendo padecer, perdendo sua autonomia tornando o sujeito passível de uma relação de subordinação e servidão.

Considerando a existência de movimentos da axiomática capitalista¹ (Deleuze; Guattari, 2011a; 2011b), neste texto pensamos um movimento singular de resistência, no qual uma figura docente é atravessada por seu intercessor² fabricado, a figura-palhaça. Tal encontro, entre palhaço e docente, consideramos ser um possível da docência contra um entristecimento oriundo do atravessamento do corpo docente por linhas decompositivas da própria axiomática capitalista. Ao ser atravessado por seu intercessor, o docente movimentou-se na direção de uma docência alegre. Ao criar novas formas de ser e estar no mundo, se diferencia e afirma a vida.

No encontro entre a figura-palhaça e a figura docente em sua atuação, vemos movimentos de desterritorialização (Deleuze; Guattari, 2011a) da figura docente pela figura-palhaça. Nesses acontecimentos pensamos ser possível escapar de linhas hegemônicas da axiomática capitalista, não somente resistindo aos movimentos do capital, mas produzindo possíveis. Afastamo-nos de um território de educação que somente modela e formata corpos, ensinando-os (impondo signos), distanciamos-nos de uma condição na qual a tristeza teima em reinar, passando a ter a possibilidade de adentrar um território novo e desconhecido, no qual novas maneiras de ser e de estar no mundo florescem. Experiências, encontros, atravessamentos surgiram. Improviso, espontaneidade, criatividade, passaram a compor a relação professor-alunos. Nos aproximamos de um movimento de afirmação da vida em busca de encontros alegres e compositivos. Não desejamos a subordinação ou a servidão.

Deleuze e Guattari (2011a; 2011b) identificam linhas hegemônicas oriundas da dinâmica capitalista que regem a sociedade contemporânea, retroalimentando-se em um movimento constante para sua auto manutenção. Modelando e formatando corpos (e o que deve ser desejado) tais linhas podem decompor um corpo docente. Desprovido de paixões alegres e compositivas, o corpo se distancia do que poderia ser uma produção desejante (Deleuze; Guattari, 2011a). Nesse movimento vemos a figura docente sequestrada de um terreno criativo, tornando-se um mero reprodutor de fórmulas, receitas, metodologias etc.

Associamos a essas docências, que se dão em uma chave da representação, a ideia de desenvolvimentismo. Trabalhos como os de Huberman (2000) e Tardif (2000), apresentam e pensam a carreira docente como um processo de adaptações e mudanças na vida profissional. Linear, é orientada em direção a algo esperado. As mudanças seguem uma perspectiva determinada, previamente definida: um modelo ideal de docência a ser atingido. Assim, quanto mais tempo no exercício da docência, mais experiente é o profissional, uma peça na engrenagem do sistema.

Quais espaços compor e como criar formas outras de existência na docência? De-sejamos os encontros e os acontecimentos. Esse texto, recorte de uma pesquisa de mestrado, apresenta o movimento singular de um professor-pesquisador que, em sua atuação docente, fabrica a figura-palhaça como intercessor. Por meio de crônicas, em diálogo com o referencial teórico deleuze-guattariano, apresentamos extratos dessa experiência e os encontros com uma docência criativa e alegre.

Encontro da figura docente com a figura-palhaça

Podemos pensar na figura-palhaça a partir de um potencial disruptivo, desajustado ou mesmo vulnerável. Indo ao encontro da proposição de humor de Dorneles (2009), pensando na arte da figura-palhaça como um movimento de se expor à vulnerabilidade, à incerteza, ao acaso, consideramos o convite de Godoy et. al. (2020) ao tensionamento de territórios de certezas, respostas prévias, receitas pré-estabelecidas de sucesso:

3 A título de ilustração, podemos considerar o palhaço Branco como aquele que faz o tipo inteligente, “certinho”. Dá a entender que, por ser “mais esperto” que seu parceiro, o palhaço Augusto, é capaz de se sobrepor a ele, enganando-o. Em tempos antigos, nos circos, além do rosto branco (de onde se origina a nomenclatura branco), podia se vestir com uma roupa de lantejoulas e um tradicional chapéu cônico. Já o palhaço Augusto (ou excêntrico) pode apresentar roupas espalhafatasas e possui um jeito de brincar ingênuo, apesar de mais “bobo” do que o palhaço Branco, é livre para falar o que pensa, por vezes, criticando o parceiro de cena, não caindo nas suas artimanhas “inteligentes” e revertendo situações de desvantagem.

E se talvez buscássemos desestabilizar as nossas verdades dando lugar às incertezas? Por meio delas podemos encontrar novos caminhos a serem seguidos, algo que nos soe como possibilidades de vida. O palhaço é uma dessas figuras que coloca o mundo às avessas, é um inverso ao virtuosismo idealizado do homem (Godoy et al., 2020, p. 163).

Aqui julgamos importante o convite a Godoy et al. (2020) para pensarmos juntos acerca do fazer artístico como um caminho de tensionamento dos processos de mecanização de nossas linhas territoriais no campo da estabilidade inabalável, impermeável, plena de certezas:

A certeza se tornou um território seguro no qual mantemos nossas linhas territoriais e visíveis. Tudo que está para além de nossas certezas se torna uma ameaça para a segurança, estabilidade e conforto. Parece necessário encontrarmos meios de tensionar essa mecanização e a arte talvez seja um caminho para pensarmos nessa possibilidade. O artista ao experimentar está aberto aos estímulos do mundo, se coloca em uma condição de olhar para além do consolidado e preestabelecido (Godoy et al., 2020, p. 163).

Talvez resida nessa capacidade da figura-palhaça um dos motivos pelos quais esse intercessor foi permitido/fabricado. Ao encontrar-se com a sua vulnerabilidade e com a sua incapacidade e com o seu fracasso diante de um mundo, que sempre espera muito e, tudooferecendo, inclusive, caminhos pré-concebidos de como se atingir tais objetivos e e... a figura-palhaça, em seu desajuste, em seu fracasso, expõe também as fragilidades de modelos de representação. Na cena clássica, dos palhaços Augusto e Branco³, há como pano de fundo duas figuras diferentes que se compõem ao se encontrarem no andamento da própria cena com o público. Instaura-se um ambiente no qual Branco e o Augusto no picadeiro, só fazem sentido juntos. Conectados, razão e emoção, se ridicularizam. A plateia, corpos humanos, se identificam simultaneamente com os dois palhaços. Cara e coroa de uma mesma moeda. Não somos uno e sim multiplicidade. Somos Branco e Augusto e, e, e... A transgressão do palhaço Augusto, ao escapar da lógica que rege as ações do Branco, produz conflito que, no seu desenrolar, produz o riso no público ao escancarar inadequações [das figura-palhaças e também nossas, ao nos identificarmos nos protagonistas da cena]. A própria transgressão é riso.

Em Dorneles (2003) e Dias (2019) vemos que a figura-palhaça não se encaixa nos moldes e padrões sociais: ela reconhece seus fracassos e permite se distanciar desses ideais, apresentando-se como uma existência de desajuste, que não se enquadra em padrões e formas. Como propõem Godoy et. al. (2020), a figura-palhaça é um corpo aberto às experiências do mundo. Se nesse movimento de estar em experiência ‘com’ acontece uma falha, a figura-palhaça atingiu seu objetivo: a falha proporciona o riso (Bolognesi, 2003; Dias, 2019). Godoy et al. (2020) ainda discutem que há no fazer dessa figura a possibilidade de criação de linhas de fuga que abrem caminho a novas concepções, para além das linhas hegemônicas. É nessa ruptura que podemos pensar o lugar do riso, e por que não? da alegria, decorrente das rupturas da figura-palhaça, corporificação dessas linhas de fuga que abrem caminho para [r]irmos para além das linhas hegemônicas:

A forma pela qual o palhaço enxerga a realidade possibilita que linhas de fuga sejam criadas, o que abre caminho a novas concepções para além das hegemônicas já preestabelecidas. Em outras palavras, a máscara dá a permissividade para que o palhaço transite em uma lógica inversa à social que não seja linearizada ou estritamente racional, que de maneira sutil acaba por gerar tensionamentos significativos, rupturas, reflexões (Godoy et al., 2020, p. 164).

Para Masetti (2005), é o jeito de ser da figura-palhaça que permite que o erro, o ridículo, o absurdo, observados também nos marginalizados e desprezados socialmente, sejam corporificados na figura-palhaça. Godoy et al. (2020, p. 164) afirma que “essas linhas de fuga, devires e encontros sucessivos permitem que o palhaço esteja a todo tempo em jogo, ele mantém o jogo vivo nas inconstâncias de suas ações não padronizadas, não engessadas ou previsíveis”. Ao pensar nesse “estar o tempo todo em jogo», podemos considerar que a figura-palhaça está o tempo todo se encontrando (com o público e os acontecimentos e as experiências e aos estímulos e e e...). Aberto às experiências do mundo, é atravessado, é afetado, violentado, tem seu pensamento colocado em movimento. E cria. Para Matraca (2011, p. 4130) “o riso e o humor são mutantes, assim como os costumes e as correntes de pensamento”. Logo, não parece haver linearidade na figura-palhaça, mas sim multiplicidade, rizomaticidade.

Considerando haver um modelo de docência desenvolvimentista que busca formatar e enformar corpos na escola, um encontro entre figura-palhaça e figura-do-

cente parece ser fortuito. No caso dessa experiência que partilhamos, a afetação do professor (em sua atuação) por signos atraídos por seus intercessor palhaço, parece ter produzido algo no jeito-de-ser, jeito-de-fazer, que se diferencia de uma chave linear, desenvolvimentistas, da representação. Atravessado por seu intercessor, parece que o docente encontrou maneiras outras de ser e estar no mundo, em aula com seus alunos e alunas. Parece haver, assim, criação de possíveis, afirmação da vida, como propõe a filosofia deleuziana.

Abandonando de um território que impõe imperativos a partir de linhas hegemônicas de manutenção do capitalismo como modelo de vida, nos é possibilitado habitar um território novo no qual, ao invés de uma servidão, de uma imposição de signos sobre os corpos, podemos deixar o corpo livre para experimentar o mundo. Em outras palavras, ao invés de lançar mão de modelos, perguntamos o que seu corpo pode?.

O que seu corpo pode?

(18 de março de 2022)

Às quartas-feiras, minha primeira aula acontece com a turma do 3º Ano AK (AK são as iniciais da professora de sala), às 14:00. Estávamos, na ocasião daquele dia 18 de março, investigando as possibilidades de interação entre o corpo e o material corda, como um movimento dentro do projeto didático «Brinquedos» que orientava nossos encontros semanais.

O ritual de aula naquele dia foi o mesmo de quase sempre: busquei as crianças na sala, fomos em grupo (não em fila) para a quadra. Algumas crianças correram na frente. Outras ficaram ali ao meu redor, comentando em tom de censura e incredulidade a desobediência dos colegas que «nem te esperaram e saíram correndo feito loucos na sua frente, Diogo». Muitas semióticas pareciam estar operando e em jogo ali.

Chegando à quadra, outra semiótica: crianças já formando a tradicional roda, alusão à *Ágora*, na qual suposta e bem intencionalmente, todos se olham, se ouvem (mas não necessariamente se enxergam e se escutam). No centro da roda, uma caixa. Dentro da caixa, cordas. De diferentes tipos, espessuras, comprimentos, cores, materiais. Às crianças, disse que «hoje vamos trabalhar com o material corda. Quero ver tudo o que vocês sabem fazer com elas».

As crianças rapidamente correram em direção à caixa para apanhar uma corda para si. E aí aconteceram alguns encontros... Algumas crianças pulavam corda sozinhas, batendo a corda para si mesmas, para frente, para trás. Outras corriam com a corda, atentas aos movimentos que a corda produzia, reverberando, de alguma maneira, os movimentos de seus próprios corpos, uma espécie de impressão na corda de si próprios em movimento. Ao fundo, duas crianças organizaram uma fila para que as demais entrassem na corda que elas duas próprias batiam enquanto cantavam uma música de escolha de quem entrava para pular. Uma imagem bastante fidedigna de como eu próprio conduzo algumas aulas nas quais brincamos com aquele material ao som de canções tradicionais de pular corda. E mais uma semiótica se materializava ali: «vamos, gente! Quem quiser pular corda entra na fila e já vai pensando na música que vai escolher!», dizia, em tom professoral, uma das crianças organizadoras da brincadeira.

Eis que, em meio ao «senhoras e senhores, dá uma rodadinha, e vá pro olho da rua», uma criança vem, com uma corda nas mãos e me pergunta: «Diogo, o que é pra fazer com essa corda?». Quase que instintivamente, de improviso, palhaço que vê/ouve uma interjeição de um corpo na plateia na terceira fila, respondi: «Pra você brincar um pouco. Vê tudo que seu corpo consegue fazer com essa corda. O que seu corpo pode com essa corda?».

«Me enforcar!». «Se enforcar?».

Há infinitas coisas que um corpo pode (inclusive, se enforcar, seguir algumas semióticas já dadas, cristalizadas, fissurar outras, criar, produzir). O processo de produção da investigação dessas possibilidades parece acontecer mais livre e potentemente, criativamente, afetada de alegria, de desejo, emanando de quem produz, investiga, pesquisa, mais num movimento de fluxo eu-mundo que num movimento mundo-eu.

Talvez uma semiótica (dominante) ali possa ter sido fissurada.

Uma aula de Educação Física escolar. Corpos de um terceiro ano do ensino fundamental I. Tema: exploração de uma corda. Sem a proposição a priori do que fazer. Tampouco instruções diretivas de como fazer. O que é uma corda? Para que serve este material? Como utilizá-la? “Olhem, crianças, façam assim!”, “Façam assado” não foram perguntas nem orientações dadas. Não foi nessa chave de pensamento que esse acontecimento narrado na crônica se deu.

Assim como a figura-palhaça em cena, parece que a figura docente pode ter entrado em relação de cumplicidade e escuta atenta e improvisadora, ao propor que a criança descubra por si só o que ela pode com a corda. Trata-se, portanto, de encontros. Corpo em encontro com a corda e os outros corpos e o espaço. Corpo afetado pelo encontro. Corpo em movimento de experiência. Corpo não ensinado. Corpo, inclusive, exposto às possíveis fragilidades e acasos desse encontro com uma corda.

O que pode um corpo? Um corpo aberto às experiências do mundo, um andarilho ermitão, um viajante, pode se encontrar e ser violentado pelos signos. Pode ser colocado em movimento de pensamento. Pode produzir, criar, ser despertado de um estado ortodoxo de imobilidade. Um acontecimento atravessa e violenta o corpo, levando o professor a perguntar: “o que seu corpo pode com esta corda?”. Não há ensinação, imposição, demonstração, modelos de representação do que se fazer com uma corda. O docente não cede à sede por resultados predeterminados de (re)produção. Sem hierarquias, sem sequestros de autonomia, sem relações de servidão, os corpos puderam ser e estar livres, em movimento de experimentação.

Não há jeito universal de um corpo interagir com uma corda. Da mesma maneira, não há um jeito único pelo qual um corpo aprende, por exemplo, a pular corda. Pular a corda não é a única possibilidade de interação entre um corpo e uma corda. Porém, há semióticas dominantes que privilegiam o pular corda como atividade alvo da interação entre corpo e corda: “Vamos, gente! Quem quiser pular corda entra na fila e já vai pensando na música que vai escolher!”, dizia, em tom professoral, uma das crianças organizadoras da brincadeira.

A figura-palhaça como intercessora, atratora de signos, possibilita ao docente uma linha de fuga para um novo território em que, ao invés de caminhos idealizados e pré-concebidos, seguindo uma receita “x ou y”, criou-se novos jeitos de se encontrar com uma corda. Novos jeitos de ser e estar e um novo mundo. Pensamos que, se para as crianças a provocação “o que seu corpo pode com essa corda?” é um gatilho para uma experimentação livre, para criarem suas interações singulares com a corda, para o docente, é o abandono de um território que não o alegra.

Afetado por seu intercessor, o professor já não professa. O professor já não cede às sedes capitalistas por (re)produção. Não há linearidades causais. Não há desenvolvimentismos. Se as crianças criam suas próprias interações com as cor-

das, o docente cria suas próprias maneiras de se encontrar com seus alunos, suas próprias maneiras de ser e estar na escola, suas próprias maneiras de ser e estar professor. Se há um território demarcado por hegemonias, ao ser atravessado por seu intercessor, o docente abandona tal território e passa a habitar um novo.

3. Território docente e território palhaço: quando a figura-palhaça desterritorializa a figura docente

Desejantes de pensar/criar outras maneiras de ser e estar no mundo, nos propomos a pensar a alegria como uma força revolucionária. Em concordância com Lins (2008), a alegria pode ser também associada à liberdade de todo sujeito de agir, amar e cultivar sua felicidade. Em que territórios podemos ser livres para experimentar e criar? Em que territórios podemos cultivar a alegria?

Não é só de pé que as coisas caminham

(12 de outubro de 2022)

As turmas do terceiro ano de 2022 eram compostas por crianças tão potentes e tão brincantes e tão vivas e tão animadas e tão crianças! O fluxo de simplesmente ser e estar era tão vívido que, como diz uma amiga minha, era possível “pegar com a mão” de tão intenso, de tão bonito!

Naquele dia de outubro, próximo à celebração do dia das crianças, a direção escolar me solicitou que fizesse uma programação especial de atividades juntando cada uma das duas turmas de cada ano do ciclo escolar em um momento de 45 minutos para a realização da proposta de atividade.

Ali estava eu na quadra com as 33 crianças das duas turmas de 3º ano. As professoras de sala de cada turma estavam lá para auxiliar no andamento da proposta.

Minha voz naquele dia já estava castigada: haviam sido 4 aulas de manhã em uma das escolas e mais duas até aquele momento da tarde naquela outra escola. Meu corpo não estava dando conta da potência daqueles corpos.

Nos dias em que sua voz está mais desgastada, parece que a atenção e a escuta das crianças está mais fechada... Eu não sou adepto de apitos, tampouco de ficar gritando, ou ainda pedir (leia-se implorar) por atenção. Construímos, ao longo dos anos anteriores, a ideia de que todos têm o direito de falar e que, para isso e por isso, é importante escutar. Geralmente eu “espero a atenção e a escuta chegar” (sempre verbalizo isso para as crianças quando quero falar algo e eles não estão muito dispostos a escutar). Aliás, quando uma aluna de um 5º ano me perguntou a razão de não utilizar apito nas aulas, respondi que era professor, não adestrador e que eu não gostaria de utilizar um instrumento de controle como apito...

Pois bem, naquela tarde estava difícil. As crianças não escutavam, a atenção estava longe de chegar... Esperar também não estava ajudando muito... As professoras de sala, sim, estavam gastando a voz que eu já não tinha mais para tentar chamar a atenção das crianças, sem sucesso...

Foi aí que, de um salto, deitei no chão. As 33 crianças vieram ao meu encontro, ao meu redor, formando a roda que eu já estava há 10 minutos tentando compor... Algumas intrigadas, outras surpresas, outras até com medo de que algo ruim tivesse me acontecido. Mas todas ali, escutando. Dali do chão, olhando para elas disse: “Ah, agora vocês estão me escutando! Pois bem, vou contar a vocês a proposta que pensei para hoje!”. E comecei a partilhar com eles as possibilidades de vivência e experimentação para aquele encontro.

Dali do chão, deitado, sob os olhos atentos e algumas risadinhas, fui capaz de fazer algo que, de pé, na roupagem “tradicional” de professor de Educação Física, não fui capaz nos 10 minutos anteriores. Terminada minha fala, as crianças se posicionaram nos diferentes locais da quadra que eu havia explicado e estavam dispostas para iniciarmos a atividade.

Fiquei de pé.

As professoras, surpresas (leia-se incrédulas), não acreditavam na cena... Eu, orgulhoso da dose de extra cotidianidade, improvisação e, porque não, criatividade que consegui lançar mão naquela situação, tomei dois goles de água e me dirigi às crianças para iniciarmos a atividade.

No caso singular deste professor-pesquisador-palhaço, quando falamos de território, pensamos em espaços que possibilitem/permitam experiências/práticas corporais. Podemos falar, assim, de uma quadra (e de um pátio e de um jardim e de outros espaços livres e, e, e... da escola). O acontecimento narrado na crônica se deu em uma escola particular da zona oeste paulistana, com crianças do terceiro ano do ensino fundamental I. É de se esperar que, possivelmente, haja uma perspectiva de currículo que oriente a atuação do professor na escola (expresso por teorias que sustentam essa perspectiva de currículo, de escola, de docente, das práticas de ensino, o projeto político pedagógico da instituição). Afinal, a sociedade contemporânea neoliberal parece adorar uma cartilha. Também o próprio sistema educacional se orienta a partir de leis, normas, políticas públicas, diretrizes curriculares e etc, em que o ambiente escolar e a própria figura docente estão inseridos, ainda levando-se em consideração códigos, signos e representações que compõem e/ou atravessam esse espaço-tempo que constitui um território da figura-docente. Mais e mais cartilhas e receitas e modelos e representações e, e, e...

Pensemos agora na figura-palhaça. O território dessa figura poderia ser um picadeiro (e um palco e uma rua e uma praça e teatros e, e, e...). Tal/tais território(s) se relaciona/relacionam com o espaço-tempo de construção, desconstrução, reconstrução, composição, decomposição, recomposição, criação dessa figura, assim como com os percalços teóricos, técnicos, estéticos, poéticos, práticos pelos quais a figura-palhaça transitou em seu caminhar compositivo (processo artístico). E não nos esqueçamos que possivelmente também existam códigos, signos, criações e representações que compõem e/ou atravessam esse espaço-tempo que se constitui como um território da figura-palhaça.

Ao tentar pensar nesses territórios diferentes, do docente e da figura-palhaça, pensamos ser possível sugerir que há/houve, por diversos momentos, uma presença mais arborescente no território deste docente. Seja na organização da gestão escolar, ou na estruturação da hierarquia dos agentes escolares, ou mesmo na relevância social que é atribuída a alguns docentes de determinados componentes curriculares e ainda na relação aluno-professor. De certa maneira, aconteceram movimentos de modelagem por estruturas verticais e verticalizantes que formatam e qualificam e valoram e ordenam e plasmam e, e, e... o próprio território.

Um exemplo dessa organização estruturalista pode ser, tradicionalmente, no campo da Educação Física escolar, o apito. Como um instrumento docente, perpetuou-se e ainda se mantém como elemento organizador, hierarquizante e de controle de corpos em diferentes instituições. Por que não utilizá-lo para chamar a atenção de 33 crianças numa quadra, depois de tentar lançar de diferentes estratégias para ser ouvido? Bastaria um apito alto e ressonante para que as crianças, possivelmente, tendo sua atenção despertada, se condicionassem a essa situação e fizessem silêncio. Funciona em outras instituições (também disciplinares), como os quartéis: ainda hoje se utilizam os apitos para mover, controlar e organizar as tropas, por exemplo.

O docente da crônica, inclusive, sempre traz consigo dois apitos, na mochila. E eles são utilizados em aula, como recurso didático, ao se estudar alguma modalidade esportiva em que os próprios alunos são convidados a gerirem, organizarem e administrarem o andamento da experiência de praticar tal modalidade, desempenhando distintos papéis, como o de arbitragem também, por exemplo. Inclusive, com um ou mais indivíduos desempenhando a figura reguladora de arbitragem. O professor, por vezes, também desempenha tal papel. Essa é a única situação escolar em que os apitos passam a ser utilizados na aula de Educação Física. Eles são instrumentos de controle e organização da modalidade esportiva em si, com a intenção de busca por promover justiça, igualdade, respeito ao adversário, às regras, à própria modalidade. Todavia, o docente mesmo não utiliza o apito como elemento para fazer a gestão de sua aula. Optamos pelo avesso. Desejamos o atravessamento pelo acaso. Queremos aquele lampejo que nos arrebatava e nos dá uma grande ideia do que fazer, tal qual a figura palhaça ao improvisar em cena diante de algum acontecimento. Somos professores, não adestradores. Ao invés de soar apitos, deitamos no chão.

Os territórios usuais ocupados pela figura-palhaça são múltiplos e horizontais. Possibilidades de caminhos diversos a partir do encontro com o público é possível. Aproxima-se mais de um rizoma que de uma árvore. Mesmo que possam se encontrar com a árvore. Não queremos, contudo traçar um falso paralelo, oportunista, afirmando que o território docente que pensamos (experimentamos em nossa atuação docente) seja somente decompositivo e o território palhaço que compusemos seja compositivo e alegre e, assim, uma resposta, uma fórmula “salvadora” para o território docente. Não nos esqueçamos do potencial de fracasso e fragilidade da figura-palhaça que men-

cionamos anteriormente. Tampouco não podemos afirmar que não existam docências felizes, satisfeitas seguindo modelos e formatações. Problematicamos que para este docente-pesquisador-palhaço que escreve e partilha sua experiência, há traços marcantes desses territórios que são identificáveis e que o afetam.

Retomando a ideia de movimento cênico entre os palhaços Branco e Augusto, no encontro entre eles, uma transgressão é capaz de produzir um florescer de ramificações possíveis e incontrolláveis para tudo que é lado. Podemos pensar que as figura-palhaças fazem rizoma entre si. Não há sobreposição de um sobre o outro. Há encontro. O Augusto cria linhas de escape à racionalidade do Branco, que por sua vez, também tenta escapar a todo instante do emocional/sensível/corporal do Augusto. Neste jogo de escapa-escapa [não de pega-pega], vemos multiplicidade. Explosão de linhas incontrolláveis e desordenadas de escape. Território palhaço não é árvore, hierarquia, modelo, reprodução, estrutura e, e, e... É rizoma.

Um território é um agenciamento. Para Haesbaert e Bruce (2003, p.13) “agenciamentos extrapolam o espaço geográfico, por esse motivo o conceito de território dos autores é extremamente amplo, pois, como tudo pode ser agenciado, tudo pode ser também desterritorializado e reterritorializado”.

Há dois tipos de agenciamentos: os *agenciamentos de enunciação coletiva* que ocorrem a partir de elementos externos ao corpo, enunciados que a sociedade os impõe. São enunciados incorpóreos, oriundos de uma chave de ação permeada pelas relações de poder. Já os os agenciamentos maquínicos de corpos, se referem à relação entre corpos, nos encontros entre corpos. O agenciamento maquínico de corpos depende de forças externas, como nos agenciamentos de enunciação coletiva. Deleuze e Guattari (2011a) ainda afirmam que esses dois tipos de agenciamentos não acontecem isolada e separadamente, mas simultaneamente e o tempo todo.

Na crônica «Não é só de pé que as coisas caminham», o docente é atravessado pela potência e inventividade das crianças no espaço-tempo da aula. Pelo intercessor figura-palhaça, o agenciamento coletivo de enunciação leva o professor a percorrer caminhos outros para conseguir a atenção de suas crianças e dar prosseguimento à aula. O apito não foi acionado!

Ao deitar no chão, atravessado por aquele acontecimento que se dava no tempo-espaço da (sala de) aula, arriscamos propor que acontecesse um agenciamento ma-

quínico de corpos. E aos alunos, criou-se uma possibilidade de linha fuga ao que é/era esperado de um docente, considerando os agenciamentos coletivos de enunciação que geralmente operam em uma instituição escolar. Naquele momento, o professor criou um novo modo de ser e estar no mundo. Deitado, sobre a planície do chão da quadra, o docente e o seu próprio território podem se desterritorializar.

4 Dentro do escopo de nossa pesquisa, não investigamos e discutimos o movimento de desterritorialização da figura-palhaça pela figura-docente, tampouco a reterritorialização da figura-palhaça. Reconhecemos haver aqui uma ramificação possível de pesquisa que em momento oportuno pode ser investigada a fundo em outros movimentos de estudo.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (Guattari; Rolnik, 1996, p. 323)

Deleuze e Guattari (2011a) afirmam que em momento algum os movimentos de desterritorialização e reterritorialização acontecem de maneira isolada/dissociada: se há uma desterritorialização, haverá associada a ela uma reterritorialização. Ou seja, ao pensarmos o encontro entre figura docente e figura-palhaça, em que a figura-palhaça desterritorializa a figura docente, a figura-docente também desterritorializa a figura-palhaça. De maneira associada a esse primeiro acontecimento, a figura-docente, se reterritorializa em um novo território de docente atravessado pela figura-palhaça (assim como a figura-palhaça também se reterritorializa em um novo território também - uma vez que esse movimento não é uno).⁴

Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros? A orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque da vespa; mas a vespa se reterritorializa sobre essa imagem. A vespa se desterritorializa, no entanto, devindo ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas ela reterritorializa a orquídea, transportando o pólen. A vespa e a orquídea fazem rizoma em sua heterogeneidade (Deleuze e Guattari, 2011b p. 17-18)

Ao deitar no chão, algo surpreendente aconteceu. Aquele corpo docente parece ter sido capaz de produzir algo que, em seu encontro com as crianças, desterritorializa não somente o docente, mas a própria aula. Um novo território parece ter sido construído ali naquele encontro entre as crianças surpresas diante da atitude de seu professor e ele próprio, ali, deitado. Ao ter a ideia de deitar, o docente não sabia o que poderia acontecer na sequência. Estava, inclusive, exposto ao acaso e à fragilidade. Que docente deita no chão para conquistar a atenção de seus alunos? Somente ao acontecer, enquanto habitava aquele novo território, é que o professor se dá conta de que conseguiu aquilo que buscava já há alguns minutos sem sucesso. O que faria uma figura-palhaça para “chamar” a atenção de seu auditório para si? O que faria um docente para conseguir a atenção de seus alunos? Ao conseguir a atenção, o docente se alegra. Se sente orgulhoso de sua proeza. É palhaço diante de um auditório atento e conectado consigo.

Considerando o encontro entre a vespa e a orquídea, pensamos uma reescrita desse excerto de Deleuze e Guattari (2011b), propondo o encontro entre a figura-palhaça e a figura-docente. Assim, a figura-palhaça desterritorializa a figura-docente e, ao mesmo tempo, a figura-docente também desterritorializa a figura-palhaça. Nesse encontro entre figura-palhaça e figura docente, fica uma marca da figura-palhaça na figura-docente, por sua vez, uma marca da figura-docente também fica na figura-palhaça, uma vez que não há desterritorialização isolada. Deleuze e Guattari (2011a) propõem que nunca desterritorializamos sozinhos, mas sempre com no mínimo dois termos. E cada um desses termos se reterritorializa sobre o outro. E para nós, aqui, a ressalva dos autores é essencial: a reterritorialização não se constitui em um retorno a uma territorialidade anterior (e/ou conhecida).

Falamos aqui que a reterritorialização implica, impreterivelmente, um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. Deitado no chão, desterritorializando o território “comum” esperado (conhecido) de um professor em sua atuação profissional, o docente não estava mais aterrado naquele território anterior, mas em um novo. Ao reterritorializar, já não era mais o mesmo, já não habitava mais no mesmo lugar. Da não escuta, passou a ser escutado. Da impossibilidade em que se encontrava, passou a um possível.

Nesse encontro no qual a figura-palhaça desterritorializa a figura docente, o professor se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de palhaço; mas a figura-palhaça se reterritorializa sobre essa imagem. O palhaço se desterritorializa, no entanto, ele mesmo, uma parte do professor; mas ele [o palhaço] reterritorializa o professor. O professor e o palhaço fazem rizoma em sua heterogeneidade. Muito embora pensemos nos pontos deste rizoma que se devem como pontos de convergência, conexão.

Contudo, não se trata de dizer que o professor imita o palhaço (assim como o inverso também é verdadeiro). Não pensamos em imitação, pensamos sim em captura de códigos, mais-valia de código, aumento de valência, verdadeiro devir: devir-figura-palhaça de figura-docente, devir-docente de figura-palhaça. Cada um desses devires assegurando a desterritorialização de um dos termos e a reterritorialização de outro: os dois devires se encadeando e se revezando segundo uma circulação de intensidades que prolonga a desterritorialização longitudinalmente, assim como o movimento da vespa e a orquídea. Não há, dessa maneira, nem imitação nem semelhança, mas uma explosão [alegre] de duas séries heterogêneas na linha de fuga composta de um rizoma comum, o qual não pode mais ser atribuído, submetido, subjugado, a um significante.

Escapando de uma chave representacional de atuação docente, neste breve encontro de desterritorialização, figura-palhaça e figura docente são um só, não havendo mimese. Violentado pela figura-palhaça, a figura docente sai de seu território e passa a habitar um território (novo) outro, desterritorializado por uma linha de fuga, no qual é possível ao professor deitar no chão para falar com seus alunos.

Pensamos que, contrariamente aos encontros tristes oriundos de uma docência desenvolvimentista, a figura-palhaça possibilitou ao docente encontros alegres e compositivos. Na teoria dos afetos de Spinoza (2013) temos a possibilidade de pensar o corpo não mais atrelado a uma função ou forma, mas às relações que ele mantém e/ou manteria com o mundo, com outros corpos, nos encontros. O corpo sofre, o tempo todo, processos de afeição por outros corpos e, gera na mente uma ideia correspondente. Qual não é satisfação e alegria do docente deitado no chão ao ver seus alunos ao seu redor... Triunfo! Alegria pulsante nascida de um encontro compositivo com os corpos que habitavam aquele espaço-tempo.

Olhando para a obra de Spinoza (2013), identificamos um signo que nos ajuda a

compreender afeto como uma classe de experiências que poderia expandir ou contrair, estimular ou reprimir a potência de existir. Assim, podemos apreender o afeto como uma experiência de variação, uma vivência dinâmica, dotada de movimento e mobilidade. Em um de seus cursos em *St Denis*, Gilles Deleuze (1978, p. 6) faz a seguinte leitura da obra de Spinoza: “Afeto, variação contínua da força de existir ou da potência de agir” (Deleuze, 1978, p. 6). Violentada por seu intercessor, deitada no chão, nos parece que a figura docente teve sua potência de agir aumentada.

A figura-palhaça enquanto um intercessor, nesse território outro possível no qual a figura docente é lançada, nos tem presenteado com potentes movimentos de resistência à processos de decomposição e entristecimento. São esses movimentos, de criação de novas maneiras de ser e estar no mundo, diferenciando-se, que possibilitaram um aumento na sua potência de agir, que pensamos serem algumas linhas de fissura às estruturas e hierarquias e imposições e mecanismos de controle e metodologias e métodos e receitas prontas e docências desenvolvimentistas e, e, e...

4. Considerações finais: experimentação de uma docência alegre diante da axiomática capitalista

Finalizamos esse texto tecendo algumas reflexões sobre a potencialidade da experimentação na atuação docente, em busca de uma docência alegre. A axiomática capitalista tende a influenciar na formação e na atuação docente, assim como os corpos que ali existem em uma outra direção. Ei, professor, performe! Produza! Resolva este problema, e depois este, e depois mais este. Professor experiente! Você dá conta! Olha, aqui tem uma referência bacana para você seguir! Esse modelo também. Vai te inspirar! Em um movimento cumulativo de experiências, temos imagens modelo a serem seguidas. Representação. Reconhecimento. Diante dessa problemática, como resistir? Como criar novos mundos? Novas maneiras de estar no mundo? Como afirmar a vida no exercício de ser professor? Como não somente professar?

A figura-palhaça possibilitou encontros alegres e compositivos a este docente. Com a teoria dos afetos de Spinoza (2013) nos remetemos à possibilidade de pensar um corpo não mais atrelado a uma função ou forma. Falamos de um corpo em relação com o mundo, com outros corpos, nos encontros. Um corpo que se afeta por outros corpos, atravessado pelas afecções desses encontros. É como a figura-palhaça em cena. Branco e Augusto em relação. Em jogo. Entre si e com a plateia [que nunca é uma receptora passiva]. Exposto às fragilidades e ao acaso. Sem saber de antemão aonde aquela experiência vai dar. Ao entrar em cena a figura-palhaça, por mais que tenha um roteiro pensado previamente do que pode performar, se deixa afetar e se permite experimentar os encontros e os acontecimentos. É um nômade. Nunca é. Sempre está.

Na relação com esse ambiente e os corpos que nele habitam, o docente diferenciou-se. A diferença se dá nas relações. O mais profundo é a pele. Relacionando-se com o mundo o corpo tem seus encontros, vive uma experiência, em que o corpo cria, e quando criamos nos diferenciamos e nos alegramos.

Com sua capacidade de improvisação e criatividade e sua comicidade e seu caráter e sua insubordinação e sua indocilidade e sua abertura a viver as experiências do mundo e, e, e... a figura-palhaça pode ser capaz de produzir movimentos de escape. Quebras de expectativa. Produção de caminhos outros. Linhas para (r)irmos além das hegemonias. Linhas que atravessaram e atravessam o corpo deste docente-pesquisador-palhaço, desterritorializando-o. Lançando-o em um território novo e desconhecido, pleno de possíveis no encontro entre corpos com os espaços-tempo. Novos mundos se criam. Novas maneiras de ser e estar nesses mundos emergem. Neste momento, o docente, tal qual a figura-palhaça em cena, pode se permitir ser viajante em país estrangeiro, disposto e disponível a viver esse novo território.

Se os devires sempre são fenômenos de produção, por sua natureza, em que acontece uma dupla captura e uma dupla movimentação, muda tanto quem devém e muda também aquilo no que devém (KOHAN, 2002). No fim do caminho, não há algo que se esperar, um destino, um ponto de chegada, um objetivo, alvo. Não há um modelo no que devir. Não há que ser como a figura-palhaça, pensar como ela, agir como ela, fazer como ela. Não se trata de imitação. Há dois registros paralelos, docente e figura-palhaça [vespa e orquídea]. Há linhas que atravessam esses dois estratos e os afetam.

Existe este docente que encontrou o devir-figura-palhaça e já não pode pensar como pensava. Nem *ensigna*. Nem professa. Não se educa mais como se educava. O modo de pensar foi transformado [não enformado].

Ao invés de usar apitos e controlar corpos, ou ainda reproduzir métodos para “fazer com que as crianças escutem e prestem atenção”, deitamos no chão. Ao invés de dizer um passo a passo religiosamente pensado para *ensinar* uma criança em sua relação com a corda, provocamos, convidamos ao encontro, à experimentação. Ao invés de tentar controlar as variáveis que entram em jogo, em cena, em uma aula, nos permitimos ser afetados pelos signos. E, no movimento violento de sermos afetados pelos signos, pensamos, improvisamos, criamos. Alegria pulsante nascida de um encontro compositivo com os corpos que habitam aquele espaço-tempo. Um corpo que tem sua potência de agir aumentada. Um corpo alegre. Uma docência alegre.

Por uma docência das experimentações e dos encontros. Por movimentos de escape aos dualismos, as disciplinações, as subordinações, aos controles, aos modelos de representação. Por uma docência que crie novos mundos. Novas maneiras de estar no mundo. Que pergunte “o que seu corpo pode?”. Que seja alegre.

Referências

BOLOGNESI, Mário Fernando. *Palhaços*. São Paulo: UNESP, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Trad.: Ana Lúcia Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2.ed. São Paulo: Editora 34, vol. 1, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. 2.ed Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 1*. Trad.: Ana Lúcia Oliveira, Aurélio Guerra e Célia Pinto Costa. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.

DIAS, Diogo Inacio. *Bumba-boi Maranhense: narrativas e conteúdos de significados*. 2019. 83 páginas. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso) – Licenciatura em Arte-Teatro do Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2019.

DORNELES, Juliana Leal. *Clown, o avesso de si: uma análise do clownesco na pós-modernidade*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DORNELES, Juliana Leal. *Pelo vigor do palhaço*. 2009. 116 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

GODOY, Luís Bruno de; JUNIOR, Roberto Donato da Silva; SCHULZ, Alexander Bleinroth. *O palhaço no espaço do vazio no contexto hospitalar: a incerteza como potência criadora*. *Repertório*, ano 23, n. 35, Salvador, p. 160-184, 2020

GODOY, Luís Bruno de. *O jogo enquanto um emaranhado rizomático: devindo jogadores-artistas*. 2023. 271 páginas. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP. 2023.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HUBERMAN, Michael. *O Ciclo de Vida Profissional dos Professores*. In: NÓVOA, António. (org.). *Vidas de Professores*. Lisboa, PT: Porto Editora, 2000, p. 31-61.

KOHAN, Walter Omar. *Entre Deleuze e a educação: notas para uma política do pensamento*. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2002 p. 123-130.

LINS, Daniel. *Fazendo Rizoma*. São Paulo: Hedra. 2008.

MASETTI, Morgana. *Doutores da ética da alegria*. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v. 9, n. 17, p. 453-458, 2005.

MATRACA, Marcus Vinicius Campos. *Dialogia do riso: um novo conceito que introduz alegria para a promoção da saúde apoiando-se no diálogo, no riso, na alegria e na arte da palhaçaria*. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p.4127-4138, 2011.

SPINOZA, Baruch. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TARDIF, Maurice. *Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários*. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 13, jan./abr., 2000.





Jonathas de Andrade, Museu do Homem do Nordeste – Museu de Arte do Rio (MAR) – Rio de Janeiro – Brasil – 2014

Photos: Eduardo Ortega





Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

do
homem
do
nordeste

museu do
homem do
nordeste

museu do
homem do
nordeste

museu do
homem do
nordeste



DOENÇAS PSICOSSOMÁTICAS E TELETRABALHO

responsabilidade do empregador frente à preservação
do corpo-território do trabalhador

IZABELA BOYHER NUNES *

ALEXANDRE PIMENTA BATISTA PEREIRA**

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54110>

RESUMO: No contexto do neoliberalismo e avanços tecnológicos, o mundo do trabalho tem passado por transformações sociais, com a expansão considerável do teletrabalho, sobretudo após o momento pandêmico. Partindo do conceito de corpo-território, este artigo busca refletir sobre os dilemas de reconhecimento do nexo de causalidade das doenças psicossomáticas e transtornos de saúde, desenvolvidos sob o modelo organizacional do teletrabalho. Os riscos psicossociais, emanados no paradigma do trabalho a distância, impactam no território do teletrabalhador. Sem se olvidar do exame doutrinário e da perspectiva crítica sobre a temática, será feita, como foco metodológico, análise qualitativa da jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cotejada a decisões do Tribunal Superior do Trabalho, quanto aos problemas de reconhecimento do nexo de causalidade das doenças psicossomáticas. É necessário entender que o postulado de proteção do trabalho tem uma conotação expansiva, não restrito ao território presencial.

PALAVRAS-CHAVE: teletrabalho; saúde; doenças psicossomáticas; corpo-território; responsabilização do empregador.

Crisis, productive restructuring, and migration: the role of the State in the flows of Haitians to Brazil

ABSTRACT: In the context of neoliberalism and technological advances, the world of work has undergone social transformations, with the considerable expansion of teleworking, especially after the pandemic. Starting from the concept of body-territory, this article seeks to reflect on the dilemmas of recognizing the causal link of psychosomatic illnesses and health disorders, developed under the organizational model of teleworking. The psychosocial risks, emanating from the distance work paradigm, impact the teleworker's territory. Without forgetting the doctrinal examination and the critical perspective on the subject, as a methodological focus, a qualitative analysis of the jurisprudence of the Regional Labor Court of the 3rd Region will be carried out, compared with decisions of the Superior Labor Court, regarding the problems of recognizing the nexus of causality of psychosomatic illnesses. It is necessary to understand that the postulate of labor protection has an expansive connotation, not restricted to the face-to-face territory.

KEYWORDS: teleworking; health; psychosomatic illnesses; body-territory; employer liability.

* Universidade Vale do Rio Doce

** Universidade Vale do Rio Doce

Introdução

Os novos modelos de produção implicam transformação no ambiente laboral, para se adaptar às atuais necessidades do mercado e ao desenvolvimento do capitalismo. As impressões ao regime de teletrabalho acabam por impactar na saúde e qualidade de vida do trabalhador.

O teletrabalho tem recebido expansão crescente, na contemporaneidade, sobretudo após a pandemia do Covid 19. Como reboque, problemas psicossociais na constelação do teletrabalho têm se intensificado, marcados como formas de adoecimento daqueles que vivem do trabalho.

A doença de cunho psíquico-social aparece ao afetar do exercício do trabalho, com o emanar de dores e problemas mentais, como característica da doença ocupacional.

A saúde mental está concebida por meio da capacidade de o indivíduo procurar equilibrar-se entre as atividades pessoais e profissionais. A saúde psicológica não é dissociável da saúde física, existindo, com frequência, ligações entre as patologias mentais e as físicas. A preservação do bem-estar psíquico do teletrabalhador necessita da efetivação dos direitos fundamentais nas searas diversas - residência ou lugar de exercício laboral. A produção acelerada e desgastante, por meio dos avanços tecnológicos e do modelo neoliberal, faz o corpo adoecer.

Verifica-se uma dificuldade de identificação do nexos causal entre o adoecimento e o trabalho, bem como a eventual responsabilidade do empregador diante das implicações no corpo-território do teletrabalhador, em razão das complexas relações de subordinação densificadas no ambiente laboral.

Este artigo pretende analisar os impactos do teletrabalho na relação laboral.

A pesquisa levará em conta metodologia qualitativa de análise doutrinária, esmiuçando obras e artigos temáticos, além de focar em um parâmetro documental de enfrentamento de decisões jurisprudenciais, perguntando sobre a confrontação do nexos de causalidade no tocante às doenças psicossomáticas advindas do teletrabalho.

Impende refletir sobre os aspectos do neoliberalismo na sociedade contemporânea, com ênfase nos desdobramentos das configurações territoriais no espaço social, à luz dos desdobramentos da responsabilidade civil do empregador no horizonte das doenças psicossomáticas, advindas do modelo do trabalho a distância.

Ainda que seja difícil perquirir os horizontes do liame causal, não se pode descuidar que o avanço tecnológico deva colocar a pessoa humana em primeiro lugar, promovendo um ambiente com dignidade, ainda que a distância.

Teletrabalho e neoliberalismo

Com a crise do capitalismo no ano de 1929, iniciou-se um processo de ruptura do padrão de dominação por meio da reorganização do capital, com destaque para o advento do neoliberalismo, privatização do Estado, desregulamentação dos direitos trabalhistas e reestruturação do sistema de produção.

A crise estrutural do capital está concretizada na nova tessitura do trabalho neoliberal. O capital, juntamente ao avanço tecnológico, com vistas ao aumento da produtividade, implica exploração, desemprego e precarização do trabalho, por meio da lógica de desregulamentação dos direitos. A competitividade e a concorrência destinam nefastas consequências de destruição de direitos e degradação do meio ambiente, voltando-se para uma ordem mercadológica de interferência nas relações sociais (Antunes, 2009, p. 36).

O neoliberalismo está focado na interferência direta na subjetividade, de forma a legitimar a lógica de mercado, a partir de um domínio do corpo-território (Foucault, 2008).

As empresas desenvolveram novos instrumentos de gestão para corroborar o poder hierárquico do empregador sobre seus funcionários e aumentar o comprometimento, por meio de metas individuais e bonificações de resultados.

A individualização do desempenho faz por conceber uma lógica de concorrência abrupta entre os assalariados, com interferência progressiva nos processos de gestão, apoiados em uma lógica de “modos de organização, novas tecnologias de contabilidade, registro, comunicação” (Dardot; Laval, 2016, p. 220-221).

A nova gestão laboral promove outra indumentária do poder disciplinar à distância, concebido de modo indireto, com base em um mercado flexível de metas e utilização das tecnologias de informação e comunicação.

O sistema de produção do toyotismo é caracterizado pelo elemento da flexibilização da produção industrial, colocado no modo just-in-time e atendimento conforme a demanda. A lógica é marcada pelo outsourcing, processo mediante o qual as empresas concentram suas atividades principais e promovem transferência de suas tarefas secundárias.

A classe trabalhadora torna-se verdadeira matéria-prima para exploração do sistema capitalista, acentuada nas noções de autogerenciamento e de individualidade. Novos riscos físicos, mentais e sociais, começam a aparecer, atrelados ao processo de aumento de produtividade, a partir do uso de novas tecnologias (Scarpa, 2023).

O outsourcing e o crowdsourcing impactam na forma de execução do trabalho, que passou, em grande parte, do trabalho físico para o trabalho intelectual. O novo sistema de trabalho eleva a duração de jornada de trabalho e contribui para o aumento de doenças psíquicas, intensificando as formas típicas de execução do labor.

O teletrabalho está, assim, ancorado no uso de plataformas eletrônicas e sistemas informatizados. “As inovações tecnológicas, contudo, possibilitam o surgimento de uma nova modalidade assediadora: o assédio moral virtual ou teleassédio moral” (Filho, 2016, p. 16).

O regime neoliberal transforma a exploração imposta pelos outros em uma auto-exploração que atinge todas as classes, rompendo com a base foucaultiana da relação entre dominador e dominado, concebendo um sujeito explorador de si mesmo (Han, 2018).

Se, antes, existia o dominador e o dominado, agora o controlador e controlado se confundem na mesma pessoa. Há uma automanipulação dos corpos, em que o indivíduo e a sua mente se tornam produtos de dominação do sistema capitalista. A propagada sensação de liberdade significa, em verdade, prisão dos corpos, emaranhada por novas técnicas de poder (Han, 2015).

O teletrabalho faz o trabalhador mais vulnerável, exigindo-lhe um comprometimento integral de sua subjetividade, constatado por meio da melhoria do seu desempenho pessoal, instrumento de autoc coerção.

Supera-se o controle tradicional, enfatizado pelo empregador, para se chegar em uma nova forma de controle, o autocontrole, uma vez que a coerção é sentida por meio do próprio trabalhador em produzir o máximo possível, fazer o seu melhor.

O gestor tenta captar as energias individuais, não de acordo com uma lógica artista ou hedonista, mas segundo um regime de autodisciplina que manipula as instâncias psíquicas de desejo e culpa. Trata-se de mobilizar a aspiração à “realização pessoal” a serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos (Dardot; Laval, 2016, p. 223).

O neoliberalismo promove uma falsa sensação de escolha, transformando o trabalhador, sujeito livre, a um mero capital humano, ecoado por uma lógica de melhoria das aptidões e competências. Os indivíduos devem aceitar a lógica de mercado, imposta como realidade única do jogo e estabelecida na interseção do capital pessoal voltado à acumulação (Dardot; Laval, 2016, p. 301).

Os trabalhadores são, verdadeiramente, escravizados por aparatos digitais. As tecnologias, internet das coisas, big data, blockchain, algoritmo, em razão de sua mobilidade, transformam o espaço em um local de trabalho e toda hora em tempo de trabalho (Han, 2018).

A autoexploração gera uma liberdade paradoxal, à medida que a liberdade individual da produção não combina com a ausência de não produzir. “Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal” (Han, 2015, p.17).

O trabalhador neoliberal é um indivíduo competitivo, que busca ser o mais eficaz possível, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua e flexível quanto às mudanças impostas pelo mercado. É um empreendedor de si mesmo, medido por sua força de trabalho. A nova gestão laboral é guiada pelo binômio desempenho-gozo.

O corpo é produto de uma escolha, de um estilo, de uma modelagem. Cada indivíduo é responsável por seu corpo, reinventado e transformado. “Esse é o novo discurso do gozo e do desempenho que obriga o indivíduo a dar-se um corpo tal que ele possa ir sempre além de suas capacidades atuais de produção e prazer” (Dardot; Laval, 2016, p. 349).

O conflito social é enfraquecido porque o poder é ilegível, levando aos novos sintomas de sofrimento psíquico. Existe a deslegitimação do conflito acarretado pelo fato de que as exigências não terem uma fonte identificável (Dardot; Laval, 2016).

O teletrabalho está ligado ao contexto da terceira revolução industrial, destilado no modelo americano dos anos 70, após a crise do petróleo. A redução dos custos de pro-

dução é colocada pelo desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação.

O marco legislativo brasileiro consolida-se na Reforma Trabalhista - Lei 13.467/2017 - de modo que o teletrabalho teve seu uso exponencial, após o advento da pandemia do Covid 19.

Antes do referido marco legal, é de se notar que a Lei 12.551, de 2011, acrescentou o artigo 6º, parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - (Brasil, 1943), reconhecendo as formas de trabalho realizadas à distância por intermédio das tecnologias da informação e comunicação (Feliciano; Pasqualetto, 2020).

O teletrabalho constitui um modo específico de prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com utilização de meios telemáticos e informatizados que, por sua natureza, não se revela trabalho externo, consoante preconizado no 75-B da Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil, 1943).

O teletrabalho não necessariamente precisa ser executado na casa do trabalhador, inclusive podendo ser realizado em outros espaços descentralizados fora do seu domicílio, com controle precípua dos resultados (de Masi, 2001).

Há divergência doutrinária sobre os conceitos de trabalho remoto, trabalho à distância e o teletrabalho. Etimologicamente os três conceitos seriam equivalentes, uma vez que tele é um sufixo que significa “a distância” e remoto é sinônimo de “a distância”.

Com o advento da sociedade pós-industrial foi possível delegar às máquinas várias tarefas físicas e intelectuais, com encurtamento das distâncias por meio das tecnologias de informação (de Masi, 2001).

O teletrabalho constitui uma organização laboral, em que o prestador de serviços encontra-se fisicamente ausente da sede do empregador, mas ao mesmo tempo virtualmente presente por meios telemáticos e informatizado, estando inserido na dinâmica dos objetivos contratuais do empreendimento.

O regimento do teletrabalho, com a promulgação da Lei 13.467/2017 seguiu uma ótica voltada à intensificação do poder empresarial. A fórmula encontrada para moldar a jornada do teletrabalhador por produção ou tarefa intensifica o caráter assimétrico do poder empregatício. Ao empregador é conferido o direito de promover ampla fiscalização do tempo de trabalho, mas não assume os riscos quando há a extrapolação dos limites estabelecidos em lei. O teletrabalhador está em permanente estado de disposição (Pimentel, 2022).

A Reforma Trabalhista excluiu o teletrabalhador que presta serviço, por produção ou tarefa, da proteção do capítulo II da CLT, referente à duração do trabalho (art. 62, III, CLT). Ao cotejar tal regramento com o conjunto normativo no direito comparado (artigos 166ffl e 170ffl do Código de Trabalho de Portugal de 2009), verifica-se que a legislação brasileira não regulou, na relação em teletrabalho, a proteção da intimidade e saúde física e a responsabilidade pelo fornecimento de equipamentos e softwares (Carvalho, 2023).

Verifica-se que o legislador, ao isentar teletrabalhadores de controle de jornada, acabou por lhes transferir o peso da responsabilidade pelo cumprimento das normas de saúde e segurança.

O artigo 75-E da CLT (Brasil, 1943) dispõe que o empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho. A expressão de maneira expressa e ostensiva traduz que o empregador deve instruir o teletrabalhador, de maneira clara, sobre a execução do trabalho e sobre os riscos que dele podem decorrer. Ao fazer uma interpretação do referido artigo, verifica-se que não basta apenas o empregador instruir o empregado, mas deve acompanhar o efetivo cumprimento das normas relativas à segurança e medicina do trabalho.

As medidas de instrução e precaução são, de suma importância, já que “o empregado neste regime está fora do controle físico do empregador, sem receber vigilância de técnicos de segurança do trabalho ou da própria CIPA” (Domingues, 2018, p.463).

Não se pode negar que a implementação do teletrabalho trouxe aspectos positivos no âmbito laboral, como a otimização do tempo, redução de despesas com transporte, aumento de produtividade, encurtamento de distâncias e melhoria da qualidade da alimentação do empregado, além da diminuição de gastos pelo empregador, como a locação de espaço físico e gastos inerentes.

Todavia, os aspectos negativos quanto à saúde do trabalhador são inerentes. Há uma dificuldade de separação entre o ambiente do trabalho e o espaço familiar, de sorte que o controle do empregador por meio das ferramentas tecnológicas gera excesso de trabalho e esgotamento físico e mental ao trabalhador.

Embora haja uma flexibilização da jornada diária no regime de teletrabalho, a ausência de horários previamente estabelecidos e a dificuldade de distinção entre a vida

pessoal e profissional causam ao trabalhador um intenso desgaste físico e emocional, além de queda considerável em sua produtividade habitual (Ferreira, 2021).

A efetivação ampla do modelo de teletrabalho, sem se preocupar com a saúde humana, intensifica o fenômeno da precarização, infringindo o princípio da vedação do retrocesso social (artigos 7º, caput, da Constituição da República e 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos).

O aumento do ritmo de trabalho e da redução do tempo livre para o lazer é oriundo de um sentimento de auto pressão, advindo do sistema neoliberal. A emergência de novas condições laborais, no contexto do neoliberalismo, ressignifica o regime da acumulação flexível. A exploração da mão-de-obra dos dependentes do labor promove perdas irreparáveis, intensificando a precarização e a rede de opressão (Câmara; Costa, 2017).

Doenças psicossomáticas e os impactos no corpo-território

O corpo, além de instrumento de dominação, serve para construir as relações sociais. A sociedade disciplinar dos corpos-indivíduos, característica dos séculos XVII e XVIII, transforma-se para a sociedade do controle de massas, típica dos séculos XIX e XX, densificando a forma de dominação ao controle do território no corpo, ecoada na dimensão do biopoder. Em vez de se submeter a coações, “o poder inteligente se plasma à psique” (Han, 2018, p. 27).

O biopoder indica um conjunto de mecanismos por meio do qual as características biológicas possibilitam a entrada na via estratégica política do poder, sendo uma forma de agenciamento da vida para criar corpos economicamente ativos (Foucault, 2008, p. 3).

O corpo torna-se mais útil quanto mais é controlado. É esse controle sobre a vida sobre diversas tarefas humanas cotidianas (trabalho, reprodução, criação, informação) que visa legitimar e fortalecer a ordem neoliberal.

Essa passagem do corpo-devoção para o corpo-útil, destinado ao trabalho, disciplinado e controlado pelo exercício de poder sobre ele exercido, fabricou corpos submis-

sos e dóceis. “A motivação, o projeto, a competição, a otimização e a iniciativa são inerentes à técnica psicopolítica de dominação do regime neoliberal” (Han, 2018, p. 31).

A articulação entre corpo e território “coloca no centro o comunitário como forma de vida, permitindo abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a importância da escala mais íntima, que é o corpo, primeiro território de luta” (Haesbert, 2020, p.80).

A saúde, na dimensão do corpo capacitado para o trabalho ou por meio da compreensão de um corpo-instrumento, legitima um perfil específico para a produção – estável, previsível, ordenada e submissa às leis da produtividade a qualquer preço. (Gomez; Veryhein, 2000).

Com a consolidação do capitalismo, emerge uma obrigatoriedade da capacidade para o trabalho, criando-se uma necessidade de cuidados médicos para restauração do corpo-território do trabalhador.

No espaço virtual, a dimensão do corpo perde seu significado através da ampliação da liberdade, no qual o sujeito experimenta a multiplicidade de eus. As vivências geram confusões entre o mundo real e o virtual. Construtora de afetos amplos e instantâneos, a realidade virtual promove uma negligência com a identidade do corpo (Le Breton, 2013).

O novo modelo organizacional da sociedade contemporânea substitui antigos padrões, de modo que as forças produtivas se apresentam intangíveis. A subjetividade está focada em diferentes arquétipos, dados por afetos, desejos e ações frutos de interesses econômicos e organizacionais (Coneglian, 2020, p. 3).

O imperativo neoliberal do desempenho transforma todo o tempo existente em tempo de trabalho. O princípio do desempenho frustra a aproximação entre trabalho e jogo, uma vez que priva o lúdico de todo jogo e o transforma novamente em trabalho. A pausa no trabalho e o relaxamento não permitem uma desconexão do indivíduo, mas apenas fazem por diminuir a velocidade do tempo de labor (Han, 2018).

A nova modalidade de trabalho distante das dependências físicas do empregador faz com que o trabalhador traga as suas vivências do ambiente laboral para o seu domicílio, culminando em dois territórios de vivências diversas.

A chamada transterritorialidade significa a transformação efetiva em uma situação nova e híbrida, tendo por norte a vivência concomitante de múltiplos territórios, articulados e sobrepostos (Haesbaert; Mondardo, 2011).

O foco do corpo como território designa uma marca de experiências, memórias e identidades. “O ponto de partida é o corpo-território, como extensa superfície de sentimentos, trajetórias e memórias que ultrapassam e transbordam do corpo, possibilitando a invenção de outros modos de vida.” (Brito; Zurbriggen, 2022, p. 63).

O corpo expressa-se como retrato de construções culturais que fundamenta as constelações de “espaço, lugar, território, comunidade e contexto”. (Cruz, 2016, p.41)

O controle sobre o próprio corpo reflete relações de poder, podendo ser utilizado também como uma forma de resistência. Na seara trabalhista, a forma em que é exercido o labor, o controle e a manifestação do poder diretivo do empregador podem impactar, positivamente ou negativamente, sobre o corpo-território do teletrabalhador.

“O corpo visto como território é em si um espaço, um território/lugar, que está no mundo e pode vivenciar todas as emoções, sensações e reações físicas, para encontrar nele um lugar de resistência e resignificação.” (Brito; Zurbriggen, 2022, p.52)

Compreender o corpo como espaço significa reconhecer a sua construção em estruturas políticas e relações de poder.

A condição antropológica está no corpo-território como condição última e inexorável de existência, dimensionada numa dimensão de controle (Haesbaert, 2020, p.5).

O vínculo jurídico estabelecido entre o empregador e empregado constitui uma relação social, política e cultural entre diversos corpos-territórios, destacado por múltiplas experiências de construção de subjetividades.

O teletrabalho opera na multiplicidade de espaços geográficos. O teletrabalhador interage com os objetos e tarefas existentes nos espaços geográficos do seu domicílio e as dependências virtuais da empresa por meio do acesso simultâneo a várias relações de poder (Pimentel, 2022).

O corpo do teletrabalhador revela-se na concretude de inúmeras escalas de opressões e de resistências. O mapeamento da desterritorialização revela-se múltiplo, ecoado no movimento do capitalismo de acumulação flexível, a partir do enfraquecimento de bases territoriais sob a dimensão econômica, política e cultural (Haesbaert, 2011).

No contexto da globalização, a desterritorialização política está ligada à expansão das tecnologias de informação e de comunicação, do ciberespaço, focada na redução de fronteiras, com o movimento de reestruturação do espaço ligado a novas escalas de trabalho. O teletrabalho está intimamente relacionado ao fenômeno da desterritorialização, uma vez que os trabalhadores podem executar suas funções profissionais em

qualquer lugar, não estando mais ligados ao espaço físico tradicional empresarial.

O teletrabalho permite que as empresas contratem trabalhadores de diferentes lugares do mundo, o que, conseqüentemente, enfraquece as barreiras geográficas tradicionais e promove uma força laboral globalizada, com menor índice de interação subjetiva no meio laboral, enfraquecendo o senso de coletividade.

Os elogios ao modelo do teletrabalho, ligados a redução do tempo no trajeto, diminuição do impacto ambiental e aprimoramento da rotina urbana, são desestabilizados frente aos desafios da rotina na seara doméstica, rompendo ao equilíbrio com a restrição ao espaço doméstico, privando o empregado à desconexão, com o enfraquecimento do associativismo. Há de se confirmar, em algumas hipóteses, o aumento de riscos psicológicos na precariedade do labor a distância (Costa, 2023).

A rotina empresarial se transfere para o ambiente doméstico, contaminando as relações de família, rompendo com a privacidade e corroendo a noção de lazer (Carvalho, 2023, p. 166).

A defesa da saúde, física e mental, do teletrabalhador está ligada umbilicalmente à defesa do seu corpo-território. Há uma produção de bloqueio do corpo que adoece o teletrabalhador em função do trabalho. Isso ocorre porque o território integra o corpo do indivíduo, tomado como extensão simbólica ao espaço físico.

O processo de adoecimento do teletrabalhador revela um contexto histórico e social de violência, por meio da submissão ao poder patronal. O corpo no teletrabalho continua sendo demandado de maneira diversa, tendo por foco não os esforços físicos, mas, sim, os desgastes mentais. Os custos com a segurança e saúde no ambiente transferem-se aos próprios trabalhadores, já que, em caso de eventual doença, inexistente percepção de remuneração.

O modelo do teletrabalho brasileiro intensificou os riscos psicossociais, diante da dificuldade de alguns empregados não conseguirem lidar com a rotina do labor a distância, intensificando-se diagnósticos de ansiedade, depressão e síndrome de Burnout (Moreira, 2022).

Os teletrabalhadores estão sujeitos aos riscos ergonômicos, advindos, por exemplo, da má postura, equipamentos de informática inadequados e mobiliários sem ajuste de altura, que ocasionam problemas de ordem física, como a fadiga visual, problemas musculoesqueléticos e gastrointestinais, doenças cardiovasculares, tendinite, lesões por esforços repetitivos (L.E.R). Há também os riscos oftalmológicos decorrentes do excesso

de tempo em frente à tela do computador, notebook ou tablet e iluminação inadequada.

Por fim, os riscos psicossociais como o estresse mental por cobranças excessivas e controle através dos resultados, (aumento da ansiedade e sentimentos de solidão, angústia, irritabilidade, preocupação, culpa e estresse), a depressão, a síndrome de Burnout, a telepressão, dificuldade de adaptação com o manuseio de aparelhos tecnológicos, tecnoestresse, isolamento social e problemas com a separação do trabalho e a vida privada.

Essa gestão por estresse é facilitada pela Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017), ao se permitir a flexibilização do tempo de labor e o seu ajuste alinhado às necessidades do empreendimento. Existe uma ruptura com a noção de ambiente equilibrado, à luz de metas exaustivas e jornadas extenuantes (Scarpa, 2023, fl. 336).

A saúde é um direito social previsto nos artigos 6^ºffl, 198 a 200 da Constituição Federal (Brasil, 1988). A Carta Magna, no artigo 7^ºffl, XXII, traz o princípio do risco mínimo regressivo, o qual busca-se a diminuição dos riscos de acidentes de trabalho diante dos avanços tecnológicos. No plano internacional, os artigos 3^ºffl, c, e 16 da Convenção fundamental 155 da OIT (1983) e o artigo 6.1 da Convenção 148 da OIT (1979) trazem normas referentes à segurança e a saúde dos trabalhadores.

A convenção 155 da OIT, ratificada pelo Brasil, vai ao encontro dos princípios da progressividade dos direitos sociais (artigo 7^ºffl, caput, CF), ao dispor, no artigo 4^ºffl, que todo Estado-parte deve pôr em prática políticas com o objetivo de prevenir os acidentes e os danos à saúde, consequência do trabalho ou relacionados à atividade de trabalho, com o fito de reduzir as causas dos riscos inerentes ao meio ambiente.

A saúde, na dimensão do corpo, atualiza o território do trabalhador ideal e ratifica um perfil de indivíduo voltado para a produção – estável, previsível, ordenado e submisso às leis da produtividade. (Verthein; Gomes, 2000).

A saúde está ligada a um contexto de higidez ao meio ambiente laboral, com equilíbrio nas relações sociais e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores (Fiorillo, 2022).

O meio ambiente laboral seguro e saudável constitui um direito fundamental com eficácia horizontal nas relações particulares. É responsabilidade da empresa cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, além de instruir os empregados quanto às precauções a serem tomadas no sentido de evitar acidentes de

trabalho ou doenças ocupacionais (art. 157 da CLT). O empregador deve observar os princípios da prevenção (prevenir riscos conhecidos) e da precaução (precauer riscos não conhecidos), bem como adotar medidas tendentes a mitigar os riscos, como controle de pausas ativas, ginástica laboral e orientações permanentes.

Ao pensar no contexto do teletrabalho, encontram-se categorias de profissionais que se servem de modelos para tentar se enquadrar em determinados padrões, como, por exemplo, ser o mais produtivo, o melhor funcionário, o workaholic. Há uma construção social do corpo e do gesto, que se impõe de modo diferenciado a cada indivíduo, de acordo com suas condições sociais e até mesmo o ambiente laboral.

Os riscos psicossociais e os fatores ergonômicos aparecem como desafios na contemporaneidade. O novo modelo organizacional de prolongamento do trabalho, sobretudo por meio de aparatos digitais, provoca níveis de ansiedade mais elevados do que os habituais, com aumento de fadiga, irritabilidade, cansaço, além de problemas com consumo de álcool e outras drogas e sedentarismo (Ludwig, 2022, p.84).

O problema das doenças ligadas ao trabalho toca a luta por reconhecimento da indenização acidentária quanto aos distúrbios psíquicos de acometimento às condições de trabalho.

As doenças ocupacionais constituem alterações físicas ou mentais que são acometidas ao trabalhador em decorrência da atividade laboral. Podem ser divididas em duas categorias, a doença profissional e a doença do trabalho. A doença profissional (tecnopatia) ou doença profissional típica é aquela específica de determinada profissão. Já a doença do trabalho (mesopatia) ou doença profissional atípica não está vinculada a uma profissão, mas decorre da forma com que o trabalho é prestado e com as condições do ambiente laboral.

Com a intensificação do trabalho e maiores exigências de produtividade, as patologias mentais têm relação direta com a individualização da responsabilidade na realização dos objetivos.

A doença psicossomática representa uma integração entre os processos biológicos, mentais e físicos, ao culminar por reações ao corpo, tocando em um problema emocional no indivíduo. A somatização das disfunções físicas, visíveis ou não, ocorridas na mente, faz com que o corpo sinta outros sintomas, tais como dores, mal-estar, ansiedade, culminando em múltiplas doenças (Carvalho, 2017).

A síndrome de burnout ou síndrome do esgotamento profissional é caracterizada pela exaustão emocional, despersonalização e auto depreciação, sendo um dos principais transtornos mentais relacionados com a atividade laboral, com destaque ao período pandêmico de incremento de adoção do regime de teletrabalho.

A síndrome de Burnout constitui uma forma de ansiedade social, ao problematizar o desenvolvimento nos trabalhadores de uma relação obsessiva às comunicações profissionais (Moreira, 2020).

O meio profissional pode comprometer o equilíbrio psicossomático. A organização laboral é causa de uma fragilização somática, uma vez que pode impossibilitar os esforços do trabalhador para adequar o modo de realização das atividades às necessidades de sua estrutura mental. (Dejours, 2021).

Fundado no artigo 7, XXII, da Constituição da República, o direito à desconexão e ao lazer representa importante conquista cidadã, de sorte que todos os trabalhadores (inclusive os que exercem a profissão à distância) devem ter alcance a esta dimensão jurídica.

Verifica-se que a Reforma Trabalhista foi omissa quanto à proteção da saúde do labor em teletrabalho, não respeitando o núcleo mínimo de proteção que permeia o meio ambiente de trabalho quanto a prevenção/precaução de danos irreversíveis à saúde do trabalhador, retirando aos teletrabalhadores (artigo 62, II, CLT) a dimensão de limite de jornada diária.

A cobrança por conexão contínua e resultados imediatos, independentemente do dia da semana, lugar e horário faz surgir o assédio moral organizacional virtual (assédio moral eletrônico, assédio moral digital, cyberbullying laboral, tecno assédio ou tele assédio moral)

O assédio moral virtual, que ocorre por meio de ações em que os empregadores realizam cobranças reiteradas, de formas abusivas, invadindo o espaço íntimo do trabalhador e o seu tempo à desconexão, sendo um corolário do modo de vida do trabalhador na contemporaneidade. Assim, a imposição do cumprimento de metas e a vinculação à produtividade crescente podem caracterizar o aparecimento de outro risco psicossocial, que é o de comprometimento ao direito de desconexão.

O adoecimento está ligado ao imperativo de desempenho, e não necessariamente ao excesso de responsabilidade e iniciativa. Na sociedade do desempenho, os indivíduos são instados, a todo tempo, a ter iniciativa, eficiência e almejar a produtividade

ao máximo. Esse excesso de pressão traz como consequência o esgotamento físico e mental, o cansaço e o adoecimento do trabalhador (Han, 2015).

O desempenho deste novo mandato da sociedade pós-moderna do trabalho torna doente o trabalhador, uma vez que o excesso de trabalho e de desempenho culmina numa autoexploração, provocando adoecimentos psíquicos. (Han, 2015).

Com efeito, o labor em sobejo representa uma autoexploração e gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são emanções patológicas de uma autonomia em contradição (Han, 2015).

Frisa-se que os problemas mentais que os trabalhadores enfrentam atualmente possuem uma similitude com as doenças de natureza física advindas no século XIX, onde a industrialização alterou a forma de labor, ocasionando o aumento do controle sobre os trabalhadores, a necessidade de ter de estar constantemente online e disponível, o controle através de algoritmos (Moreira, 2020).

Dessa forma, constitui dever das empresas evitar e minimizar os impactos negativos na saúde do trabalhador que se encontra em regime de trabalho remoto, promovendo treinamentos e suportes de qualidade, equipe técnica preparada para as novas mudanças, ações de prevenção de doenças no ambiente domiciliar do trabalhador incentivo à alimentação saudável, prática de atividade física e qualidade do sono, bem como apoio emocional e psicológico aos trabalhadores, com vistas a propiciar condições dignas e sadias no ambiente domiciliar de labor.

Há medidas que podem ser utilizadas pelo empregador como forma de prevenir as doenças psicossomáticas no teletrabalho, como a previsão de reserva de teletrabalhadores para a composição da CIPA em empresas com grande número de trabalhadores à distância e realização de avaliação médica periódica.

Ademais, é obrigação das empresas: implementar Programa Médico de Saúde Ocupacional (arts. 168 e 169, CLT e NR-7) e normas pertinentes à edificações, iluminação e conforto térmico (arts. 170/178 da CLT e NR-8); assegurar medidas para prevenir ou neutralizar a exposição dos teletrabalhadores à agentes insalubres ou perigosos (arts. 189/197 da CLT e NRs 15 e 16); elaborar e implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, para fins de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais, agentes ergonômicos, psíquicos (NR 01) e elaborar e manter atualiza-

do o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP (arts. 68, §§8º a 10 do Decreto nº 3.048/99 e 58, §4º da Lei nº 8.213/91). Caso o empregador infrinja tais normas relativas à segurança e saúde no trabalho, sujeita-se às sanções administrativas (art. 201 da CLT).

A utilização massiva de tecnologias desafia um equilíbrio entre segurança e saúde do trabalhador na dimensão de integridade do corpo-território, de modo que se faça necessário pensar uma forma de responsabilização equitativa aos transtornos emocionais sofridos no teletrabalhador.

Análise jurisprudencial da responsabilidade do empregador por doenças psicossomáticas advindas do teletrabalho

Para além do horário e local de execução, o acidente de trabalho no teletrabalho decorre da execução do labor, podendo ter múltiplas causas, como o estresse por cobranças excessivas, má adaptação ao ambiente de labor e fatores ergonômicos (Oliveira, 2024).

Para se atingir a responsabilidade do empregador em relação a uma doença do trabalho, pela concepção clássica da responsabilidade civil exige-se a presença de três requisitos: a ocorrência de um fato deflagrador do dano, que se constata pelo emanar da doença; nexo causal, que se evidencia pela circunstância de o malefício ter ocorrido em face das circunstâncias laborativas, ou a atividade laboral ter atuado como fator de concausalidade, capaz de desencadear ou agravar a doença; c) culpa empresarial *latu sensu*.

Fosse como fosse, o Supremo Tribunal Federal, fixou a tese de repercussão geral no Tema 932, na qual se admite a responsabilidade civil objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho quando a atividade empresarial for de risco, com exposição da vítima a um risco especial, com potencial lesivo, implicando ônus maior do que aos demais membros da coletividade. A responsabilização objetiva do empregador é pautada nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa

humana, valor social do trabalho, não retrocesso social e progressividade dos direitos sociais.

O acórdão proferido no bojo do Recurso Extraordinário 828.040/DF destaca a incidência de compatibilidade do art. 927, parágrafo único, do Código Civil com o art. 7^º ffl, XXVIII, da Constituição Federal, com respeito ao implicar o potencial lesivo ao trabalhador, “ao permitir hipótese excepcional de responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho, nos casos especificados em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor implicar, por sua natureza, outros riscos, extraordinários e especiais” (STF, 2020).

O ônus probatório é direcionado às condições de prova singulares, tendo por norte a entrega efetiva da prestação jurisdicional (Carvalho, 2010, p. 153-154).

Se a atividade for de risco aplica-se a teoria objetiva, segundo a qual basta a ocorrência do dano e do nexo causal para a responsabilização (TST, 2018).

A simples assinatura do termo de responsabilidade previsto no Artigo 75, parágrafo único, da CLT, não impede o deferimento da indenização por doença no teletrabalho quando o empregador não fiscaliza o cumprimento das normas prevenção, como previsto no Enunciado 72 da 2^ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizada pela Anamatra (2017).

Há uma dificuldade de prova do nexo causal, uma vez que as doenças psicológicas têm como base diversos fatores que interagem de modo complexo. É necessário fazer distinção do acidente laboral ao simples acidente doméstico, sem nexo causal com o exercício laboral.

Para facilitar o enquadramento de doenças de natureza ocupacional, a Lei 11.430 (Brasil, 2006) criou o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP. O NTEP estabelece um indício de relação de causa e efeito entre a atividade empresarial e a entidade mórbida incapacitante elencada na Classificação Internacional de doenças – CID. Sua constitucionalidade foi reconhecida pelo STF na ADI 3931/DF (STF, 2020).

O NTEP é um método de associação estatística entre a reiterada ocorrência de determinadas patologias e grupos de trabalhadores de uma mesma atividade empresarial, estabelecendo-se o nexo de causalidade entre eles. Trata-se de uma presunção iuris tantum de vínculo entre a doença ou o acidente e as atividades profissionais. Admite-se a produção de contraprova pela empresa, conforme se depreende do § 11 do artigo 337 do Decreto 3048 (Brasil, 1999). Assim, a descaracterização da natureza acidentária

da patologia pressupõe a ausência de laudo pericial que demonstre a inexistência de nexo de causalidade ou concausalidade com o trabalho.

A Convenção 155 da OIT (1981) traz um conceito amplo de local de trabalho, o qual abrange todos os lugares onde os trabalhadores devam encontrar-se ou para onde devam dirigir-se em virtude do seu trabalho e que estejam sujeitos à fiscalização direta ou indireta do empregador (Art. 3ºffl). O mesmo diploma internacional dispõe no Artigo 16.1 que os empregadores deverão ser obrigados a tomar as medidas necessárias para que os locais de trabalho e os materiais de trabalho sujeitos à sua fiscalização não apresentem risco para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Impende ressaltar que o empregador tem o dever de cumprir as normas de segurança e saúde do trabalho, sem falar em distinção de ambientes – presencial versus a distância, à luz do disposto no artigo 157, I, CLT (Brasil, 1943).

Como destacado no julgado da Turma Recursal de Juiz de Fora, nos autos do processo nº 00208-2006-143-03-00-2, na fundamentação do voto do desembargador relator Heriberto de Castro, o fato de o empregado trabalhar em domicílio não constitui, por si só, motivo para eximir o empregador da observância das normas de segurança e medicina do trabalho, colocando o trabalhador à margem da proteção legal que deve abranger 'todos os locais de trabalho', sem distinção, consoante prevê o artigo 157 da CLT (Minas Gerais, 2006).

Diante do cenário de descentralização das relações laborais e do surgimento de impactos negativos à saúde do teletrabalhador, verifica-se uma patente insuficiência de proteção normativa que configura fator impeditivo de implementação de mecanismos com vistas a prevenir os riscos psicossociais no teletrabalho. Se não há parâmetros explícitos, não há como proteger, fiscalizar, nem mesmo reparar os danos de forma minimamente adequada.

Nesta toada, no tocante ao exame jurisprudencial da responsabilidade do empregador em sede de doenças acontecidas no regime de teletrabalho, é de se notar que, no contexto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pouco acórdãos entendem por pertinente a incidência da responsabilidade patronal

Em relação aos pedidos de responsabilização do empregador pela doença ocupacional e indenização por danos materiais e extrapatrimoniais, normalmente as decisões captam a impertinência da responsabilidade patronal, valendo lem-

brar dos seguintes processos: 0010771-42.2022.5.03.0136 (Minas Gerais, 2022), 0010543-63.2022.5.03.0008 (Minas Gerais, 2022), 0010819-42.2022.5.03.0187 (Minas Gerais, 2022), 0010082-36.2022.5.03.0091 (Minas Gerais, 2022), 0010792-66.2022.5.03.0023 (Minas Gerais, 2022), 0010568-90.2022.5.03.0068 (Minas Gerais, 2022), 0010653-58.2022.5.03.0074 (Minas Gerais, 2022), 0010035-72.2021.5.03.0099 (Minas Gerais, 2021) e 0011755-72.2015.5.03.0103 (Minas Gerais, 2015). Apenas em um deles se reconheceu o nexo causal entre a moléstia e o labor prestado, o de número 0011181-70.2017.5.03.0138 (Minas Gerais, 2017).

Quanto à improcedência dos pedidos, a fundamentação, em regra, está baseada na incidência do não se desincumbir o trabalhador do ônus de prova quanto às patologias acontecidas em atenção às condições especiais das atividades e ambiente laboral.

Em outras decisões, aborda-se o acolhimento das conclusões do laudo técnico pericial que não identifica o nexo de causalidade entre a doença adquirida e o labor prestado, como no acórdão n. 0010543-63.2022.5.03.0008 (Minas Gerais, 2022), no qual foi julgada indevida a indenização por dano moral vindicada, e no acórdão n. 0010082-36.2022.5.03.0091 (Minas Gerais, 2022), em que foi acolhido o laudo médico pericial por profissional de confiança do juízo quanto à conclusão de inexistência de nexo de causalidade ou concausalidade entre as patologias que acometiam a reclamante e suas atividades nas reclamadas.

Convém destacar o acórdão n. 0011755-72.2015.5.03.0103 (Minas Gerais, 2015) que sinalizou a dificuldade de comprovação do nexo de causalidade entre a possível doença apresentada pelo teletrabalhador e a atividade laboral, uma vez que as doenças psicossomáticas são desencadeadas por causas multifatoriais, não sendo possível, muitas vezes, identificar uma causa única para o desenvolvimento das doenças.

Saliente-se a fundamentação constante do acórdão n. 0010846-73.2022.5.03.0074 (Minas Gerais, 2022), em que o Egrégio Tribunal não reconheceu haver elementos seguros nos autos aptos ao convencimento de que as alterações promovidas durante o período da pandemia de covid-19, com a adoção do trabalho à distância, tenham sido a causa ou concausa do adoecimento da autora. Assim, não se vislumbrou que a empresa tivesse atuado de forma a causar ansiedade em seus trabalhadores, além daquela intrínseca ao momento de crise decorrente da própria pandemia.

Evidencia-se o teor do acórdão n. 0010167-66.2020.5.03.0002 (Minas Gerais, 2020) em que foi reconhecido que a reclamante era submetida a cobrança de rendi-

mento e a situações de estresse no ambiente de trabalho, entretanto os julgadores concluíram que não ficou comprovado que a rotina de trabalho, a forma de desempenho do trabalho ou a atuação do superior hierárquico contribuíram, de modo relevante, para o desencadeamento ou agravamento da doença diagnosticada.

Já no processo de 0010932-92.2021.5.03.0134 (Minas Gerais, 2021) foi julgado procedente o pedido de pagamento de indenização por dano moral, em razão do assédio moral pelo cumprimento excessivo de metas, o que levou uma gerente bancária a desenvolver doença ocupacional. Os julgadores concluíram que foi no curso do contrato de trabalho e após a reclamante ser submetida a condições de trabalho inadequadas é que houve a eclosão da lesão apurada, sendo tais condições determinantes para o desencadeamento dos males sofridos pela trabalhadora. Destaca-se que houve o reconhecimento do ato ilícito omissivo culposo do empregador, que tem o dever de zelar pela saúde de seus empregados, fornecendo-lhes condições laborais adequadas, o que abrange a ergonomia de seus postos de trabalho, sendo dever do empregador agir com cuidado permanente.

No processo 0011097-75.2019.5.03.0178 (Minas Gerais, 2019), o Juízo decidiu pela responsabilização de uma empregadora em relação a um gerente bancário imposto a um alto padrão de responsabilidade, com cobrança excessiva de metas, além de jornada estendida, que desenvolveu um quadro depressivo grave e da Síndrome de Burnout. Nesta toada, pontificou-se que:

Certamente, fatores ambientais tiveram uma contribuição decisiva para o agravamento da doença, mormente porque, conforme se analisa do laudo médico, além do quadro depressivo grave, o autor sofre de esgotamento profissional profundo. O trabalho, embora não tenha sido a causa única, atuou como causa de agravamento das mazelas do autor (...) Demonstrado que o diagnóstico de esgotamento está comprovado nos autos, conclui-se que as condições de trabalho contribuíram e afetaram a saúde mental e física da reclamante, levando-o à exaustão (Minas Gerais, 2021).

No mesmo sentido, ao fazer uma pesquisa de jurisprudência no Tribunal Superior do Trabalho (<https://jurisprudencia.tst.jus.br>) contendo as palavras teletrabalho-doença foram encontrados 131 resultados, entretanto nenhum dos acórdãos se relaciona com o reconhecimento da responsabilidade do empregador, ou possível existência do nexo de causalidade entre a doença adquirida e o teletrabalhador.

Caracteriza-se como verdadeira prova diabólica a imposição de o empregado fazer comprovação da relação entre a doença adquirida com a execução do trabalho remoto, em razão da múltipla dimensão da causa do infortúnio.

Em que pese haver escassa jurisprudência trabalhista sobre o tema, e a maior parte dos acórdãos analisados julgarem improcedente a responsabilização civil do empregador, há de se verificar, casuisticamente, se o empregador cumpriu com as obrigações mínimas, como a de instruir os empregados quanto às precauções a tomar no sentido de evitar as doenças ocupacionais, fornecer mobiliário adequado, orientar o trabalhador quanto à postura correta, conceder as pausas para descanso e respeitar os limites da jornada máxima diária de trabalho.

Apurado o descumprimento das obrigações trabalhistas em face da negligência no tocante à saúde do teletrabalhador, não seria razoável isentar o empregador da culpa no surgimento da doença psicossomática, sob pena de ferir os postulados do trabalho decente, meio ambiente de trabalho saudável, risco mínimo regressivo e dignidade da pessoa humana.

Considerações finais

O mundo laboral passa por impactantes transformações, a partir da Revolução 4.0, com a introdução de novas tecnologias nas relações laborais. O teletrabalho é modalidade laborativa que está crescendo, com intensificação a partir da pandemia do Covid-19, em que as tarefas serão cumpridas sem a necessidade de se deslocar ao local físico do empregador.

A conexão telemática entre empregador e empregado pode resultar na prática de assédio moral, cobranças excessivas, acúmulo de metas implicando diversas consequências para o trabalhador, em especial o adoecimento mental.

Os sintomas das doenças psicossomáticas constituem uma forma de resistência do corpo aos limites impostos pelo teletrabalho. A doença, como uma manifestação de resistência, ameaça a relação de poder que impacta a saúde do teletrabalhador.

Sobre a responsabilização do empregador quanto as doenças psicossomáticas advindas no teletrabalho, ainda não há consenso doutrinário e jurisprudencial que ga-

ranta a segurança jurídica do teletrabalhador. Qualquer interpretação restritiva com a finalidade de excluir o nexo de causalidade entre a doença mental e o labor realizado no teletrabalho poderá precarizar tal modalidade laboral e desproteger o teletrabalhador, distanciando do princípio fundamental protetivo.

A partir do foco jurisprudencial, verifica-se que o ajuizamento de ações trabalhistas, pleiteando indenizações em face do empregador por doenças ocupacionais ocorridas no teletrabalho, ainda é incipiente. Com o avanço tecnológico, é importante evitar o desencadear de doenças psicossomáticas no meio de labor.

Analisando-se a semântica jurisprudencial, constata-se uma dificuldade de comprovar o nexo de causalidade para fins indenizatórios nessa nova modalidade de prestação de serviço, já que o meio laboral faz confluência ao espaço privado. A tese da pluralidade de fatores congênitos deve ser sopesada quanto aos fatores concretos de prevenção, efetivamente buscados pela empresa. O cotejo à inversão do ônus de prova deve ser pensado como medida efetiva de dar prestígio à concretização do ambiente digno de labor.

A saúde do teletrabalhador deve ser protegida. Independentemente do espaço físico, é certo que a busca pelo evitar de doenças deve ser colocada como importante vertente de consagração à decência do trabalho. A seara telemática não pode se revelar um ambiente de precarização, mas ser colocada como elemento de consagração da tutela de proteção do trabalho e da dignidade humana.

Referências

ANAMATRA. *reforma trabalhista – enunciados aprovados*. Brasília: s.ed., 2017.

ANTUNES, R. L. C. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. *Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências*. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036,*

de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 3981, DF, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, em 10-04-2020, DJe 20-04-2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 828040, DF, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, em 12-03-2020, DJe 26-06-2020.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. AIRR-395-83.2014.5.15.0090, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, julgamento 13-11-2018, DEJT 16/11/2018.

CÂMARA, H. M.S.; COSTA, J.H. A impossibilidade estrutural do 'ócio criativo' sob a acumulação flexível do capital: estudo crítico da obra de Domenico de Masi. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 4, n. 3, p. 154-171, Belo Horizonte, 2017.

CARVALHO, A. C. L. *Direito do trabalho: curso e discurso*. 5. ed. Brasília, DF: Venturoli, 2023.

CARVALHO, P. S. A teoria dinâmica do ônus da prova e sua repercussão no direito processual do trabalho. In: KOURI, L. R. N.; FERNANDES, N. S.; CARVALHO, R. W. R. (Coord). *Tendências do processo do trabalho*. São Paulo: LTR, 2010.

COSTA, C. L. *Trabalho na era digital e a necessidade de cooperação entre estados como política pública de combate à precarização. Direitos sociais e políticas públicas I [Recurso eletrônico on-line]*. Florianópolis: CONPEDI, 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DE MASI, D. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio. 2001.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555551358/>. Acesso em: nov. 2023.

DOMINGUES, R. B. V. A responsabilidade civil do empregador em casos de acidente ou doenças no teletrabalho após a reforma trabalhista. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região*, Florianópolis, v. 21, n. 30, p. 447-468, 2018.

FELICIANO, G. G.; PASQUALETO, O. Q. F. *Teletrabalho, saúde e segurança do trabalho e regulamentação estatal: pandemia, aprendizados e perspectivas futuras*. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 66, n. 102, p. 107-127, jul./dez. 2020.

FERREIRA, M. P. *A ampliação do teletrabalho e home office em tempos de pandemia e seus reflexos na Saúde do Trabalhador*. São Paulo: *Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho*, v. 7, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/7934>. Acesso em: dez. 2022

FILHO, R. P.; SANTOS, C. M. P. G. *As Inovações Tecnológicas e o Assédio Moral Organizacional*. Editora Saraiva, 2020. Disponível em: CONFERIR ESTA CITAÇÃO....

FIORILLO, C. A. P. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596748/>. Acesso em: dez. 2023.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAESBAERT, R. *Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais*. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. *Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana*. *GEOgraphia*, v. 12, n. 24, p. 19-50, 17 nov. 2011.

HAN, B. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018.

HAN, B. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

LE BRETON, D. *Adeus ao Corpo*. 6^{ff} ed. Campinas: Editora Papirus, 2013.

LUDWIG, G. G. *O teletrabalho e os aspectos evolutivos e precarizantes das novas tecnologias*. In: *Direito do trabalho e tecnologia: aspectos materiais e processuais*. ROCHA, A. P., LEAL, E. R. S.; OLIVEIRA, M. C. S. (Orgs.) Salvador: Escola Judicial, TRT-5, 2022.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^{ff} Região). *Agravo de Petição n. 0011097-75.2019.5.03.0178*. Relator: Adriana Goulart de Sena Orsini. Disponibilização: 20/08/2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trt-3/1592752494/inteiro-teor-1592752624>. Acesso em: jan. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^{ff} Região). PJe: 0010035-72.2021.5.03.0099 (ROT); Disponibilização: 30/03/2022; Órgão Julgador: Primeira Turma; Relator(a)/Redator(a) Maria Cecília Alves Pinto.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^{ff} Região). PJe: 0010082-36.2022.5.03.0091 (ROT); Disponibilização: 23/11/2023; Órgão Julgador: Decima Turma; Relator(a)/Redator(a) Marcus Moura Ferreira.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^{ff} Região). PJe: 0010167-66.2020.5.03.0002 (ROT); Disponibilização: 03/02/2022; Órgão Julgador: Setima Turma; Relator(a)/Redator(a) Convocado Mauro Cesar Silva.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^{ff} Região). PJe: 0010568-90.2022.5.03.0068 (ROT); Disponibilização: 21/09/2023; Órgão Julgador: Nona Turma; Relator(a)/Redator(a) Rodrigo Ribeiro Bueno.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^{ff} Região). PJe: 0010653-58.2022.5.03.0074 (ROT); Disponibilização: 04/05/2023; Órgão Julgador: Decima Turma; Relator(a)/Redator(a) Convocado Alexandre Wagner de Moraes Albuquerque.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^{ff} Região). PJe: 0010792-66.2022.5.03.0023 (ROT); Disponibilização: 13/10/2023; Órgão Julgador: Decima Primeira Turma; Relator(a)/Redator(a) Des. Antonio Gomes de Vasconcelos.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^ª Região). PJe: 0010819-42.2022.5.03.0187 (ROT); Disponibilização: 30/11/2023; Órgão Julgador: Nona Turma; Relator(a)/Redator(a) Maria Stela Alvares da S. Campos.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^ª Região). PJe: 0010846-73.2022.5.03.0074 (AP); Disponibilização: 29/05/2024; Órgão Julgador: Terceira Turma; Relator(a)/Redator(a) Des.Marcelo Moura Ferreira.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^ª Região). PJe: 0010932-92.2021.5.03.0134 (ROT); Disponibilização: 16/03/2023; Órgão Julgador: Quinta Turma; Relator(a)/Redator(a) Paulo Mauricio R. Pires.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^ª Região). PJe: 0011755-72.2015.5.03.0103 (ROT); Disponibilização: 17/08/2018; Órgão Julgador: Quinta Turma; Relator(a)/Redator(a) Julio Bernardo do Carmo.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^ª Região). PJe: 0010543-63.2022.5.03.0008 (ROT); Disponibilização: 11/12/2023; Órgão Julgador: Oitava Turma; Relator(a)/Redator(a) Sérgio Oliveira de Alencar.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho (3^ª Região). PJe: 0010771-42.2022.5.03.0136 (ROT); Disponibilização: 20/12/2023; Órgão Julgador: Segunda Turma; Relator(a)/Redator(a) Lucas Vanucci Lins.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO. Disponível em: www.gov.br. Acesso: ago. 2024.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 8 – Edificação. Disponível em: www.gov.br. Acesso: ago. 2024.

OLIVEIRA, S. G. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. São Paulo; Jus Podivm; 15 ed., 2024

PIMENTEL, L.L. O teletrabalho e o poder empregatício: reflexões à luz da reforma trabalhista e da teoria territorial. Revista de Direito do Trabalho. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.226, p. 399-428, nov./dez. 2022.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Convenção n. 148 – Contaminação do Ar, Ruído e Vibrações em 11.7.1979. Disponível em: www.ilo.org. Acesso: ago. 2024.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Convenção 155 – Segurança e Saúde dos Trabalhados em 11.8.1983. Disponível em: www.ilo.org. Acesso: ago. 2024.

PORTUGAL. Código do Trabalho. Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro. Disponível em: <https://portal.act.gov.pt/AnexosPDF/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20nacional/C%C3%B3digo%20do%20trabalho.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

SCARPA, R. C. N. M. Reforma Trabalhista, Flexibilização e Crise no Direito do Trabalho. Grupo Almedina (Portugal), 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556278308/>. Acesso em: nov. 2023.

VERTHEIN, M. A. R.; GOMEZ, C. M. O território da doença relacionada ao trabalho: o corpo e a medicina nas LER. Rio de Janeiro: Physis, 2000.





Jonathas de Andrade, Museu do Homem do Nordeste – Museu de Arte do Rio (MAR) – Rio de Janeiro – Brasil – 2014

Photos: Eduardo Ortega





Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



LEIS DA NATUREZA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL:

como o sistema educacional pode sustentar a vida e o planeta.

FRANCISCO CÉSAR DE SÁ BARRETO*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.53178>

RESUMO:

O artigo discute as descobertas científicas e suas aplicações, pelo Homo sapiens ao longo da história, em especial, os efeitos negativos para os seres vivos e para o planeta. O modelo de desenvolvimento trilhado pela humanidade, baseado na lógica clássica, tem se mostrado insustentável. Uma nova perspectiva sobre as leis da natureza pode guiar uma lógica que propicie um modelo de desenvolvimento sustentável. É discutido brevemente os impactos causados pela epidemia do Coronavírus (covid-19), os efeitos do desmatamento da Amazônia e do Cerrado. Finalmente, faz sugestões para o modelo de sistema educacional que precisa também de uma alteração significativa. Somente com um modelo de desenvolvimento educacional novo é que o modelo de desenvolvimento humano, social e ambiental será uma realidade.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento educacional; leis naturais; sustentabilidade.

Laws of nature and (un)sustainable development: how the education system can help life and the planet.

ABSTRACT: The article discusses scientific discoveries and their applications made by Homo sapiens throughout history, in particular, the negative effects on living beings and the planet. The development model followed by humanity, based on classical logic, has proven to be unsustainable. A new perspective on the laws of nature can guide a logic that provides a sustainable development model. The impacts caused by the Coronavirus (covid-19) epidemic and the effects of deforestation in the Amazon and Cerrado are briefly discussed. Finally, it makes suggestions for the educational system model that also needs significant change. Only with a new educational development model will the human, social and environmental development model be a reality.

KEYWORDS: educational development; natural laws; sustainability

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

1. Introdução

O desenvolvimento científico e suas aplicações tecnológicas alcançados pelo *Homo sapiens* no passado recente (ver Kurzweil, 2006; cf. figuras 2.a e 2.b, abaixo) trouxeram inquestionáveis benefícios aos humanos ao custo de significativos prejuízos para a natureza. Portanto, a questão da sustentabilidade se coloca de forma contundente. “O planeta está aquecendo, espécies estão sendo extintas e a questão vital é: em que medida nosso estilo de vida civilizado é sustentável?” (Bregman, 2021, p.121). Esse diagnóstico começou a ter grande projeção junto à sociedade após a Segunda Guerra Mundial e vem numa escalada de conscientização.

Os principais aspectos da questão relacionada com a sustentabilidade podem ser apresentados a partir de um resumo retirado do livro *Sapiens*, de Y. N. Harari (Harari, 2020, p.427), que expressa de forma limitada, mas precisa, as preocupações com relação ao Homem e seu futuro:

Repetidas vezes, os aumentos gigantescos da capacidade humana não necessariamente aumentaram o bem-estar dos sapiens como indivíduos e geralmente causaram enorme sofrimento a outros animais.

(...)

Deuses por mérito próprio, contando apenas com as leis da física para nos fazer companhia, não prestamos contas a ninguém. Em consequência, estamos destruindo os outros animais e o ecossistema à nossa volta, visando a não muito mais do que nosso próprio conforto e divertimento, mas jamais encontrando satisfação.

Essa questão, ligada à destruição de outros animais e do ecossistema, está associada aos resultados dos estudos sobre comportamento animal que levaram Konrad Lorenz (Lorenz, 1966, p. 233 e p. 290) a propor que mecanismos inibidores acompanharam o desenvolvimento de animais possuidores de garras que poderiam ameaçar a própria espécie. Segundo ele, entretanto, diferentemente de outros animais,

Na evolução humana, nenhum mecanismo inibidor para prevenir o repentino massacre foi necessário, ou seja, no processo de seleção não apareceu na pré-história do ser humano nenhuma necessidade para criar mecanismos inibidores prevenindo a morte daqueles da mesma espécie. (Lorenz, 1966, p. 233)

Alerta Lorentz,

(...) a invenção de armas artificiais veio perturbar o equilíbrio da potencial morte e das inibições sociais. Quando isso aconteceu, a posição do Homem era muito próxima daquela da pomba que, por algum truque da natureza, de repente adquiriu o bico de uma águia. (Lorenz, 1966, p. 290)

A combinação do desenvolvimento de todo tipo de arma que leva à destruição e à falta de inibição ligada à preservação das espécies conduz a vida no planeta ao limite da extinção. Por isso, o modelo de desenvolvimento se mostrou insustentável desde o início e perdura até a atualidade. É por meio da conscientização, pela via da educação, que o *Homo sapiens* tem agora a oportunidade de modificar o modelo vigente.

Por exemplo, o reconhecimento da ausência de mecanismos inibidores prevenindo a morte daqueles da mesma espécie pode se apresentar na forma de arrependimento após um acontecimento trágico. Um exemplo desse arrependimento foi dado por Einstein, um pacifista de uma vida inteira, que, em 2 de agosto de 1939, assinou uma carta, escrita por Léo Szilárd, endereçada ao Presidente Franklin Delano Roosevelt (Einstein, 1939), avisando que os nazistas poderiam estar desenvolvendo armas nucleares. Einstein sugeriu aos Estados Unidos estocar minério de urânio e começar a trabalhar em suas próprias armas atômicas. Seis anos depois, em dois fatídicos dias de agosto de 1945, duas bombas americanas foram jogadas em Hiroshima e Nagasaki, no Japão. Einstein se arrependeu da carta. Em um artigo da Newsweek, de 1947, ele foi citado dizendo, “se eu soubesse que os alemães não teriam sucesso em produzir uma bomba atômica, eu nunca levantaria um dedo.” Entretanto, o presidente dos EUA, Harry Truman disse: “Agradecemos a Deus pela bomba atômica ter vindo para nós, e não para os nossos inimigos; e oramos para que Ele possa nos guiar para usá-la em Seus caminhos, e para Seus propósitos” (Presidente Harry, S. Truman, cit. in P. Anderson (2015, p. 42). A nossa atitude diante desse quadro, que não mudou, é de responder com tolerância, pois só assim o mundo terá chance de um futuro. Na sua análise Lorenz (1966, p. 290) conclui dizendo: “Eu acredito que a razão pode e exercerá uma pressão no mecanismo de seleção na direção correta.” Esse deveria ser o desejo de todos.

Como Detoef afirmou,

Os homens são curiosos, industriais, inventivos. Desde que se encontram sobre a face da Terra, tentam dominar as formas da natureza, a começar pela descoberta do fogo, em princípio pelas necessidades de sobrevivência. Dedicando-se a compreender estas forças, o homem progressivamente as dominou, colocando-as a seu serviço. O método científico acelerou este processo a partir do século XIX. Todos os nossos universos técnicos, da máquina a vapor à informática, da vacina ao controle de natalidade, nasceram desta vontade de compreender e domesticar. Em todos os tempos, esta evolução suscitou reticências. Hoje em dia, pela própria rapidez e amplitude de suas consequências, as descobertas geram inquietações. Os homens são responsáveis pelo bom ou mau uso da ciência. Sabemos assegurar o equilíbrio e a harmonia sobre o nosso frágil planeta azul (Detoef, 1986)

Da mesma forma que estamos sujeitos permanentemente às ameaças de armas nucleares, é importante ressaltar que, enquanto a população humana crescia, foram destruídos dois terços das florestas tropicais, metade dos recifes de corais e um milhão de espécies lutam contra o desaparecimento, para citar alguns exemplos.

Além das armas nucleares, tem-se também a ameaça feita pela informática, que pode provocar enormes convulsões sociais. Em princípio não deveriam ser mencionados ao lado das questões ambientais. São três universos aparentemente ortogonais, mas causam — em diferentes escalas de tempo, danos ao planeta e, portanto, ao ser humano e a outras espécies de vida.

2. Era do covid-19

Ao lado do cenário de crise indicado por Harari, existe agora a crise provocada pela pandemia Covid-19. Em 2020 surgiu o Coronavírus (Covid-19). Esse vírus atacou em todos os países, de forma diferente entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos, pessoas jovens e idosas, ricas e pobres, provocando a morte. Destruíu o conceito de cidade, uma grande invenção do *Homo sapiens*, eliminando o contato humano e colocando todas as pessoas confinadas dentro de suas casas, para trabalhar ou simplesmente viver. Escolas, lojas, cinemas, teatros, restaurantes e bares, igrejas, e outras mais, vazias; enfim cidades sem a vida, sem as pessoas. Ao mesmo tempo, o vírus induziu exemplos de políticas sociais desejáveis que podem ser adotadas depois de sua ansiada eliminação ou controle completo e após todas as mortes por ele causadas.

Grandes cidades em várias partes do mundo, como São Paulo, tiveram o índice de poluição do ar reduzido em mais de 50%. O vírus limitou a movimentação de carros nas ruas. Como se sabe, a poluição do ar causa morte às pessoas e ao planeta. A Organização Mundial da Saúde estima em 7 milhões o número de mortes devido à poluição atmosférica ao ano, e o efeito combinado de poluição com a pandemia é ainda mais grave. O vírus vem como se fosse uma mensagem da natureza ao *Homo sapiens*, como se afirmasse: vocês precisam parar de agredir e levar à destruição a natureza e o próprio ser humano, vocês podem viver e atuar de maneira a preservar a vida do planeta e das pessoas e outras formas de vida. E, nos dá exemplos, como a redução da poluição provocada pelos carros, do que pode ocorrer com a sociedade humana, para o mal (morte) ou para o bem (vida) (ver Sa Barreto, 2022, no prelo).

Ou seja, aparentemente a natureza procurando se preservar, vai criar formas de vida e mecanismos de regulação do ecossistema que atacam e matam os seres humanos. O vírus é um exemplo. Outras epidemias vieram antes, outras poderão vir e, esperamos que com novas atitudes e outros tipos de ações, a sociedade possa se prevenir de forma que epidemias não venham mais.

Na verdade, em outubro de 2020, foi dado um alerta por um painel internacional de cientistas que classificou o momento que vivemos como “Era das Pandemias”. Futuras pandemias surgirão cada vez com maior frequência, se espalharão mais rapidamente, causarão mais danos à economia mundial e matarão mais pessoas do que a Covid-19, se não forem adotadas globalmente estratégias preventivas que incluam uma proteção maior ao meio ambiente. O trabalho, encomendado pela Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), ligada à ONU (Organização das Nações Unidas), foi conduzido por um grupo de 22 cientistas. (Jornal “O Estado de S. Paulo”, 30/10/20).

A pandemia do Covid-19 mergulhou o mundo em uma grande incerteza. Nada é previsível. Não se sabe se haverá uma transformação ou se vamos continuar seguindo as diretrizes políticas, econômicas, sociais e ecológicas do mundo que antecederam à pandemia. A pandemia fez surgir um Novo Normal — tudo teve que ser repensado, muitos conceitos ficaram “ultrapassados”, tiveram ou terão que ser revistos e talvez, o melhor exemplo, seja o conceito de sustentabilidade — para que as futuras gerações tenham chance de interagir com a natureza e receber dela serviços ambientais essenciais. Muito provavelmente há que se inserir na abrangência da sustentabilidade o conceito de decrescimento — a necessidade de permanecermos dentro dos limites do

Planeta Terra. Assim, temos tarefas a cumprir, pois “[O] ressurgimento das epidemias que atingem principalmente os países mais pobres apresenta novos desafios” (ver Sa Barreto, 2022, no prelo). E mais:

O vírus expõe a anormalidade da sociedade cabendo a pergunta, que tipo de brasileiros queremos ser? Cidades destruídas, poluidoras, zonas de violência, desgovernadas, é o retrato comum em várias regiões. É urgente uma proposta, e sua implementação, de uma governança global para enfrentar os desafios apresentados do meio ambiente e das epidemias (ver Sa Barreto, 2022, no prelo).

Seguindo Lorenz, o ser humano precisa criar mecanismos sociais de inibição capazes de mudar as relações dele com a natureza e com aqueles da mesma espécie, seus coirmãos. Essas mudanças devem ser contempladas no cenário das descobertas científicas e suas aplicações e os resultados, positivos ou negativos, na sociedade e no planeta. A próxima seção apresenta um resumo das descobertas realizadas pelo *Homo sapiens* e suas aplicações.

3. *Descobertas científicas e suas aplicações*

A primeira pergunta a ser feita é: Qual é o papel e o resultado alcançado pelas descobertas do *Homo sapiens* ao longo da história? Serão apresentados alguns dados que ilustram bem os resultados de sucesso alcançados pela aplicação das descobertas científicas para a sociedade (Sa Barreto, 2021).

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) num período de 300 anos é vertiginoso. É mais dramático se o período de análise for maior, como mostra a Figura 1.

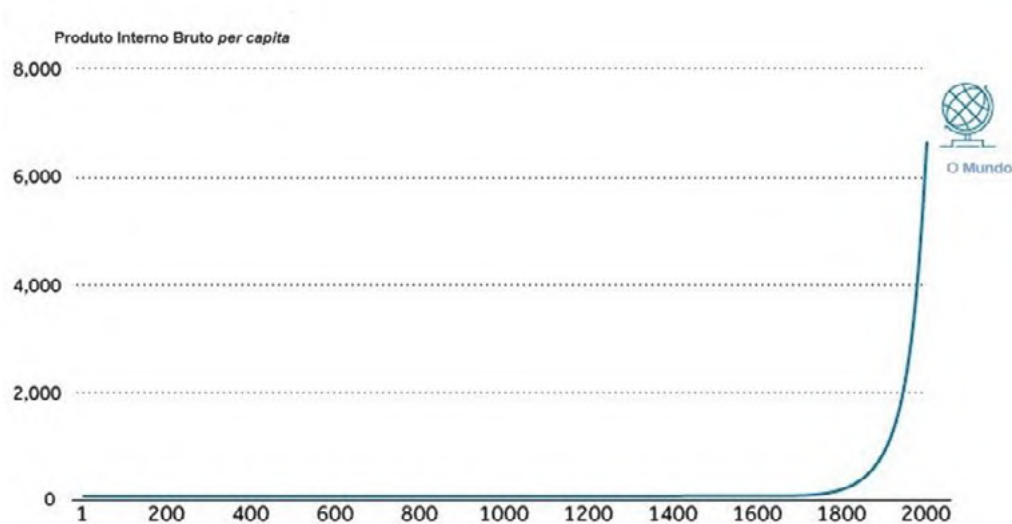


Figura 1 - Produto Interno Bruto: Crescimento Mundial

O padrão ascendente indicado no gráfico tem a ver com a Revolução Industrial. Foi ela que gerou um gatilho para a subida rápida, principalmente devido à aplicação da Termodinâmica. Depois, o crescimento exponencial foi sustentado por outras tecnologias: da máquina a vapor, ao motor elétrico, informática e, agora, Inteligência Artificial. O PIB é uma medida para a tecnologia, não para a ciência.

A explosão e crescimento do conhecimento que causam esse aumento da riqueza pode ser ilustrado com o fato de que, em 2005, foram produzidos mais transistores a baixo preço do que grãos de arroz, de acordo com a Business Week (ver Siqueira, 2008). O transistor, descoberto em 1947, é um dispositivo básico, normalmente construído numa “bolacha” de silício e que sustenta toda a revolução tecnológica da informação. A título de comparação, existem 1011 estrelas na Galáxia Via Láctea, 1014 células no corpo humano, 1015 grãos de arroz produzidos anualmente, 1017 formigas no planeta e 1019 transistores produzidos por ano ao custo de 1/100 do custo de cada grão de arroz produzido.

O conhecimento humano, como fundamento, e seus desenvolvimentos, como tecnologias, alcançam a biologia como mostram as figuras 2 e 3. As figuras mostram no eixo vertical (eixo Y) o tempo para o próximo evento e no eixo horizontal (eixo X) o tempo antes do presente.

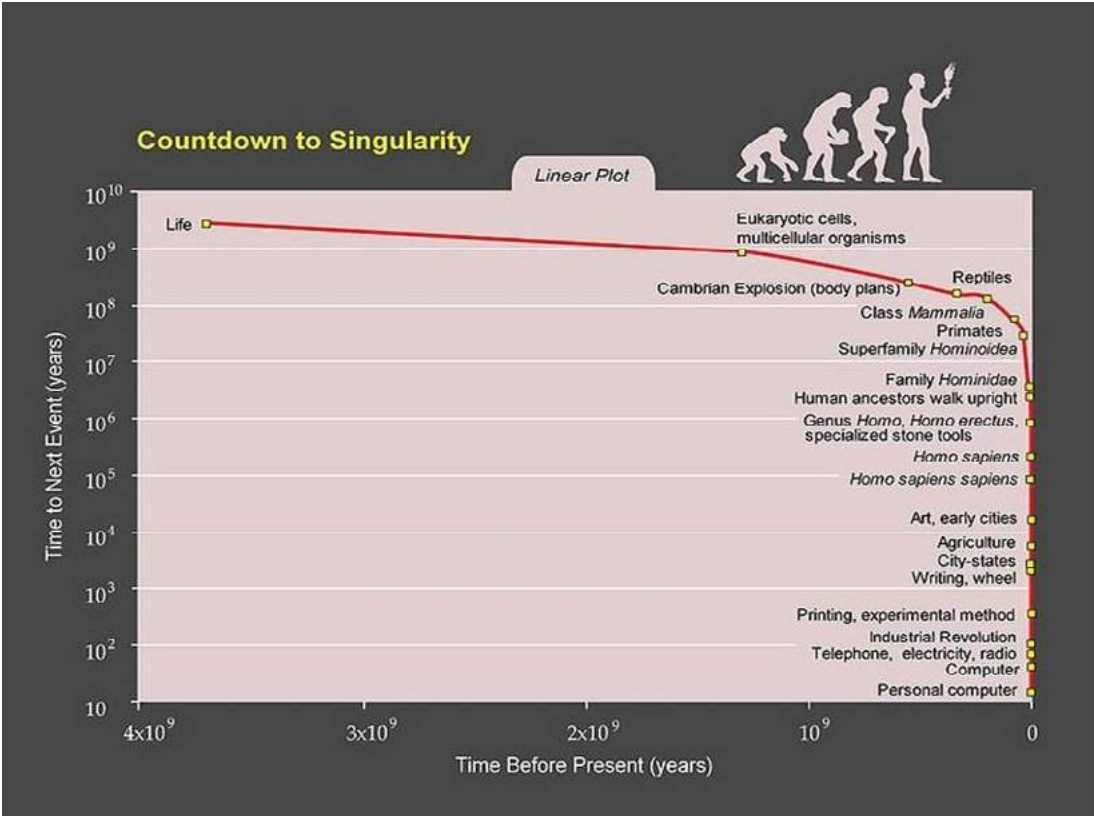


Figura 2 - Evolução biológica e tecnologia humana - escala linear. Fonte: Kurzweil, 2006, p.18.

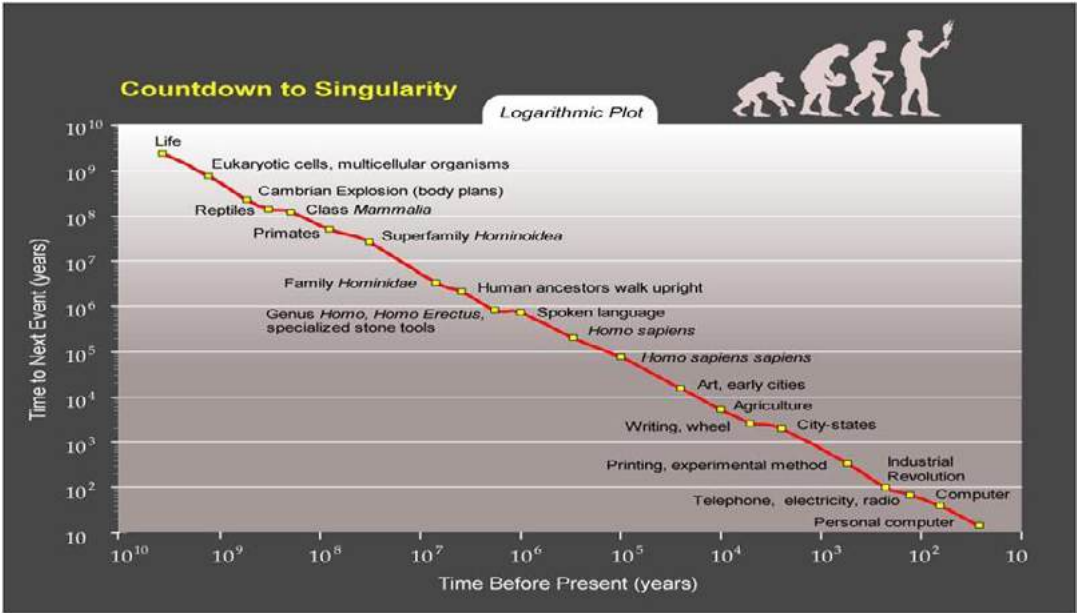


Figura 3 - Evolução biológica e tecnologia humana - escala logarítmica. Fonte: Kurzweil, 2006, p.18.

A evolução biológica e a evolução da tecnologia humana mostram uma aceleração contínua, indicada pelo tempo mais curto para o próximo evento. Por exemplo, foram 2 bilhões de anos da origem da vida às células e 14 anos do computador PC à World Wide Web. Verifica-se que todas as descobertas e inovações ocorreram muito “recentemente”, próximas de nossos dias. Além disso, como pondera Sa Barreto (Sa Barreto, 2022, no prelo), [A] As novas tecnologias permitem o aumento das horas de trabalho ao lado de baixos salários. A saúde — fonte de enriquecimento de laboratórios —, usando tecnologias modernas e eficientes, é deixada de lado para as camadas mais necessitadas e pobres da população.

Se a idade do universo (bilhões de anos) fosse reduzida a 1 dia (24 horas), todas as descobertas e criações do *homo sapiens* a partir da imprensa (por J. Gutenberg, *circa* 1450), até o dia de hoje teriam ocorrido nos últimos 400×10^{-9} segundos = 0,4 microsegundos deste extraordinário dia! Ou ainda, se a história da vida na Terra fosse em 1 ano e não em 4 bilhões de anos, teríamos no dia 01 de Janeiro a primeira vida na Terra, em meados de Outubro o início do domínio das bactérias na Terra, no dia 25 de dezembro ocorreria a extinção dos dinossauros, no dia 31 de dezembro, às 23 horas, surge o Homem, às 23h58min do dia 31/12 a agricultura é inventada e nos 60 segundos finais, antes da meia noite, ocorre toda a história humana (ver Bregman, 2021, p.64).

A título de exemplo são apresentados alguns dados do retorno econômico resultante da área de CT&I. Cerca de 30% (talvez mais!) do PIB norte-americano são baseados em invenções tornadas possíveis pela mecânica quântica, de semicondutores em chips de computadores a lasers em reprodutores de CD's e DVD's, aparelhos de ressonância magnética em hospitais, e muito mais. Recente trabalho publicado pelo *Levy Economics Institute* (Hanusch; Chakraborty; Khurana, 2017) mostra que os investimentos em CTI possuem retorno muito mais elevado do que os investimentos em outras áreas. O retorno social para cada 1% de aumento do gasto por área apresentou 0,30% em Saúde, 0,25% em Educação, 0,03% em Defesa, 0,01% em Infraestrutura e 9,92% em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). O complexo conjunto de dados apresentado, e com destaque para investimentos em CTI, faz parte fundamental e estruturador do modelo de desenvolvimento vigente. Entretanto, ao apresentar esses dados não se está fazendo uma apologia ao modelo de desenvolvimento vigente. O modelo de desenvolvimento atual, como foi dito, se mostrou insustentável desde o início e perdura até a atualidade.

Como disse com propriedade a Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara:

Nós não somos os únicos que necessitam aqui viver. Nós apenas coabitamos a mãe Terra junto com milhões de outras espécies. O desprezo por essas outras formas de vida, as práticas de desmatamento intenso feitas sempre em nome da economia de curto prazo, têm efeitos devastadores para o futuro de todos nós. As alterações no uso do solo provocam um grande desequilíbrio em nosso ecossistema, que impactam diversas espécies causando profundas transformações, inclusive, as grandes epidemias.

Ainda resta outra pergunta: quais são os resultados negativos para a sociedade humana e para o meio ambiente que essas pesquisas e descobertas trouxeram? Guerras, bombas de destruição quase total, violência urbana, fome, poluição, entre outros, aparecem ao lado de penicilina, arte e cultura, eletricidade, para citar alguns resultados úteis à sociedade.

Thomas Mann no seu livro “A Montanha Mágica” (Mann, 2016, p.233), apresenta uma visão otimista por meio do personagem Settembrini que defende a técnica como responsável pela união entre os povos. Dizia, “Havia dois princípios que disputavam a posse do mundo: a força e o direito, a tirania e a liberdade, a superstição e a ciência, o princípio da estagnação e o do movimento efervescente, do progresso...”

E, ainda:

A técnica subjugava cada vez mais a natureza, pelas comunicações que criava, pelas redes de estradas e telégrafos que construía, e pelas vitórias que conquistava sobre as diferenças de clima; dessa forma apresentava-se como o meio mais seguro para aproximar os povos, para favorecer o contato entre eles, para levá-los a acordos humanos, para destruir os preconceitos existentes, e, finalmente, para estabelecer a união universal. A raça humana tinha a sua origem na escuridão, no medo e no ódio, mas avançava e subia por um caminho brilhante, rumo a um estado terminal de simpatia, luminosidade íntima, bondade e felicidade. O veículo mais apropriado para transpor esse caminho era a técnica, declarou Settembrini ... Havia dois princípios que disputavam a posse do mundo: a força e o direito, a tirania e a liberdade, a superstição e a ciência, o princípio da estagnação e o do movimento efervescente, do progresso... Não existia a menor dúvida quanto à questão de saber qual das duas forças terminaria por triunfar; só poderia ser a da luz, a do aperfeiçoamento guiado pela razão. (Mann, 2016, p.290)

Enfim, o *Homo sapiens* é um animal inteligente e criativo, mas desprovido de inibição. Assistimos hoje as previsões de Marx e Engels, de 1848:

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou as propriedades em poucas mãos.

(...)

A sujeição das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telegrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto - que século anterior teria suscitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social (Marx; Engels, 2017, p.21).

Portanto, mudar o modelo de desenvolvimento é necessário exatamente para o *homo sapiens* continuar evoluindo e para manter a sustentabilidade da espécie humana e do planeta. De fato, um lado positivo, é que a espécie humana vem sistematicamente criando inibições sociais poderosas para controlar os efeitos da ausência de inibição.

4. A Amazônia e as leis da termodinâmica

Como exemplo são apresentados, com detalhes, uma atuação negativa do *Homo sapiens*. Trata-se da “Amazônia e as leis da termodinâmica”. Existe uma grande relação ou conexão da termodinâmica com os processos ambientais.

Em primeiro lugar é importante informar que as leis da termodinâmica são leis da natureza, ou seja, a natureza se comporta de acordo com essas leis, que foram descobertas e enunciadas pela ciência física. A primeira lei da termodinâmica afirma que “matéria não pode ser criada ou destruída, somente transformada”. Esse enunciado significa que na natureza a matéria sofre transformações, mas não pode desaparecer. A energia também se transforma, mas não desaparece. Nesse caso tem-se a lei da conservação de massa/energia. Ou seja, os enunciados deveriam se referir a matéria/energia. Um conhecido enunciado popular da primeira lei é atribuído a Lavoisier: “na Natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”.

A segunda lei da termodinâmica afirma que “a entropia de um sistema fechado cresce na direção de um máximo”. Entropia é a quantidade de energia que não é mais capaz de realizar trabalho em um sistema. Dessa forma, a natureza está num processo permanente de desordem. Diferentemente da primeira lei, a segunda lei da termodinâmica não é uma lei universal da física. Por exemplo, não se aplica de forma direta ao nível molecular. Por outro lado, a 2ª lei aplicada ao universo merece um comentário.

A entropia aumenta em direção ao máximo possível num sistema fechado, então é necessário considerar o universo fechado. Vamos supor isso. Mas está em expansão. Assim, o máximo possível também aumenta, e a entropia pode aumentar num ritmo menor do que aumenta o máximo possível, de forma que há espaço para criação de ordem (galáxias, estrelas, etc.). Mesmo que o universo estivesse no estado de máxima entropia no *big bang*, a expansão posterior do máximo possível num ritmo maior do que o crescimento da entropia real faz com que hoje estejamos num estado mais ordenado, com entropia menor do que o máximo possível, embora tenha crescido.

E, ainda, cabe mencionar (ver Stenger, 2006, p.94,106):

A segunda lei não impede que um sistema não isolado se torne mais ordenado. Mas, e o Universo como um todo? Presumivelmente constitui um sistema isolado, pelo menos como hipótese de trabalho. O Universo não teve que começar num estado mais ordenado do que é agora, uma vez que a desordem, ou entropia, aumenta com o tempo? Isto não exige que o Universo tenha sido formado com uma ordem pré-existente?

De qualquer forma pode-se afirmar que ‘a morte resulta da vitória da entropia’. A vida, ao contrário, busca permanentemente reciclar a matéria e, portanto, valoriza a energia que ainda é capaz de realizar trabalho. Dessa forma, a vida é um eterno desafio à entropia, pois busca a estabilidade, no seu processo de evolução.

Segundo o pensamento ecológico clássico, a vida/natureza busca um equilíbrio dinâmico, equilíbrio este que admite oscilações e ritmos e nunca a estabilidade estática. Para tanto, e segundo a 2ª Lei da Termodinâmica, utiliza a energia fixada prioritariamente através da fotossíntese (proporcionalmente a energia advinda da quimiossíntese é pequena) que vai sendo transferida ao longo das cadeias tróficas com grandes perdas (c. 90%!) de modo que estas cadeias não podem ser muito longas, uma demonstração ou consequência do aumento da entropia.

O conceito de cadeia trófica evoluiu para redes tróficas o que amplia a fixação de energia pela participação simultânea de mais produtores primários e consequente-

mente de mais herbívoros, consumidores secundários, terciários, etc. Mas um limite a observar é sempre a quantidade de energia fixada ao nível dos produtores, pois é a partir desta que a energia vai sendo transferida para os níveis seguintes depois de sofrer perdas consideráveis pela respiração, injúrias, degradação e morte.

A Amazônia não é um sistema fechado. Todos os sistemas complexos, principalmente os sistemas ecológicos, são abertos e evoluem para aumentar sua complexidade.

A primeira lei trata das quantidades de energia. A segunda lei, entretanto, ao dizer, por exemplo, que energia cinética pode ser integralmente transformada em energia térmica, mas não ao contrário, indica uma qualidade para a energia.

De forma simples, Isaac Asimov (Em *The Origin of the Universe*, em *ORIGINS: How the World Came to Be*, série em vídeo, Eden Communications, EUA, 1983), explica:

A Segunda Lei da Termodinâmica afirma que a quantidade de trabalho útil que você pode obter a partir da energia do universo está constantemente diminuindo. Se você tem uma grande porção de energia em um lugar, uma alta intensidade dela, você tem uma alta temperatura aqui e uma baixa temperatura lá, então você pode obter trabalho dessa situação. Quanto menor for a diferença de temperatura, menos trabalho você pode obter. Então, de acordo com a Segunda Lei da Termodinâmica, há sempre uma tendência para as áreas quentes se resfriarem e as áreas frias se aquecerem - assim cada vez menos trabalho poderá ser obtido. Até que finalmente, quando tudo estiver numa mesma temperatura, você não poderá mais obter nenhum trabalho disso, mesmo que toda a energia continue lá. E isso é verdade para TUDO em geral, em todo o universo (Asimov, 1983).

A segunda lei está aqui se referindo a um sistema fechado, o Universo. Ao trocar o sistema Universo para a Amazônia, o sistema passa a ser aberto e, portanto, abre também a possibilidade de o sistema reduzir sua entropia.

A diferença entre o Desenvolvimento gerado a partir da Revolução Industrial e o Desenvolvimento Sustentável, pode ser entendida com base nas leis da termodinâmica. O primeiro considera, prioritariamente, ou apenas, a primeira lei da termodinâmica, ou seja, a transformação de energia. O segundo incorpora a segunda lei da termodinâmica, reconhecendo que a primeira lei pode ser usada, mas propõe que o equilíbrio não seja atingido, que se reserve um pouco de desequilíbrio para a realização de outros trabalhos necessários, no futuro.

É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. No caso das florestas, os dois tipos de desenvolvimento podem ser exemplificados da seguinte forma: o

primeiro leva à destruição das árvores, para a produção de madeira, queima o terreno para colocar gado ou plantar soja. O retorno econômico pode ser grande, mas a floresta desaparece. Compensa? Como exemplo, o segundo extrai o látex das árvores para gerar a borracha e outros produtos. O retorno financeiro pode ser menor, mas a floresta é preservada.

Existe uma fonte de energia inesgotável e que é uma energia que permite reduzir a entropia localmente. A Amazônia é um sistema aberto com uma fonte incomensurável de energia disponível, o sol. Queimar ou explorar látex é um belo exemplo se associado com o balanço energético e entrópico dos dois processos. Pode-se ter queimada local e o sistema amazônico estar reduzindo a entropia. Aparentemente, mas não necessariamente verdadeiro, essa seria a lógica do Agronegócio, entre outros, para justificar as queimadas na Amazônia. De fato, as queimadas não destroem a energia, mas levam ao desequilíbrio.

O Banco Mundial defendeu por meio do documento “Equilíbrio Delicado Para a Amazônia Legal Brasileira: Um Memorando Econômico”, divulgado pela instituição em 09/05/2023, que é necessária a revisão do modelo de crescimento da Amazônia que possibilitará maior proteção da floresta e da biodiversidade. O documento aponta que o desmatamento na região está atrelado a atividades como a pecuária, a ampliação da fronteira agrícola e a mineração.

O incremento do desmatamento poderia levar a floresta a um ponto onde não seria mais possível reverter seus efeitos. É o que apontamos quando nos referimos à segunda lei da termodinâmica. Segundo a publicação, o desmatamento coloca em risco o valor da floresta em pé no Brasil, estimado em mais de 317 bilhões de dólares por ano, valor equivalente a sete vezes o valor estimado da exploração privada ligada à agricultura extensiva, à exploração madeireira ou à mineração.

Quando mencionado o ‘látex’, destacou-se o retorno econômico sustentável designado pelo ‘valor da floresta em pé’, que se refere ao dinheiro que circula pela exploração de serviços como o turismo ou a produção de produtos não madeireiros, além do armazenamento de carbono. Vale salientar a proposta da bioeconomia, que tem como arcabouço central a manutenção da floresta em pé e a exploração sustentável de seus produtos, estabelecendo redes produtivas sustentáveis.

O novo relatório global do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC, 2018) indica que a temperatura média do planeta tende a aumentar 1,5 °C nas próximas duas décadas, trazendo devastação generalizada. O relatório informa que mudanças climáticas induzidas pelo comportamento humano já estão influenciando em eventos climáticos extremos em todas as regiões do planeta com tendências irreversíveis no que diz respeito à mudança climática global. As catástrofes no Rio Grande do Sul, em 2024, são um exemplo dessas mudanças climáticas.

A Amazônia durante a fotossíntese absorve dióxido de carbono e emite oxigênio. Existem estudos que mostram que a quantidade de oxigênio que a Amazônia consome é quase a mesma que a quantidade que ela produz. Portanto, se cancelam e não fornecem quase nenhum oxigênio à atmosfera. Mas, alertam que a Amazônia é o ecossistema com uma das maiores biodiversidades do planeta e que ela está ameaçada por vários motivos. Entre outros, o desmatamento libera carbono para a atmosfera que estava preso por centenas ou milhares de anos (Ritchie, 2024).

Há que distinguir, portanto, florestas maduras — consomem praticamente tudo o que produzem, inclusive o oxigênio —, das florestas jovens, nas quais a relação Produção x Consumo é maior que 1 ($PxR > 1$) quando então a produção excede o consumo da própria floresta e há, portanto, liberação de oxigênio. É essencial salientar que a visão de “Amazônia pulmão do mundo” (provavelmente utilizada durante a Conferência de Estocolmo em 1972) não é correta já que estamos diante de diversas florestas e não apenas uma floresta única, com relações PxR que variam de $PxR=1$ a $PxR>1$.

Isto também nos remete a relação entre produtividade versus biodiversidade. Seria esperado então que maior produtividade implica necessariamente em maior diversidade? Este é um tópico ainda objeto de discussão na Ecologia, uma vez que não se observa uma relação direta e constante entre maior produtividade resultando em maior diversidade.

Além disso, considerando que produtividade diz respeito a uma taxa de produção por unidade de área/volume, enquanto produção é o aumento de biomassa, não necessariamente esta é uma discussão esgotada e que merece, portanto, mais estudos e comprovação.

Vale aqui a observação de Flannery (1994), embora considerando a questão específica para Australasia, em seu livro *The Future Eaters: an ecological history of the Australian Lands and People*, que disse textualmente: “a variabilidade da produtividade sozinha é insuficiente para explicar diferenças na diversidade, uma vez que o tempo é também um fator importante”, para explicar a persistência da baixa condição nutricional causada pela estabilidade climática e geológica resultante da deriva continental e da espessa crosta do subcontinente Australiano ao longo de dezenas de milhões de anos.

Falta um pouco de todo esse conhecimento a alguns ‘ecólogos’ e, principalmente, o que é mais grave, aos educadores, governantes e políticos. Além disso, trata-se de uma importante questão educacional que tem impacto na vida no planeta. Portanto, esse conhecimento deveria constar permanentemente da agenda de órgãos de educação, como escolas do ensino primário e básico, universidades, ministério e secretarias de educação, e do Conselho Nacional de Educação, que sendo um órgão de Estado deve levar suas ações aos diferentes setores da sociedade. Na verdade, o país precisa de uma Educação diferente da atual.

Uma lista reduzida das leis da natureza (leis da física) é apresentada abaixo e os desenvolvimentos tecnológicos a partir delas são normalmente considerados sustentáveis, mas, de fato, podem ser classificados como insustentáveis. Essas leis e suas aplicações podem ser trabalhadas de forma didática como foi feito acima no caso da Amazônia e as leis da termodinâmica. Essa é uma nobre tarefa do sistema educacional, ensino básico e ensino superior, e que precisa ser construída e implementada. O planeta e a vida mostrarão o resultado dessa atuação advinda do sistema educacional.

As leis da física que merecem destaque são: termodinâmica, eletromagnetismo, relatividade, fluidos, mecânica quântica, física atômica, física nuclear. E alguns desenvolvimentos tecnológicos que resultaram da aplicação dessas leis são: usinas (luz elétrica), reatores, aço, semicondutores, mineração, agropecuária, barragens, água, poluição, queimadas, meio ambiente, plástico, borracha, carros, entre outros. Além disso, sob um olhar transdisciplinar, devem ser considerados estudos e discussões sobre sistemas abertos, estruturas dissipativas, vida como um sistema fora do equilíbrio, vida coletiva, estudos sobre a “consciência” para tratar esses problemas, entre outros.

No que diz respeito aos estudos sobre vida coletiva e consciência, um potencial caminho para o ensino corporificado e de impacto para os aprendizes, é a prática da meditação em suas variadas formas, sobretudo aquelas que levam à experiência da

compaixão, alegria apreciativa, bondade amorosa e a equanimidade. Essas virtudes são conhecidas como *brahmaviharas*¹ na tradição budista, ou as quatro virtudes incomensuráveis. Elas conduzem os seus praticantes à percepção da interdependência de tudo o que há e da sua origem comum.

Pesquisas que vêm sendo conduzidas sobre a efetividade de instrumentos educacionais que levem em conta a dimensão interna do indivíduo, acessível através de práticas meditativas, têm demonstrado resultados positivos para a sensibilização a comportamentos sustentáveis, que levem em conta a coletividade e o bem estar global do planeta (Wamsler *et al.*, 2021; Wamsler *et al.*, 2022). A efetividade desse tipo de abordagem nos traz a esperança de que as novas gerações podem ser precursoras de um modo de viver alinhado às necessidades de todos os seres e dos ecossistemas em que existimos.

1. <https://dharma-world.wordpress.com/2020/02/23/four-divine-abodes-brahma-viharas-in-theravada-buddhism/>

2. <http://lattes.cnpq.br/9138368383924203>

5. Soja, água, cerrado

Essas três palavras do título da seção estão intimamente interligadas. Os primeiros comentários dizem respeito à fixação do Nitrogênio no solo, resultado de pesquisa científica. Em seguida será descrito o uso da água na irrigação e finalmente o impacto no bioma Cerrado.

As pesquisas de Johanna Döbereiner (ver CNPq/Lattes²) abriram caminhos para o desenvolvimento da agropecuária brasileira, notadamente da cultura da soja, tornando-a mais racional. Ela demonstrou que, na sojicultura no Brasil, era possível recorrer-se a certos tipos de bactérias que fixam o nitrogênio no solo. A alternativa para melhoria do solo seria o adubo mineral que é caro e nocivo ao meio ambiente. Ou seja, essa pesquisa tem como um possível resultado uma economia de recursos e preservação do meio ambiente. De fato, o resultado desse desenvolvimento tornou o Brasil o segundo maior produtor de soja do mundo e o maior exportador deste produto.

Por outro lado, ações políticas e econômicas com relação ao agronegócio, em especial à soja, trouxeram resultados não tão positivos para o país. Por exemplo, considera-se que o 'agronegócio' contribui para o Produto Interno Bruto do país com 27,4%. Entretanto, restringindo o agronegócio às criações e às plantações, sua contribuição

não chega a 7%, segundo os cálculos do IBGE. Ou seja, a produção rural associada a plantas e animais, representa um quarto do que se classifica como ‘agronegócio’.

O agronegócio se apresenta de duas formas: um lado que tem dificuldade para adquirir o básico e o outro lado em que “uma minoria enriquece, desemprega, morde o erário, destrói o meio ambiente, abala as contas públicas, desequilibra mercados, inviabiliza a pequena produção, caloteia dívidas, acumula problemas com o fisco e superfatura sua verdadeira relevância econômica” (O Agro é Top?, 2022). Em especial, com relação à ‘soja’ o Brasil é competitivo porque exporta soja sem cobrar por água e biodiversidade perdidas. E quem paga o preço dessa perda é o povo brasileiro e o nosso ambiente. Ou seja, transferimos água para o exterior, por meio da soja, sem incluir no seu custo de produção esse ‘bem’ tão precioso hoje e, mais ainda, no futuro. (Barbosa, 2022)

Como já ressaltado em (ver Sa Barreto, 2022, no prelo)

Foram apresentadas alertas para a sociedade na defesa da liberdade e da natureza. A Amazônia e o Cerrado, sua depredação e necessária preservação para garantir a vida no planeta, foram temas presentes. É preciso lembrar que o ser vivo é vestido pelo ambiente e que a crise hídrica é perene. Na verdade, o meio ambiente sofre com as ações combinadas da ciência e tecnologia e com os objetivos do capitalismo, que visa o lucro e o enriquecimento de poucas pessoas no planeta. A mudança climática causa destruição do ambiente e da vida animal. Se nada for feito pode ocorrer a queda do céu, como disseram Kopenawa e Albert (2015).

O Cerrado brasileiro vive um momento de desmatamento e ao lado do avanço descontrolado do agronegócio está sofrendo na sua preservação. Esse descontrole sobre o território e o desmatamento está matando nascentes de água e pequenas lagoas extremamente importantes para o abastecimento da população e a geração de energia elétrica. Oito das 12 principais bacias hidrográficas brasileiras, como as dos rios São Francisco e Paraná, nascem nesse que é o segundo maior bioma do país, perdendo só para a Amazônia. De acordo com o biólogo e pesquisador Reuber Brandão “o uso da água do Cerrado para irrigação de produtos agrícolas, principalmente a soja, está diminuindo o volume do recurso nessas bacias, além de destruir boa parte da fauna e da flora que fazem do bioma a savana mais biodiversa do planeta” (Machado, 2022).

O INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulga que enquanto o desmatamento da Amazônia cai 40%, no Cerrado ele está em alta (Jornal Nacional, 2024).

6. Considerações finais

“Nós mesmos somos o nosso pior inimigo. Nada pode destruir a humanidade, mas a própria humanidade.” Pierre Teilhard de Chardin.

Foram apresentados alguns alertas para a sociedade na defesa da vida e da natureza. Em especial, destacou-se a Amazônia e o Cerrado, sua depredação e sua necessária preservação para garantir a vida no planeta. Na verdade, o meio ambiente sofre com as ações combinadas da ciência e tecnologia aliadas aos objetivos do capitalismo, que visa o lucro e o enriquecimento de poucas pessoas no planeta. Uma referência às políticas econômicas equivocadas e a desigualdade social e a sua necessária mudança pode ser expressa pelas palavras do Papa Francisco:

Se considerarmos que as emissões por indivíduo nos Estados Unidos são cerca de duas vezes maiores do que as dos indivíduos que vivem na China, e cerca de sete vezes maiores do que a média dos países mais pobres, podemos afirmar que uma ampla mudança no estilo de vida irresponsável ligada com o modelo ocidental teria um impacto significativo a longo prazo.

A ciência não é a chave para tudo. Mas, como dizia Einstein: “A coisa mais incompreensível sobre o mundo é que ele é compreensível”. O ressurgimento das epidemias que atingem principalmente os países mais pobres apresenta novos desafios. É importante destacar que é urgente uma proposta de governança global e sua implementação, para enfrentar os desafios apresentados do meio ambiente e das epidemias.

Conforme afirmado anteriormente, a educação ambiental, em todos os níveis, deveria constar permanentemente dos objetivos e das atividades de órgãos de educação, escolas e governos. Um texto de interesse é o dossiê “Educação Ambiental e a Escola Básica: contextos e práticas”, que apresenta oito artigos que discutem variadas perspectivas, necessidades, meios e práticas para se conceber uma Educação Ambiental “na diversidade, com reflexões, ideias e objetivos que contêm a pluralidade, bem como representatividade na formação de uma sociedade mais igualitária, justa e sustentável” (Colagrande; Farias, 2021). Os artigos estão distribuídos em três eixos temáticos: polí-

3 Além desse texto existem outras apresentações de interesse sobre Educação Ambiental. Citamos os links para eventuais consultas:

4 O filme pode ser acessado gratuitamente através do link: <https://vimeo.com/174443916/1e-37efb852>

ticas públicas e currículo, formação de professores, e práticas conduzidas no contexto escolar.³

Finalmente, é necessário formular a pergunta que não é retórica, mas é cada vez mais presente. A humanidade se tornou uma arma de destruição em massa? De fato, os dados indicam essa tendência, como mencionado antes, enquanto a população humana alcança os 8 bilhões, outras formas de vida estão sendo dizimadas. O *Homo Sapiens* destruiu dois terços das florestas tropicais, metade dos recifes de corais e um milhão de espécies agora lutam contra o desaparecimento.

A destruição progressiva do seu habitat é abordada no filme ‘Love thy nature’, que é muito interessante por apontar a perda de contato do *Sapiens* com a natureza e mostrar que uma reconexão é importante tanto para o ser humano quanto para a saúde do planeta.⁴

Como afirmado em Sa Barreto, 2022, (no prelo), “[A] desigualdade social, de raça e de gênero está presente em toda a sociedade. Igualdade e desigualdade: não cabe dizer eu estou igual; apenas, eu sou ou não sou igual. O que se espera é afirmar no futuro: eu sou livre, eu sou igual.” E ainda,

[O] importante é que, nessa procura, a pessoa adquira a humildade para fazer esse mundo melhor para todos, seres humanos, animais e vegetais. Compaixão é outro sentimento que deve existir, sentimento piedoso de simpatia para com a tragédia pessoal de outrem. O mundo, nosso país, estão povoados por uma maioria de pessoas miseráveis que necessitam que a minoria possua esse sentimento de compaixão e tenham a atitude para minorar o sofrimento deles. É um sentimento de ternura para com aquele que sofre, e espera-se transforme-se em ação. Caridade é outra qualidade a ser perseguida. Pela construção de um mundo melhor, espera-se que as pessoas usem a lógica difusa, não tenham certeza, cometam erros, sejam humildes, tenham compaixão, sejam caridosas e procurem a verdade. (Sa Barreto, 2022, no prelo)

Estamos diante de muitas perguntas:

O planeta está diante do fim do *Homo Sapiens*, como ocorreu com outros *Homo* na história? Ou, as ciências, em especial, as ciências humanas e sociais podem salvá-lo e ao planeta? Ou, quem sabe, a declaração (irônica?) de Sartre prevaleça: “o mundo resiste à nossa presença”.

Este texto se encerra lembrando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, faz, em 2024, 76 anos e que, em 28 de jul. de 2022, no último relatório do Pro-

grama das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) fez constar que “o meio ambiente saudável é um direito humano” (ONU, 2022), uma afirmação significativa para se garantir a dignidade do ser humano e liderar acordos globais para a proteção do meio ambiente.

7. Agradecimentos

Agradeço às professoras Heliana Ribeiro de Mello e Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva e aos professores Alfredo Oliveira e Francisco Barbosa a leitura crítica do manuscrito e suas recomendações, que foram parcialmente incorporadas ao texto. O texto é resultado das pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa do IEAT (Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares) As Leis das Ciências e da Natureza e o Desenvolvimento (In)Sustentável. Caminhos para o Futuro Saudável.

Referências

- AGRO É TOP? Uma radiografia de tudo que o agronegócio não quer que você saiba. Marcos Emílio Gomes | Edição 192, setembro 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agro-e-top/>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- ANDERSON, P. A política norte americana e seus teóricos. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ASIMOV, I. The Origin of the Universe em ORIGINS: How the World Came to Be, série em video, Eden Communications, EUA, 1983.
- BARBOSA, F. A. R. Limnology and the sustainable use of water in Brazil: visions and challenges. *Oecologia Australis*, v. 26 (2), p. 112-117, 2022. Doi: <https://doi.org/10.4257/oeco.2022.2602>. Acesso em 26 jun 2024.
- BREGMAN, R. Humanidade. Uma história otimista do Homem. Tradução de Claudio Carina. São Paulo. Planeta, 2021.
- COLAGRANDE, E. A.; FARIAS, L. A. Educação Ambiental e o contexto escolar brasileiro: desafios presentes, reflexões permanentes. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e81232, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/er/a/Yrsgh4KZCkSgKLKrktdQwHS/?lang=pt#>. Acesso em 26 jun. 2024.

DETOEUF, M. S. *A dança do universo*. Cendotec, São Paulo, 1986.

EINSTEIN, A. *Carta de Albert Einstein para Franklin Delano Roosevelt*, 1939, Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_Einstein-Szilárd Acesso em: 26 jun. 2024.

FLANNERY, T. *The Future Eaters: an ecological history of the Australian Lands and People*, Ch. 8 *The Diversity Enigma*, Reed New Holland, 1994.

GHDx, 2008. *GLOBAL HEALTH DATA EXCHANGE, Statistics on world population. GDP and per capita GDP.1-2008 AD*, Angus Maddison, IMF, 2008.

GUAJAJARA, Sônia: *Para nós, cultura é tudo que somos, é nosso modo de vida e também sinônimo de luta*. Nonada. 11 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2023/01/sonia-guajajara-para-nos-cultura-e-tudo-que-somos-e-nosso-modo-de-vida-e-tambem-sinonimo-de-luta/>. Acesso em: 25 jun. 2024

HANUSCH, Horst; CHAKRABORTY, Lekha; KHURANA, Swati . *Fiscal Policy, Economic Growth and Innovation: An Empirical Analysis of G20 Countries*. Levy Economics Institute, Working Paper No. 883, February 27, 2017. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2924801 . Acesso em: 26 jun. 2024.

HARARI, Y. N. *Sapiens. Uma breve história da humanidade*. São Paulo. Companhia das Letras, 2020.

IPCC. *Aquecimento global de 1,5°C: sumário para formuladores de Políticas*. Trad. Mariane Arantes Rocha de Oliveira. 6 out. 2018. Disponível em: <https://www.ipcc.ch>SPM-Portuguese-version>. Acesso em: 25 jun. 2024.

JORNAL NACIONAL *Desmatamento na Amazônia cai, mas desmatamento no Cerrado aumenta*. G1, Rede Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/04/12/desmatamento-na-amazonia-cai-mas-devastacao-aumenta-no-cerrado.ghhtml>. Acesso em 26 jun. 2024.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

KURZWEIL, R. *The singularity is near: when humans transcend biology*. Penguin Books, 2006.

LORENZ, K. *On Aggression*, Bantam Edition, 1967.

MACHADO, Leandro. *Brasil é competitivo porque exporta soja sem cobrar por água e biodiversidade perdidas, diz cientista*. São Paulo: BBC News Brasil, 3 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62718299>. Acesso em 26 jun. 2024.

MANN, T. *A Montanha Mágica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. [1848]. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017. 70 p.

ONU. *PNUMA 2022*. Disponível em: <https://www.unep.org/annualreport/pt-br/node/71?%2F=>. Acesso em: 26 jun. 2024.

RITCHIE, H. *Not the End of the World: How We Can Be the First Generation to Build a Sustainable Planet*. Little, Brown Spark, 2024.

SÁ BARRETO, F.C., *Esteavam Las Casas e Patricia Franca-Huchet. Desafios do conhecimento na transformação para um mundo melhor. Prolegômenos, ebook, Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2022 (em preparação).*

SÁ BARRETO, F.C. *Educação Superior Brasileira na Contemporaneidade: Desafios. A Universidade do Amanhã, Ver. UFMG, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 22-53, jan./abr. 2021.*

SIQUEIRA, E. *Para Compreender o Mundo Digital*, Editora Globo S.A., 2008.

STENGER, V. J. *The Comprehensible Cosmos: Where Do the Laws of Physics Come From?* Prometheus Books, Amherst, New York, USA, 2006.

WAMSLER, C. et al. *Linking internal and external transformation for sustainability and climate action: Towards a new research and policy agenda. Global Environmental Change*, vol. 71, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2021.102373>.

WAMSLER, C. et al. *Theoretical foundations report: Research and evidence for the potential of consciousness approaches and practices to unlock sustainability and systems transformation. Report written for the UNDP Conscious Food Systems Alliance (CoFSA), United Nations Development Programme UNDP. 2022. Disponível em:*

https://www.contemplativesustainablefutures.com/_files/ugd/4cc31e_143f3bc24f2c43ad94316cd50fbb8e4a.pdf



do ultrapasado



Jonathas de Andrade, Museu do Homem do Nordeste – Museu de Arte do Rio (MAR) – Rio de Janeiro – Brasil – 2014

Photos: Eduardo Ortega





Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



- 62 decorating the window
- 63 end of the year ornament
- 64 to be eaten like a root
- 65 plant that produces sweets and cachaça
- 66 decorating lunch
- 67 for kids playing in the street
- 68 small wood to spark a fire
- 69 piece of iron; grab holder
- 70 dry herbs that can turn into broom
- 71 dusting from inside the house
- 72 stirring up dust from dry land backyard
- 73 putting clothes to bleach
- 74 putting dirty underwear to soak
- 75 bathing kids
- 76 pot to collect water from leak
- 77 collecting rain
- 78 for washing the floor, bathroom; mopping the house
- 79 throwing trash away
- 80 fixing the fence taken away by the river
- 81 roasting corn on the coals in June
- 82 decorating the table
- 83 decorating the house

- 84 decorating the shelf
- 85 having a beer
- 86 corn for the chickens
- 87 repairing the clothes of the Dutch and the warriors
- 88 sitting for teaching
- 89 sitting down to chat
- 90 gossiping in the backyard
- 91 result of work
- 92 on top of the stove shelf
- 93 on the telephone table
- 94 old wheel to become something else
- 95 opening a coconut
- 96 putting kids to sleep

CENÁRIOS SOBRE O FUTURO DO TRABALHO DESENHADO PELO CAPITALISMO:

análise crítica da futurologia mainstream

VANDER CASAQUI*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.54315>

RESUMO: Este artigo tematiza o futuro do trabalho em sua dimensão discursiva, cultural e em perspectiva crítica. Analisamos o relatório “Workforce of the future: the competing forces shaping 2030”, assinado por uma das maiores consultorias empresariais do mundo, a PwC. Nosso objetivo é compreender os sentidos do trabalho e os elementos ideológicos constituintes das projeções de futuro publicizadas pelo documento. Carrico (2013) define como “futurologia mainstream” os discursos ideologicamente marcados dos relatórios, pesquisas e white papers de grandes corporações capitalistas. Compreendemos esses discursos como expressões do capitalismo de nosso tempo. A metodologia está baseada na abordagem do discurso social (Angenot) e na análise do discurso neoliberal (Guilbert). Por meio das análises, identificamos o desenho de futuro do trabalho derivado da racionalidade capitalista, do determinismo tecnológico e da visão organizacional transformada em cenário social, dissimulando as possibilidades de imaginação e construção de outros mundos possíveis.

PALAVRAS-CHAVE: futuro; trabalho; comunicação; discurso; capitalismo

Scenarios of the future of work designed by capitalism: critical analysis of mainstream futurology

ABSTRACT: This article discusses the future of work from a discursive, cultural and critical perspective. We analyze the report “Workforce of the future: the competing forces shaping 2030”, signed by one of the world's largest business consultancies, PwC. Our aim is to understand the meanings of work and the ideological elements that make up the projections of the future published in the document. Carrico (2013) defines “mainstream futurology” as the ideologically marked discourses of the reports, research and white papers of large capitalist corporations. We understand these discourses as expressions of the capitalism of our time. The methodology is based on the social discourse approach (Angenot) and neoliberal discourse analysis (Guilbert). Through the analyses, we identified the design of the future of work derived from capitalist rationality, technological determinism and the organizational vision transformed into a social scenario, concealing the possibilities of imagination and the construction of other possible worlds.

KEYWORDS: future; work; communication; discourse; capitalism

* Universidade Paulista

Introdução

O futuro, como fato cultural no contexto capitalista, que é nosso tema de pesquisa, vai representar uma ideia de “cancelamento” de outros futuros possíveis. Quando agentes do capitalismo se dedicam a difundir cenários futuros, em relatórios, pesquisas, white papers sobre o futuro do trabalho, estão, de certa forma, desenhando contextos que representam a continuidade histórica do sistema, colonizando esse futuro narrativizado com suas projeções e prescrições. O relatório estudado neste artigo é assinado por uma das principais consultorias empresariais do mundo, a PwC, o que implica um potencial impacto de replicabilidade de suas ideias, tanto em políticas corporativas de clientes da consultoria como em diretrizes incorporadas por outros agentes e interessados no tema – dado o caráter público, de acesso aberto, do documento. O desenho do futuro do trabalho pela PwC é um exercício retórico e prescritivo, uma prática de governamentalidade (Foucault, 2008) que se vale de estratégias de legitimação para ser considerado como documento científico, baseado em evidências. Na perspectiva proposta pelo dossiê, este artigo discute tanto a circulação de sentidos sobre o trabalho quanto a questão da temporalidade, uma vez que o futuro é mobilizado pelos discursos como lugar de reconfigurações e transformações.

Carrico (2013) vai definir como futurologia mainstream os discursos presentes nesses documentos; em nossa pesquisa, partimos do pressuposto de que essa é uma abordagem importante para compreender, no âmbito das relações entre comunicação e trabalho, como se estabelece a dimensão retórica do capitalismo, constituinte de seu “novo espírito” (Boltanski; Chiapello, 2009). Consideramos que esse estudo é a realização de uma abordagem histórica do mundo atual, na forma como o imaginário de futuro é configurado, disseminado e disputado. Sendo assim,

o objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer (Chartier, 2010, p. 49).

A emergência da economia neoliberal como doutrina planetária, nos anos 1980, estabelece uma nova configuração social, que ultrapassa os modos de produção

capitalista e busca alcançar corações e mentes. A “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016) se torna determinante para os movimentos posteriores de reestruturação do sistema e da produção de novas subjetividades.

Nesse processo, o fator tecnológico é elemento-chave. A informatização a partir dos anos 1970; o advento das mídias digitais, consolidado no decorrer das primeiras décadas do século XXI, com a emergência das chamadas Big Techs (Morozov, 2018); e a automatização de atividades, com a consequente eliminação de postos laborais, são faces de um acirramento da determinação tecnológica que atinge o mundo do trabalho, as práticas de consumo, e que vão afetar decisivamente a vida cotidiana.

Voltemos às questões colocadas por Chartier (2010) na citação acima. Diante do horizonte estabelecido a partir dos aparatos tecnológicos que reorganizam o capitalismo na contemporaneidade, a tensão entre as “capacidades inventivas” - ou o imaginário de outros futuros possíveis imaginados por indivíduos e comunidades -, e as “restrições” que sobredeterminam o que é possível “pensar, dizer e fazer”, é organizadora do que se narra sobre o futuro. Ou seja, o futuro narrado pelos agentes do capitalismo é profundamente ideológico, pois assume um papel estratégico no desenho do sistema projetado para os próximos anos.

Mark Fisher, em sua obra intitulada *Realismo capitalista* (2020), traz no subtítulo uma provocação em formato de questão: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? A tese defendida pelo autor expressa a ideia de que se estabeleceu, em nosso tempo, o imaginário de que não há alternativas ao sistema capitalista. Nas palavras de Fisher,

O realismo capitalista, resumindo brevemente, pode ser visto tanto como uma crença quanto como uma atitude. É a crença de que o capitalismo é o único sistema econômico viável, uma simples reafirmação da antiga máxima thatcherista: “não há alternativa”. Não se trata necessariamente da ideia de que o capitalismo é um sistema particularmente bom, mas sim de persuadir as pessoas a acreditarem que é o único sistema viável e que a construção de uma alternativa é impossível (Fisher, 2020, p. 152).

A análise de Fisher tem implicações diretas em relação ao imaginário de futuro e a sua relação com o sistema capitalista. Há uma colonização do futuro que se constitui a partir do pressuposto básico dos discursos que analisamos em nossa pesquisa: constituídos como códigos hegemônicos, os discursos sociais (Angenot, 2010) corres-

pondentes à ideologia do Vale do Silício e à cultura empreendedora, a naturalização da precarização do trabalho derivado da economia de plataforma, e a normalização do processo de acirramento da automatização dos modos de produção capitalistas promovem um cenário social a partir do qual as mentalidades econômicas (Polanyi, 2012), associadas à sociedade neoliberal, imaginam o que será o futuro. O fator persuasivo apontado por Fisher guarda relação com a dimensão retórica do espírito do capitalismo, como discutem Boltanski e Chiapello (2009), uma vez que acreditar que o sistema é o único “viável e que a construção de uma alternativa é impossível” pressupõe a produção de um engajamento, de uma adesão quase voluntária derivada de um processo comunicacional complexo.

Sem que tenhamos como medir o seu impacto de maneira precisa, é perceptível a influência dos discursos sociais que afirmam positivamente elementos, categorias e conceitos extraídos da práxis econômica contemporânea, em certa medida, podendo ser identificada pelo seu espriamento, por sua recorrência a partir de um sem-número de agentes que assumem a palavra e são identificados como “lideranças inspiradoras”, como coaches, futuristas, influenciadores digitais, empreendedores de palco, entre tantas definições que caracterizam o mercado de ideias (Angenot, 2010) em torno dos princípios, ideologia e imaginário capitalistas de nosso tempo. A noção de cultura da inspiração (Casaqui, 2017) é derivada da observação dessas práticas discursivas tributárias do novo espírito do capitalismo, em sua formatação como autoajuda empreendedora, como discurso positivo que afirma, de modo totalizante, o status quo e legitima a maneira como o sistema econômico transborda para a vida como um todo.

A partir dessas questões, definimos como perspectiva metodológica deste estudo a abordagem do discurso social de Angenot (2010), que oferece elementos para a análise da retórica que corresponde à hegemonia capitalista de nosso tempo, ou o horizonte de ideias, valores, padrões reconhecidos e legitimados que norteiam o que é pensável e dizível em dado contexto social. Para a nossa pesquisa, o discurso social predominante é associado à ideologia correspondente à cultura empresarial do Vale do Silício, em que o empreendedorismo, a indústria cultural, uma nova gama de serviços e aparatos técnicos como mercadorias, acoplados à informatização acentuada dos processos do sistema vão caracterizar um capitalismo essencialmente comunicacional, como discute Prado (2013).

Destacamos, no universo das consultorias empresariais, as quatro maiores empresas globais, que são denominadas “Big Four”: Deloitte, Ernst & Young (EY), PricewaterhouseCoopers (PwC) e KPMG. Entre as produções sobre o futuro do trabalho assinadas por essas consultorias, selecionamos para análise o relatório “Workforce of the future: the competing forces shaping 2030”, assinado pela PwC, por conta de algumas peculiaridades que o tornam relevante:

a) O relatório representa, como dito acima, a visão de uma das quatro maiores consultorias empresariais globais, o que amplifica o alcance e a influência de suas projeções. Diferentemente de outros relatórios anuais, este é um documento mais perene, publicado em 2018 mas que segue como uma das diretrizes para as ações e serviços prestados pela empresa, estando disponível atualmente para navegação no site da consultoria (PwC, 2018);

b) Trata-se de um relatório que elabora um prognóstico de médio prazo: o “desenho do futuro” promovido pela PwC remete ao ano de 2030, ou seja, são propostas válidas pelos 10 anos seguintes à sua publicação. Esse prazo é significativo, por exemplo, em comparação com relatórios do World Economic Forum, como a série “Future of jobs reports”, que projetam cenários para cinco anos;

c) Outra característica própria do relatório é o desenho de cenários, ou “mundos possíveis”, por meio dos quais se definem não somente as competências profissionais dos trabalhadores do futuro, mas também as políticas e ambientes corporativos.

d) A retórica do relatório, como discutiremos a seguir, aponta para projeções que envolvem organizações (privadas e públicas), indivíduos e sociedade; nesse sentido, mais do que visões prospectivas para novos negócios, encontramos no relatório da PwC um projeto de sociedade, que guarda relação com a noção de capitalismo como projeto proposta por Moore (2020).

O futuro do trabalho em relatórios corporativos

Quando tratamos de competências profissionais na atualidade, esbarramos na noção controversa de soft skills, ou competências morais e comportamentais associadas à prática laboral. Em trabalho anterior (Casaqui, 2023), identificamos um movimento de agentes do capitalismo em rever competências laborais em função de uma

¹ No original: “el futuro no es un espacio en blanco para la inscripción de la ilustración tecnocrática o las oscilaciones de largo plazo de la naturaleza, sino un espacio para el diseño democrático que debe comenzar con el reconocimiento de que el futuro es un hecho cultural”.

² Disponível em: <<https://home.manpowergroup.com.br/pt-br/ebook-futuro-do-trabalho-20-tendencias>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

constatação decorrente da pandemia da Covid-19: a incapacidade do sistema de prever o futuro com precisão, uma vez que a inesperada crise sanitária desestabilizou a economia global sem que houvesse uma identificação prévia desse risco incorporada ao planejamento capitalista. A consequência dessa constatação é a transferência, para o trabalhador, da prescrição de competências sintetizadas pela noção de “antecipação de futuros”.

Appadurai (2015) fundamenta a discussão sobre o futuro como fato cultural, por meio de uma visão antropológica, que abre perspectivas para o exercício da crítica e a consequente desnaturalização dessa noção, tão cara ao mercado capitalista atual. Uma evidência dessa importância é o surgimento de personagens que atuam no ramo do aconselhamento, também denominado coaching, que trabalham com conceitos imprecisos e utilitários como “futuros desejáveis” e “futuros pessoais”, que correspondem a estratégias para planejamento de ações empreendedoras, de novos negócios, entre outros atos mercadológicos. Essa associação entre planejamento estratégico e futuro revela o objetivo de desenhar, enquadrar, delimitar o futuro mais favorável para um agente específico. Obviamente, estamos tratando de uma ética individualista, relativa a sujeitos capitalistas e corporações, que contrasta com o futuro como algo a ser imaginado, debatido e construído coletivamente, no presente cotidiano, com vistas a um mundo melhor para todos, para a maioria, no compartilhamento de interesses e objetivos comuns. A teoria de Appadurai (2015, p. 251) vai diferenciar essas duas faces do futuro a partir das noções de “ética da possibilidade” e a “ética da probabilidade”; segundo o autor, enquanto a ética da probabilidade corresponde à visão do futuro sob a ótica capitalista, baseada no planejamento, no cálculo, na contabilização e no diagnóstico, decorrentes das operações do sistema, a ética da possibilidade se refere à imaginação coletiva em busca de um outro futuro possível, associado ao “campo da cidadania informada, criativa e crítica” (Appadurai, 2015, p. 251). Sendo assim, “O futuro não é um espaço em branco para a inscrição do esclarecimento tecnocrático ou das oscilações da natureza a longo prazo, mas um espaço para o projeto democrático que deve começar com o reconhecimento de que o futuro é um fato cultural” (Appadurai, 2015, p. 254, tradução nossa).¹

Na conclusão do relatório “Futuro do trabalho: 20 tendências para você e sua empresa navegaem”² (2023), assinado pela ManpowerGroup – uma assessoria global de recursos humanos que possui uma filial brasileira – e O Futuro das Coisas, uma

empresa de consultoria e treinamento que desdobra sua atuação em produção de conteúdos, aprendizagem, estudos de mercado e tendências e “team building”, reencontramos a constatação do futuro como construção social em seu deslocamento promovido pelo mercado futurista: “(...) o futuro é uma construção. O futuro só é conhecido, de fato, quando se torna presente. Então, talvez, ao invés de [sic] nos perguntarmos qual futuro queremos, podemos nos questionar em qual presente queremos estar, viver e trabalhar nos próximos anos” (p. 94).

Nesse ponto, é importante alertar para o pressuposto do trecho citado: o futuro pode ser empreendido, projetado, planejado, aos moldes do ideário do capitalismo como projeto discutido por Jason Moore (2020). A atuação da empresa O Futuro das Coisas não deixa dúvidas sobre essa possibilidade, que se revela em seu manifesto, intitulado “Novas lentes para enxergar o invisível”³, reproduzido abaixo em alguns de seus trechos:

[...]

Não estamos presos no presente.

Nem somos vítimas impotentes do amanhã.

Estamos aqui para povoar o futuro. Apoderar-nos dele.

[...]

Ajustando a lente para observar o futuro, questionamos os mitos que trazemos do passado e reestruturamos continuamente a nossa perspectiva sobre o mundo.

Sabemos o quão frágil é o status quo e como o amanhã pode ser maleável.

Ajustando ainda mais essa lente, podemos imaginar com ousadia novas possibilidades. Podemos imaginar novas narrativas para o futuro e ampliar a gama dos futuros prováveis e desejáveis que queremos para a nossa vida.

[...]

Porque a narrativa do futuro deve ser escrita por todos. A partir de agora.

Vamos escrevê-la juntos?

³ Disponível em: <https://ofuturodascoisas.com/manifesto/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

O manifesto acima, que parece ecoar uma narrativa faustiana, do personagem alegórico da Modernidade celebrizado pela obra de Goethe (1749-1832), expressa tanto o imaginário do homem como ser dominante da Natureza, capaz de projetar mundos possíveis adequados à sua existência e suas perspectivas futuras, quanto assume a noção de flexibilidade (aludida pelo termo “maleável”), já incorporada tanto nos discursos sobre o capitalismo de nosso tempo quanto na designação de comportamentos, ou habilidades (skills) esperados dos agentes desse sistema, trabalhadores, gestores, empreendedores em sentido amplo. Segundo Sennett (2007, p. 53),

A palavra “flexibilidade” entrou na língua inglesa no século quinze. Seu sentido derivou originalmente da simples observação de que, embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. “Flexibilidade” designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas.

Sennett, em sua retomada da gênese de termos centrais associados ao capitalismo contemporâneo, explica como o comportamento humano associado a certa noção de flexibilidade passa a ser um ideal de nosso tempo, quando tratamos do contexto produtivo-laboral e seus desdobramentos na trama da vida. Para este estudo, buscamos compreender como a flexibilidade, que é um requisito atribuído tanto a organizações quanto a trabalhadores no contexto concorrencial do mercado, se expande como possibilidade de gerenciamento do amanhã.

A natureza concorrencial do capitalismo faz com que o futuro também seja objeto de disputa. Nesse espectro, as consultorias empresariais são tidas como parceiras para projetar as corporações em cenários futuros, baseando-se na racionalidade dos números, em análises probabilísticas, relatórios sobre dados e índices. As consultorias também servem como selos de qualidade para a atuação corporativa, uma vez que seus serviços, auditorias, avaliações “independentes” são respostas ao mercado sobre a confiabilidade dos relatórios apresentados pelos seus dirigentes aos atuais e futuros investidores. Em síntese, a mercadoria principal oferecida por esse setor de serviços é a confiança.

Esse contexto das corporações e suas assessorias formam um cenário enun-

ciativo contemporâneo, do qual se originam relatórios de pesquisas, white papers, documentos que representam a “futurologia mainstream” discutida por Carrico (2013). Observamos, com especial atenção, os materiais corporativos que tratam do futuro do trabalho, assinados por agentes globais do mercado, e que tem por característica serem relatórios abertos, publicizados nas redes sociais – sem restrições à sua circulação, para além do acesso aos meios digitais. Nesse sentido, os enunciados produzidos sobre o futuro do trabalho – e, conseqüentemente, o futuro das empresas e do capitalismo em si – estabelecem como interlocutores potenciais uma audiência ampla, indefinida, que pode não ter nenhuma relação com cargos decisórios do mundo corporativo ou com investimentos em bolsas de valores – onde se supõe que essas informações gerenciais tenham maior apelo, utilidade e sentido.

Análise discursiva do relatório “workforce of the future”

A história do pequeno grupo de grandes corporações de auditoria e consultoria empresariais, conhecido como Big Four, é uma história de fusões, crises, estratégias de expansão de negócios que acompanha a trajetória dos grandes players do capitalismo global. É composto por empresas com mais de 100 anos de existência, que foram ampliando suas operações, estabelecendo acordos com empresas locais, incorporando concorrentes e modificando suas razões sociais. Durante o século XX, esse grupo seleto era composto por um bloco de oito empresas, originadas nos EUA e na Inglaterra, que foi sendo reduzido com os anos até se consolidar nos Big Four – o modo como esse grupo é denominado pelo mercado.⁴

A PricewaterhouseCoopers, hoje conhecida pela sigla PwC, é resultado da fusão, em 1998, da Price Waterhouse (empresa estabelecida no Brasil desde 1915) e a Coopers & Lybrand. O site da filial brasileira da PwC resume dessa forma a dimensão e a atuação da empresa:

Como parte de um network de firmas presente em 151 territórios e formado por mais de 360 mil profissionais, ajudamos organizações e indivíduos oferecendo qualidade na prestação de serviços integrados nas áreas de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria estratégica e assessoria em transações.⁵

4 Fonte: <https://www.empiricus.com.br/explica/big-four/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

5 Fonte: <https://www.pwc.com.br/pt/quem-somos.html>. Destaques do original. Acesso em: 24 ago. 2024.

Nosso foco é apoiar as organizações em duas necessidades interligadas que ganham força em um mundo em transformação. A primeira é construir confiança – algo que nunca foi tão importante em um contexto de incertezas, mudanças constantes e expectativa de que as empresas respondam por seu impacto na sociedade. A segunda é entregar resultados sustentáveis em um ambiente no qual a competição, a disrupção e a necessidade de inovar e se transformar são crescentes.

O trecho da autoapresentação da PwC citado acima merece alguns destaques. O primeiro é a presença da nova linguagem do capitalismo (Leary, 2018), identificada em termos como network, impacto, resultados sustentáveis, disrupção, que remetem ao “novo espírito” do sistema (Boltanski; Chiapello, 2009), em que o empreendedorismo ultrapassa a esfera dos negócios e se transforma em um modelo ideal de sociedade (Dardot; Laval, 2016). Essa terminologia é facilmente reconhecível em discursos articulados à cultura empreendedora de nosso tempo, descrevendo ações e mentalidades desejáveis na busca do alto desempenho, da competitividade, da inovação instrumental, da gestão eficaz das empresas e do eu como empresa.

O segundo é o que está implícito na atuação da consultoria: o cenário instável, movediço, competitivo, de (auto)destruição criativa da economia neoliberal, em trechos como “mundo em transformação”, “contexto de incertezas, mudanças constantes” e “ambiente no qual a competição, a disrupção e a necessidade de inovar e se transformar são crescentes”. Esses elementos compõem o cenário do capitalismo flexível discutido por Sennett (2007), e representam as evidências da presença do discurso neoliberal (Guilbert, 2020) na configuração do cenário em que seus clientes atuam, que é o capitalismo da atualidade.

O terceiro ponto é derivado dos dois anteriores: adequando-se à nova gramática do capitalismo, e oferecendo serviços que auxiliam empresas em um contexto de transformações e crises constantes (que, afinal, é a tradução da história do capitalismo desde sua gênese), a consultoria PwC se apresenta como especialista em futuros, que é o jargão atual que ressignifica projetos, estratégias, diagnósticos e visões prospectivas para os negócios. Esse é o contexto que atribui sentido ao relatório “Workforce of the future”, publicado em 2019, mas resultante de pesquisas originadas 10 anos antes ao menos. Quando pensamos no tipo de assessoria oferecida pela PwC e suas concorrentes, facilmente reconhecemos a ética das probabilidades definida por Appadurai (2015): auditorias contábeis, estratégias corporativas, apoio em transações comerciais e

operações fiscais. Os futuros, projeções, cenários construídos como resultados desses serviços são necessariamente derivados de uma racionalidade capitalista – o que não exime essa atuação de falhas, quebras de confiança, falências ocasionais, como aponta matéria publicada no site da Empiricus, empresa especializada em assessoria de investimentos:

Em 2019, o Public Company Accounting Oversight Board, conselho que supervisiona a contabilidade das empresas negociadas em Bolsa de Valores, (...) fez uma análise com resultados bastante negativos: o Big Four errou quase um terço (31%) de suas auditorias desde 2009.⁶

Mesmo sujeito a falhas recorrentes, há uma dimensão afetiva e mítica na relação das operações empresariais com a imagem corporativa, que é sustentada pela ideia de confiança – a mercadoria principal ofertada pelas consultorias. Como sintetiza a frase que apresenta um dos pilares da “nova equação” da atuação da PwC, o da transformação: “Conquiste o presente. Molde o futuro. Mantenha-se à frente”⁷.

No entanto, o relatório apresenta um discurso que vai além da dimensão contábil e das operações fiscais e financeiras das corporações capitalistas. A base do documento é a apresentação de quatro “mundos possíveis” do trabalho no futuro, ou “The Four Worlds of Work in 2030”. Lazzarato (2006) analisa o capitalismo contemporâneo por meio de sua dimensão comunicacional, entendendo que a empresa multinacional, em sua atividade produtiva, cria um mundo, resultante de suas funções: “atividades de pesquisa e desenvolvimento, de marketing, de concepção, de comunicação, ou seja, todas as forças e agenciamentos (ou máquinas) de expressão” (Lazzarato, 2006, p. 99). O autor considera que a produção de mundos possíveis é algo incorporado pelos indivíduos em seus corpos e almas, sendo indissociáveis tanto das pessoas quanto das mercadorias desenvolvidas pelas corporações. Dessa forma, “a empresa que produz uma mercadoria ou um serviço cria um mundo. Nessa lógica, o serviço ou o produto – da mesma maneira que o consumidor e o produtor – devem corresponder a esse mundo” (Lazzarato, 2006, p. 99).

A lógica de “moldar o futuro”, como é mencionada no site da PwC, é uma dessas expressões recorrentes na nova linguagem do capital, ou uma evidência do discurso neoliberal (Guilbert, 2020). A produção de mundos possíveis, correspondente ao desenho de futuros, é algo bastante evidente no relatório sobre o futuro do trabalho

6 Fonte: <<https://www.empiricus.com.br/explica/big-four/>>. Publicada em 26 set. 2023. Acesso em: 28 ago. 2024.

7 Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/a-nova-equacao.html>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

8 No original: “The future of work asks us to consider the biggest questions of our age. What influence will the continuing march of technology, automation and artificial intelligence (AI) have on where we work and how we work? Will we need to work at all? What is our place in an automated world?”.

9 No original: “This is less about technological innovation and more about the manner in which humans decide to use that technology. The shape that the workforce of the future takes will be the result of complex, changing and competing forces.”

em 2030 selecionado para este artigo. O título do estudo, “Workforce of the future: the competing forces shaping 2030” (“Força de trabalho do futuro: as forças concorrentes que moldam 2030”, tradução nossa), já identifica um deslocamento da potência do trabalho, que, na perspectiva marxista, representa a capacidade do homem de transformar a natureza em seu benefício, para a instrumentalização do trabalho como mercadoria, no contexto do sistema produtivo da economia capitalista. Essa força de trabalho, no entanto, estaria voltada à moldagem, ao desenho de um futuro. Mas que futuro seria esse? É essa a questão que pretendemos responder por meio da observação e análise dos mundos construídos e publicizados pelo relatório da PwC.

Quatro mundos do trabalho no futuro da pwc

Na apresentação do relatório Workforce of the future, estão os questionamentos centrais que mobilizam sua retórica:

O futuro do trabalho pede-nos que consideremos as maiores questões da nossa época. Que influência terá a marcha contínua da tecnologia, da automação e da inteligência artificial (IA) sobre onde e como trabalhamos? Precisaremos trabalhar? Qual é o nosso lugar em um mundo automatizado? (PwC, 2018, tradução nossa) ⁸

O trecho acima evidencia que as questões fundamentais de nosso tempo com vistas ao futuro, no discurso da PwC, são originárias de uma visão determinista em torno das tecnologias: as questões filosóficas da existência, no cenário do capitalismo, são restritas ao impacto das tecnologias no mundo do trabalho, e se o ser humano terá espaço nesse mundo governado e organizado pelas lógicas do sistema. A apresentação do relatório, na continuidade do trecho citado acima, busca problematizar e relativizar essa visão, quando afirma que há uma realidade complexa em torno do tema, que “tem menos a ver com inovação tecnológica e mais com a forma como os humanos decidem utilizar essa tecnologia. A forma que a força de trabalho do futuro assumirá será o resultado de forças complexas, mutáveis e concorrentes” (tradução nossa).⁹

As linhas de força “complexas, mutáveis e concorrentes” mencionadas são tra-

duzidas, por um modelo supostamente dialético, organizado na relação de oposição entre dois eixos: um primeiro eixo horizontal apresenta a tensão entre coletivismo x individualismo – sendo a ética coletiva associada ao bem comum, aos interesses e responsabilidades coletivas, que se sobrepõem a preferências e escolhas individuais. No outro extremo, a ética individualista, articulada à imagem do consumidor e suas escolhas infinitas, e as regras próprias estando acima do que é comum e partilhado por todos.

O segundo eixo, posicionado verticalmente, relaciona os termos fragmentação x integração; esses termos são ancorados a uma questão essencialmente mercadológica, ou seja: a fragmentação representando os pequenos negócios, grupos de afinidade de consumidores engajados, movimentos sociais, que tensionariam o polo oposto, da integração corporativa associando a empresas globais que ampliam seu alcance e superam a influência de algumas nações, determinando regras que atendam aos interesses de seus negócios em detrimento do bem comum. Esse polo coloca os grandes players globais, seus monopólios de mercado, fusões e marcas poderosas colocando em xeque os interesses públicos – em curiosa relação com a histórica noção de *homo economicus* e sua autonomia em confronto com as prioridades e políticas sociais das nações, conforme discute Foucault em sua obra *Nascimento da biopolítica* (2008).

O mapa composto pelos dois eixos descritos e seus polos é o espaço gráfico onde são inseridos os “quatro mundos do trabalho em 2030”. Observemos os quatro “mundos possíveis” desenhados pelo relatório, considerando-os como eixos semânticos que agregam os elementos componentes do futuro, sob a ótica do mundo corporativo. Cada um deles é identificado por uma cor: as três cores primárias (amarelo, azul e vermelho), e uma cor secundária (verde). A sequência das análises que desenvolvemos segue a apresentação dos mundos no relatório; essa ordenação também é produtora de significados, uma vez que há uma sequência lógica que parte de mundos mais reconhecíveis do capitalismo atual, para cenários em que se esboça certa “utopia pragmática” - ou uma leitura positiva, idealizada do que é a transformação social por meio de mundos possíveis desenhados por meio do próprio sistema econômico.

O primeiro a ser analisado é “The Red World”, o Mundo Vermelho, em que a inovação “governa”, ou “dita as regras”: este mundo, situado entre os pólos da fragmentação e do individualismo, conota negativamente aquilo que corresponde a um

dos principais discursos sociais (Angenot, 2010) de nosso tempo: o discurso neoliberal, que, por sua vez, está imerso na cultura empreendedora e na ideologia do Vale do Silício, berço das chamadas Big Techs (Morozov, 2018), as megaempresas tecnológicas que regem a economia global do capitalismo atual:

Organizações e indivíduos competem para oferecer aos consumidores o que eles desejam. A inovação ultrapassa a regulamentação. As plataformas digitais proporcionam alcance e influência extraordinários àqueles com uma ideia vencedora. Especialistas e lucros de nicho florescem¹⁰ (PwC, 2018, tradução nossa)

¹⁰ No original: “Organisations and individuals race to give consumers what they want. Innovation outpaces regulation. Digital platforms give outsized reach and influence to those with a winning idea. Specialists and niche profitmakers flourish”.

A definição do Mundo Vermelho é o resumo da essência do capitalismo de mercado, sua lógica concorrencial, sua centralidade no consumidor e sua mitologia em relação ao empreendedorismo, à liberdade para inovar, às opções de escolhas “infinitas” dos consumidores. Soa no mínimo paradoxal que uma consultoria global, que atende grandes corporações, desenvolve diretrizes e estratégias para manter a competitividade das organizações, apresentar um cenário negativo do próprio capitalismo que, em certo grau, colaborou para construir. A cor vermelha, nesse contexto, tem a conotação de alerta, de risco, de atenção máxima com vistas ao futuro projetado para 2030.

O segundo “mundo” que discutimos é “The Blue World”, o mundo azul em que “a corporação reina” (“corporate is king”). Neste universo, as grandes empresas crescem sem limites, continuamente, e as escolhas individuais (dos consumidores e empresas) se impõem sobre a responsabilidade social e à ética do bem comum. Identificamos que esse mundo, entre os polos do individualismo e da integração, também é significado como ameaça para o futuro projetado. Basicamente, os dois mundos analisados até aqui, o Vermelho e o Azul, são representações fiéis do que é o capitalismo neoliberal em sua essência: liberdade de mercado e de concorrência; prioridade para o consumo como alegoria de uma sociedade individualizada; racionalidade econômica e poder hegemônico das corporações como ameaças a políticas sociais, às soberanias nacionais e, em última instância, à espécie humana.

O terceiro mundo projetado pela PwC, “The Green World”, é definido como o lugar imaginado onde “a responsabilidade social e a confiança dominam a agenda empresarial, tornando-se as preocupações com as alterações demográficas, o clima e a sustentabilidade os principais impulsionadores dos negócios” (PwC, 2018, tradução

nossa). Em suposto contraste com os dois mundos anteriores, por se situar em campo oposto, o Mundo Verde, na intersecção dos pólos da integração (grandes corporações e seus interesses próprios) e do coletivismo, revela-se, por meio de sua definição, como uma pauta da agenda do mercado, e não como prioridade em um mundo em desequilíbrio ambiental e risco crescente (Beck, 2011).

As políticas de sustentabilidade são a negociação possível de um sistema econômico que não pode deixar de crescer e gerar lucros; os interesses privados do *homo economicus* (Foucault, 2008), nesse cenário, incorporam pautas do bem comum e problemas sociais para gerar, manter ou acelerar seus negócios. O que fica implícito nesse discurso é que as questões sociais podem ser consideradas pelo sistema, desde que sejam passíveis de exploração pela instância social do mercado. Esse talvez seja o mundo possível do capitalismo do futuro, a concessão permitida para uma economia que possui limites em relação às questões mais amplas e urgentes do bem comum. A relação desse mundo com a cor verde é das mais óbvias entre os quatro mundos desenhados pelo relatório, uma vez que a “economia verde” é uma noção utilizada pelo mercado para identificar negócios que buscam se situar entre os interesses privados e públicos para obter lucros, no que se refere às questões do meio ambiente.

O quarto e último mundo é “The Yellow World”, o Mundo Amarelo, no qual “os humanos vêm em primeiro lugar” (“humans come first”):

Os negócios sociais e comunitários prosperam. O capital financiado por crowdfunding flui para marcas éticas e inocentes. Há uma busca por significado e relevância com um coração social. Artesãos, makers e “novas Guildas de Trabalhadores” prosperam. A humanidade é altamente valorizada. (PwC, 2018, tradução nossa).

O Mundo Amarelo é aquele em que se esboça mais claramente uma dimensão (pseudo) utópica do futuro; um mundo em que o cooperativismo, o trabalho com significado, o Terceiro Setor, os negócios e o empreendedorismo social são protagonistas. A “cultura maker” também é mencionada, o que mobiliza significados da conjunção entre as esferas da produção e do consumo, sob a ótica do lema “faça você mesmo”, ou DIY – “do it yourself”. No entanto, essa dimensão é pouco problematizada, uma vez que esses elementos estão bastante presentes na cena atual; a mudança proposta é a “valorização da humanidade”, o que tem duas vertentes de compreensão: a) o trabalho com um espírito “artesanal”, a lógica do DIY, a atividade

laboral com propósito e valores sociais representam, no discurso, uma preocupação com aspectos humanos, em suposta oposição ao determinismo tecnológico, ao trabalho repetitivo e à alta performance. No entanto, b) a expressão “a humanidade é altamente valorizada” nesse futuro imaginado, implicitamente, no reverso do discurso, remete à reputação e à imagem corporativa e à forma como o espectro humanitário atravessa a comunicação, em atitude responsiva às demandas sociais por compromissos das organizações, mesmo que mínimos, com a sociedade. Em termos práticos, há uma associação entre causas a serem assumidas pelas empresas e a produtividade mercadológica dessas bandeiras para sua reputação. Isso já se faz notar em políticas e estratégias comunicacionais que buscam inserir os sujeitos, produtores e consumidores, como protagonistas e em noções controversas como publicidade de causa, que evidenciam esse processo do capital de mercantilizar até os problemas sociais.

Nesse aspecto, é importante lembrar das reflexões de Lazzarato (2006): a “revolução” do capitalismo contemporâneo é da esfera comunicacional, uma vez que as empresas, ao desenvolverem mercadorias, serviços e suas estratégias de marketing, tornam-se produtoras de mundos possíveis onde habitam trabalhadores, consumidores e mercadorias. O elo constituinte dessa relação é sustentado pela comunicação, como processo que sedimenta os valores e a cultura do capitalismo na trama da vida (Moore, 2020).

Considerações finais

Em nossa investigação analisamos, em abordagem crítica e social, os discursos sobre o futuro do trabalho. A relevância desse estudo é baseada na problematização de cenários naturalizados e replicados nas redes sociais, utilizados no mundo corporativo e também em cursos universitários, destacando o caráter ideológico do desenho de futuro que é derivado das lógicas e do imaginário capitalista. Quando observamos os relatórios assinados por empresas, entidades e consultorias globais, identificamos a estratégia de apropriação de elementos do discurso científico para produzir pseudociência, com o objetivo de reiterar os códigos hegemônicos e o imaginário comprometido com o neoliberalismo de nosso tempo. Visto em perspectiva

cultural, o futuro não é único, pois possui uma ética e uma ideologia; os cenários projetados pelo capitalismo não se abrem a possibilidades alternativas ao próprio sistema, tampouco se baseiam em uma construção comunitária e democrática.

O relatório sobre a “força de trabalho” do futuro em 2030 apresenta como seus principais achados os cenários dos “quatro mundos do trabalho”, ou seja, dedica-se mais a elaborar contextos corporativos do que apontar efetivamente um futuro para a atividade laboral baseando-se em dados. A escolha dos termos para intitular o material já sugeria essa conclusão: a “força de trabalho” é uma forma utilitária de enquadrar a potência humana de trabalhar e transformar a natureza para atender as suas necessidades, como apontam os preceitos da teoria marxista. Quando avança nos perfis de trabalhadores, o diagnóstico da “futurologia mainstream” (Carrico, 2013) demonstra como o trabalhador e os selecionadores de talentos das corporações devem se adequar a esses mundos. O discurso sobre competências do trabalhador soam óbvios, protocolares, instrumentais, como se o propósito do relatório fosse perdido diante da ideia de se desenhar “mundos possíveis” de um futuro essencialmente corporativo e capitalista. Vejamos alguns trechos que bem representam esse conteúdo específico:

É um mundo onde as recompensas não financeiras são avaliadas de forma justa, em troca de salários menores. O trabalho costuma ser um conceito fluido e uma semana de trabalho regulamentada das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira, é rara, onde as fronteiras entre casa e trabalho são confusas. (Força de trabalho no Mundo Amarelo, Pwc, 2018);

Inovação e pessoas são inseparáveis neste mundo. As organizações são despojadas e ágeis, complementadas por talentos atraídos pela próxima oportunidade promissora. (Força de trabalho no Mundo Vermelho, Pwc, 2018);

Os trabalhadores são atraídos pela oportunidade de trabalhar para uma organização que admiram e cujos valores correspondem aos seus. Mesmo assim, a competição continua intensa pelos melhores talentos e, portanto, a recompensa financeira ainda é importante. (Força de trabalho no Mundo Verde, Pwc, 2018).

No desenvolvimento das análises, apontamos que havia uma suposta polaridade entre mundos conotados positivamente, e outros mundos com características negativas; no entanto, o encaminhamento prescritivo do relatório demonstra que essas significações são esvaziadas, restando somente a constatação de que esses quatro mundos “futuros” estão presentes, desde já, e permanecerão em 2030, como universos simbólicos para associação de estratégias comunicacionais e políticas da cultura

corporativa. Ou seja, todos os mundos são naturalizados e adequados ao sistema, hoje e no suposto futuro. Nesse aspecto, a (pseudo)mobilização para a ação e transformação social, com vistas a um futuro centrado no “humano” e na convivência harmônica e responsável com o meio ambiente demonstra ser, na verdade, um mapeamento do capitalismo em suas facetas, paradoxos e imaginários de mundos possíveis, em diálogo com o horizonte social e as demandas do seu tempo. Nem positivo, nem negativo: trata-se de um discurso de conformação a uma ordem social que coloniza o imaginário de futuro com sua realidade (Fisher, 2020).

Os mundos desenhados pelo relatório da PwC, mais do que desenvolver cenários futuros, elaboram, com uma roupagem futurista, elementos já existentes do capitalismo de mercado contemporâneo. Essa expressão do futuro, do que está por vir, como algo mapeado a partir do que existe no presente, encontra correspondência na teoria do discurso social de Angenot (2010): para o autor, o reconhecimento dos códigos hegemônicos passa pela constatação de que suas diretrizes e lógicas habitam o horizonte do que é pensável e dizível em certo momento histórico. Isso quer dizer que, por mais que a consultoria ofereça como mercadoria uma expertise sobre um mundo futuro, não escapa ao imaginário balizado no presente pela ética das probabilidades (Appadurai, 2015), por raciocínios derivados de um horizonte de conhecimento e reconhecimento do que é ser e estar nesse mundo pautado pelo mercado neoliberal. Outros mundos possíveis, configurados pela ética das possibilidades (Appadurai, 2015) não são identificáveis nesse mapeamento tão intrigante quanto repetitivo, ao ecoar discursos e categorias que não escapam ao universo capitalista entranhado na cultura e no cotidiano de nosso tempo.

Referências

- ANGENOT, Marc. *El discurso social: los limites históricos de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.
- APPADURAI, Arjun. *El futuro como hecho cultural: ensayos sobre la condición global*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CARRICO, Dale. *Futurological discourses and posthuman terrains*. *Existenz*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 47-63, 2013.
- CASAQUI, Vander. *Abordagem crítica da cultura da inspiração: produção de narrativas e o ideário da sociedade empreendedora*. *E-COMPÓS (BRASÍLIA)*, v. 20, p. 1-18, 2017.
- CASAQUI, Vander. *Futures Literacy: ideologia e imaginário das “competências necessárias para um mundo pós-pandêmico”*. In: *Anais do 32º Encontro Anual dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS*, 2023, São Paulo. Campinas, SP: Galoá, 2023. v. 32. p. 1-17 / 167863.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Birth of biopolitics*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- GUILBERT, Thierry. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas: Editora Unicamp, 2020.
- LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEARY, John P. *Keywords: the new language of capitalism*. Chicago: Haymarket Books, 2018.

MOORE, Jason W. *El capitalismo en la trama de la vida. Ecología y acumulación de capital*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu, 2018.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRADO, José L. Aídar. *Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais*. São Paulo: Educ / Fapesp, 2013.

PwC. "Workforce of the future: the competing forces shaping 2030". PwC, 2018. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/services/workforce/publications/workforce-of-the-future.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2007.





1. putting clothes to soak under the sun
2. putting dirty underwear to soak
3. bathing kids
4. putting a meal together: heating up yesterday's meal
5. for washing the floor, bathroom, mopping the house
6. putting kids to play in water
7. rubbing that morning seafood in the water

8. separating the crab shells
9. joining the crab meat to be sold
10. for when there's noodles
11. making couscous
12. frying a fish steak
13. smothering the stew to loosen the sauce
14. separating the chicken parts

15. boiling cassava
16. green beans on the table
17. jerky on the table
18. chicken stew on the table
19. manioc flour on the table
20. mother eats
21. father eats



22. neighbor eats
23. kids eat
24. son-in-law eats
25. daughter eats
26. taking party leftovers to neighbors
27. meat stew on the table

28. seafood stew on the plate
29. chopped vegetables on the plate
30. crab on the plate
31. fried fish on the plate
32. preparing a chicken soup
33. crushing peppers and condiments
34. making fried egg

35. too many dishes for little food
36. preparing beans for the week
37. crushing garlic
38. empty pan when there's nothing to eat
39. scouring pan
40. washing dirty pots
41. boiling water to loosen fat from dirty pots





Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG



Jonathas de Andrade, Heroínas de Tejuicupapo (Heroines of Tejuicupapo) - 2022, 289 imagens impressas em falcão cru, vários tamanhos e texto em adesivo vinílico na parede. Local: Galleria Continua, Moulins. Photos: Oak Taylor Smith

- 35. too many dishes for little food
- 36. preparing beans for the week
- 37. crushing garlic
- 38. empty pan when there's nothing to eat
- 39. scouring pan
- 40. washing dirty pots
- 41. boiling water to loosen fat from dirty pots
- 42. dog food's dish
- 43. seafood mush pan
- 44. pot to collect water from leak
- 45. figuring out river depth, build momentum
- 46. rowing on one side
- 47. rowing on the other side
- 48. fixing the fence taken away by the river
- 49. fighting for memory
- 50. enacting the Dutch soldier on the prowl
- 51. enacting almost defeated colonizer
- 52. enacting enemy surrendered to the defense of women
- 53. enacting the Dutch without ammo

ESPERANDO O NOVO NORMAL:

trabalho e ambiguidades entre físico e digital a partir da pandemia

PAULA LEMOS VILAÇA FARIA*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.53719>

RESUMO: Este trabalho parte de textos disparadores de escritores de crônicas e contos, para uma discussão do termo “novo normal”, que recebeu atenção da mídia entre 2020 e 2023 durante a pandemia de covid-19, com foco principal nas implicações de se concentrar atividades como o trabalho de forma simultânea a outras dentro do espaço da casa, borrando os limites entre cada uma. Aborda-se então o período final do isolamento, questionando como a tecnologia proporcionou uma abertura quase infinita às experiências dentro do meio digital, trazendo a metáfora do aleph do escritor argentino Jorge Luis Borges em diálogo com pensadores como Beatriz Colomina, Byung-Chul Han, Jonathan Crary, Michel Foucault, Silvia Federici, entre outros. A partir da restrição espacial e seus impactos no cotidiano doméstico e de trabalho, pretende-se discutir essa suposta nova normalidade e o que suas questões mais dramáticas ao longo desse período pandêmico, assim como algumas de suas implicações nesse momento posterior em que as organizações sanitárias já declararam seu encerramento..

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; tecnologia; pandemia; domesticidade; literatura.

Waiting for the new normal: work and ambiguities between the physical and the digital after the pandemic

ABSTRACT: This work starts from trigger texts by writers of chronicles and short stories, for a discussion of the term “new normal”, which received media attention between 2020 and 2023 during the covid-19 pandemic, focusing mainly on the implications of concentrating activities such as work simultaneously with others within the home space, blurring the boundaries between each one. The final period of isolation is then addressed, questioning how technology has provided an almost infinite opening to experiences within the digital environment, bringing the metaphor of the aleph by Argentine writer Jorge Luis Borges into dialogue with thinkers such as Beatriz Colomina, Byung-Chul Han, Jonathan Crary, Michel Foucault, Silvia Federici, among others. Based on the spatial restriction and its impact on everyday life at home and at work, the aim is to discuss this supposed new normal and its most dramatic issues during this pandemic period, as well as some of its implications at a later time when health organizations have already declared it over.

KEYWORDS: Labor; technology; pandemics; domesticity; literature.

* Universidade Federal de Minas Gerais

¹ PORTELLA, Vinícius. Concentração. In: Vinícius Portella. *O inconsciente corporativo e outros contos*. – 1. ed. – São Paulo: DBA Editora, 2023. p. 11-12.

² STIGGER, Verônica. Texto de orelha do livro. In: Vinícius Portella. *O inconsciente corporativo e outros contos*. – 1. ed. – São Paulo: DBA Editora, 2023.

³ Ibidem

O escritor brasileiro Vinícius Portella, em seu livro de contos de 2023 chamado “O inconsciente corporativo”, abre a série de narrativas com “Concentração”¹, história breve que possui, nas palavras da escritora e jornalista Veronica Stigger a manifestação de uma “[...] espécie de *aleph* digital”². Stigger diz também que “[...] essa virtual abertura ao infinito que nos atrai na tecnologia, ao mesmo tempo que nos enreda, como a um inseto na teia da aranha”³. O conto se encerra da seguinte forma:

Volta pro WhatsApp, mas chegaram mensagens novas em outros grupos. Uma delas é o print de uma interação entre um bolsonarista alucinado e um troll de esquerda, outra é o link de uma reportagem sobre uma chacina no Rio, outra é um gráfico que compara todas as pesquisas eleitorais e faz um meta-agregado complexo, outra ainda é um nexos enovelado de nexos aninhados, vórtice espiralado em que todas as conexões contêm todas as demais conexões, todas as interações apontam umas pras outras, todas as trocas circulam todas as trocas em cima das quatro ou cinco plataformas que em breve (já, já mesmo) passarão seu rolo compressor em todas as superfícies disponíveis, incluindo tudo que ainda não tá lá, tudo que é o caso se nivelando enfim na mesma maçaroca de conteúdo indistinto, ruído branco e rosa ocupando todo o espectro disponível em bloco, nada saindo jamais de dentro daqueles dutos, sem escapatória possível, nem descanso, nem fissura, nada que tem peso podendo sequer pensar em escapar a esse único molde pra moldar todos os outros, única modulação pra encontrá-los, única moldura pra congregar a todos e atá-los na mesma luz nauseante (ricocheteando sem parar como luz nos cabos submarinos, agora mesmo, emanada ao seu redor como onda de rádio), único enquadro do que se pode, único filtro do que se dá. (Portella, 2023, p.12.)

“O Aleph”, se trata de uma referência a outro conto, de autoria do escritor argentino Jorge Luis Borges, mencionado por Stigger. É narrado por um protagonista que se vê diante de um objeto abstrato, situado no porão de uma casa, mas que na história se supõe também ser capaz de conter toda a infinitude de conhecimento disponível no mundo. A utilização de um universo fantástico para espelhar o momento atual imerso em tecnologia é bastante pertinente quando essas ferramentas, as quais muitas vezes desconhecemos a fundo seu funcionamento, se aproximam da magia pela provocação de um deslumbramento e pela sua eficácia na captura do nosso olhar. Enquanto na narrativa de Borges o personagem precisava se esforçar um pouco para enxergar o *aleph* no décimo nono degrau de uma escada, nossas versões atuais desse objeto-portal não exigem tanto de nós. Por meio de smartphones, tablets e notebooks, dispositivos

lisos, sem tantos atritos, o acesso aos novos “alephs” estão literalmente nas palmas de nossas mãos, disponíveis praticamente o tempo todo.

Quando falamos da recente pandemia de covid-19, que perdurou entre 2020 e 2023, e o isolamento social imposto por ela, essa disponibilidade aparentemente infinita de informação passou a reforçar uma ubiquidade da internet, percebida quase como um fio invisível que passou a dar liga à vida, mantendo as sociabilidades à distância e conectando-nos uns com os outros, mas obliterando muitas vezes o fato de que essa rede também é material, composta por cabos subterrâneos pelos oceanos e computadores gigantescos armazenando dados.

Essa aparente onipresença da internet no contexto da quarentena levou também uma espécie de exigência de uma presença *online* dentro de uma temporalidade 24/7 (24 horas por dia. 7 dias por semana), que, nas palavras de uma crônica da escritora Luciana Andrade nos condenam a um “presente infinito”⁴, dilatado, “um tempo inchado e com coisas sobrepostas, meio paralisante”⁵. Como se passado e futuro coexistem de forma similar ao *aleph* descrito por Borges.

4 ANDRADE, Luciana. presente. flows magazine. Disponível em: <https://flowsmagazine.substack.com/p/presente>. Acesso em 23/01/2024.

5 Ibidem.

Não me espanta (*chocada, mas jamais chocada*) que a gente se veja em meio a tantas realizações de futuros distópicos ou relatórios que eram pra ser de tendências acontecendo agora mesmo. Coisas que antes eram projetadas como algo distante. Chegamos ao futuro e agora ele virou presente, essa masmorra do presente distópico, onde tudo é acelerado e vai meio se repetindo, assumindo rumos *previsíveis* – afinal, a gente sente e sabe onde tudo isso vai dar (e *tudo isso* pode ser qualquer coisa, do aquecimento global à epidemia de burnout, passando pelo capitalismo destruindo ainda mais etc). [...] A adesão cada vez mais automática ao novo, em vez de nos apontar um futuro, parece nos aprisionar num presente exaustivo e capitalista que se renova e oprime. a profecia da música de fim de ano, em que *o futuro já começou* meio que se realiza – mas não sei se a parte da *festa é nossa* vai rolar aqui no nosso humilde compartimento do titanic. (Andrade, 2023)

Esse presente infinito dito por Andrade também foi percebido devido à uma monotonia vivida por muitos no confinamento durante a pandemia, uma espécie de indiferenciação entre um dia e outro, uma tarefa e outra dentro de casa, com a concentração – no sentido de acúmulo, um sentido diferente do título do conto de Portella – no mesmo espaço de muitas atividades de naturezas diferentes, como trabalho, estudo e lazer. O trabalho realizado em regime remoto, por exemplo, passou a vazar em outras esferas da vida, sem possuir uma noção clara de onde começa e onde termina, ainda

6 PINHEIRO, Luisa. Um gostinho de home office. Doses de Tiquira. Disponível em: <https://dosesdetiquira.substack.com/p/um-gostinho-de-home-office>. Acesso em: 07/04/2024.

que possa ter respeitado horários pré-definidos. Esse onde serve tanto para o espaço quanto para o tempo, uma vez que o espaço é o mesmo de outras atividades, levando à presença de fronteiras borradas entre cada ação executada dentro de casa, assim como a abertura no tempo de brechas que misturaram tudo.

A escritora maranhense Luisa Pinheiro, no texto “Um gostinho de *home office*”⁶, diz que um dos pontos principais dessa concentração das atividades em casa, se tratou da ausência de zonas intermediárias ou de transição entre o que poderia ou não ser considerado trabalho:

Como estabelecer uma divisão entre a casa e o escritório improvisado? Como adaptar o ritual de sair do trabalho que, em outros tempos, seria o óbvio trajeto de transporte público até em casa? Como parar de pensar na solicitação de cliente ainda não respondida se o equipamento da empresa me encara 24 horas por dia? [...] Agora sobra tempo pra pensar: será que devo me arrumar antes de começar a jornada? Será que faz sentido colocar uma roupa de trabalho? É possível se atrasar quando você não pode culpar o transporte público? Se eu bater meu ponto todos os dias às 9 vai parecer que a minha pontualidade é forçada? (Pinheiro, 2021)

A escritora fala dessa diferença entre sua casa e o escritório improvisado, com um acúmulo de tarefas considerado comum dentro do que foi chamado de “novo normal”. Pinheiro traz questionamentos que dizem também da ausência de ações que são parte do trabalho, como o trajeto até ele, que demarcam seu começo ou encerramento em relação às demais atividades do cotidiano. Essa ausência de ações dessa natureza que geram certa ruptura entre uma tarefa e outra contribuíram para uma dificuldade em experienciá-las, já que houve uma aparente continuidade interminável, em que trabalho, lazer, estudo e descanso não se distinguiam tanto assim enquanto estávamos confinados dentro de casa.

Outra questão que me inquieta é a eterna dúvida: como separar a casa do local de trabalho? Se tem uma coisa que não tem aqui é espaço sobrando, então essa divisão tem que ser feita na minha cabeça mesmo. Na falta de um ônibus pra pegar depois das seis da tarde, eu desligo o computador da firma e pego algum livro que esteja lendo pra me levar a outro lugar. É um tipo diferente de trajeto pra *sair* do trabalho, voltar à superfície e seguir com os afazeres. Tendo isso em mente, pelo menos não é todo dia que eu pego o celular pra dar uma olhada no Twitter e só dou conta do deslize às oito da noite. Estar em casa não significa ter disponibilidade pra fazer coisas o dia inteiro. Isso é óbvio, né? Mesmo assim, ainda estou me batendo um pouco com essa ideia. A hora do almoço não é infinita pra riscar todas

tarefas pendentes da minha agenda, tipo negociar o valor de uma conta, colocar granola no forno, lavar a louça acumulada na pia desde a noite anterior. Então fico com a louça que esse é um bom serviço mecânico pra tirar as preocupações da cabeça e deixar o pensamento fluir pra outros lugares. Lavar louça é a caminhada que dá pra fazer dentro de casa. Ser *flâneur* entre as canecas do café e as panelas novas que ainda não perderam o teflon. A falta de uma obrigação formal que me tire de casa tem me deixado agoniada com o confinamento. Nem faz mais sentido contar os dias trancada nesses pouco metros quadrados. Dias de sol, convidativos para um passeio no parque aqui perto, são logo substituídos por semanas chuvosas em que eu agradeço poder ficar no meu canto, com os pés secos. (Pinheiro, 2021)

⁷SANDLER, Carolina Ruhman. Você não vai abrir a câmera? Vou te falar. Disponível em: <https://voutefalar.substack.com/p/voce-nao-vai-abrir-a-camera>. Acesso em: 07/04/2024.

O termo “novo normal” foi veiculado na mídia como uma máxima dos primeiros meses da pandemia, mas talvez ele nunca tenha existido como algo além de uma mera sentença. De novidade mesmo não havia tanta coisa, mesmo com a incorporação de medidas sanitárias de forma rigorosa e não tão comuns anteriormente, como a imposição do isolamento como uma premissa temporária pelas organizações sanitárias. Já estavam presentes no “velho normal” muitas ferramentas utilizadas no trabalho e no ensino remotos, como o Zoom por exemplo, ainda que tenham ganhado maior utilização e investimento durante a pandemia. Porém, esse lema de uma suposta nova normalidade se saturou rapidamente com o passar dos dias em confinamento, diante de um cenário quase apocalíptico, com uma enorme quantidade de mortes no Brasil e no mundo devido à contaminação pela covid-19 acontecendo do lado de fora de nossas casas. Até mesmo as tecnologias pré-existentes que viabilizaram algumas atividades de forma remota tiveram sua dose de saturamento, como é dito pela jornalista e escritora Carolina Ruhman Sandler, no texto “Você não vai abrir a câmera?”⁷, em que menciona a exaustão dessa exposição no meio virtual em uma rotina acachapante imposta dentro desse “novo normal”.

Eu não aguento mais abrir a câmera no Zoom. Devo confessar: eu já menti e disse que a minha internet estava ruim. Nas primeiras vezes, me achei muito esperta – no início da pandemia, havia realmente muita gente cuja banda larga em casa não estava dando conta de tanta gente conectada ao mesmo tempo. O problema foi que não me atualizei com os tempos e, com horror, descobri que aquela tinha virado a típica desculpa esfarrapada da pandemia. Manjada mesmo, sabe, quase um meme. (Sandler, 2021)

8 SCHWARCZ, Lilia Moritz. De perto ninguém é normal (ou o ‘novo normal’).

9 FELITTI, Guilherme. A sangria da tecnologia é consequência de um “novo normal” que nunca chegou. Tecnocracia. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/iUbaYyNhI-gpviJ8NXba2tl?si=3oda-8275cb62455c&nd=1&dl=1&si=a581abd6c55c407f>. Acesso em: 13/06/2023.

10 Ibidem.

No texto “De perto ninguém é normal (ou o ‘novo normal’)”⁸, a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, discute esse termo a partir de uma desconfiança, principalmente por ter feito sucesso e se disseminado de maneira bastante rápida, de forma que tentava dizer tudo, e acabava não dizendo nada. Schwarcz diz também que esse termo não é exatamente uma novidade, mesmo que sua origem seja desconhecida, mas que é comumente utilizado em momentos de crise.

Crise quer dizer “decisão” e, portanto, parece “normal” que diante de grandes acidentes como esses, as sociedades mostrem sua capacidade para se alterar, mas para se “conservar” também. Durante muito tempo as ciências sociais, prioritariamente, se dedicaram a entender não como as sociedades mudam, mas sobretudo como elas têm essa incrível capacidade de se manter. Como dizia Lampedusa: “É preciso que algo mude para que tudo fique absolutamente igual”. E esse me parece ser o “novo normal”: ele representa, no meu entender, um esforço contínuo no sentido da preservação da sociedade (e de um determinado status quo), nem que, para que isso ocorra, ela seja levemente alterada. Isso porque a humanidade, em seu longo curso, sempre lutou pela manutenção. As pessoas também preferem estados de equilíbrio, de “normalidade”, do que viver no “caos” da novidade. Por isso, se é preciso que alguma coisa se altere, o melhor é que seja bem pouco. Considero, assim, o “novo normal” um movimento bastante conservador; no sentido primeiro da palavra: conservar. Afinal, esse seria um “novo normal” para quem? Qual seria o nosso coeficiente de “normalidade”? E qual a régua que mede e distingue o que é “normal” do que é “anormal”, ou, ainda, um “novo normal”? (Schwarcz, 2020)

O podcast Tecnocracia, do jornalista Guilherme Felitti possui um episódio chamado “A sangria da tecnologia é consequência de um ‘novo normal’ que nunca chegou”⁹. Felitti, a partir de um paralelo com a peça “Esperando Godot”, de 1952, do dramaturgo Samuel Beckett, diz que, apesar da mudança dramática no cotidiano a partir da quarentena, ao olharmos atentamente para o presente, muito continua igual. O jornalista pontua que “durante a pandemia, o mercado de tecnologia se convenceu de que estava entrando numa nova realidade onde o seu papel seria muito maior e mais importante do que já era e de que os outros setores se curvavam ainda mais ao seu poder.”¹⁰ Ele ainda diz que a própria expressão “novo normal” foi criada quase como um código para um mundo diferente, onde as relações seriam ainda mais mediadas pelas plataformas digitais, levando a um aumento da presença e do poder das empresas de tecnologia, as chamadas *big techs*, na rotina das pessoas. De fato, essa plataformização das relações se tornou mais presente nesse modo de vida em que

digital e físico se imbricam no cotidiano, mas existia uma ilusão otimista – ou marketing – por parte dessas empresas de que todo o trabalho seria remoto e colaborativo, “a tecnologia imaginou um mundo de abundância digital e se preparou para ele; só que o ‘novo normal’ ‘godotizou-se’”¹¹. Ou seja, essa expectativa não se concretizou totalmente, e as condições para sua realização mudaram bastante no decorrer dos últimos anos.

A pesquisadora australiana McKenzie Wark, diz em seu livro “O capital está morto”¹² que, desde antes da pandemia, a vida já se encontra instrumentalizada por essas plataformas e empresas que Wark classifica como um outro tipo de classe dominante, para a qual dá o nome de vetorialista. A autora faz essa diferenciação em relação à classe capitalista, compreendida por Marx e muitos de seus seguidores, pelo fato de os vetorialistas terem a capacidade de possuir e de controlar patentes, preservando os monopólios das tecnologias consideradas onipresentes em nosso cotidiano. Essa classe explora o que Wark pontua como uma assimetria de informação, uma vez que possui um conjunto abundante de dados, enquanto os cidadãos comuns têm acesso a apenas uma porção ínfima disponível.

A classe vetorialista possui e controla o vetor, um conceito que uso para descrever, de forma abstrata, a infraestrutura na qual a informação é orientada, seja através do tempo ou do espaço. Um vetor em geometria é simplesmente uma linha de comprimento fixo, mas de posição não fixa. É uma forma de pensar uma tecnologia que tenha algo que molda o mundo de uma maneira particular, mas que pode também moldar diferentes aspectos do mundo. Você pode possuir estoques ou fluxos de informações, mas é muito melhor ter a propriedade do vetor, os protocolos legais e técnicos para tornar escassas informações antes abundantes. [...] Talvez a classe vetorialista não esteja mais emergindo. Talvez seja a nova classe dominante. Pode-se argumentar que a informação sempre foi central para o capitalismo, que isso é apenas o capitalismo. Até certo ponto, pode ser mesmo. No entanto, até mesmo pensar que o capitalismo é sobre informação é uma perspectiva bastante recente. Acaba sendo uma forma de ver retrospectivamente todo o curso do capitalismo em termos de algo que só emergiu como um conceito e uma realidade instrumental como um de seus produtos tardios. O outro ponto a ser esclarecido aqui é que há uma diferença entre a informação como força de produção e a informação como uma força dominante de produção. A classe vetorialista não precisa mais possuir as outras forças produtivas. A Apple e o Google não fabricam de fato seus próprios produtos. Uma parte considerável daqueles que empregam diretamente não são trabalhadores, mas hackers, pessoas que criam novas informações, sejam de tipo técnico ou cultural, para serem incorporadas a produtos cuja fabricação pode ser oferecida a uma classe subordinada de capitalistas. (Wark, 2022, p. 64-65)

¹¹ Ibidem. Transcrição de trecho entre os minutos 8:00 e 8:13.

¹² WARK, McKenzie. *O capital está morto*. Tradução: Dafne Melo. – São Paulo: Editora Funilaria e sobinfluncia edições, 2022.

Em consonância ao pensamento de Wark, o professor e crítico estadunidense Jonathan Crary, em seu livro “24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono”, fala das inovações tecnológicas como ferramentas para a manutenção e funcionamento das estruturas de poder:

Toda aparente novidade tecnológica é também uma dilatação qualitativa de acomodação e dependência a rotinas 24/7, e vem acompanhada de uma proliferação de aspectos que transformam um indivíduo em uma aplicação de novos sistemas e esquemas de controle. (Crary, 2016, p. 52)

Crary ainda diz:

A habituação individual a esses ritmos acarretou consequências sociais e ambientais devastadoras e fez do ciclo incessante de deslocamento e descarte a norma coletiva. Como a perda é continuamente engendrada, a memória, atrofiada, deixa de reconhecê-la como tal. Muda a composição fundamental das narrativas de vida: em vez de uma sequência convencional de lugares e eventos associados à família, trabalho e relacionamentos, o principal fio condutor de nossa história de vida são as mercadorias eletrônicas e serviços de mídia por meio dos quais toda experiência é filtrada, gravada ou construída. À medida que desaparece a possibilidade de um único emprego ao longo da vida, o trabalho mais duradouro para a maioria das pessoas é elaborar sua relação com os dispositivos. Tudo que antes era vagamente considerado «pessoal» é reconfigurado de maneira a facilitar a invenção de si mesmo a partir de um aglomerado de identidades que existem apenas como efeitos de dispositivos tecnológicos temporários. [...] Dado que nossas contas bancárias e nossas amizades podem ser administradas por operações e gestos maquinais idênticos, há uma crescente homogeneização do que antes eram áreas de experiência inteiramente estanques. (Crary, 2016, p. 67-68)

Essa discussão se soma ao pensamento da professora e teórica feminista marxista Silvia Federici, a partir de sua discussão no texto “Reencantando o mundo: tecnologia, corpo e construção dos comuns”. A autora debate sobre as maneiras que esse tipo de ferramenta opera dentro da sociedade capitalista neoliberal não só como supostas auxiliares amigáveis de atividades cotidianas, mas também como dispositivos controle:

É importante lembrar que as tecnologias não são dispositivos neutros; envolvem, na verdade, sistemas de relações específicos, «infraestruturas sociais e físicas particulares» (Ullrich, 1992, p. 285), além de regimes disciplinares e cognitivos, capturando e incorporando os aspectos mais criativos do trabalho vivo usado no processo de produção. Isso também vale para as tecnologias digitais. (Federici, 2015, p. 277)

Federici diz também:

A informatização também aumentou a capacidade militar da classe capitalista e sua vigilância sobre nosso trabalho e nossa vida – consequências que fazem os benefícios do uso de computadores pessoais perderem seu brilho (Mander, 1991). É importante notar que a informatização não reduziu nem mesmo a jornada semanal de trabalho, uma promessa de todas as tecnoutopias desde a década de 1950, nem o fardo do trabalho físico. Estamos trabalhando mais do que nunca. [...] Com a informatização, a abstração e a regulação do trabalho estão chegando ao ápice, assim como a nossa alienação e dessocialização. O nível de estresse que o trabalho digital está produzindo pode ser medido pela epidemia de doenças mentais – depressão, pânico, ansiedade, déficit de atenção, dislexia – típica dos países mais avançados tecnologicamente, como os Estados Unidos. Essa epidemia também pode ser entendida como forma de resistência passiva, como recusa a obedecer, a tornar-se máquina e a aceitar os planos do capital, tal como se fossem nossos (Berardi, 2009). Em suma, a informatização aumentou o estado geral de sofrimento, materializando a ideia de «homem-máquina», de Julien de La Mettrie. Por trás da ilusão de interconectividade, a informatização produziu um novo tipo de isolamento e novas formas de distanciamento e de separação. O computador viabilizou o monitoramento, o registro e a eventual punição de todos os movimentos de milhões de pessoas durante o expediente de trabalho; as relações sociais se deterioraram enquanto passamos semanas diante de telas, abrindo mão do prazer do contato físico e das conversas presenciais; a comunicação se tornou mais rasa, já que a sedução da resposta imediata substitui cartas reflexivas por trocas superficiais. Também podemos constatar que os ritmos acelerados aos quais os computadores nos habituaram criam uma impaciência crescente em nossas interações diárias com outras pessoas, pois elas não acompanham a velocidade da máquina. (Federici, 2015, p. 278-280)

¹³ FELITTI, Guilherme. A sangria da tecnologia é consequência de um “novo normal” que nunca chegou. *Tecnocracia*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1UbaYyNhIgpvi-J8NXba2tl?si=3oda8275cb-62455c&nd=1&dlsi=a581abd6c55c407f>. Acesso em: 13/06/2023.

¹⁴ Ibidem.

Apesar de essas plataformas terem consolidado até certo ponto seu lugar no cotidiano antes, durante e depois da pandemia, sua onipresença, de modo geral, foi menor do que a projeção dos “gurus tecnológicos”¹³ que se intitulam quase como salvadores por conceber as ferramentas que em tese só trariam benefícios para a sociedade. Retomando o podcast de Guilherme Felitti, a pandemia demarcou “serviços certos na hora certa”¹⁴, como o Zoom, que estavam preparadas e já sendo utilizadas previamente. Mas mais do que nunca, esse período evidenciou inúmeras precariedades diante da concentração

de tantas esferas da vida mediadas por serviços cujos idealizadores e proprietários não estão muito preocupados com seus usuários, uma vez que dentro dessas plataformas digitais esse usuário é convertido em consumidor, perdendo seu lugar como sujeito.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ COLOMINA, Beatriz. O século da cama. In: Beatriz Colomina. Marian Rosa van Bodegraven e Marianna Boghosian Al Assal (org.). *Arquitetura, sexualidade e mídia*. Tradução: Marian Rosa van Bodegraven – São Paulo: Editora Escola da Cidade / Editora WMF Martins Fontes, 2023. p. 85.

¹⁷ BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX. In: KOTHE, Flavio; FERNANDES, Florestan. *Walter Benjamin. Sociologia*. – São Paulo: Ática, 1985. p. 37

Agimos dentro e contra um mundo que permanece outro para nós. Reduzidos a nada além de usuários, e nossas ações forçadas à forma mercadoria, nosso trabalho e jogo coletivos produzem um mundo sobre e contra nós, que persiste maciçamente em seus próprios hábitos de funcionamentos. Pior ainda, o trabalho humano coletivo criou um mundo para uma classe dominante, que continua fazendo não só a si mesma, mas a nós à sua imagem. (Wark, 2022, p. 29-30)

A possibilidade dessa conversão de todas as atividades diárias, a partir de uma imersão no meio digital, passou então a trazer uma espécie de sensação de afogamento durante a pandemia. Nas palavras de Felitti, é horrível pensar atualmente nessa premissa em que “pedalar, ioga, malhação, date”¹⁵, entre outras atividades, poderiam se tornar algo comum de se realizar em isolamento para além do confinamento pandêmico. E ainda pior é pensar como a ideia de constrição temporária dessas ações, até que as instituições sanitárias dessem um aval para a retomada das tarefas presenciais ou a OMS declarasse o fim da pandemia, recebeu um viés futurista similar ao das ficções científicas, com esse “novo normal” que diz de uma vida que não *precisaria* mais ser vivida do lado de fora, podendo então se recolher para uma interioridade controlada por seu usuário-morador.

A professora de arquitetura, diretora do programa de Ph.D em arquitetura e diretora fundadora do programa de Mídia e Modernidade da Universidade de Princeton, Beatriz Colomina, no texto “O século da cama”, discute questões passíveis de se fazer um paralelo com a premissa desse “novo normal”. Colomina faz observações bastante pertinentes sobre a forma como “as tecnologias eletrônicas em rede eliminaram todos os limites do que pode ser feito na cama”¹⁶. A análise da autora, não só da cama, mas da casa como espaço privado e que poderia conter inúmeras atividades comumente realizadas fora dele retoma o pensamento de Walter Benjamin no texto *Luís Felipe*, ou o *interieur*¹⁷, em que o pensador alemão elabora sobre a delimitação que separa o espaço da casa e do trabalho no século XIX:

Sob Luís Filipe, o homem privado pisa o palco da história. [...] Pela primeira vez, o espaço em que vive o homem privado se contrapõe ao local de trabalho. Organiza-se no interior da moradia. O escritório é seu complemento. O homem privado, realista no escritório

quer que o interieur sustente as suas ilusões. Esta necessidade é tanto mais aguda quanto menos ele cogita estender os seus cálculos comerciais às suas reflexões sociais. Reprime ambas ao confirmar o seu pequeno mundo privado. Disso se originam as fantasmagorias do «interior», da interioridade. Para o homem privado o interior da residência representa o universo. Nele se reúne o longínquo e o pretérito. O seu *salon* é um camarote no teatro do mundo. (Benjamin, 1985, p. 37)

Dessa forma, retomando o *aleph* de Jorge Luis Borges, atualizado por Portella para o contexto contemporâneo, é possível dizer que Benjamin já percebia a interioridade doméstica como passível de conter um mundo inteiro. Colomina dá continuidade à discussão analisando as modificações dessas fragmentações entre as atividades dentro e fora de casa até o século XXI, enfatizando a cama como o espaço final que, para muitos, passa a conter grande parte das atividades cotidianas:

A industrialização trouxe consigo turnos de oito horas e a radical separação entre casa e escritório/fábrica, descanso e trabalho, noite e dia. A pós-industrialização traz o trabalho de volta à casa e o estende ao quarto e à própria cama. A fantasmagoria já não envolve o quarto apenas nos papéis de parede, tecido, imagens e objetos. Agora, está nos aparelhos eletrônicos. O universo inteiro é concentrado numa pequena tela com a cama flutuando em um infinito mar de informação. Deitar-se não é descansar, mas se mover. A cama passa a ser um local de ação. Mas o imobilizado voluntário não necessita de pernas. A cama se tornou a mais nova prótese e, todo um novo setor industrial é dedicado a fornecer dispositivos para facilitar trabalhar deitado: ler, escrever, mandar mensagens, gravar, transmitir, escutar, falar e, claro, comer, beber, dormir ou transar – atividades que ultimamente parecem ter se tornado o próprio trabalho. [...] Tudo o que é feito na cama se tornou trabalho. (Colomina, 2023, p. 86)

Colomina traz inclusive a figura de Hugh Hefner e seu cotidiano dentro da *Mansão Playboy*, que elevou a cama a um status de síntese da própria casa dentro da cultura pop. Hefner tinha sua central de controle particular, a partir da qual nem precisava sair dela para gerenciar o restante da moradia. A professora se utiliza também de Jonathan Crary, mencionado anteriormente, e sua discussão sobre o mundo regido pela temporalidade 24/7, e diz que a cama, assim como defendia Hefner, passou a se tornar também um escritório, numa tentativa de manter uma produtividade ininterrupta exigida até os dias de hoje.

Entre a cama inserida no local de trabalho e o local de trabalho inserido na cama, uma nova arquitetura horizontal assumiu o controle. Essa arquitetura é ampliada pelas «achataadas» redes das mídias sociais que foram integradas nos meios profissionais, de negócios e industriais em um colapso de distinções tradicionais entre público e privado, trabalho e recreação, descanso e ação. A própria cama, com colchão, roupas de cama e acessórios técnicos cada vez mais sofisticados, é a base de um ambiente intrauterino que combina um senso de interioridade profunda com o de hiper-conectividade com o mundo exterior. Não por acaso, a cama redonda de Hefner foi uma espécie de disco voador flutuando no espaço em um quarto sem janelas, como que em órbita, com a televisão pendurada em cima como referência ao planeta Terra. Redonda, a imagem clássica do universo. A cama hoje também se tornou um universo portátil, equipado com toda tecnologia de comunicação possível. Uma fantasia da metade do século passado tornou-se uma realidade em massa. Qual é a arquitetura desse novo espaço e tempo? Nos anos 1960 e 1970, arquitetos experimentais se dedicaram a equipar novos nômades móveis, em toda uma galáxia de interiores leves e portáteis, com espaços reclináveis e macios como centro de um complexo de extensões prostéticas. Todos esses projetos podem ser entendidos como camas de alta performance complementadas por mídia, atmosferas artificiais, cor, luz, cheiro... uma espécie de Melnikov pop-psicodélico, desta vez com o trabalhador dormindo dentro da cabine de controle. (Colomina, 2023, p. 92-93)

Colomina dá exemplos dessa cama habitada, como a nave do filme de ficção científica de 1968, *Barbarella*, que ilustra e descende do que ela chama de *Arquitetura Playboy*. A pesquisadora traz como exemplo também o protesto de John Lennon e Yoko Ono *Bed-In for Peace* (Na cama pela paz), de 1969, em que o casal passou o final de semana de sua lua de mel na cama do hotel, em Amsterdã, deitados e recebendo a imprensa, como forma de manifestação política contra a guerra, na intenção de promover a paz mundial. Colomina diz:

A cama substituiu as ruas como local de protesto. Eles convidaram a imprensa do mundo todo para irem a seu quarto todo dia das nove da manhã às nove da noite, tratando a cama como um escritório no qual eles trabalhavam enquanto jornalistas afluíam e imagens eram transmitidas. Qual é a natureza desse novo interior no qual decidimos nos hospedar coletivamente? Qual é a arquitetura dessa prisão na qual dia e noite, trabalho e lazer não são mais diferenciados e na qual estamos permanentemente sob vigilância, mesmo quando dormimos na cabine de controle? As novas mídias nos transformam em companheiros de cela, sob constante fiscalização, mesmo quando celebramos a conectividade infinita. Todos nos tornamos “recluso[s] contemporâneo[s]”, como disse Hefner meio século atrás. (Colomina, 2023, p. 93-95)

Pensar no “Na cama pela paz” atualmente traz uma inevitável associação às manifestações durante a pandemia, que se deram dentro de casa. Ainda que os painéis tenham marcado os dias de isolamento, é importante entendê-los como parte de uma espécie de normalidade contemporânea em que as manifestações não necessariamente exigem sair de casa, ou até mesmo da cama. E, mesmo que entre 2020 e 2023 estivessem lidando com a impossibilidade de sair às ruas, a espacialidade virtual como palco de manifestação política já possuía certa evidência. Porém, as ruas, no final das contas, não podem ser substituídas por protestos tão domesticados – as multidões presenciais se diferem bastante de multidões virtuais. O filósofo de tradição alemã Byung-Chul Han, em “No enxame: perspectivas do digital”, traz essa discussão:

¹⁸ HAN, Byung-Chul. No enxame: perspectivas do digital.. Tradução: Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 29.

O enxame digital não é nenhuma massa porque, nele, não habita nenhuma alma [*Seele*], nenhum espírito [*Geist*]. A alma é aglomerante e unificante. O enxame digital consiste em indivíduos singularizados. A massa é estruturada de um modo inteiramente diferente. Ela revela propriedades que não podem ser referidas aos indivíduos. Os indivíduos se fundem em uma nova unidade, na qual eles não têm mais nenhum perfil próprio. Um aglomerado contingente de pessoas ainda não forma uma massa. É primeiramente uma alma ou um espírito que os funde em uma massa fechada e homogênea. Uma alma de massa ou um espírito de massa falta inteiramente ao enxame digital. Os indivíduos que se juntam em um enxame não desenvolvem nenhum Nós. Não lhes caracteriza nenhuma consonância que leve a massa a se unir em uma massa de ação. O enxame digital, diferentemente da massa, não é em si mesmo coerente. Ele não se externa como uma voz. [...] Por isso ele é percebido como barulho. (Han, 2018, p. 27)

O ato de bater painéis daqueles que se isolaram se situou então em uma espécie de zona limítrofe entre a manifestação coletiva presencial e a virtual, com as ruas “interditadas”. Porém, trouxe luz à uma individualização dessa forma de se manifestar, a partir de uma coletividade mais dispersa, caracterizada por um “aglomerado sem reunião”¹⁸, como diz Han.

O homo digitalis [«homem digital»] é tudo, menos um «ninguém». Ele preserva a sua identidade privada, mesmo quando ele se comporta como parte do enxame. Ele se externa, de fato, de maneira anônima, mas via de regra ele tem um perfil e trabalha ininterruptamente em sua otimização. Em vez de ser “ninguém”, ele é um alguém penetrante, que se expõe e que compete por atenção. O ninguém do meio de massas, em contrapartida, não reivindica nenhuma atenção para si mesmo. A sua identidade privada é dissolvida. Ele é absorvido pela massa. É nisso que também consiste a sua fortuna. Ele não pode ser

anônimo, pois ele é um ninguém. O homo digitalis, em contrapartida, apresenta-se frequentemente, de fato, anonimamente, mas não é um ninguém, mas sim alguém, a saber, um alguém anônimo. (Han, 2018, p. 28-29)

O filósofo também menciona essa individualização em outros textos, como em “Sociedade do cansaço”, em que discute a sociedade imersa em uma cultura de desempenho compulsório, com uma oferta infinita de informações a partir do digital, em que «o cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando.»¹⁹ Retomando então Federici, é trazido seu ponto de vista sobre as formas de manifestação política atuais e suas implicações, partindo de uma elaboração sobre o movimento Occupy Wall Street (2011), que também se relaciona com o contexto da pandemia. Ainda que esse momento recente se situe a partir de uma impossibilidade de sair de casa, e que essa forma de protesto tenha sido até certo ponto temporária, ela não deveria ser colocada como um “novo normal” de se posicionar e de manifestar politicamente. Já nos encontramos em um pós-pandemia e as ruas podem e devem ser ocupadas novamente. Federici diz:

[...] devemos rejeitar o axioma comum nas análises sobre o movimento Occupy de que as tecnologias digitais (Twitter, Facebook) são catalisadoras da revolução global, da «Primavera Árabe» e do movimento de ocupação de praças. Sem dúvida, o Twitter pode levar milhares de pessoas às ruas, desde que elas já estejam mobilizadas. Ele não pode ditar como nos reunimos, seja de maneira contínua, seja na forma comunal e criativa como vivemos nas praças, fruto de um desejo pelo outro, de se comunicar corpo a corpo e de compartilhar um processo de reprodução. Como mostrou a experiência do movimento Occupy nos Estados Unidos, a internet pode ser um facilitador, mas a atividade transformadora não é desencadeada pelas informações transmitidas on-line, e sim acampando no mesmo espaço, resolvendo problemas e cozinhando juntos, organizando uma equipe de limpeza ou confrontando a polícia – experiências reveladoras para milhares de jovens criados em frente à tela do computador. (Federici, 2015, p. 280)

Dessa forma, pensar o trabalho durante a pandemia parte também de situá-lo nesse contexto de separação do trabalhador não só de seu local específico para essa atividade, mas também de seus colegas. Apesar de uma proximidade virtual, em que se convive de forma remota com pessoas de lugares diferentes e que provavelmente não poderiam estar fisicamente em determinados espaços pela distância, por exemplo, é inegável como esse tipo de afastamento prejudica certa mobilização política entre os

¹⁹ HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução: Enio Paulo Giachini. 2^a ed. ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 71.

funcionários, não conformando então uma massa, nas palavras de Han, e sim um enxame de indivíduos singularizados.

Trazendo novamente Lilia Schwarcz, questiona-se então o que seria esse padrão de normalidade do “novo normal”. Schwarcz aponta como nesses momentos críticos da história, como na crise sanitária da pandemia, a consciência coletiva e pertencimento social aumenta, e esses comportamentos se materializam em outros motes como o “estar no mesmo barco”, utilizado por alguns grupos durante o isolamento que não perceberam ou não quiseram perceber que os barcos eram muito diferentes entre si²⁰, que não dizem da realidade.

E é nessas horas que ao imaginarmos o nosso “normal”, o projetamos para os demais, repaginando-o como um “novo normal”. Somos, porém, um país em que mais de 20% das pessoas vivem em moradias de um cômodo, onde residem quatro ou mais habitantes. No Brasil, 50% das casas não têm acesso ao esgoto sanitário. Trinta e três milhões de brasileiros não contam em seus lares com abastecimento de água confiável. E, mesmo assim, definimos que no “novo normal” – que não tem tempo ou espaço – não viajaremos tanto, não compraremos tantas roupas, não seremos tão consumistas, cozinharemos (quando der) e até arrumaremos a casa. A pergunta, mais uma vez, é a seguinte: “novo normal” para quem? (Schwarcz, 2020)

O “novo” presente entre 2020 e 2023, dito por muitos como um novo modo de existir dali em diante acabou se tornando apenas mais uma ficção, uma ideia de futurologia que o mercado de tecnologia utilizou para delimitar necessidades a partir de suas ferramentas, “desenhando delírios”²¹ que são ouvidos e admirados por “olhos embasbacados”²².

Com a articulação desses pensadores citados até aqui, “é possível perceber como os mecanismos de controle em vigência durante a pandemia de COVID-19 são descendentes diretos daqueles descritos por Foucault ao falar do nascimento da medicina moderna”²³. Mas eles passaram por um aperfeiçoamento dentro do capitalismo neoliberal, no qual os sujeitos, durante a quarentena, mas não só, foram colocados em uma posição de transferência dos métodos de vigilância para o espaço até então privado de suas próprias casas. Além do controle doméstico, o rigor também foi para o próprio indivíduo, que foi coagido a aceitá-lo a partir de outras instituições, como as sanitárias, mas também do mercado de trabalho e a imposição do modelo à distância. Trazendo também o pensador Jean-Louis Weissberg, a fragmentação

20 RIBEIRO, Eduardo. ‘A pandemia não é a mesma para todos’, diz a presidente da Fiocruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/49388>. Acesso em: 01/04/2024.

21 FELITTI, Guilherme. A sangria da tecnologia é consequência de um “novo normal” que nunca chegou. Tecnocracia. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/iUbaYyNhIgpvi-J8NXba2tl?si=30da8275cb-62455c&nd=i&dlsi=a581ab-d6c55c407f>. Acesso em: 13/06/2023.

22 Ibidem.

23 FARIA, Paula Lemos Vilaça. Domesticidades e contra-domesticidades [manuscrito]: crônicas e carecos de vidas confinadas. – 2024. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. p. III.

24 O Panóptico de Bentham, possui como objetivo “[...] fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são portadores.” (Foucault apud Pogrebinski, 2004, p. 192)

25 Rádio Batente. O chefe pode te vigiar até em casa? Podcast Trabalhadora.

proporcionada pela telepresença levou a um controle difuso do indivíduo, ainda assim cercado em todas as suas partes, simultaneamente esquadrinhadas o tempo todo:

A «telepresença» não deveria se identificar mais com o par presença/ausência tal como inaugurado na comunicação telegráfica, que permanece um transporte de signos da presença mesmo se esta se efetua quase instantaneamente. Depois do transporte à distância pela escrita (a missiva, primeiro transporte dos signos da presença), do teletransporte em tempo real (morse, voz, imagens e sons com o audiovisual), assistimos à emergência de um outro regime de transporte que não é mais os dos signos da presença, mas do próprio meio de chegada, este último confundindo-se com o meio de partida: fenômeno que substitui a lógica da emissão/recepção pela da divisão corporal de um mesmo sujeito em diversos lugares simultaneamente. (Weissberg, 1993, p. 126)

Ainda que seja possível dizer que outros mecanismos de controle, mesmo ambivalentes, como aqueles voltados ao gerenciamento da saúde pública funcionaram durante a pandemia, como a defesa da quarentena como um método eficaz de combate ao vírus, por exemplo, eles também funcionaram como estratégia de manutenção de um isolamento pré-existente. Em casas como ilhas individuais, uma tanto destacadas ou abstraídas de uma coletividade urbana, o indivíduo teve uma obliteração do seu status de sujeito a partir do aperfeiçoando das formas como o neoliberalismo atuou e ainda atua em menor ou maior escala na sociedade contemporânea.

O Panóptico de Bentham²⁴, utilizado como metáfora do dispositivo de vigilância por Foucault, se tornou um símbolo ainda mais presente, onipresente e intrincado a partir dessa ausência de limites entre as atividades dentro de casa. Um exemplo dessa nova manifestação dos dispositivos de poder a partir de ferramentas digitais é discutido no episódio “O chefe pode te vigiar até em casa?”, do podcast da Rádio Batente chamado Trabalhadora²⁵. Os apresentadores mencionam softwares como o Time Doctor, por exemplo, que são instalados nos computadores que algumas empresas oferecem para serem utilizados por seus funcionários atuando em regime remoto, como forma de monitoramento que

ultrapassa a linha de vigilância dentro de um espaço de trabalho, invadindo a privacidade do usuário-funcionário dentro de casa, monitorando seu tempo de tela, os sites e aplicativos abertos, sua concentração ao utilizar dados obtidos pela câmera ao observar a visão dos trabalhadores ou até mesmo a ativação do microfone das máquinas sem que necessariamente eles saibam. (Faria, 2024, p. III-II2)

Para a professora e pesquisadora da UFRJ Fernanda Bruno, é bastante complexo delimitar uma separação clara que divide a vida pessoal da profissional com esse tipo de fiscalização, principalmente diante da cultura de desempenho de gestão das empresas que justificam o uso desse tipo de ferramenta de vigilância. Bruno menciona inclusive a cobrança por parte de empregadores de que os trabalhadores se engajem “psicologicamente e emocionalmente”²⁶ no trabalho e abram mão dos limites entre vida pessoal e profissional. Além disso, no *home office* da pandemia, com essa divisão ainda mais ambígua, também é questionado no episódio o gerenciamento e armazenamento dos dados sobre a produtividade de cada um, relacionado ao uso dessas informações a longo prazo. Esse tipo de avaliação em nível de performance, cruzando dados que o funcionário na maioria das vezes não sabe que são analisados algoritmicamente, evidencia o debate ético que precisa ser estabelecido em um momento em que esse tipo de mecanismo tem se tornado parte do dia a dia de trabalho.

26 Ibidem.

O episódio do podcast da Rádio Batente cita ainda um estudo de janeiro de 2019 da Accenture, empresa global de serviços profissionais, que diz que 62% das maiores corporações globais já se utilizavam desses mecanismos de coleta de dados de seus funcionários, mas que apenas 30% dessas empresas diziam ter certeza da responsabilidade do uso desses mesmos dados (Rádio Batente, 2024). Desde que esse estudo foi publicado até 2021, enquanto o isolamento social ainda era uma recomendação, o uso dessas ferramentas triplicou. Fernanda Bruno também menciona a forma como esses métodos de vigilância também são colocados muitas vezes como um recurso disponível para o próprio trabalhador analisar a sua eficiência e dedicação, quantificadas em dados de produtividade que supostamente comprovam seu esforço. Esse argumento serve para incutir no indivíduo um incentivo de uma otimização por conta própria, aprimorando a si mesmo, quando no final das contas está cumprindo com a expectativa de dinâmicas bastante abusivas de trabalho, em que as empresas partem da premissa do controle e fiscalização para invadir outras esferas da vida de seus empregados. Também participa da discussão desse podcast o sociólogo e professor da UFABC Sérgio Amadeu, que fala sobre como alguns trabalhos são vendidos como mais flexíveis nesse contexto proporcionado por ferramentas digitais, enquanto aumentam o estado de precariedade dos trabalhadores. Precariedade esta que é reforçada por contratos empregatícios frágeis e invasão de privacidade, que levam a uma maior sujeição atual a esses mecanismos de controle.

27 FILHO, Eduardo F. Garras nas mãos, corcundas e olhos vermelhos: confira como serão os trabalhadores do home office daqui 70 anos. O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/06/garras-nas-maos-corcundas-e-olhos-vermelhos-confira-como-serao-os-trabalhadores-do-home-office-daqui-70-anos.ghtml?utm_source=instagram&utm_medium=Social&utm_campaign=O+Globo. Acesso em: 20/01/2024.

28 Ibidem.

29 CAPANEMA, Rafael. O pessoal está doídi-
nho para sabotar o home
office. Núcleo. Disponível
em: <https://nucleo.jor.br/garimpo/complo-home-office/>. Acesso em
20/01/2024.

30 Disponível
em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/05/05/oms-decreta-fim-de-emergencia-por-covid-19.htm>. Acesso em:
23/05/2023

Em 2023, viralizou nas redes sociais um estudo que levou a reportagens como a do jornal O Globo, com o nome “Garras nas mãos, corcundas e olhos vermelhos: confira como serão os trabalhadores do home office daqui 70 anos”²⁷, falando de uma suposta projeção física do corpo humano em 2100. A reportagem conta com imagens de representações tridimensionais da figura de uma mulher corcunda, de pele pálida e enrugada e descrita como acima do peso. O estudo mencionado foi realizado pela Universidade de Leeds, na Inglaterra, mas o modelo apresentado foi produzido por uma empresa de móveis canadense, segundo a qual o trabalho remoto sem o mobiliário adequado poderia levar a esse prognóstico. “A modelo, apelidada de Anna, exibe muitos efeitos físicos devido ao uso consistente de tecnologia, exposição à tela e má postura, além de destacar possíveis problemas de saúde mental”²⁸, diz o texto. “O desenho é baseado em um estudo científico. Mas quem mandou fazê-lo foi uma empresa que faz móveis de escritório. É pouco conflito de interesse?”²⁹, diz o jornalista Rafael Capanema.

A repercussão dessa matéria e da imagem de Anna trouxe muitos questionamentos, principalmente com a retomada das atividades presenciais, suscitando outras questões além da cadeira correta para se passar muitas horas trabalhando. O trabalho em escritórios é realmente tão mais saudável assim, uma vez que em grande parte das cidades no Brasil os trabalhadores gastam boa parte do dia apenas no trajeto até seus locais de trabalho, por exemplo? O home office é então a melhor alternativa nesse período pós-pandemia? Talvez o primeiro passo seja fugir da dicotomia de bom ou mau nesse tipo de discussão, assim como para falar dos dois tipos de trabalho. Presencial ou não, os pontos aqui citados como os novos mecanismos de controle vigentes, as novas formas de manifestação política e a precariedade dos vínculos trabalhistas no capitalismo neoliberal são fatores que apareceram de forma mais dramática durante a pandemia e acabam por atuar nos dois regimes de trabalho.

Um dos questionamentos que deve caminhar nesse período posterior deve se situar de forma a debater a qualidade dos espaços de moradia e trabalho, as casas onde as duas atividades são realizadas ou os locais de trabalho que fazem uma separação física mais clara. E é de extrema importância pensar a complexidade dessa dualidade não como parte de um período anterior, ultrapassado a partir do momento em que a OMS declarou o fim da emergência sanitária em maio de 2023³⁰.

A cidade, o corpo e a casa se coisificaram cada vez mais nesse período, de modo que o “seguir adiante”, mesmo que distante do “novo normal” previsto anteriormente, necessita um olhar crítico de seu impacto justamente por sua assimilação tão rápida e complexa a partir da pandemia. A relação que as pessoas passaram a estabelecer consigo mesmas, entre si e entre as instituições de poder mediante o caráter híbrido do morar, imersos em tecnologias digitais, trouxe a figura do panóptico de Bentham não mais como uma espacialidade análoga, mas uma força simbólica interiorizada, como dito por Byung-Chul Han, e como o poder descrito por Foucault, em constante transferência, invisível e intrincado às estruturas da sociedade de maneira bastante eficaz. (Faria, 2024, p. 114)

³¹ REDAÇÃO NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. «O mundo deve se preparar para enfrentar uma próxima pandemia», alerta a OMS. National Geographic. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2023/06/o-mundo-deve-se-preparar-para-enfrentar-uma-proxima-pandemia-alerta-a-oms>. Acesso em: 09/01/2024.

A partir da análise dessa reunião das atividades como trabalho, estudo, lazer, entre outras sociabilidades restritas, sem poderem se dar da porta para fora durante a pandemia, ficou nítida a impossibilidade de conter tudo da porta para dentro.

O Aleph de Jorge Luís Borges, encontrado embaixo de uma escada de um porão, não serve apenas como imagem ilustrativa do vortex infinito de informação que as ferramentas digitais podem proporcionar. Mas também funciona nesse contexto como uma metáfora de espaços apertados e não muito confortáveis de se estar, ainda que possibilite conhecer o mundo inteiro sem que se saia do lugar. (Faria, 2024, p. 149)

Enquanto prosseguimos a vida na contemporaneidade, em meio a inovações tecnológicas e contextos muito próximos de ficções, as narrativas que não se organizam exatamente de forma episódica como as dos contos de Borges ou Portella, e sim, se aproximam dos relatos mais permeáveis do cotidiano de Pinheiro, Sandler e Andrade. A pandemia pode ter sido controlada, mas não foi a primeira nem a última dos próximos anos³¹. Portanto, discutir o morar emaranhado ao trabalho, ainda que aqui debatido a partir do período da isolamento social, não deve se restringir a esse momento, uma vez que todas as questões aqui pontuadas vazam para além do recorte temporal, não se encerrando completamente a cada determinação das instituições sanitárias e governamentais, mas que seguem uma continuidade histórica que se agrava em períodos de crise, em que o “novo normal” não passa de uma expressão irônica para descrever a total ausência de normalidade na vida contemporânea.

Referências

ANDRADE, Luciana. *presente. flows magazine*. Disponível em: <https://flowsmagazine.substack.com/p/presente>. Acesso em: 23/01/2024.

BORGES, Jorge Luis. *O Aleph* (1949). Tradução: Davi Arrigucci Jr. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CAPANEMA, Rafael. *O pessoal está doidinho para sabotar o home office*. Núcleo. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/garimpo/complo-home-office/>. Acesso em 20/01/2024.

COLOMINA, Beatriz. *O século da cama*. In: Beatriz Colomina. *Marian Rosa van Bodegraven e Marianna Boghosian Al Assal* (org.). *Arquitetura, sexualidade e mídia*. Tradução: Marian Rosa van Bodegraven – São Paulo: Editora Escola da Cidade / Editora WMF Martins Fontes, 2023. p. 84-95.

CRARY, Jonathan. *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono*. Tradução: Joaquim Toledo Jr. – São Paulo: Ubu Editora, 2016.

FARIA, Paula Lemos Vilaça. *Domesticidades e contra-domesticidades [manuscrito]: crônicas e cacarecos de vidas confinadas*. – 2024. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: tecnologia, corpo e construção dos comuns* [2015]. In: Silvia Federici. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Tradução: Coletivo Sycorax – São Paulo: Elefante, 2022. p. 272-285.

FELITTI, Guilherme. *A sangria da tecnologia é consequência de um “novo normal” que nunca chegou. Tecno-cracia*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1UbaYyNhIgpviJ8NXba2tl?si=3oda8275cb62455c&nd=1&dlsi=a581abd6c55c407f>. Acesso em: 13/06/2023.

FILHO, Eduardo F. *Garras nas mãos, corcundas e olhos vermelhos: confira como serão os trabalhadores do home office daqui 70 anos*. O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/06/garras-nas-maos-corcundas-e-olhos-vermelhos-confira-como-serao-os-trabalhadores-do-home-office-daqui-70-anos.ghhtml?utm_source=instagram&utm_medium=Social&utm_campaign=O+Globo. Acesso em: 20/01/2024.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. – Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 1979.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Tradução: Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução: Enio Paulo Giachini. 2^{ff} ed. ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PINHEIRO, Luisa. *Um gostinho de home office*. Doses de Tiquira. Disponível em: <https://dosesdetiquira.substack.com/p/um-gostinho-de-home-office>. Acesso em: 07/04/2024.

POGREBINSCHI, T. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova Nffl* 63. 2004.

PORTELLA, Vinícius. *Concentração*. In: Vinícius Portella. *O inconsciente corporativo e outros contos*. – 1. ed. – São Paulo: DBA Editora, 2023. p. 11-12.

PORTELLA, Vinícius. *O inconsciente corporativo e outros contos*. – 1. ed. – São Paulo: DBA Editora, 2023.

Rádio Batente. *O chefe pode te vigiar até em casa?* Podcast Trabalhadora. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/37r41LfG6Wt494gMZ2g3Kg?si=1-sAdznxSkylamhrUEg38A>. Acesso em: 26/04/2026.

SANDLER, Carolina Ruhman. *Você não vai abrir a câmera? Vou te falar*. Disponível em: <https://vouteffalar.substack.com/p/voce-nao-vai-abrir-a-camera>. Acesso em: 07/04/2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *De perto ninguém é normal (ou o 'novo normal')*. Revista Gama. Disponível em: https://gamarevista.uol.com.br/sociedade/de-perto-ninguem-e-normal-ou-o-novo-normal/?utm_medium=IG_Stories&utm_source=Social&utm_campaign=LivresGama. Acesso em: 01/04/2024.

STIGGER, Veronica. *Texto de orelha do livro*. In: Vinícius Portella. *O inconsciente corporativo e outros contos*. 1. ed. – São Paulo: DBA Editora, 2023.

WARK, McKenzie. *O capital está morto*. Tradução: Dafne Melo. – São Paulo: Editora Funilaria e sobinfluencia edições, 2022.

WEISSBERG, Jean-Louis. **Real e virtual**. Tradução: Ivana Bentes. In: André Parente (org.). *Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual*. Tradução: Rogério Luz et al. – 4^{ed} – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p. 117-126



Jonathas de Andrade, Heroínas de Tejucupapo (Heroines of Tejucupapo) - 2022. 289 imagens impressas em falcão cru, vários tamanhos e texto em adesivo vinílico na parede. Local: Galleria Continua - LesMoulins. Photos: Oak Taylor-Smith







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética. O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG

lico na parede. Local



O CONTRATO ADMINISTRATIVO

como instrumento de inclusão social ao trabalho da pessoa com deficiência

MÁRIO MIRANDA DE OLIVEIRA*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2965-6931.2024.53719>

RESUMO: Em momentos de crise, os direitos sociais são os primeiros a sofrerem algum tipo de impacto negativo em sua concretização, agravado por um passivo relacionado ao acesso ao mercado de trabalho das pessoas com deficiência. Contudo, o desenvolvimento nacional sustentável e inclusivo é um dever do Estado brasileiro. O atuar de forma sustentável possui um desdobramento amplo, inobstante três formas de atuação “clássicas”: ambiental, econômico e social. Uma das formas de intervenção estatal é por meio do contrato público. Além dos objetivos tradicionais de toda contratação pública, temos a possibilidade de consagração de políticas horizontais na chamada Contratação Pública Socialmente Responsável (CPSR). Nos deteremos somente a eleição das obrigações contratuais, face a necessária delimitação da temática, como uma das formas de possibilitar o acesso a pessoa com deficiência a um relevante mercado de trabalho. O poderoso contrato público, enquanto ferramenta de atuação transversal seria, cada vez mais, um mandamento cogente visando atingirmos um desenvolvimento nacional sustentável e inclusivo.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Social. Direito ao Trabalho. Pessoas com deficiência. Contratação Pública Socialmente Sustentável. Obrigações Contratuais.

The administrative contract as an instrument for social inclusion in the work of people with disabilities

ABSTRACT: In times of crisis, social rights are the first to suffer some kind of negative impact in their implementation, aggravated by a liability related to access to the job market for people with disabilities. However, sustainable and inclusive national development is a duty of the Brazilian State. Acting in a sustainable manner has a broad scope, despite three “classic” forms of action: environmental, economic and social. One of the forms of state intervention is through public contracts. In addition to the traditional objectives of all public contracts, we have the possibility of establishing horizontal policies in the so-called Socially Responsible Public Contracting (Contratação Pública Socialmente Responsável – CPSR). We will only focus on the election of contractual obligations and their monitoring, given the necessary delimitation of the theme, as one of the ways to enable access to a relevant job market for people with disabilities. The powerful public contract, as a tool for cross-cutting action, would increasingly be a binding mandate aimed at achieving sustainable and inclusive national development.

KEYWORDS: Social Inclusion. Right to Work. People with disabilities. Socially Sustainable Public Contracting. Contractual Obligations.

*Univesidade de Lisboa

Introdução

¹ Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/deficiencia>>.

² Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/>>.

³ Disponível em: <<https://abrir.link/VlXku>>. brasil

⁴ A consagração de valores e princípios sustentáveis, vistos sob um amplo aspecto, como é o caso do Preâmbulo e dos arts. 1.º, 3.º, 170.º, 174.º, 186.º, 192.º, 195.º, 200.º, 205.º, 219.º e 225.º, aqui me referindo a um conceito de sustentabilidade amplo, previstos no texto Constitucional.

⁵ Especial regramento ao Deficiente em âmbito constitucional, art. 5.º, XXXI; art. 23.º, II; art. 24.º, XIV; art. 37.º, VIII; art. 40.º, § 4.º-A; art. 100.º, § 2.º; art. 201.º, § 1.º, I; art. 203.º, IV e V; art. 208.º, III, art. 227.º, § 2.º, e art. 244.º, Constituição Federal/1988.

⁶ A ordem constitucional brasileira, inaugurada em 1988, trouxe desde seus escritos originais a preocupação com a proteção das pessoas portadoras de necessidades especiais, construindo políticas e diretrizes de inserção nas diversas áreas sociais e econômicas da comunidade (trabalho privado, serviço público, previdência e as-

A humanidade passa por um (mais um!) momento de crise. Assistimos à destruição da biodiversidade, o crescimento dos resíduos gerados nos processos de formação, o aquecimento global, processos inflacionários globalizados, a escassez de alimentos, guerras, movimentos migratórios, a pobreza generalizada, o trabalho precário e escravo, os índices de desemprego em níveis elevados.

As relações econômicas, de trabalho, e os direitos sociais (Battistini; Stoevsky, p. 25-30, 2020) estão sendo penosamente atingidos, no atual contexto global.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), aproximadamente 12% da população da América Latina e do Caribe, que representam cerca de 66 milhões de pessoas, vive com pelo menos uma deficiência¹. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos cerca de 8,9% da população de 2 anos ou mais, o que representa 18,6 milhões de pessoas com, pelo menos, uma deficiência². A Pesquisa Nacional da Saúde (PNS), ano de 2019, expõe nossa realidade³ quando sinaliza que o nível de ocupação das pessoas com deficiência foi de 26,6%, menos da metade do percentual encontrado para as pessoas sem deficiência, 60,7%. Acrescentamos que cerca de 55,0% das pessoas com deficiência que trabalhavam estavam na informalidade, enquanto para as pessoas ocupadas sem deficiência esse percentual foi de 38,7%. Eis o desafio da Contratação Pública Socialmente Responsável (CPSR), a externalidade social relacionada ao acesso ao trabalho do deficiente.

Conceitos de sustentabilidade, visto em seu amplo aspecto, devem permear todas as atividades produtivas, moldando as ações tanto do Setor Público, quanto do Privado. Contudo, visando a delimitação do objeto específico deste artigo, a análise foi delimitada no tema da sustentabilidade social no âmbito da contratação pública e sua conexão com a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por meio das cláusulas e obrigações consagradas no contrato administrativo.

Assumindo uma função indutora de comportamentos e transformadora de realidade (Breus, 2015, p. 238), o ordenamento jurídico brasileiro revela seu papel de regulador e garantidor, utilizando os contratos públicos, conciliando um desenvolvimento nacional sustentável, com a prossecução de políticas horizontais, dentre elas, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Neste quadro, a obrigação estatal de primar pela inclusão das pessoas com deficiência tem absoluta compatibilidade com o conceito de sustentabilidade social, nesse artigo aplicada e restrito às contratações públicas.

Conceitos e panorama normativo brasileiro

Nossa Constituição é inaugurada, descrevendo como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a “dignidade da pessoa humana” (Brasil. Constituição Federal/1988, art. 1, III) juntamente com “o valor social do trabalho”. Na sequência, ainda no título I, nominado como “dos princípios fundamentais”, elenca como objetivos em seu artigo 3.º, II, III e IV: “garantir o desenvolvimento nacional”; “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Um dos objetivos da República brasileira é o desenvolvimento sustentável⁴. O desenvolvimento compatível com a Constituição é qualificado, adjetivado, marcado por e como o *selo* da sustentabilidade, considerando o entrelaçamento tópico-sistemático dos dispositivos que tratam do tema. Preserva “[...] o desenvolvimento continuado e durável, socialmente redutor de iniquidades estruturais, tendo como titular as presentes e futuras gerações” (Freitas, 2019, p. 265).

Além de um regramento direto⁵ sobre os direitos dos deficientes, temos permeabilidade de nosso sistema constitucional à ampliação de direitos, conforme o § 3.º do art. 5.º da Constituição. Foi conferido *status* de norma constitucional aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados, em dois turnos, pelo Congresso Nacional. O Decreto n. 6.979, de 2009, promulgou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD) e seu Protocolo Facultativo, submetidos a específica tramitação constitucional pelo Congresso Nacional, Decreto Legislativo 186, de 9 de julho de 2008. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu *status* de Emenda Constitucional em diversos julgados⁶ “o que reforça o compromisso internacional assumido pelo País na defesa dos direitos e garantias das pessoas com deficiência”⁷.

A Constituição de 1988 consagrou, também, de maneira direta, extenso rol de direitos sociais, seja no art. 6.º ou nos 34 incisos do art. 7.º da Constituição da República.

sistência social). Estabeleceu, assim, nos arts. 227, § 2.º, e 244, a necessidade de se conferir amplo acesso e plena capacidade de locomoção às pessoas com deficiência, no que concerne tanto aos logradouros públicos quanto aos veículos de transporte coletivo, determinando ao legislador ordinário a edição de diplomas que estabeleçam as formas de construção e modificação desses espaços e desses meios de transporte. Na mesma linha afirmativa, há poucos anos, incorporou-se ao ordenamento constitucional a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, primeiro tratado internacional aprovado pelo rito legislativo previsto no art. 5.º, § 3.º, da CF, o qual foi internalizado por meio do Decreto presidencial 6.949/2009. O art. 9.º da convenção veio justamente reforçar o arcabouço de proteção do direito de acessibilidade das pessoas com deficiência. (ADI 903, rel. min. Dias Toffoli, j. 22-5-2013, P, DJE de 7-2-2014.) No mesmo sentido, RMS 32.732 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 3-6-2014, 2.º T, DJE de 1.º-8-2014.

7 RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE), 1.237.867, Relator: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI.

8 Brasília, 6 de julho de 2015; 194^{ffl} da Independência e 127^{ffl} da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

O art. 7^{ffl}, XXXI da Constituição, especificamente sobre o tema, preceitua: “XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.

A previsão em normas de hierarquia constitucional possui reflexo direto e imediato em toda a base normativa (Kelsen, 1991).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência) foi publicada em 2015⁸, entrando em vigor em 2016.

Com o Estatuto, houve, em verdade, a ampliação da temática relacionada a pessoa com deficiência, considerando a antecessora Lei 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto 5.296/2004, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Neste contexto, conectando a legislação relativa à pessoa com deficiência e a contratação pública, a Constituição de 1988 consagrou, em seu art. 37^{ffl}, XXI, o procedimento prévio de licitação como regra geral para as contratações públicas, além da submissão aos princípios da Administração Pública, previstos no próprio *caput* do referido artigo.

Em 1^{ffl} de abril de 2021 foi publicada nova legislação que disciplina as Licitações e os Contratos Administrativos, Lei 14.133. A *vacatio legis* da novel legislação era de 2 anos (Brasil. Lei 14.133/2021, art. 193).

A nova lei de contratações públicas, previu diversas formas de absorção de externalidades sociais, não somente ligadas a inclusão do deficiente, quando, *por exemplo*: (I) consagra reserva de mão de obra à mulher vítima de violência doméstica, bem como aos egressos do sistema prisional; (II) quando prestigia o uso de mão de obra local; (III) sinaliza que as obras e serviços de engenharia devem observar, dentre outros, proteção a valores de interesse patrimonial-cultural e acessíveis às pessoas com deficiência; (IV) trata das proibições de participar do processo licitatório, fixando vedações à participação de pessoas físicas ou jurídicas condenadas por empregar crianças, manter trabalhadores em condição análoga a de escravo ou adolescentes; (V) elege como critério de desempate e prestigia o agente econômico que tem políticas de equidade entre homem e mulher; (VI) coloca, como requisito da habilitação, declaração de cumprimento dos direitos trabalhistas; (VII) igualmente como requisitos de habilitação, declaração que cumpre os requisitos mínimos de reserva de cargos para pessoas com

deficiência e para reabilitados de trabalhadores em gozo de benefícios da Previdência Social; (VIII) contempla hipóteses de contratação direta, por dispensa, de associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda destinada a coleta de materiais recicláveis; (IX) contempla hipóteses de contratação direta, por dispensa, de associação de pessoas com deficiência, cujos serviços sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência; e (X) prestigia direitos sociais quando elege como cláusulas obrigatórias, bem como na execução, a observância ao número mínimo de vagas para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Inobstante o extenso rol relacionado às possibilidades de absorção de externalidades sociais, trataremos apenas do trabalho do deficiente, focado nas obrigações contratuais eleitas no contrato administrativo.

A Administração Pública brasileira, em função da base normativa supra, tem o ônus de implementar uma igualdade material, sob o enfoque do “pleno exercício dos direitos” dos deficientes.

A caracterização de pessoa com deficiência estava restrita a conceitos médicos⁹, num primeiro momento. Com as alterações na forma como se afere a deficiência, fruto do reflexo da faceta social do conceito, a conceituação, na atualidade, está fundada em um modelo de avaliação biopsicossocial (Brasil. Constituição Federal/1988, art. 201, § 1º, I; Brasil. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 2º). Isto é, os possíveis impedimentos de longo prazo (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial) devem repercutir “obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”, sinalizando que a efetiva participação social deve ser uma preocupação de todos os destinatários das normas.

A atividade laboral do deficiente, um direito fundamental, viabiliza o sustento próprio e de seus familiares e dependentes, fato que conecta, diretamente, a dignidade do indivíduo. A obrigação de propiciar um ambiente de trabalho acessível e inclusivo é voltada tanto para pessoas jurídicas de direito público como de direito privado (Brasil. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 34.º).

Neste contexto, a busca da “melhor interpretação” possível é o papel do exegeta, considerando a plêiade normativa acima referida, buscando o prestígio à técnica que vise os fins sociais da norma, nos termos da Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro (Brasil. Decreto-Lei nº 4.657/42, art. 5.º e art. 20.º).

⁹ O “modelo médico”, que surgiu no final da Primeira Guerra Mundial, é baseado no fato de que uma lesão ocorrida no corpo de uma pessoa levava à deficiência, ou seja, levava-se em consideração apenas as consequências da doença que se manifestam externamente no corpo da pessoa, sem considerar os fatores externos ou ambientais, que interferem no desenvolvimento de cada pessoa (LOPEZ GONZÁLES, 2006).

Contratação pública socialmente responsável (cpsr)

10 “os contratos públicos pode dizer-se que têm como função primária a de serem veículos para a aquisição ou alienação de propriedade ou prestação de serviços para a prossecução dos fins públicos; o interesse público é o vínculo, interno à actividade da entidade que os outorga, que perenemente condiciona todos os seus contratos.” (Raimundo, 2013a, p. 75-76).

11 Desenvolvemos a ideia com base nos seguintes textos: Carvalho, 2019, p. 50-60; Guimarães; Moreira, 2015, p. 106-109; Bernal Blay, 2013, p. 163 e ss; Rodrigues, 2013, p. 19; Ferraz, 2009, p. 133-142; Breus, 2015, p. 220; Gonçalves, 2010, p. 7; Raimundo, 2013, p. 397; Raimundo, 2022, p. 86; Rodrigues, 2013, p. 202; Câmara; Nohara, 2014, p. 43; Aymerich Cano, 2013, p. 92; Matei; Matei, 2012, p. 497-511.

12 Desenvolvemos a ideia com base nos seguintes textos: Fisher, 2013, p. 2 e ss.; Dragos; Neamtu, 2014, p. 301 e ss.; Gomes, 2013, p. 60 e ss.; Estorninho, 2006, p. 48 e ss.

13 “A privatização ‘inicia-se por uma primeira fase de preparação ou planificação, destinada a avaliar os benefícios e os custos e a considerar as possibilidades, os termos e os limites da privatização projetadas. Do ponto de vista jurídico, são analisadas e ponderadas as determinantes e as diretrizes da privatização, ou seja, os fa-

Uma definição tradicional da finalidade do processo de contratação sinaliza que o Estado se socorre do mercado para a satisfação de um interesse público permanente¹⁰ quando (i) adquire bens e serviços indispensáveis para o desempenho do *munus* institucional; (ii) execução de obras estruturais para os serviços públicos de regulação, fomento etc. e (iii) entregar serviços públicos, seja diretamente ou por delegações ou concessões.

Sobre o momento de aglutinação de novos objetivos, Estorninho pontua com precisão:

Às finalidades e preocupações tradicionais da contratação pública foram-se somando novas preocupações e novas finalidades. A contratação pública, a par dos seus objetivos imediatos, de aquisição de bens, construção de obras públicas, prestação de serviços, entre outros, *pode e deve servir como instrumento de realização das mais variadas políticas públicas, nomeadamente ambientais e sociais* (Estorninho, 2016, p. 305).

Contratação estratégica, contratação sustentável, transversais, regulatórias, suplementares, estimuladoras, dirigidas, colaterais, metacontratuais e agregadas são sinônimos muitas vezes utilizados nesta tarefa de “reintrodução” de políticas horizontais no procedimento de compras¹¹, caracterizando a Contratação Pública Socialmente Responsável (CPSR).

A CPSR vai além do “como comprar” (Pernas García, 2013) mas focados no “o que comprar” (União Europeia. Livro Verde sobre a modernização da política de contratos públicos da UE, p. 37), firmado em valores qualitativos ou quantitativos mitigados, em detrimento de valores apenas quantitativos.

O estímulo econômico, a concretização de políticas públicas e sociais, a realização de inovações em aquisições e serviços, bem como na proteção de direitos e valores ambientais são os objetivos da CPSR, moldando a atuação do Estado, sendo executadas, também, dentro de um contrato público¹², “para a obtenção de resultados socialmente valiosos” (Raimundo, 2022, p. 83).

Na CPSR o *munus* de planeamento¹⁴, condução jurídica, fiscalização administrativa em poder da Administração Pública são reforçados como responsabilidade Estatal.

Cremos ser impossível não validar esse modo de atuação estatal enquanto “[...] instrumento eficaz para la consecución de objetivos políticos, ambientales y sociales”, consti-

tuindo um “[...] *la imposición de cambios que contribuyan a mejorar el medio ambiente, los derechos sociales*” (Pernas García, 2011, p. 13 e ss).¹⁴

Na atual legislação brasileira, temos menção expressa e direta sobre a principiologia que consagra o desenvolvimento nacional sustentável, artigo 5.º, bem como a consagração expressa como um dos objetivos do processo licitatório, na forma do artigo 11.º da nova legislação: esse processo “tem por objetivos: IV – [...] o desenvolvimento nacional sustentável”.

A CPSR, sem renunciar aos fins tradicionais de toda e qualquer contratação, devem identificar e se adequar às legislações sociais e laborais; estimular mercados socialmente conscientes; possuir uma governação socialmente responsável; apoiar a inclusão e a integração social, assegurando uma despesa pública cada vez mais eficaz, tendo a questão laboral do deficiente um campo fértil de atuação social.

Sustentabilidade, um conceito amplo

Podemos conceituar sustentabilidade, na lição de Freitas, como “[...] o dever ético e jurídico-político de viabilizar o bem-estar no presente, sem prejuízo do bem-estar futuro, próprio e de terceiros” (Freitas, 2019, p. 15). O referido autor dispõe sobre o princípio da sustentabilidade:

Trata-se de princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar (Freitas, 2019, p. 45).

Atualmente notamos uma maior profusão¹⁵ da temática, inobstante a ideia não ser nova. Costa e Góes pontuam que:

[...] o desenvolvimento sustentável digno de toda a sociedade deve considerá-la como um todo, não se admitindo o desenvolvimento social excludente e iníquo. Isto quer dizer que a sustentabilidade social pressupõe que toda e qualquer sociedade, em nível local e global, que tenha como característica a desigualdade, é designada pela presença de diferenças de níveis de bem-estar, em que determinados grupos vivem com muito, enquanto outros vivem com pouco ou com apenas o suficiente para sobreviver, sem possibilidade de conceber a autodeterminação individual e/ou coletiva (Costa; Góes, 2016, p. 669).

tores jurídicos e as indicações supra -legislativas, de natureza metaconstitucional, de direito constitucional positivo (r. g., estrutura da Administração, princípio da legalidade, cláusulas constitucionais do Estado Social) [...] o facto de a privatização se apresentar como um processo de resultado incerto exige que nesta fase de planificação se efetue um prognóstico sobre as suas previsíveis consequências, projetando-se, por isso, um regime que previna e amortea os efeitos negativos que a operação de privatização possa desencadear.” (Gonçalves, 2008, p. 156-157).

14 Em nossa tradução: “Acreditamos ser impossível validar este modo de regulação estatal como ‘[...] um instrumento eficaz para a consecução de objetivos políticos, ambientais e sociais’, constituindo uma ‘[...] imposição de mudanças que contribuam para melhorar meio ambiente, direitos sociais’”.

15 “Em que pese tenha sido alavancada juridicamente há pouco tempo, a ideia de sustentabilidade não é recente como a maioria julga, a começar pelas cimeiras conduzidas pela Organização das Nações Unidas, nos idos de 1970, quando de fato se tomou consciência de que existem limites ao crescimento, e que o desenvolvimento econômico-produtivo impensado e agressivo aos ecossistemas colocaria a humanidade em situação de ameaça a sua existência (risco sistêmico)”. (Góes, 2014, p.180-181).

¹⁶ Desenvolvemos a ideia com base nos seguintes textos: Brasil. Lei 14.133/2021, art. Art. 45, VI; Brasil. Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 1.º, art. 3.º, art. 34.º, art. 46.º, art. 47.º, art. 56.º e art. 57.º; Brasil. Lei 10.048/2000, art. 4.º; Brasil. Decreto 3.298/1999. Art. 19.

¹⁷ Desenvolvemos a ideia com base nos seguintes textos: Desenvolvemos a ideia com base nos seguintes textos: Brasil. Decreto 6.949/2009, art. 8.º; Brasil. Decreto 6.949/2009, art. 27.º; Brasil. Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 34.º; Brasil. Lei 7.853 de 24/10/1989, art. 2.º; Brasil. Decreto, n. 3.298/99, art. 50, 80, 90); Brasil. Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 37.º.

¹⁸ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>.

A sustentabilidade deve ser vista na atualidade, *no mínimo*, sob oito vertentes, quais sejam: social, ambiental, econômica, ética, cultural, educacional, orçamentário-financeira e jurídico-política.

Inobstante a atual conceituação alargada, o enfoque sempre contou com três definições que constituiriam o núcleo mínimo da sustentabilidade, qual seja: social, ambiental e econômico, a despeito das críticas sobre essa trina visão reducionista (Veiga, 2016, p. 15-16).

Moniz sinaliza por um conceito alargado: “enquanto «conceito de ligação» (*Verbundbegriff*) a sustentabilidade possui uma pluridimensionalidade que aponta para os desafios atinentes a sustentabilidade ambiental, mas também a sustentabilidade financeira e fiscal e a sustentabilidade social” (Moniz, 2018, p. 24).

A faceta social do conceito de sustentabilidade é o justificador do atual conceito de Contratação Pública Socialmente Responsável (CPSR) voltada à inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, característica da contratação que deve nascer desde a gênese do procedimento.

Sustentabilidade social aplicada ao ordenamento jurídico brasileiro – o direito ao trabalho do deficiente

O Estado de Bem-Estar Social encontra concordância e justificação com o rol de direitos sociais, sejam os previstos na própria Constituição, seja os consagrados na legislação ordinária. O Estado não se desincumbe da aplicação e efetivação dos mesmos somente de forma direta. Deve, em toda e qualquer atividade, estar atento à sua efetivação que também pode (deve) ocorrer por meio das políticas transversais, eleitas nos contratos administrativos, somente exemplificando com a temática abordada neste artigo.

Trata-se do prestígio da dignidade da pessoa humana, sob a perspectiva social, que deve ser cumprida com a concretização de políticas públicas voltadas aos direitos sociais mais universais, comuns a toda a sociedade, usufruíveis, eficazes e igualitários, tendo como destinatário as presentes e futuras gerações (Costa; Góes, 2016, p. 669-670).

Podemos afirmar que a sustentabilidade foi prestigiada sob dois vieses, um positivo e um negativo. De maneira geral, sob o aspecto negativo, temos situações em que haverá uma exclusão, pontuação negativa ou impossibilidade de celebração da avença,

com fundamentos sociais. De outra banda, sob o aspecto positivo, existe a possibilidade de criar obrigações e condicionamentos, seja no correr do procedimento de disputa, seja no próprio contrato, objeto deste artigo.

Assim, dentro da evolução do tema, a contratação pública sustentável, notadamente sob o viés social, objeto da presente abordagem, foi reafirmada, sem perder o foco dos valores como igualdade e concorrência, indispensáveis às compras públicas (Gomes; Caldeira, 2017, p. 79).

Dentro da conexão com o objeto deste artigo, considerando um “modelo social da deficiência”, o ambiente de trabalho acessível é obrigação legal exigível tanto das pessoas de direito privado, quanto do Poder Público, foco de nossa escrita.

O acesso não é restrito à acessibilidade física ao local de trabalho¹⁶, mas ao próprio trabalho, como desdobramento do comando constitucional já citado “critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência” (Brasil. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 35.f; Brasil. Lei nº 7.853/1989, art. 2.f, III).

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, norma com status Constitucional, sob o viés do direito ao trabalho, trazem princípios como autonomia individual, independências das pessoas com deficiência, efetiva inclusão na sociedade e acessibilidade, princípios que se concretizam em um contexto fático onde o deficiente possua meios de produzir seu próprio sustento (Brasil. Decreto nº 6.949/2009, art. 3.f), bem como de sua família e dependentes.

Além de buscar a conscientização social, nas normas vigentes temos a salvaguarda à efetividade do direito ao trabalho, por diversos meios, de forma competitiva, com a finalidade da plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico¹⁷.

A reabilitação profissional também foi tratada na Lei nº 8.213/91 que disciplina Planos de Benefícios da Previdência Social (Brasil. Lei nº 8.213/91, art. 89 e ss.)¹⁸, além do próprio Estatuto, cujo objetivo finalístico seria ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho (Brasil. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 37.f).

A Ciência, Tecnologia e Inovação ganharam papel de destaque com a Emenda Constitucional nº 85, reformulando o texto constitucional (Brasil. Constituição Federal, art. 218 e ss.). O Estatuto da Pessoa com Deficiência, por sua vez, tratou do ponto da ciência e tecnologia que traz como fim objetivo final a melhoria da qualidade

19 “Segundo a Comissão Europeia as condições de execução contratual são mais favoráveis aos incentivos sociais, enquanto as especificações técnicas aos objetivos ambientais. No entanto, ambas devem ter uma ligação direta ao objeto contratual em causa e respeitar os princípios da não discriminação e transparência.” (Gomes, 2016, p. 109-110).

20 “Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007: [...] Art. 27 Trabalho e emprego - 1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação.” (Resende; Vital, 2008).

de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social (Brasil. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 77.º e 78.º).

Desta forma, diversas normas já consagram o dever de atuação visando a inserção social do deficiente no campo laboral, situação que deve ser concretizada (como um dos meios!) pelo contrato administrativo, notadamente nas cláusulas e obrigações contratuais.

Momentos passíveis de introdução de critérios socioambientais nos procedimentos licitatórios brasileiros

Podemos destacar como pontos de aplicação de políticas horizontais, dentre elas as socioambientais, no âmbito da contratação pública: (i) fundamentar previamente a decisão de contratar; (ii) a forma como ocorrerá a contratação; (iii) a definição do objeto do contrato por meio de definições técnicas; (iv) o tipo de procedimento que será adotado; (v) os documentos do procedimento: Editais, Minutas; (vi) a seleção/admissão de concorrentes; (vii) requisitos de habilitação ou critérios de seleção; (viii) os critérios de julgamento; e (ix) as condições de execução do contrato (Gomes; Caldeira, 2017, p. 52-55).

Ferreira e Pottumati sinalizam pelos diversos momentos de aplicação da chamada licitação sustentável no Brasil, que inclui, dentre os objetivos, assegurar a “promoção do desenvolvimento nacional sustentável”:

[...] as repercussões dessa cláusula sobre as várias fases do processo administrativo das contratações de compras, obras, serviços e alienações se prognosticam intensas, em extensão e profundidade. Serão por ela alcançadas a especificação de materiais e produtos, a elaboração de projetos básicos de obras e serviços, a estimativa de preços de mercado, a definição dos critérios de julgamento de propostas, o exercício do juízo de aceitabilidade de preços, a análise de impugnações a atos convocatórios de licitações, o julgamento de recursos administrativos, a adjudicação do objeto e a homologação do procedimento competitivo (Ferreira; Pottumati, 2014, p. 203).

Atendendo à delimitação da temática deste artigo, cujo foco são obrigações contratuais, não nos aprofundaremos em todos os momentos e possibilidades da inclusão de políticas horizontais. Contudo, não poderíamos deixar de nos referir às diferentes possibilidades ao dispor da Administração Pública, sempre prestigiando parâmetros e definições socioambientais.

Cláusulas sobre o aspecto da execução do contrato e elementos socioambientais relativos às pessoas com deficiência

A eleição de obrigações contratuais é, também¹⁹, terreno fértil para a consecução das políticas horizontais, notadamente as socioambientais. É o momento em que os desideratos da contratação pública social serão colocados a prova.

Todo o trabalho desempenhado pelas Administrações Públicas visa a celebração do contrato administrativo. Correia afirma o momento principal da atividade da Administração nesta seara, “pois que é este último (contrato) que representa o momento culminante do procedimento contratual, o que significa caber em relação a qualquer ato pré-contratual, e, portanto, também à adjudicação, a perspectiva de estar em causa um ‘ato ordenado ao contrato’” (Correia, 1987, p. 647, 649).

No âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, o Decreto nº 7.746/2012, com suas alterações, disciplina que as práticas sustentáveis podem constar como especificação do objeto ou *obrigações contratuais* (Brasil. Decreto 7.746/2012, art. 3.º).

Presentes nos documentos, Editais e chamados dos processos licitatórios, delimitam a única forma como o contrato deve ser cumprido. São os aspectos da execução do contrato que especificam ou densificam condições de natureza social.

A redação das cláusulas contratuais deve ser clara, sendo específicas e focadas nos objetivos sociais a serem alcançados. Devem possuir um destinatário certo, bem como ser acompanhadas da evidencição da devida sanção para o caso de descumprimento.

É uma prévia sinalização, observando os princípios da transparência, vinculação ao objeto do contrato e igualdade, de como aquela obrigação deve ser cumprida.

A CPSR demanda uma atenção especial aos termos contratuais estabelecidos, saindo dos padrões habituais, até mesmo em função da amplitude dos seus objetivos até aqui desenhados.

A contratação sob o viés social, com estreita ligação com os direitos sociais, trabalhistas e econômicos, relacionada a inclusão da pessoa com deficiência (McCrudden, 2004, p. 257-267; Alonso; Molina, 2013, p. 187 e ss)²⁰ pode se relacionar: (a) à aplicação de medidas visando a igualdade salarial no trabalho; (b) ao fornecimento de equipamentos acessíveis, com a devida especificação para deficientes, visando o valor dignidade laboral; (c) ao treinamento para uso dos equipamentos acessíveis, visando o valor dignidade laboral; (d) à manutenção de serviço de apoio aos deficientes; (e) ao aumento

21 Um trabalho produtivo com uma remuneração equitativa, segurança no local de trabalho e proteção social para as famílias, melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para cada um expressar as suas preocupações, organização e participação nas decisões que afetam as suas vidas e igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as mulheres e homens.

22 “Estas considerações surgem recebidas nas novas Diretivas da contratação Pública: o aprofundamento de preocupações de índole ambiental irá conduzir a que as autoridades adjudicantes prevejam a fixação de condições especiais de execução do contrato — admissíveis, desde que se encontrem relacionadas com o respetivo objeto e sejam publicitadas nos documentos do procedimento e, por conseguinte, não constituam pretexto para a vulneração do princípio de igualdade de tratamento e não discriminação entre os operadores económicos.” (Moniz, 2018, p. 56-57, destaque nosso).

23 “Assim, de forma meramente exemplificativa, pode referir-se à possibilidade de exigir, nas peças do procedimento, o cumprimento de condições de execução do contrato que promovam diversos objectivos globais entendidos como desejáveis - sustentabilidade ambiental

(dupla política) da participação das mulheres deficientes no mercado de trabalho; (f) à manutenção de postos em trabalho remoto para que se possa privilegiar a convivência familiar, notadamente aos empregados que possuam alguma necessidade, seja própria ou de dependentes; (g) à contribuição para a promoção da inovação ou de emprego científico ou qualificado; (h) à conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal de todos os trabalhadores afetos à execução do contrato que abranjam, notadamente, horários diferenciados e compatíveis com atividades dos filhos dependentes deficientes; (i) a qualquer prática que vise a promoção do emprego (Schooner, 2002) e a melhoria das condições de trabalho dos deficientes; (j) à certificação de que sejam ofertados, nos contratos compatíveis, bens consumíveis com certificação de comércio justo; (k) destinação de vagas para deficientes (dupla política) cuja classificação seja moderada ou grave; (l) ao chamamento, com prioridade, de desempregados deficientes (dupla política) de longa duração; (m) a formações e qualificação dos jovens trabalhadores deficientes no âmbito dos contratos que serão adjudicados; (n) à valorização da contratação coletiva; (o) à saúde e segurança do pessoal envolvido no processo produtivo, com o especial enfoque para as necessidades particularizadas dos deficientes; (p) a cursos de formação em matéria de igualdade de gênero e de assédio sexual/moral no trabalho; (q) a toda e qualquer cláusula que se relacione com a observância das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com condições relacionadas ao trabalho e ao emprego; (r) à identificação exata dos eventuais subcontratantes de modo a serem exigidas as mesmas obrigações dos contratantes; (s) à defesa dos direitos humanos (McCrudden, 2007, p. 90-92); (t) à preservação de ativos importantes na formação do capital social da comunidade (Rossetti, 2017, p. 123-124).

Além do acesso ao trabalho e ao emprego, insta qualificá-lo como digno, nos termos e definições da OIT²¹, que ocorrerá nas hipóteses de: (1) ser garantida segurança e saúde do e no emprego; (2) padrões salariais remuneratórios justos e iguais (Brasil. Decreto 11.795/2023); (3) condições seguras e livres de acidentes laborais; (4) inclusão nos sistemas previdenciários de proteção social; (5) igualdade de oportunidade decorrente da igualdade de gênero no momento do acesso e execução das atividades; (6) observância dos direitos legalmente instituídos (lei nacional, convenção laboral, dentre outras).

Os direitos das pessoas com deficiência têm nas cláusulas e obrigações contratuais um local adequado para realização^{22 23}.

Procedeu-se à disciplina das cláusulas necessárias e obrigatórias em todos e quaisquer contratos administrativos. No aspecto socioambiental, a lei prevê como um desdobramento de uma obrigação legal (Brasil. Lei nº 14.133/2021, art. 116.f), aquela reafirmada no contrato administrativo: “a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.” (Brasil. Lei nº 14.133/2021, art. 92.f).

A própria lei de benefícios previdenciários sinaliza pela obrigatoriedade (Brasil. Lei nº 8.213/1991 (PBPS), art. 93.f) de absorção de beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, agora reforçada com uma fase de habilitação que prevê uma declaração que cumpre as exigências legais de reservas de cargos, na forma do novo artigo 63.f, IV, já referido neste artigo.

A lei estabelece requisitos mínimos de empregabilidade, a depender do tamanho da empresa, cujo cumprimento e fiscalização desta legislação também está a cargo da Administração Pública contratante, além, por óbvio, do órgão oficial de checagem das normas trabalhistas e previdenciárias.

Se se imaginar que os contratos de prestação de serviço e fornecimentos contínuos podem atingir o prazo máximo de 10 anos (Brasil. Lei nº 14.133/2021, art. 107.f e art. 108.f), em detrimento do prazo quinquenal previsto na lei anterior, visualiza-se uma excepcional hipótese de recolocação profissional²⁴, que, por óbvio, dependerá do cumprimento dos deveres inerentes ao contrato de trabalho. O que a lei aqui viabiliza é o acesso ao emprego, sendo a permanência uma obrigação personalíssima a cargo de cada trabalhador, deficiente ou não.

Dentro da temática relacionada à conciliação de vida profissional e familiar/pessoal, no âmbito da relação estatutária entre servidor público e Administração, foi aprovada a Lei nº 13.370/2016, que alterou o art. 98.f, §3.f, da Lei nº 8.112/1990. A Lei nº 8.112/1990 disciplina o regime jurídico dos servidores públicos federais. Procedeu-se à extensão de horário especial de trabalho ao servidor público deficiente e que também possua cônjuge, filho ou dependente com deficiência e *revogou* a exigência de compensação de carga horária.

Por sua vez, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que julga, como regra, trabalhadores da iniciativa privada, entendeu que seria aplicável a redução da jornada ao tra-

e circularidade, incluindo a promoção dos chamados circuitos curtos de distribuição, conciliação entre trabalho e vida familiar, igualdade de gênero, entre outras (artigo 42.f/6, em elenco reforçado com a revisão de 2021).” (Raimundo, 2022, p. 86).

24 A título de exemplo: no caso de contratos referentes a serviços executados de forma contínua, uma frequente substituição do fornecedor privado, que aconteceria em caso de contratos curtos, poderia gerar óbices para a própria atividade administrativa, dadas as naturais dificuldades que sempre surgem na fase inicial de qualquer prestação de serviço, como treinamento de colaboradores, adaptação do serviço às necessidades individuais do comprador, ou resolução de problemas técnicos relacionados à instalação de equipamentos, por exemplo.” (Ferreira, 2020, p. 189).

25 TST - ACÓRDÃO - (3ª Turma) RECURSO DE REVISTA. AUTORA MÃE DE CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E BEXIGA NEUROGÊNICA. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, SEM DIMINUIÇÃO PROPORCIONAL DA REMUNERAÇÃO. EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA IGUALDADE MATERIAL E DA ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL. APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. EXTENSÃO DO DIREITO AO CUIDADOR. PONDERAÇÃO DOS INTERESSES EM CONFLITO. THE COST OF CARING.

26 TST - ACÓRDÃO - (8ª Turma) - AGRADO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.467/2017. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL – REDUÇÃO DA JORNADA PARA FILHO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA SEM REDUÇÃO SALARIAL OU COMPENSAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA.

27 STF – ACÓRDÃO (ADI 5760, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 13/09/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-210 DIVULG 25-09-2019 PUBLIC 26-09-2019). AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

balhador com filhos deficientes os direitos acima, conforme dois julgados paradigmas, RR-10409-87.2018.5.15.0090²⁵ e AIRR-607-91.2017.5.06.0012²⁶.

Desta forma, em sede de contratos públicos, cujos trabalhadores são regidos pela CLT, bem como os instrumentos internacionais que a República brasileira é signatária, a redução da jornada é devida. Trata-se de mais uma obrigação/direito que deve constar nos contratos públicos, sendo mais um exemplo do uso da ferramenta contratual para satisfação dos interesses sociais.

O STF julgou tema onde se questionava o não deferimento de percentual de vaga aos deficientes, relacionados a uma função específica (trabalho marítimo). Do julgado²⁷ depreendemos que o não acesso a algum mercado de trabalho deve ter conexão com a atividade desempenhada, não podendo ocorrer, *a priori*, qualquer juízo discriminatório que vede a acessibilidade ao mercado.

Mesmo que não disciplinadas, especificamente, em alguma lei, em função do princípio da juridicidade, poderá haver, em sede de eleição de obrigação contratual, obrigações que sejam compatíveis com o conjunto normativo, conectados com o conceito de objeto contratual, visando o resultado da proteção a direitos sociais e laborais. Justen Filho pontua sobre a abertura:

Consideram-se aplicáveis as disposições legais sobre o tema, constantes da legislação. O contrato poderá ampliar a extensão dessa responsabilidade. Não é cabível, contudo, que a restrinja. [...] É válida cláusula que amplie a extensão da responsabilidade do particular (desde que tal já estivesse previsto no ato convocatório) (Justen Filho, 2014, p. 493-494).

Frente ao exposto, seriam as formas de elencar obrigações contratuais socioambientais aos contratos públicos, na forma da legislação brasileira, especialmente conectas ao acesso ao trabalho digno das pessoas com deficiência.

Conclusões

A sociedade tem passado por momentos de grandes mudanças. O Direito, como um dos instrumentos de mutação social (Coelho, 1983, p. 416), não está imune a uma realidade de reveses sociais. A crise do emprego, diminuição do poder aquisitivo frente ao fenômeno da inflação, a diminuição dos direitos sociais e desaceleração das economias (locais, regionais, nacionais e global), formam uma realidade preocupante que coloca em xeque a própria função Estatal.

Quando novos valores, ideias ou conceitos são agregados (ou mesmo quando alguns existentes passam a preponderar) em um sistema, é natural que se necessite de um devido ajuste em relação à realidade pré-existente.

Verificamos a necessidade de se balancear a eficiência econômica, por exemplo, através de metas sociais, porque, as escolhas não devem ser excludentes e as medidas devem coexistir (Sjåfell; Wiesbrock, 2016, p. 4). Principalmente em tempos de desafios econômicos, crises de emprego e agravamentos dos débitos sociais (Klingler, 2020).

O ordenamento jurídico brasileiro já consagra uma contratação pública como relevante instrumento de intervenção social, ratificando um desenvolvimento nacional indissociavelmente sustentável.

As Administrações, dentro das normas vigentes e atuando em absoluta fidelidade a um interesse público, têm atribuições para eleição de pontos e características que estariam fora do ambiente concorrencial, dentro do procedimento que é eminentemente concorrencial. Pareados, ligados e juntos com princípios fundantes da contratação pública como da concorrência, igualdade e legalidade, redefinem o modo da compra pública.

A inclusão laboral digna da pessoa com deficiência é medida que deve ser prestigiada pelo Estado em todas suas formas de atuação, sendo a contratação pública apenas um exemplo. Levando em consideração as mudanças legislativas ocorridas no Brasil, elementos socioambientais permeiam, *cada vez mais*, todo o processo de contratação pública.

Mantendo o enfoque no momento da eleição de obrigações contratuais, encontramos o melhor terreno para a absorção das externalidades sociais, notadamente a hipótese de franquear trabalho digno a uma parcela significativa da população com deficiência, cujos estudos e levantamentos estatísticos apontam a necessidade de um olhar mais interventor.

Os Estados, utilizando seu poder regulador, devem, cada vez mais, consagrar obrigações contratuais sociais cogentes e fora do âmbito transacional, observadas as balizas regulamentares, sempre visando à absorção das externalidades sociais, notadamente a absorção laboral digna das pessoas com deficiência. Trata-se de uma nova redefinição do estatuto da contratação pública, com a salvaguarda de condicionamentos em matéria social e laboral, dentre outros.

DADE. ART. 16-A DA LEI 7.573/1986, INSERIDO PELO ART. 111 DA LEI 13.194/2015. CONVENÇÃO DE NOVA YORK. EXCLUSÃO DOS TRABALHADORES MARÍTIMOS EMBARCADOS DO CÁLCULO PARA APURAÇÃO DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ART. 93 DA LEI 8.213/1991) EM EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL OU CONVENCIONAL AO TRABALHO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA EM EMBARCAÇÕES. PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. ISONOMIA. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE. 1. A Convenção de Nova York, a qual tratou dos direitos das pessoas com deficiência, foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro como norma constitucional (Decreto 6.946/2009), nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal. 2. A deficiência física, por si só, não incapacita generalizadamente o trabalhador para o desempenho de atividades laborais em embarcações, não existindo exigência legal ou convencional de plena capacidade física para toda e qualquer atividade marítima. A eventual incompatibilidade entre determinadas atividades e certas limitações físicas não justifica a exclusão do trabalho marítimo do alcance da política públi-

ca de inclusão social das pessoas com deficiência. 3. A exclusão de postos de trabalho marítimo embarcado do cálculo destinado a apurar o número de vagas destinadas aos deficientes (art. 93 da Lei 8.213/1991) é desprovido de razoabilidade e desproporcionalidade, caracterizando-se como diferenciação normativa discriminatória. 4. A previsão dificulta arbitrariamente o acesso de pessoas com deficiência ao trabalho nas empresas de navegação, pois diminui a disponibilidade de vagas de trabalho para pessoas com deficiência. 5. Ação Direta julgada procedente.

28 “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.” (Guimarães Rosa, 1988, p. 278).

A concorrência deve *ampliar* a nova roupagem, de modo a coexistir com — e incentivar — o *best social value*, redefinindo o que venha a ser a maior vantagem, agora conectada com a correção de um substrato social que necessita de maior intervenção.

Usar o poderoso contrato público como uma ferramenta de atuação transversal e implementadora de políticas horizontais seria, *cada vez mais*, um mandamento cogente, notadamente em face das hipóteses de introduzirem características ou formas de se entregar o objeto e cumprir o contrato, sem possibilidade de transação ou ponderação, todas as vezes que os sistemas assim permitam.

Desta forma, sob a perspectiva dos valores consagrados pela República Federativa do Brasil, firmes na existência de um desenvolvimento nacional indissociavelmente sustentável, considerando as portas de entrada nos sistemas de compras públicas aqui analisadas, conclui-se pelo dever da inserção de obrigações contratuais, inegociáveis e imperativas, que concretizem políticas que prevejam a absorção das externalidades sociais, todas as vezes que existir tal hipótese, à vista do objeto do contrato, notadamente o acesso e manutenção do trabalho digno para os deficientes.

É preciso coragem²⁸, nos dizeres do poeta e escritor brasileiro Guimarães Rosa, para uma mudança de paradigma mais acentuada!

Referências

- ALONSO, Alma Patrícia Dominguez; MOLINA, Jose Antônio Moreno. *Contratos Públicos y Políticas de Apoyo a las Personas con Discapacidad*. In: PERNAS GARCÍA, J. Jose (Dir.). *Contratación Pública Estratégica*. Pamplona: Thomson Reuters; Aranzadi, 2013.
- ARROWSMITH, Sue. *A taxonomy of horizontal policies in public procurement*, In: ARROWSMITH, Sue; KUNZLIK, Peter (Coord.). *Social and Environmental Policies in Ec Procurement Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- AYMERICH CANO, Carlos. *Crisis Económica y Contratacion Pública*. In: PERNAS GARCIA, J. José (Dir.). *Contratación Pública Estratégica*. Pamplona: Thomson Reuters; Aranzadi, 2013.
- BREUS, Thiago Lima. *A funcionalização da contratação pública para a realização de políticas públicas (horizontais)*. *Revista de Direito Público da Economia — RDPE, Belo Horizonte*, ano 13, n. 51, p. 219-241, jul./set. 2015.
- CAMPOS, Diogo Duarte de. *A admissibilidade de políticas secundárias na contratação pública: a consideração de fatores ambientais e sociais*. In: *Colecção PLMJ*. Coimbra: Coimbra ed., 2011. v. 4.

CARVALHO, Raquel. *Direito da contratação pública*. Porto: Universidade Católica Ed., 2019.

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria e crítica do direito*. Curitiba, HDV, 1983.

CORREIA, J. M. Sérvulo. *Legalidade e autonomia contratual nos contratos administrativos*. Coimbra: Almedina, 1987.

COSTA, Ilton Garcia da; GÓES, Winnicius Pereira de. A Diretiva 2014/24/UE como guia de contratualizações sustentáveis de políticas públicas sociais. *Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica*, Itajaí, v. 21, n. fl 2, p. 656-690, maio/ago. 2016. p. 677-678. DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/nej.v21n2.p656-690>. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/9099/>>. Acesso em: 03 ago. 2024.

D'OLIVEIRA, Rafael Lima Daudt. *Contratação pública sustentável no direito europeu e português: reflexões sobre a sua evolução e a Diretiva 2014/24/UE*. *Revista de Contratos Públicos*, Coimbra, jan., 2017.

DRAGOS, D.; NEAMTU, B. Sustainable Public Procurement: Life-Cycle Costing in the New EU Directive Proposal. *European Procurement & Public Private Partnership Law Review*, v. 8, n. 1, p. 19-30, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.21552/EPPPL/2013/1/159>>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ESTORNINHO, Maria João. Por uma visão ética da contratação pública. In: SOUSA, Marcelo Rebelo, PINTO, Eduardo Vera-Cruz. (Coord.). *Liber Amicorum: Fausto de Quadros*. Lisboa: Almedina, 2016b. v. 2.

FERREIRA, Ednaldo. A influência da duração do contrato na implementação de políticas sociais e ambientais através da Contratação Pública. *Revista de Contratos Públicos*, Coimbra, n. 24, p. 177-192, ago. 2020.

FERREIRA, Felipe Furtado; POTTUMATI, Eduardo Carlos. A licitação pública como instrumento de desenvolvimento na perspectiva do paternalismo libertário. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 201-213, 2014. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/download/2668/pdf_1>. Acesso em: 05 ago. 2024.

FREITAS, Juez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

GÓES, Winnicius Pereira de. A contratualização de políticas públicas sociais. *Revista de Contratos Públicos*, Coimbra, n. 10, jan./abr. 2014.

GOMES, Carla Amado; CALDEIRA, Marco. Contratação pública “verde”: uma evolução (eco)lógica. *Revista da AGU*, Brasília, v. 16, n. 4, p. 52, out./dez. 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.25109/2525-328X.v.16.n.04.2017.2119>>. Disponível em: <<https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2119>>. Acesso em: 06 ago. 2024.

GOMES, Pedro Cerqueira. Políticas estratégicas na nova Diretiva 2014/24/UE: objetivos sociais e ambientais. *Revista de Contratos Públicos – Reforma Europeia da Contratação Pública*, Coimbra, n. fl 11, p. 89-110, ago. 2016.

GONÇALVES, Pedro Costa. *Direito dos contratos públicos*. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2021.

GONÇALVES, Pedro Costa. *Entidades privadas com poderes Públicos: o exercício dos poderes públicos de autoridade por entidades privadas com funções administrativas*. Coimbra: Almedina, 2008.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: Veredas*. 36. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KLINGLER, D. U. Government Purchasing during COVID-19 and Recessions: How Expansionary Legal Policies Can Stimulate the Economy. *Jornal de Direito dos Contratos Públicos*, 50, 2020.

LOPEZ GONZÁLEZ, María. Modelos teóricos e investigación en el ámbito de la discapacidad: hacia la incorporación personal. *Revista Docencia y Investigación de la Universidad Castilla-La Mancha*, v. 31, n. 16, p. 215-240, 2006.

MATEI, A. I.; MATEI, L. Modernização do Mercado de Compras Públicas: rumo a uma estratégia de marketing público específico no mercado único, 1. *Societal Innovations Global Growth*, p. 497-511, 2012.

MCCRUDDEN, Christopher. *Buying Social Justice: equality, government procurement, and legal change*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MCCRUDDEN, Christopher. Using public procurement to achieve social outcomes. *Natural Resources Forum*, v. 28, n. 4, nov. 2004.

MENDES, Renato Geraldo. *O processo de contratação pública: fases, etapas e atos*. Curitiba: Zênite, 2012.

MONIZ, Ana Raquel Gonçalves. Tutela do ambiente e preparação do procedimento de Contratação pública no contexto de revisão do Código dos Contratos Públicos. *Revista de Contratos Públicos*, Coimbra, p. 23-69, mar. 2018.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de Direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MOREIRA, Egon Bockmann; GUIMARÃES, Fernando Vernalha. *Licitação pública: a Lei Geral de Licitações - LGL e o Regime Diferenciado de Contratação: RDC*. 2. ed., atual., rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 13 out. de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 08 ago. 2024.

PERNAS GARCÍA, J. José. *PERNAS (Dir.). Contratación Pública Estratégica*. Pamplona: Aranzadi, 2013.

PERNAS GARCÍA, José. *Contratacion Pública Verde*. La Ley. Madrid: s.n., 2011.

RAIMUNDO, Miguel Assis. *Direito dos Contratos Públicos: introdução: regime de formação*. Lisboa: AAFDL, 2022. v. 1.

RODRIGUES, Nuno Cunha, *A Contratação Pública como instrumento de política econômica*. Coimbra: Almedina, 2013.

ROSSETTI, Suzana M. *Processos de contratação pública e desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SCHOONER, Steven L. *Desiderata: Objectives for a system of government contract law*. *Public Procurement Law Review*, n.º 2, 2002.

SEMPLE, Abigail. *The Link to the Subject-Matter: a glass ceiling for sustainable public contracts*. In: SJÄFJELL, Baete; WIESBROCK, Anja (Ed.). *Contratos públicos sustentáveis ao abrigo da legislação da UE: novas perspectivas sobre o Estado como parte interessada*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SJÄFELL, B.; WIESBROCK, A. *Por que os contratos públicos devem ser sobre sustentabilidade?*. In: SJÄFELL, B.; WIESBROCK, A. (Ed.). *Compras públicas sustentáveis ao abrigo da legislação da UE: novas perspectivas sobre o Estado como parte interessada*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

VEIGA, José Eli da. *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Ed. 34, 2016. Ebook.

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. (Vide Decreto-Lei nº 127, de 1967). *Regulamento. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1943]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. Lei 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. Lei 14.133 de 1º de abril de 2021. *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais*. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. *Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 23 ago. 2024.



Jonathas de Andrade, Heroínas de Tejucupapo (Heroines of Tejucupapo) - 2022. 289 imagens impressas em falcão cru, vários tamanhos e texto em adesivo vinílico na parede. Local: Galleria Continua - LesMoulins. Photos: Oak Taylor-Smith







Trabalho

ISABELA PRADO*

O trabalho é um aspecto central da vida humana. É fonte de subsistência, e ao mesmo tempo de exploração; envolve relações pessoais e é como nos identificamos socialmente. O debate sobre o tema tem grande pertinência e atualidade, uma vez que vivemos em tempos de mudanças nas relações de trabalho, com o avanço de reformas que o precarizam e eliminam direitos. Ao mesmo tempo, a disseminação de tecnologias digitais traz novos desafios e novos contextos para o entendimento das condições de trabalho e das profissões.

Investigar esse tema, ao mesmo tempo complexo e atual, é o propósito deste número da Revista da UFMG. O ensaio visual apresentado aqui também se propõe a enfrentar esse desafio, contribuindo para a reflexão de forma poética.

O artista escolhido para esta edição é Jonathas de Andrade, nascido em Maceió, Alagoas, e que vive em Recife, Pernambuco. Ele utiliza várias mídias, incluindo fotografia, vídeo e instalação. Seu trabalho explora temas de identidade, cultura, trabalho e questões sociais no Brasil, misturando narrativas pessoais e coletivas. Jonathas de Andrade usa uma combinação de abordagens documentais e ficcionais, criando obras que são ao mesmo tempo poéticas e críticas.

(Para ler esse texto completo, clique [aqui](#).)

* Artista visual e professora na Escola de Belas Artes da UFMG